ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIII Nº 173
Brasília - DF, quinta-feira, 8 de setembro de 2016

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 3
Ministério da Cultura 6
Ministério da Defesa 7
Ministério da Educação 8
Ministério da Fazenda 10
Ministério da Integração Nacional 29
Ministério da Justiça e Cidadania 30
Ministério da Saúde 37
Ministério das Cidades 45
Ministério de Minas e Energia 53
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 67
Ministério do Esporte 82
Ministério do Meio Ambiente 82
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 82
Ministério do Trabalho 87
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 87
Ministério Público da União 88
Tribunal de Contas da União 90
Poder Legislativo 122
Poder Judiciário 122
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 138

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Institui a Comissão Interministerial Brasil 200 Anos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Comissão Interministerial Brasil 200 Anos, no âmbito do Ministério da Cultura, com a finalidade de coordenar as atividades, os eventos e os projetos relacionados às comemorações do ducentésimo aniversário da Independência da República Federativa do Brasil.

Art. 2º A Comissão Interministerial Brasil 200 Anos será composta por um representante, e um suplente, de cada órgão a seguir:

I - Ministério da Cultura, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Defesa;

IV - Ministério das Relações Exteriores; e

V - Ministério da Educação.

§ 1º Os representantes e os suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Cultura.

§ 2º A participação na Comissão Interministerial Brasil 200 Anos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 3º A Comissão Interministerial Brasil 200 Anos poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicos, da sociedade civil e do setor privado para colaborar com suas atividades.

Art. 3º Caberá ao Ministério da Cultura prover o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Interministerial Brasil 200 Anos.

Art. 4º Caberá à Comissão Interministerial Brasil 200 Anos elaborar programação nacional de atividades, eventos e projetos relativos a celebração do ducentésimo aniversário da Independência da República Federativa do Brasil.

Art. 5º Os trabalhos da Comissão Interministerial Brasil 200 Anos serão encerrados até o dia 1º de março de 2023, mediante apresentação do relatório final das atividades desenvolvidas.

Art. 6º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias, anualmente consignadas aos órgãos envolvidos, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER
Marcelo Calero Faria Garcia

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Art. 21 da Instrução Normativa Ministerial nº 34, de 25 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 26 subsequente, Seção 1, página 6, onde se lê: "Cydia pomonella ..." leia-se "Erwinia amylovora ..."

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 2, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXII do Art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e considerando o contido no Capítulo IV da Instrução Normativa nº 13, de 28 de maio de 2015, publicada na Seção I do DOU de 29 de maio de 2015 e o que consta do processo 21028.002258/2016-88, resolve:

Art. 1°. O presente Regimento Interno disciplina a organização, as responsabilidades e o funcionamento da Comissão da Produção Orgânica de Minas Gerais - CPORG/MG, cuja composição, finalidades, e oficialização seguirão as determinações e os ritos estabelecidos na Instrução Normativa nº 13 de 28 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2015.

Seção I - Da Estrutura administrativa

Art. 2º. A estrutura administrativa da CPORG/MG será constituída sob a responsabilidade da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Minas Gerais, cujo titular, realizará a nomeação de dois representantes (titular e suplente), escolhidos entre os técnicos da Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG, que serão nomeados Secretário Executivo titular e suplente da Comissão.

Art. 3º. As comunicações administrativas, incluídas as convocações para as reuniões, serão preferencialmente realizadas com a devida antecedência, por meio eletrônico aos endereços cadastrados junto ao seu Coordenador ou por outro meio que venha a ser aprovado pela Comissão.

Seção II - Das Competências

Art. 4º. São atribuições da Coordenação da CPORG/MG:

I - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, elaborando as pautas propostas pelos seus membros e submeter à CPOrg-MG todos os assuntos constantes, assim como matérias para exame e parecer;

II - preparar e coordenar as reuniões e trabalhos da CPOrg-MG;

III - assinar documentos e representar a CPOrg-MG nos atos aprovados, respeitada a natureza de suas competências, em reuniões ordinárias ou extraordinárias;

IV - convidar a participar das reuniões e debates, sem direito a voto, pessoas que possam subsidiar o debate dos assuntos tratados;

V - zelar pelo cumprimento desta Instrução Normativa e resolver as questões de ordem;

VI - elaborar e encaminhar comunicações internas e divulgar atividades das CPOrg-MG e das alterações de seus membros;

VII - manter estreita articulação com o representante de sua região na STPOrg e, sempre que possível, com as demais CPOrgs;

VIII - designar membros das CPOrg-MG ou fora dela para a execução de tarefas, responsabilizando-se pela execução dos trabalhos; e

IX - elaborar planejamento orçamentário para viabilização das atividades e reuniões da CPOrg-UF.

Art. 5º. São atribuições da Secretaria-Executiva da CPOrg-MG:

I - manter os arquivos e o acervo técnico da Comissão;

II - auxiliar a Coordenação da Comissão na preparação das respectivas reuniões e trabalhos;

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

AVISO

CIRCULOU EM 6/9/2016 A EDIÇÃO EXTRA Nº 172-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - elaborar e distribuir as memórias das reuniões aos respectivos membros e ao representante de sua região na STPOrg;

IV - auxiliar na elaboração de comunicações internas, sendo responsável pela publicação oficial do que se fizer necessário, por meio de atos do Superintendente Federal de Agricultura de sua Unidade da Federação;

V - auxiliar na elaboração do planejamento orçamentário para viabilização das atividades e reuniões da Comissão.

VI - providenciar o apoio administrativo e financeiro ao funcionamento da Comissão.

Art. 6º. São atribuições dos membros da CPOrg-MG:

I - participar e deliberar nas reuniões;

II - propor a convocação de reuniões extraordinárias;

III - examinar e relatar expedientes que lhes forem distribuídos pela coordenação ou Secretaria-Executiva, dentro dos prazos estabelecidos; e

IV - trabalhar para o desenvolvimento da produção orgânica.

V - Quando necessário, nomear um membro da Comissão para secretariar os trabalhos da mesma.

Seção III - Das Reuniões

Art. 7° As reuniões ordinárias da CPORG/MG terão a periodicidade mínima, de uma a cada três meses, intercaladas com as reuniões internas das organizações e instituições representadas para deliberação dos assuntos em pauta.

§ 1°. A programação das datas das reuniões ordinárias será definida na primeira reunião de cada ano.

§ 2°. As reuniões ordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

Art. 8° As reuniões extraordinárias da CPORG/MG poderão ser convocadas nas seguintes situações:

I - por seu Coordenador mediante fato relevante levado a conhecimento dos demais membros pelos meios usuais;

II - por requerimento de um terço dos membros; e

III - por solicitação da Subcomissão Temática da Produção Orgânica - STPOrg.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos.

Art. 9°. As reuniões da CPORG/MG serão preferencialmente realizadas na sede da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Minas Gerais ou em outro local acordado pelos seus membros.

Art. 10. As reuniões da CPORG/MG somente poderão realizar-se com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros das entidades governamentais e 1/3 das não-governamentais que compõem a Comissão.

Parágrafo único. Para efeito de quorum e deliberação será somente considerado o voto dos membros titulares presentes à reunião ou de seus suplentes, no caso de ausência dos titulares.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Art. 11. Cada organização membro deverá garantir a presença do seu representante em todas as reuniões para a qual for convocada, devendo justificar ao Coordenador da CPORG/MG quando da impossibilidade de comparecer.

§ 1º. Na impossibilidade de comparecimento dos representantes oficialmente designados, a participação eventual nas reuniões poderá ser efetivada por meio da indicação de um substituto eventual, mediante comunicação dos titulares da organização ou de seus representantes oficiais, encaminhadas ao Coordenador da Comissão até o início da reunião;

§ 2°. Nos casos de impedimentos de natureza permanente, a organização deverá encaminhar novos nomes para a representação junto à Comissão.

Art.12. As reuniões da CPORG/MG obedecerão às pautas previamente definidas, conforme sugestões da Coordenação e de consultas previamente formuladas aos integrantes da Comissão.

Art. 13. Poderá ser incluída na pauta de discussão e de votação matéria que tenha regime de urgência aprovada pela Comissão.

Parágrafo único. A matéria a ser proposta em regime de urgência deverá ser levada ao conhecimento dos membros no início dos trabalhos da reunião em que será tratada.

Art. 14. Durante as reuniões o membro que apresentar proposições, indicações, requerimentos ou comunicações deverá entregar cópia por escrito à mesa diretora dos trabalhos para que possam constar da memória da reunião.

Art. 15. Qualquer membro da Comissão poderá solicitar, em qualquer fase da discussão, a retirada de matéria de sua autoria, ou pedir vista de qualquer matéria apresentada pelos demais representantes.

§ 1º. Formulado o pedido de vista, a matéria será automaticamente retirada da pauta, ficando a sua discussão adiada até a devolução pelo requerente, no prazo máximo de 30 dias.

§ 2º. É vedado o pedido de retirada ou de vista de matéria quando apresentado depois de iniciado o processo de votação.

§ 3º. A solicitação de vista de matéria submetida à discussão poderá ser encaminhada por um ou mais representantes simultaneamente e atendida mediante o fornecimento de cópias da proposta original.

§ 4º. O pedido de vista será concedido uma única vez, não sendo admitida uma posterior solicitação referente à mesma matéria pelo mesmo ou por qualquer membro da Comissão.

Art. 16. A deliberação sobre as matérias apreciadas deverá, preferencialmente, se dar por consenso e nos casos em que isto não seja possível deverá ser conduzido um processo de votação.

§ 1º. Nos casos de votação de alterações no Regimento Interno, as decisões deverão ser tomadas por pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros que compõem a Comissão.

§ 2º. Nas votações para deliberação das demais matérias, as decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.

§ 3º. Em caso de empate na votação, o Coordenador deverá abrir uma nova rodada de discussão da matéria, após o que, permanecendo o empate em nova votação, caberá a ele o voto de desempate.

Art. 17. As memórias das reuniões serão encaminhadas em tempo hábil para apreciação dos membros e submetidas à aprovação no início da reunião subseqüente.

Parágrafo único. Uma cópia das memórias das reuniões da Comissão, após aprovação na reunião subseqüente, deverá ser encaminhada ao coordenador da CNPOrg, preferencialmente por meio eletrônico.

Seção IV - Das Sanções

Art. 18. Será submetida à deliberação da Comissão, mediante a necessária inclusão prévia na pauta, a exclusão de instituição ou organização que:

a. Não comparecer, sem justificativa, à metade das reuniões ordinárias em um ano civil ou a três reuniões consecutivas; ou

b. Constantemente adotar procedimentos que prejudiquem o bom andamento dos trabalhos da Comissão.

§ 1°. No caso de exclusão de organização, será iniciado processo de escolha de novo representante para o segmento.

§ 2°. Havendo organização suplente escolhida no processo de composição da CPORG/MG, esta será conduzida como representante titular, mediante referendo da Comissão.

§ 3º. No caso previsto no parágrafo anterior, poderá ainda, segundo deliberação da Comissão, ser iniciado novo processo de escolha da representação suplente.

§ 4º. A instituição e organização cujos membros não comparecerem a duas reuniões consecutivas deverão ser comunicadas oficialmente sobre a possibilidade de sua exclusão da CPORG-MG, caso haja uma ausência consecutiva na reunião seguinte.

§ 5º. No caso de não comparecer à metade das reuniões ordinárias em um ano civil ou a três reuniões consecutivas a instituição, mesmo com justificativa, será excluída da CPOrg-MG.

Seção V - Da Representação por Foros Setoriais

Art. 19. A CPORG/MG será composta, preferencialmente e sempre que possível, por representantes de foros setoriais organizados de maneira a garantir, ainda que, de forma indireta, a participação efetiva do maior número possível de instituições governamentais e organizações não governamentais relacionadas à Produção Orgânica no Estado de Minas Gerais.

Seção VI - Das Disposições Gerais

Art. 20. A participação de qualquer membro na CPORG/MG não será remunerada, cabendo à Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Minas Gerais prestar todo o apoio técnico e administrativo necessário ao seu trabalho.

Art. 21. Os casos omissos ou as dúvidas de interpretação deste Regimento serão resolvidos pela Comissão, em reunião com pauta previamente encaminhada aos seus membros pelos meios usuais, baseado nas orientações da Instrução Normativa n° 13.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 281, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Habilitar a médica veterinária Leciane Peter Duarte, inscrita no CRMV/SC sob n°3987, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município(s) constante(s) dos autos do processo SEI 21050.004291/2016-65 e no registro de habilitação n°72191 do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense-SIGEN +, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACIR MASSI



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.626, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.000776/2016-10, de 14/03/2016, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Perkons S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 82.646.332/0001-02, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho para medição e sinalização de velocidade de veículos automotores, em vias públicas, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 647, de 28 de julho de 2015.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.000776/2016-10, de 14/03/2016.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.526 - Expede autorização à GILSON MUELLER BERNECK, CPF nº 000.960.599-15 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 3.527 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) VIGOR VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 01.682.823/0001-07 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO DE 25 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.322 - Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ nº 01.890.043/0001-52 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas em Cajazeiras/PB.

SERGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.491 - Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO SATUBA, CNPJ nº 03.056.305/0001-03 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.493 - Expede autorização à(ao) MARCELLO MONTEIRO ALCANTARA, CPF nº 741.431.314-04 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

Nº 3.495 - Expede autorização à(ao) POSTO SERRA DA LAGE LTDA, CNPJ nº 12.810.280/0001-82 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

SERGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 3.006, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

Processo nº 53500.018298/2016-13. Expede autorização à F.G.M. DA SILVA - ME, CNPJ nº 22701339000158, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 18 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.204 - Processo nº 53500.018930/2016-11. Expede autorização à AMP NET LTDA - ME, CNPJ nº 24638969000150, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.209 - Processo nº 53500.018489/2016-77. Expede autorização à MUNDO NET SERVICOS DE INTERNET LTDA - EPP, CNPJ nº 11736795000117, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.210 - Processo nº 53500.019040/2016-26. Expede autorização à E.A. MARIANO MULTIMIDIA LTDA - ME, CNPJ nº 15426438000103, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.212 - Processo nº 53500.014906/2016-11. Expede autorização à WM TELECOM EIRELI - ME, CNPJ nº 22692942000110, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.213 - Processo nº 53500.018190/2016-12. Expede autorização à CENTER INFORMATICA EIRELI - ME, CNPJ nº 11002520000150, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.223 - Processo nº 53500.018557/2016-06. Expede autorização à MARIANA VEIGA MAIA - ME, CNPJ nº 20403874000105, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.227 - Processo nº 53500.019671/2016-45. Expede autorização à BRAYAN DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 23.864.632/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.228 - Processo nº 53500.018818/2016-80. Expede autorização à SMARTLINK TECNOLOGIA EM INTERNET LTDA - ME, CNPJ nº 24346720000171, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.229 - Processo nº 53500.017744/2016-64. Expede autorização à FIBER VOX TELECOMUNICACOES DO BRASIL EIRELI - ME, CNPJ nº 24492300000101, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.230 - Processo nº 53500.013919/2016-64. Expede autorização à R. P. DE B. ALVES SERVICOS E TELECOMUNICACOES - ME, CNPJ nº 12758580000160, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.231 - Processo nº 53500.019351/2016-95. Expede autorização à LUCELIA PATRICIA ESCAJADILLO DE LA TORRE - ME, CNPJ nº 15081648000107, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.232 - Processo nº 53504.006534/2016 Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), a seguir relacionada(s), à(ao) AVANZI TELECOM COMUNICACAO E INTERNET EIRELI, CNPJ n° 11.502.863/0001-83, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, pelo prazo de 20 (vinte) anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Nº 3.234 - Processo nº 53500.016832/2016-49. Expede autorização à LIDERANCA NET TELECON ABAETE LTDA - ME, CNPJ nº 19173615000148, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.246 Processo nº 53500.018587/2016-12. Expede autorização à CENTRALNET LTDA - ME, CNPJ nº 19068726000194, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.247 - Processo nº 53500.017323/2016-33. Expede autorização à L DE L ARAUJO NET, CNPJ nº 18009071000110, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3248 Processo nº 53500.018743/2016-37. Expede autorização à SIAT TELECOM INTERNET DEDICADA LTDA - ME, CNPJ nº 25241214000180, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.249 - Processo nº 53500.019873/2016-97. Expede autorização à LEANDRO BARTH SERVICOS DE INFORMATICA - ME, CNPJ nº 15771817000130, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3250 - Processo nº 53500.019531/2016-77. Expede autorização à ANTONIO CELESTINO DOS SANTOS - ME, CNPJ nº 24726722000196, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.254 - Processo nº 53500.017522/2016-41. Expede autorização à DOUETTES SERVICOS DE INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ nº 21487458000197, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.255 - Processo nº 53500.017387/2016-34. Expede autorização à DDL LINE TELECOM LTDA - ME, CNPJ nº 11.950.213/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.462 - Processo nº 53500.020200/2016-80. Expede autorização à ASCES NET TELECOMUNICACAO LTDA-ME - ME, CNPJ nº 14.607.227/0001-04, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.463 - Processo nº 53500.020043/2016-11. Expede autorização à D R GOMES INFORMATICA - ME, CNPJ nº 22338488000102, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.464 - Processo nº 53500.020262/2016-91. Expede autorização à A SOARES FILGUEIRA, CNPJ nº 11520859000148, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 3 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.477 - Processo nº 53500.020322/2016-76. Expede autorização à CONNECTVY TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ nº 21487180000158, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.478 - Processo nº 53500.018344/2016-76. Expede autorização à GOLDEN LINK COMERCIO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - ME, CNPJ nº 22703686000110, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 4 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.480 - Processo nº 53500.020473/2016-24. Expede autorização à VIAWEB BRASIL INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ nº 07785887000110, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3. 481 - Processo nº 53500.020814/2016-61. Expede autorização à BRIDGENET LTDA - ME, CNPJ nº 24.927.065/0001-45, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.482 - Processo nº 53500.019772/2016-16. Expede autorização à EDUARDO LIMA E SILVA NETTO - ME, CNPJ nº 07526333000106, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.483 - Processo nº 53500.019274/2016-73. Expede autorização à JOSE IVAN E DE SOUZA - ME, CNPJ nº 19.336.425/000102, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 3.513 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 03/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.514 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 03/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.515 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 06/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.516 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 06/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.517 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 06/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.518 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 05/09/2016 a 25/09/2016.

Nº 3.519 - Autorizar Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, CNPJ Nº 11.866.015/0001-53 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 06/09/2016 a 25/09/2016.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.181/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.001354/1998-83
Requerente: Embrapa Trigo
CQB: 058/98
Próton: 30268/2016
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5217/16 publicado em 01/07/2016
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ordem de Serviço Embrapa Trigo nº 9, de 19 de maio de 2016, nomeando Ana Lídia Variani Bonatto (Presidente), Ricardo Lima de Castro, Elene Yamazaki Lau, Jordalan Buffet Muniz, Paulo Fernando Bertagnolli e Ricardo Costa Leão para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.182/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.004129/1998-53
Requerente: Universidade Federal do Ceará
CQB: 102/99
Próton: 32928/2016
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5218/16 publicado em 01/07/2016
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria nº 1865, de 13 de maio de 2016, nomeando Vânia Maria Maciel Melo (Presidente), Ana de Fátima Fontenele Urano Carvalho, Diego Veras Wilke, Maria Jania Teixeira, Renata de Sousa Alves, Tallita Cruz Lopes Tavares e Celli Rodrigues Muniz para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.183/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.001366/2015-05
Requerente: BioSpringer do Brasil Indústria de Alimentos S/A.
CQB: 401/15
Próton: 34195/2016
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5219/16 publicado em 01/07/2016
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta, de 6 de junho de 2016, nomeando Setphan Fels (Presidente), Alexandre Reis Carvalho Arantes e Anne-Gaelle Moreau para comporem a Cibio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.184/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.000198/2006-31
Requerente: Centro Infantil Boldrini
CQB: 224/06
Próton: 36460/2016
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5220/16 publicado em 01/07/2016
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, a responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta, de 17 de junho de 2016, nomeando Pedro Otavio de Campos Lima para compor a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.185/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.004008/1996-77
Requerente: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
CQB: 004/96
Próton: 39340/2016
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5240/16 publicado em 21/07/2016
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ordem de Serviço Interna Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia nº 071, de 09 de junho de 2016, nomeando Glaucia Barbosa Cabral (Presidente), José Manuel Cabral de Sousa Dias, Marília Lobo Burle, Maria Cristina Mattar da Silva, Bianca Damiani Marques da Silva, Francisco Ricardo Ferreira, Leila Maria Gomes Barros, Simone da Graça Ribeiro, Leonardo Lima Pepino de Macêdo, Zilneide Pedrosa de Souza Amaral, Lilian Botelho Praça, Alexandre Peron Mendes e Elsa Oliveira P. E. Lago Nogueira para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.186/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.004627/2002-16
Requerente: International Paper do Brasil Ltda.
CQB: 173/02
Próton: 37950/2016
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5241/16 publicado em 21/07/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta S/N, de 28 de junho de 2016, nomeando Gabriela Gonçalves Moreira (Presidente), Gisele Vanessa Ferreira, Miguel Magela Diniz, Jair Aparecido Gabriel para comporem a CIBio Local e excluindo Carla da Costa Garcia.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.187/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.002502/2014-95

Requerente: Spray Drop Pesquisa, Desenvolvimento e Assistência Técnica Agro-Industruial S/S Ltda

CQB: 394/15

Próton: 39336/2016

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5242/16 publicado em 21/07/2016

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ofício SD 075/2016, de 28 de junho de 2016, excluíndo Victor Salgado Grosso, Francisco Rodrigues de Souza e Braz Gonçalves de Oliveira da CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.188/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.001741/2012-66

Requerente: DSMA- Desenvolvimento Sustentável e Monitoramento Ambiental

CQB: 348/12

Próton: 18642/2016

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5243/16 publicado em 21/07/2016

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta S/N, de 20 de março de 2016, nomeando Denise Hurtado de Araújo (Presidente), Marília Bixilia Sanchez, Laís Ramires Camargo, Natália Lani Viegas Barboza e Vanessa Caroline Déssia para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.189/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.004893/1997-93

Requerente: Instituto Butantan

CQB: 039/98

Próton: 41266/2016

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5244/16 publicado em 21/07/2016

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria TBD- 09, de 01 de junho de 2016, nomeando Aryene Góes Trezena (Presidente), Carla Lilian de Agostini Utescher, Elisabeth Christina Nunes Tenório, José Arnaldo da Cruz, Maria Carolina Quartim Barbosa Elias Sabbaga, Maria Leonor Sarno de Oliveira, Sávio Stefanini Sant'Anna, Viviane Fongaro Botosso, Waldir Pereira Elias Junior e Soraia Attie Calil Jorge para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.190/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.001581/1998-45

Requerente: Vallée S.A.

CQB: 056/98

Próton: 37941/2016

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5245/16 publicado em 21/07/2016

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ofício CIBio 002/2016, de 01 de julho de 2016, nomeando Mayka Rabelo Henriques (Presidente), Otto Domenici Mozzer, João Augusto Guimarães Drumond, Luciana Oliva e Claudia Fernandes Antunes e Souza para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.191/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 195ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 01 de setembro de 2016, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001017/2016-66

Requerente: Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Próton: 14030/16

Assunto: Solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Extrato Prévio nº: 5057/16 publicado em 04/04/16

Decisão: Deferido

Número do CQB concedido: 422/16

O Responsável Legal da instituição solicitou Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para instalações consideradas pela requerente como sendo de NB-1 para a finalidade de pesquisa e ensino em regime de contenção com vírus, microrganismos e fungos GM. A instituição afirma que dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico competente para desenvolver com segurança as atividades propostas. Foi encaminhada à CTNBio a documentação referente à essa solicitação.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 6 de setembro de 2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que fica cancelado o processo 01200.0005665/2013-49, aprovado pelo Parecer Técnico 4109/2014, publicado no DOU 110, Seção 1, pág. 8 de 11/06/2014, conforme deliberado na 195ª Reunião Ordinária, ocorrida em 01/09/2016.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Baixa as Diretrizes de Integridade e de Boas Práticas para Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - CONCEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, incisos I e IV, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, e, tendo em vista o disposto nos incisos I e IV do art. 4º do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Ficam baixadas as Diretrizes de Integridade e de Boas Práticas para Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica, na forma do Anexo a esta Resolução Normativa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

DIRETRIZES DE INTEGRIDADE E DE BOAS PRÁTICAS PARA PRODUÇÃO, MANUTENÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM ATIVIDADES DE ENSINO OU PESQUISA CIENTÍFICA.

A integridade (honradez, plenitude moral em ações e decisões) na pesquisa e no ensino deve ser elemento norteador de todos os envolvidos no uso de animais, zelando pelo desenvolvimento ético da pesquisa e do ensino.

Esse documento estabelece valores e princípios para as boas práticas na condução da pesquisa científica e uso de animais no ensino e teve como base o Guia de Recomendações de Práticas Responsáveis, o Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2011)1 ; o European Code of Conduct for Research Integrity (2011)2 ; o Código de Boas Práticas Científicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2012)3 , da Academia Brasileira de Ciências e da Universidade Federal de Minas Gerais (2013)4 .

São princípios gerais para a integridade para produção, manutenção ou utilização de animais em atividades de Ensino ou Pesquisa Científica:

a) responsabilidade em conhecer as normativas para o uso de animais no ensino e pesquisa;

b) honestidade na apresentação, execução e descrição de métodos e procedimentos da pesquisa e na interpretação dos resultados;

c) confiabilidade na execução da pesquisa e na comunicação de suas conclusões;

d) objetividade na coleta e no tratamento de dados e informações, na apresentação de provas e evidências e na interpretação de resultados;

e) imparcialidade na execução da pesquisa, na comunicação e no julgamento das contribuições de outros;

f) cuidado na coleta, armazenamento e tratamento de dados e informações;

g) responsabilidade na formação e na supervisão do trabalho de jovens cientistas;

h) veracidade na atribuição dos créditos aos trabalhos de outros;

i) responsabilidade em não realizar estudos cujos possíveis resultados abranjam informações já bem documentadas na literatura;

j) respeito pelos sujeitos de pesquisa e proteção da sua vulnerabilidade.

São princípios específicos para produção, manutenção ou utilização de animais em atividades de Ensino ou Pesquisa Científica:

a) perseverança na busca de métodos alternativos para a substituição do modelo animal;

b) veracidade em utilizar o modelo animal vivo somente na inexistência de métodos alternativos substitutivos;

c) cuidado e honestidade em iniciar o uso de animais no ensino e na pesquisa somente após a aprovação da CEUA;

d) cuidado em utilizar todos os recursos possíveis, inclusive os estatísticos, para definir o número de animais da amostra, evitando tanto o sobre uso quanto à minimização do mesmo, o que poderia gerar dados não confiáveis;

e) promover cursos de capacitação para funcionários, alunos e demais pessoas envolvidas no estudo com o modelo animal, incluindo noções de bem-estar animal e conhecimento da etologia e manejo da espécie envolvida;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

f) promover, salvo exceções justificadas, o enriquecimento ambiental e a disponibilização de espaço mínimo necessário para que o animal possa praticar um repertório comportamental básico para a manutenção de seu bem estar;

g) responsabilidade em conhecer o uso de métodos alternativos para o ensino desenvolvido em outras instituições;

h) avaliar cuidadosamente o uso didático de animais na aquisição de capacidades cognitivas no ensino.

REFERÊNCIAS

1. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. (2011) [Online] [Acessado em: 28 out. 2013]. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes

2. European Science Foundation (ESF) - All European Academies (ALLEA). European Science Foundation, All European Academies. The European Code of conduct for Research Integrity. 2011. 24p. Acessado 15/5/2016 http://www.esf.org/fileadmin/Public_documents/Publications/Code_Conduct_Rese archIntegrity.pdf

3. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Código de boas práticas científicas. São Paulo. 2012. [Online] [Acessado em: 28 out. 2013]. Disponível em http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESPCodigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf)

4. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Academia Brasileira de Ciências. Universidade Federal de Minas Gerais. Rigor e Integridade na Condução da Pesquisa Científica Guia de Recomendações de Práticas Responsáveis. 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/prpq/images/guia.pdf

5. Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). Resolução Normativa n.25, de 20 de setembro de 2015. Disponível na URL: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0238/238051.pdf

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.478, DE 6 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.002912/2016-12, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Santa Isabel/SP, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério das Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 2.480, DE 6 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.002912/2016-12, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Santa Isabel/SP, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 2.481, DE 6 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.002912/2016-12, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Santa Isabel/SP, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 2.957, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº53000.062735/2012-35, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO LAGES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAÇADOR/SC, o canal 45 (quarenta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 656 a 662 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 2.993, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.016139/2014-45, resolve:

Art. 1º Consignar ao SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA, autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PARNAÍBA/PI, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 3.121, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.024533/2012-95, resolve:

Art. 1º Consignar à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 3.229, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICAno uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.023110/2011-77, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAPÃO BONITO/SP, o canal 26 (vinte seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 17 de agosto de 2016

Nº 1.474 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo nº 53000.056366/2012-41, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de NATAL-RN, utilizando o canal digital 48 (quarenta e oito), nos termos da Nota Técnica nº 19643/2016/SEI-MCTIC.

Em 26 de agosto de 2016

Nº 1.682 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.047563/2008-93, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA.,autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de PEDRO LEOPOLDO, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 34 (trinta e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 21722/2016/SEI-MCTIC.

Nº 1.685 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53900.026334/2016-00, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO GAZETA DE ALAGOAS LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de MAJOR ISIDORO, estado de Alagoas, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 21896/2016/SEI-MCTIC.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 63-E, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 2 de 04 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação dos selecionados e dos suplentes, regularmente inscritos, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "The Industy Club", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 2 de 04 de janeiro de 2016, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES BRASILEIROS DE AUDIOVISUAL EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - 2016 THE INDUSTRY CLUB	
RELAÇÃO DOS SELECIONADOS APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Bianca Karol Moraes Lenti
2	Fabiano Gullane
3	Luciana Ribeiro da Silva Câmara Vieira
4	Deborah Osborn Gomes Nogueira
5	Tathiani Sacilotto
RELAÇÃO DOS SUPLENTES APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Giuliana Monteiro Pinheiro
2	Marília Hughes Guerreiro Costa
3	Bárbara Arenásio Defanti Monteiro

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHOS DOS SUPERINTENDENTE

Em 5 de setembro de 2016

Nº267 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Revisar a aprovação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0485 - A MORTE HABITA À NOITE
Processo: 01416.001558/2016-69
Proponente: PLANO 9 PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA
Cidade/UF: RECIFE/PE
CNPJ: 07.617.370/0001-11
Valor total aprovado: R$ 1.339.366,60
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 520.800,00
Banco: 001- agência: 0697-1 conta corrente: 66.328-X
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 268 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

16-0431 - PIT E VOVÔ - CURTA
Processo: 01416.001695/2016-01
Proponente: MENDES BENTANCOUR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 11.899.615/0001-18
Valor total aprovado: R$ 220.117,85
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1494-X conta corrente: 20001-8
16-0453 - ESTRADA PARA LIVRAMENTO
Processo: 01416.001757/2016-77
Proponente: ELEFANTI FILMS PRODUÇÕES LTDA - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 20975032/0001¬-10
Valor total aprovado: R$ 1.417.944,02
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 48177-7
16-0471 - NÃO TIVE TEMPO PARA TER MEDO
Processo: 01416.000837/2016-13
Proponente: CINEMA VIVO PRODUTORA LTDA. - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 08.236.386/0001-47
Valor total aprovado: R$ 1.830.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 668.500,00
Banco: 001- agência: 1544-X conta corrente: 21177-X
16-0518 - KAI
Processo: 01416.002140/2016-79
Proponente: GATO DO PARQUE CINEMATOGRAFICA LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 11.687.817/0001-04
Valor total aprovado: R$ 960.150,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 92.150,00
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 25896-2
16-0534 - FINAL FELIZ
Processo: 01416.002022/2016-61
Proponente: CARVALHO ADAMS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 31.604.127/0001-43
Valor total aprovado: R$ 1.354.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.286.300,00
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 43723-9
16-0535 - FÓRCEPS
Processo: 01416.002688/2016-19
Proponente: R.G. DOS SANTOS - PRODUCOES ARTISTICAS - ME
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 15.589.207/0001-10
Valor total aprovado: R$ 499.996,80
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 474.996,80
Banco: 001- agência: 1542-3 conta corrente: 21871-5
16-0537 - MATERNIDADE REAL, PATERNIDADE (IN)ATIVA
Processo: 01416.001546/2016-34
Proponente: E.H.L. CHAUVET FILMES E EVENTOS LTDA - EPP
Cidade/UF: BRASÍLIA/DF
CNPJ: 11.182.736/0001-44
Valor total aprovado: R$ 814.030,85
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 509.298,45
Banco: 001- agência: 1004-9 conta corrente: 53978-3
16-0538 - RENATO CÔRTE, O REAL
Processo: 01416.002163/2016-83
Proponente: GALAXY FILMES E PRODUCOES LTDA - EPP
Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 15.787.024/0001-00
Valor total aprovado: R$ 1.194.332,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.134.615,40
Banco: 001- agência: 2445-7 conta corrente: 18977-4
16-0540 - ABC ROCK CLUB
Processo: 01416.006671/2016-31
Proponente: OKA COMUNICACOES LTDA - ME
Cidade/UF: Cidade/UF: SÃO PAULO/SP
CNPJ: 03.117.764/0001-50
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 50.000,00
Banco: 001- agência: 7003-3 conta corrente: 6729-6
16-0541 - Maracanã
Processo: 01416.001765/2016-13
Proponente: KINOTV LTDA - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.298.682/0001-96
Valor total aprovado: R$ 549.997,95
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 522.498,05
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 29880-8

Art. 2º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 549, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
162093 - Branca de Neve e Zangado
JRB PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.873.857/0001-28
Processo: 01400206241201696
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 814.070,00
Prazo de Captação: 10/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Produção, montagem e temporada de 3 meses, composta por 30 apresentações, na cidade de São Paulo, do espetáculo teatral musical infantil "Branca de Neve e Zangado", escrito por Eduardo Moreira, baseado no conto "Branca de Neve" dos irmãos Grimm.

160731 - Caravana das Artes
Instituto Eco Ambiental e Social - IEAS
CNPJ/CPF: 07.200.091/0001-58
Processo: 01400007049201619
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 927.861,00
Prazo de Captação: 10/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realização de uma caravana cultural em sete cidades, com programação minima de oito horas de eventos, incluindo em cada etapa apresentações de Teatro, Cinema, Circo, musica, dança e oficinas culturais.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
160393 - QUADROS BRASILEIROS
Mercado Consultoria LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.340.811/0001-02
Processo: 01400006334201612
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 236.995,00
Prazo de Captação: 10/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Gravação de CD com reprodução de duas mil cópias e um concerto de lançamento no Rio de Janeiro do disco do Duo Lachrimae, inédito, formado pela soprano Doriana Mendes e pelo violinista Jorge L. Santos, de registro e divulgação de parte do repertório musical brasileiro composto ao longo dos cinco séculos de sua existência, para canto e violão, mostrando ao longo destes séculos as diferentes faces da música erudita feita no Brasil, com ênfase no repertório contemporâneo. É uma viagem musical, cronológica e geográfica, que apresenta uma pluralidade estética e obras de compositores consagrados como Carlos Gomes, Villa Lobos, Marlos Nobre, entre outros.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
162091 - São Paulo Vertical
Editora da Montanha Ltda.
CNPJ/CPF: 38.988.598/0001-41
Processo: 01400206239201617
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 491.445,00
Prazo de Captação: 10/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: "São Paulo Vertical" é um projeto que visa a edição de um livro de artes visuais, nomeadamente de fotografia, que busca explorar a arquitetura contemporânea da cidade de São Paulo e a relação do urbano com o ser humano, através das lentes de 6 renomados fotógrafos, que realizarão ensaios fotográficos, e acompanhados por textos que ajudarão a descrever a urbanidade contemporânea. O projeto prevê uma tiragem de 3.000 exemplares.

ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
161856 - Festa dos Povos - São Miguel Paulista, Sua Cultura e Tradições
Associação Beneficente Educacional Jovens do Brasil
CNPJ/CPF: 04.257.105/0001-81
Processo: 01400203315201632
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: 129821.00
Prazo de Captação: 10/09/2016 à 08/11/2016
Resumo do Projeto: Trata-se de da 3ª edição da festa popular multicultural comemorativa aos 394 anos de aniversário do bairro de São Miguel Paulista. A festa será realizada na Praça Fortunato da Silveira com apresentações artísticas, danças típicas, cortejos, teatros, exposição, show musical, artesanato, workshop, oficinas culturais, literatura, gastronomia e ações de cidadania. A comemoração visa resgatar as raízes culturais étnicas dos migrantes e imigrantes que participaram do desenvolvimento histórico e social do Bairro.

160392 - Madame Rrose Sélavy e A Fonte
Ana Moraes Vieira
CNPJ/CPF: 038.137.776-85
Processo: 01400006328201665
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: 134900.00
Prazo de Captação: 10/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O projeto MADAME RROSE SÉLAVY E A FONTE propõe a gravação e prensagem em CD e LP do primeiro álbum de estúdio da banda, após 11 álbuns realizados de forma independente e disponibilizados gratuitamente em sete anos de atuação. Propõe ainda que o processo de gravação seja registrado em um documentário, com histórias da banda, shows e clipes de músicas do álbum.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
161548 - Valor Cultural
Valores - Agência para o Desenvolvimento Humano
CNPJ/CPF: 18.670.384/0001-15
Processo: 01400200494201656
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: 854920.00
Prazo de Captação: 10/09/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Construção e lançamento do Portal Marketing Cultural, do Portal de Patrocinadores e site Valor Cultural, três ferramentas interligadas e montadas sobre uma mesma plataforma web. Se propõe a oferecer ao trabalhador, empresa ou consumidor ligados a cultura um centro difusor de informações e serviços que lhes permitam ampliar seu conhecimento ou capacitação sobre o setor. As três ações fazem parte de um mesmo ?guarda-chuva? denominado Valor Cultural.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA BANT Nº 245/ACP, DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Aprova sanções administrativas à empresa MARIA VALENTINA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME - CNPJ nº 17.490.405/0001-58.

O COMANDANTE DA BASE AÉREA DE NATAL tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 67222.004126/2016-95, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa após o PAAI em que foi propiciada à empresa a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, por deixar de fornecer tijolos e revestimentos cerâmicos, constantes da Nota de Empenho nº 2015NE800875, no valor de R$ 7.008,00 (sete mil e oito reais), cometendo irregularidades administrativas sem justificativas que possam excluir sua culpabilidade, as seguintes sanções administrativas:

Multa moratória no valor de R$ 420,48 (quatrocentos e vinte reais e quarenta e oito centavos) e Multa compensatória no valor de R$1.401,60 (um mil, quatrocentos e um reais e sessenta centavos), conforme previsto nos itens 10.2.2 e 10.2.3, Cláusula 10º, das Sanções Administrativas, do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico para registro de Preços nº 012/BANT/2015, PAG 67222.030799/2014-39, no inciso II, do art. 87, da Lei nº 8.666/93;

Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Comando da Aeronáutica, pelo prazo de 12 (doze) meses, e Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme previsto no Termo de Referência acima mencionado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO SANTORO Cel Av

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÕES

No Anexo da Portaria Normativa n° 47, de 21 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 147, de 2 de agosto de 2016, Seção 1, páginas 8 à 15, para fazer constar que:

a) no subitem 5.1.2, letra e, número 4, onde se lê: "fração de ejeção (FE) em repouso ou esforço 0,40 (valor específico para o método)"; leia-se: "fração de ejeção (FE) em repouso ou esforço menor ou igual a 0,40 (valor específico para o método)";

b) no subitem 5.1.2, letra g, número 1, onde se lê: "fração de ejeção 0,40 (valor específico para o método de Simpson)"; leia-se: "fração de ejeção menor ou igual a 0,40 (valor específico para o método de Simpson)";

c) no subitem 5.1.2, letra j, número 1, onde se lê: "lesão de tronco de coronária esquerda 50%"; leia-se: "lesão de tronco de coronária esquerda maior ou igual a 50%";

d) no subitem 5.1.2, letra j, número 2, onde se lê: "lesões em três vasos, moderadas a importantes (70% em terço proximal ou médio), e, "eventualmente" do leito distal, dependendo da massa miocárdica envolvida"; leia-se: "lesões em três vasos, moderadas a importantes (maior ou igual a 70% em terço proximal ou médio), e, "eventualmente" do leito distal, dependendo da massa miocárdica envolvida";

e) no subitem 5.1.2, letra k, número 1, onde se lê: "idade 70 anos"; leia-se: "idade maior ou igual a 70 anos";

f) no subitem 5.1.2, letra l, número 5, onde se lê: "idade avançada (70 anos)"; leia-se: "idade avançada (maior ou igual a 70 anos)";

g) no subitem 5.3.1, letra k, onde se lê: "forma obstrutiva com gradiente de via de saída 50 mmHg"; leia-se: "forma obstrutiva com gradiente de via de saída maior ou igual a 50 mmHg";

h) no subitem 5.3.2, letra e, onde se lê: "fração de ejeção 0,40"; leia-se: "fração de ejeção menor ou igual a 0,40";

i) no subitem 5.5, letra c, número 3, onde se lê: "pressão sistólica em artéria pulmonar, calculada com base nas pressões do VD e AD, 60 mmHg"; leia-se: "pressão sistólica em artéria pulmonar, calculada com base nas pressões do VD e AD, maior ou igual a 60 mmHg";

j) no subitem 5.5, letra d, número 4, onde se lê: "pressão na artéria pulmonar 60 mmHg"; leia-se: "pressão na artéria pulmonar maior ou igual a 60 mmHg";

k) no subitem 5.5, letra d, número 5, onde se lê: "pressão no átrio direito 15 mmHg"; leia-se: "pressão no átrio direito maior ou igual a 15 mmHg";

l) no subitem 5.7.3, letra f, número 2, onde se lê: "pressão diastólica final do ventrículo esquerdo (Pd2 VE) elevada (> 20 mm Hg)"; leia-se: "pressão diastólica final do ventrículo esquerdo (Pd2 VE) elevada (maior ou igual a 20 mm Hg)";

m) no subitem 5.7.3, letra f, número 4, onde se lê: "fração de regurgitação > 60%"; leia-se: "fração de regurgitação maior ou igual a 60%";

n) no subitem 5.7.4, letra c, número 1, onde se lê: "área valvar < 0,75 cm²"; leia-se: "área valvar menor ou igual a 0,75 cm²";

o) no subitem 5.7.4, letra c, número 2, onde se lê: "gradiente médio de pressão transvalvar aórtica > 50 mm Hg"; leia-se: "gradiente médio de pressão transvalvar aórtica maior ou igual a 50 mm Hg"; e

p) no subitem 5.7.4, letra d, número 1, onde se lê: "área valvar < 0,75 cm²"; leia-se: "área valvar menor ou igual a 0,75 cm²".

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA Nº 1.524/EMCFA/MD, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, conforme disposto no Art 9º do Regulamento da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (MMEMCFA), aprovado pela Portaria Normativa nº 25/MD, de 09 de maio de 2016, resolve:

Conceder a Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (MMEMCFA) ao Contra-Almirante Alexandre Augusto Amaral Dias da Cruz.

ADEMIR SOBRINHO
Almirante de Esquadra

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 6 de setembro de 2016

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 411/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Bernardo Barbosa da Silva e à concessão da validade nacional ao diploma recebido no âmbito do curso de Doutorado em Engenharia Civil, ministrado pela Universidade Federal da Paraíba, com sede no município de Campina Grande, estado da Paraíba, conforme consta do Processo nº 23001.000063/2015-46.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 60/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, propõe a aprovação de Diretrizes Nacionais para o curso de graduação em Teologia, conforme consta do Processo nº 23001.000088/2010-35.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 287/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos e à validação nacional dos títulos de Mestre obtidos no curso de Mestrado em Administração, bem como no curso de Tecnologia em Sistemas de Informação, ministrados pelo Centro Universitário FIEO - UNIFIEO, sediado no município de Osasco, no estado de São Paulo, aos alunos relacionados no Anexo, conforme consta do Processo nº 23001.000095/2012-07.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

QUADRO I
ALUNOS DO PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Nº	Aluno	RG	CIC	Data Matrícula Inicial	Data Defesa
1	Adriana Pacheco Nunes	1.531.770	313.203.255-72	9/8/2001	20/12/2004
2	Altair José da Silva	36789611-4	101.906.439-00	16/2/2002	29/3/2005
3	Carlos Messias do Nascimento	11336153-1	053.794.638-19	16/2/2002	11/11/2004
4	Elizeu Antunes de Oliveira	12634344	031.003.868-50	9/2/2002	21/9/2006
5	Fabian Romano	17431848	075.327.828-67	14/8/2001	16/9/2004
6	Gilberto Avilar Teixeira	14076374	085.973.478-13	10/8/2001	6/10/2004
7	Laércio de Mattos	077461513-3	000.859.597-66	6/2/2002	13/10/2004
8	Luiz Januário	20.208.707	014.731.998-67	14/8/2001	28/10/2004
9	Márcia Aparecida Szarnobay Canutto	12.965.577	040.592.698-75	9/8/2001	26/11/2004
10	Maria Bernadete Pupo dos Santos Gancho	6739-010	124.033.018-92	6/2/2002	25/10/2004
11	Marcos de Martini	20.905.280	-	14/8/2001	30/6/2004
12	Mauro Benucci	11.326.029	164.251.328-84	14/8/2001	28/6/2004
13	Osvaldo da Silva	9967657	009.510.528-02	7/2/2002	3/3/2005
14	Roberto Martin	6971486	651.409.748-00	14/2/2002	30/5/2005
15	Rosana Jacuviske	7.558.262	063.542.818-07	9/8/2001	16/12/2004
16	Rodrigo Deusdará de Salvi	25.583.283-4	-	19/2/2002	14/10/2004
17	Sérgio Luiz de Barros Santiago	3285796-2	371.854.408-49	15/2/2002	7/6/2005
18	Sumaya Suely André Carnevalli Neves	12518870	-	16/2/2002	31/3/2005
19	Walter Arante	6824967	808.727.788-00	31/8/2001	13/11/2003
20	Walter Penteado Filho	9709652-0	030.563.978-12	14/2/2002	9/6/2005

QUADRO II
ALUNOS DO PROGRAMA DE MESTRADO EM TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Nº	Aluno	RG	Data Matrícula Inicial	Data Defesa
1	Adilson Dolci	23798114-2	4/2/2002	14/5/2005
2	Alexandre Zanetti de Almeida	61.220.638-0	7/8/2002	6/8/2005
3	Alfredo Laurisio Oliveira Mourão	1.365.214	10/8/2002	14/10/2004
4	Andrea Nemoto Ruas	27.290.017-5	10/8/2002	8/10/2005
5	Antonio Roberto da Silva	8101340	14/2/2002	25/2/2006
6	Celso de Arruda	15.890.948-1	9/8/2002	25/3/2006
7	Chau Sen Shia	24.739.178-5-SP	6/8/2001	16/4/2005
8	Clarice Bertoli	9.311.435	10/2/2003	20/3/2006
9	Evandro Waingärtner	16.453.902	6/8/2001	22/10/2003
10	Gratuliano Ferreira Torres de Lucena	6.658.062	8/8/2002	26/11/2005
11	José Orlando Padrão	13.974.155-0	9/8/2001	17/12/2004
12	Luiz Antonio de Góes	16.271.208 X	10/2/2003	3/12/2005
13	Nilo Sérgio Maziero Petrin	12.898.150	9/8/2001	21/5/2005
14	Roberto Ueno	15.403.640-7	8/2/2003	3/9/2005
15	Sérgio Martins Dealtry	8161107	15/2/2003	19/12/2005
16	Sergio Santa Rosa Júnior	25.150.038-X	7/8/2002	14/6/2006
17	Silvia Basseti da Silva	10.933.838	8/8/2002	20/8/2006

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 31, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "PROF. MARIANO DA SILVA NETO"- CCE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 05/2016/CCE, de 12/07/2016, publicado no DOU Nº 133, de 13/07/2016; o Processo nº. 23111.016533/2016-27; e as Leis nº.s 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente. Resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Coordenação do Bacharelado em Moda, Design e Estilismo (CCBMDE), do Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto"- CCE, da forma como segue:

1. Pesquisa e Criação em Moda - Habilitando as candidatas CAROLINE CARVALHO BARBOSA (1ª colocada), CARLA MOURA FERREIRA (2ª colocada) e DANIELA PEREIRA DAMASCENO SANTOS (3ª colocada) e classificando para contratação a 1ª colocada.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO M. SOBRINHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS ALTA FLORESTA

PORTARIA Nº 81, DE 5 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR GERAL PRÓ-TEMPORE DO CAMPUS ALTA FLORESTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº 985, 02.06.2014, publicada no D.O.U. de 03.06.2014, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 02/2016 (Protocolo nº. 23747.009809.2016-44); resolve:

I - Aplicar sanção à empresa RWX Comércio e Representação de Informática Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 15.710.797/0001-98, na modalidade de Advertência, com base no Art. 87, Inc. I e II da Lei nº. 8.666/93.

II - A aplicação da sanção se dá em razão da ocorrência de atraso significativo na entrega dos equipamentos adquiridos através de adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão SRP n°. 1/2015 do 9° Batalhão de Infantaria Motorizada (UASG 160379), em desatendimento ao item 6.1 e 6.1.1 do Termo de Referência anexo ao Edital do certame, conforme fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 02/2016 (Protocolo nº. 23747.009809.2016-44).

III - Fica revogada a Portaria IFMT/ALF n°. 062, de 03 de junho de 2016.

IV - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

V - Cientifiquem-se e cumpra-se.

JULIO CESAR DOS SANTOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 1.545, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o artigo 214 da Constituição Federal; a Lei complementar nº. 11.647, de 24 de março de 2008; o Decreto nº. 6.439, de 22 de abril de 2008; o artigo 12 da IN nº. 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997; e a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED nº. 04/2004/STN/MF, resolve:

Art. 1º. Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário dos Programas 2109 e 2080, Ações 4572 e 20RL, para a participação de servidores do IFRN no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de acordo com o anexo desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Funcionais Programáticas: 12.128.2109.4572.0024 e 12.363.2080.20RL.0024, PTRES: 088710 e 108938, PI: L4572P58DEN e L20RLP99PLN, Fontes de Recursos: 0112000000 e 0250026435, Natureza das Despesas: 339014 (Diárias), 339018 (Auxílio Financeiro ao Estudante) 339030 (Material de Consumo), 339033 (Passagens e Despesa com Locomoção), 339036 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física), 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) e 449052 (Material Permanente).

Art. 2º. A descentralização dos créditos orçamentários e financeiros será efetuada na conta do crédito descentralizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº. 6.439, de 22 de abril de 2008.

Parágrafo único. Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados não empenhados deverão ser devolvidos ao IFRN até o último mês do exercício financeiro de 2016, como também os saldos de recursos financeiros não utilizados.

Art. 3º. A Instituição beneficiada deverá, ao fim da execução física e financeira, apresentar ao IFRN relatório gerencial nos moldes de formulário disponibilizado por esta Instituição.

Art. 4º. A prestação de contas dos créditos descentralizados será apresentada até 60 (sessenta) dias após o fim do exercício e, por destaque, deverá integrar as contas anuais das Instituições Federais de Educação Tecnológica a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AGAMENON HENRIQUE DE CARVALHO TAVARES

PORTARIA Nº 1.546, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o artigo 214 da Constituição Federal; a Lei complementar nº. 11.647, de 24 de março de 2008; o Decreto nº. 6.439, de 22 de abril de 2008; o artigo 12 da IN nº. 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997; e a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED nº. 04/2004/STN/MF, resolve:

Art. 1º. Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário do Programa 2109, Ação 4572, para a participação de servidores do IFRN no Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de Software da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de acordo com o anexo desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.128.2109.4572.0024, PTRES: 088710, PI: L4572P58DEN, Fonte de Recursos: 0112000000, Natureza das Despesas: 339014 (Diárias), 339030 (Material de Consumo), 339033 (Passagens e Despesa com Locomoção), 339036 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física) e 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Art. 2º. A descentralização dos créditos orçamentários e financeiros será efetuada na conta do crédito descentralizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº. 6.439, de 22 de abril de 2008.

Parágrafo único. Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados não empenhados deverão ser devolvidos ao IFRN até o último mês do exercício financeiro de 2016, como também os saldos de recursos financeiros não utilizados.

Art. 3º. A Instituição beneficiada deverá, ao fim da execução física e financeira, apresentar ao IFRN relatório gerencial nos moldes de formulário disponibilizado por esta Instituição.

Art. 4º. A prestação de contas dos créditos descentralizados será apresentada até 60 (sessenta) dias após o fim do exercício e, por destaque, deverá integrar as contas anuais das Instituições Federais de Educação Tecnológica a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura

AGAMENON HENRIQUE DE CARVALHO TAVARES

PORTARIA Nº 1.550, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o artigo 214 da Constituição Federal; a Lei complementar nº. 11.647, de 24 de março de 2008; o Decreto nº. 6.439, de 22 de abril de 2008; o artigo 12 da IN nº. 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997; e a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED nº. 04/2004/STN/MF, resolve:

Art. 1º. Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário do Programa 2109, Ação 4572, para a participação de servidores do IFRN no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, em nível de Doutorado, de acordo com o anexo desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.128.2109.4572.0024, PTRES: 088710, PI: L4572P58DEN, Fonte de Recursos: 0112000000, Natureza das Despesas: 339000 (Custeio), 339014 (Diárias) e 339033 (Passagens e Despesa com Locomoção).

Art. 2º. A descentralização dos créditos orçamentários e financeiros será efetuada na conta do crédito descentralizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº. 6.439, de 22 de abril de 2008.

Parágrafo único. Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados não empenhados deverão ser devolvidos ao IFRN até o último mês do exercício financeiro de 2016, como também os saldos de recursos financeiros não utilizados.

Art. 3º. A Instituição beneficiada deverá, ao fim da execução física e financeira, apresentar ao IFRN relatório gerencial nos moldes de formulário disponibilizado por esta Instituição.

Art. 4º. A prestação de contas dos créditos descentralizados será apresentada até 60 (sessenta) dias após o fim do exercício e, por destaque, deverá integrar as contas anuais das Instituições Federais de Educação Tecnológica a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

WYLLYS ABEL FARKATT TABOSA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Referenda a Resolução nº 63/2015/CS/IFS, que aprovou ad referendum a Reformulação da Regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS e considerando a 1ª reunião ordinária do Conselho Superior em 2016 ocorrida em 29/01/2016, resolve:

I - REFERENDAR a Resolução nº 63/2015/CS/IFS, que aprovou Ad Referendum a Reformulação do Regulamento para Avaliação e o fluxo de procedimentos para a concessão do (RSC) Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

II - Esta Resolução entra em vigor nesta data, produzindo efeitos desde a data da Resolução Referendada.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 28 DE MARÇO DE 2016

Retifica o inciso IV do art. 15 e inclui o anexo IX à Regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Sergipe, aprovado pela Resolução 63/2015/CS/IFS e referendado pela Resolução 09/2016/CS/IFS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando a deliberação da reunião/audiência 002/2016 realizada entre Procuradoria, Reitoria e CPPD, e ainda, considerando a 2ª reunião ordinária do Conselho Superior em 2016 ocorrida em 28/03/2016, resolve:

I - RETIFICAR o inciso IV do art. 15 da Regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Sergipe, aprovado pela Resolução 63/2015/CS/IFS e referendado pela Resolução 09/2016/CS/IFS.

Onde se lê: "IV - emitir um parecer, que deverá de forma conclusiva ser favorável ou desfavorável à solicitação do docente, o qual será encaminhado à CPPD juntamente com a planilha de apuração devidamente preenchida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis"

Leia-se: "IV - emitir manifestação, na forma do anexo IX, que deverá de forma conclusiva ser favorável ou desfavorável à solicitação do docente, o qual será encaminhado à CPPD juntamente com a planilha de apuração devidamente preenchida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

II - Ficam convalidados os atos praticados sob a égide da redação anterior, desde que compatíveis com a nova redação.

III - INCLUIR o Anexo IX no referido regulamento

IV - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

ANEXO IX

Eu, _____ professor (a) da Carreira do Magistério da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, lotado no _____, tendo sido designado membro da Comissão Especial para Avaliação do Reconhecimento de Saberes e Competência, de acordo com sorteio realizado no Banco de Avaliadores do RSC - SIMEC, para avaliar o(a) candidato(a) professor(a) _____ locado(a) no Campus _____ do Instituto Federal de Sergipe, após análise da documentação apresentada, apresento o meu ( ) deferimento ( ) indeferimento a este Reconhecimento de Saberes e Competências no nível ( ) RSC I ( ) RSC II ( ) RSC III, com direito à RETROATIVIDADE a partir de __/__/____, conforme critérios de pontuação existentes na Resolução nº 34/2014/CS homologada pelo Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC através da Portaria MEC/SETEC nº 33 de 28 de agosto de 2014.

Em __ de _____ de ____.

_____

Assinatura do Avaliador (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.652, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

A Reitora, em Exercício, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.007190/2015-73, resolve:

Prorrogar, pelo período de 23/09/2016 a 22/09/2017, a validade do Processo Seletivo para Professor Substituto, realizado através do Edital nº 122/2015, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 139/2015, de 23/09/2015, publicado no DOU de 24/09/2015, Seção 3, fl. 70.

MAGALI BENJAMIM DE ARAÚJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.372, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 26/10/2016, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2015, DOU de 20/01/2015, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1270, DOU de 26/10/2015.

FACULDADE DE FARMÁCIA
Departamento: DO MEDICAMENTO
Área de Conhecimento: Farmacocinética
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE

LORENE LOUISE SILVA PINTO

PORTARIA Nº 1.376, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 01/2016, publicado no DOU de 25/02/2016.

Unidade: ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA
Departamento: ANATOMIA, PATOLOGIA E CLÍNICAS VETERINÁRIAS
Área de Conhecimento: Imunologia Veterinária. Imunologia Aplicada à Saúde e à Produção Animal
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.047028/16-17
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif. Geral
1º Flaviane Alves de Pinho
Unidade: FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Departamento: EDUCAÇÃO I
Área de Conhecimento: Educação Infantil
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.047308/16-25
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif.Geral
1º Silvanne Ribeiro Santos
2º Maria Cristina Schefer
Unidade: FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Departamento: EDUCAÇÃO I
Área de Conhecimento: Avaliação da Aprendizagem
Classe: ADJUNTO A

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.047225/16-36
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif. Geral
1º Rejane de Oliveira Alves

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

PORTARIA Nº 457, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

A REITORA PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11 da Lei nº 12.825, de 5 de junho de 2013, e a Portaria MEC Nº 575, de 28 de junho de 2013, resolve:

PRORROGAR por 01 (um) ano, a partir de 08/09/2016, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, para exercício nos municípios de Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória, objeto do Edital 01/2015, cuja homologação foi publicada no DOU de 08/09/2015, para as áreas abaixo relacionadas:

UNIDADE: CENTRO DAS HUMANIDADES, CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS - BARREIRAS

Área do Conhecimento: Filosofia e História das Ciências. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.002002/15-38.

Área do Conhecimento: Filosofia Geral. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.002000/15-11.

Área do Conhecimento: Gestão de Projetos. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.001975/15-87.

Área do Conhecimento: Língua Portuguesa. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.001950/15-56.

UNIDADE: CENTRO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE, CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS - BARREIRAS

Área do Conhecimento: Genética Humana. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Adjunto A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.002006/15-99.

Área do Conhecimento: Microbiologia Básica e Clínica. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Adjunto A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.001995/15-94.

Área do Conhecimento: Imunologia Básica e Clínica. Vagas: 02. Classe: A. Denominação: Adjunto A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.001996/15-57.

UNIDADE: CENTRO DAS CIÊNCIAS EXATAS E DAS TECNOLOGIAS, CAMPUS REITOR EDGARD SANTOS - BARREIRAS

Área do Conhecimento: Física Geral. Vagas: 01. Classe: A. Denominação: Assistente A. Regime de Trabalho: DE. Processo: 23520.001977/15-11.

IRACEMA SANTOS VELOSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 7.181, DE 22 DE JULHO DE 2016

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 01 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial da União Nº 124, de 02 de julho de 2015, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, no Instituto de Ciências Biomédicas, no Setor de Anatomia: Pesquisa em Ciências Biomédicas, conforme descrito abaixo. O número do edital do concurso é 450, de 03 de dezembro de 2014, publicado no DOU nº 236, de 05 de dezembro de 2014 e retificado pelo Edital nº 14 de 14/01/2015, publicado no DOU nº 16 de 23/01/2015.

1º - Marcos Fabio Henriques dos Santos
2º - Bruno de Almeida Carlos de Carvalho Pontes
3º - Romulo Sperduto Dezonne

ROBERTO LEHER

PRÓ-REITORIA DE GRADUADOS E PESQUISA CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

PORTARIA Nº 8.173, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O Presidente do Conselho de Ensino para Graduados - CEPG da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições conferidas através da Portaria 5372, de 10/06/2016, publicado no Diário Oficial da União nº111, de 13 de junho de 2016, resolve:

Tornar público o resultado final de Professor Visitante Sênior (edital 129 de 6 de maio de 2016, publicado no D.O.U. 87, seção 3, página 92 de 09/05/2016, bem como no BUFRJ 19, de 12/05/2016), das contratações a seguir:

PROCESSO	PROGRAMA / CANDIDATO
031987/2016-71	Economia da Indústria e da Tecnologia - Lionello Franco Punzo
033186/2016-41	Educação - Antonio Manuel Seixas Sampaio da Novoa
032253/2016-18	Engenharia Civil - Krishna Moothy Ravi
032778/2016-45	Letras Vernáculas - Albert Rilliand

LEILA RODRIGUES DA SILVA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

PORTARIA Nº 8.178, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Antonio José Leal Costa, no uso de suas atribuições:

Resolve tornar público o resultado do processo seletivo público aberto para contratação de professor Substituto 20 horas para Área de Epidemiologia e Bioestatística-Epidemiologia do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ, referente ao Edital nº 296 de 23/08/2016, publicado no DOU nº 163 de 24 de agosto de 2016, divulgando em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados:

1º Beatriz Fátima Alves de Oliveira
2º Ana Luísa Bessa Bacellar Gomes
3º Gabriela de Azevedo Abreu

ANTONIO JOSÉ LEAL COSTA

INSTITUTO DE NUTRIÇÃO

PORTARIA Nº 8.112, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora do Instituto de Nutrição Josué de Castro, do Centro de Ciências da Saúde, da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 6667 de 04/08/2014, publicada no DOU nº 148, de 05/08/2014, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto do Departamento de Nutrição e Dietética, setor Administração de Serviços de Alimentação, referente ao Edital nº 296 de vinte e três de agosto de dois mil e dezesseis, publicado no DOU nº 163, de vinte e quatro de agosto de dois mil e dezesseis, Seção 3, divulgando, por ordem de classificação, os nomes das candidatas aprovadas:

1º Camila das Neves Didini
2º Carolina Pinto de Carvalho Martins
3º Cristiane Mesquita da Silva Gorgônio

GLORIA VALERIA DA VEIGA

CENTRO DE LETRAS E ARTES FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 8.217, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 40, de 06/01/2014, publicada no DOU nº 04, Seção 2, de 07/01/2014, resolve: Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 296, de 23/08/2016, publicado no DOU nº 163, de 24/08/2016, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Letras Vernáculas
Setor: Língua Portuguesa
1-Aline Ponciano dos Santos Silvestre
2-Bruna Gois Pavão Ferreira

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 874, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.0050579/2016-80 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Fonoaudiologia - FONO/CCS, instituído pelo Edital nº 32/DDP/PRODEGESP/2016, de 18 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 160, Seção 3, de 19/08/2016.

Área/Subárea de Conhecimento: Linguagem
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Ana Cândida Schier Martins	9,24
2º	Giséli Pereira de Freitas	8,47

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 875, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.048906/2016-33 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Artes e Libras - DALI/CCE, instituído pelo Edital nº 32/DDP/PRODEGESP/2016, de 18 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 160, Seção 3, de 19/08/2016.

Área/Subárea de Conhecimento: Voz e Corpo
Áreas afins: Teatro e Dança
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Henrique Bezerra de Souza	8,98
2º	Almir Ribeiro da Silcva Filho	8,96
3º	Zilá Maria Muniz	8,81
4º	Marisa de Souza Naspolini	8,66
5º	Eduardo Osório Silva	8,38
6º	Aline Castaman	7,98
7º	Thaís Antônio Carli	7,52
8º	Francine Matos Costa	7,13
9º	André Sarturi	7,11

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 876, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.049064/2016-37 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Estudos Especializados em Educação - EED/CED, instituído pelo Edital nº 32/DDP/PRODEGESP/2016, de 18 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 160, Seção 3, de 19/08/2016.

Área/Subárea de Conhecimento: Organização Escolar
Áreas afins: Educação
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Alcione Nawroski	8,95
2º	Sidneya Magaly Gaya	8,83
3º	Adalberto TeodósioTabalipa	8,18
4º	Stela Marcia Moreira Rosa	8,02

LILIAN CRISTIANE SILVA DE OLIVEIRA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ATO Nº 1.325, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Declara cessada a liquidação extrajudicial da Guarumoto Administração de Consórcios S/C Ltda.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XV, do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com fundamento no art. 19, alínea "d", da Lei n° 6.024, de 13 de março de 1974,

Considerando a decretação da falência, por meio de sentença de 22 de julho de 2016, prolatada pelo Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos (SP), publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 26 de julho de 2016, e a nomeação do senhor Oreste Nestor de Souza Laspro, para exercer a função de administrador judicial, nos autos do Processo n.º 1000543-37.2016.8.26.0224, resolve:

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial da Guarumoto Administração de Consórcios S/C Ltda., CNPJ n° 51.260.933/0001-59, com sede em Guarulhos (SP), a que foi submetida pelo Ato do Presidente nº 1.273, de 25 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2014.

Art. 2º Fica dispensado o Senhor Valder Viana de Carvalho, carteira de identidade RG 5.519.418 - SSP/SP e CPF 369.056.238-49, do encargo de liquidante.

ILAN GOLDFAJN

ATO Nº 1.326, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Declara cessada a liquidação extrajudicial da Catedral Corretora de Câmbio e Títulos Mobiliários Ltda.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XV, do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com fundamento no art. 19, alínea "b", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial a que a Catedral Corretora de Câmbio e Títulos Mobiliários Ltda., CNPJ 15.230.501/0001-31, foi submetida pelo Ato do Presidente nº 1.305, de 7 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2015.

Art. 2º Fica dispensado o Senhor Othon Ayres Rehm, carteira de identidade 59689501 SSP/BA e CPF 002.343.465-15, do encargo de liquidante.

ILAN GOLDFAJN

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DO RELATOR
Em 1º de setembro de 2016

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2014/0578
Reg. Col. nº 9201/2014

Acusado	Advogado
Eike Fuhrken Batista	Darwin Corrêa (OAB-RJ 112.989) Juliana Dal Sasso (OAB-RJ 167.645)

Interessado: Eike Fuhrken Batista
Assunto: Concessão de prazo para arrolar testemunhas
Diretor Relator:Henrique Machado

Considerando a juntada aos autos dos laudos periciais (fls. 2.446-2.496 e 2.499-2.591) e o pedido de produção de prova testemunhal apresentado pelo acusado às fls. 2.497 e 2.498, defiro o prazo de 10 (dez) dias para que o acusado apresente o rol de testemunhas, nos termos do art. 19 da Deliberação CVM nº 538/08.

Remeto o processo à CCP para que providencie a intimação do acusado.

HENRIQUE MACHADO

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

RETIFICAÇÃO

Pauta de julgamentos, abertos ao público, de Processos Administrativos Sancionadores - CVM

No âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 01/2007 - Brasil Telecom Kroll, reportamo-nos à Pauta de Julgamentos publicada no D.O.U de terça-feira, 6 de setembro de 2016, Seção 1, páginas 16 e 17, para retificação do objeto do processo.

Onde se lê:

...

Objeto do processo: intermediação irregular no mercado de valores mobiliários (art. 15, inciso III e parágrafo único, da Lei nº 6.385/76, combinado com o art. 3º da Instrução CVM nº 434/06) emissão irregular de cheques para liquidação de operações cursadas em bolsa, ou para pagamento de clientes (art.19, inciso II, da Instrução CVM nº 387/03).

Leia-se:

...Objeto do processo: Responsabilidade de administradores e de membros do conselho fiscal por desvio de finalidade e descumprimento ao dever de diligência.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Nº 15.222 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MLADEN DRAGOSAVAC, CPF nº 231.600.778-37 a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.223 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza DHAN VIANNA SUGUI, CPF nº 135.613.647-80, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.224 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza BRUNO BOZON FURLAN, CPF nº 343.616.648-03, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.225 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza KLAUS NERY TEIXEIRA, CPF nº 006.283.190-96, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.226 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCELO VIEIRA FRANCISCO, CPF nº 170.776.768-89, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.227 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARIANA DE MATTOS BARRETTO GUARITA, CPF nº 112.145.158-60, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.228 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ADROALDO MOURA DA SILVA, CPF nº 003.874.958-00, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.229 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FRAÇÃO INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 64.414.832, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.230 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a CODEPE CORRETORA DE VALORES S.A., CNPJ nº 09.512.542, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.231 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FAMÍLIA CAPITAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 13.261.533, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.232 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a VÓRTX SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS LTDA, CNPJ nº 17.595.680, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.233 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a TEMPLAR GESTÃO E INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.799.429, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.234 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a BANCO SOCIETE GENERALE BRASIL S/A, CNPJ nº 61.533.584, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.235 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a OLIMPIA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S/A, CNPJ nº 08.563.319, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.236 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a CARLOS FREDERICO CRISTIANO RODOLFO AUGUSTO FANGANIELLO COMPARATTO, CPF nº 307.700.148-95, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: DIVERSOS
Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO
1 - Processo nº: 19515.002684/2009-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO CARLOS CHAGAS
Relatora: ADRIANA GOMES REGO
2 - Processo nº: 13851.001170/2006-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAMUA COMERCIAL E AGRO-PECUARIA LTDA
3 - Processo nº: 11516.004364/2007-50 - Recorrente: ESTALEIRO KIWI BOATS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10670.720090/2013-42 - Recorrentes: ITALMAGNESIO NORDESTE S A e FAZENDA NACIONAL
Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO
5 - Processo nº: 13971.001629/2006-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BUNGE ALIMENTOS S/A
TEMA 2: DECADÊNCIA
Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO
6 - Processo nº: 10768.012899/97-46 - Recorrente: CAFES FINOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10980.011192/99-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIVESA DISTRIB CURITIBANA VEICULOS LTDA
8 - Processo nº: 10880.008184/99-28 - Recorrentes: CENTRO COMERCIAL SINO-BRASILEIRO LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10980.727089/2012-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: O. V. D. IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
Relatora: ADRIANA GOMES REGO
10 - Processo nº: 11040.001458/2004-68 - Recorrente: JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA SA PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO
11 - Processo nº: 18088.000031/2006-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRAMER ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
TEMA 3: CONCOMITÂNCIA DE MULTAS
Relator: LUIS FLAVIO NETO
12 - Processo nº: 10680.722631/2011-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS
13 - Processo nº: 10380.732903/2011-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERMELON COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA
14 - Processo nº: 10983.721216/2010-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A
15 - Processo nº: 13502.001138/2008-82 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13609.000059/2007-85 - Recorrente: EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16327.720390/2011-56 - Recorrente: UNIBANCO CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS E CAMBIO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: ADRIANA GOMES REGO
18 - Processo nº: 16327.001016/2004-29 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 15504.727453/2012-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEMIG DISTRIBUICAO S.A
TEMA 4: EMBARGOS
20 - Processo nº: 16327.001526/2010-44 - Embargante: BANCO SAFRA S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO
21 - Processo nº: 11516.001989/2004-17 - Embargante: CIRIO - ADMINISTRADORA DE VALORES LTDA - EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relatora: ADRIANA GOMES REGO
22 - Processo nº: 18471.001064/2007-21 - Embargante: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 16327.001870/2001-42 - Recorrente: COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRE MENDES DE MOURA
24 - Processo nº: 10903.720004/2012-30 - Embargante: CENTER AUTOMOVEIS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: NULIDADE
Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO
25 - Processo nº: 13855.002820/2010-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAGAZINE LUIZA S/A
26 - Processo nº: 12898.000809/2009-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARGOLIS HOLDING S A
Relatora: ADRIANA GOMES REGO
27 - Processo nº: 10980.001875/2009-32 - Recorrente: FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

28 - Processo nº: 19647.001625/2003-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA INCORPORADORA J B LTDA - ME

TEMA 6: SIMPLES

Relatora: CRISTIANE SILVA COSTA

29 - Processo nº: 13896.003074/2003-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOA FORMA ACADEMIA DE GINASTICA E COMERC

30 - Processo nº: 10980.011588/2005-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERWAY FREIOS LTDA - ME

31 - Processo nº: 13710.003013/2004-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRUQUE EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA - ME

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

32 - Processo nº: 10909.002133/2004-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPERMERCADO CAMPOS NOVOS LTDA - EPP

TEMA 7: CONHECIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: CRISTIANE SILVA COSTA

33 - Processo nº: 13116.722752/2012-11 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

34 - Processo nº: 13706.001933/2003-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MET NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA

35 - Processo nº: 16327.003435/2003-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A.

TEMA 8: COMPENSAÇÃO

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

36 - Processo nº: 11040.001264/00-77 - Recorrente: JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA SA PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

37 - Processo nº: 10880.036101/96-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SABRICO S A

38 - Processo nº: 10880.027641/96-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO ITAUBANK S.A

39 - Processo nº: 13804.002327/99-43 - Recorrente: MINERACAO CATALAO DE GOIAS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10320.004824/99-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARDISA VEICULOS LTDA

TEMA 9:DIVERSOS

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

41 - Processo nº: 13802.001272/95-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TUBO MASTER DISTRIBUIDORA DE ACOS LTDA

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

42 - Processo nº: 19740.000076/2007-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S.A.EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL

43 - Processo nº: 11516.002233/99-85 - Recorrentes: FEMINA COM E REPRESENTACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10410.004658/2002-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SA LEAO IRMAOS ACUCAR E ALCOOL

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: MULTA DE OFÍCIO

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

45 - Processo nº: 16643.000032/2010-60 - Recorrente: TAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 19515.000447/2010-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGRENCO DO BRASIL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Relator: LUIS FLAVIO NETO

47 - Processo nº: 10640.004758/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIDROLAR LTDA

48 - Processo nº: 10830.008723/2008-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPET INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

49 - Processo nº: 10680.720527/2006-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CCP ARTIGOS DE ESCRITORIO LTDA - ME

TEMA 11: IN SRF 243/2002

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

50 - Processo nº: 10283.721285/2008-14 - Recorrente: KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS FLAVIO NETO

51 - Processo nº: 16561.720036/2011-59 - Recorrente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

52 - Processo nº: 16561.000199/2008-16 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

53 - Processo nº: 16561.000042/2009-71 - Recorrentes: SCANIA LATIN AMERICA LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 12: DIVERVOS

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

54 - Processo nº: 10830.010605/2007-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S A

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

55 - Processo nº: 18471.001351/2006-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A

56 - Processo nº: 13808.004548/96-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LLOYDS TSB BANK PLC

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

57 - Processo nº: 16327.000002/2010-36 - Recorrente: BRADESCO SA CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 14120.720002/2011-28 - Recorrente: COMPANHIA COLORADO DE AGRONEGOCIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

59 - Processo nº: 11543.007847/99-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAPIX COMERCIO DE ALIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: OUTRAS VISTAS - MATÉRIA AUTÔNOMAS

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

60 - Processo nº: 11070.720968/2012-91 - Recorrente: JOHN DEERE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 16327.001372/2004-42 - Recorrente: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

62 - Processo nº: 19515.003484/2004-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPAHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS-AMBEV

63 - Processo nº: 19515.003475/2005-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV

64 - Processo nº: 19515.001521/2006-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV

65 - Processo nº: 16095.000603/2007-14 - Recorrente: JS ADMINISTRACAO DE RECURSOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: ÁGIO

66 - Processo nº: 13609.000814/2009-93 - Recorrentes: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

67 - Processo nº: 16327.001536/2010-80 - Recorrente: BM&F BOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10980.728833/2012-48 - Recorrentes: MAGIUS METALURGICA INDUSTRIAL S/A. e FAZENDA NACIONAL -

Relator: LUIS FLAVIO NETO

69 - Processo nº: 10830.016840/2009-11 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10830.009519/2008-08 - Recorrente: MANN+HUMMEL BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

71 - Processo nº: 11080.011379/2006-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIVO S.A.

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

72 - Processo nº: 16643.000144/2010-11 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10855.724094/2011-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FABRICA DE PECAS ELETRICAS DELMAR LTDA

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: TRAVA DE 30%

Relatora: CRISTIANE SILVA COSTA

74 - Processo nº: 19515.002561/2006-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KLABIN S.A.

75 - Processo nº: 19515.000330/2010-11 - Recorrente: ABRIL COMUNICACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 11052.000522/2010-01 - Recorrente: DRAGAPORT ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

77 - Processo nº: 19515.000427/2010-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VOTORANTIM ENERGIA LTDA

78 - Processo nº: 15374.000577/2009-97 - Recorrente: MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10166.728996/2011-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO DO BRASIL SA

80 - Processo nº: 10166.729141/2011-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO DO BRASIL SA

81 - Processo nº: 19515.000584/2010-21 - Recorrente: ABRIL COMUNICACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

82 - Processo nº: 16327.001478/2005-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CRBS S/A

83 - Processo nº: 16327.000299/2006-53 - Recorrente: BANK OF AMERICA NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 16327.001458/2005-56 - Recorrente: CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 17: LUCRO PRESUMIDO

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

85 - Processo nº: 13808.001391/99-40 - Recorrente: SCHERING DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10480.722521/2009-66 - Recorrente: SISTEMA RECIFENSE DE MAQUINAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 18: PERC

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

87 - Processo nº: 13804.000781/99-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRT INVESTIMENTOS LTDA.

88 - Processo nº: 13804.000783/99-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRT INVESTIMENTOS LTDA.

89 - Processo nº: 16327.002321/99-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CREDIT LYONNAIS FINANCEIRA S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 19: SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

90 - Processo nº: 10980.729381/2012-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BEMATECH S.A

91 - Processo nº: 11065.000731/2007-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIA UNO S/A CALCADOS E ACESSORIOS

TEMA 20: DIVERSOS

Relator: MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

92 - Processo nº: 10280.722154/2010-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONDOMINIO VOLUNTARIO PATIO BELEM

93 - Processo nº: 13805.001279/92-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEMP TOSHIBA S A

94 - Processo nº: 10865.003758/2009-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MEDLEY INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA

95 - Processo nº: 10830.009437/2007-74 - Recorrente: LINX BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ADRIANA GOMES REGO

96 - Processo nº: 13808.000096/94-80 - Recorrente: AUTO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10380.721117/2010-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RABELO VEICULOS LTDA - ME

98 - Processo nº: 16561.720008/2011-31 - Recorrente: MICHELIN ESPIRITO SANTO COM. IMP. EXP. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 16327.001614/2006-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO ABN AMRO REAL S.A.

100 - Processo nº: 19515.003932/2007-17 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRE MENDES DE MOURA

101 - Processo nº: 10530.721612/2011-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MK ELETRODOMESTICOS MONDIAL S.A.

Relatora: NATHALIA CORREIA POMPEU

102 - Processo 19515.000234/2005-06 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

103 - Processo nº: 16327.003479/2002-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO INTERCAP S/A.

104 - Processo nº: 13009.000156/99-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente
Substituto

LUCIANA MOREIRA TELLES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

3ª TURMA

RETIFICAÇÃO

Na pauta de julgamento da Terceira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, publicada no DOU nº 169, de 1º de setembro de 2016, Seção 1, págs. 27 a 29, onde se lê:

"4) O julgamento do Processo nº 11080.914807/2012-47 (item 77) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 78 a 127. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 78 a 127, nos termos..."

leia-se

"4) O julgamento do Processo nº 11080.914807/2012-47 (item 77) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 78 a 126. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 78 a 126, nos termos..."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1ª SEÇÃO
4ª CÂMARA

RETIFICAÇÃO

Na pauta de julgamento da Terceira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, publicada no DOU nº 169, de 1º de setembro de 2016, Seção 1, pág. 29, onde se lê:

"11 - Processo nº: 13602.000125/99-51 - Recorrente: RMAZEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL"

leia-se

"11 - Processo nº: 13602.000125/99-51 - Recorrente: ARMAZEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL"

2ª SEÇÃO
4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

1 - Processo nº: 12448.722588/2011-47 - Recorrente: ANA MARIA MANCEBO TINELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

2 - Processo nº: 10166.730408/2012-12 - Recorrente: CLAUSEM PINTO BONIFACIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 13749.720227/2013-04 - Recorrente: HELENA CALDAS DA LUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 10730.729415/2013-09 - Recorrente: GABRIELA PETERZOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 10730.730156/2013-51 - Recorrente: EVANO DOS SANTOS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

6 - Processo nº: 11030.721608/2015-25 - Recorrente: NADIR ANGELA FRANCIOSI PORN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

7 - Processo nº: 13433.720569/2015-31 - Recorrente: RUI TEXEIRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

8 - Processo nº: 18471.001976/2005-31 - Recorrente: MAX DOLINGER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

9 - Processo nº: 19515.720845/2012-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE ROBERTO MENEZES GARCIA - RECURSO OFICIO

10 - Processo nº: 10835.000629/2001-80 - Recorrente: RUI FURLAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 19515.000904/2007-48 - Recorrente: RICHARD CHENG TSU FU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

12 - Processo nº: 18470.729180/2014-48 - Recorrente: ANTONIO LUIZ CAMARA GONCALVES CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

13 - Processo nº: 19985.720490/2013-89 - Recorrente: MARIO OLM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 10768.001351/2009-66 - Recorrente: MARCIO DE CARVALHO WANDERLEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

15 - Processo nº: 10166.724578/2013-49 - Recorrente: FABIO SCUCATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 11080.727259/2013-06 - Recorrente: PROTASIO SMIDT DE BERTHEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 11030.721528/2015-70 - Recorrente: JOSE ODILON TASSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

18 - Processo nº: 10384.722726/2015-88 - Recorrente: GERARDO JURACI CAMPELO LEITE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 10735.722090/2013-85 - Recorrente: ALMIR DA SILVA GUERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 11543.720563/2013-20 - Recorrente: ALICE CARREIRO MOULIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 12448.731658/2014-09 - Recorrente: IZIDORA DE SENNA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 11610.001442/2010-91 - Recorrente: JOAO LOURENCO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 15504.020419/2010-64 - Recorrente: AROLDO FERREIRA DO BEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

24 - Processo nº: 10166.721075/2013-11 - Recorrente: MARIA ELIZABETH FREIRE GAMEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 13784.720023/2014-10 - Recorrente: MARCO ANTONIO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 10845.000737/2011-13 - Recorrente: MARIA ROSA SIGNORI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

27 - Processo nº: 19515.722768/2013-99 - Recorrente: ROGERIO MAURO D AVOLA - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 19515.722769/2013-33 - Recorrente: SANDRA MARIA GONCALVES VICTOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 11543.002267/2003-71 - Recorrente: OSMAR PRATES CHAMON - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 19515.722888/2013-96 - Recorrente: LUIZ FERNANDO DE ABREU SODRE SANTORO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

31 - Processo nº: 15504.724696/2014-73 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo nº: 15504.725977/2011-09 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 19515.721097/2014-20 - Recorrente: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CRIANCA DEFICIENTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

34 - Processo nº: 19515.721413/2014-63 - Recorrente: ASSOCIACAO SANTA MARCELINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10860.721949/2013-01 - Recorrente: GLOBO CENTRAL DE USINAGEM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 10860.721948/2013-59 - Recorrente: GLOBO CENTRAL DE USINAGEM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 10860.721962/2013-52 - Recorrente: GLOBO CENTRAL DE USINAGEM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 10860.721963/2013-05 - Recorrente: GLOBO CENTRAL DE USINAGEM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

39 - Processo nº: 18050.000945/2008-67 - Recorrente: INST BRASIL PRESERVAMB E DESENV SUSTENT - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 19515.720902/2014-06 - Recorrente: ASSOCIACAO CERMAC DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 13971.723933/2013-66 - Recorrente: MERCOSUL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 13971.723932/2013-11 - Recorrente: MERCOSUL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

43 - Processo nº: 16327.000747/2009-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

44 - Processo nº: 13520.000307/2009-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SUDAMERICANA DE FIBRAS BRASIL LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

45 - Processo nº: 37311.002241/2004-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ROCA BRASIL LTDA. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

46 - Processo nº: 15586.720478/2012-35 - Embargante: FORTE BOI - INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

47 - Processo nº: 16682.721034/2014-53 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 18471.001446/2008-36 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

49 - Processo nº: 18108.000975/2007-80 - Recorrente: PLURISERV SERVICOS TECNICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 11516.721894/2011-42 - Recorrente: MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 10680.012798/2007-69 - Recorrente: MINERACAO RIO VERDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

52 - Processo nº: 10708.000173/2008-80 - Recorrente: ANTENOR MACHADO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 15504.726184/2015-22 - Recorrente: ENY MAGALHAES GANDRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

54 - Processo nº: 10875.001429/2005-00 - Recorrente: CLETO CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

55 - Processo nº: 12326.006748/2010-11 - Recorrente: ALDALBERTO DA SILVA GEMMAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 12326.006749/2010-57 - Recorrente: ALDALBERTO DA SILVA GEMMAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

57 - Processo nº: 10845.720381/2012-19 - Recorrente: ISMAR DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo nº: 13827.720407/2012-27 - Recorrente: JOSE TITOMU MURAKAWA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

59 - Processo nº: 13780.720250/2015-66 - Recorrente: MARIA JOSE VALADARES SADER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

60 - Processo nº: 10580.727142/2013-11 - Recorrente: DIVA DE CASTRO SILVA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo nº: 13884.720848/2015-97 - Recorrente: MARIO MARCIO RAMOS TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

62 - Processo nº: 18470.723613/2015-32 - Recorrente: WALESKA LORI DA COSTA BRASIL VIANNA REGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

63 - Processo nº: 11060.724241/2011-11 - Recorrente: THEOLINA STREB FRACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo nº: 10880.735210/2011-79 - Recorrente: RODOLFO RIECHERT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 19515.001605/2010-26 - Recorrentes: RICHARD FREEMAN LARK JR e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFICIO

66 - Processo nº: 15586.720110/2013-58 - Recorrente: MONICA DUFFLES ANDRADE DONATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo nº: 12448.725792/2014-62 - Recorrente: ROMEU CORTES DOMINGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo nº: 10320.723204/2014-67 - Recorrente: MARIA DA GRACA DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

69 - Processo nº: 10120.722023/2014-70 - Recorrente: WALDENIR XAVIER DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo nº: 11516.723378/2012-33 - Recorrente: MARIO KENJI IRIE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

71 - Processo nº: 12448.724588/2013-43 - Recorrente: NADIR LOPES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo nº: 12448.724589/2013-98 - Recorrente: NADIR LOPES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

73 - Processo nº: 10865.721641/2013-16 - Recorrente: ALEXANDRE DE ANDRADE ROMERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

74 - Processo nº: 10882.002043/2001-94 - Recorrente: EXTRASUL EXTRATOS ANIMAIS E VEGETAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

75 - Processo nº: 12448.907439/2014-07 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo nº: 12448.909823/2014-36 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

77 - Processo nº: 13811.000915/88-82 - Recorrente: ACOS VILLARES S/A. - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

78 - Processo nº: 10480.728121/2011-89 - Nome do Contribuinte: P R DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo nº: 13811.003039/2003-37 - Recorrente: ELASTOBOR BORRACHAS E PLASTICOS LT - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

80 - Processo nº: 19515.720388/2014-09 - Recorrente: AON HOLDINGS CORRETORES DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

81 - Processo nº: 11516.722199/2011-06 - Recorrentes: SBDE - SOCIEDADE BRASILEIRA DE EMBALAGENS E DESCARTAVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFICIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

82 - Processo nº: 10437.720887/2014-93 - Recorrente: SASSON DAYAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

83 - Processo nº: 10437.720889/2014-82 - Recorrente: SALIM DAYAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

84 - Processo nº: 10437.720890/2014-15 - Recorrente: CARLOS MOCHE DAYAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

85 - Processo nº: 15471.004029/2010-71 - Recorrente: MARLEY BONFIM BRUNO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

86 - Processo nº: 13749.001366/2008-60 - Recorrente: PAULO AMERICO DE OLIVEIRA NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

87 - Processo nº: 12326.000093/2010-69 - Recorrente: RUY DE LIMA FERNANDES MAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

88 - Processo nº: 10730.007940/2009-85 - Recorrente: VALTER FIDELIS MENDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

89 - Processo nº: 10746.720758/2014-10 - Recorrente: ROSSINE AIRES GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2014-07-11 00:00:00 - 1.10.101 - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO

90 - Processo nº: 19515.000905/2009-54 - Recorrente: JOSE DONISETH BALAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

91 - Processo nº: 10945.721929/2013-92 - Recorrente: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

92 - Processo nº: 19515.007874/2008-81 - Recorrente: MARCO ANTONIO MANSUR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFICIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

93 - Processo nº: 19515.003066/2006-83 - Recorrente: OCTAVIANO LUIZ DE CAMARGO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI

94 - Processo nº: 18470.732324/2011-09 - Recorrente: NELY BATISTA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

95 - Processo nº: 13884.722497/2012-14 - Recorrente: DARCY AUGUSTO DA ROCHA SALGADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

96 - Processo nº: 13886.720107/2012-43 - Recorrente: EDSON RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

97 - Processo nº: 13888.722034/2011-23 - Recorrente: GERALDO POSSATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYD SANTANA FERREIRA

98 - Processo nº: 10580.722472/2008-52 - Recorrente: AIDE OUAIS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

99 - Processo nº: 10580.721038/2009-36 - Recorrente: PAVLOVA MARIA GOUVEIA CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 08:30 HORAS

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

100 - Processo nº: 13896.722014/2014-04 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

101 - Processo nº: 15504.726104/2011-13 - Recorrente: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

102 - Processo nº: 35464.001129/2007-47 - Recorrente: KUBA VIACAO URBANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

103 - Processo nº: 10140.720750/2013-83 - Recorrente: ZANIN AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

104 - Processo nº: 10280.721115/2012-38 - Recorrente: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

105 - Processo nº: 19515.002656/2008-51 - Recorrente: SERCOM LTDA - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

106 - Processo nº: 10830.727024/2012-32 - Recorrente: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE VALINHOS - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

107 - Processo nº: 15563.720215/2012-94 - Recorrente: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITARIO ABEU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

108 - Processo nº: 15563.720216/2012-39 - Recorrente: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITARIO ABEU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

109 - Processo nº: 10073.722460/2014-04 - Recorrente: SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2014-12-23 00:00:00 - 1.67.406 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

110 - Processo nº: 10640.000497/2010-64 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

111 - Processo nº: 10380.006097/2007-75 - Recorrente: VULCABRAS AZALEIA - CE, CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

112 - Processo nº: 36582.002860/2005-44 - Recorrente: HOSPITAL SANTA MONICA DE MEDIANEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

113 - Processo nº: 16682.721450/2013-71 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

114 - Processo nº: 10140.722313/2013-02 - Recorrente: RIVER ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

115 - Processo nº: 16327.721242/2013-11 - Recorrente: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

116 - Processo nº: 10166.725995/2014-90 - Recorrente: SEST SERVICO SOCIAL DO TRANSPORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

117 - Processo nº: 13609.720184/2007-13 - Recorrente: OLIVIA MARCHESI BICALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

118 - Processo nº: 12571.000236/2007-35 - Recorrentes: KLABIN S.A. e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFICIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

119 - Processo nº: 10840.722428/2013-00 - Recorrente: JOSE ADEMIR BONATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

120 - Processo nº: 10840.722429/2013-46 - Recorrente: JOSE ADEMIR BONATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

121 - Processo nº: 10830.723859/2013-02 - Recorrente: MARIA SYLVIA DE MORAES SALLES PEREIRA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

122 - Processo nº: 10073.720319/2014-69 - Recorrente: IVANDIR DE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

123 - Processo nº: 10803.000055/2010-16 - Recorrentes: CID GUARDIA FILHO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFICIO

124 - Processo nº: 10680.008346/2008-63 - Recorrente: EUGENIO ZALANDAUKAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

125 - Processo nº: 10932.720094/2013-01 - Recorrentes: OTTO JOSE DE SOUZA JUNIOR e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFICIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

126 - Processo nº: 11080.735681/2012-46 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO BECK DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

127 - Processo nº: 11080.735682/2012-91 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO BECK DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

128 - Processo nº: 10850.720812/2013-41 - Recorrente: MAX BRANDT NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

129 - Processo nº: 10850.720810/2013-51 - Recorrente: MAX BRANDT NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ALEXANDRE TORTATO

130 - Processo nº: 10073.720355/2015-11 - Recorrente: UBIRACY VINHOSA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

131 - Processo nº: 10073.720356/2015-58 - Recorrente: UBIRACY VINHOSA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

132 - Processo nº: 10530.720819/2015-47 - Recorrente: JORGE SOUZA E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

133 - Processo nº: 12448.724941/2012-12 - Recorrente: MARIA DO CARMO ANTUNES DE OLIVEIRA LACAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

134 - Processo nº: 12448.730182/2011-38 - Recorrente: MARIA DO CARMO ANTUNES DE OLIVEIRA LACAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MIRIAM DENISE XAVIER LAZARINI
Presidente

IRDA MORAIS
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

Observação: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado. 2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião. 3) Por se tratar de pauta temática, não será deferido pedido de preferência ou adiamento do julgamento.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

1 - Processo nº: 19515.005660/2008-71 - Embargante: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

2 - Processo nº: 10935.720837/2011-42 - Embargante: ROCAMP INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - EPP e Embargada: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

3 - Processo nº: 13896.000050/2010-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BERENICE DE SOUZA RODRIGUEZ DEL RIEGO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

4 - Processo nº: 10166.723403/2014-03 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EUGENIO CESAR ALVES LACERDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

5 - Processo nº: 19515.003515/2007-74 - Embargante: HELIO RENATO LANIADO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: TULIO TEOTONIO DE MELO PEREIRA

6 - Processo nº: 13642.720172/2015-84 - Recorrente: KLEBER JOSELITO PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 13642.720171/2015-30 - Recorrente: KLEBER JOSELITO PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 13634.720330/2015-03 - Recorrente: PEDRO PEREIRA DE JESUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 17613.720822/2015-90 - Recorrente: EDSON HELEODORO NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 10580.728017/2015-90 - Recorrente: SAMUEL AUGUSTO RODRIGUES NOGUEIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 10580.728014/2015-56 - Recorrente: SAMUEL AUGUSTO RODRIGUES NOGUEIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 10580.729261/2015-70 - Recorrente: SAMUEL AUGUSTO RODRIGUES NOGUEIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

13 - Processo nº: 10166.720278/2012-18 - Recorrente: ANTONIO ADALMIR FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 10166.720279/2012-54 - Recorrente: ANTONIO ADALMIR FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 10166.728137/2011-54 - Recorrente: ANTONIO ADALMIR FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 11080.725784/2013-89 - Recorrente: ROMEU RIBEIRO DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 13840.720233/2015-77 - Recorrente: JOSE CARLOS DE CAMARGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 18365.721616/2014-58 - Recorrente: ARMANDO DE OLIVEIRA FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

19 - Processo nº: 10580.723513/2013-95 - Recorrente: CENTRO DE DIAGNOSE E TERAPIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20 - Processo nº: 10580.723514/2013-30 - Recorrente: CENTRO DE DIAGNOSE E TERAPIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 10580.008358/2007-35 - Recorrente: CCB PRODUCOES ARTISTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 10580.008865/2007-79 - Recorrente: CCB PRODUCOES ARTISTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10166.722768/2014-11 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 10480.723283/2011-21 - Recorrente: USINA CENTRAL OLHO D'AGUA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

25 - Processo nº: 10384.720010/2012-01 - Recorrente: EUCARIO DE PAIVA GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 11080.725718/2011-47 - Recorrente: ROMEU RIBEIRO DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 11080.725721/2011-61 - Recorrente: ROMEU RIBEIRO DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 11080.733516/2014-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAULO RUBENS VARGAS - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 12448.724569/2015-89 - Recorrente: RUBENS MATTARUNA DE TOLEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 13409.720080/2015-67 - Recorrente: JOSE OSCAR RODRIGUES DE AMORIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 13771.720572/2015-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WELINTON TRINDADE MENEZES - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 13839.721881/2014-07 - Recorrente: VALQUIRIA GIACOMIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 14191.720056/2014-01 - Recorrente: PAULO EDSON MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 14191.720073/2013-59 - Recorrente: PAULO EDSON MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

35 - Processo nº: 15540.000501/2010-36 - Recorrente: ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 15540.000502/2010-81 - Recorrente: ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 19515.001414/2010-64 - Recorrente: ASSOCIACAO PALOTINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

38 - Processo nº: 13819.722222/2015-07 - Recorrente: MANUEL DUARTE MOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: RONNIE SOARES ANDERSON

39 - Processo nº: 11040.720723/2014-82 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 11516.720394/2014-36 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO JOSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 10510.721513/2012-01 - Recorrente: CAPELA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

42 - Processo nº: 13888.724383/2013-41 - Recorrentes: NEXANS BRASIL S/A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO E RECURSO DE OFICIO

43 - Processo nº: 14367.000154/2010-37 - Recorrente: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 14367.000153/2010-92 - Recorrente: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 13116.720977/2012-33 - Recorrentes: PREFEITURA MUNICIPAL DE MINACU e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO E RECURSO DE OFICIO

46 - Processo nº: 10880.721254/2012-01 - Recorrentes: RAIZEN ENERGIA S.A e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO E RECURSO DE OFICIO

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: TULIO TEOTONIO DE MELO PEREIRA

47 - Processo nº: 15215.720103/2014-55 - Recorrente: ALLAN CESAR DE OLIVEIRA ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 15215.720104/2014-08 - Recorrente: ANA PAULA BATISTA DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 11634.720272/2015-84 - Recorrente: ANDRE LUIZ VARGAS ILARIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: KLEBER FERREIRA DE ARAUJO

50 - Processo nº: 19515.002354/2010-05 - Recorrente: JUVENIL ALVES FERREIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 13864.000242/2010-65 - Recorrente: MARIO FUMIO AOKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 15540.720451/2014-31 - Recorrente: LUDIO RODRIGO CARDOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo nº: 13227.720906/2013-64 - Recorrente: ROMULO PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 15983.720557/2011-82 - Recorrente: WALTER GERAIGIRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO

55 - Processo nº: 11080.728919/2014-49 - Recorrente: AIRTON FERNANDO TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo nº: 13001.720042/2015-97 - Recorrente: LUIZ ANTONIO BEZERRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo nº: 13054.720999/2015-18 - Recorrente: SIRLEI MARIA MENEGUZZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 13617.720368/2015-86 - Recorrente: ANTONIO MOREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TULIO TEOTONIO DE MELO PEREIRA

59 - Processo nº: 10580.728120/2015-30 - Recorrente: LOURENCO DA SILVA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo nº: 10580.728118/2015-61 - Recorrente: LOURENCO DA SILVA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo nº: 10580.729291/2015-86 - Recorrente: LOURENCO DA SILVA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 10166.728874/2015-81 - Recorrente: ALCINO PEREIRA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo nº: 10166.727891/2015-09 - Recorrente: ALCINO PEREIRA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS (COM REDATOR A SER DESIGNADO EM SESSÃO)

64 - Processo nº: 10435.722888/2014-92 - Recorrente: MAURICIO APOLONIO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo nº: 19515.720961/2012-12 - Recorrente: INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

66 - Processo nº: 10183.726305/2015-92 - Recorrente: JOSE MARIO ANSALDI DE CAMARGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo nº: 18186.730736/2012-92 - Recorrente: JOSE MEICHES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo nº: 10073.721126/2015-14 - Recorrente: HELVER DA SILVA PINHEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo nº: 10830.723560/2015-10 - Recorrente: JAILSON FELICIO SANCHEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo nº: 13054.720966/2015-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALBERTO DE AZEVEDO GUSMAO - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo nº: 10183.727783/2015-10 - Recorrente: ARACI ALEXANDRINA DA SILVA CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

72 - Processo nº: 10980.001667/2008-52 - Recorrente: ADILSON VIANA DA SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo nº: 13687.720008/2016-31 - Recorrente: JACY ALVES PIMENTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

74 - Processo nº: 10680.724004/2015-13 - Recorrente: JESUE RAPOSO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

75 - Processo nº: 10735.722141/2015-31 - Recorrente: FOUAD HABIB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

76 - Processo nº: 10850.721472/2014-56 - Recorrente: WALTER VICENTE BRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

77 - Processo nº: 13784.720123/2013-65 - Recorrente: SILVIO SIQUEIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

KLEBER FERREIRA DE ARAUJO
Presidente

IRDA MORAIS
Secretária

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 17, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS 110/2007, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e outros produtos.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, torna público que a Comissão, na sua 165ª reunião ordinária, realizada no dia 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, em Brasília, DF, aprovou a divulgação dos prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 1° da cláusula vigésima sexta do Convênio ICMS 110/2007, de 28 de setembro de 2007, a serem observados a partir de 1º de janeiro de 2017, como segue:

"

CALENDÁRIO 201 7						
INCISOS DO § 1° DA CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
I	2	1	1	3	2	1
II	3 e 4	2 e 3	2 e 3	4 e 5	3 e 4	2 e 5
III	5	6	6	6	5	6
IV	2,3,4,5	1,2,3,6	1,2,3,6	3,4,5,6	2,3,4,5	1,2,5,6
V - a	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13
V - b	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CALENDÁRIO 201 7 INCISOS DO § 1° DA CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
I	3	1	1	2	1	1
II	4 e 5	2 e 3	4 e 5	3 e 4	2 e 3	4 e 5
III	6	4	6	5	6	6
IV	3,4,5,6	1,2,3,4	1,4,5,6	2,3,4,5	1,2,3,6	1,4,5,6
V - a	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13
V - b	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23	Até dia 23

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 18, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Divulga os prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 3° da cláusula oitava do Protocolo ICMS 04/14, que estabelece procedimentos nas operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás Natural - GLGN.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, torna público que a Comissão, na sua 165ª reunião ordinária, realizada no dia 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, em Brasília, DF, aprovou a divulgação dos prazos de transmissão eletrônica de informações a que se refere o § 3° da cláusula oitava do Protocolo ICMS 04/14, de 21 de março de 2014, a serem observados a partir de 1º de janeiro de 2017, como segue:

"

CALENDÁRIO 201 7 Contribuintes a que se refere o §2º da Cláusula Oitava	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Distribuidores que adquiriram combustível de contribuinte substituído	3 e 4	2 e 3	2 e 3	4 e 5	3 e 4	2 e 5
Distribuidores que adquiriram combustível exclusivamente do substituto tributário ou tiveram operações, exclusivamente com GLGN no período.	5	6	6	6	5	6
Refinarias	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13

CALENDÁRIO 201 7 Contribuintes a que se refere o §2º da Cláusula Oitava	MÊS DE TRANSMISSÃO					
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Distribuidores que adquiriram combustível de contribuinte substituído	4 e 5	2 e 3	4 e 5	3 e 4	2 e 3	4 e 5
Distribuidores que adquiriram combustível exclusivamente do substituto tributário ou tiveram operações, exclusivamente com GLGN no período.	6	4	6	5	6	6
Refinarias	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13	Até dia 13

".

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 19, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Ato COTEPE/ICMS 02/08 que divulga relação das empresas beneficiadas com regime especial relativo à movimentação de "paletes" e de "contentores" de sua propriedade.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ , no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 165ª reunião ordinária, realizada nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS 04/99 , de 16 de abril de 1999, resolveu:

Art. 1º O item 13 do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/08, de 14 de abril de 2008 , passa a vigorar com a seguinte redação:

"

	EMPRESA	ENDEREÇO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	C.N.P.J.	COR DOS "PALETES" E "CONTENTORES"	MARCA DISTINTIVA
13	GEE Gestão Eficiente de Embalagens Ltda-ME	Estrada Municipal Imperial, 2016, Araçariguama - SP. CEP 18147-000	734.010.789.110	11.438.953/0001-52	vermelha	GEE

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2016.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 20, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Aprova o Manual de Orientações do Contribuinte - MOC - CT-e, previsto no Ajuste SINIEF 09/07.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 165ª reunião ordinária, realizada em Brasília, DF, nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, considerando o disposto no Ajuste SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007, decidiu:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Orientações do Contribuinte - MOC - CT-e, Versão 3.00, que estabelece as especificações técnicas do Conhecimento de Transporte Eletrônico e dos Pedidos de Concessão de Uso e Registro de Eventos, via WebServices, a que se refere o Ajuste SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007.

Parágrafo único. O Manual de Orientações referido no caput, disponível na página do CONFAZ (www.fazenda.gov.br/confaz), identificado como Manual_CTe_v_3.00 - 01.12.2015.pdf e tem a sequência 1505949887d1b6cb6267b50a82bf6c22 como chave de codificação digital, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest" 5.

Art. 2º Até 4 de dezembro de 2017 é permitida a utilização do MOC - CT-e, na versão 2.00a para o cumprimento das obrigações previstas no Ajuste SINIEF 09/07.

Art 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 21, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Ato COTEPE 32/08, que dispõe sobre a lista das empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica às quais se refere o Ajuste SINIEF 28/89.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 165ª reunião ordinária, realizada nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, em Brasília, DF, aprovou:

Art. 1º Ficam acrescentados os itens 76 e 77 do Anexo I do Ato COTEPE 32/08, de 29 de setembro de 2008, conforme segue:

"76 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.
Rua Tito Bittencourt, 142 - Bairro São Francisco
CEP 69.079-040 - Manaus - AM
CNPJ: 17.957.780/0001-65"

"77 - EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.
Avenida Lourival Nunes, 390, Prédio C-4, SALA 06 - Bairro Planalto de Carapina
CEP 29.162-748 - Serra - ES
CNPJ: 21.813.271/0003-06"

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO COTEPE/ICMS Nº 22, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, que relaciona as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações contempladas com o regime especial de que trata o Convênio ICMS 17/13.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na 165ª Reunião Ordinária realizada nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS 17/13, de 5 de abril de 2013, resolveu:

Art. 1º. Ficam acrescidos os itens 138 a 140 ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, de 13 de março de 2013, com a seguinte redação:

Item	Razão Social	CNPJ - Matriz	Sede	UFs onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
138	AEROTECH TELECOMUNICAÇÕES LTDA	86.734.597/0001-13	São Paulo - SP	SP
139	EUTV CONSULTORIA E INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS S.A.	10.455.746/0001-43	São Paulo - SP	SP
140	SITECNET INFORMÁTICA LTDA	06.346.446/0001-59	João Pessoa - PB	PB

Art. 2º. Os itens 9, 22, 45, 118 e 132, do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, passam a vigorar com a seguinte redação:
"

Item	Razão Social	CNPJ - Matriz	Sede	UFs onde as empresas podem usufruir do Regime Especial - Convênio ICMS 17/2013
9	BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	11.966.640.0001-77	Porto Alegre - RS	AM, AP, BA, CE, DF, MA, MS, MT, PB, PR, RO, RR, RS, SC e SP
22	DATORA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	39.495.486/0001-11	Rio de Janeiro - RJ	AM, AP,CE, DF, GO,MG, MS, MT, PB, PE, RJ, RN, RO, RR, RS e SP
45	gt group international brasil telecomunicações	05.663.379/0001-33	São Paulo/ SP	AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RR, RN, RS, RS, SE e SP
118	datora mobile telecomunicações ltda	18.384.930/0001-51	Belo Horizonte - MG	GO, MG, RJ e SP
132	Maxis telecomunicações	19.694.566/0001-99	Cássia-MG	MG e SP

".

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2016.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 23, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 13/13, que relaciona as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações contempladas com o regime especial de que trata o Convênio ICMS 17/13.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 165ª Reunião Ordinária realizada nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, em Brasília, DF, com base na cláusula primeira do Convênio ICMS 17/13, de 5 de abril de 2013, resolveu:

Art. 1º. Os dispositivos a seguir indicados são acrescidos ao art. 1º do Ato COTEPE/ICMS 13/13, de 13 de março de 2013, com a seguinte redação:

I - no caput:

"VII - contratos de interconexão;

VIII - Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF;

IX - notas fiscais que demonstrem a efetiva prestação do serviço de telefonia;

X - comprovante de oferta dos serviços;

XI - plano de numeração ou Código de Seleção da Prestadora (CSP).";

II - o § 8º:

"§ 8º No caso de deferimento do pedido previsto no art. 1º, a unidade federada proporá a inclusão da empresa no Anexo Único deste ato COTEPE/ICMS ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.".

Art. 2º Os dispositivos a seguir indicados do Ato COTEPE/ICMS 13/13, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o caput do art. 1º:

"Art. 1º Para inclusão no Anexo Único deste Ato/COTEPE, bem como para posteriores alterações, as empresas de telecomunicação deverão apresentar requerimento dirigido à Secretaria da Fazenda de cada Unidade Federada na qual exerça suas atividades, acompanhado da seguinte documentação:"

II - o § 2º do art. 1º:

"§ 2º A empresa deverá, como condição de permanência no regime especial previsto no Convênio ICMS 17/13, manter a regularidade dos débitos tributários e da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS em todas as unidades da Federação nas quais exerça suas atividades, bem como continuar atendendo às exigências requeridas para inclusão no Anexo Único deste Ato COTEPE/ICMS e cumprir o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS 17/13.".

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2016.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 6 de setembro de 2016

Atribui código de fabricante e código de modelo de equipamento Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC)

Nº 151 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto no item 3.3.2. do Anexo I do Ato COTEPE/ICMS 10/14, de 14 de março de 2014, torna público que a Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS na sua 165ª reunião ordinária, realizada em Brasília, DF, nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, atribuiu ao fabricante RSP Technology do Brasil Ltda., CNPJ 04.369.611/0001-62, o código RP, e atribui ao modelo S2M do equipamento Medidor Volumétrico de Combustíveis deste fabricante, o código 01.

Publica o credenciamento de empresa para análise de Medidor Volumétrico de Combustíveis.

Nº 152 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto § 3º da cláusula décima sexta do Convênio ICMS 59/11, de 8 de julho de 2011, torna público que a Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS na sua 165ª reunião ordinária, realizada em Brasília, DF, nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, aprovou o credenciamento da FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-FINATEL, CNPJ 24.492.886/0001-04, estabelecida na Av. João de Camargo, 510 - Centro - Santa Rita do Sapucaí - MG - CEP: 37.540-000, para realização de Análise Estrutural e Funcional do equipamento Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC).

Publica a Tabela de Atributos por Perfil de Requisitos do PAF-ECF e a Tabela de Perfis de Requisitos do PAF-ECF por Unidade Federada.

Nº 153 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto no artigo 4º do Ato COTEPE/ICMS 09/13, de 13 de março de 2013, torna público que a Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS na sua 165ª reunião ordinária, realizada em Brasília, DF, nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, aprova e divulga a Tabela de Atributos por Perfil de Requisitos do PAF-ECF e a Tabela de Perfis de Requisitos do PAF-ECF por Unidade Federada.

TABELA DE ATRIBUTOS POR PERFIL DE REQUISITOS DO PAF-ECF - APLICÁVEL SOMENTE A PARTIR DA VERSÂO DA ER-PAF-ECF 02.04

REQUISITOS		PERFIS							
Item	Sub	R	S	T	U	V	W	Y	Z
I	1	E	E	E	E	E	E	E	E
II	1	E	E	E	E	E	E	E	E
III	1	E	E	E	E	E	E	E	E
IV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	A	A	A	A	A	A	A	A
	3	A	A	A	A	A	A	NAC	A
	4	A	A	A	A	A	A	A	A
	5	A	A	A	A	A	A	A	A
V	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7	E	E	E	E	E	E	E	E
	8	E	E	E	E	E	E	E	E
	9	E	E	E	E	E	E	E	NE
	10	E	E	E	E	E	E	E	NE
	11	A	A	A	A	A	A	NAC	NE
VI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	NAC	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7	E	E	E	E	E	E	E	E
	8(a)	E	E	E	E	E	E	E	E
	8(b)	E	E	E	E	E	E	E	E
	8(c)	E	E	E	E	E	E	E	E
	8(d)	E	E	E	E	E	E	E	E
	8(e)	E	E	E	E	E	E	E	E
	9			E	E	E			
VII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	5-a	NE	NE	E	N E	NE	NE	NE	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7	E	E	E	E	E	E	E	E
	8	E	E	E	E	E	E	E	E
	9	REVOGADO							
	10	REVOGADO							
	11	E	E	E	E	E	E	E	E
	12	E	E	E	E	E	E	E	E
	13	REVOGADO							
	14	E	E	E	E	E	E	E	E
	15	E	E	E	E	E	E	E	E
	16	E	E	E	E	E	E	E	E
	17	E	E	E	E	E	E	E	E
	18	E	E	E	E	E	E	E	ND
	19	E	E	E	E	E	E	E	ND
	20	E	E	E	E	E	E	NE	ND
	21	E	E	E	E	E	E	NE	ND

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	22	E	E	E	E	E	E	NE	ND
VIII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
IX	1	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF
	2	REVOGADO							
	2a	REVOGADO							
	2b	REVOGADO							
	2c	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF
	3	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF
X	1 a 6	REVOGADO							
XI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2			E	A	NAC			
	3			E	A	NAC			
	4			E	A	NAC			
	5			E	A	NAC			
XIII	1 a 8	E	E	E	E	E	E	E	E
XIV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XVI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4 (a)	E	E	E	E	E	E	E	E
	4 (a1)	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF	EUF
	4 (a2)	A	A	A	A	A	A	A	A
	4 (b)	E	E	E	E	E	E	E	E
	4 (c)	E	E	E	E	E	E	E	E
XVII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XVIII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XIX	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	1 (a)	A	A	A	A	A	A	A	A
	1 (b)	A	A	A	A	A	A	A	A
	1 (d)	A	A	A	A	A	A	A	A
	1 (e)	E	E	E	E	E	E	E	E
	1 (f)	E	E	E	E	E	E	E	E
	1 (g)	E	E	E	E	E	E	E	E
	1 (h)	E	E	E	E	E	E	E	E
XX	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	1(a)	A	A	A	A	A	A	A	A
	1(b)	A	A	A	A	A	A	A	A
	1(c)	A	A	A	A	A	A	A	A
XXI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XXII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XXIII	1 a 8	E	E	E	E	E	E	E	E
XXIV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7 (a)	E	E	E	E	E	E	E	E
	7 (b)	E	E	E	E	E	E	E	E
	8	E	E	E	E	E	E	E	E
XXV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XXVI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7	E	E	E	E	E	E	E	E
XXVII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	A	A	A	A	A	A	E	A
	6	A	A	A	A	A	A	NAC	A
	7	A	A	A	A	A	A	E	A
XXVIII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2(a)	NAC	A	E	E	E	A	E	A
	2(b)	NAC	A	NAC	A	NAC	A	A	A
	3	NAC	E	E	E	E	E	E	A
	3.a	NAC	A	NAC	A	NAC	A	E	A
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7	NAC	NAC	NAC	NAC	NAC	NAC	E	E
	8	E	E	E	E	E	E	NAC	NAC
	9	E	E	E	E	E	E	E	A
XXIX	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XXX	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXIII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXIV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXVI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXVII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	A	A	E	A	A	A	E	A
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7	E	E	E	E	E	E	E	E
	8	E	E	E	E	E	E	E	E
	9	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXVIII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XXXIX	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
XL	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
XLI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
XLII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XLIII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XLIV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
XLV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
XLVI	1	REVOGADO							
XLVII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7	E	E	E	E	E	E	E	E
	8	E	E	E	E	E	E	E	E
	9	E	E	E	E	E	E	E	E
	10	E	E	E	E	E	E	E	E
	11	E	E	E	E	E	E	E	E
	12	E	E	E	E	E	E	E	E
	13	E	E	E	E	E	E	E	E
	14	E	E	E	E	E	E	E	E
	15	E	E	E	E	E	E	E	E
	16	E	E	E	E	E	E	E	E
	17	E	E	E	E	E	E	E	E
	18	E	E	E	E	E	E	E	A
	19	E	E	E	E	E	E	E	A
XLVIII	1	E	E	E	E	E	E	E	NE
	2	E	E	E	E	E	E	E	NE
	3	E	E	E	E	E	E	E	NE
	4	E	E	E	E	E	E	E	NE
	5	E	E	E	E	E	E	E	NE
	6	E	E	E	E	E	E	E	NE
	7	E	E	E	E	E	E	E	NE
	8	E	E	E	E	E	E	E	NE
	9	E	E	E	E	E	E	E	NE
	10	E	E	E	E	E	E	E	NE
XLIX	1	A	A	A	A	A	A	NAC	A
L	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
LI	1	E	E	E	E	E	E	E	E
LII	1	A	A	A	A	A	A	A	A
	2	E	E	E	E	E	E	E	E
	3	E	E	E	E	E	E	E	E
	4	E	E	E	E	E	E	E	E
	5	E	E	E	E	E	E	E	E
	6	E	E	E	E	E	E	E	E
	7	E	E	E	E	E	E	E	E
	8	E	E	E	E	E	E	E	E
	9	E	E	E	E	E	E	E	E
	10	E	E	E	E	E	E	E	E
	11	E	E	E	E	E	E	E	E
	12	E	E	E	E	E	E	E	E
	13	E	E	E	E	E	E	E	E
LIII	1	E	E	E	E	E	E	E	E
	2			E	E	E			
	3			E	E	E			
LIV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
LV	1	E	E	E	E	E	E	E	E
LVI	1	E	E	E	E	E	E	A	E
LVII	1	E	E	E	E	E	E	A	E
	2	E	E	E	E	E	E	A	E
LVIII	1	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	2	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	3	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	4	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	4.2.3	NE	E	NAC	NAC	E	ND	NE	ND
	4.3	NE	E	NAC	NAC	E	ND	NE	ND
	5	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	6	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	7	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	8	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
LIX	1	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	2	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	3	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	4	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND
	5	NE	E	E	E	E	ND	NE	ND

Legenda de Atributos:
E = Exigido (a UF poderá recusar o PAF-ECF caso o requisito não seja atendido)
EUF = Exigido exclusivamente pela UF identificada no requisito e não aceito nas demais (a UF especificada no requisito poderá recusar o PAF-ECF caso o requisito não seja atendido)
NE = Não Exigido (requisito de implementação obrigatória, mas não exigido pela unidade federada, embora seja aceito)
A = Aceito (requisito de implementação não obrigatória que é aceito pela unidade federada)
NAC = Não Aceito (a UF poderá recusar o PAF-ECF caso a função seja implementada em seu respectivo perfil)
"ND" = Requisito Não Definido pela Unidade Federada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TABELA DE PERFIS DE REQUISTOS DO PAF-ECF POR UNIDADE FEDERADA

UF	PERFIL EXIGIDO	UF	PERFIL EXIGIDO
AC	"ND"	PB	"Y"
AL	"ND"	PR	"ND"
AP	"ND"	PE	"ND"
AM	"ND"	PI	"ND"
BA	Z	RJ	R
CE	"ND"	RN	ND
DF	U	RS	"ND"
ES	Y	RO	"ND"
GO	W	RR	"ND"
MA	S	SC	V
MS	W	SP	"ND"
MG	"ND"	TO	T
PA	"ND"	-	-

"ND" = Perfil Não Definido pela Unidade Federada, devendo ser observado o disposto em sua legislação tributária.

Publica o leiaute das informações, recibos e mensagens, exceções e detalhamentos do Bloco X do Ato COTEPE ICMS 09/2013.

Nº 154 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na alínea "b" do § 1º do art. 1º do Ato COTEPE ICMS 09/2013, de 13 de março de 2013, torna público que a Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS na sua 165ª reunião ordinária, realizada em Brasília, DF, nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, aprovou o leiaute das informações, recibos e mensagens, bem como exceções e detalhamentos do Bloco X previstos naquele Ato, conforme o Anexo I que segue.

ANEXO I

Leiaute das informações, recibos e mensagens, exceções e detalhamentos do Bloco X do Ato COTEPE ICMS 09/2013 - Requisitos LVIII e LIX

1. Padrão Técnico do Arquivo XML

1.1 Codificação

Linguagem XML 1.0 do W3C e codificação dos caracteres UTF-8, sendo que não pode conter:

1. Espaços no início ou no final de campos;
2. Comentários;
3. Elementos annotation e documentation;
4. No valor dos elementos, caracteres de formatação, como linefeed, carriage return, tab, caractere de espaço;
5. Namespace.

1.2 XML Schema Definition

O arquivo XML enviado passará pela validação do XML Schema Definition, o XSD, correspondente a sua versão. A identificação da versão do XML se dará no atributo "Versao", no elemento raiz.

1.3 Assinatura Digital

A assinatura digital deve ser implementada utilizando-se o padrão XML Digital Signature, o XMLDSig, com certificado emitido por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira, o ICP-Brasil, contendo o CNPJ do usuário do PAF-ECF e seguindo os padrões:

Sintaxe	
CanonicalizationMethod	http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315
SignatureMethod	http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1
Transform algorithm	http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature
DigestMethod	http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1

Tabela 1: Padrões do XMLDSig

2. Formato dos Campos das Mensagens

O formato dos campos das mensagens XML é definido segundo a tabela a seguir. Cada coluna representa uma informação de formato do campo.

	#Campo	For	Pai	Tipo	Ocor	Tam	Dec	Descrição

Tabela 2: Descrição dos campos

2.1 Coluna

#Indetificador númerico sequencial.

2.2 Coluna Campo

Nome do campo.

2.3 Coluna For

Formato do campo. Valores possíveis:

Valor	Significado	Exemplo
E	Elemento do XML	<Elemento></Elemento> <Elemento />
A	Atributo do elemento XML	<Elemento Atributo="valor-do-atributo">

Tabela 3: Coluna For

2.4 Coluna Pai

Emento pai. Os valores correspondem a coluna #. Exemplo:

	#Campo	For	Pai	Tipo	Ocor	Tam	Dec	Descrição
1	CampoA	E						
2	CampoB	E	1					
3	CampoC	A	2					

Tabela 4: Coluna Pai

XML gerado:

```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<CampoA>
<CampoB CampoC="" />
</CampoA>
```

2.5 Coluna Tipo

Tipo de dado do elemento ou do atributo. Valores possíveis:

Tipo	Descrição	Exemplo
N	Número	0123456789
A	Alfanumérico	0123456789abcdEFG&
B	Booleano	true, false
E	Enumerador com valores pré-definidos	I, N, F, T, S
D	Data, no formato aaaa-MM-dd	2001-02-01 1992-11-11

Tabela 5: Coluna Tipo

2.6 Coluna Ocor

Ocorrência permitida do elemento ou do atributo. Valores possíveis:

Ocor	Descrição	Exemplo
0+	Zero ou mais ocorrências	
1+	Uma ou mais ocorrências	
x, x=1,2,3...	'x' ocorrências	1 = 1 ocorrência 2 = 2 ocorrências
x-y, x,y=1,2,3...	Ocorrência mínima (x) e ocorrência máxima (y)	1-5 = no mínimo 1 e no máximo 5 ocorrências

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tabela 6: Coluna Ocor
2.7 Coluna Tam
Indica o tamanho do campo, expresso em número de caracteres. Valores possíveis:

Tam	Descrição	Exemplo
x	Tamanho fixo. Preenchendo-se os zeros não significativos caso o tipo seja numérico	14
x-y	Tamanho mínimo e máximo	1-20 = comporta valores que vão de 1 a 20 caracteres Exemplo: N, 1-10: valor mínimo: 0; valor máximo: 9999999999 A, 1-5: tamanho mínimo: 'a'; tamanho máximo: 'abcde'
*	Sem limite de tamanho definido. O limite de tamanho será verificado na recepção por questões de segurança.	-

Tabela 7: Coluna Tam
2.8 Coluna Dec
Quantidade de casas decimais do campo. O número de casas decimais é extra ao tamanho do campo.
Exemplo:

Tamanho			Exemplo
Tipo Tamanho Dec = 2 Legenda: há 20 números antes da vírgula, seguidos de 2 após	= =	N 20	0,01 1,23 300,00 12345678901234567890,00

Tabela 8: Coluna Dec
3. Mensagens
Esta sessão traz o detalhamento do formato das mensagens utilizadas no envio de informações do PAF-ECF (Bloco X).
Todos os xmls enviados deverão ser compactados no formato zip.
3.1 Mensagens de Envio
3.1.1 Redução Z
Mensagem a ser enviado ao Fisco, contendo a Redução Z. Formato:

	#Campo	For	Pai	Tipo	Ocor	Tam	Dec	Descrição
1	xml	E			1			Especificação do documento XML. Conteúdo fixo deve ser <?xml version="1.0" encoding="utf-8" ?>
2	ReducaoZ	E			1			Elemento raiz da mensagem
3	Versao	A	2	A	1	1-10		Versão do leiaute da mensagem
4	Mensagem	E	2		1			Elemento que contém a mensagem
5	Estabelecimento	E	4		1			Estabelecimento usuário do ECF.
6	Ie	E	5	A	1	1-20		Inscrição Estadual do estabelecimento, usuário do ECF.
7	Cnpj	E	5	N	1	14		CNPJ do estabelecimento usuário do ECF
8	NomeEmpresarial	E	5	A	1	1-4000		Nome Empresarial (Razão Social) do estabelecimento usuário do ECF
9	PafEcf	E	4		1			PAF-ECF
10	NumeroCredenciamento	E	9	N	1	1-15		Número do credenciamento do PAF-ECF na unidade federativa que autorizou seu uso, quando aplicável.
11	NomeComercial	E	9	A	1	1-4000		Nome comercial do PAF-ECF
12	Versao	E	9	A	1	1-20		Versão do PAF-ECF
13	CnpjDesenvolvedor	E	9	A	1	14		CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF
14	NomeEmpresarialDesenvolvedor	E	9	A	1	1-4000		Nome Empresarial (Razão Social) da empresa desenvolvedora do PAF-ECF
15	Ecf	E	4		1			ECF
16	NumeroFabricacao	E	15	A	1	1-4000		Número de fabricação do ECF
17	Tipo	E	15	A	1	1-4000		Tipo do ECF
18	Marca	E	15	A	1	1-4000		Marca do ECF
19	Modelo	E	15	A	1	1-4000		Modelo do ECF
20	Versao	E	15	A	1	1-4000		Versão do Software Básico do ECF
21	Caixa	E	15	N	1	1-9		
22	DadosReducaoZ	E	15	A	1			Dados da redução Z
23	DataReferencia	E	22	A	1	10		Formato: aaaa-MM-dd
24	CRZ	E	22	N	1	1-9		Nº do Contador de Redução Z relativo à respectiva Redução Z
25	COO	E	22	N	1	1-6		Nº do Contador de Ordem de Operação relativo à respectiva Redução Z
26	CRO	E	22	N	1	1-6		Nº do Contador de Reinício de Operação relativo à respectiva Redução Z
27	VendaBrutaDiaria	E	22	N	1	1-9	2	Valor acumulado no totalizador Venda Bruta Diária relativo à respectiva Redução Z
28	GT	E	22	N	1	1-9	2	Valor acumulado no Totalizador Geral
29	TotalizadoresParciais	E	22		1			
30	TotalizadorParcial	E	29		1+			Totalizador parcial
31	Nome	E	30	A	1	1-4000		Identificação de cada Totalizador Parcial relativo à respectiva Redução Z
32	Valor	E	30	N	1	1-9	2	Valor acumulado em cada Totalizador Parcial relativo à respectiva Redução Z
33	ProdutosServicos	E	30		1			
34	Produto	E	33		0+			Contém os elementos que descrevem um produto
35	Servico	E	33		0+			Contém os elementos que descrevem um serviço
36	Descricao	E	34 35	A	1	1-4000		Descrição do produto ou do serviço relativa ao código do produto ou do serviço
37	Codigo	E	34 35	A	1	1-4000		Código do produto ou do serviço, conforme o convênio ICMS 09/09, Clausula 54, requisito 13
38	CodigoTipo	E	34 35	E	1			Enumerador: GTIN = Global Trade Item Number do sistema EAN.UCC (Número Global de Item Comercial) EAN = European Article Numbering Proprio
39	Quantidade	E	34 35	N	1	1-20	2	Quantidade do produto ou do serviço
40	Unidade	E	34 35	A	1	1-4000		Unidade de medida relativa ao código do produto ou serviço
41	ValorUnitario	E	34 35	N	1	1-20	2	Valor bruto unitário do produto ou do serviço
42	Signature	E	2	A	1	*		Assinatura digital

Tabela 8: Descrição do formato da Mensagem Envio de Redução Z
3.1.2 Estoque

	#Campo	For	Pai	Tipo	Ocor	Tam	Dec	Descrição
1	xml	E			1			Especificação do documento XML. Conteúdo fixo deve ser <?xml version="1.0" encoding="utf-8" ?>
2	Estoque	E			1			Elemento raiz
3	Versao	A	2	A	1	1-10		Versão do leiaute
4	Mensagem	E	2		1			Elemento que contém a mensagem
5	Estabelecimento	E	4		1			Estabelecimento usuário do ECF
6	Ie	E	5	N	1	*		Inscrição Estadual do estabelecimento, usuário do ECF.
7	Cnpj	E	5	N	1	14		CNPJ do estabelecimento usuário do ECF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8	NomeEmpresarial	E	5	A	1	1-4000		Nome Empresarial (Razão Social) do estabelecimento usuário do ECF
9	PafEcf	E	4		1			PAF-ECF
10	NumeroCredenciamento	E	9	N	1	1-15		Código do PAF-ECF na unidade federativa que autorizou seu uso, quando aplicável
11	NomeComercial	E	9	A	1	1-4000		Versão do PAF-ECF
12	Versao	E	9	A	1	1-20		Nome comercial do PAF-ECF
13	CnpjDesenvolvedor	E	9	A	1	14		CNPJ da empresa desenvolvedora do PAF-ECF
14	NomeEmpresarialDesenvolvedor	E	9	A	1	1-4000		Nome Empresarial (Razão Social) da empresa desenvolvedora do PAF-ECF
15	DadosEstoque	E	4		1+			
16	DataReferenciaInicial	E	15	D	1	10		Data inicial de referência do Estoque. Se o estoque se refere ao período entre 01/08/2015 e 01/09/2015, a data inicial de referência será 01/08/2015. Formato: aaaa-MM-dd
17	DataReferenciaFinal	E	15	D	1	10		Data final de referência do Estoque. Se o estoque se refere ao período entre 01/08/2015 e 01/09/2015, a data final de referência será 01/09/2015. Formato: aaaa-MM-dd
18	Produtos	E	15		1			Nó contendo a lista de produtos contidos no estoque
19	Produto	E	18		0+			Produto do estoque
20	Descricao	E	19	A	1	1-4000		Descrição do produto
21	Codigo	E	19	A	1	1-4000		Código do produto ou do serviço, conforme o convênio ICMS 09/09, Clausula 54, requisito 13
22	CodigoTipo	A	19	E	1			Enumerador: GTIN = Global Trade Item Number do sistema EAN.UCC (Número Global de Item Comercial) EAN = European Article Numbering Proprio
23	Quantidade	E	19	N	1	1-20	2	Quantidade do produto
24	Unidade	E	19	A	1	1-4000		Unidade de medida utilizada para armazenagem no estoque
25	ValorUnitario	E	19	N	1	1-20	2	Valor bruto unitário do produto em estoque
26	SituacaoTributaria	E	19	E	1			Enumerador: Isento Nao tributado Substituicao tributaria Tributado pelo ICMS Tributado pelo ISSQN
27	Aliquota	E	19	N	1	2	2	Caso não seja tributado, deixar em branco. Exemplo: 7,00 = 7,00% 17,00 = 17,00%
28	IsArredondado	E	19	B	1			true = houve arredondamento false = não houve arredondamento
29	Ippt	E	19	E	1	1		Enumerador: Proprio Terceiros
30	SituacaoEstoque	E	19	E	1	1		Enumerador: Positivo Negativo
31	Signature	E	2	A	1	*		Assinatura digital

Tabela 9: Descrição do formato da Mensagem Envio de Estoque

3.2 Mensagens de Resposta

3.2.1 Mensagem de Resposta de Envio de Redução Z e de Estoque

	#Campo	For	Pai	Tipo	Ocor	Tam	Dec	Descrição
1	xml	E			1			Especificação do documento XML
2	ReducaoZResposta	E			1			Elemento raiz
3	Versao	A	2	A	1	1-10		Versão do leiaute
4	Codigo	E	2	N	1	1-10000		Código da mensagem de retorno: 0 - Aguardando; 1 - Em processamento; 2 - Sucesso; 9 - Erro.
5	Mensagem	E	2	A	1	*		Mensagem descritiva da processamento do XML
6	Recibo	E	2		0+			Elemento que identifica a resposta ao envio de uma Redução Z

Tabela 10: Descrição do formato da Mensagem de Resposta de Envio de Redução Z e de Estoque

3.3 Validações das Mensagens

As validações sintáticas das mensagens serão feitas, inicialmente, através da verificação utilizando um arquivo XSD respectivo para cada mensagem e versão de mensagem.

A unidade federativa que receber as mensagens poderá, no momento do recebimento e/ou posteriormente, validá-la quanto ao seu formato e conteúdo, ficando a critério da unidade federativa estabelecer uma forma de alerta ao remetente quanto a verificação das informações recebidas.

3.4 Código de Recibo

O recibo gerado pelo sistema é provisório, ficando a critério da unidade federativa que receber a mensagem a sua geração. Seu formato e conteúdo poderão mudar, de acordo com as especificações de cada unidade federativa.

A validação dos arquivos, em geral, será implementada pela unidade federativa de forma Assíncrona, sendo o código de recibo apenas um atestado de que dados foram recebidos e armazenados, não representando garantia quanto ao correto recebimento das informações ou quanto à correta formatação dos dados apresentados.

Sendo um processo em geral assíncrono, essa verificação deverá ser feita a posteriori, ficando a critério da unidade federativa estabelecer uma forma de alerta ao remetente quanto a verificação das informações recebidas.

3.5 Exemplos de Formatos de Mensagens

Os exemplos apresentados a seguir ilustram possíveis arquivos XML montados a partir das especificações apresentadas nesta sessão. É imperativo observar que os exemplos não excluem as especificações desta sessão, que devem ser seguidas em sua totalidade para assegurar o correto envio das mensagens.

3.5.1 Mensagem de Envio de Redução Z

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<ReducaoZ Versao="1.0">
<Mensagem>
<Estabelecimento>
<Ie>253525000</Ie>
<Cnpj>72170269000000</Cnpj>
<NomeEmpresarial>FARMACIA</NomeEmpresarial>
</Estabelecimento>
<PafEcf>
<NumeroCredenciamento>1106900003000</NumeroCredenciamento>
<NomeComercial>PROGRAMA</NomeComercial>
<Versao>1.02</Versao>
<CnpjDesenvolvedor>73711814000000</CnpjDesenvolvedor>
<NomeEmpresarialDesenvolvedor>PODIUM</NomeEmpresarialDesenvolvedor>
</PafEcf>
<Ecf>
<NumeroFabricacao>UR010905000</NumeroFabricacao>
<Tipo>ECF-IF</Tipo>
<Marca>URANO</Marca>
<Modelo>ZPM/1EF</Modelo>
<Versao>5.0</Versao>
<Caixa>1</Caixa>
<DadosReducaoZ>
<DataReferencia>2015-07-16</DataReferencia>
<CRZ>1</CRZ>
<COO>123456</COO>
<CRO>123456</CRO>
<VendaBrutaDiaria>123456789,01</VendaBrutaDiaria>
<GT>123456789,01</GT>
<TotalizadoresParciais>
<TotalizadorParcial>
<Nome>F</Nome>
<Valor>10,00</Valor>
<ProdutosServicos>
<Produto>
<Descricao>Coca Cola Garrafa PET 2L Promocional</Descricao>
<Codigo>478734638</Codigo>
<CodigoTipo>GTIN</CodigoTipo>
<Quantidade>230,00</Quantidade>
<Unidade>Un</Unidade>
<ValorUnitario>230,00</ValorUnitario>
</Produto>
<Servico>
<Descricao>Servico1</Descricao>
<Codigo>47827346382541</Codigo>
<CodigoTipo>GTIN</CodigoTipo>
<Quantidade>2,00</Quantidade>
<Unidade>Un</Unidade>
<ValorUnitario>1200,00</ValorUnitario>
</Servico>
</ProdutosServicos>
</TotalizadorParcial>
<TotalizadorParcial>
<Nome>H</Nome>
<Valor>200,00</Valor>
<ProdutosServicos>
<Produto>
<Descricao>Guaraná</Descricao>
<Codigo>1234</Codigo>
<CodigoTipo>GTIN</CodigoTipo>
<Quantidade>30,00</Quantidade>
<Unidade>Un</Unidade>
<ValorUnitario>310,00</ValorUnitario>
</Produto>
<Servico>
<Descricao>Descricao</Descricao>
<Codigo>123456</Codigo>
<CodigoTipo>GTIN</CodigoTipo>
<Quantidade>12,00</Quantidade>
<Unidade>Un</Unidade>
<ValorUnitario>1,00</ValorUnitario>
</Servico>
</ProdutosServicos>
</TotalizadorParcial>
</TotalizadoresParciais>
</DadosReducaoZ>
</Ecf>
</Mensagem>
<Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
<SignedInfo>
<CanonicalizationMethod Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315" />
<SignatureMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1" />
<Reference URI="">
<Transforms>
<Transform Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature" />
</Transforms>
<DigestMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1" />
<DigestValue>0G6GVAG5xL6GnE2lW9xxJydpUQs8=</DigestValue>
```

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

</Reference>
</SignedInfo>
<SignatureValue>DtYo84382tS9nQHZjmCR5sOSLwXQ-Gu0P29BQC1v8bWLkCbrkUpH8LkqZSKAT3BNakfmcPIHrdDX-veQcXerwR/2H3WM8m0q4kKB3knKpDZ-JcbDT+kgDHo1E21utAy54DyDRThT5vN9mqoJsNnasG-nipm4xsy4Jl7UQWtfThejof4+eAvnBBlNhsC1cCopoB2LmIvGvcZr9Y56Km-vI1YFBK7pPaK9T5r+GkU1wkLQX4BlMPLez4Gr/23Fg/dN2qSpgr9yewJE5GZZlDAK/Sooe1ACY/NPYtEVUsO4y9DrS/vz9on3nil1PX-zmLDF3in3AzyLLTvVlJwVj1exqJz6rBDajeA==</SignatureValue>
<KeyInfo>
<X509Data>
<X509Certificate>XIIDCzCCAfOgAwIBAgIQJyeEWF-flS6hPDf21PNRTDjANBgkqhkiG9w0BAQsFADAeMRwwG-gYDVQQDDBNXaW5kb3dzIEF6dXJlIFRvb2xzMB4XDTE1MD-gyNjIxMTMx
MVoXDTE2MDgyNjIxMjMxMlowHjEcMBo-GA1UEAwwTV2luZG93cyBBenVyZSBUb29sczCCASIwDQYJKSo-ZIhvcNAQEBBQADggEPADCCAQoCggEBAK3Duc/We4doidpQV-FEGSRqi7VIBpo
Sttyn6+qEALeWyFZrUdRODY0fT7yzLfI+GNEOky-pYkhVgSv3rRD4LDF927ARrN9jp1uly2m5ck6x02Ahh5tvC/XeL0JsvTzoE1cUJNANvqZbVBw5KJoIjxoFLucKhiD-siyop5KbR+dCnYqDbVHp656K
VZQ3O3cgGKoBwNJ8A43ZYO66ZzwpMOOe3EgzSzUG-XeWR++EMO7MpLbmf7B7z9z36wgaOAVgb3aG7571yfeL-zn+YQ/mCydRWc8YazMciUMdfehE5jS3mL-ceIS0efVb4M3R2uzG26/8wnbte
ERNIavj4J5GcmUzAKZEsCAwEAAaNFMEMwEgYD-VR0TAQH/BAgwBgIEf////zAdBgNVHQ4EFg-QU0Ws2wk8yXvmQHmAecizrMy7XyDV0wDgYD-VR0PAQH/BAQDAgUgMA0GCSqGSIb3DQEBCwUAA4IBAQA-cRVTnJGegjQNt7g0Qe5YftSStmm0+unG94sdlVhhhIsGqaKhi-jZ7BJxmC+B7lvGmkahAbX59Wz0NbMHpjj8r3hOn1oV6wjBwz-xAXVzu-
jLsceP7G6YvhYph2P6pgKrULipdX7KAc2VvGGpJRbvTKnG4R3GNu8E7ZhyPKPtNtRZ0FC-fRF/d1qhAZ0Kzqa1u5tsWLD9hstz9ZhBs2tJkV-kEz32yok6xZFKXcPgj8FE0z9LOxQ6EHdqxfPp
Y0sMCdca1xgOE5gqQXpBLp5FHEEdvJbuEuu-rAic1cI23MkpTWjL1n0ea4g9cYBJJPLaaa9GeMW/KM-merrhrZ1Ou4y2QLw2</X509Certificate>
</X509Data>
</KeyInfo>
</Signature>
</ReducaoZ>

3.5.2 Mensagem de Envio de Estoque

<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<Estoque Versao="1.0">
<Mensagem>
<Estabelecimento>
<Ie>253525000</Ie>
<Cnpj>72170269000000</Cnpj>
<NomeEmpresarial>FARMACI</NomeEmpresarial>
</Estabelecimento>
<PafEcf>
<NumeroCredenciamento>1106900003000</NumeroCredenciamento>
<NomeComercial>PROGRAMA</NomeComercial>
<Versao>1.02</Versao>
<CnpjDesenvolvedor>73711814000108</CnpjDesenvolvedor>
<NomeEmpresarialDesenvolvedor>PODIUM</NomeEmpresarialDesenvolvedor>
</PafEcf>
<DadosEstoque>
<DataReferenciaInicial>2015-08-01</DataReferenciaInicial>
<DataReferenciaFinal>2015-09-01</DataReferenciaFinal>
<Produtos>
<Produto>
<Descricao>Descricao do Produto No Estoque</Descricao>
<Codigo>47873463800012</Codigo>
<CodigoTipo>GTIN</CodigoTipo>
<Quantidade>230</Quantidade>
<Unidade>Un</Unidade>
<ValorUnitario>230,00</ValorUnitario>
<SituacaoTributaria>Nao tributado</SituacaoTributaria>
<Aliquota>17,00</Aliquota>
<IsArredondado>true</IsArredondado>
<Ippt>Proprio</Ippt>
<SituacaoEstoque>Positivo</SituacaoEstoque>
</Produto>
</Produtos>
</DadosEstoque>
</Mensagem>
<Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
<SignedInfo>
<CanonicalizationMethod Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315" />
<SignatureMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1" />
<Reference URI="">
<Transforms>
<Transform Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature" />
</Transforms>
<DigestMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1" />
<DigestValue>0G6GVrG5xL6GnElW9xxJydpUQs8=</DigestValue>
</Reference>
</SignedInfo>
<SignatureValue>DtYo8438X2tS9nQHZjmCR5sOSLwXQ-GuP29BQC1v8bWLkCbrkUpH8LkqZSKAT3BNakfmcPIHrdDX-veQcXerwR/2H3WM8m0q4akKB3knKpDZJcbDT+kgDHo1Eu-tAy54DyDRThT5vN9mqoJsNnasGnipm4xsy4Jl7UQWtfThe-jof4+eAvnBBlNhsCZ1cCopoB2LmIvGvcZr9Y56Km-vI1YFBK7pPaK9T5r+GkU1wkLQX4BlMPLez4Gr/23Fg/dN2q Sp-gr9yewJE5GZZlDAK/Sooe1ACY/NPYtEVU-sO4y9DrS/vz9on3nil1PXzmLDF3in3AzyLLTvVlJwVj1exqJz6rBDa-jeA==</SignatureValue>
<KeyInfo>
<X509Data>
<X509Certificate>XIIDCzCCAfOgAwIBAgIQJyeEWF-flS6hPDf21PNRTDjANBgkqhkiG9w0BAQsFADAeMRwwG-gYDVQQDDBNXaW5kb3dzAIEF6dXJlIFRvb2xzMB4XDTE1MD-gyNjIxMTMx
MVoXDTE2MDgyNjIxMjMxMlowHjEcMBo-GA1UEAwwTV2luZG93cyBVBenVyZSBUb29sczCCASIwDQYJ-KoZIhvcNAQEBBQADggEPADCCAQoCggE-BAK3Duc/We4doidpQVFEGSRqi7VIBpoSSttyn6+qEALeWyFZrU-dRODY0fT7yzLfI+GNEOky-pYkhVgSv3rRD4LDF927ARrN9jp1uly2m5ck6x02Ahh5tvC/XZe L0JsvTzoE1cUJNANvqZbVBw5KJoIjxoFLucKhiDsiyop5KbR+dC-nYqDbVHp656K
VZQ3O3cgGKoBwNJ8A43ZYO66ZzwpMOOe3EgzSzUG-XeWR++EMO7MpLbmf7B7z9z36wgaOAVgb3aG7571yfeL-zn+YQ/mCydRWc8YazMciUMdfehE5jS3mL-ceIS0efVb4M3R2uzG26/8wnbteERNIavj4J5GcmUzAKZEs-CAwEAAaNFMEMwEgYDVR0TAQH/BAgwB-gIEf////zAdBgNVHQ4EFgQU0Ws2wk8yvmQHmAecizr-My7XyDV0wDgYD-VR0PAQH/BAQDAgUgMA0GCSqGSIb3DQEBCwUAA4IBAQAc RVTnJGegjQNt7g0Qe5YftSStmm0+unG94sdlVhhhIsGqaKhi-jZ7BJxmC+B7lvGmkahAbX59Wz0NbMHpjj8r3hOn1oV6wjBwz-xAXV
zujLsceP7G6YvhYph2P6pgKrULipdX7KAc2VvGGp-JRbvTKnG4R3GNu8E7ZhyPKPtNtRZ0FC-fRF/d1qhAZ0Kzqa1u5tsWLD9hstz9ZhBs2tJkV-kEz32yok6xZFKXcPgj8FE0z9LOxQ6EHdqxfPpY0s
MCdca1xgOE5gqQXpBLp5FHEEdvJbuEuu-rAic1cI23MkpTWjL1n0ea4g9cYBJJPLaaa9GeMW/KM-merrhrZ1Ou4y2QLw2</X509Certificate>
</X509Data>
</KeyInfo>
</Signature>
</Estoque>

3.5.3 Mensagem de Resposta de Envio de Redução Z e de Estoque

<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<ReducaoZResposta Versao="1.0">
<Codigo>0</Codigo>
<Mensagem>Aguardando</Mensagem>
<Recibo>237492e3479f234a79</Recibo>
</ReducaoZResposta>

3.5.4 Mensagem de Resposta da Validação de Redução Z e de Estoque

<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<EstoqueResposta Versao="1.0">
<Codigo>0</Codigo>
<Mensagem>Aguardando</Mensagem>
</EstoqueResposta>

4. Desbloqueio de Contigência do PAF-ECF

Formato do arquivo xml, para o desbloquêio de contigência.

<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<PafEcfDesbloqueio Versao="1.0">
<DataFim>26/04/2016</DataFim>
<Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
<SignedInfo>
<CanonicalizationMethod Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315" />
<SignatureMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1" />
<Reference URI="">
<Transforms>
<Transform Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature" />
</Transforms>
<DigestMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1" />
<DigestValue>0G6GVAG5xL6GnE2lW9xxJydpUQs8=</DigestValue>
</Reference>
</SignedInfo>
<SignatureValue>DtYo84382tS9nQHZjmCR5sOSLwXQ-Gu0P29BQC1v8bWLkCbrkUpH8LkqZSKAT3BNakfmcPIHrdDX-veQcXerwR/2H3WM8m0q4kKB3knKpDZ-JcbDT+kgDHo1E21utAy54DyDRThT5vN9mqoJsNnasG-nipm4xsy4Jl7UQWtfThejof4+eAvnBBlNhsC1cCopoB2LmIvGvcZr9Y56Km-vI1YFBK7pPaK9T5r+GkU1wkLQX4BlMPLez4Gr/23Fg/dN2q Sp-gr9yewJE5GZZlDAK/Sooe1ACY/NPYtEVU-sO4y9DrS/vz9on3nil1PXzmLDF3in3AzyLLTvVlJwVj1exqJz6rBDa-jeA==</SignatureValue>
<KeyInfo>
<X509Data>
<X509Certificate>XIIDCzCCAfOgAwIBAgIQJyeEWF-flS6hPDf21PNRTDjANBgkqhkiG9w0BAQsFADAeMRwwG-gYDVQQDDBNXaW5kb3dzIEF6dXJlIFRvb2xzMB4XDTE1MD-gyNjIxMTMx
MVoXDTE2MDgyNjIxMjMxMlowHjEcMBo-GA1UEAwwTV2luZG93cyBVBenVyZSBUb29sczCCASIwDQYJ-KoZIhvcNAQEBBQADggEPADCCAQoCggE-BAK3Duc/We4doidpQVFEGSRqi7VIBpoSSttyn6+qEALeWyFZrU-dRODY0fT7yzLfI+GNEOky-pYkhVgSv3rRD4LDF927ARrN9jp1uly2m5ck6x02Ahh5tvC/XeL0JsvTzoE1cUJNANvqZbVBw5KJoIjxoFLucKhiDsiyop5KbR+dC-nYqDbVHp656
KVZQ3O3cgGKoBwNJ8A43ZYO66ZzwpMOOe3EgzS-zUGXeWR++EMO7MpLbmf7B7z9z36wgaOAVgb3aG7571yfeL-zn+YQ/mCydRWc8YazMciUMdfehE5jS3mL-ceIS0efVb4M3R2uzG26/8wnbteERNIavj4J5GcmUzAKZEs-CAwEAAaNFMEMwEgYDVR0TAQH/BAgwB-gIEf////zAdBgNVHQ4EFgQU0Ws2wk8yvmQHmAecizr-My7XyDV0wDgYD-VR0PAQH/BAQDAgUgMA0GCSqGSIb3DQEBCwUA A4IBAQA-cRVTnJ GegjQNt7g0Qe5YftSStmm0+unG94sdlVhhhIsGqaKhi-jZ7BJxmC+B7lvGmkahAbX59Wz0NbMHpjj8r3hOn1oV6wjBwzx
AXVzujLsceP7G6YvhYph2P6pgKrULipdX7KAc2VvGGp-JRbvTKnG4R3GNu8E7ZhyPKPtNtRZ0FC-fRF/d1qhAZ0Kzqa1u5tsWLD9hstz9ZhBs2tJkV-kEz32yok6xZFKXcPgj8FE0z9LOxQ6EHdqxf
PpY0sMCdca1xgOE5gqQXpBLp5FHEEdvJbuEuu-rAic1cI23MkpTWjL1n0ea4g9cYBJJPLaaa9GeMW/KM-merrhrZ1Ou4y2QLw2</X509Certificate>
</X509Data>
</KeyInfo>
</Signature>
</PafEcfDesbloqueio>

Publica o Credenciamento de Empresa Fabricante - Convertedora de Bobina de Papel para uso em equipamento ECF.

Nº 155 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento deste Conselho, e em cumprimento ao disposto no art. 11 do Ato COTEPE ICMS 4/10, de 11 de março de 2010, torna público que a Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS na sua 165ª reunião ordinária, realizada em Brasília, DF, nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, aprovou o credenciamento da empresa fabricante - convertedora a seguir identificada para fabricação de bobinas de papel para uso em equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF:

DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	CNPJ	INSC. ESTADUAL
Delta Etiquetas & Rótulos LTDA - ME	Rua Treze de Junho, nº 355 - Vila Rosário - Araguaína - TO - CEP 77.823-110	03.300.740/0001-31	29.064.655-3

Nº 156 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 267ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 5 de setembro de 2016, foram celebrados os seguintes Ajuste SINIEF e Convênios ICMS:

AJUSTE SINIEF 13, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Ajuste SINIEF 07/16, que prorroga o prazo de envio dos arquivos a que se refere à cláusula décima primeira do Ajuste SINIEF 12/15, que dispõe sobre a Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquotas e Antecipação - DeSTDA.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 267ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 5 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira O inciso II do parágrafo único da cláusula primeira do Ajuste SINIEF 07/16, de 08 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, dia 20 de janeiro de 2017, em relação aos fatos geradores ocorridos de janeiro a novembro de 2016.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2016.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia p/ Henrique de Campos Meirelles; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Paulo Roberto Ferreira, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Seneri Kernbeis Paludo, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Hélcio Tokeshi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 85, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza o Estado de Sergipe a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 267ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 5 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de Sergipe autorizado a instituir programa de parcelamento incentivado, através do qual os débitos fiscais relacionados com o ICM e ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de julho de 2016, constituídos ou não, inclusive os espontaneamente denunciados pelo contribuinte, inscritos ou não em dívida ativa, ainda que ajuizados.

Parágrafo único. O débito será consolidado, de forma individualizada, na data do pedido de ingresso no programa, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

Cláusula segunda O débito consolidado poderá ser pago, desde que requerido até 23 de dezembro de 2016, nas seguintes condições:

I - em parcela única, com redução de até noventa e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e, de oitenta por cento dos juros de mora;

II - em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de oitenta por cento das multas punitivas e moratórias e, de sessenta por cento dos juros de mora; ou

III - em até cento e vinte parcelas mensais e sucessivas, com redução de sessenta e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e, de cinqüenta por cento dos juros de mora.

§ 1º O parcelamento previsto neste convênio:

I - poderá ser deferido, independentemente da existência de contratos para pagamentos parcelados anteriormente celebrados;

II - não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já recolhidas;

III - não se aplica a débito fiscal objeto de parcelamento em curso.

§ 2º O prazo previsto no caput desta cláusula poderá ser prorrogado para até 60 dias após a publicação da lei estadual que autorizar o parcelamento nos termos deste convênio.

§ 3º Não se aplica o disposto no inciso III do § 1º desta cláusula, a contribuintes que se encontrem adimplentes com parcelamentos em curso.

§ 4º Poderão ser fixados percentuais de redução de multas punitivas e moratórias e de juros de mora intermediários, diversos dos previstos nos incisos de I a III do caput, respeitados os limites máximo e mínimo de redução de multas punitivas e moratórias e de juros de mora.

Cláusula terceira O parcelamento de que trata este convênio fica condicionado a que o contribuinte:

I - manifeste, formalmente, sua desistência em relação a ações judiciais e recursos administrativos contra a Fazenda Pública, visando ao afastamento da cobrança do débito fiscal objeto do pagamento parcelado, em caráter irretratável;

II - formalize sua opção, mediante requerimento cujo modelo será disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda; e

III - cumpra outras condições expressamente previstas na legislação tributária estadual.

Cláusula quarta O contrato celebrado em decorrência do parcelamento de que trata este Convênio será considerado descumprido e automaticamente rescindido, independentemente de qualquer ato da autoridade fazendária, quando ocorrer falta de pagamento integral de qualquer uma das parcelas, por prazo superior a sessenta dias.

Parágrafo único. Ocorrida a rescisão nos termos do caput, deverão ser restabelecidos, em relação ao saldo devedor, os valores originários das multas e dos juros dispensados, prosseguindo-se na cobrança do débito remanescente.

Cláusula quinta Poderão ser limitadas a aplicação do benefício definido neste convênio e serem estabelecidas outras condições de rescisão do contrato celebrado em decorrência do parcelamento.

Cláusula sexta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia p/ Henrique de Campos Meirelles; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Paulo Roberto Ferreira, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Seneri Kernbeis Paludo, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Hélcio Tokeshi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 86, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Convênio ICMS 11/09, que autoriza as Unidades Federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 267ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 5 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira A cláusula segunda do Convênio ICMS 11/09, de 03 de abril de 2009, fica acrescida do § 19º, com o seguinte teor:

" Cláusula segunda ...

§ 19º. Fica o estado de Alagoas autorizado a prorrogar até 31 de outubro de 2016, o prazo previsto no caput desta cláusula, desde que adimplido na forma prevista em seu inciso I.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia p/ Henrique de Campos Meirelles; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Paulo Roberto Ferreira, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Seneri Kernbeis Paludo, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Hélcio Tokeshi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 87, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o Convênio ICMS 103/03, que autoriza as Unidades Federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros e multas e a conceder parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 267ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 5 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O inciso I do § 4º da cláusula sexta do Convênio ICMS 103/03, de 17 de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

¨ Cláusula sexta ...

§ 4º...

I - regularize todas as pendências que ocasionaram a revogação, até 30 de setembro de 2016.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da publicação de sua ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia p/ Henrique de Campos Meirelles; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Paulo Roberto Ferreira, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Seneri Kernbeis Paludo, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Hélcio Tokeshi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

CONVÊNIO ICMS 88, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza o Estado de Alagoas a conceder anistia de crédito tributário referente ao ICMS incidente sobre prestação de serviços de transporte.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 267ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 5 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica o Estado de Alagoas autorizado a anistiar as penalidades oriundas de créditos indevidos relativos ao ICMS incidente sobre prestação de serviço de transporte, cujos fatos geradores tenham ocorridos até 30 de junho de 2016, desde que adimplido em uma única parcela.

§ 1º A anistia de que trata o caput não exclui a cobrança dos acréscimos moratórios.

§ 2º A legislação do Estado de Alagoas disporá sobre a data limite para a devida regularização.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da publicação de sua ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia p/ Henrique de Campos Meirelles; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - João Antônio Fleury Teixeira, Espírito Santo - Paulo Roberto Ferreira, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Seneri Kernbeis Paludo, Mato Grosso do Sul - Márcio Campos Monteiro, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Shiská Palamitshchece Pereira Pires, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Hélcio Tokeshi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Edson Ronaldo Nascimento.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Secretário-Executivo nº 143/16, de 25 de agosto de 2016, publicado no DOU de 26 de agosto de 2016, Seção 1, página 76, na linha referente ao Laudo PRS0162016, onde se lê: "MRCHFARMA_FC", leia-se: "MERCHFARMA_FC".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 420, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721317/2016-55 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Honda, modelo CR-V EXL, ano 2011, cor prata, chassi 3CZRE2870BG502671, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/0434360-8, de 10/03/2011, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade da Embaixada do Canadá, CNPJ 03.738.502/0001-02.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Declara nula, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF, que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tendo em vista o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548 de 13 de fevereiro de 2015 e o constante no processo administrativo nº 14116.720141/2015-44, declara:

Art. 1º - Nulo de ofício, o CPF 031.811.241-84, em nome de MARCOS QUARESMA DE ALMEIDA, em razão de fraude na inscrição.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

MARCOS ANDRÉ MÁS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

Declara nula da inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 35, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo 13147.720092/2016-09, declara:

NULA a inscrição no CNPJ sob o nº 20.485.002/0001-25 em nome de Tereza Riguer Silva.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA-RR, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara que:

Art. 1º - Nos termos do que dispõem os §§ 4º e 5º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, fica inscrito no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o interessado abaixo identificado:

Nome do Interessado	CPF	Nº do Processo Administrativo	Nº de Inscrição no Registro de Ajudante
DANIELLE CRISTINE DE OLIVEIRA PEREIRA	786.861.482-04	10245.721951/2016-72	786.861.482-04

Art. 2º - O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiro, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Declara NULO, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ-PA, no uso das atribuições previstas no artigo 253, combinado com o inciso VI, do artigo 243, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos Artigos 17 a 19, da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e, considerando o que consta do processo administrativo nº 10218.720594/2016-52, declara:

Art.1°- É NULO o CPF nº 550.359.142-91, em nome de MAURILIO LUSTOSA ROCHA, em razão de fraude na inscrição.

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

PAULO ANDRE GOMES DE ARAUJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB n.º 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10480.727806/2016-12, RESOLVE:

1. Autorizar o fornecimento de 132.948 (cento e trinta e dois mil, novecentos e quarenta e oito) selos de controle, tipo Uísque, cor amarelo, para selagem no exterior, a empresa ASCENSUS TRADING & LOGÍSTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0004-87, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/086, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
JW RED LABEL	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos	67.932
JW BLACK LABEL	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos	17.256
GRAN OLD PARR	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos	47.760

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Prorroga o credenciamento de peritos para identificação e quantificação de mercadorias no curso de procedimentos fiscais.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU(SE), no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de dois anos, o credenciamento dos peritos relacionados no Anexo Único do Ato Declaratório Executivo (ADE) DRF/AJU nº 10, de 2 de setembro de 2014, para a prestação de perícia especializada na quantificação e identificação de mercadorias, no curso de procedimentos fiscais de competência da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju (DRF/AJU).

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no período de 01/07/2016 a 30/06/2018.

Parágrafo único. Ficam convalidados os laudos técnicos apresentados pelos peritos indicados no art. 1º, solicitados entre 01/07/2016 e a data de publicação deste Ato Declaratório Executivo.

MARLTON CALDAS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Declara baixada a inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 203, de 14 de maio de 2012, DOU 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso IV, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10680.725099/2016-73. Declara:

Art. 1º - Baixada de ofício, a inscrição nº 01.973.904/0001-66, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa JOLIE DERME UNIDADE ESTÉTICA LTDA - ME, em virtude de seu cancelamento no respectivo órgão de registro em 21/06/2013.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARÁ DE MINAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a nulidade de inscrição no CPF por fraude.

A AGENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARÁ DE MINAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, caput e inciso II, e art. 6º, inciso XI, da Portaria DRF/DIV/MG 20, de 21 de julho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo de nº 13677.720173/2016-11, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - de nº 109.322.946-26, por ter sido constatado indício de fraude na inscrição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JASMITA TEIXEIRA DUARTE DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a nulidade de inscrição no CPF por fraude.

A AGENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PARÁ DE MINAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, caput e inciso II, e art. 6º, inciso XI, da Portaria DRF/DIV/MG 20, de 21 de julho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e considerando o que consta no processo administrativo de nº 13677.720174/2016-57, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - de nº 410.747.828-95, por ter sido constatado indício de fraude na inscrição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JASMITA TEIXEIRA DUARTE DE MELO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara Habilitação no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), instituído pelos artigos 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, alterados pela Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 e pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 10 da Instrução Normativa SRF nº 605, de 04 de janeiro de 2006, e o que consta do processo administrativo nº 13642.720176/2016-43, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - Concedida a Habilitação no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), instituído pelos artigos 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, alterados pela Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 e pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, disciplinados pela Instrução Normativa SRF nº 605, de 04 de janeiro de 2006, para a empresa BOZEL BRASIL S. A., CNPJ 08.090.788/0002-67, estabelecida na Rodovia BR 265, KM 264, Vila Jardim São José, no município de São João del Rei, Minas Gerais.

II - A presente habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA CHRISTINA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Concede Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como a Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13646.720288/2015-83, DECLARA:

Art. 1º Fica concedido o Registro Especial de número UP-06105/00069, atividade de USUÁRIO, à empresa JORNAL, GRÁFICA E EDITORA INTERAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.351.733/0001-57, situada à Rua Santos Dumont, 242, Bairro Centro, na cidade de Araxá-MG, CEP 38183-187.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Cancela Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como a Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10148.000819/2010-36, DECLARA:

Art. 1º Fica cancelado o Registro Especial de nº UP-06105/00049, concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 002, de 17 de fevereiro de 2011, publicado no DOU, edição de 21 de fevereiro de 2011, à M. L. I. EDITORAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.711.092/0001-20, situada à Rua Araguari, 463, Bairro São Benedito, na cidade de Uberaba-MG, CEP 38020-290, conforme decisão contida no Processo Administrativo nº 10148.000819/2010-36.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 13.631.032/0001-37 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte BRUNA DOS SANTOS SOUZA, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e ainda o que consta do dossiê administrativo nº 10100.004402/0816-89.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art. 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 631, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

Declara CANCELADA a inscrição de CPF constante do presente ADE.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012,com fundamento no artigo 16 da Instrução Normativa SRF Nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015, DOU 19/02/2015, e pelas informações que constam nos processos administrativos que seguem abaixo, declara:

Art. 1º - O CANCELAMENTO das inscrições, abaixo especificadas, no Cadastro Pessoa Física, por DECISÃO ADMINISTRATIVA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	CPF	TITULAR
12448.721927/2016-82	040.805.177-93	EDNA MARQUES JORDAO MENDONÇA
12448.722000/2016-60	040.805.067-59	IRIS REGINA CAMPOS
12448.722073/2016-51	040.805.157-40	SUELEM MEIRELES COIMBRA

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 632, DE 9 DE AGOSTO DE 2016

Declara CANCELADA a inscrição de CPF constante do presente ADE.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012,com fundamento no artigo 16 da Instrução Normativa SRF Nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015, DOU 19/02/2015, e pelas informações que constam no processo administrativo 12448.722023/2016-74, declara:

Art. 1º - O CANCELAMENTO da inscrição, abaixo especificada, no Cadastro Pessoa Física, por DECISÃO ADMINISTRATIVA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	CPF	TITULAR
12448.722023/2016-74	040.805.147-78	DEYSE ANTUNES GONÇALVES

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 720, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Cancela a habilitação referente ao projeto, abaixo indicado, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do processo/dossiê nº 18186.732547/2013-35, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014:

INTERESSADO: CINEMARK BRASIL S.A

CNPJ nº 00.779.721/0001-41

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

ATO AUTORIZATIVO: PORTARIA ANCINE nº 70, de 11 de novembro de 2013.

OBJETO: Construção de 1 (um) complexo de 07 (sete) salas, alocado no Tietê Plaza Shopping, localizado a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, nº1465, área cinema. Pirituba, CEP: 05145-000, São Paulo , SP.

ATO de CONCESSÃO: ADE nº 3, de 20 de janeiro de 2014 - DERAT/SP.

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do Recine.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 721, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Cancela a habilitação referente ao projeto, abaixo indicado, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do processo/dossiê nº 18186.732545/2013-46, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014:

INTERESSADO: CINEMARK BRASIL S.A

CNPJ nº 00.779.721/0001-41

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

ATO AUTORIZATIVO: PORTARIA ANCINE nº 73, de 11 de novembro de 2013.

OBJETO: Construção de 1 (um) complexo de 07 (sete) salas, alocado no Shopping Nova 25, localizado a Rua Giovana Battista Pirelli, S/N, área cinema, Pirituba, CEP: 09111-340, Santo André, SP.

ATO de CONCESSÃO: ADE nº 1, de 15 de janeiro de 2014 - DERAT/SP.

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do Recine.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 722, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.012664/0716-63, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 29-E, de 28 de Junho de 2016.

INTERESSADO: INSTITUTO MOREIRA SALLES

CNPJ nº 58.397.563/0001-45

PROJETO: CONSTRUÇÃO - INSTITUTO MOREIRA SALLES - SÃO PAULO

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

OBJETO: Construção do complexo Cinematográfico IMS - SÃO PAULO, localizado à Av. Paulista, 2439, 6º Andar, Cerqueira Cesar, 01.311-936, São Paulo, SP.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 723, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.040195/0616-18, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 24-E, de 10 de Junho de 2016.

DOSSIÊ DE ATENDIMENTO: 10010.040195/0616-18

INTERESSADO: INSTITUTO MOREIRA SALLES

CNPJ nº 58.397.563/0001-45

PROJETO: MODERNIZAÇÃO - INSTITUTO MOREIRA SALLES - RIO DE JANEIRO

ENQUADRAMENTO: MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLOGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Modernização do complexo Cinematográfico IMS - Rio de Janeiro, localizado à Av. Marques de São Vicente, 476, E 508, Gávea, 22.451-040, Rio de Janeiro, RJ.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 724, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.044826/0716-22 resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 44-E, de 20 de julho de 2016.

INTERESSADO: CINEMARK BRASIL S/A

CNPJ nº 00.779.721/0001-41

PROJETO: MODERNIZAÇÃO - CINEMARK - ÓCULOS E LÂMPADAS

ENQUADRAMENTO: MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS CINEMATOGRÁFICOS.

OBJETO: Modernização de salas da empresa CINEMARK em diversos complexos, localizada à Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 15º Andar-Torre 1, Vila Cordeiro, 04.583-904, São Paulo - SP.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 725, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.001962/0716-28, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 23-E, de 10 de Junho de 2016.

INTERESSADO: CINEMARK BRASIL S/A

CNPJ nº 00.779.721/0001-41

PROJETO: MODERNIZAÇÃO - CINEMARK- RIOMAR RECIFE

ENQUADRAMENTO: MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLOGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

OBJETO: Modernização do complexo Cinematográfico Cinemark - RIOMAR RECIFE, localizado à Av. República do Líbano, 251, L4, Loja 4001, Pina, 51.110-160, Recife, PE.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 726, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.025034/1215-16, resolve:

Art. 1º- Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 41, de 11 de novembro de 2016.

INTERESSADO: P.M.C. CINEMAS DO BRASIL LTDA - EPP

CNPJ nº 04.488.617/0001-59

PROJETO: CONSTRUÇÃO - PMC - CAMARAGIBE

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA

OBJETO: Construção do complexo PMC Cinemas - Camaragibe localizado à R.Manoel Honorato da Costa, 555, Sala 03, Vila da Fábrica, 54.759-475, Camaragibe, PE.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O INSPETOR CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com fulcro no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Cancelado a seguinte inscrição no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro:

Nome	CPF	Processo
Renê Gonçalves Sanderson	014.910.277-11	10010.039212/0816-91

Art 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720414/2016-14, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência para o Sr. Lucas Favero, CPF nº 070.694.829/73, o veículo Marca I/BMW, Modelo X1 SDRIVE 1.8I VL 31, Ano/Modelo 2011/2011, cor BRANCA, Chassi nº WBAVL3100BVS04216, Placa LRJ5306, Renavam nº 00466351763, em nome de MA JIANWEI, CPF nº 844.490.550-04, importado por meio da DI nº 11/2213726-7, desembaraçada em 09/12/2011, pela Alfândega do Porto de Santos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10074.720263/2016-02, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes na DI nº 15/2026947-3 adição 01, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO TECNOLOGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.003194/0716-47, com fulcro nos artigos 4º, parágrafo único, inciso II, alínea "c", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, inciso II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada ARACAJU SERVIÇOS AUXILIARES LTDA., CNPJ (matriz) nº 13.380.837/0001-55, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é STATOIL BRASIL E ÓLEO E GÁS LTDA. CNPJ (matriz) nº 04.028.583/0001-10.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.041387/0316-45, com fulcro nos artigos 4º, parágrafo único, inciso II, alínea "c", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, inciso II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada VENTURA PETRÓLEO S.A., CNPJ (matriz) nº 01.785.706/0001-79, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ (matriz) nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE IRF/RJO nº 115, de 30 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 1º de novembro de 2012.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720361/2016-31, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado para o Consulado Geral Americano no Rio de Janeiro, CNPJ 04.141.058/0001-06, o Automóvel marca/modelo: I/Ford Crown Victoria, Cor Preta, Espécie: Passageiro, Combustível: Gasolina, Ano Fabricação 2011, Modelo 2011, Motor BA12007151, Placa RJ LRJ5327, Chassi: 2FABP7BV4BX100425, Renavam: 00470558296, importado por meio da DI nº 12/0857549-1 , desembaraçada em 17/05/2012, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo nº 10074.720508/2016-93, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência para a pessoa jurídica Raimundo Oliveira Paz Filho, CPF nº 06437176253, CNPJ nº 23.719.066/0001-31, o veículo Marca I/HONDA, Modelo ACCORD V6, Ano-Fabricação 2006, Ano-Modelo 2007, cor PRATA, Chassi nº 3HGCM66507G500016, Placa LRJ5177, Renavam nº 00192598449, em nome do Consulado Geral da República Popular da China no Rio de Janeiro, CNPJ nº 03.824.705/0001-11, importado por meio da DI nº 06/1551416-7, desembaraçada em 26/12/2006, pela Alfândega do Porto de Santos.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10074.720474/2016-21, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade/cessão de uso dos bens constantes da DI nº 16/1077235-2, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8,010/1990, da FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO TECNOLOGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas- CNPJ -da empresa que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério da Fazenda (MF) nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 29, inciso II, alíneas "e", itens 1 , da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016,e face ao constante no processo administrativo nº 18088.720.308/2016-93 declara:

Art. 1º BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, em razão de constatação da inexistência de fato, DESDE 01/01/2010, da empresa: TREND EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA-CNPJ : 03.391.532/0001-95.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério de Fazenda (MF) nº 203, de 14 de maio 2012, fundamentado no art 35, inciso II e § 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, e o que consta no processo administrativo n° 13827.720477/2015-28, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de número CNPJ 15.021.886/0001-27, da empresa : JOSÉ MORENO NETO ME,em razão do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º A anulação tem efeito a partir de 23/01/2012, de acordo com o disposto no artigo 35, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério de Fazenda (MF) nº 203, de 14 de maio 2012, fundamentado no art 35, inciso II e § 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, e o que consta no processo administrativo n° 13851.720346/2016-24.Declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de número CNPJ 23.447.237/0001-10, da empresa : RAFAEL AUGUSTO MATILE 07417839673 ,em razão do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º A anulação tem efeito a partir de 09/10/2015, de acordo com o disposto no artigo 35, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA -SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 2º, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações dadas pela Instrução Normativa RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, e face ao que consta do processo nº 13857.720076/2016-00, declara:

Artigo 1º - Inscrita no Registro Especial instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, sob o número GP-08122/00042 para a atividade de Gráfica - impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária (GP),e sob o número UP-08122/00041, para a atividade de usuário: empresa jornalística ou editora que explore a indústria de livro, jornal ou periódicos (UP) nos termos do artigo 2º, § 1º da IN RFB nº 976, de 2009, a empresa FUTURA GRAFICA E EDITORA DE SAO CARLOS LTDA - ME, CNPJ: 02.918.659/0001-57, com sede na Rua Leôncio Zambel, 16 - Jardim das torres - São Carlos/SP - CEP: 13.575-300.

Artigo 2º - O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 976, de 2009, e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do artigo 7º da referida Instrução Normativa.

MAURICIO NOVAES FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 33, inciso II, e 47 da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e na Ordem de Serviço SRRF08 nº 01, de 12/01/2016, e, ainda, considerando o que consta do processo 13609.721323/2016-17, declara:

1º - NULA a inscrição nº 13.812.098/0001-23, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica denominada JOSÉ MARIA MADALENA DE SOUZA 00801692601, em virtude da constatação de ocorrência de vício no ato cadastral no CNPJ.

2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 16 de junho de 2011.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a baixa no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, declara:

Art. 1º A baixa do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 14.022.772/0001-39, da empresa OSCAR MARCONDES MACHADO DE BARROS JUNIOR 23490709802, conforme previsto no § 2º do artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo n.º 13830.721333/2016-11.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01/09/2016.

EDENILSON NUNES FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a baixa no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, declara:

Art. 1º A baixa do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 17.098.601/0001-81, da empresa EDSON FERREIRA DE OLIVEIRA 24868444816, conforme previsto no § 2º do artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo n.º 13830.721332/2016-76.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01/09/2016.

EDENILSON NUNES FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a baixa no CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, declara:

Art. 1º A baixa do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 14.045.377/0001-71, da empresa ADRIANO DIAS DE SOUZA 70082956421, conforme previsto no § 2º do artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo nº 13830.721334/2016-65.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01/09/2016.

EDENILSON NUNES FREITAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DE EQUIPE DA ARRECADAÇÃO E COBRANÇA - EAC2 DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP, no uso de suas atribuições, conforme Portaria DRF/PPE nº 22, de 10/07/2015 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluído do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica CAIÇARA AUTO ELETRICO LTDA. - ME, CNPJ nº 49.837.792/0001-42, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e 6º do art.1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Presidente Prudente/SP, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Avenida Onze de Maio, nº 1319 - Cidade Universitária - CEP 19050-050.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS SHIGUEO UEHARA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

HABILITA a empresa TES - TERMINAL EXPORTADOR DE SANTOS, CNPJ nº 18.845.076/0001/83, localizada na Av. Governador Mario Covas Junior, s/nº, Armazéns XL e XLII, Bairro Estuário, em Santos, SP, no Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV do Artigo 219 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o disposto nos Artigos 13 a 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos artigos 471 a 475 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro) e no artigo 17 da Instrução Normativa RFB nº 1370, de 28.06.2013 e, ainda, no processo administrativo nº 10845.721982/2016-64, declara:

Art. 1º - HABILITADA ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO a empresa TES - TERMINAL EXPORTADOR DE SANTOS, CNPJ nº 18.845.076/0001-83, localizada na Av. Governador Mario Covas Junior, s/nº, Armazéns XL e XLII, Bairro Estuário, em Santos, SP, em relação ao Contrato de Arrendamento nº 50300.002128/2015-96, firmado entre a União Federal, por intermédio da Secretaria dos Portos da Presidência da República - SEP/PR, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, excerto publicado no DOU de 11.05.2016 - Seção 3 nº 89, relativo à área, localizada dentro do porto organizado de Santos e discriminada no Contrato supramencionado, cujo código é STS04.

A área arrendada tem, aproximadamente, 46.800 metros quadrados no total, dividida em Área 1, com, aproximadamente, 30.700 metros quadrados e Área 2 com, aproximadamente, 16.100 metros quadrados, nas quais estão e serão implantados os equipamentos e edificações a serem utilizados no desembarque (desembarque, movimentação interna, armazenagem e expedição) e no embarque (recepção, armazenagem, movimentação interna e embarque) de granéis sólidos vegetais, conforme regras previstas no Contrato e seus anexos e de acordo com fotos juntadas ao processo administrativo nº 10845.721982/2016-64.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo é expedido em caráter precário.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 37, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM SÃO PAULO (SP), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, sem prejuízo das competências ali discriminadas, resolve:

Art. 1º Constituir Equipe de Trabalho, denominada EQMAC, vinculada diretamente ao Delegado da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras(SP), tendo em vista ao disposto na Portaria SRRF8ªRF nº 65, 08 de agosto de 2016, publicada no DOU de 10/08/2016 e em observância a Portaria RFB nº 641, publicada no DOU de 12/05/2015, para realizar o acompanhamento econômico-tributário diferenciado e especial das pessoas jurídicas sob a jurisdição da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras (SP) em conformidade com as disposições contidas nas portarias que regem a matéria, integrada pelos seguintes servidores:

Cristiane Glerian, AFRFB, matrícula SIAPECAD nº 1220848;

Cesar Leony Fonseca da Cunha, AFRFB, matrícula SIAPECAD 00000103, Delegado-adjunto da DEINF/SPO;

Mauricio Marin Banos, AFRFB, matrícula SIAPECAD nº 63785, chefe da DIFIS

Marco Antonio Ruiz, AFRFB, matrícula SIAPECAD nº 56801, chefe do SEPAC;

Roberta Egido Giannella, AFRFB, matrícula SIAPECAD nº 1305258, chefe da DICAT;

Alexandre Vivanco Blanco, AFRFB, matrícula SIAPECAD nº 1171638, chefe da DIORT.

Art. 2° Caberá à Auditora-Fiscal Cristiane Glerian a atribuição de chefiar e coordenar os trabalhos da equipe constituída por meio deste ato, bem como recomendar providências às divisões e serviços, a fim de priorizar as medidas corretivas tendentes a tornar efetivo o acompanhamento em tela.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 28 de 20/04/2012, bem como as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRE LUIS MORAES DE JESUS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 531, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Transfere, temporariamente, competências entre Unidades da 9ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 300 e o parágrafo 1º do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e, tendo em vista o disposto no artigo 108 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012 e nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 88.937, de 06 de setembro de 1979 e pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º Transferir da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba-PR, para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lages-SC, a competência para analisar e decidir sobre direito creditório e declarações de compensação, prevista no art. 224, X da Portaria MF nº 203, de 2012, relativa aos Pedidos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação - PER/DCOMP com demonstrativo de crédito, listados no anexo único, incluindo o conjunto de PER/DCOMP relacionados ao mesmo crédito.

Art. 2º A competência constante do artigo anterior não implicará na perda da competência originária da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba-PR, a qual poderá ser exercida concomitantemente com a da Delegacia destinatária da transferência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2016, com validade até 31 de dezembro de 2016.

LUIZ BERNARDI

ANEXO ÚNICO

Número do PER/DCOMP com demonstrativo de crédito	CNPJ básico do declarante/sucessor	Delegacia destino da transferência
31697097412503131702678O	43.375.930	DRF/ Lages-SC
07658113542105121702925S	76.519.974	
26461258800108141702834O	76.494.806	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a nulidade do ato cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por vício no ato cadastral.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 35 e 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016 e considerando a solicitação e Despacho Decisório constantes no processo administrativo nº 10920.721572/2016-73, declara:

Art. 1º A nulidade do ato cadastral da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) na qualidade de microempreendedor individual de Leandro Soares Correa 89081420968, CNPJ nº 17.706.830/0001-31, por vício no ato cadastral, conforme disposto no inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06 de maio de 2016, com data retroativa ao termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo (data de sua inscrição).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 78, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação referente ao leilão 0927800/000002/2016.

A CHEFE DA SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria RFB nº 3.090/2011 e pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a RFB pelo período de 03 (três) meses a partir da publicação da Portaria no Diário Oficial da União, ao licitante ARON ALVAMAR SOARES DE ARAUJO, CPF 904.598.494-68, com base no que dispõe a cláusula 11, subitem 11.1.2, do Edital nº 0927800/000002/2016 e o Artigo 87, Inciso III da Lei 8.666/93 e processo 10909.721230/2016-10.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DEBATIN TOMASI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza o fornecimento de selos de controle para importação uísque com selagem no Exterior.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, bem como as alterações efetuadas pela Instrução Normativa 1.583, de 31 de agosto de 2015, e os documentos apresentados pelo contribuinte interessado, declara:

Art. 1º Fica autorizado o fornecimento de 4.620 (quatro mil e seiscentos e vinte) selos de controle de Uísque Amarelo ao estabelecimento importador MÖET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 43.993.591/0004-09 e Registro Especial de Importador nº 10106/067, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos e engarrafados por MacDonald & Muir Ltd, localizado em The Alba Campus, Livingston, West Lothian EH547LW, Scotland, UK:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Capacidade	Graduação Alcoólica	Unidades Importadas
Glenmorangie Ardbeg 10 YO	Glenmorangie	750 ml	46%	660
Glenmorangie The Original 10YO	Glenmorangie	750 ml	43%	2.640
Glenmorangie uísque malte puro Lasanta	Glenmorangie	750 ml	46%	660
Glenmorangie Quinta Ruban	Glenmorangie	750 ml	46%	660

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Concede registro no regime de suspensão do IPI para pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O Chefe da Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort), da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo/RS (DRF/PFO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302, inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o art. 17, caput, da Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009, e a delegação de competência conferida pelos incisos I e XVII do art. 2º da Portaria DRF/PFO nº 15, de 23 de julho de 2012, com alterações promovidas pela Portaria DRF/PFO nº 20, de 17 de maio de 2016, e considerando o que consta do dossiê nº 10010.014490/0816-36, declara:

Art. 1º Concede à pessoa jurídica HL GEMAS E MINERAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 11.845.391/0001-61, com endereço na BR 386, Km 244, Bairro Botucaraí, no município de Soledade/RS, o registro no REGIME DE SUSPENSÃO DO IPI para pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o art. 29 da Lei nº 10.637, de 2002, e a Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009, e alterações posteriores.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RICARDO SIQUEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inscrita no Registro Especial pessoa jurídica que realiza operações com papel imune, na qualidade de importador.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO/RS , no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302, inciso VII, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com a delegação de competência conferida pelo art. 2º da Portaria DRF/PFO nº 15, de 23 de julho de 2012, com alterações promovidas pela Portaria DRF/PFO nº 20, de 17 de maio de 2016, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial para o Papel Imune, previsto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 2009, o estabelecimento da pessoa jurídica EDITORA BOTA AMARELA LTDA - ME, CNPJ nº 07.361.916/0001-16, com endereço na Avenida Santo Dal Bosco, nº 97, centro do município de Erechim/RS, para fins de realizar operações com papel imune, em conformidade com o art. 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal, na qualidade de "importador", sob o nº IP-10104/008, nos termos do art. 1º, parágrafo 1º, inciso III, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 2009, com as alterações efetuadas pelas Instruções Normativas RFB nº 1.011, de 2010, nº 1.048, de 2010, e nº 1.153, de 2011, em face do que consta no processo administrativo nº 13027.000113/2005-71.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RICARDO SIQUEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.004202/1994-78, sob o comando nº 419793145 e juntada nº 424767073, resolve:

Nº 406 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Tecnoprev, CNPB nº 2004.0021-74, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00300.000015/9119-84, sob o comando nº 415421029 e juntada nº 422913014, resolve:

Nº 407 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Programada II, CNPB nº 2014.0012-19, administrado pela Fundação Nestlé de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00300.000015/9119-84, sob o comando nº 415415487 e juntada nº 422908218, resolve:

Nº 408 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Programada - PAP, CNPB nº 1999.0004-47, administrado pela Fundação Nestlé de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000733/2004-51, sob o comando nº 422114650, resolve:

Nº 409 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro, CNPB nº 2012.0018-74, administrado pelo Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.000733/2004-51, sob o comando nº 416143395 e juntada nº 421588742, resolve:

Nº 410 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios ACPREV, CNPB nº 2006.0042-47, administrado pelo Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 44000.003437/1998-30, sob o comando nº 423330338, resolve:

Nº 411 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a Diosynth Produtos Farmo-químicos Ltda., Merck Sharp e Dohme Saúde Animal Ltda. e Schering-Plough Indústria Farmacêutica Ltda., na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria MSD Prev - CNPB nº 1998.0047-83, e a MSD PREV - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 401, de 05 de setembro de 2016 publicada no Diário Oficial da União nº 172, de 06 de setembro de 2016, Seção 1, página 24, onde se lê: "DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO". Leia-se: "DIRETORIA COLEGIADA."

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 302, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza o empenho e a transferência de recursos adicionais para ações de Defesa Civil no Município de Faxinal do Soturno - RS

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a o empenho e repasse de recursos adicionais ao Município de Faxinal do Soturno - RS, no valor de R$ 162.193,39 (cento e sessenta e dois mil, cento e noventa e três reais e trinta e nove centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por chuvas intensas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59204.602557/2015-21.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em parcela única.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 303, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Alecrim - RS

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar a o empenho e repasse de recursos ao Município de Alecrim - RS, no valor de R$ 506.657,81 (quinhentos e seis mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por enxurradas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59007.000007/2016-80.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em parcela única.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 304, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Sobradinho - RS.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar a o empenho e repasse de recursos ao Município de Sobradinho - RS, no valor de R$ 221.845,01 (duzentos e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e um centavo), para a execução de obras de recuperação de danos causados por chuvas intensas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59204.603021/2015-22.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em parcela única.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 305, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Santa Tereza do Oeste - PR.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar a o empenho e repasse de recursos ao Município de Santa Tereza do Oeste - PR, no valor de R$ 1.185.407,90 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e noventa centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por chuvas intensas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.001306/2014-44.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em duas parcelas.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

HELDER BARBALHO

Ministério da Justiça e Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 802, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de março de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51947, resolve:

Declarar anistiada política MARIA DO ROSARIO DA CUNHA PEIXOTO, portadora do CPF nº 141.967.606-78, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.697,39 (um mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.03.2014 a 02.09.2000, perfazendo um total retroativo de R$ 298.174,84 (duzentos e noventa e oito mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 01.12.1968 a 28.08.1979, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 803, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão Plenária, realizada no dia 24 de setembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59070, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por MANOEL DE JESUS ARAÚJO SOARES, portador do CPF nº 238.822.397-00, para declará-lo anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.494,00 (um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 24.09.2015 a 28.09.2002, perfazendo um total retroativo de R$ 252.336,60 (duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 20.06.1969 a 24.02.1972, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 804, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belo Horizonte/MG, no dia 30 de novembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67091, resolve:

Declarar anistiado político CICERO FEITOSA DA SILVA, portador do CPF nº 617.588.096-04, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 30.11.2012 a 19.03.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 226.066,67 (duzentos e vinte e seis mil, sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 30.01.1988 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 805, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 75ª Sessão de Turma, realizada no dia 07 de outubro de 2010, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54758, resolve:

Declarar anistiada política SIRLENE BENDAZZOLI, portadora do CPF nº 014.272.038-06, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.229,62 (um mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 07.10.2010 a 28.08.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 145.566,51 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 23.12.1968 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 806, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71541, resolve:

Declarar anistiado político SANDOVAL GOMES FEITOSA, portador do CPF nº 064.686.322-34, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 807, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 20ª Sessão de Turma, realizada no dia 10 de setembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº. 2011.01.69882, resolve:

Declarar anistiado político post mortem SEBASTIÃO NUNES DA CUNHA, filho de OLIMPIA MARIA DA CUNHA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 808, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 30ª Sessão de Turma da 91ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Santos/SP, no dia 19 de novembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65056, resolve:

Declarar anistiado político post mortem RAIMUNDO ALEXANDRE SOBRINHO, filho de FRANCISCA ALEXANDRE DA SILVA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.497,00 (um mil e quatrocentos e noventa e sete reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 19.11.2015 a 28.09.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 216.915,30 (duzentos e dezesseis mil, novecentos e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

quinze reais e trinta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 12.08.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 809, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53089, resolve:

Declarar anistiada política post mortem LUZIA VIEIRA CRUZ, filha de MARIA VIEIRA DA CRUZ, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.576,00 (um mil e quinhentos e setenta e seis reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 10.12.2015 a 14.12.2000, perfazendo um total retroativo de R$ 307.109,87 (trezentos e sete mil, cento e nove reais e oitenta e sete centavos), e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 06.11.1972 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 810, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão de Turma, realizada no dia 14 de março de 2016, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69015, resolve:

Declarar anistiado político JOSE AURELIO DA SILVA FILHO, portador do CPF nº 199.152.766-72, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 14.03.2016 a 19.04.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 257.433,33 (duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 03.04.1987 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 811, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 24ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55384, resolve:

Declarar anistiado político FRANCISCO SOARES DA SILVA, portador do CPF nº 462.977.822-53, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.576,00 (um mil e quinhentos e setenta e seis reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 15.10.2015 a 19.09.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 288.329,20 (duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 812, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 14 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66266, resolve:

Declarar anistiado político post mortem LUIZ AURÉLIO RODRIGUES DE ANDRADE, filho de ANA RODRIGUES DE ANDRADE, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 14.10.2015 a 23.07.2009, perfazendo um total retroativo de R$ 161.900,00 (cento e sessenta e um mil e novecentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 813, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão Plenária, realizada no dia 14 de março de 2016, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.07346, resolve:

Dar provimento ao Recurso interposto por IVO DA SILVA BITENCOURT, portador do CPF nº 103.825.930-49, para declará-lo anistiado político, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 814, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 14 de outubro de 2015, no Requerimento de Anistia nº. 2006.01.53327, resolve:

Declarar anistiada política MARLI GOMES CARVALHEIRO, portadora do CPF nº 460.133.698-87, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.147,00 (dois mil, cento e quarenta e sete reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 14.10.2015 a 25.01.2001, perfazendo um total retroativo de R$ 410.900,02 (quatrocentos e dez mil, novecentos reais e dois centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 815, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Três Passos/RS, no dia 14 de junho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55355, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSÉ ORDUNHA FERNANDES, filho de ESPERANÇA FERNANDES ORDUNHA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 816, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12553, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA, filho de DIOLINA SOARES DA SILVA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 817, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 34ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72318, resolve:

Declarar anistiada política ANGELA MARIA DE ALVARENGA ELESBÃO GALLUZZO, portadora do CPF nº 755.346.498-87, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 15.12.2015 a 12.04.2008, perfazendo um total retroativo de R$ 199.533,33 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 818, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 22ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de setembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.22331, resolve:

Declarar anistiado político post mortem ANGELO TREVISOL, filho de JOANA FRANCISCATTO, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.576,00 (um mil e quinhentos e setenta e seis reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 24.09.2015 a 18.03.1998, perfazendo um total retroativo de R$ 358.855,20 (trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 819, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 24ª Sessão de Turma, realizada no dia 15 de outubro de 2015, e o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia, datado de 09 de junho de 2016, no Requerimento de Anistia n° 2007.01.56678, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial n.º 2.071 de 10 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2015, para declarar anistiado político post mortem IDALIRIO LEMES DO AMARAL, filho de MARIA LEMES DE JESUS, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 820, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de julho de 2015, no Requerimento de Anistia nº. 2004.01.46334, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de JOÃO BUONOME, filho de EUVIRA CORREGIA BUONOME, e conceder à IZALTINA DOS SANTOS BUONOME, portadora do CPF nº 937.773.298-00, e aos demais dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 821, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61889, resolve:

Declarar anistiada política MARIA FELICIDADE MIRANDA ALVES, portadora do CPF nº 329.085.122-20, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 822, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53083, resolve:

Declarar anistiado político EUCLIDES MARTINS DE MORAES, portador do CPF nº 172.580.492-15, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 823, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº. 2002.01.10995, resolve:

Declarar anistiada política post mortem TEREZA MORAIS CUNHA, filha de OTACIA CUNHA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 824, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de abril de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.62495, resolve:

Declarar anistiado político SERGIO DA CRUZ MANGUEIRA, portador do CPF nº 361.361.587-87, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 24.04.2014 a 05.10.1988, perfazendo um total retroativo de R$ 240.524,87 (duzentos e quarenta mil, quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 825, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51645, resolve:

Declarar anistiada política MARIA DA PAZ MOREIRA, portadora do CPF nº 131.234.672-87, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, § 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 826, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 32ª Sessão de Turma da 92ª Caravana da Anistia, realizada na cidade de Belém/PA, no dia 10 de dezembro de 2015, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61054, resolve:

Declarar anistiada política post mortem MARIA DE LOURDES LIRA DO NASCIMENTO, filha de ISABEL LIRA DO NASCIMENTO, conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.576,00 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 10.12.2015 a 25.03.2003, perfazendo um total retroativo de R$ 260.302,67 (duzentos e sessenta mil, trezentos e dois reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 12.04.1972 a 31.01.1975, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 827, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 10 de março de 2010, no Requerimento de Anistia nº. 2003.21.34086, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político post mortem de ARGENIL MENDES DE SA, e conceder a MARIA MARTA EMILIO DE SA, portadora do CPF n.º 974.357.406-91, a substituição da pensão por morte de anistiado político, nos mesmos valores que vem percebendo do INSS, sob NB 59/142.538.085-6, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

ALEXANDRE DE MORAES

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PAUTA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Dia: 14.09.2016
Início: 10h
Ato de Concentração nº 08700.003462/2016-79
Requerentes: Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda. e Hypermarcas S.A.
Advogados: Paola Regina Petrozziello Pugliesi e Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu e outros
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira
Processo Administrativo nº 08700.003447/2015-40 (Processo Restrito nº 08012.003185/2007-61)
Representante: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Representados: Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Mato Grosso-Sindipetroleo; José Fernando Chaparro; Bruno Borges; Marcos Rosendo da Silva; Edson Lincoln Alvarez Rocha; Waldir Chechet Junior; Laura Cristina de Lima Souza; Orisvaldo Jiacomini; Paulo Roberto da Costa Passos; Benedito Pedro Gonçalves; Luiz Carlos Galvan; Gérsio Marcelino Mendonça Júnior; José Roberto Borges Porto; Marli Isabel Tiecher; Nilson Roberto Teixeira; Carlos Simarelli Júnior; Elias Vanin; Artur Abrão Abdo; Antônio Carlos de Abreu; Daniel Locatelli; Nosso Posto; Posto de Combustível Santa Marta; Free Comércio de Combustíveis; M.A Comércio de Combustíveis Ltda.; Auto Posto Atacadão Ltda.; Auto Posto Vitória Ltda.; Rosendo Comércio de Combustíveis; Posto da Avenida XV de Novembro; Rede de Postos Santa Maria Ltda.; Posto da Av. Filinto Müller, 1717; Posto Nova Esperança; Posto Free; Posto Ponte Nova Ltda.; Auto Posto Pindorama Ltda.; Gonçalves & Gonçalves A.P. CBA Ltda.; Paradise Auto Posto Cuiabá Ltda.; Panamericano Auto Posto Cuiabá Ltda.; Papai Auto Posto Cuiabá Ltda.; Comercial Amazônia de Petróleo Ltda.; Posto Locatelli; Castoldi Park Auto Posto Ltda.; Castoldi Auto Posto 10 Ltda.; Castoldi Comércio de Petróleo Ltda.; Castoldi & Castoldi Ltda.; Jaboque Comércio e Derivados de Petróleo Ltda.; Teixeira & Pereira Ltda.; América Auto Posto I, Matriz; Posto América; Teixeira & Scalossi; Petrobras Distribuidora S.A.; Jacar Distribuidora de Petróleo; Watt Distribuidora Brasileira de Combustíveis e Derivados de Petróleo; Petroluz Distribuidora Ltda.; Idaza Distribuidora de Petróleo Ltda.; Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. Simarelli Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda.; Vitória Petros Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda.; N. Posto Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda.
Advogados: Rodrigo Sêmpio Faria, Raquel Cândido Amaral Leitão, Paulo Humberto Budoia, Frederico Gustavo Pereira Carrilho Donas, Raphael de Freitas Arantes, Fernando Damasceno Peres, Waldir Cechet Junior, Maurício Aude, André Maurício Ribeiro Pfaffenzeller, Gustavo Tomazeti Carrara, Roberto Cavalcanti Batista, Nelson José Gasparelo, Saulo Rondon Gahyva e outros
Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior
Processo Administrativo nº 08012.005930/2009-79
Representante: SDE ex officio
Representados: Asahi Glass Co. Ltd, Hankuk Electric Glass Co. Ltd., Nippon Electric Glass Co. Ltd., Samsung Corning Precision Glass Co. Ltd., Schott AG, Toshiharu Ariyoshi, Tamotsu Kitagawa, Futajima, Toshihisa Hayagawa (ou Toshihisa Hayakawa), Yuji Nishimi, Timm-Peter Pollak, Takuo Horiuchi, Hyun-Su Chang, Atushi Shimomura, Hyung-Jin Park, Jeong-Cheol Keum, Jung-Ki Kang, Young-Joo Kim, Sung Yeol Lee
Advogados: Celso Cintra Mori, Rodrigo de Magalhães Carneiro de Oliveira, Flávio Lemos Belliboni, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Paulo Leonardo Casagrande, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Tulio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Michelle Marques Machado, Batuira Rogerio Meneghesso Lino, Flávia Chiquito dos Santos, Roberto Lourenço Belluzzo e outros
Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo
Processo Administrativo nº 08700.009161/2014-97
Representantes: SDE ex officio
Representados: Hong Kong Petrochemical Co. Ltd , Annie Chung, Richard J. Do e Paul C. W. Kim
Advogados: Não constam advogados.
Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro Macedo
Processo Administrativo nº 08012.000774/2011-74
Representantes: SDE ex officio
Representados: Asahi Kasei Corporation, Cheil Industries Inc., Formosa Chemical and Fibre Corporation, Grand Pacific Petrochemical Corporation, Hyosung BASF Co. Ltd., Kaofu Chemical Corporation, Korea Kumho Petrochemical Co. Ltd., LG Chem Ltd., Taita Chemical Co. Ltd., Techno Polymer Co. Ltd, Toray Malaysia Sdn. Bhd., Ube Cycon Ltd., Chi Mei Corporation, Ah-Rong Huang, Cheng Shih Chen, Cheng Te Tsai, Chien-Jen Jao, Chun-Hua Hsu, Hsing-Tsung Wang, Jau-Yang Ho, Ting-Sheng Su, Yao-Tsung Su, Yu-Chuan Wang
Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Daniel Oliveira Andreoli, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Amadeu Carvalhães Ribeiro, Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco, Barbara Rosenberg, Jose Inácio Ferraz de Almeida Prado Filho, Cristiane Romano Farhat Ferraz, Carolina Maria Matos Vieira, Leopoldo Ubiratan Carreiro Pagotto, Frederico Centeno Dutra, Mauro Grinberg, Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros, Batuira Rogerio Meneghesso Lino, Fabio Francisco Beraldi e outros
Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro
Processo Administrativo para Imposição de Sanções Processuais Incidentais nº 08700.005560/2016-41
Autuada: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Marcos Paulo Verissimo, Ursula Pereira Pinto, Marcela Medeiros de Carvalho e outros
Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro
Requerimento nº 08700.007160/2015-99
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Lauro Celidonio e outros

MÁRCIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente do Conselho
Interino

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.710, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/46111 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASA BRANCA NORTE DO PIAUÍ LTDA, CNPJ nº 07.457.583/0001-23 para atuar no Piauí.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.721, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50585 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 68.317.817/0004-74, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
108 (cento e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.734, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50255 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MANUFATURA DE METAIS MAGNET LTDA, CNPJ nº 61.155.529/0001-79 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 3.759, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/51045 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER MORUMBI, CNPJ nº 53.825.121/0001-39 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.788, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/34872 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SETOR LOJAS DO COND. DO EDIFICIO RIO FLAT SERVICE, CNPJ nº 29.269.792/0001-86 para atuar no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.811, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/40362 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0012-23, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
192 (cento e noventa e duas) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.914, DE 25 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/38816 - DPF/AGA/TO, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa REDE K COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 05.493.203/0001-80, para atuar em Tocantins.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.975, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/53102 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E TECNOLOGICO DO PIAUI LTDA, CNPJ nº 03.126.508/0001-29 para atuar no Piauí.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 3.979, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/52718 - DPF/MBA/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES DE MARABA LTDA ME, CNPJ nº 07.853.178/0001-24, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
400 (quatrocentas) Munições calibre 12
20108 (vinte mil e cento e oito) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Estojos calibre 38
20108 (vinte mil e cento e oito) Projéteis calibre 38
1000 (uma mil) Espoletas calibre .380
1000 (um mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.012, DE 29 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/55600 - DPF/VAG/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS, CNPJ nº 21.420.856/0001-96 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.019, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/18261 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MÓVEIS PROVÍNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 48.315.477/0001-92, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1670/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.054, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/57347 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa NORDESTE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 09.461.393/0001-05, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA, CNPJ nº 00.621.158/0012-31:
10 (dez) Revólveres calibre 38
3 (três) Espingardas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.067, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/49341 - DPF/MBA/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INVICTUS SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 13.479.246/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1922/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.068, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/50574 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PARA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.113.174/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1923/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.077, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/57929 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PREVER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.671.138/0001-36, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.083, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/45972 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ nº 07.957.111/0006-44, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.088, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/39826 - DPF/JTI/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa ROSANGELA SEVERINO DE FREITAS - ME, CNPJ nº 02.741.269/0001-54, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.090, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/44210 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SECTOR SECURITY VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 17.838.006/0001-35, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente EXCEL SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 00.515.043/0001-00:
11 (onze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente TV TRANSNACIONAL TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.293.981/0001-99:
8 (oito) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente A.S.F SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.880.303/0001-62:
4 (quatro) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre .380
128 (cento e vinte e oito) Munições calibre 12
204 (duzentas e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.093, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/51704 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GSS SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.365.528/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1913/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIAS DE 29 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 184 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AHMAD MOHAMMAD RAHAL - Y084373-S, natural do Líbano, nascido em 02 de agosto de 1981, filho de Mohammad Rahal e de Ibtissam El Haj, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108001/2015-17);

WOO SOOK KIM, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se ANA WOO SOOK KIM - Y046566-V, natural da Coréia do Sul, nascida em 07 de setembro de 1979, filha de Sun Kyung Kim e de Kum Soon Kim Jeon, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.035040/2016-79);

ANAI CREMATA GOMEZ - V295576-D, natural de Cuba, nascida em 23 de dezembro de 1966, filha de Carlos Alberto Cremata Trujillo e de Clara Maria Gomez Garcia, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.044626/2016-24);

ANDRES OCTILIANO CEDREZ GAMENTHALER - V022709-H, natural do Uruguai, nascido em 10 de fevereiro de 1949, filho de Candido Cedrez e de Diosma Paula Gamenthaler, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08437.000045/2016-31);

ANTON IVAYLOV GRIGOROV - Y274912-G, natural da Bulgária, nascido em 21 de julho de 1989, filho de Ivaylo Tontchev Grigorov e de Nina Gueorguieva Grigorova, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.002797/2016-57);

AZIZ REZAIE - V284179-Y, natural do Afeganistão, nascido em 01 de junho de 1961, filho de Russen Rezaie e de Nocra Rezaie, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.053324/2015-66);

CARINA GONZALEZ SOUSA - W139658-Q, natural da Espanha, nascida em 30 de setembro de 1972, filha de Roberto Gonzalez Ozores e de Bienvenida Sousa Ozores, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.002957/2014-35);

CHAI FON SANG CHAU - Y080853-Y, natural da República Popular da China, nascida em 29 de janeiro de 1961, filha de Cai Zhuang Yu e de Wu Shu Ye, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044721/2016-28);

CHAO A DAN - V328650-A, natural da China, nascida em 15 de abril de 1966, filha de Chao Yu Fu e de Chao Hsiao, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08457.008387/2015-81);

CHRISTINE LOUISE WILLIANS MEDEIROS - V003852-J, natural da Colômbia, nascida em 29 de outubro de 1946, filha de Carl Louise Williams e de Lucile Jackson Williams, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.006351/2016-94);

GIANLUCA CATIGNANI - W100098-R, natural da Itália, nascido em 23 de agosto de 1966, filho de Antonio Catignani e de Carmela Fera Catignani, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.030267/2014-20);

GUILLERMO DAVID CHAMBI MAMANI - V049800-L, natural da Bolívia, nascido em 25 de junho de 1962, filho de Clemente Chambi e de Martha Mamani, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08335.032983/2015-68);

HASSAN MOKHTAR ONEISSI - Y274462-L, natural do Líbano, nascido em 10 de novembro de 1977, filho de Mokhtar Oneissi e de Rkie Khalil, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.025821/2015-48);

IMAN AHMAD QATAMI - V202389-7, natural da Palestina, nascida em 01 de março de 1977, filha de Ahmad Mohamad Suleiman e de Qadria Abdel Jabar, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044565/2016-03);

IMANE AHMAD TAGHLEBI - W327121-V, natural do Líbano, nascida em 26 de dezembro de 1969, filha de Ahmad Khalil Taghloubi e de Fahda Ahmad Taghlebi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.044337/2016-25);

JIMMY RICARDO NARANJO BORJA - V199725-9, natural do Equador, nascido em 28 de março de 1960, filho de Jaime Efrain Naranjo Rodriquez e de Nancy Shirley Borja de Naranjo, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.007311/2015-50);

LAURA SALUSTRI - V717499-8, natural da Itália, nascida em 08 de fevereiro de 1991, filha de Maurizio Salustri e de Rossella Iacobis, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.006495/2015-31);

LUIS ARMANDO MALDONADO ALARCON - W173891-Q, natural do Chile, nascido em 03 de maio de 1942, filho de Luis Maldonado Lagos e de Blanca Aurora Alarcon Meza, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.007860/2015-24);

MANUEL DE JESUS MENDEZ GONZALEZ - V290833-7, natural de Cuba, nascido em 27 de fevereiro de 1965, filho de Manuel Mendez Mejias e de Maria Rosa Gonzalez Arias, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.044625/2016-80);

MARIA RAQUEL CAMACHO SANTOS, natural de Cabo Verde, nascida em 04 de outubro de 1958, filha de João Baptista Braga Santos e de Tereza Augusta de Azevedo C. Braga Santos, residente no Estado do Ceará(Processo nº 08270.008531/2016-48);

MING CHUN TSAI - Y227742-U, natural da China, nascido em 25 de janeiro de 1992, filho de Ching Liang Tsai e de Chiu Yuen Liu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.000351/2016-15);

NASSIF AHMAD BAZZOUN - Y274956-X, natural do Líbano, nascido em 05 de julho de 1959, filho de Ahmad Bazzoun e de Om Al Fadel Abed Ali, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.020270/2015-26);

NICOLÁS SANCHEZ NUNEZ - Y005961-H, natural do Uruguai, nascido em 01 de março de 1974, filho de Fernando Walter Sanchez Gonzalez e de Blanca Mabel Nunez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003528/2016-07);

PEDRO CARLOS GUISANDEZ - V327308-Q, natural da Argentina, nascido em 12 de agosto de 1946, filho de Fermin Juan Guisandez e de Maria Esther Parra, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08337.002984/2015-68);

RANYA NAIM JAMIL TUM - Y244707-Z, natural da Jordânia, nascida em 08 de julho de 1978, filha de Nahim Jamil Mahmud Saed e de Fadia Sharif Mahmud Saed, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08795.003882/2015-62);

SHAHROKH MADDAMY - Y237812-T, natural do Iran, nascido em 21 de abril de 1968, filho de Taleb Maddamy e de Bmani Maddamy, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066927/2015-28);

WU HSIAO TANG - V328652-6, natural da China, nascido em 20 de janeiro de 1965, filho de Wu Ken Nung e de Hsu Che, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08457.008385/2015-91) e

WU SHENG FONG - V328653-4, natural da China, nascido em 05 de março de 1993, filho de Wu Hsiao Tang e de Chao A Dan, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08457.008388/2015-25).

Nº 185 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ADRIAN MARIO GUERRA ALVAREZ - V500300-1, natural do Uruguai, nascido em 06 de fevereiro de 1966, filho de Angel Mario Guerra e de Alicia Rosa Alvarez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08212.007980/2015-82);

BLANCA CATALINA BENITEZ SANCHEZ - V487138-J, natural do Paraguai, nascida em 25 de novembro de 1979, filha de Eligio Benitez e de Bernarda Sanchez, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08335.027773/2015-58);

CHERN JEN JEN - V380615-G, natural da China (Taiwan), nascida em 06 de março de 1996, filha de Chern Bao Yeun e de Yu Chun Chiao, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08337.002963/2015-42);

HILTER MARTIN SILVA PENA - V708492-N, natural do Peru, nascido em 25 de janeiro de 1977, filho de Francisco Martin Silva Amesquita e de Iris Peña Guerrero, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.009617/2015-87);

INGRID NICOLLETTE TERRONES BARBARAN - V366318-4, natural do Peru, nascida em 07 de março de 1980, filha de Eduin Arturo Terrones Saenz e de Carmen Rosa Barbaran de Terrones, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.000421/2015-46);

JOHANA CRISTINA ARIAS PEREZ - V646597-2, natural da Colômbia, nascida em 29 de novembro de 1986, filha de Joel Enrique Arias Martinez e de Mariela Perez, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08532.001300/2015-02);

JULIO MORACEN NARANJO - V222482-5, natural de Cuba, nascido em 05 de fevereiro de 1966, filho de Armando Moracen Roblas e de Ana Rosa Naranjo Rousseaux, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108017/2015-20);

LUIS MIGUEL DIAZ LOPEZ - V960157-R, natural da Espanha, nascido em 22 de maio de 1981, filho de Carlos Diaz Gonzalez e de Rosa Lopez Fernandez, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.004996/2015-68);

MARCELLO DROGHETTI - V210607-R, natural da Itália, nascido em 25 de agosto de 1964, filho de Paolo Droghetti e de Giampiera Rossin, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.009213/2015-26);

MARIA JOSE ZANARDI BRICALLI - V422630-2, natural da Argentina, nascida em 28 de agosto de 1973, filha de Aristobulo Pedro Zanardi e de Maria Cristina Serantes, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.002831/2015-63);

MARIO GIRASOLE - V396929-V, natural da Itália, nascido em 08 de junho de 1968, filho de Salvatore Girasole e de Giuseppina Giusto, residente no Estado de Rio de Janeiro (Processo nº 08460.005604/2015-21);

MICHAEL MCMASTER - V771515-U, natural da Austrália, nascido em 05 de agosto de 1986, filho de Ross Alan Haig Mcmaster e de Margaret Kim Mcmaster, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.037727/2015-21);

MOHAMAD AHMAD AHMAD - V645616-T, natural do Líbano, nascido em 18 de janeiro de 1980, filho de Ahmad Ahmad e de Sultane Ahmad, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.029311/2015-58);

SHULLER LISSETH FEBRES APACLLA - V552199-Z, natural do Peru, nascida em 23 de maio de 1980, filha de Juan Luis Febres Aguilar e de Sonia Apaclla Quispe, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066884/2015-81); e

VLADIMIR OLEGOVICH RYBYAKOV - G070274-F, natural da Rússia, nascido em 05 de abril de 1988, filho de Oleg Vladimirovich Rybyakov e de Tatyana Vsevolodovna Rybyakova, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08701.007218/2015-94).

GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO

PORTARIAS DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 186 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil

AHMAD MOHAMAD MIZHER - Y271767-E, natural do Líbano, nascido em 16 de julho de 1973, filho de Mohamad Mizher e de Fawzie Najdi, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.007984/2016-20);

ANA BERENICE LEDESMA VEGAS - V168417-6, natural do Peru, nascida em 04 de outubro de 1987, filha de Hector Cesar Ledesma Rey e de Rafaela Angelica Vegas Alfaro, residente no Estado do Amazonas(Processo nº 08240.018163/2013-51);

BELQUIS SOSA FURTADO - W040542-H, natural do Uruguai, nascida em 18 de março de 1949, filha de Jeremias Sosa e de Silvia Furtado, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08438.000314/2016-50);

FATIMA AHMAD EL HAJ - V355106-U, natural do Líbano, nascida em 20 de junho de 1965, filha de Ahmad El Hajj e de Ghazale El Hajj, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066943/2015-11);

IBRAHIM MOHAMAD ZAHOUI - V134147-A, natural do Líbano, nascido em 15 de dezembro de 1966, filho de Mohamad Zahoui e de Samira Zahoui, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.023968/2014-12);

JEAN PAUL YLLAPUMA MAMANI - Y244074-B, natural do Peru, nascido em 14 de junho de 1979, filho de Julio Hugo Yllapuma Cardena e de Maria Mamani Huillcahuaman, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.044727/2016-03);

JUAN VALENCIA QUISPE - Y243731-6, natural da Bolívia, nascido em 27 de dezembro de 1943, filho de Paulino Valencia Quispe e de Silveria Quispe Mamani, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.066880/2015-01);

JUEI HAO WENG - V351984-Z, natural da China, nascido em 07 de outubro de 1992, filho de Lee Chao Fen e de Weng Ming San, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08444.005285/2016-33);

LUIS ANTONIO LOPEZ CAERO - W107761-O, natural da Bolívia, nascido em 15 de fevereiro de 1956, filho de Luis Lopes Ballesteros e de Maria Luisa Caero Quiroz, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08212.003035/2016-92);

MANUEL MIGUEZ MIGUEZ - W597213-A, natural da Espanha, nascido em 23 de outubro de 1950, filho de Camilo Miguez Alvarez e de Dolores Miguez Alonso de Miguez, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.035053/2016-48);

SALHA SAAB AMORIM - W028539-F, natural do Líbano, nascida em 13 de maio de 1945, filha de Wahib Saab e de Reda Wahib Saab, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08354.002912/2016-93); e

SIRLEY MABEL OLIVEIRA SILVA - V155178-J, natural do Uruguai, nascida em 12 de janeiro de 1950, filha de Eusebio Oliveira e de Aida Silva, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08441.004235/2016-69).

Nº 187 - TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

IVAN ANGEL MAMANI COCA, natural da Bolívia, nascido em 14 de julho de 1997, filho de David Mamani Ordonez e de Fidelia Coca Montoya, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.065615/2016-88) e

NATÁLIA PENG ENXIAO, natural da China, nascida em 28 de setembro de 1995, filha de Peng Shoumin e de Zhou Miaojuan, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.044536/2016-33).

Nº 188 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABD AL KARIM ARISHEH, natural da Síria, nascido em 16 de março de 2014, filho de Fuad Arisheh e de Hadeel Khattab, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.032567/2016-22);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANNA DOORTJE NEDERSTIGT, natural da Holanda, nascida em 17 de novembro de 2003, filha de Frans Willem Pieter Marie Nederstigt e de Francina Kolster, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo: 08000.034330/2016-86);

BELAL SASAA, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se PABLO SASAA - natural da Síria, nascido em 03 de junho de 2009, filho de Yasser Sasaa e de Razan Al Nounah, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo: 08335.045209/2015-17);

BENJAMIN STEINHAUS TAGLIAPIETRA, natural da Argentina, nascido em 17 de setembro de 2014, filho de Everton Steinhaus e de Alejandra Ester Tagliapietra, residente no Estado de Santa Catarina (Processo: 08495.002911/2015-53);

ISMAIL ABDUL RAHMAN UMAR, natural de Gana, nascido em 12 de janeiro de 2009, filho de Abdul Rahman Umar e de Adizatu Omar, residente no Distrito Federal (Processo: 08280.026804/2015-36);

MALK AHMED JASIM AL BATTAWI, natural do Iraque, nascida em 16 de novembro de 2011, filha de Ahmed Jasim Ali Al Battawi e de Hanaa Mahdi, residente no Estado do Paraná (Processo: 08000.033629/2016-13);

REBECCA AINHOA REICHARDT BARRAYCOA, natural da Argentina, nascida em 26 de julho de 2000, filha de Marcos Audal Reginald Reichardt Ros e de Yolanda Barraycoa Martinez, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.107910/2014-57) e

SARAH AHMED JASIM AL BATTAWI, natural do Iraque, nascida em 29 de março de 2009, filha de Ahmed Jasim Ali Al Battawi e de Hanaa Mahdi, residente no Estado do Paraná (Processo: 08000.034511/2016-11).

GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO DO CHEFE
Em 6 de setembro 2016

Determino o DEFERIMENTO da Retificação de Assentamentos abaixo relacionado:

Processo: 08354008405201582, FELIPE LOBERT, alterados os nomes dos seus genitores constantes do seu registro, passando de PAUL LOBERT para PABLO PEDRO MARIA ERNESTO LOBERT e MADELEINE HEYNSSENS para MAGDALENA HEYNSSENS.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08270.025325/2015-11 - JULIO SERAFIN MACIAS EGAS

Processo Nº 08505.106449/2015-04 - YING WANG, FENG XU, XITONG XU.

Processo Nº 08504.014393/2015-64 - JOAO PEDRO LOPES SANTOS ANTUNES PRETO, TELMA MARTINS JOAQUIM, CARMINHO MARTINS JOAQUIM SANTOS PRETO

Processo Nº 08505.106434/2015-38 - CINDY GEORGETTE REBECCA BOUGANIM

Processo Nº 08461.004411/2015-43 - EDOUARD JEAN MARIE SILLARD, VALERIE OLGA EVE HAMEL, TITOUAN JEAN EDMOND SILLARD

Processo Nº 08505.093329/2014-41 - GIAMPIERO CENSORI

Processo Nº 08505.081365/2015-42 - DENYA CAROLINA DOMINGUEZ GALLARDO

Processo Nº 08505.011316/2014-61 - WEI LIAO

Processo Nº 08506.010537/2015-93 - GERMAN ALBERTO SCAVONE e SANTINO SCAVONE TAZZIOLI

Processo Nº 08506.010538/2015-38 - ROCIO SOLEDAD TAZZIOLI

Processo Nº 08000.018058/2015-14 - DONGHO CHUNG

Processo Nº 08000.018060/2015-85 - YOUNGSOO JANG,

Processo Nº 08000.018293/2015-88 - TOMAZ DE BORGES DE CASTRO DA MOTA CAPITAO

Processo Nº 08000.018061/2015-20 - SANGJUN KIM

DEFIRO o presente pedido de permanência definitiva com base em união estável nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08505.065278/2016-29 - YOUNG MI KIM

DEFIRO os pedidos de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 01/1997 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08260.004868/2015-14 - PAULO JORGE CANAS RODRIGUES

Processo Nº 08295.027842/2015-47 - CIRO MIGUEL LABRADA SILVA

Processo Nº 08506.000272/2016-04 - SAHIBZADA WALLED NOOR

DEFIRO os pedidos de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.055084/2015-06 - FRANÇOISE NGOYI MBABU, JEAN NZUZI, DIELA NZUZI.

Processo Nº 08504.012877/2015-79 - WAZINE MFUMU-KALA GUY BAUDOUIN

DEFIRO os pedidos de restabelecimento de permanência nos termos da Resolução Normativa 05/97, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.075887/2016-96 - KYUNG JA KANG SUL

Processo Nº 08420.009791/2016-70 - ANTONIO DE BERTI

Processo Nº 08457.006244/2016-15 - ELVIRA RODRIGUEZ CASTRO

Processo Nº 08280.015362/2016-83 - SHAKE TAKTA BORNIAN

Processo Nº 08420.017053/2015-15 - MICHAEL FRANCIS CAHENY

Processo Nº 08451.001243/2016-34 - MARIA FERNANDA RAMOS BRÁS CURTO

Processo Nº 08018.005788/2013-96 - PEDRO MARIO MENDES FERREIRA CALHEIROS

Processo Nº 08230.000050/2015-80 - MARIA ROSALIA AUGUSTO DE ANDRADE

Processo Nº 08212.003032/2016-59 - BENJAMIN JAMES RENSHAW

Processo Nº 08505.034435/2016-54 - LUCIA SOLEDAD GARCIA

Processo Nº 08505.054404/2015-39 - MARIA TERESA MAZZUCCO DE GALLEGO

DEFIRO os pedidos de restabelecimento de permanência formulado pelo nacional português FERNANDO FERREIRA MARTINS, na forma do art. 2º, da Resolução Normativa 05/97, do Conselho Nacional de Imigração, ficando o respectivo registro condicionado ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 8º da Resolução Normativa nº 118/2015.

Processo Nº 08000.008175/2016-42 - FERNANDO FERREIRA MARTINS

DEFIRO o pedido de restabelecimento de permanência formulado pelo nacional italiano GENNARO DE ROSA , na forma do art. 3º, da Resolução Normativa 05/97, do Conselho Nacional de Imigração, ficando o respectivo registro condicionado ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 8º da Resolução Normativa nº 118/2015.

Processo Nº 08420.006274/2016-49 - GENNARO DE ROSA

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 27/06/2016, Seção 1, pág. 20, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08505.073719/2014-02 - CARLOS MANUEL ALPIZAR CHAVES e YERLYN SUSANA SEGURA CHAVARRIA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08089.000996/2014-46 - MARCOS NAHUEL NORIS YANEZ, LUCAS JOAQUIM NORIS YANEZ, DORA MARCELA YANEZ e TIAGO SIMON NORIS YANEZ

Processo Nº 08461.006334/2013-02 - DESIREE MURPHY

Processo Nº 08506.011232/2015-07 - JOAO LUIS DA COSTA JANUARIO

Processo Nº 08491.001479/2015-13 - ALI MAHMMOUND MOHAMED

Processo Nº 08506.013811/2014-03 - DARWIN HOWER VERTEL LARA

DEFIRO os pedidos de transformação da residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, abaixo relacionados; ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelos requerentes.

Processo Nº 08240.015603/2016-61 - LUIS PATRICIO MUENALA ESPINOSA

Processo Nº 08096.005675/2016-19 - PAULINO PEREZ VELAZQUEZ

Processo Nº 08240.015603/2016-16 - LUIS PATRICIO MUENALA ESPINOSA

Processo Nº 08240.015461/2016-31 - CARLOS HERNAN PARRA RODRIGUEZ

Processo Nº 08354.005499/2016-19 - EDDIER JADIER FLOREZ VARGAS

Processo Nº 08434.001488/2016-70 - RICARDO GABRIEL AGUIAR HAIRABEDIAN

Processo Nº 08495.001994/2016-44 - CLAUDIA DEOLINDA GARCIA

Processo Nº 08220.004926/2014-03 - LENISA CCASO MAMANI VDA DE SOTELO

Processo Nº 08107.004630/2013-08 - CHARLES IEVAN DUNBAR-JONES

Processo Nº 08240.011866/2015-10 - ESPERANZA SEGURA GAMBOA

DEFIRO os pedidos de residência permanente nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionados:

Processo Nº 08260.003844/2016-29 - MARIA LAURAU ZLATE

Processo Nº 08389.014851/2016-18 - ANTONIO MATIAS LUI

Processo Nº 08495.005709/2016-64 - VALENTINA FERREYRA

Processo Nº 08794.003775/2016-25 - SERGIO DARIO PADILLA

Processo Nº 08436.006096/2016-87 - ROSANA BEATRIZ GUARNIERI

Processo Nº 08495.005193/2016-58 - PAMELA LUCIANA ACUNA, NICOLAS ABREGU, LOLA LUCIANA ABREGU, PIA ISABELA ABREGU

Processo Nº 08375.005312/2016-39 - JUAN FELIPE NEIRA

Processo Nº 08492.006938/2015-45 - ADRIAN RICARDO FIDELANGELI

Processo Nº 08389.015564/2015-36 - NANCI MABEL SANABRIA

Processo Nº 08389.010212/2015-94 - ISSA VALENTINA RACH

Processo Nº 08495.002506/2015-35 - RUTH LOPEZ

Processo Nº 08495.002313/2015-84 - CIRO ANGELO PAGANO

Processo Nº 08505.031439/2015-08 - MARIO KARIM FAIAD

Processo Nº 08000.022115/2015-51 - AGOSTINA GIOVANNA BERGERO

Processo Nº 08495.003539/2015-01 - ANA LAURA DI LUCA

Processo Nº 08391.002370/2015-21 - EDUARDO HORACIO DILEO

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno sem efeito o Ato publicado no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2016, Seção 1, pág. 37, e DEFIRO o pedido de transformação da residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente.

Processo Nº 08437.000394/2014-91 - RAUL HECTOR FERREIRA

Diante dos novos documentos juntados aos autos, torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial da União de 08 de junho de 2016, Seção 1, pág. 37, e DEFIRO o pedido de residência permanente nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para concessão de permanência a detentores de vistos temporários ou a turistas,, promulgado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08420.014628/2014-67 - JOSE LUIS POLETTI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 03/09/2014, Seção 1, pág. 53, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08420.012106/2013-40 - CLAUDIO ANDRES CALLEJAS OLGUIN

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 25/03/2015, Seção 1, pág. 29, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08711.003306/2014-17 - MARIANA MAGDALENA RASETTO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 23/02/2015, Seção 1, pág. 22, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.036941/2014-16 - HORACIO YACOMO

ANULO o Ato publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2013, Seção 1, pág. 31, tendo em vista erro material quanto ao amparo legal do processo, e DEFIRO o pedido de restabelecimento de permanência formulado pelo nacional cabo-verdiano FERNANDO JORGE FONSECA NEVES, na forma do art. 2º, da Resolução Normativa 05/97.

Processo Nº 08297.000330/2012-71 - FERNANDO JORGE FONSECA NEVES

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, abaixo relacionados; tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08102.003374/2016-16 - DIEGO ALEJANDRO RENDON TEJADA

Processo Nº 08102.003276/2014-17 - AULO RODRIGO PAREDES ACOSTA

Processo Nº 08389.001016/2016-18 - ALAN FABRICIO RODRIGUEZ

Processo Nº 08501.000367/2016-60 - KRISS MELANI SANGA GARANTE

Processo Nº 08458.011203/2015-50 - ELIAS RICARDO SUAYA

Processo Nº 08389.020938/2015-35 - CRISTIAN ALEJANDRO VILLAFAÑE

Processo Nº 08504.000707/2014-61 - JUAN CARLOS FRASCHINI BUSTOS

Processo Nº 08461.005755/2014-99 - JOSE FELIX SALAZAR SANDUVAL

Processo Nº 08495.003199/2015-18 - HORACIO ESTEBAN DOMINGUEZ, MARIA SOLEDAD BEGUE e ROCIO AYLEN DOMINGUEZ

Processo Nº 08505.043755/2015-14 - JUAN CARLOS LOPEZ ARIAS

Processo Nº 08451.004943/2015-08 - GILDARDO ADRIAN HENAO DAVILA

Processo Nº 08240.020360/2014-11 - CHRISTIAN JHON POOL REVOREDO TELLO

EXEMPLAR DE ASSINANTE
NTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08389.002929/2015-62 - GRISELDA VANESA DIAS DA MOTA
Processo Nº 08505.051406/2015-76 - MARIANO ALEJANDRO BIANCHI
Processo Nº 08461.005745/2014-53 - ALEJANDRO DIEGO SCOCCIMARRA
Processo Nº 08495.001288/2015-11 - LIONEL CORREDOYRA CANOURA
Processo Nº 08097.002945/2014-50 - LEANDRO JAVIER IRUSTA
Processo Nº 08212.006636/2014-95 - JESUS REYNALDO ACHO QUISPE
Processo Nº 08792.002141/2013-22 - MARIA DELIA BURGUENO MANAY
Processo Nº 08444.010972/2014-17 - FRANCO ALFONSO NUNEZ RODRIGUEZ
Processo Nº 08495.004402/2013-01 - MONICA FABIANA BERMUDEZ GARCIA
Processo Nº 08460.005287/2014-62 - MARIANO ADRIAN MAGRO
Processo Nº 08461.004218/2014-21 - CRISTINA BEATRIZ SENDRA, AGUSTINA SEGATTA, HELENA SEGATTA, FRANCESCA SEGATTA, JUAN MARTIN SEGATTA.
Processo Nº 08711.001612/2014-19 - MARIA FLORENCIA MAZZA
Processo Nº 08494.006008/2014-91 - GRISELDA SOLEDAD MENDEZ, KARIN NAIARA DRAGOMIR.
Processo Nº 08460.008410/2014-05 - ROSA VENTOSO CASTANO
Processo Nº 08460.011293/2014-59 - JOAQUIM LABORDE CABRERA
Processo Nº 08070.000036/2016-47 - SAEED SANKARI
Processo Nº 08221.017777/2015-13 - CARLOS MAO SORIA DERZY
Processo Nº 08221.017727/2015-28 - SANTIAGO VACA ROCA
Processo Nº 08514.005836/2015-15 - WENDY JOHANA MARTINEZ CAMPO, AMY JOHANA VERTEL MARTINEZ e DARWIN HOWER VERTEL MARTINEZ
Processo Nº 08221.010590/2013-19 - MARIA ESTHER SOBRINO GAHONA
Processo Nº 08096.005541/2013-47 - MOHAMMAD AQIL SAMHAN
Processo Nº 08505.053390/2014-55 - JAESIK MIN
Processo Nº 08297.008224/2015-88 - AGAVNI KARTUN, CRISTINA CATALANO
Processo Nº 08505.102897/2014-40 - FELIPE NAPOLITANO
Processo Nº 08505.026710/2012-32 - ORLANDO ORNELAS DA COSTA CALDEIRA GOMES, JOANA WILSON e LEONARDO JESSEN GOMES
Processo Nº 08280.022306/2013-52 - CLIVE CABALLERO ROSALES
Processo Nº 08514.006741/2013-49 - MOHAMMAD SAID EL MAJZOUB
Processo Nº 08000.000928/2013-29 - JOÃO GUILHERME GOMES

Determino o arquivamento dos processos, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.028802/2015-81 - JAMES BREWSTER PARKER, JACKSON MACFARLAND PARKER
Processo Nº 08000.028803/2015-25 - MICHELLE KYMBERLY PARKER

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo Nº 08240.024586/2015-71 - LEONARDO AGUIAR TRUJILLO
Processo Nº 08240.024840/2015-31 - REINEL BELTRAN AGUEDO, ANIA LUSSON CERVANTES, DAVID BELTRAN LUSSON, DANIEL BELTRAN LUSSON.
Processo Nº 08240.023549/2015-46 - KAREN JOEL ARENCIBIA AVILA

Determino o arquivamento do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada. Por oportuno, REVOGO o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 18/02/2016, Seção 1, pag. 23.

Processo Nº 08241.001599/2015-62 - PEDRO CASTANEDA PORRAS

Considerando a consulta no Sistema Nacional de Estrangeiros (2896912), DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva com fundamento na RN 01/97 do Cnig.

Processo Nº 08420.021006/2014-95 - JORDI CARMONA HURTADO

INDEFIRO os pedidos, tendo em vista, que os requerentes não preenchem os requisitos da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo Nº 08506.016369/2016-21 - DEBORAH MARTIN
Processo Nº 08420.014604/2015-99 - JANUARIO PEREIRA DA CONCEIÇÃO

INDEFIRO o pedido de Transformação de Visto, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08000.022372/2015-93 - ISABEL CRISTINA SANCHEZ ESCOBAR

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.028930/2015-24 - JAMES NEIL WATSON, até 11/01/2017.
Processo Nº 08461005526201555 - EIRIK VASSTEIN, até 08/10/2017.
Processo Nº 08000.028490/2015-13 - DAVID COLIN AUSTIN, até 23/09/2016.
Processo Nº 08000.024705/2015-19 - SERGE PASCAL VROLIJK, até 15/02/2018.
Processo Nº 08000.023045/2015-59 - AMOL ARVIND WADKE, até 23/08/2017.
Processo Nº 08000.022251/2015-41 - SIZAKIEL VALENZUELA ONDRA, até 09/08/2017.
Processo Nº 08000.021389/2015-23 - MASSIMO FRUZZETTI, até 23/07/2017.
Processo Nº 08000.019543/2015-05 - DMYTRO BEZHODKOV, até 11/01/2017
Processo Nº 08000.018777/2015-27 - JARIN ERNESTO GALEAS ROMERO, até 18/07/2017.
Processo Nº 08000.018527/2015-97 - OLEG BONDARENKO, até 11/01/2017
Processo Nº 08000.012274/2015-48 - REDEWAAN VAN NIEKERK, até 24/11/2017.
Processo Nº 08000.013641/2015-21 - RAJESH KHANNA, até 14/05/2017.
Processo Nº 08000.013642/2015-75 - SANJEEV SREEDHARAN NAIR, até 15/07/2017.
Processo Nº 08000.013647/2015-06 - LEANDER GELDENHUYS, até 15/01/2018.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO os pedidos de reconsideração, abaixo relacionados; e com efeito, prorrogo o prazo de Estada do estrangeiro no País.

Processo Nº 08000.016341/2016-84 - RAFAEL ADAM GRADZKI, até 06/10/2018.
Processo Nº 08000.024207/2015-76 - SLOBODAN MILINKOVIC, até 13/08/2017.

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2016, Seção 1, pág. 37, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.015015/2016-50 - JOHN J ATWOOD

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 30/05/2016, Seção 1, pág. 59, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.027850/2015-51 - BRANDON JAMES MOORE

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/08/2016, Seção 1, pág. 53, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.024553/2015-54 - POLIMON ANAK JALI

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 16/08/2016, Seção 1, pág. 19, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.023467/2015-24 - MAURICE GARAY SENENCHE

Considerando a manifestação da empresa responsável pela vinda do estrangeiro ao País, conforme documento anexado no SEI n° 0152962, e considerando ainda que decorreu o prazo da prorrogação de estada durante o curso do processo, determino o ARQUIVAMENTO do presente requerimento.

Processo Nº 08000.003903/2015-49 - RODEL CAPOY DELLORO

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/08/2016, Seção 1, pág. 26, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08461.002085/2015-30 - JERZY MIECZYSLAW GAJDA

Considerando a manifestação contrária do Ministério do Trabalho, INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.014120/2015-91 - ANDRIY NOVIKOV
Processo Nº 08000.014261/2015-11 - VIKTOR KOLBINOV
Processo Nº 08000.017066/2015-35 - GANS ALI
Processo Nº 08000.023166/2015-09 - ZBIGNIEW SZOT
Processo Nº 08000.018626/2015-79 - ROMAN TONKIKH
Processo Nº 08000.018625/2015-24 - ERWIN PAMIS BABISTA
Processo Nº 08000.018622/2015-91 - PIOTR STEFANSKI
Processo Nº 08000.018528/2015-31 - MARCIN LUKASZ SNIEGOCKI
Processo Nº 08000.013492/2015-08 - SANDEEP SINGH SHESHPALSINGH RAWAT
Processo Nº 08000.013495/2015-33 - ALBERTO VALEROSO

MULLER LUIZ BORGES

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s), abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000808/2015-93 - KAREN PAULINA BRAVO
Processo Nº 08212.008537/2014-48 - CYNTHIA DE JESUS VASCONCELOS ANDRE
Processo Nº 08212.008540/2014-61 - AUREA BIANCA VASCONCELOS ANDRE
Processo Nº 08286.004256/2014-52 - JUVENCIO PERREIRA
Processo Nº 08295.027059/2014-01 - BENVINDA ROUTTE LAMBA
Processo Nº 08295.027073/2014-04 - MONALISA SIMONE SANTOS MONTEIRO PIRES
Processo Nº 08295.027078/2014-29 - ABDUL PEDRO MANUEL MUCHINGECA
Processo Nº 08354.009948/2014-36 - ANILTON BARBOSA MENDES DELGADO VARELA
Processo Nº 08354.009958/2014-71 - GISLAYNE SOLANGE SILVESTRE MANICO
Processo Nº 08389.024532/2014-41 - IVES MARY TOMASINI CASERES
Processo Nº 08444.011952/2014-55 - FLORENCE SOUKDARA MUGNIER
Processo Nº 08444.012674/2014-53 - VICTOR CIANY KAMONAYI
Processo Nº 08444.012682/2014-08 - JENNY CAROLINA CARDENAS AYALA
Processo Nº 08444.012692/2014-35 - LAURA GARCIA CORREDOR
Processo Nº 08451.016600/2014-05 - JUAN BARTOLOME RAMIREZ VERA
Processo Nº 08451.016611/2014-87 - ANNA MARIE BUTH
Processo Nº 08451.017685/2014-31 - MILY DERLY GALLEGOS HUALLPA
Processo Nº 08495.004941/2014-13 - POLICARPO CAMILO SILVESTRE MATIQUITE
Processo Nº 08702.006466/2014-27 - ELIET SURAIA CARDOSO MADEIRA
Processo Nº 08702.006504/2014-41 - ELINDO BOAVENTURA CAMUTALI
Processo Nº 08707.006004/2014-60 - ANDRES EDUARDO GOMEZ HERNANDEZ
Processo Nº 08702.006507/2014-85 - MANUEL ALBERTO KIGINGO GOMES

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2015, Seção 1, pág. 666.

Onde se lê - DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08495.007537/2014-00 - JONATAN EMMANUEL BUERI GONZALEZ

Leia-se - DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08495.007537/2014-00 - JONATAN EMMANUEL BUERI GONZALEZ e MARIA BELEN AMAYA

No Diário Oficial da União de 08/06/2016, Seção 1, pág. 36.

Onde se lê - DEFIRO os pedidos de permanência definitiva com base em união estável nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.005725/2016-54 - ALISSON ANN MORAN

Leia-se - DEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em união estável nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08460.005725/2016-54 - ALLISON ANN MORAN

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 121, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Novela: A TERRA PROMETIDA (Brasil - 2016)
Produtor(es): Casablanca Service Provider Ltda
Diretor(es): Alexandre Avancini
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Religioso

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.023471/2016-73
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: TIAGO IORC - TROCO LIKES (Brasil - 2016)
Diretor(es): Thiago Iorczeski
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.035862/2016-31
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Show Musical: TERESA CRISTINA CANTA CARTOLA (Brasil - 2015)
Produtor(es): Warner Music Brasil
Diretor(es): Henrique Alqualo
Distribuidor(es): WARNER MUSIC BRASIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.036281/2016-16
Requerente: WARNER MUSIC BRASIL

Série: FLASH - 2ª TEMPORADA - VERSÃO EDITADA (THE FLASH II, Estados Unidos da América - 2015)
Episódio(s): 4
Produtor(es): Ralph Hemecker
Diretor(es): Ralph Hemecker
Distribuidor(es): WARNER BROS INTERNATIONAL TELEVISION DISTRIBUTION, INC.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.036819/2016-92
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Trailer: RAINHA DE KATWE (QUEEN OF KATWE, Africa do Sul - 2016)
Diretor(es): Mira Nair
Distribuidor(es): THE WALT DISNEY COMPANY (BRASIL) LTDA..
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.037199/2016-17
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: CHAMADOS (RINGS, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Walter F. Parkes/Laurie Macdonald
Diretor(es): F. Javier Gutiérrez
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.037385/2016-48
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CÓRREGO GRANDE, 13 (Brasil)
Produtor(es): Pique-Bandeira Filmes
Diretor(es): Carolini Covre
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000862/2016-31
Requerente: PIQUE-BANDEIRA PRODUÇÕES LTDA-ME

Filme: OUTRO OLHAR - CONVIVENDO COM A DIFERENÇA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Maria Farinha Filmes
Diretor(es): Renata Sette
Distribuidor(es): MARIA FARINHA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000874/2016-65
Requerente: MARIA FARINHA FILMES E PRODUÇÕES LTDA.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

DESPACHO DA DIRETORA ADJUNTA
Em 6 de setembro de 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Despacho nº 290/2016/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.029804/2016-78
Filme: "O HOMEM NAS TREVAS" - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos

Deferir o pedido de reconsideração do filme, alterando sua classificação para "não recomendado para menores de catorze anos", por conter violência.

Despacho nº 292/2016/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.034255/2016-53
Filme: "BRUXA DE BLAIR" - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos

Deferir o pedido de reconsideração do filme, alterando sua classificação para "Não recomendado para menores de 12 anos" por conter: violência.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.073, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários e posterior liquidação extrajudicial da SMS - Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 29 de agosto de 2016, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da SMS - Assistência Médica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.754.070/0001-69, registro ANS nº 31.140-5, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na SMS - Assistência Médica Ltda. pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da SMS - Assistência Médica Ltda. exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da SMS - Assistência Médica Ltda. estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Fica decretado o regime de liquidação extrajudicial sobre a operadora SMS - Assistência Médica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.754.070/0001-69 e registro ANS nº 31.140-5.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação salvo quanto ao disposto no art. 3º, cuja vigência terá início em 61 (sessenta e um) dias a partir da publicação desta Resolução.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 108, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre os requisitos mínimos para inspeção em estabelecimentos que trabalham com produtos sujeitos a controle especial.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para inspeção em estabelecimentos que trabalham com produtos sujeitos a controle especial, nos termos dos anexos desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução incorpora ao ordenamento jurídico nacional a Resolução GMC MERCOSUL n. 46/15.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Requisitos mínimos para inspeção em estabelecimentos que trabalham com produtos controlados

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Resolução Nº 38/99 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que os Estados Partes são signatários da "Convenção Única sobre Entorpecentes" de 1961, do "Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas" de 1971 e da "Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas" de 1988.

Que a padronização de procedimentos entre os Estados Partes fortalece o sistema regional de controle e fiscalização das substâncias psicotrópicas, dos entorpecentes e dos precursores químicos, bem como daquelas substâncias sujeitas a controle especial pelos Estados Partes.

Que na Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA) foram elaborados dois documentos para fortalecer a fiscalização das substâncias controladas nos Estados: "Guia de Práticas Ótimas para Investigações de Fornecedores de Produtos Farmacêuticos" e "Guia de Práticas Ótimas para Investigação de Substâncias Químicas".

O GRUPO MERCADO COMUM, resolve:

Art. 1° - Aprovar os "Requisitos Mínimos para Inspeção em Estabelecimentos que Trabalham com Produtos Controlados", que consta como Anexo e faz parte da presente Resolução.

ANEXO

REQUISITOS MÍNIMOS PARA INSPEÇãO EM ESTABELECIMENTOS QUE TRABALHAM COM PRODUTOS CONTROLADOS

Os presentes requisitos mínimos têm como finalidade fortalecer os controles e a fiscalização das atividades de inspeção em estabelecimentos que trabalham com produtos controlados. Estão baseados no "Guia de Práticas Ótimas para Investigações de Fornecedores de Produtos Farmacêuticos" elaborado pelo grupo de peritos em substâncias químicas e produtos farmacêuticos da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Consideram-se "produtos controlados" os entorpecentes, as substâncias psicotrópicas, os precursores e outras substâncias sujeitas a controle especial que cada Estado Parte determine em sua legislação nacional, bem como os preparados que os contenham.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os requisitos mínimos têm como objetivo prevenir e detectar o desvio de produtos controlados por canais ilícitos e assegurar a oferta adequada destes produtos, de maneira que permita atender as necessidades médicas, comerciais, industriais e científicas legítimas. Inspeções com este caráter poderão ser realizadas para concessão de licença e/ou habilitação para trabalhar com produtos controlados independente de outras licenças ou habilitações (BPF, ISO, etc.) que a empresa já possua, para realizar uma inspeção de acompanhamento de rotina ou demandada por denúncias.

1. PLANejamento DA INSPEção

1.1. Antes da inspeção se deverá determinar a conformação do grupo inspetor (nomes, cargos, formação e departamentos aos quais pertençam), de acordo com os objetivos da inspeção e a natureza das atividades realizadas pelo estabelecimento a ser inspecionado. A equipe inspetora deverá estar formada por dois inspetores, no mínimo, os quais deverão examinar previamente, informações disponíveis relacionadas com a atividade do estabelecimento (licenças/ habilitações, informes provenientes de bases de dados de sistemas informatizados, informação da empresa obtida através de sítios de internet, denúncias relacionadas à empresa, antecedentes de desvios ilícitos, antecedentes de importação/ exportação, endossos de transações realizadas, cotas de importação autorizadas, quando aplicáveis, entre outras). Além disso, é necessário verificar a regulamentação vigente aplicável.

1.2. As inspeções a estes estabelecimentos, preferencialmente, não devem ser comunicadas à empresa.

2. INSPEÇãO DE REGISTROS E CONTROLES

2.1. Será realizada a verificação da existência de registros de movimentação dos produtos controlados, bem como uma avaliação do sistema de controle e gestão dos mesmos, principalmente em relação a sua segurança.

2.2. De acordo com o objetivo da inspeção, se verificará o estoque de produtos controlados observando a correspondência da quantidade pesada e a quantidade declarada na documentação. Cabe mencionar que a quantidade pesada pode corresponder a 100% ou a uma amostra selecionada/ aleatória.

2.3. Deverá ser solicitado o detalhe das autorizações de importação/ exportação ou do documento equivalente, emitidos pela autoridade competente e verificar que as quantidades totais importadas existentes se encontram dentro das cotas previamente autorizadas, de acordo com suas necessidades médicas, científicas, industriais ou outras necessidades legítimas declaradas para os produtos controlados.

2.4. Ademais, será verificado que a empresa conta com um procedimento sistematizado para a comunicação dos detalhes das importações ou exportações líquidas (reais) à autoridade competente incluindo data, quantidade, produto, lote, embalagem e rota.

2.5. Os inspetores deverão verificar se existe uma avaliação do sistema de segurança e dos procedimentos operativos para determinar se existem ações preventivas em relação ao acesso aos produtos controlados, bem como explicação a seus prováveis desvios.

2.6. Deverão ser avaliados a documentação comprobatória da totalidade da movimentação dos produtos controlados e o sistema adotado pelos estabelecimentos para garantir a rastreabilidade.

2.7. Da mesma forma, deverão ser solicitados registros de antecedentes de destruições de produtos controlados e se verificará se os estabelecimentos possuem procedimentos para a correta segregação e posterior destruição destes produtos, operações que devem estar devidamente registradas, bem como a existência dos registros correspondentes destas operações.

2.8. Também deverá ser solicitada informação a respeito da existência de antecedentes de roubos ou perdas de produtos controlados para avaliação, além do acompanhamento das ações corretivas implementadas, caso corresponda.

2.9. Ainda deverão ser verificados os procedimentos e registros de devoluções, de reprovação e de recolhimento de produtos controlados, os quais deverão receber o mesmo tratamento de segurança dado aos produtos controlados aptos ao consumo.

2.10. Deverá ser avaliado se a empresa cumpre na prática com o estabelecido em seus procedimentos operacionais padrão e se estes garantem a rastreabilidade dos produtos.

3. QUALIFICAÇÃO DE CLIENTES/FORNECEDORES/TRANSPORTADORES

3.1. Os inspetores avaliarão a existência de registros de empresas que operam com produtos controlados: clientes, fornecedores e transportadoras.

3.2. Da mesma forma se inspecionará a existência de procedimentos para a verificação da existência de habilitações/ licenças de clientes, fornecedores e transportadoras.

3.3. Serão realizadas as análises de dados procedentes de livros de controle, sistemas informatizados contábeis, faturas de entrada e saída de produtos controlados ou qualquer outro documento que respalde sua movimentação operacional, com o fim de identificar os clientes e fornecedores envolvidos em toda a cadeia de comercialização, incluindo o transporte.

3.4. Durante a inspeção se deverá estar alerta para a identificação de possíveis clientes, transportadoras e fornecedores com antecedentes judiciais de desvios.

4. VERIFICAÇÃO FÍSICA

4.1. Os inspetores deverão verificar as instalações da empresa como, por exemplo, áreas de armazenamento, controle de qualidade, amostras de referência, produto não conforme, produção e demais áreas nas quais existam produtos controlados, para avaliar seus procedimentos de manipulação e controle.

4.2. Os produtos controlados deverão estar em lugares bem definidos e identificados, segregados, trancados com chave, com controles e acesso restrito e possuir qualquer outro dispositivo de segurança.

4.3. Deverá ser solicitada aos estabelecimentos, quando corresponder, a implementação de níveis de segurança (físicos, mecânicos e/ou eletrônicos) para o armazenamento dos produtos controlados.

5. DOCUMENTAÇÃO

5.1. Os inspetores deverão, quando corresponder, verificar a existência e avaliar o cumprimento de procedimentos documentados para:

- Controle e registro da movimentação de produtos controlados.

- Fracionamento/ produção/ fabricação de produtos controlados (liberação de lotes, ordens de produção, cálculos de rendimento, etc.).

- Recebimento de produtos controlados (controle da documentação de recebimento contra a verificação física do produto para sua imediata armazenagem).

- Armazenamento de produtos controlados (segregados, com chave, etc.).

- Expedição de produtos controlados.

- Disposição final de resíduos de produtos controlados (forma de manejo por parte da empresa relativa a: sobras de produção, produtos devolvidos, vencidos, etc.)

- Manipulação de produtos controlados, medidas adotadas no caso de derramamentos (ações preventivas / ações corretivas).

- Contratação de pessoal (requerimento de comprovação de antecedentes judiciais relacionados ao tema e qualquer outro aspecto que se considere pertinente).

- Capacitação, treinamento, competências dos funcionários. Descrição de cargos, Programa/Plano de capacitação de pessoal envolvido com os produtos controlados.

- Identificação de novos clientes/ fornecedores (por exemplo, os requerimentos que busquem identificar aspectos legais do cliente, sua inscrição, habilitação, autorização pelos organismos competentes; e tudo o que se considere pertinente agregar).

- Identificação de pedidos suspeitos ou excessivos e as ações preventivas e corretivas que devem ser adotadas frente aos possíveis desvios ou usos ilícitos.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 109, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre regulamento técnico para produtos saneantes categorizados como alvejantes à base de hipoclorito de sódio ou hipoclorito de cálcio e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aprovado o regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para o registro de produtos saneantes categorizados como alvejantes à base de hipoclorito de sódio e hipoclorito de cálcio, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 2º Este regulamento estabelece definições, características gerais, substâncias ativas e coadjuvantes de formulação permitidos, forma de apresentação, advertências e cuidados a serem mencionados na rotulagem de produtos categorizados como alvejante, de forma a minimizar o risco à saúde do usuário.

Seção II

Abrangência

Art. 3º Este regulamento se aplica aos produtos saneantes categorizados como alvejante à base de hipoclorito de sódio ou hipoclorito de cálcio destinados à desinfecção de ambientes, superfícies inanimadas e tecidos e alvejamento de objetos, tecidos, superfícies inanimadas e ambientes, em domicílios, instituições, indústrias e em estabelecimentos de assistência à saúde.

Seção III

Definições

Art. 4º Para efeito deste regulamento técnico, são adotadas as seguintes definições:

I - alvejamento: processo químico e/ou físico destinado a branquear ou alvejar;

II - alvejante à base de hipoclorito: solução aquosa com a finalidade de alvejamento e/ou desinfecção, cujo ativo é o hipoclorito de sódio ou de cálcio, com teor de cloro ativo entre 2,0 e 2,5 % p/p, podendo conter estabilizantes, corantes, fragrâncias, sequestrantes e/ou tensoativos em sua formulação;

III - alvejante concentrado à base de hipoclorito: solução aquosa com a finalidade de alvejamento e/ou desinfecção, cujo ativo é o hipoclorito de sódio ou de cálcio, com teor de cloro ativo entre 3,9 e 5,6% p/p, podendo conter estabilizantes, corantes, fragrâncias, sequestrantes e/ou tensoativos em sua formulação;

IV - desinfecção: processo que mata todos os microrganismos patogênicos, mas não necessariamente todas as formas microbianas esporuladas;

V - embalagem: invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinado a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter, especificamente ou não, produtos de que trata este regulamento; e

VI - rótulo: identificação impressa, bem como dizeres pintados ou gravados a fogo, pressão ou decalco, aplicados diretamente sobre recipientes, vasilhames e envoltórios.

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Art. 5º Para efeito deste regulamento técnico, são adotadas as seguintes características gerais:

I - os produtos abrangidos por este regulamento são considerados de risco 2;

II - todos os laudos exigidos por este regulamento devem ser emitidos por Laboratórios Oficiais;

III - o prazo de validade admitido deve estar de acordo com a comprovação apresentada por meio de laudo de estabilidade de longa duração;

IV - o pH máximo do produto puro deve ser de 13,5;

V - os produtos alcançados por este regulamento não podem ter apresentações na forma de aerossol, líquidos premidos ou pulverizados;

VI - o material da embalagem primária deve ser opaco, de plástico rígido e de difícil ruptura, de composição e porosidade adequadas, de modo a não permitir que ocorram reações químicas entre o produto e a embalagem, mudança de cor do produto, transferência de odores ou migração de substâncias para o produto, bem como migração do produto para o meio externo; e

VII - a embalagem deve ser bem vedada, com fechamento que impeça vazamentos ou eventuais acidentes e de tal maneira que possa voltar a ser fechada várias vezes durante o uso, sem o risco de contato com o produto, dificultando a abertura acidental ou casual durante o período de utilização do produto.

Parágrafo único. Não se incluem no disposto no inciso VI deste artigo, as embalagens flexíveis, que devem atender ao estabelecido no inciso VII do art. 6º deste regulamento técnico.

CAPÍTULO III

CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

Art. 6º Para efeito deste regulamento técnico, são adotadas as seguintes características específicas:

I - o teor mínimo de cloro ativo deve ser de 2,0% p/p e máximo de 2,5% p/p durante o prazo de validade do produto;

II - o teor mínimo de cloro ativo deve ser de 3,9% p/p e máximo de 5,6% p/p durante o prazo de validade do produto para alvejante concentrado;

III - é permitida a inclusão de corantes, fragrâncias, sequestrantes e/ou tensoativos em sua formulação;

IV - as formulações não podem conter outras substâncias que possuem ação antimicrobiana;

V - não é permitida a indicação de desinfecção de hortifrutícolas e água para consumo humano;

VI - os produtos alvejantes destinados à desinfecção de ambientes, superfícies e objetos inanimados devem comprovar sua eficácia frente aos microrganismos Staphylococcus aureus e Salmonella choleraesuis; e

VII - as embalagens flexíveis sem tampa devem ser de dose única, indicando a diluição total do seu conteúdo, para fornecer uma solução com concentração adequada para o uso recomendado.

§1º O material da embalagem flexível deve ser opaco, de composição e porosidade adequadas, de modo a não permitir que ocorram reações químicas entre o produto e a embalagem, mudança de cor do produto, transferência de odores ou migração de substâncias para o produto, bem como migração do produto para o meio externo.

§2º O limite quantitativo máximo para as embalagens flexíveis de dose única deve ser de 100 mL.

CAPÍTULO IV

REQUISITOS PARA O REGISTRO

Art. 7º Para efeito deste regulamento técnico, são adotados os seguintes requisitos para o registro:

I - A empresa deve apresentar os seguintes documentos:

a) formulários gerados durante o peticionamento eletrônico;

b) via original do comprovante de pagamento da taxa de fiscalização de vigilância sanitária (GRU);

c) laudo de atividade antimicrobiana, quando for o caso;

d) laudo de estabilidade de longa duração;

e) laudo do teor de cloro ativo;

f) laudo de pH do produto puro;

g) modelo de rótulo em duas vias, em papel A4, conforme o original, impresso colorido e em resolução que permita a leitura dos dizeres e com as cores e matizes do rótulo final, sendo necessário, efetuar a redução para adequar ao tamanho A4, informando a relação de escala;

h) desenho da embalagem/croqui/foto, incluindo detalhe de fechamento da tampa e dosagem;

i) dados gerais da empresa;

j) alvará sanitário ou pedido de renovação (ambos do ano vigente); e

k) alvará sanitário ou pedido de renovação (ambos do ano vigente) da empresa terceirizada, se for o caso.

CAPÍTULO V

ROTULAGEM

Art. 8º Para os efeitos deste regulamento técnico, são adotados os seguinte requisitos para a rotulagem:

I - as palavras em destaque devem ser impressas em negrito com, no mínimo, o dobro de altura do tamanho do restante do texto;

II - os dizeres de rotulagem devem ser indeléveis, legíveis, com limite mínimo de 1 mm de altura, sendo que a cor e o tipo das letras usadas não podem se confundir com o fundo;

III - é vedado conter etiquetas e dados escritos à mão e os dizeres não podem ser apagados ou rasurados durante a vigência do prazo de validade;

IV - não é permitida a inscrição de lote, data de fabricação e validade na tampa do produto;

V - é vedada indicação de: NÃO TÓXICO, SEGURO, INÓCUO, NÃO PREJUDICIAL ou outras indicações similares;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - não devem constar termos superlativos tais como: O MELHOR, TRATAMENTO EXCELENTE, INCOMPARÁVEL, ou similares;

VII - o painel principal do rótulo (face imediatamente voltada para o consumidor) deve conter as seguintes informações obrigatórias:

a) marca e/ou nome do produto e complemento do nome - versão (se houver);

b) categoria do produto;

c) destinação de uso;

d) indicação quantitativa relativa à massa ou volume;

e) a frase "ANTES DE USAR, LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO", em destaque e em letras maiúsculas; e

f) a frase "CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS", em destaque e em letras maiúsculas.

VIII - São informações obrigatórias a serem veiculadas no principal ou secundário:

a) modo de usar;

b) cuidados de conservação, contendo as seguintes frases:

1. "Mantenha o produto na sua embalagem original.";

2. "Para conservação da qualidade do produto, mantenha a embalagem protegida do sol e calor.";

c) composição qualitativa e princípio ativo;

d) lote ou partida e data de fabricação;

e) prazo de validade;

f) as seguintes frases de advertência:

1. "NÃO MISTURE COM OUTROS PRODUTOS. A MISTURA COM ÁCIDOS OU PRODUTOS À BASE DE AMÔNIA PRODUZ GASES TÓXICOS" - em destaque e em letras maiúsculas;

2. para os rótulos de produtos alvejantes com indicação de desinfecção, deve constar, no painel principal, a seguinte frase: "NÃO UTILIZAR PARA A DESINFECÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E ALIMENTOS", em negrito e letras maiúsculas, com tamanho da letra 50% maior que o tamanho da letra do texto geral do rótulo ou no mínimo com 0,3 cm de altura;

3. para os rótulos de produtos alvejantes concentrados à base de hipoclorito, deve constar a frase: "CUIDADO! PRODUTO CONCENTRADO", em negrito e letras maiúsculas, sendo o tamanho mínimo da letra igual a 1/3 do tamanho da letra do nome do produto; e

4. para as embalagens de dose única deve constar, no rótulo, a frase: "QUANDO ABERTA DEVE SER UTILIZADA EM SUA TOTALIDADE", em destaque e em letras maiúsculas.

g) as seguintes frases de precaução:

1. "Não ingerir. Evite inalação ou aspiração e o contato com os olhos e a pele.";

2. "Lavar os objetos e utensílios utilizados como medida, antes de reutilizá-los.";

3. "Não usar em recipientes e objetos metálicos.";

4. "Usar luvas para sua aplicação." (exclusivo para Alvejante Concentrado); e

5. "Não reutilizar a embalagem para outros fins.".

h) informações sobre primeiros socorros, contendo as seguintes frases:

1. "Em caso de contato com os olhos e a pele, lave imediatamente com água em abundância. Se persistir a irritação, procure um médico.";

2. "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o Centro de Intoxicações ou o médico, levando a embalagem ou o rótulo do produto."; e

3. "Em caso de inalação ou aspiração, remova o paciente para local arejado e procure um Serviço de Saúde ou Centro de Intoxicações, levando a embalagem ou o rótulo do produto.".

i) dados do fabricante e/ou distribuidor e/ou importador, dentre os quais:

1. razão social, endereço e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do fabricante e/ou distribuidor e/ou importador;

2. "Indústria Brasileira" ou o nome do país de origem do produto, no caso de produto importado;

3. número do registro do produto junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4. número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC; e

5. telefone para emergências toxicológicas - Centro de Intoxicações (CEATOX). O número do disque-Intoxicação 0800 722 6001 poderá ser informado.

§1º As instruções de uso do produto devem ser claras e simples.

§2º As diluições do produto, constantes nas instruções de uso, devem ser expressas em porcentagem, relação produto/diluente ou outras medidas de ordem prática, desde que mencionados seus equivalentes no Sistema Métrico Decimal.

§3º As informações sobre composição qualitativa e do princípio ativo de que trata a alínea "c" do inciso VIII devem incluir:

I - o componente ativo e outros de importância toxicológica pelo nome técnico aceito internacionalmente, com a respectiva concentração em % p/p (peso por peso) e os demais componentes da formulação por sua função;

II - a indicação "Teor de cloro ativo entre 2,0 e 2,5% p/p", para Alvejante"; e

III - a indicação "Teor de cloro ativo entre 3,9 e 5,6% p/p", para Alvejante Concentrado.

§4º O prazo de validade do produto deve ser descrito por meio das expressões designativas abaixo, suas abreviações ou outras expressões equivalentes:

I - "VÁLIDO ATÉ: (MÊS/ANO)";

II - "VÁLIDO POR: ____ MESES, a partir da data de fabricação.", incluindo DATA DE FABRICAÇÃO (MÊS/ANO); ou

III - "USAR EM ____ MESES, a partir da data de fabricação.", incluindo DATA DE FABRICAÇÃO (MÊS/ANO).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução e no regulamento por ela aprovado constitui infração sanitária, nos termos da Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis;

Art. 10 Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 55, de 10 de novembro de 2009.

Art. 11 Consta da presente Resolução o conteúdo internalizado da Resolução GMC n. 57/98.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO-RDC Nº 110, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre regulamento técnico para produtos saneantes categorizados como água sanitária e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aprovado o regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para o registro de produtos saneantes categorizados como água sanitária, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 2º Este regulamento estabelece definições, características gerais, substâncias ativas e coadjuvantes de formulação permitidos, forma de apresentação, advertências e cuidados a serem mencionados na rotulagem de produtos categorizados como água sanitária, de forma a minimizar o risco à saúde do usuário.

Seção II

Abrangência

Art. 3º Este regulamento se aplica aos produtos saneantes categorizados como água sanitária destinados à desinfecção de ambientes, superfícies inanimadas, tecidos, hortifrutícolas e água para consumo humano e alvejamento de objetos, tecidos, superfícies inanimadas e ambientes.

Seção III

Definições

Art. 4º Para efeito deste regulamento técnico, são adotadas as seguintes definições:

I - água sanitária: solução aquosa com a finalidade de desinfecção e alvejamento, cujo ativo é o hipoclorito de sódio ou de cálcio, com teor de cloro ativo entre 2,0% (dois por cento) e 2,5% (dois vírgula cinco por cento) p/p (peso por peso), podendo conter apenas os seguintes componentes complementares:

a) hidróxido de sódio ou de cálcio;

b) cloreto de sódio ou de cálcio; e

c) carbonato de sódio ou de cálcio.

II - alvejamento: processo químico e/ou físico destinado a branquear ou alvejar;

III - desinfecção: processo que mata todos os microorganismos patogênicos, mas não necessariamente todas as formas microbianas esporuladas em objetos e superfícies inanimadas;

IV - embalagem: invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinado a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter, especificamente ou não, produtos de que trata este regulamento;

V - embalagem primária: acondicionamento que está em contato direto com o produto e que pode se constituir em recipiente, envoltório ou qualquer outra forma de proteção, removível ou não, destinado a envasar ou manter, cobrir ou empacotar produtos acabados; e

VI - rótulo: identificação impressa, litografada, pintada, gravada a fogo, a pressão ou autoadesiva, aplicada diretamente sobre a embalagem primária, não podendo ser removida ou alterada durante o uso, transporte ou armazenamento do produto.

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Art. 5º Para efeito deste regulamento técnico, são adotadas as seguintes características gerais:

I - o produto abrangido por este regulamento é considerado de risco 2 (dois);

II - deve ser apresentado relatório de ensaio de estabilidade de longa duração para o prazo de validade pretendido;

III - os produtos com pH medido na forma pura, superior a 11,5 (onze vírgula cinco), e com indicação de prazo de validade de até 6 (seis) meses, são dispensados de apresentação de ensaio de estabilidade;

IV - o pH máximo do produto puro deve ser de 13,5 (treze vírgula cinco);

V - o produto alcançado por este regulamento não pode ter apresentações na forma de aerossol, líquidos premidos ou pulverizados;

VI - o material da embalagem primária deve ser de plástico opaco, de difícil ruptura e não deve permitir que ocorram reações químicas entre o produto e a embalagem, garantindo sua qualidade e estabilidade durante o prazo de validade, impedindo a mudança de cor do produto, transferência de odores ou migração de substâncias, bem como migração do produto para o meio externo; e

VII - a embalagem deve ser bem vedada, com fechamento por meio de tampa, de forma a impedir vazamentos ou eventuais acidentes e que possa voltar a ser fechada várias vezes durante o uso, sem o risco de contato com o produto, dificultando a abertura acidental ou casual durante o período de utilização do produto.

CAPÍTULO III

CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

Art. 6º Para efeito deste regulamento técnico, são adotadas as seguintes características específicas:

I - o teor mínimo de cloro ativo deve ser de 2,0% p/p e máximo de 2,5% p/p durante o prazo de validade do produto;

II - é proibida a adição de corantes, fragrâncias, sequestrantes, tensoativos ou quaisquer outras substâncias;

III - se a diluição de uso indicada em rótulo, para desinfecção de ambientes, superfícies e objetos inanimados for superior a 0,3% (zero vírgula três por cento) p/p (peso por peso) e por um tempo de contato de, no mínimo, 10 (dez) minutos, a realização dos ensaios de eficácia frente aos microrganismos Salmonella choleraesuis e Staphylococcus aureus é opcional; e

IV - no caso de indicação do produto para desinfecção de hortifrutícolas e de água para consumo humano, deve ser comprovada eficácia frente aos microrganismos Enterococcus faecium e Escherichia coli no tempo de contato e diluição propostos em rótulo.

Parágrafo único. Quando as condições de desinfecção - diluição de uso ou tempo de contato - forem diferentes das constantes no inciso III, deverão ser apresentados relatórios de ensaio que comprovem a eficácia do produto nas condições indicadas em rótulo.

CAPÍTULO IV

REQUISITOS PARA O REGISTRO

Art. 7º Para efeito deste regulamento técnico, devem ser apresentados, para o pedido de registro do produto, os seguintes documentos:

a) formulários gerados durante o peticionamento eletrônico;

b) via original do comprovante de pagamento da taxa de fiscalização de vigilância sanitária (GRU);

c) relatório de ensaio de atividade antimicrobiana, quando for o caso;

d) relatório de ensaio de estabilidade de longa duração, quando for o caso;

e) relatório de ensaio de teor de cloro ativo;

f) resultado de análise de pH do produto puro;

g) modelo de rótulo em duas vias, em papel A4, conforme o original, impresso colorido e em resolução que permita a leitura dos dizeres e com as cores e matizes do rótulo final, e quando necessário, efetuar a redução para adequar ao tamanho A4, informando a relação de escala;

h) desenho da embalagem/croqui/foto, incluindo detalhe de fechamento da tampa e dosagem;

i) dados gerais da empresa;

j) alvará sanitário ou pedido de renovação (ambos do ano vigente); e

k) alvará sanitário ou pedido de renovação (ambos do ano vigente) da empresa terceirizada, quando for o caso.

CAPÍTULO V

ROTULAGEM

Art. 8º Para os efeitos deste regulamento técnico, são adotados os seguintes requisitos para a rotulagem:

I - as palavras em destaque devem ser impressas em negrito com, no mínimo, o dobro de altura do tamanho do restante do texto;

II - os dizeres de rotulagem devem ser indeléveis, legíveis, com limite mínimo de 1 mm (um milímetro) de altura, sendo que a cor e o tipo das letras usadas não podem se confundir com o fundo;

III - é vedado conter etiquetas e dados escritos a mão e os dizeres não podem ser apagados ou rasurados durante a vigência do prazo de validade;

IV - não é permitida a inscrição de lote, data de fabricação e validade na tampa do produto;

V - é vedada indicação de: NÃO TÓXICO, SEGURO, INÓCUO, NÃO PREJUDICIAL ou outras indicações similares;

VI - não devem constar termos superlativos tais como: O MELHOR, TRATAMENTO EXCELENTE, INCOMPARÁVEL, ou similares;

VII - o painel principal do rótulo (face imediatamente voltada para o consumidor) deve conter as seguintes informações obrigatórias:

a) marca e/ou nome do produto;

b) a categoria "Água Sanitária";

c) indicação quantitativa da embalagem;

d) a frase "ANTES DE USAR, LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO", em destaque e em letras maiúsculas; e

e) a frase "CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS", em destaque e em letras maiúsculas.

VIII - São informações obrigatórias a serem veiculadas no painel principal ou secundário:

a) instruções de uso;

b) a frase "Mantenha o produto na sua embalagem original.";

c) a frase "Para conservação da qualidade do produto, mantenha a embalagem protegida do sol e calor.";

d) composição qualitativa e princípio ativo;

e) lote ou partida e data de fabricação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

f) prazo de validade;

g) a frase de advertência "NÃO MISTURE COM OUTROS PRODUTOS. A MISTURA COM ÁCIDOS OU PRODUTOS À BASE DE AMÔNIA PRODUZ GASES TÓXICOS" - em destaque e em letras maiúsculas;

h) a frase de advertência "É PROIBIDO O USO DESTE PRODUTO EM ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE" em destaque e em letras maiúsculas;

i) as seguintes frases de precaução:

1. "Não ingerir. Evite inalação ou aspiração e o contato com os olhos e a pele.";

2. "Lavar os objetos e utensílios utilizados como medida, antes de reutilizá-los.";

3. "Não usar em recipientes e objetos metálicos."; e

4. "Não reutilizar a embalagem para outros fins.".

j) informações sobre primeiros socorros, contendo as seguintes frases:

1. "Em caso de contato com os olhos e a pele, lave imediatamente com água em abundância. Se persistir a irritação, procure um médico.";

2. "Em caso de ingestão, não provoque vômito e consulte imediatamente o Centro de Intoxicações ou o médico, levando a embalagem ou o rótulo do produto."; e

3. "Em caso de inalação ou aspiração, remova o paciente para local arejado e procure um Serviço de Saúde ou Centro de Intoxicações, levando a embalagem ou o rótulo do produto.".

k) dados do fabricante e/ou distribuidor e/ou importador, dentre os quais:

1. razão social, endereço e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do fabricante e/ou distribuidor e/ou importador;

2. "Indústria Brasileira" ou o nome do país de origem do produto, no caso de produto importado;

3. número do registro do produto;

4. número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC); e

5. telefone para emergências toxicológicas - Centro de Intoxicações (CEATOX). O número do Disque-Intoxicação 0800 722 6001 poderá ser informado.

§1º As instruções de uso do produto, constantes na alínea "a" do inciso VIII, devem ser claras e simples.

§2º As diluições do produto, constantes nas instruções de uso, devem ser expressas em porcentagem, relação produto/diluente ou outras medidas de ordem prática, desde que mencionados seus equivalentes no Sistema Métrico Decimal.

§3º As informações sobre composição qualitativa e princípio ativo de que trata a alínea "d" do inciso VIII devem incluir:

I - o componente ativo e outros de importância toxicológica pelo nome técnico aceito internacionalmente, com a respectiva concentração em % p/p, e os demais componentes da formulação por sua função; e

II - a indicação "Teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5% p/p".

§4º O prazo de validade do produto, constante na alínea "f" do inciso VIII, deve ser descrito em sua rotulagem por meio das expressões designativas abaixo, suas abreviações ou outras expressões equivalentes:

I - "VÁLIDO ATÉ: (MÊS/ANO)";

II - "VÁLIDO POR: ____ MESES, a partir da data de fabricação.", incluindo DATA DE FABRICAÇÃO (MÊS/ANO); ou

III - "USAR EM ____ MESES, a partir da data de fabricação.", incluindo DATA DE FABRICAÇÃO (MÊS/ANO).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º As petições de registro de novos produtos protocoladas após o início da vigência desta Resolução devem atender na íntegra ao disposto neste regulamento.

Art. 10 Após o início da vigência desta Resolução, os produtos já registrados devem adequar-se ao disposto neste regulamento no momento da revalidação ou da primeira solicitação de alteração do registro.

Parágrafo único. As petições de revalidação de registro ou de alteração pós-registro a que se refere o caput, protocoladas em desacordo com os requisitos desta Resolução, serão passíveis de exigência para sua adequação.

Art. 11 O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução e no regulamento por ela aprovado constitui infração sanitária, nos termos da Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 111, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a autorização de uso excepcional, de caráter temporário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do medicamento Avastin® (25 mg/ml solução para diluição para infusão), no tratamento da Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI).

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica autorizado o uso excepcional, de caráter temporário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do medicamento Avastin® (25 mg/ml solução para diluição para infusão), da empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos, no tratamento da Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI).

Art. 2º O uso do medicamento Avastin®, nos termos desta Resolução, está condicionado:

I - À utilização de acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da DMRI, do Ministério da Saúde (MS);

II - À utilização de acordo com o Protocolo de Uso do Medicamento, do MS.

III - À administração do medicamento exclusivamente nos estabelecimentos de atenção especializada em oftalmologia, habilitados pelo MS, e regularizados perante a Vigilância Sanitária da Secretaria de Estadual ou Municipal de Saúde;

IV - Ao cumprimento, no que for aplicável, das boas práticas de manipulação e fracionamento, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007 e Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 80, de 11 de maio de 2006, e suas alterações; e

V - À assinatura, por parte do paciente ou responsável, do consentimento livre e esclarecido, com as principais informações sobre o procedimento e o uso "fora de indicação de bula" do medicamento.

Parágrafo Único. O Protocolo de Uso do Medicamento deverá estabelecer requisitos técnicos para as condições de uso do Avastin® abordando, minimamente, sobre:

I - Tempo máximo para utilização, após aberto;

II - Número máximo de doses retiradas do frasco;

III - Faixa de temperatura para a manutenção do medicamento, após aberto;

IV - Ações propostas para minimizar o risco, no uso do medicamento; e

V - Informações orientativas aos pacientes e profissionais de saúde.

Art. 3º A notificação de eventos adversos e queixas técnicas relacionadas ao medicamento Avastin® deverá ser feita no Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária, disponível no sítio da Anvisa na Internet, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 04, de 10 de fevereiro de 2009 e suas alterações.

Parágrafo Único. A notificação de que trata o caput deste artigo é de responsabilidade do:

I - Profissional de saúde que executou o procedimento;

II - Estabelecimento de atenção especializada em oftalmologia onde foi realizado o procedimento;

III - Estabelecimento de saúde que tenha atendido a ocorrência, posterior ao procedimento;

IV - Detentor do registro do medicamento.

Art. 4º A empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos deverá submeter à Anvisa, conforme Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 04, de 10 de fevereiro de 2009 e suas alterações:

I - Plano de Minimização de Risco (PMR) para o medicamento Avastin®, no tratamento da DMRI; e

II - Relatório Periódico de Farmacovigilância (RPF), com o relato de todas as ocorrências que chegaram ao seu conhecimento, relacionadas ao uso do medicamento Avastin® no tratamento da DMRI.

§1° O PMR deverá ser entregue em até 60 dias contados da data de publicação desta Resolução.

§2° O RPF deverá ser entregue semestralmente durante o período de validade da autorização de uso excepcional de que trata esta Resolução.

Art. 5º A autorização de uso excepcional de que trata esta Resolução terá validade por 3 (três) anos e poderá ser renovada por períodos iguais e sucessivos.

§ 1º A renovação de que trata o caput se dará a partir de nova solicitação do MS e com base na reavaliação de evidências técnicas, científicas e de farmacovigilancia, 6 (seis) meses antes da extinção da autorização de uso excepcional concedida.

§ 2º A qualquer tempo, inclusive dentro do prazo estabelecido no caput, a autorização de uso excepcional poderá ser modificada, suspensa ou revogada, por razões técnicas e científicas ou com base nas informações provenientes da farmacovigilância.

§ 3º Para subsidiar o processo de reavaliação, a Anvisa poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre o uso do medicamento ao MS e à empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos.

Art. 6º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 643, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD_DN nº. 458 realizada em 1º de julho de 2016, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n°. 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Protector Industria e Comercio de Produtos Medico Hospitalares Ltda

CNPJ: 18.466.544/0001-09

Processo nº.: 25351.046008/2014-41

Expediente nº.: 0307776/14-4

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 097/2016 - CRTPS/Direg.

CONSULTA PÚBLICA Nº 247, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 23 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que altera a cultura da couve, brócolis e couve-flor, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 6 mg/kg e IS de 03 dias; mamão, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 2 mg/kg e IS de 01 dias, na monografia do ingrediente ativo M45 - MANDIPROPAMIDA.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25351.004631/2006-42

Agenda Regulatória 2015-16: Não

Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo M45 - MANDIPROPAMIDA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX

Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA Nº 248, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 23 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que altera a cultura de maçã na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,5 mg/Kg e IS de 14 dias na monografia do ingrediente ativo M32 - METOXIFENOZIDA.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.029263/98-63
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo M32 - METOXIFENOZIDA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA Nº 249, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Resolução da Diretoria Colegiada - RDC que dispõe sobre enriquecimento obrigatório das farinhas de trigo e milho com ferro e ácido fólico, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=27981.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência-Geral de Alimentos, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais (AINTE), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.662829/2012-21
Assunto: Proposta de RDC que dispõe sobre enriquecimento obrigatório das farinhas de trigo e milho com ferro e ácido fólico
Agenda Regulatória 2015-2016: Tema nº 6.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho

CONSULTA PÚBLICA Nº 250, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta que trata das Monografias da Farmacopeia Brasileira, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=27861.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais (AINTE), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

	Monografia	Processo nº
1	Água estéril para irrigação	25351.565306/2015-71
2	Soluções para conservação de órgãos	25351.565345/2015-19
3	Soluções para diálise peritoneal	25351.565290/2015-68
4	Soluções para hemofiltração e hemodiafiltração	25351.565165/2015-33
5	Soluções para irrigação	25351.565323/2015-27

Processos nº: 25351.565306/2015-71; 25351.565345/2015-19; 25351.565290/2015-68; 25351.565165/2015-33 e 25351.565323/2015-27
Assunto: Proposta que trata das Monografias da Farmacopeia Brasileira
Agenda Regulatória 2015-2016: Tema nº 16.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho

CONSULTA PÚBLICA Nº 251, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Revisão da 5ª edição da Farmacopeia Brasileira pela incorporação de correções e de erratas em suas monografias e capítulos, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=27882.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais (AINTE), SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.909953/2016-88
Assunto: Proposta de Revisão da 5ª edição da Farmacopeia Brasileira pela incorporação de correções e de erratas em suas monografias e capítulos
Agenda Regulatória 2015-2016: Tema nº 16.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Relator: José Carlos Magalhães da Silva Moutinho

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE(*)
Em 24 de agosto de 2016

Nº 84 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o disposto no art. 53, II, IX, §§ 1º, 3º e 4º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e nos termos do Art. 1º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 99, de 2 de agosto de 2016, resolve aprovar a redistribuição de relatoria de propostas de atuação regulatória da Agência, nos termos do Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 02 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Agenda Regulatória: Não é tema
Assunto: Proposta de autorização de uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do medicamento bevacizumabe no tratamento da Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI).
Área responsável: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Agenda Regulatória: Não é tema
Assunto: Guia para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos sintéticos: formatação de documento para apresentação de estudos não clínicos e clínicos para fins de registro e pós-registro de medicamentos sintético.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória: Não é tema
Assunto: Proposta de iniciativa sobre revisão da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 54, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos e dá outras providências.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória: Não é tema
Assunto: Critérios Especiais para o controle sanitário de produtos sujeitos à vigilância sanitária importados.
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos - GGPAF
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória: Não é tema
Assunto: Proposta de Iniciativa que trata da alteração da Resolução RDC 72/2009 que dispõe sobre o regulamento técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, embarcações que neles transitem.
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos - GGPAF
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória: Não é tema
Assunto: Guia de Formatação de Documentos para fins da Avaliação Toxicológica de Produtos Técnicos, Agrotóxicos e Afins.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2013-2014: Tema nº 4
Assunto: Aditivos para Materiais Plásticos destinados ao contato com alimentos.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2013-2014: Tema nº 15
Assunto: Limites máximos tolerados de cromo e cobre em alimentos e bebidas.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2013-2014: Tema nº 148
Assunto: Reavaliação Toxicológica do Ingrediente Ativo THIRAM.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 1.1
Assunto: Aditivos Alimentares e Coadjuvantes de Tecnologia para Vinhos.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 1.3
Assunto: Aditivos para Carnes e Produtos Cárneos (Tema Mercosul).
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 1.4
Assunto: Aditivos para Nutrição Enteral.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 1.5
Assunto: Aditivos para Pescados.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 4.1
Assunto: Boas Práticas de Fabricação para Indústrias de Embalagem.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 4.2
Assunto: Boas Práticas para industrialização e comercialização de água adicionada de sais.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 7.2
Assunto: Suplementos Alimentares.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 8.1
Assunto: Limite de Contaminantes Inorgânicos em Fórmulas Infantis.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 10.1
Assunto: Registro Sanitário e Notificação de Produtos Isentos de Registro na Área de Alimentos.
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 11.2
Assunto: Rotulagem de Alimentos Embalados (Tema Mercosul).
Área responsável: Gerência-Geral de Alimentos - GGALI
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 14.3
Assunto: Modelo de certificado de venda livre (CVL) para exportações extrazona de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes (Tema Mercosul).
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 14.4
Assunto: Notificação de produtos absorventes higiênicos descartáveis, hastes flexíveis e escovas dentais.
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 15.1
Assunto: Obrigatoriedade de descrever a composição dos ingredientes da rotulagem de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes em língua portuguesa. (Incluído por determinação judicial exarada pela ACP nº 0028713-35.2008.4.02.5101/RJ)
Área responsável: Gerência de Cosméticos - GECOS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 16.1
Assunto: MONOGRAFIA FARMACOPEICA DE SOLUÇÕES ANTICOAGULANTES CONSERVADORAS E PRESERVADORAS DO SANGUE HUMANO.
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 16.1
Assunto: MONOGRAFIA FARMACOPEICA DE SUTURAS CIRÚRGICAS.
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 16.1
Assunto: MONOGRAFIA FARMACOPEICA DE HEPARINA BOVINA SÓDICA.
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 17.2
Assunto: Revisão da metodologia de publicação de atos referentes a alterações de registros de produtos submetidos ao regime de vigilância sanitária, que não impliquem em alteração em seu número.
Área responsável: Coordenação de Registro e Publicidade de Atos - CORPA
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 26.1
Assunto: Bulas Magistrais para Medicamentos Manipulados.
Área responsável: Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos sujeitos à Vigilância Sanitária - GGMON
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 31.2
Assunto: Notificação de Gases Medicinais.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.2
Assunto: Desvinculação dos registros concedidos por meio do procedimento simplificado estabelecido pela RDC 31/2014, para medicamentos decorrentes de processos de Parceria para Desenvolvimento Produtivo ou de transferências de tecnologia.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.6
Assunto: Procedimentos para acompanhamento, instrução e análise dos processos de registro e pós-registro, de medicamentos produzidos mediante parcerias público-público ou público-privado e transferência de tecnologia de interesse do Sistema Único de Saúde (Revisão da RDC nº 50/2012).
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.6
Assunto: Procedimentos para acompanhamento, instrução e análise dos processos de registro e pós-registro, de medicamentos produzidos mediante parcerias público-público ou público-privado e transferência de tecnologia de interesse do Sistema Único de Saúde (Revisão da RDC nº 02/2011).
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 32.8
Assunto: Registro Simplificado de Medicamentos.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 34.7
Assunto: Provas de Biodisponibilidade Relativa/Bioequivalência de Medicamentos.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 35.2
Assunto: Requisitos para a aquisição de medicamentos de referência em território internacional.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 37.1
Assunto: Terceirização de Produção, de Análises de Controle de Qualidade e Armazenamento de Medicamentos.
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 40.2
Assunto: Importação de Insumos Necessários a Pesquisas Científicas.
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - GGPAF
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 41.1
Assunto: Credenciamento do Centro de Orientação a Viajantes.
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - GGPAF
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 45.1
Assunto: Requisitos de vigilância em saúde a bordo de navios, plataformas e instalações de apoio offshore.
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - GGPAF
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 45.2
Assunto: Controle sanitário de aeronaves e aeroportos e os requisitos para Certificação Sanitária destes locais.
Área responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - GGPAF
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 48.1
Assunto: Certificação das Próteses de Quadril.
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 49.2
Assunto: Revisão de etiquetas de rastreabilidade e código de barras de artroplastia e stents.
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 50.1
Assunto: Reprocessamento de Produtos para a Saúde.
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 51.1
Assunto: Critérios para o agrupamento em famílias de materiais de uso em saúde para fins de registro e cadastramento.
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 54.1
Assunto: Avaliação de macro-organismo para fins de controle biológico de vetores e patógenos em ambiente urbano.
Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 55.2
Assunto: Álcool Etílico para uso em estabelecimentos de assistência à saúde humana ou animal.
Área responsável: Gerência de Saneantes - GESAN
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 57.1
Assunto: Boas Práticas para Bancos de Células.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 59.1
Assunto: Pesquisa Clínica em Terapias Celulares.
Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 61.1
Assunto: Requisitos de Segurança Sanitária para o funcionamento de estabelecimentos de Educação Infantil.
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 62.4
Assunto: Boas Práticas para Funcionamento de Serviços Móveis de Saúde.
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 63.1
Assunto: Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.
Área responsável: Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde - GGTES
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 65.1
Assunto: Critérios e Exigências para Avaliação Toxicológica de Agrotóxicos.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 65.1
Assunto: Guia para tratar do roteiro de elaboração do quadro de informações médicas da bula de agrotóxicos e afins.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 66.1
Assunto: Advertências nas Embalagens sobre os Malefícios do Tabaco.
Área responsável: Gerência-Geral de Produtos Derivados do Tabaco - GGTAB
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 67.5
Assunto: Reavaliação Toxicológica do Ingrediente Ativo Paraquate.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 69.1
Assunto: Critérios para o reconhecimento de limites máximos de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais in natura (Tema Mercosul).
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 69.2
Assunto: Rastreabilidade de alimentos in natura.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 70.1
Assunto: Autorização de funcionamento de empresas em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados.
Área Responsável: Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - GGPAF
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 73.1
Assunto: Atualização da lista de antimicrobianos sujeitos ao controle estabelecido pela RDC nº 20/2011.
Área responsável: Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos sujeitos à Vigilância Sanitária - GGMON
Diretor relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Diretoria: Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - DSNVS
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 74.1
Assunto: Nanotecnologia relacionada a produtos e processos sujeitos à vigilância sanitária.
Área responsável: Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário - DIMON
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 75.1
Assunto: Propaganda de produtos Fumígenos.
Área responsável: Gerência-Geral de Produtos Derivados do Tabaco - GGTAB
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 75.2
Assunto: Propaganda de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional.
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE
Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 75.3
Assunto: Propaganda de medicamentos.
Área responsável: Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária - GGFIS
Diretor relator: Fernando Mendes Garcia Neto
Diretoria: Diretoria de Autorização e Registro Sanitários - DIARE

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 164, de 25-8-2016, Seção 1, págs. 56 e 57 com incorreção no original.

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 6 de setembro de 2016

Nº 95 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANEXO

Processo nº: 25351.312879/2016-74
Agenda Regulatória 2015-2016: Não é tema da Agenda
Assunto: Proposta de iniciativa para regulamentação da importação excepcional de produtos
Área responsável: Gabinete do Diretor-Presidente (GADIP)
Regime de Tramitação: Comum
Diretor Relator: Jarbas Barbosa da Silva Jr.

Nº 96 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de agosto de 2016, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANEXO

Processo nº: 25351.012220/2016-38
Agenda Regulatória 2015-2016: Não é tema da Agenda
Assunto: Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada - RDC que internaliza a Resolução GMC-MERCOSUL n. 46/2015 que trata dos requisitos mínimos para inspeção em estabelecimentos que trabalham com produtos controlados.
Área responsável: GPCON/GGMON/DIMON
Regime de Tramitação: Especial
Diretor Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III e IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, conforme deliberação da Diretoria Colegiada por Circuito Deliberativo nº 618/2016, de 6 de setembro de 2016, resolve PRORROGAR por 30 (trinta) dias, a contar de 6 de setembro de 2016, o prazo para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à Consulta Pública n.º 236, 29 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 01 de agosto de 2016, seção 1, pág. 37.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.412, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 99, de 02 de agosto de 2016 e,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto cosmético sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, TRIBOTOX ANTI FRIZZ - DURADOURO, pela empresa Frielo Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.-ME, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto cosmético TRIBOTOX ANTI FRIZZ - DURADOURO fabricado pela empresa Frielo Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.-ME (CNPJ 13.647.062/0001-31).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE n° 2.063 , de 29 de julho de 2016 , publicada no Diário Oficial da União n° 146, de 01 de agosto de 2016, Seção 1, página 41,

Onde se lê:

... suspensão da importação, da comercialização e distribuição do produto Fiprima (Filgrastim)...

Leia-se:

...suspensão da comercialização e distribuição do produto Fiprima (Filgrastim)...

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO DO COORDENADOR
Em 6 de setembro de 2016

Nº 73 - A Coordenação Administrativa de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: AMF GLOBAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 11.973.919/0001-88
25752.094678/2013-81 - AIS:0134355/13-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)
AUTUADO: AUTO POSTO AZULINO LTDA CNPJ/CPF: 15.743.560/0002-94
25760.196783/2013-77 - AIS:0279809/13-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: BARCOM REFEICOES EMPRESARIAIS LTDA.-ME CNPJ/CPF: 07.787.667/0001-25
25752.081243/2012-09 - AIS:0115943/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: BOM PALADAR ALIMENTOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 03.751.209/0001-85
25760.076263/2009-81 - AIS:095156/09-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)
AUTUADO: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A CNPJ/CPF: 03.834.757/0009-26
25751.659741/2012-36 - AIS:0945614/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: EUDMARCO S/A SERVICOS E COMERCIO INTERNACIONAL CNPJ/CPF: 58.138.058/0031-00
25759.238185/2006-95 - AIS:318234/06-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTENCIA
AUTUADO: NOGUEIRA E FONSECA LTDA. CNPJ/CPF: 04.173.851/0003-59
25761.208208/2013-58 - AIS:0295448/13-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)
AUTUADO: R&W ALIMENTO SAUDÁVEL LTDA CNPJ/CPF: 04.476.943/0001-46
25351.385840/2007-67 - AIS:497703/07-3 - GGPRO/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTENCIA
AUTUADO: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL CNPJ/CPF: 92.772.821/0287-60
25351.011330/2001-61 - AIS:149826/03-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - FALIDA CNPJ/CPF: 92.772.821/0107-12
25752.070795/2006-45 - AIS:092245/06-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTENCIA
AUTUADO: TBA DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ/CPF: 03.563.122/0001-84
25351.627142/2008-25 - AIS:808937/08-0 - GGPRO/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTENCIA
AUTUADO: ADENILSON KAMIYA CNPJ/CPF: 074.780.028-62
25759.455696/2013-33 - AIS:0646923/13-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

DESPACHO DA GERENTE-GERAL
Em 6 de setembro de 2016

Nº 72 - A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Derivados ou Não do Tabaco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 129, VIII, da Resolução da Diretoria Colegiadas - RDC nº 61, de 03 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
Autuado: MERICLER IMPORTADORA LTDA - EPP
CNPJ: 07.064.420/0001-80
PROCESSO Nº: 25069.294174/2014-46 - AIS: 014/2014
Expediente: 0404000/14-7
Penalidade de MULTA, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais)
Autuado: MARCELO APARECIDO DE SOUZA JUNIOR
CPF: 365.435.728-84
PROCESSO Nº: 25069.493162/2014-34 - AIS: 023/2014
Expediente: 0687300/14-6
Penalidade de ADVERTÊNCIA
Autuado: GIBRAN DE MATOS LEITE
CPF: 092.062.757-98
PROCESSO Nº: 25069.331229/2014-38 AIS: 017/2014
Expediente: 0455658/14-5
Penalidade de MULTA, no valor de R$2.000,00 (dois mil reais)
Autuado: CAMILO DISTRIBUIDORA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 77.698.017/0002-70
PROCESSO Nº: 25069.026217/2014-26 - AIS: 001/2014
Expediente: 0036768/14-1
Penalidade de ADVERTÊNCIA
Autuado: THE GOOD LIFE COMÉRCIO E TABACARIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.543.051/0001-34
PROCESSO Nº: 25069.435869/2015-19- AIS: 011/2015
Expediente: 0631659/15-0
Penalidade de MULTA n valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.097, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Napoleão Laureano, com sede em João Pessoa (PB).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 468/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.157977/2014-32/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Napoleão Laureano, CNPJ nº 09.112.236/0001-94, com sede em João Pessoa (PB).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 15 de março de 2015 a 14 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.098, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade Nossa Senhora das Dores, com sede em Itabira (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 467/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.145969/2015-24/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27, de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade Nossa Senhora das Dores, CNPJ nº 20.959.292/0001-00, com sede em Itabira (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.099, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Comunitária de Promoção e Assistência à Família - SOPRAFA, com sede em Missão Velha (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 267/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.162882/2015-11/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Comunitária de Promoção e Assistência à Família - SOPRAFA, CNPJ nº 06.738.025/0001-73, com sede em Missão Velha (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 08 de novembro de 2015 a 07 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.100, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de São Gonçalo do Sapucaí, com sede em São Gonçalo do Sapucaí (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 464/2016-CGCER/ DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.175514/2014-52/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de São Gonçalo do Sapucaí, CNPJ nº 24.665.440/0001-26, com sede em São Gonçalo do Sapucaí (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.101, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Senhora Aparecida, com sede em Luz (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 463/2016-CGCER/ DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.157297/2015-08/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Senhora Aparecida, CNPJ nº 22.216.477/0001-41, com sede em Luz (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 13 de maio de 2016 a 12 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.102, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, com sede em Laguna (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 248/2016-CGAGPS/ DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.181018/2015-19/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, CNPJ nº 84.903.988/0001-99, com sede em Laguna (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.103, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Doutor Amaral Carvalho, com sede em Jau (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 188/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e Despacho nº 154/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constantes do Processo nº 25000.159336/2015-01/MS, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Doutor Amaral Carvalho, CNPJ nº 50.753.755/0001-35, com sede em Jau (SP).

Parágrafo único. A renovação tem validade pelo período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.104, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Hospitalar São João Batista, com sede em Poxoréo (MT).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; e

Considerando o Parecer Técnico nº 474/2016-CGCER/ DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.098460/2014-02/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009 e do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Hospitalar São João Batista, CNPJ nº 03.128.118/0001-98, com sede em Poxoréo (MT).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 16 de dezembro de 2014 a 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 478, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.119254/2016-05	INAUDIS TAMAYO MORENO	1500863	PA	ORIXIMINA
25000.116974/2016-19	IRINA DE LA CARIDAD SOSA MARTINEZ	1500862	PA	BARCARENA
25000.119286/2016-01	KENIA ROSELL SANTOS SANCHEZ	2901385	BA	BOM JESUS DA LAPA

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 612, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Declara revogadas as Resoluções CONTRAN nº 561, de 1980, nº 599, de 1982, nº 603, de 1982, nº 666, de 1986, nº 673, de 1986, nº 733, de 1989 e nº 791, de 1994.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 12 e 314 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e

Considerando que a Resolução CONTRAN nº 561, de 1980, conflita com a Resolução CONTRAN nº 160, de 22 de abril de 2004, que aprovou o Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando que a Resolução CONTRAN nº 599, de 1982, conflita com as Resoluções CONTRAN n. 160, de 22 de abril de 2004, que aprovou o Anexo II do CTB, n. 180, de 26 de agosto de 2005, que aprovou o Volume I do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, n. 243, de 22 de junho de 2007, que aprovou o Volume II do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e n. 486, de 7 de maio de 2014, que aprovou o Volume III do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;

Considerando que a Resolução CONTRAN nº 673, de 1986, trata da alteração da Resolução CONTRAN nº 599, de 1982;

Considerando que a Resolução CONTRAN nº 603, de 1982, conflita com a Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015;

Considerando que a Resolução CONTRAN nº 733, de 1989, dispõe sobre a alteração do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 603, de 1982;

Considerando que a Resolução CONTRAN nº 666, de 1986 conflita com as Resoluções CONTRAN n. 160, de 22 de abril de 2004, que aprovou o Anexo II do CTB e n. 236, de 11 de maio de 2007, que aprovou o Volume IV do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;

Considerando que a Resolução CONTRAN nº 791, de 1994 conflita com as Resoluções CONTRAN n. 160, de 22 de abril de 2004, que aprovou o Anexo II do CTB e n. 486, de 7 de maio de 2014, que aprovou o Volume III do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.026273/2013-46, resolve:

Art. 1º Declarar expressamente revogadas as Resoluções CONTRAN nº 561, de 1980, nº 599, de 1982, nº 603, de 1982, nº 666, de 1986, nº 673, de 1986, nº 733, de 1989 e nº 791, de 1994.

Art. 2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 613, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Revoga a Resolução CONTRAN nº 136, de 2 de abril de 2002, que dispõe sobre os valores das multas de infração de trânsito.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT,

Considerando a Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que dá nova redação ao art. 258 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 08021.002889/2002-01, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução CONTRAN nº 136, de 2 de abril de 2002, que dispõe sobre os valores das multas de infração de trânsito.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de novembro de 2016.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 614, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Acrescenta o inciso VII ao § 1º, do art. 3º, da Resolução CONTRAN nº 268, de 15 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre o uso de luzes intermitentes ou rotativas em veículos, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

CONSIDERANDO o disposto no inciso VIII, do art. 29, do Código de Trânsito Brasileiro, o qual aduz que os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, desde que devidamente sinalizados, devendo estar identificados na forma estabelecida pelo CONTRAN;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do processo nº 80000.113104/2016-98, resolve:

Art. 1º Acrescentar o inciso VII ao §1º, do art. 3º, da Resolução CONTRAN nº 268, de 15 de fevereiro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

§1º.....

(...)

VII - os veículos destinados à manutenção e restabelecimento dos sistemas das linhas e estações metroferroviárias."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 616, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Resolução CONTRAN nº 370, de 10 de dezembro de 2010, tornando facultativo o uso do Dispositivo Auxiliar de Identificação Veicular.

O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o Art. 12, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e

Considerando o que consta no processo nº 80000.100256/2016-21, resolve:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 149, de 28 de junho de 2016, do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN em Exercício, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 30 de junho de 2016.

Art. 2º Alterar o caput do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 370, de 10 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Tornar facultativo o uso do sistema auxiliar de identificação veicular para veículos automotores de transporte de carga, reboques e semirreboques com Peso Bruto Total(PBT) superior a 4.536 kg, de acordo com as disposições constantes do Anexo desta Resolução".

Art. 3º Revogar os artigos 2º, 4º e 5º da Resolução CONTRAN nº 370, de 10 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 617, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o art. 2º e o art. 15 do Regimento Interno das Câmaras Temáticas do CONTRAN, instituído pela Resolução CONTRAN nº 586. de 23 de março de 2016.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o artigo 12, incisos I e IV e o §1º do artigo 13, todos da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80001.024327/2006-08, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 2º do Anexo da Resolução CONTRAN nº 586, de 23 de março de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes Câmaras Temáticas:

I - de Assuntos Veiculares;

II - de Educação para o Trânsito, Formação e Habilitação de Condutores;

III - de Engenharia de Tráfego, da Sinalização e da Via;

IV - Esforço Legal: infrações, penalidades, crimes de trânsito, policiamento e fiscalização de trânsito;

V - de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito.

Art. 2º Inserir o §1º e renumerar como §2º o atual parágrafo único do art. 15 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 586, de 2016, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15. (...)

§1º O parecer deverá abranger, necessariamente, avaliação do impacto econômico e social das eventuais propostas de regulamentação apresentadas pelo relator, que poderá ser oferecida em apartado.

§2º O parecer deverá ser encaminhado ao Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União e aos demais integrantes da Câmara Temática, em meio digital, até 5 (cinco) dias úteis antes da reunião."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 618, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o art. 1-A da Resolução CONTRAN nº 441, de 28 de maio de 2013, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 499, de 28 de agosto de 2014.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I e o parágrafo único do art. 102 da lei nº 9.503, de 23 de setembro de1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80000.115426/2016-71, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1-A da Resolução CONTRAN nº 441, de 28 de maio de 2013, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 499, de 28 de agosto de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1-A. Para os veículos utilizados no transporte de cana-de-açúcar, o uso de lona ou dispositivo similar de que trata o §1º do art. 1º será exigido a partir do dia 1º de junho de 2017."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 619, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere os incisos I, II e VIII do artigo 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT,

Considerando a edição da Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a necessidade de estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 do CTB;

Considerando a necessidade de uniformizar e aperfeiçoar os procedimentos relativos à lavratura do Auto de Infração, expedição da notificação da autuação, identificação do condutor infrator e aplicação das penalidades de advertência por escrito e de multa, pelo cometimento de infrações de responsabilidade do proprietário ou do condutor do veiculo, com vistas a garantir maior eficácia, segurança e transparência dos atos administrativos;

Considerando a necessidade do estabelecimento de regras e padronização de documentos para arrecadação de multas de trânsito e a retenção, recolhimento e a prestação de informações do percentual de cinco por cento do valor arrecadado das multas destinados à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET;

Considerando a necessidade de identificação inequívoca do real infrator e a necessidade de estabelecer as responsabilidades pelas infrações a partir de uma base de informações nacional única;

Considerando a necessidade de estabelecer regras e padronização para o acréscimo de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;

Considerando o que consta do Processo nº 80001.002866/2003-35, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Resolução, entende-se por:

I - Auto de Infração de Trânsito: é o documento que dá início ao processo administrativo para imposição de punição, em decorrência de alguma infração à legislação de trânsito.

II - notificação de autuação: é o procedimento que dá ciência ao proprietário do veículo de que foi cometida uma infração de trânsito com seu veículo. Caso a infração não tenha sido cometida pelo proprietário do veículo, deverá ser indicado o condutor responsável pelo cometimento da infração.

III - notificação de penalidade: é o procedimento que dá ciência da imposição de penalidade bem como indica o valor da cobrança da multa de trânsito.

IV - autuador: os órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários competentes para julgar a defesa da autuação e aplicar penalidade de multa de trânsito;

V - arrecadador: os órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários que efetuam a cobrança e o recebimento da multa de trânsito (de sua competência ou de terceiros), sendo responsáveis pelo repasse dos 5% (cinco por cento) do valor da multa de trânsito à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET;

VI - RENACH: Registro Nacional de Condutores Habilitados;

VII - RENAVAM: Registro Nacional de Veículos Automotores;

VIII - RENAINF: Registro Nacional de Infrações de Trânsito.

Art. 3º Constatada a infração pela autoridade de trânsito ou por seu agente, ou ainda comprovada sua ocorrência por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnológico disponível, previamente regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, será lavrado o Auto de Infração de Trânsito que deverá conter os dados mínimos definidos pelo art. 280 do CTB e em regulamentação específica.

§ 1º O Auto de Infração de Trânsito de que trata o caput deste artigo poderá ser lavrado pela autoridade de trânsito ou por seu agente:

I - por anotação em documento próprio;

II - por registro em talão eletrônico isolado ou acoplado a equipamento de detecção de infração regulamentado pelo CONTRAN, atendido o procedimento definido pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN; ou

III - por registro em sistema eletrônico de processamento de dados quando a infração for comprovada por equipamento de detecção provido de registrador de imagem, regulamentado pelo CONTRAN.

§ 2° O órgão ou entidade de trânsito, sempre que possível, deverá imprimir o Auto de Infração de Trânsito elaborado nas formas previstas nos incisos II e III do parágrafo anterior para início do processo administrativo previsto no Capítulo XVIII do CTB, sendo dispensada a assinatura da Autoridade ou de seu agente.

§ 3º O registro da infração, referido no inciso III do § 1° deste artigo, será referendado por autoridade de trânsito, ou seu agente, que será identificado no Auto de Infração de Trânsito.

§ 4º Sempre que possível o condutor será identificado no momento da lavratura do Auto de Infração de Trânsito.

§ 5º O Auto de Infração de Trânsito valerá como notificação da autuação quando for assinado pelo condutor e este for o proprietário do veículo.

§ 6º Para que a notificação da autuação se dê na forma do § 5º, o Auto de Infração de Trânsito deverá conter o prazo para apresentação da defesa da autuação, conforme § 4º do art. 4º desta Resolução.

§ 7º O talão eletrônico previsto no inciso II do § 1º desta Resolução trata-se de sistema informatizado (software) instalado em equipamentos preparados para este fim ou no próprio sistema de registro de infrações dos órgãos ou entidades de trânsito, na forma disciplinada pelo DENATRAN.

CAPÍTULO II

DA NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO

Art. 4º À exceção do disposto no § 5º do artigo anterior, após a verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração de Trânsito, a autoridade de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do cometimento da infração, a Notificação da Autuação dirigida ao proprietário do veículo, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB.

§ 1º Quando utilizada a remessa postal, a expedição se caracterizará pela entrega da notificação da autuação pelo órgão ou entidade de trânsito à empresa responsável por seu envio.

§ 2º Quando utilizado sistema de notificação eletrônica, a expedição se caracterizará pelo envio eletrônico da notificação da atuação pelo órgão ou entidade de trânsito ao proprietário do veículo.

§ 3º A não expedição da notificação da autuação no prazo previsto no caput deste artigo ensejará o arquivamento do Auto de Infração de Trânsito.

§ 4º Da Notificação da Autuação constará a data do término do prazo para a apresentação da Defesa da Autuação pelo proprietário do veículo ou pelo condutor infrator devidamente identificado, que não será inferior a 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da autuação ou publicação por edital, observado o disposto no art. 13 desta Resolução.

§ 5º A autoridade de trânsito poderá socorrer-se de meios tecnológicos para verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração de Trânsito.

§ 6º Os dados do condutor identificado no Auto de Infração de Trânsito deverão constar na Notificação da Autuação, observada a regulamentação específica.

§ 7º Torna-se obrigatório atualização imediata da base nacional, por parte dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, sempre que houver alteração dos dados cadastrais do veículo e do condutor.

Seção I

Da Identificação do Condutor Infrator

Art. 5º Sendo a infração de responsabilidade do condutor, e este não for identificado no ato do cometimento da infração, a Notificação da Autuação deverá ser acompanhada do Formulário de Identificação do Condutor Infrator, que deverá conter, no mínimo:

I - identificação do órgão ou entidade de trânsito responsável pela autuação;

II - campos para o preenchimento da identificação do condutor infrator: nome e números de registro dos documentos de habilitação, identificação e CPF;

III - campo para a assinatura do proprietário do veículo;

IV - campo para a assinatura do condutor infrator;

V - placa do veículo e número do Auto de Infração de Trânsito;

VI - data do término do prazo para a identificação do condutor infrator e interposição da defesa da autuação;

VII - esclarecimento das consequências da não identificação do condutor infrator, nos termos dos §§ 7º e 8º do art. 257 do CTB;

VIII - instrução para que o Formulário de Identificação do Condutor Infrator seja acompanhado de cópia reprográfica legível do documento de habilitação do condutor infrator e do documento de identificação do proprietário do veículo ou seu representante legal, o qual, neste caso, deverá juntar documento que comprove a representação;

IX - esclarecimento de que a indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se o formulário de identificação do condutor estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com assinaturas originais do condutor e do proprietário do veículo e acompanhado de cópia reprográfica legível dos documentos relacionados no inciso anterior;

X - endereço para entrega do Formulário de Identificação do Condutor Infrator; e

XI - esclarecimento sobre a responsabilidade nas esferas penal, cível e administrativa, pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos.

§ 1º Na impossibilidade da coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos incisos deste artigo, deverá ser anexado ao Formulário de Identificação do Condutor Infrator:

I - ofício do representante legal do Órgão ou Entidade identificando o condutor infrator, acompanhado de cópia de documento que comprove a condução do veículo no momento do cometimento da infração, para veículo registrado em nome dos Órgãos ou Entidades da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; ou

II - cópia de documento onde conste cláusula de responsabilidade por infrações cometidas pelo condutor e comprove a posse do veículo no momento do cometimento da infração, para veículos registrados em nome das demais pessoas jurídicas.

§ 2º No caso de identificação de condutor infrator em que a situação se enquadre nas condutas previstas nos incisos do art. 162 do CTB, serão lavrados, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais previstas no CTB, os respectivos Autos de Infração de Trânsito:

I - ao proprietário do veículo, por infração ao art. 163 do CTB, exceto se o condutor for o proprietário; e

II - ao condutor indicado, ou ao proprietário que não indicá-lo no prazo estabelecido, pela infração cometida de acordo com as condutas previstas nos incisos do art. 162 do CTB.

§ 3º Ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, o prazo para expedição da notificação da autuação de que trata o inciso II, parágrafo único, do art. 281 do CTB, será contado a partir da data do protocolo do Formulário de Identificação do Condutor Infrator junto ao órgão autuador ou do prazo final para indicação.

§ 4º Em se tratando de condutor estrangeiro, além do atendimento às demais disposições deste artigo, deverão ser apresentadas cópias dos documentos previstos em legislação específica.

§ 5º O formulário de identificação do condutor infrator poderá ser substituído por outro documento, desde que contenha as informações mínimas exigidas neste artigo.

§ 6º Os órgãos e entidades de trânsito deverão registrar as indicações de condutor no RENACH, administrado pelo DENATRAN, o qual disponibilizará os registros de indicações de condutor de forma a possibilitar o acompanhamento e averiguações das reincidências e irregularidades nas indicações de condutor infrator, articulando-se, para este fim, com outros órgãos da Administração Pública.

§ 7º Constatada irregularidade na indicação do condutor infrator, capaz de configurar ilícito penal, a Autoridade de Trânsito deverá comunicar o fato à autoridade competente.

§ 8º O documento referido no inciso II do § 1º deverá conter, no mínimo, identificação do veículo, do proprietário e do condutor, cláusula de responsabilidade pelas infrações e período em que o veículo esteve na posse do condutor apresentado, podendo esta última informação constar de documento em separado assinado pelo condutor.

Seção II

Responsabilidade do Proprietário

Art. 6º O proprietário do veículo será considerado responsável pela infração cometida, respeitado o disposto no § 2º do art. 5º, nas seguintes situações:

I - caso não haja identificação do condutor infrator até o término do prazo fixado na Notificação da Autuação;

II - caso a identificação seja feita em desacordo com o estabelecido no artigo anterior; e

III - caso não haja registro de comunicação de venda à época da infração.

Art. 7º Ocorrendo a hipótese prevista no artigo anterior e sendo o proprietário do veículo pessoa jurídica, será imposta multa, nos termos do § 8º do art. 257 do CTB, expedindo-se a notificação desta ao proprietário do veículo, nos termos de regulamentação específica.

Art. 8º Para fins de cumprimento desta Resolução, no caso de veículo objeto de penhor ou de contrato de arrendamento mercantil, comodato, aluguel ou arrendamento não vinculado ao financiamento do veículo, o possuidor, regularmente constituído e devidamente registrado no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou Distrito Federal, nos termos de regulamentação específica, equipara-se ao proprietário do veículo.

Parágrafo único. As notificações de que trata esta Resolução somente deverão ser enviadas ao possuidor previsto neste artigo no caso de contrato com vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Seção III

Da Defesa da Autuação

Art. 9º Interposta a Defesa da Autuação, nos termos do § 3º do art. 4º desta Resolução, caberá à autoridade competente apreciá-la, inclusive quanto ao mérito.

§ 1º Acolhida a Defesa da Autuação, o Auto de Infração de Trânsito será cancelado, seu registro será arquivado e a autoridade de trânsito comunicará o fato ao proprietário do veículo.

§ 2º Não sendo interposta Defesa da Autuação no prazo previsto ou não acolhida, a autoridade de trânsito aplicará a penalidade correspondente, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO III

DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA POR ESCRITO

Art. 10. Em se tratando de infrações de natureza leve ou média, a autoridade de trânsito, nos termos do art. 267 do CTB, poderá, de ofício ou por solicitação do interessado, aplicar a Penalidade de Advertência por Escrito, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.

§ 1º Até a data do término do prazo para a apresentação da defesa da autuação, o proprietário do veículo, ou o condutor infrator, poderá requerer à autoridade de trânsito a aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Não cabe recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da decisão da autoridade que aplicar a Penalidade de Advertência por Escrito solicitada com base no § 1º, exceto se essa solicitação for concomitante à apresentação de defesa da autuação.

§ 3º Para fins de análise da reincidência de que trata o caput do art. 267 do CTB, deverá ser considerada apenas a infração referente à qual foi encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.

§ 4º A aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito deverá ser registrada no prontuário do infrator depois de encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.

§ 5º Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, o DENATRAN deverá disponibilizar transação específica para registro da Penalidade de Advertência por Escrito no RENACH e no RENAVAM, bem como, acesso às informações contidas no prontuário dos condutores e veículos para consulta dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 6º A Penalidade de Advertência por Escrito deverá ser enviada ao infrator, no endereço constante em seu prontuário ou por sistema de notificação eletrônica, se disponível.

§ 7º A aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito não implicará em registro de pontuação no prontuário do infrator.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 8º Caso a autoridade de trânsito não entenda como medida mais educativa a aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito, aplicará a Penalidade de Multa.

§ 9º A notificação devolvida por desatualização do endereço do infrator junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo seu prontuário será considerada válida para todos os efeitos.

§ 10. Na hipótese de notificação por meio eletrônico, se disponível, o proprietário ou o condutor autuado será considerado notificado 30 (trinta) dias após a inclusão da informação no sistema eletrônico.

§ 11. Para cumprimento do disposto no § 1º, o infrator deverá apresentar, ao órgão ou entidade responsável pela aplicação da penalidade, documento emitido pelo órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo seu prontuário, que demonstre as infrações cometidas, se houverem, referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da infração, caso essas informações não estejam disponíveis no RENACH.

§ 12. Até que as providências previstas no § 5º sejam disponibilizadas aos órgãos autuadores, a Penalidade de Advertência por Escrito poderá ser aplicada por solicitação da parte interessada.

§ 13. Para atendimento do disposto neste artigo, os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão registrar e atualizar os registros de infrações e os dados dos condutores por eles administrados nas bases de informações do DENATRAN.

CAPÍTULO IV

DA NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA

Art. 11. A Notificação da Penalidade de Multa deverá conter:

I - os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica;

II - a comunicação do não acolhimento da Defesa da Autuação ou da solicitação de aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito;

III - o valor da multa e a informação quanto ao desconto previsto no art. 284 do CTB;

IV - data do término para apresentação de recurso, que será a mesma data para pagamento da multa, conforme §§ 4º e 5º do art. 282 do CTB;

V - campo para a autenticação eletrônica, regulamentado pelo DENATRAN; e

VI - instruções para apresentação de recurso, nos termos dos arts. 286 e 287 do CTB.

Parágrafo único. O órgão ou entidade integrante do Sistema Nacional de Trânsito responsável pela expedição da Notificação da Penalidade de Multa deverá utilizar documento próprio para arrecadação de multa que contenha as características estabelecidas pelo DENATRAN.

Art. 12. Até a data de vencimento expressa na Notificação da Penalidade de Multa ou enquanto permanecer o efeito suspensivo sobre o Auto de Infração de Trânsito, não incidirá qualquer restrição, inclusive para fins de licenciamento e transferência, nos arquivos do órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo registro do veículo.

CAPÍTULO V

DA NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

Art. 13. Esgotadas as tentativas para notificar o infrator ou o proprietário do veículo por meio postal ou pessoal, as notificações de que trata esta Resolução serão realizadas por edital publicado em diário oficial, na forma da lei, respeitados o disposto no §1º do art. 282 do CTB e os prazos prescricionais previstos na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva.

§ 1º Os editais de que trata o caput deste artigo, de acordo com sua natureza, deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Edital da Notificação da Autuação:

a) cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação;

b) instruções e prazo para apresentação de defesa da autuação;

c) lista com a placa do veículo, número do Auto de Infração de Trânsito, data da infração e código da infração com desdobramento.

II - Edital da Notificação da Penalidade de Advertência por Escrito:

a) cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação;

b) instruções e prazo para interposição de recurso, observado o disposto no § 2º do art. 10 desta Resolução;

c) lista com a placa do veículo, número do Auto de Infração de Trânsito, data da infração, código da infração com desdobramento e número de registro do documento de habilitação do infrator.

III - Edital da Notificação da Penalidade de Multa:

a) cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação;

b) instruções e prazo para interposição de recurso e pagamento;

c) lista com a placa do veículo, número do Auto de Infração de Trânsito, data da infração, código da infração com desdobramento e valor da multa.

§ 2º É facultado ao órgão autuador publicar extrato resumido de edital no Diário Oficial, o qual conterá as informações constantes das alíneas "a" e "b" dos incisos I, II ou III do §1º deste artigo, sendo obrigatória a publicação da íntegra do edital, contendo todas as informações descritas no §1º deste artigo, no seu sítio eletrônico na Internet.

§ 3º As publicações de que trata este artigo serão válidas para todos os efeitos, não isentando o órgão de trânsito de disponibilizar as informações das notificações, quando solicitado.

§ 4º As notificações enviadas eletronicamente dispensam a publicação por edital.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 14. Aplicadas as penalidades de que trata esta Resolução, caberá recurso em primeira instância na forma dos artigos 285, 286 e 287 do CTB, que serão julgados pelas JARI que funcionam junto ao órgão de trânsito que aplicou a penalidade, respeitado o disposto no § 2º do art. 10 desta Resolução.

Art. 15. Das decisões da JARI caberá recurso em segunda instância na forma dos arts. 288 e 289 do CTB.

Art. 16. O recorrente deverá ser informado das decisões dos recursos de que tratam os artigos 14 e 15.

Parágrafo único. No caso de deferimento do recurso de que trata o art. 13, o recorrente deverá ser informado se a autoridade recorrer da decisão.

Art. 17. Somente depois de esgotados os recursos, as penalidades aplicadas poderão ser cadastradas no RENACH.

CAPÍTULO VII

DO VALOR PARA PAGAMENTO DA MULTA

Art. 18. Sujeitam-se ao disposto no § 4º do art. 284 do CTB apenas os autos de infrações lavrados a partir de 1º de novembro de 2016.

Seção I

Para pagamento até a data de vencimento indicada na Notificação de Penalidade:

Art. 19. Pelo valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor original da multa conforme caput do art. 284, conforme:

I - fórmula: Valor original x 0,80 = valor a pagar.

Art. 20. Pelo valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor original da multa, quando da opção precedente de recebimento da Notificação pelo sistema de notificação eletrônica, quando disponibilizada pelo órgão máximo executivo de trânsito da União aos órgãos autuadores, conforme previsto no § 1º do art. 284 do CTB, conforme:

I - fórmula: Valor original x 0,60 = valor a pagar.

Seção II

Para pagamento após a data de vencimento indicada na Notificação de Penalidade:

Art. 21. Para quitação no período compreendido entre a data imediata após o vencimento, até o último dia do mês seguinte ao do vencimento, pelo valor original da multa acrescido de juros relativos ao mês de pagamento, no percentual de 1% (um por cento), conforme:

I - fórmula: Valor original x 1,01 = valor corrigido a pagar.

Art. 22. Para quitação após o mês subseqüente ao do vencimento, pelo valor original da multa, acrescido da variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, definida pelo somatório dos percentuais mensais, não capitalizados, divulgados para o período entre o mês subseqüente ao do vencimento e o mês anterior ao do pagamento, inclusive e adicionado ainda, o percentual de 1% (um por cento) relativo a juros do mês de pagamento, qualquer que seja o dia desse mês considerado, conforme:

I - fórmulas: Período = incluir mês subseqüente ao vencimento e excluir o mês de pagamento.

II - valor: Valor original x fator multiplicador = valor a pagar

III - fator multiplicador: 1,01 mais (soma percentuais mensais da SELIC do período)

§ 1º O cálculo do acréscimo de mora e o valor atualizado devido, com base na variação da taxa SELIC indicado neste artigo serão mantidos pelo órgão arrecadador, que aplicará a variação mensal acumulada da taxa básica de juros SELIC, proveniente do somatório dos índices de correção no período divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN, cujo índice obtido e montante atualizado serão definidos com duas casas decimais, desprezadas as demais sem arredondamento, como forma de uniformizar o valor resultante.

§ 2º O cálculo adicional de juros de mora, não capitalizado, com índice fixo de 1% (um por cento), relativo ao acréscimo do mês de pagamento, em que não ocorrerá o cômputo da variação mensal da taxa SELIC, será também mantido pelo órgão arrecadador, complementando o valor final do débito vencido, válido até o último dia útil do mês de pagamento considerado.

§ 3º O usuário devedor da multa imposta será orientado por texto na Notificação de Penalidade sobre a validade do documento para fins de pagamento, cujo prazo coincide com o vencimento indicado, após o que deverá ser consultado o órgão autuador e/ou arrecadador, para a obtenção do valor atualizado para pagamento.

§ 4º Interposto recurso no prazo legal, se julgado improcedente, a incidência de juros de mora deverá ser considerado a partir do encerramento da instância administrativa.

§ 5º A interposição do recurso fora do prazo legal ensejará a cobrança de juros de mora a partir do vencimento da Notificação de Penalidade.

CAPÍTULO VIII

DA ARRECADAÇÃO DAS MULTAS E DO REPASSE DOS VALORES

Art. 23. Os órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, para arrecadarem multas de trânsito de sua competência ou de terceiros, deverão utilizar o documento próprio de arrecadação de multas de trânsito estabelecido pelo DENATRAN, com vistas a garantir o repasse automático dos valores relativos ao FUNSET.

§ 1º O recolhimento do percentual de 5% (cinco por cento) do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do FUNSET é de responsabilidade do órgão de trânsito arrecadador.

§ 2º O pagamento das multas de trânsito será efetuado na rede bancária arrecadadora.

§ 3º Não é permitido o parcelamento de multas de trânsito.

Art. 24. Os órgãos autuadores da União, para arrecadarem multas de trânsito de sua competência, deverão utilizar a Guia de Recolhimento da União - GRU do tipo Cobrança, observado o Decreto n.º 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 2, de 22 de maio de 2009, e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. O recolhimento do percentual de 5% (cinco por cento) do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do FUNSET pelos órgãos autuadores da União dar-se-á na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda.

Art. 25. Os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, arrecadadores de multas de trânsito, de sua competência ou de terceiros, e recolhedores de valores à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET deverão prestar informações ao DENATRAN até o 20º (vigésimo) dia do mês subseqüente ao da arrecadação, na forma disciplinada pelo próprio DENATRAN.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Nos casos dos veículos registrados em nome de missões diplomáticas, repartições consulares de carreira ou representações de organismos internacionais e de seus integrantes, as notificações de que trata esta Resolução, respeitado o disposto no § 6º do art. 10, deverão ser enviadas ao endereço constante no registro do veículo junto ao órgão executivo de trânsito do Estado ou Distrito Federal e comunicadas ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis, na forma definida pelo DENATRAN.

Art. 27. A contagem dos prazos para apresentação de condutor e interposição da Defesa da Autuação e dos recursos de que trata esta Resolução será em dias consecutivos, excluindo-se o dia da notificação ou publicação por meio de edital, e incluindo-se o dia do vencimento.

Parágrafo único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado, sábado, domingo, em dia que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

Art. 28. No caso de falha nas notificações previstas nesta Resolução, a autoridade de trânsito poderá refazer o ato, observados os prazos prescricionais.

Art. 29. A notificação da autuação e a notificação da penalidade de multa deverão ser encaminhadas à pessoa física ou jurídica que conste como proprietária do veículo na data da infração, respeitado o disposto no § 6º do art. 10.

§ 1º Caso o Auto de Infração de Trânsito não conste no prontuário do veículo na data do registro da transferência de propriedade, o proprietário atual será considerado comunicado quando do envio, pelo órgão ou entidade executivos de trânsito, do extrato para pagamento do IPVA e demais débitos vinculados ao veículo, ou quando do vencimento do prazo de licenciamento anual.

§ 2º O DENATRAN deverá adotar as providências necessárias para fornecer aos órgãos de trânsito responsáveis pela expedição das notificações os dados da pessoa física ou jurídica que constava como proprietário do veículo na data da infração.

§ 3º Até que sejam disponibilizadas as informações de que trata o § 2º, as notificações enviadas ao proprietário atual serão consideradas válidas para todos os efeitos, podendo este informar ao órgão autuador os dados do proprietário anterior para continuidade do processo de notificação.

§ 4º Após efetuar a venda do veículo, caso haja Auto de Infração de Trânsito em seu nome, a pessoa física ou jurídica que constar como proprietária do veículo na data da infração deverá providenciar atualização de seu endereço junto ao órgão ou entidade de trânsito de registro do veículo.

§ 5º Caso não seja providenciada a atualização do endereço prevista no § 4º, a notificação devolvida por esse motivo será considerada válida para todos os efeitos.

Art. 30. É facultado antecipar o pagamento do valor correspondente à multa, junto ao órgão ou entidade de trânsito responsável pela aplicação dessa penalidade, em qualquer fase do processo administrativo, sem prejuízo da continuidade dos procedimentos previstos nesta Resolução para expedição das notificações, apresentação da defesa da autuação e dos respectivos recursos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016090800048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Caso o pagamento tenha sido efetuado antecipadamente, conforme previsto no caput, a Notificação da Penalidade deverá ser expedida com a informação de que a multa encontra-se paga, com a indicação do prazo para interposição do recurso e sem código de barras para pagamento.

Art. 31. Os procedimentos para apresentação de defesa de autuação e recursos, previstos nesta Resolução, atenderão ao disposto em regulamentação específica.

Art. 32. Aplica-se o disposto nesta Resolução, no que couber, às autuações em que a responsabilidade pelas infrações não sejam do proprietário ou condutor do veículo, até que os procedimentos sejam definidos por regulamentação específica.

Art. 33. Aplicam-se a esta Resolução os prazos prescricionais previstos na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva.

Parágrafo único. O DENATRAN definirá os procedimentos para aplicação uniforme dos preceitos da lei de que trata o caput pelos demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 34. Fica o DENATRAN autorizado a expedir normas complementares para o fiel cumprimento das disposições contidas nesta Resolução.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2016, quando fica revogada a Resolução CONTRAN nº 404, de 12 de junho de 2012.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 620, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Altera os incisos I, II e III, do art. 7º, da Resolução CONTRAN nº 590, de 24 de maio de 2016, que estabeleceu o sistema de Placas de Identificação de veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/14.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

CONSIDERANDO a ausência de sistema de consultas e de intercâmbio de informações sobre aspectos relativos à circulação de veículos nos Estados Partes;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 80000.115053/2016-39, resolve:

Art. 1º Alterar os incisos I, II e III, do art. 7º, da Resolução CONTRAN nº 590, de 24 de maio de 2016, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A placa de Identificação Veicular no padrão MERCOSUL deverá seguir o seguinte cronograma:

I- No prazo de 01 (um) ano a partir de ato do DENATRAN que ateste a implementação no Brasil do sistema de consultas e de intercâmbio de informações sobre aspectos relativos à circulação de veículos nos Estados Partes do MERCOSUL, conforme disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/14, veículos a serem registrados, em processo de transferência de município ou de propriedade, ou quando houver a necessidade de substituição das placas, deverão ser identificados com Placas de Identificação Veicular com película microesférica conforme Tabela II do Anexo desta Resolução, sendo facultada a antecipação pelos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal, mediante autorização do DENATRAN.

II- No prazo de 04 (quatro) anos a partir de ato do DENATRAN que ateste a implementação no Brasil do sistema de consultas e de intercâmbio de informações sobre aspectos relativos à circulação de veículos nos Estados Partes do MERCOSUL, conforme disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/14, todos os veículos em circulação deverão possuir Placas de Identificação Veicular no padrão MERCOSUL.

III- No prazo de 05 (cinco) anos a partir de ato do DENATRAN que ateste a implementação no Brasil do sistema de consultas e de intercâmbio de informações sobre aspectos relativos à circulação de veículos nos Estados Partes do MERCOSUL, conforme disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/14, caso a película microprismática esteja adequada tecnologicamente para o revestimento das Placas de Identificação Veicular, os veículos a serem registrados, em mudança de município ou quando houver a necessidade de substituição das placas, deverão ser identificados com esta película, seguindo os requisitos mínimos da Tabela III desta Resolução e normativos do DENATRAN a serem publicados em conjunto com o INMETRO."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 621, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Altera o prazo estabelecido pelo art. 47-A da Resolução CONTRAN nº 358, de 13 de agosto de 2010, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 579, de 24 de fevereiro de 2016.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o Art. 12, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e

Considerando o que consta nos processos administrativos nº 80000.032328/2015-12 e nº 80000.113803/2016-38, resolve:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 150, de 22 de agosto de 2016, do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar o art. 47-A da Resolução CONTRAN nº 358, de 13 de agosto de 2010, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 579, de 24 de fevereiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47A. Os Centros de Formação de Condutores - CFC que já estão credenciados pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal terão prazo até o dia 1º de outubro de 2016, para adequação às exigências previstas no §12 do art. 8º desta Resolução, sob pena de inativação no Sistema RENACH até o devido cumprimento."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 622, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Estabelece o Sistema de Notificação Eletrônica.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

Considerando o disposto no caput do art. 282 do CTB acerca da possibilidade de utilização de meios tecnológicos hábeis para assegurar a ciência das notificações das infrações de trânsito;

Considerando o disposto no §1º do art. 284 do CTB, com redação dada pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, acerca da possibilidade de o infrator efetuar o pagamento da multa por 60% (sessenta por cento) do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento da multa, caso opte pelo Sistema de Notificação Eletrônica, e opte por não apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo o cometimento da infração;

Considerando que os meios de comunicação via internet possibilitam o conhecimento, por parte do cidadão, dos atos administrativos de forma ágil e eficiente, observados os princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório;

Considerando a necessidade de instituição de um sistema nacional que garanta a plena efetividade do disposto no art. 282-A e no §1º do art. 284, do CTB; e

Considerando o constante dos autos do processo nº 80000.044796/2013-74, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Notificação Eletrônica, sob a coordenação do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, integrado pelos Órgãos e Entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º O Sistema de Notificação Eletrônica é o único meio tecnológico hábil, de que trata o caput do art. 282, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, admitido para assegurar a ciência das notificações de infrações de trânsito e será certificado digitalmente, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Compete ao DENATRAN:

I - organizar e manter o Sistema de Notificação Eletrônica;

II - desenvolver e padronizar os procedimentos operacionais do Sistema de Notificação Eletrônica;

III - assegurar a correta gestão do Sistema de Notificação Eletrônica;

IV - definir as atribuições operacionais dos órgãos e entidades integradas;

V - cumprir e fazer cumprir esta Resolução e as instruções complementares;

VI - arbitrar conflitos entre os participantes.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 4º O Sistema de Notificação Eletrônica é um meio de comunicação virtual, disponibilizado pelo DENATRAN aos órgãos e entidades integrados ao SNT, que permite ao interessado receber e enviar informativos, comunicados e documentos em formato digital, mediante adesão prévia.

Art. 5º Os órgãos e entidades integrados ao SNT poderão disponibilizar e receber, no Sistema de Notificação Eletrônica, informativos, comunicados e documentos, relativos a:

I - notificação de autuação;

II - notificação de penalidade de multa;

III - notificação de penalidade de advertência por escrito;

IV - interposição de defesa da autuação;

V - recursos administrativos de infrações de trânsito;

VI - resultado de julgamentos;

VII - resultado da identificação do condutor infrator;

VIII - campanhas educativas de trânsito;

IX - outros documentos e informes de suas competências.

§ 1º O acesso ao Sistema de Notificação Eletrônica será disponibilizado mediante controle de segurança com certificação digital para garantir a inviolabilidade da informação.

§ 2º É de exclusiva responsabilidade do usuário o acesso ao Sistema de Notificação Eletrônica, respondendo este por todos os atos praticados.

§ 3º O proprietário ou o condutor autuado que optar pela notificação por meio eletrônico deverá manter seu cadastro atualizado no órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal.

§ 4º No cadastrado de que trata o § 3º deverá constar o endereço eletrônico e telefone celular do proprietário ou condutor autuado para receber alertas a respeito de possíveis notificações em seu nome.

§ 5º Na hipótese de notificação por meio eletrônico, o proprietário ou o condutor autuado será considerado notificado 30 (trinta) dias após a inclusão da informação no sistema eletrônico.

§ 6º Independentemente do acesso regular ao Sistema, prevalecem, para todos os efeitos, os prazos estabelecidos nas notificações, informativos, comunicados e documentos nele disponibilizados.

§ 7º A utilização do Sistema de Notificação Eletrônica substitui qualquer outra forma de notificação para todos os efeitos legais.

Art. 6º Considera-se expedida a notificação de autuação, para fins de cumprimento do prazo de 30 (trinta) dias de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 281 do CTB, com a efetiva disponibilização da notificação no Sistema de Notificação Eletrônica, devendo essa informação ser registrada no sistema.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 7º A adesão ao Sistema de Notificação Eletrônica deverá ser realizada junto aos Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal, abrangendo a possibilidade de comunicação de outros órgãos e entidades do SNT referente a veículos e condutores neles registrados, por meio do Sistema Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF.

§ 1º O Órgão ou Entidade Executivo de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal disponibilizará aos proprietários e condutores, quando do registro do veículo, transferência ou atualização de dados cadastrais, a possibilidade de adesão ao Sistema de Notificação Eletrônica.

§ 2º O cancelamento do acesso ao Sistema de Notificação Eletrônica dar-se-á:

I - por livre iniciativa do usuário; ou

II - a critério do órgão ou entidade do SNT detentor do meio tecnológico disponibilizado.

§ 3º As notificações disponibilizadas no Sistema de Notificação Eletrônica até o dia do cancelamento do acesso permanecerão válidas para fins de comprovação da notificação do infrator.

Art. 8º Os órgãos e entidades integrantes do SNT, para arrecadarem multas de trânsito de sua competência ou de terceiros, por meio do Sistema de Notificação Eletrônica, deverão utilizar o documento próprio de arrecadação de multas de trânsito estabelecido pelo DENATRAN, com vistas a garantir o repasse automático dos valores relativos ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET.

§ 1º No documento de arrecadação de multas de trânsito, emitido por meio do Sistema de Notificação Eletrônica, constará o valor integral da multa e o valor a ser pago com o desconto de que trata o § 1º do art. 284 do CTB.

§ 2º O recolhimento do percentual de 5% (cinco por cento) do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do FUNSET é de responsabilidade do órgão de trânsito arrecadador.

§ 3º O pagamento das multas de trânsito será efetuado na rede bancária arrecadadora.

§ 4º O Sistema de Notificação Eletrônica não permitirá o parcelamento das multas de trânsito.

Art. 9º Do valor da multa emitida pelo Sistema de Notificação Eletrônica, após arrecadado pelo órgão ou entidade componente do SNT, serão deduzidos os custos operacionais de manutenção do Sistema, na forma estabelecida pelas instruções complementares emitidas pelo DENATRAN.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Os órgãos ou entidades integrantes do SNT deverão disponibilizar informativos, comunicados e documentos por meio do Sistema de Notificação Eletrônica somente em dias úteis.

Art. 11. Os órgãos ou entidades integrantes do SNT que utilizarem o Sistema de Notificação Eletrônica para notificação de autuação e de aplicação de penalidade deverão disponibilizar acesso ao Formulário de Identificação do Condutor Infrator e a respectiva guia para pagamento da multa.

Art. 12. As unidades de tecnologia da informação dos órgãos e entidades componentes do SNT deverão manter sistema de segurança de acesso que garanta a preservação e a integridade dos dados publicados eletronicamente, por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Art. 13. O DENATRAN regulamentará a presente Resolução no tocante às especificações técnicas do Sistema de Notificação Eletrônica.

Art. 14. Aplicam-se as disposições contidas em outros normativos do CONTRAN relacionadas ao processo de notificação, naquilo que não conflitem com a presente Resolução.

Art. 15. Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 488, de 7 de maio de 2014.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de novembro de 2016.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 623, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, nos termos dos arts. 271 e 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT,

Considerando a necessidade de adequar e integrar os procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e realização de Leilão de veículos retidos, removidos, abandonados ou acidentados, a qualquer título, por Órgãos e Entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, nos termos dos arts. 271 e 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 13.160, de 25 de agosto de 2015, e da Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que dispõem sobre retenção, remoção e leilão de veículo,

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, quanto aos veículos classificados como sucatas.

Considerando o disposto no Processo Administrativo nº 80000.031542/2014-77, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os procedimentos administrativos quanto à remoção e custódia de veículos em decorrência de penalidade aplicada ou medida administrativa adotada por infração à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, na forma prevista em seu artigo 271 e para a realização de leilão de veículos removidos, abandonados, acidentados ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, nos termos do art. 328 do CTB, e alterações promovidas pela Lei 13.160, de 25 de agosto de 2015, e pela Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, combinada com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão ser realizados de acordo com o estabelecido nesta Resolução.

Seção I

Das Definições

Art. 2º Para os fins previstos nesta Resolução, entende-se por:

I - remoção de veículos: medida administrativa aplicada pelo agente da autoridade de trânsito, quando da constatação da infração de trânsito que caracterize a necessidade de se retirar o veículo do trânsito, que será recolhido em local apropriado, conforme o estabelecido no art. 271 do CTB.

II - recolhimento: ato de encaminhamento do veículo ao pátio de custódia a qualquer título, decorrente de remoção, retenção, abandono ou acidente, realizado por órgão público ou por particular contratado por licitação pública, inclusive por meio de pregão.

III - custódia de veículos: procedimento administrativo de guarda e zelo de veículo recolhido a local apropriado diretamente por órgão público responsável pelo recolhimento, por órgão público conveniado, por particular contratado por licitação, inclusive por meio de pregão, ou mediante credenciamento.

IV - leilão: modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de veículos recolhidos ou removidos a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DE CUSTÓDIA

Art. 3º Os procedimentos e os prazos de custódia dos veículos recolhidos em razão de penalidade ou medida administrativa aplicada por inobservância a preceito do CTB e legislação complementar, abandono ou acidentes de trânsito, obedecerão ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. A remoção de veículo, a qualquer título conforme o estabelecido no CTB deverá ser instruída por meio de processo administrativo, devidamente protocolizado pelo órgão responsável por sua custódia, onde serão anexados os documentos em ordem cronológica, a partir do Termo de Remoção ou documento equivalente, obrigatoriamente emitido e inclusive a cópia do prontuário do veículo recolhido, onde conste a situação atualizada de seu registro.

Seção I

Do Registro e Notificação de Recolhimento

Art. 4º Caberá ao agente da Autoridade de Trânsito pelo recolhimento do veículo emitir a notificação por meio do termo de recolhimento de veículo ou documento equivalente, mediante identificação e assinatura, ou por meio de sistema informatizado que possibilite a identificação do responsável, que discriminará:

I - os objetos deixados no veículo por conveniência e inteira responsabilidade do condutor;

II - os equipamentos obrigatórios ausentes;

III - o estado geral da lataria, pintura e pneus;

IV - os danos do veículo causados por acidente e a sua condição de trafegar em vias públicas;

V - identificação do proprietário e do condutor, sempre que possível;

VI - dados que permitam a precisa identificação do veículo, registrado a termo, se irregular;

VII - o prazo para a retirada do veículo, sob pena de ser levado a leilão.

§ 1º O termo de recolhimento de veículo ou documento equivalente será preenchido em, no mínimo, quatro vias, admitida a hipótese de uso de arquivos informatizados que permitam sua impressão e utilização em processos instruídos, sendo:

I - a primeira destinada ao proprietário ou condutor do veículo recolhido, a qualquer título;

II - a segunda destinada ao órgão ou entidade responsável pela custódia do veículo, que instruirá o devido processo administrativo;

III - a terceira, se necessário, à entidade contratada ou conveniada pelo acolhimento do veículo em depósito, quando for o caso; e

IV - a quarta, se necessário, ao agente de trânsito responsável pelo recolhimento.

§ 2º O condutor do veículo flagrado, mesmo que não habilitado e ainda que não seja o proprietário que conste do registro, poderá ser notificado e receber o termo de recolhimento ou documento equivalente, com eficácia de notificação.

§ 3º Considera-se notificado o proprietário ou condutor presente no momento do recolhimento, ainda que se recuse a assinar o termo de recolhimento.

§ 4º Caso o proprietário ou condutor não estejam presentes no momento do recolhimento do veículo, a autoridade competente deverá expedir notificação de recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias, contados do fato, por remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil, em nome e para o endereço de quem constar no registro do veículo para que seja retirado no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 5º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa desse de recebê-la será considerada recebida para todos os efeitos.

§ 6º Caso restem frustradas as tentativas de notificação presencial, postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, a notificação poderá ser feita por edital, a partir do qual passará a contar os 60 (sessenta) dias para a alienação por leilão.

§ 7º O agente de trânsito recolherá o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, contra entrega de recibo ao proprietário ou condutor, ou informará, no termo de recolhimento ou documento equivalente, o motivo pelo qual não foi recolhido.

§ 8º Para os veículos com restrição judicial ou policial, a autoridade responsável pela restrição será notificada, o que implica ciência de que o veículo poderá ser levado à leilão caso não seja regularizado e liberado, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º O órgão ou entidade responsável pela custódia, além da expedição da via do termo de recolhimento ou documento equivalente, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem a retirada do veículo, expedirá edital de notificação de retirada do veículo.

§1° O edital de notificação de retirada do veículo será publicado em portal na Internet do próprio órgão ou afixado nas dependências do órgão em local de livre acesso ao público, pelo prazo de 10 (dez) dias, para que o veículo seja retirado com a devida quitação dos débitos a ele vinculados e regularizado, sob pena de ser incluído em procedimento de alienação por leilão, decorrido o prazo legal.

§ 2° A notificação por edital deverá conter:

I - o nome do proprietário do veículo;

II - o nome do agente financeiro, ou do arrendatário do veículo, ou da entidade credora, ou de quem se sub-rogou nos direitos, quando for o caso;

III - os caracteres da placa de identificação e do chassi do veículo, quando houver;

IV - a marca e o modelo do veículo.

§ 3º O edital deverá ser encaminhado por meio de comunicação eletrônica ao agente financeiro, arrendador do bem, entidade credora ou a quem tenha se sub-rogado aos direitos do veículo, caso o endereço conste no prontuário ao qual o veículo esteja vinculado.

§ 4º Para o caso de notificação postal, decorrente de gravames financeiros registrados no prontuário do veículo, poderão ser agrupados em um mesmo documento todos os veículos que contenham gravames em favor do mesmo agente financeiro, sendo válidas as notificações postais por comunicação eletrônica.

Seção II

Das Disposições Complementares Intermediárias

Art. 6º Em caso de veículo transportando carga de produto perigoso ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, a remoção imediata poderá não ocorrer, a critério do agente, verificadas as condições de segurança para circulação, nos termos do § 5º do art. 270 do CTB.

Art. 7º O veículo sob custódia que não puder ser identificado, ou que tiver sua identificação adulterada, terá assegurado os seguintes procedimentos de verificação, inclusive como condição para ser levado à Leilão:

I - emissão de laudo pericial oficial ou laudo de vistoria do órgão ou entidade responsável pela custódia do veículo, visando à busca da autenticidade de seus caracteres, da sua documentação, bem como a legitimidade da propriedade, enquadrando-se o veículo em uma das seguintes situações:

a) veículo com identificação não reconhecida ou não assegurada: leiloar como sucata inservível, qualquer que seja seu estado de conservação;

b) veículo de identificação alterada com confirmação de sua identificação correta, com restrições judiciais, administrativas ou policiais: notificar a autoridade responsável pela restrição para proceder à retirada do veículo em depósito, desde que pagas as despesas com remoção e estada, ou para a autorização do leilão, que poderá ocorrer se não houver manifestação da autoridade no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da notificação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) veículo de identificação alterada com confirmação de sua identificação correta, assegurada por dados verdadeiros, sem restrições judiciais, administrativas ou policiais: emitir notificação ao proprietário e/ou agente financeiro que constem do registro do veículo, exigindo a regularização de dados por remarcação de caracteres e nova emissão de documentos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recolhimento, que se não atendido será incluído em procedimento de Leilão;

d) veículo com identificação duplicada, sem confirmação de sua identificação correta, com alertas e restrições no registro do veículo original: notificar as autoridades que inseriram as anotações no Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, solicitando que efetuem a exclusão de tais dados, para que o veículo recolhido seja levado a Leilão como sucata;

e) veículo com identificação duplicada, com confirmação de sua identificação correta, com ou sem alertas ou restrições no registro do veículo original - notificar as autoridades que inseriram as observações no Sistema RENAVAM, solicitando que efetuem a exclusão de tais dados, em razão da correta identificação do veículo, de seu legítimo proprietário e agente financeiro, se houver, que serão notificados a efetuar a regularização de dados por remarcação de caracteres e reemissão de documentos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do recolhimento do veículo, que se não atendido será incluído em procedimento de Leilão;

II - não demonstrada a autenticidade da identificação do veículo recolhido ou a legitimidade da sua propriedade, o veículo será incluído em procedimento de leilão como sucata inservível, qualquer que seja seu estado de conservação, registrando-se a termo que tal alienação não constará do Sistema RENAVAM - Módulo Leilão, por ausência de identificação.

III - o recurso obtido com leilão de veículo para o qual seja autorizada a sua alienação antecipada será integralmente revertido a crédito da conta indicada no seu respectivo termo autorizatório de venda, com seus débitos desvinculados, na forma preconizada em Lei.

Art. 8º A restituição do veículo sob custódia somente ocorrerá mediante prévio pagamento de todos os débitos incidentes devidos, bem como o reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento.

§ 1° Se o reparo exigido no caput demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela remoção liberará o veículo para reparo, na forma transportada, mediante autorização, assinalando prazo para reapresentação.

§2° A despesa de remoção e estada será devida integralmente, por período contado em dias, a partir do recolhimento do veículo, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses.

Art. 9º Cumpridas todas as exigências e decorridos os prazos previstos nesta Resolução, os processos administrativos de recolhimento de veículos serão concluídos por termo final e conservados por cinco anos.

CAPÍTULO III

DA ALIENAÇÃO POR MEIO DE LEILÃO

Art. 10. Constatada a permanência do veículo recolhido em depósito do órgão público responsável, do órgão público conveniado, do particular contratado por licitação, inclusive por meio de pregão, ou mediante credenciamento, não reclamado por seu proprietário, por período superior ao previsto no caput art. 328 do CTB, este será levado à alienação por meio de Leilão.

Seção I

Da Competência

Art. 11. O órgão ou entidade responsável pelo envio do veículo ao depósito é competente para realização do leilão, devendo o seu dirigente máximo autorizar expressamente a abertura do processo administrativo, bem como designar o leiloeiro.

Parágrafo único. A realização do leilão poderá ocorrer diretamente pelo órgão, por órgão público conveniado, ou leiloeiro, podendo ainda ser designada comissão de leilão para a realização de atos instrumentais que auxiliem a sua realização e sua execução.

Art. 12. Os órgãos ou entidades de trânsito componentes do SNT e regularmente habilitados junto aos sistemas RENAVAM e Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF poderão realizar leilão de forma compartilhada, cujos ajustes serão definidos em comum acordo, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. O leilão compartilhado será realizado conforme ajuste firmado entre os órgãos e entidades cooperantes, recomendando-se que este instrumento preveja que seja realizado em único procedimento, com mesmo edital e leiloeiro, com veículos ofertados em lotes separados e com arremates depositados em contas bancárias distintas, sob controle e conciliação de cada órgão específico.

Seção II

Das Providências que Antecedem a Realização do Leilão

Art. 13. O órgão ou entidade responsável pelo leilão, durante os procedimentos preparatórios de sua realização, deverá verificar a situação de cada veículo junto ao órgão executivo de trânsito responsável pelo registro, para detectar:

I - restrição judicial ou policial;

II - registro de gravames financeiros;

III - débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, identificando os respectivos credores.

§ 1° O veículo que apresentar restrição judicial ou policial poderá ser retirado pela autoridade responsável pela restrição, desde que a manifestação ocorra no prazo de 60 (sessenta) dias de sua notificação e que sejam pagas as despesas com remoção e estada veículo.

§ 2° O leilão de veículo que apresentar restrição judicial ou policial ocorrerá após a autorização da autoridade responsável pela restrição ou em caso de descumprimento do estabelecido no § 1°.

§ 3° As instituições financeiras poderão habilitar-se aos créditos remanescentes, após deduzidos os valores dos encargos legais do montante obtido no leilão.

§ 4º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição, deverão fornecer aos órgãos e entidades executivos e rodoviários de trânsito da União, dos Estados e Municípios, que não sejam operadores das rotinas do Sistema RENAVAM, o acesso ao referido sistema, para consulta da situação do veículo.

§ 5º Serão disponibilizadas aos órgãos e entidades executivos e rodoviários de trânsito de que trata o § 4° todas as rotinas referentes a leilão do Sistema RENAVAM.

Art. 14. Esgotados os prazos de notificações previstos nesta Resolução e não tendo comparecido nenhum dos notificados para a quitação dos débitos e retirada do veículo, será feita a verificação final das condições de cada veículo, para fins de avaliação.

Art. 15. A avaliação dos veículos será feita pelo órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão, pela comissão de leilão, ou ainda por profissional terceirizado, devidamente autorizado e habilitado, que deverá:

I - identificar os veículos conservados, que se encontram em condições de segurança para trafegar em via aberta ao público, e os veículos que deverão ser leiloados como sucata;

II - estabelecer os lotes de sucata a serem leiloados;

III - proceder à avaliação de cada veículo e de cada lote de sucata, estabelecendo o lance mínimo para arrematação de cada item; e

IV - atribuir a cada veículo identificado como sucata um valor proporcional ao valor total do lote no qual esteja incluído.

Parágrafo único. O órgão ou entidade responsável pelo leilão poderá reclassificar a avaliação do veículo, realizada por profissional terceirizado, levando em conta os princípios da economicidade, celeridade processual e eficiência.

Art. 16. São considerados como sucata os veículos que estão impossibilitados de voltar a circular ou cuja autenticidade de identificação ou legitimidade da propriedade não restar demonstrada, não tendo direito a documentação.

§ 1º São critérios mínimos para classificação de veículos como sucata:

I - danos de grande monta;

II - impossibilidade de reparo gerando causa impeditiva à circulação;

III - motor cuja numeração não seja possível confirmar, por motivo de corrosão, inexistência ou divergência de cadastro nos sistemas Base Índice Nacional e Base Estadual do RENAVAM, ilegibilidade ou qualquer outro motivo que impossibilite a identificação, desde que não caracterize fraude;

IV - veículo artesanal sem registro; ou

V - veículo registrado no exterior e não licenciável no Brasil.

§ 2º Os veículos classificados como sucata são divididos em:

I - sucatas aproveitáveis: aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN;

II - sucatas inservíveis: aquelas transformadas em fardos metálicos, por processo de prensagem ou trituração, sendo desnecessária a inutilização de placas e numeração do chassi quando a prensagem ocorrer em local supervisionado pelo órgão responsável pelo leilão;

III - sucatas aproveitáveis com motor inservível: aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN.

§ 3º Os veículos definidos como sucatas e inseridos em processos de leilão somente poderão ser vendidos como destinação final e sem direito à documentação, como sucatas prensadas para empresas regulares do ramo de siderurgia ou fundição, ou como sucatas aproveitáveis para empresas do ramo do comércio de peças usadas reguladas pela Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e normativos do CONTRAN, proibidos, neste último caso, o repasse de veículos arrematados.

§ 4º Os veículos, sucatas e materiais inservíveis de bens automotores que se encontrarem recolhidos há mais de 1 (um) ano poderão ser destinados à reciclagem como material ferroso, independentemente da existência de restrições sobre o veículo.

§ 5º A alienação prevista no § 4º será realizada por tonelagem de material ferroso, condicionando-se a entrega do material arrematado à realização dos procedimentos necessários de descaracterização total do bem, à destinação exclusiva para a reciclagem siderúrgica e à captação ambientalmente correta de fluídos, combustíveis e demais materiais e substâncias reconhecidos como contaminantes do meio ambiente.

Art. 17. Para os veículos avaliados como sucata, o órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão deverá:

I - inutilizar a identificação gravada no chassi que contêm o registro VIN e suas placas, nas hipóteses de sucatas aproveitáveis ou de sucatas aproveitáveis com motor inservível;

II - solicitar a baixa ao órgão executivo de trânsito de registro do veículo, após a realização da venda e do recolhimento dos débitos pendentes, quitados com os recursos do leilão, antes da entrega ao arrematante.

III - emitir ou solicitar ao órgão de registro do veículo a certidão de baixa de veículo, para entrega ao arrematante, com cópia juntada a processo vinculado ao do leilão, que reúna as certidões ou solicitações de todas as sucatas leiloadas no respectivo procedimento.

Art. 18. O órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão, após a publicação de seu edital, deverá registrar no sistema RENAVAM a indicação de que o veículo será levado a leilão, exceto no caso de sucatas com ausência de sua identificação.

§ 1º No caso de inoperância do Sistema RENAVAM , o órgão ou entidade responsável pelo procedimento de leilão deverá emitir comunicado oficial ao órgão detentor do registro do veículo de que este será leiloado, bastando tais informações para que o órgão de registro do veículo adote todos os procedimentos devidos.

§ 2º Atendido o disposto no caput, o órgão executivo de trânsito responsável pelo registro do veículo deverá informar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a existência de débitos, restrições ou outros encargos incidentes sobre o prontuário do veículo, ao órgão ou entidade de trânsito preparador do leilão, devendo alertar sobre fato impeditivo à alienação.

Seção III

Da Realização do Leilão

Art. 19. Cumpridas todas as exigências para a realização da alienação, o órgão ou entidade responsável, por meio do leiloeiro designado, expedirá o edital de leilão, listando todos os veículos em lotes, como conservados ou sucatas.

§ 1º O edital de leilão deverá conter, no mínimo:

I - para a alienação de veículos conservados, destinados à circulação:

a) objeto da alienação por leilão, com descrição sucinta e clara, indicação de marca, modelo, ano de fabricação, número do motor e cor predominante dos veículos ofertados;

b) locais, datas e horários onde poderão ser examinados os lotes dos veículos relacionados;

c) condições para a participação no leilão e as restrições legais;

d) endereços e formas de acesso às informações à distância, para o fornecimento de elementos e esclarecimentos sobre o leilão;

e) local, data e horário de realização do leilão;

f) a indicação do leiloeiro;

g) o valor inicial dos lotes e a forma de pagamento dos arremates;

h) critério para julgamento dos lances ofertados;

i) sanções para o caso de inadimplemento;

j) instruções e normas para os recursos previstos em lei; e

k) condições e locais para a retirada dos veículos arrematados;

II - para a alienação de sucatas aproveitáveis e sucatas aproveitáveis com motor inservível destinadas ao comércio de peças e componentes:

a) objeto da alienação por leilão, indicando marca, modelo, ano de fabricação, número do motor e cor predominante dos veículos ofertados;

b) locais, datas e horários onde poderão ser examinados os lotes dos veículos relacionados;

c) condições para a participação do leilão e as restrições legais;

d) exigências de comprovação do ramo de atividade de comércio de peças usadas, conforme previsto na Lei nº 12.977, de 2014, e normativos do CONTRAN;

e) exigências para a retirada dos veículos sucatas;

f) endereços e formas de acesso às informações à distância, para o fornecimento de elementos e esclarecimentos sobre o leilão;

g) local, data e horário de realização do leilão;

h) a indicação do leiloeiro;

i) o valor inicial dos lotes e a forma de pagamento dos arremates;

j) critério para julgamento dos lances ofertados;

k) sanções para o caso de inadimplemento;

l) instruções e normas para os recursos previstos em lei;

m) condições e locais para a retirada dos veículos sucatas arrematados; e

n) outras indicações específicas ou peculiares da alienação.

III - para a alienação de sucatas inservíveis, transformadas em fardos metálicos:

a) objeto da alienação por leilão, indicando tratar-se de sucatas inservíveis;

b) locais, datas e horários onde poderão ser examinados os lotes dos veículos relacionados;

c) condições específicas para a participação do leilão e as restrições legais;

d) exigências de comprovação do ramo de atividade, de siderurgia ou reciclagem, exercida pelo interessado;

e) exigências de preparação, retirada de fluídos e prensagem dos veículos sucatas inservíveis;

f) endereços e formas de acesso às informações à distância, para o fornecimento de elementos e esclarecimentos sobre o leilão;

g) local, data e horário de realização do leilão;

h) a indicação do leiloeiro;

i) o valor inicial por quilo e total do peso estimado;

j) critério para julgamento dos lances ofertados;

k) sanções para o caso de inadimplemento;

l) instruções e normas para os recursos previstos em lei;

m) condições e locais para a retirada das sucatas prensadas; e

n) outras indicações específicas ou peculiares da alienação.

§ 2º Para os veículos definidos como sucatas aproveitáveis para comércio de suas partes, o edital conterá apenas os dados necessários de avaliação, que permitam distinção da marca, modelo, ano de fabricação, número do motor e cor predominante, considerando a inutilização obrigatória de seus dados identificadores.

§ 3º Os editais de leilão deverão indicar que aqueles que tiverem crédito sobre o veículo poderão requerer a sua habilitação para exercer direito sobre o crédito identificado, obedecida a ordem de prevalência legal, sendo considerados notificados desde a publicação do edital.

Art. 20. O edital de leilão será publicado com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da sua realização, observadas as seguintes condições:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - o Aviso de Leilão, sintetizando as características do leilão, o local, data e hora de sua realização, os tipos de veículos ofertados, se destinados à circulação, sucatas aproveitáveis, sucatas aproveitáveis com motor inservível ou sucatas inservíveis, e os endereços e meios para a obtenção do edital completo, será publicado:

a) no Diário Oficial; e

b) em jornal de grande circulação no Estado ou na região em que ocorrerá o leilão.

II - o edital completo, até a data de sua realização, terá a sua publicação:

a) afixada em dependências do órgão ou entidade, suas unidades descentralizadas e no local designado para a sua realização; e

b) disponível no sítio eletrônico na Internet do órgão ou entidade responsável pelo leilão.

Art. 21. Na data e hora previstas será promovido o leilão, conduzido por leiloeiro designado formalmente pelo órgão responsável e que constará do edital, sendo ofertados os lotes a interessados.

Art. 22. Os lotes arrematados serão descritos em nota de arremate ou documento equivalente, emitida pelo leiloeiro ou órgão ou entidade responsável pelo leilão, que conterá o número do lote, o valor do arremate, nome, CPF ou CNPJ do arrematante e, no caso de leiloeiro oficial, o valor da comissão.

Art. 23. Os valores oriundos dos arremates serão depositados em conta do Tesouro Público ou em conta específica na agência bancária em que o órgão detenha suas movimentações regulares em conformidade com a Lei, sob a responsabilidade de quem detenha a autorização de movimentação das contas bancárias do órgão ou entidade.

Art. 24. O veículo poderá ser restituído ao proprietário até o último dia útil anterior à realização da sessão do leilão, desde que quitados os débitos e regularizado.

Parágrafo único. Na hipótese de o antigo proprietário reaver o veículo a qualquer tempo, por qualquer meio, os débitos serão novamente vinculados ao bem.

Seção IV

Da Entrega ao Arrematante

Art. 25 Realizado o leilão, o órgão ou entidade responsável por este procedimento providenciará o registro no sistema RENAVAM do extrato do leilão, conforme dispuser o manual do referido sistema ou, em caso de inoperância do sistema, comunicará oficialmente o fato ao órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do veículo.

§1º O órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do veículo, confirmada a realização do procedimento, deverá proceder à desvinculação dos débitos e demais ônus incidentes sobre o prontuário do veículo leiloado existentes até a data do leilão e não quitados com os recursos obtidos na alienação, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§2º Para a desvinculação obrigatória das multas de veículos leiloados, devem ser seguidas as rotinas previstas no Sistema RENAINF no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§3º Para veículo leiloado como sucata, o órgão detentor do seu registro deverá efetivar a baixa e expedir a respectiva certidão, na forma da Lei nº 8.722, de 27 de outubro de 1993.

§4º O arrematante de veículo destinado à circulação será responsável unicamente pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o veículo arrematado a partir da aquisição, a ser calculado de forma proporcional, a contar do mês da realização do leilão.

§5º Para os veículos leiloados como conservados, o arrematante terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para o registro perante o órgão executivo de trânsito, contados a partir de sua liberação pelo órgão ou entidade responsável pelo leilão.

Art. 26. O veículo conservado, destinado à circulação, será entregue ao arrematante, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, ficando este responsável pela regularização e transferência de propriedade perante o órgão ou entidade executivo de trânsito detentor de seu registro.

Art. 27. Ao arrematante de veículo leiloado como sucata, será fornecida a certidão de baixa do registro prevista no art. 4º do Decreto nº 1.305, de 9 de novembro 1994, e art. 7º da Lei 12.977, de 2014, atestando sua baixa, que será emitida pelo órgão detentor do registro do veículo.

CAPÍTULO IV

DOS REGISTROS FINANCEIROS E CONTROLES DO PROCEDIMENTO

Art. 28. Os órgãos ou entidades que não realizam controle contábil nos sistemas oficiais do Governo Federal deverão manter todos os controles financeiros demonstrados por documentos inseridos nos respectivos processos administrativos, autuados e devidamente instruídos.

Art. 29. Os recursos administrativos demandados contra atos do leiloeiro ou da Comissão de Avaliação, formalmente designados, serão resolvidos pela autoridade de instância superior à que se subordinam, e, sobre a decisão desta, os recursos serão apreciados pela autoridade competente.

Parágrafo único. Em qualquer fase recursal é facultada a assistência jurídica.

Art. 30. O procedimento de Leilão será homologado por termo próprio, assinado pela autoridade competente, após a confirmação de atendimento de todas as exigências normativas.

Art. 31. Os processos de leilão serão instruídos com os seguintes documentos:

I - autorização para a realização do procedimento;

II - despacho de autorização de realização do procedimento;

III - documento oficial, designando a Comissão de Avaliação, se for o caso;

IV - indicação de leiloeiro oficial ou designação de leiloeiro;

V - termo de compromisso firmado com o leiloeiro;

VI - cópia do aviso de leilão e comprovante de sua publicação;

VII - parecer jurídico emitido sobre o leilão;

VIII - edital de leilão contendo a relação dos veículos, em anexo, com:

a) lote ao qual pertence o veículo;

b) marca e modelo;

c) placa ou chassi, se houver;

d) lance mínimo;

e) avaliação do veículo

IX - termo de ocorrências do leilão e prestação de contas do leiloeiro;

X - relatório financeiro do leilão;

XI - notificações aos ex-proprietários sobre os saldos credores, se houver;

XII - termo de encerramento ou ata de realização do leilão, assinado pelo leiloeiro ou pela comissão designada, se houver;

XIII - termo de homologação do leilão, assinado pela autoridade competente do órgão.

Seção I

Do Rateio dos Valores Arrecadados e Rendimentos Auferidos

Art. 32. O valor integral arrecadado com os arremates no leilão será depositado em conta bancária do órgão ou entidade responsável por sua realização, cujos valores arrecadados deverão ter a seguinte ordem de prevalência:

I - os custos necessários ao ressarcimento com o procedimento licitatório, em montante a ser definido na forma indicada no §1º;

II - despesas com remoção e estada;

III - tributos vinculados ao veículo:

a) taxas de licenciamento; e

b) imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA

IV - os credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real, segundo a ordem de preferência estabelecida no art. 186 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

V - multas de trânsito devidas ao órgão responsável pelo Leilão;

VI - multas de trânsito devidas aos demais órgãos integrantes do SNT, segundo a ordem cronológica da aplicação da penalidade;

VII - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - Seguro DPVAT;

VIII - multas ambientais; e

IX - demais créditos, segundo a ordem de preferência legal.

§ 1º O montante dos custos do procedimento a ser ressarcido será demonstrado em planilha anexada ao processo do leilão e as parcelas proporcionais a serem deduzidas do valor de arremate de cada veículo serão definidas da seguinte forma:

I - pela aplicação da fórmula de proporção simples para obtenção do coeficiente de percentual, que será obtido multiplicando-se por 100 o valor de arremate de cada veículo, dividindo-se o resultado pelo valor total dos arremates do leilão, onde: sendo CP = Coeficiente de proporcionalidade; VAV = Valor de Arremate do Veículo e VTA = valor total dos arremates, se obterá a seguinte expressão: CP = (VAV x 100) / VTA.

II - O coeficiente de percentual de cada veículo assim obtido será aplicado sobre o valor total dos custos demonstrados, cujo resultado será a parcela do ressarcimento relativa a cada um desses veículos.

§ 2º Os recursos arrecadados com a alienação de veículos sucatas, que não tiveram sua identificação confirmada, serão destinadas exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pela realização do Leilão.

§ 3º As multas de trânsito devidas a outros órgãos de trânsito serão quitadas após aquelas de direito do próprio órgão realizador do leilão, obedecida à ordem cronológica de imputação das mesmas, podendo o órgão realizador do leilão adotar o critério de recolher a maior quantidade de multas que o recurso destinado permitir.

Art. 33. Aqueles que tiverem crédito sobre o veículo poderão requerer a habilitação nos termos desta Resolução, a partir do lançamento do edital até o encerramento da sessão de lances, sendo que o pagamento se dará após a quitação dos débitos previstos nos incisos I a VI do art. 33, se houver saldo, e obedecida a ordem cronológica de habilitação.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, o edital de leilão é considerado a notificação para todos os habilitados.

Art. 34. Os rendimentos auferidos em razão da aplicação financeira dos arremates em conta específica do órgão responsável pela realização do leilão desde a sua realização até a promoção das providências indicadas nesta Seção, se houver, serão rateados proporcionalmente utilizando-se o coeficiente de percentual disposto no Inciso I do § 1° do art. 32, desta Resolução.

Seção II

Dos Saldos Credores

Art. 35. Restando saldo do produto apurado na venda de cada veículo, quitados os débitos e as despesas previstas nesta Resolução, este deverá ser mantido em conta remunerada na agência bancária pública ou privada que o órgão detenha suas movimentações regulares.

§1º O órgão ou entidade responsável pelo Leilão no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da sua realização, deverá notificar o ex-proprietário para que realize o levantamento do saldo.

§2º Comparecendo o interessado para o recebimento do saldo credor registrado em seu nome, o órgão responsável acatará o requerimento por meio de processo administrativo autuado, que terá anexados os seguintes documentos:

I - requerimento de retirada do saldo registrado com indicação da conta bancária a ser creditada;

II - no caso de pessoa física, cópia de documento de identidade e do CPF, ou, no caso de pessoa jurídica, cópia do contrato social e do CNPJ;

III - comprovante de quitação do financiamento anotado no registro do veículo, se for o caso;

§ 3º Os saldos credores não reclamados serão mantidos em registros e contas bancárias do órgão ou entidade realizadora do leilão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do Termo de Homologação do Leilão, findo o qual serão recolhidos ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, conforme previsão contida no art. 6º, inciso VII da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, sendo que o repasse deverá ser realizado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser disciplinado pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

Seção III

Da Cobrança dos Débitos Remanescentes

Art. 36. Havendo insuficiência de recursos para quitação dos débitos e despesas previstas, o órgão ou entidade responsável pelo leilão deverá comunicar aos demais órgãos e entidades de trânsito credores, para que promovam à desvinculação de tais débitos do registro do veículo.

Art. 37. Os débitos que não forem cobertos pelo valor alcançado com a alienação do veículo, poderão ser cobrados pelos credores na forma da legislação em vigor, por meio de ação própria e inclusão em Dívida Ativa em nome dos ex-proprietários.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. Os órgãos e entidades componentes do SNT, no âmbito de suas competências ou nas de suas unidades federativas, poderão utilizar de normas complementares, versando sobre matérias necessárias à boa prática na realização de leilões de veículos recolhidos.

Art. 39. A retirada do veículo leiloado do depósito do órgão ou entidade de trânsito deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data da realização do leilão, sob pena de caracterização de abandono pelo arrematante, com a perda do valor desembolsado.

Parágrafo único. Observadas as razões apresentadas ou circunstanciais, o órgão responsável pelo leilão poderá prorrogar o prazo de retirada de veículo arrematado por igual prazo.

Art. 40. O órgão ou entidade responsável pelo leilão, cumpridas as exigências e decorridos os prazos previstos para a alienação por meio de leilão, deverá manter sob registro e arquivo toda a documentação referente ao procedimento de leilão para eventuais consultas de interessados na forma da Lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do fim do exercício de realização do leilão, podendo ser microfilmados ou armazenados em meio magnético, óptico, digital ou eletrônico para todos os efeitos legais.

Art. 41. Os órgãos e entidades componentes do SNT, que detenham em seus pátios ou depósitos veículos mantidos em condições deterioradas sem providências de alienação, potencializando possíveis riscos ambientais ou de saúde pública, promoverão revisões e reexames de suas condições, buscando a solução de seus casos em conformidade com esta Resolução, enquadrando os procedimentos de possíveis providências, de acordo com o disposto neste normativo, inclusive acionando as autoridades que possam ser responsáveis pelos bloqueios e restrições registradas, para a solução que couber.

Art. 42. Compete ao Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, na qualidade de órgão máximo executivo de trânsito e gestor dos Sistemas RENAVAM e RENAINF, manter e atualizar os procedimentos de ordem operacional contidos nesta Resolução, editando quaisquer alterações que se façam necessárias ao desenvolvimento dos referidos sistemas, resguardando-se os normativos do CONTRAN.

Art. 43. É vedado o retorno do veículo leiloado como sucata à circulação.

Parágrafo único. O veículo leiloado como sucata que for recolhido em circulação será novamente levado à leilão pelo órgão.

Art. 44. Aplicam-se aos veículos licenciados no exterior as disposições desta Resolução.

Art. 45. Aplicam-se aos animais recolhidos as disposições desta Resolução, no que couber.

Art. 46. Os leilões com editais publicados até a entrada em vigor desta Resolução não se sujeitam às regras nela estabelecidas.

Art. 47. Ficam revogadas as Resoluções CONTRAN:

I - nº 53, de 23 de maio de 1998;

II - nº 331, de 14 de agosto de 2009; e

III - nº 449, de 25 de julho de 2013.

Art. 48. Esta Resolução entra em vigor:

I - no dia 1º de novembro de 2016, em relação:

a) ao § 8º do art. 4º;

b) à alínea "b" do inciso I do art. 7º; e

c) aos §§ 1º e 2º do art. 13.

II - na data de sua publicação em relação aos demais dispositivos.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

BRUNO CÉSAR PROSDOCIMI NUNES
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MARCO AURÉLIO DE QUEIROZ CAMPOS
p/ Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
p/ Agência Nacional de Transportes Terrestres

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 453, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 19 e 20 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48000.000624/2016-29, resolve:

Art. 1º Cancelar o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3", de 2016, previsto no art. 1º da Portaria MME nº 389, de 26 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

PORTARIA Nº 454, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 3º-A, inciso II, e art. 26, inciso III, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 21, § 2º, do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, na Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011, o que consta no Processo nº 48000.001158/2016-07, e considerando

o Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio de Energia Elétrica, celebrado em 11 de maio de 2016 entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Mineração da República Argentina, sobre Intercâmbio de Energia Elétrica, resolve:

Art. 1º Autorizar a EPE - Empresa Produtora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.645.009/0001-12, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.731, 15º andar, sala 1.503, Bosque da Saúde, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, doravante denominada Autorizada, a exportar, para a República Argentina, até 480 MW de potência e respectiva energia elétrica gerada exclusivamente pela Usina Termelétrica denominada UTE Cuiabá, através da Estação Conversora de Frequência de Garabi, localizada no Município de Garruchos, Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira do Brasil com a Argentina.

§ 1º A autorização de que trata o caput terá vigência até 31 de março de 2017.

§ 2º A UTE Cuiabá não possui Garantia Física durante a vigência desta Portaria, estando a totalidade de sua geração destinada à exportação ora autorizada, descontados o consumo interno e as perdas no sistema elétrico, conforme Regras e Procedimentos de Comercialização, observado o disposto no art. 3 do citado Memorando de Entendimento.

§ 3º Em caso de indisponibilidade total ou parcial da UTE Cuiabá, a exportação de energia será interrompida ou reduzida na mesma proporção da indisponibilidade.

Art. 2º A exportação de energia elétrica de que trata esta autorização não deverá afetar a segurança eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, devendo ser assegurado o cumprimento dos critérios utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Art. 3º O montante de energia elétrica disponível para exportação será estabelecido pelo ONS em base semanal, tendo como referência os Programas Mensais de Operação - PMO e suas revisões, podendo ser ajustado conforme Programação Diária de Operação ou mesmo por necessidades em tempo real, observadas diretrizes do Ministério de Minas e Energia.

§ 1º A EPE - Empresa Produtora de Energia Ltda. deverá informar semanalmente ao ONS o montante a ser gerado pela UTE Cuiabá que será disponibilizado para a exportação de que trata esta Portaria.

§ 2º A EPE - Empresa Produtora de Energia Ltda. não disporá de quaisquer compensações do SIN por eventuais interrupções da referida exportação.

Art. 4º As transações decorrentes da exportação de energia elétrica objeto desta autorização deverão atender, prioritariamente, ao Memorando de Entendimento celebrado entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Mineração da República Argentina, e:

I - as condições estabelecidas pelo Poder Concedente, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

II - a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004;

III - as disposições contidas nas Regras e Procedimentos de Comercialização; e

IV - o disposto nas Resoluções Normativas ANEEL nº 225, de 18 de julho de 2006, e nº 323, de 8 de julho de 2008.

Parágrafo único. As transações de compra de energia elétrica decorrentes desta autorização não poderão produzir majoração dos preços no mercado brasileiro.

Art. 5º Sem prejuízo de outras obrigações e encargos estabelecidos, a Autorizada fica obrigada a:

I - pagar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, nos prazos e nas condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - submeter-se à fiscalização da ANEEL;

III - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida, especialmente àquelas relativas à exportação e à comercialização de energia elétrica;

IV - ingressar com pedido de adesão à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, após a publicação da autorização de exportação;

V - informar mensalmente à ANEEL, no prazo de quinze dias após a contabilização da CCEE, todas as transações de exportações realizadas, indicando os montantes, a origem da energia vendida e a identificação dos compradores;

VI - cumprir os procedimentos administrativos previstos na legislação que rege a importação e exportação de energia elétrica;

VII - honrar os encargos decorrentes das operações de exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria;

VIII - contabilizar, em separado, as receitas, as despesas e os custos incorridos com a atividade de exportação autorizada, de acordo com os princípios contábeis praticados pelo Setor;

IX - efetuar o pagamento dos encargos de Acesso e Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica decorrentes da autorização, nos termos da regulamentação específica, quando couber;

X - atender, no que couber, às obrigações tributárias, aduaneiras e de natureza cambial, relativas às atividades de exportação de energia elétrica; e

XI - manter regularidade fiscal durante todo o período da autorização, estando sujeita às penalidades previstas na regulamentação.

Art. 6º A exportação de energia elétrica, de que trata esta Portaria, deverá ser suportada pelos seguintes Contratos:

I - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST; e

II - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrados com o comprador da energia elétrica exportada.

§ 1º A Autorizada deverá apresentar à ANEEL o Contrato referido no inciso I até trinta dias após sua celebração.

§ 2º Os Contratos referidos no inciso II deverão ser registrados pela Autorizada na ANEEL, em conformidade com a regulamentação.

Art. 7º A presente autorização poderá ser revogada na ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

I - comercialização de energia elétrica em desacordo com a legislação ou regulamentação aplicável;

II - descumprimento das obrigações decorrentes da autorização;

III - transferência, a terceiros, de bens e instalações utilizados no intercâmbio de energia elétrica, necessários ao cumprimento dos Contratos celebrados, sem prévia e expressa autorização; e

IV - a qualquer momento, no interesse da Administração Pública.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará para o Poder Concedente ou para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela Autorizada com terceiros, inclusive os relativos aos seus empregados.

Art. 8º A CCEE deverá disponibilizar as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia exportada nos termos desta Portaria.

Art. 9º O ONS deverá disponibilizar os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a exportação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 10. O art. 1º da Portaria MME nº 271, de 23 de junho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Autorizar a Tradener Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.691.745/0001-70, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 603, 8º andar, conjunto 82, Centro, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, doravante denominada Autorizada, a exportar até 1.620 MW de potência e respectiva energia elétrica associada para a República Argentina até 31 de dezembro de 2018, através da Estação Conversora de Frequência de Garabi, localizada no Município de Garruchas, Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira do Brasil com a Argentina." (NR)

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.010, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003351/2010-48. Interessado: Hidrelétrica Sens Ltda. Objeto: Outorgar à empresa Hidrelétrica Sens Ltda. a autorização para implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica Alto Benedito II, cadastrada sob o CEG PCH.PH.SC.033599-1.01, localizada em trecho do rio Benedito, no município de Benedito Novo, estado de Santa Catarina. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.011, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000386/2016-11. Interessada: Delta 3 VII Energia S.A. Objeto: Alterar a declaração de utilidade pública dada pela Resolução Autorizativa nº 5.676, de 1º de março de 2016, para instituição de servidão administrativa, em favor da Delta 3 VII Energia S.A., da área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Coletora - Miranda II. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.012, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003475/2015-38. Interessada: Pedras Transmissora de Energia S.A.. Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Subestação SE Venda das Pedras; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.133, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003673/2011-78. Interessada: Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa Objeto: Alterar os artigos 7º e 8º e as tabelas 1, 2 e 3 da Resolução Homologatória n° 1.995, de 8 de dezembro de 2015, que homologou o resultado da Revisão do Plano de Universalização Rural das Centrais Elétricas do Pará - CELPA. A íntegra desta Resolução, anexo e tabelas constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 30 de agosto de 2016

Nº 2.304 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.006298/2014-61, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig-GT em face do Auto de Infração AI 040/2016-SFE, de 2 de junho de 2016, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e, por conseguinte: (ii) reduzir a penalidade de multa para R$ 1.065.740,22 (um milhão, sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e vinte e dois centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

Nº 2.305 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005792/2014-16, resolve não conhecer do pedido de reconsideração interposto pela Revati Geradora de Energia Elétrica Ltda. - Revati, contra o Despacho nº 1.792/2016, por estar exaurida a análise da questão na esfera administrativa, conforme inciso IV, do art. 63, da Lei nº 9.784/1999.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de agosto de 2016

Nº 2.268 - Processo nº 48500.001889/2009-84. Interessado: Maxpet Nordeste Plásticos e Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade com os estudos de inventário e com o uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Santa Clara Montante, com 5.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) , localizada no rio Jurucuçu Braço Sul, integrante da sub-bacia 55, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Itamaraju, no estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de setembro de 2016

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 7 de setembro de 2016.

Nº 2.366 - Processo nº 48500.005043/2014-81. Interessados: Usina de Energia Eólica Vila Pará III S.A. Usina: EOL Vila Pará III. Unidades Geradoras: UG2, UG3, UG4 e UG8, de 3.000 kW cada uma. Localização: Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2.367 - Processo nº 48500.000405/2016-17. Interessados: Testa Branca III Energia S.A. Usina: EOL Testa Branca III. Unidades Geradoras: UG3 e UG4, de 2.200 kW cada uma. Localização: Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de setembro de 2016

Nº 2.331 - A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o que estabelece os arts. 50, VIII; 53 e 65 da Lei 9.784/99 e nas Resoluções Normativas nº 63/2004 e 273/2007 da ANEEL, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004908/2015-72 e considerando o teor do Memorando n. 00763/2016/PFANEEL/PGF/AGU, de 09 de junho de 2016, resolve: I - cancelar o Termo de Notificação - TN nº 081/2015-SFF, com a consequente anulação do Auto de Infração 003/2016-SFF; e II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Em 6 de setembro de 2016

Nº 2.359 - Processo nº 48500.002788/2016-50. Interessadas: Araraquara Transmissora de Energia S.A., contratante, e Nari Brasil Holding Ltda., contratada. Decisão: anuir ao contrato ao Contrato de Prestação de Prestação de Serviços de Preparação e Configuração do Sistema SCADA entre as interessadas com valor global de R$ 384.650,00 (trezentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e vigência estimada de seis meses. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de agosto de 2016

Nº 2.326 - Processo nº 48500.001828/2016-46. Interessados: Copel e José Celso Godard. Decisão: Permitir que a distribuidora efetue a cobrança. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

MARCOS BRAGATTO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de setembro de 2016

Nº 2.368 - Processos nº 48500.005163/2013-05. Interessados: Vendedores do 2º Leilão de Energia de Reserva - LER, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia de reserva. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, utilize para o 1º quadriênio de apuração do 2º LER o acrônimo ENF_DT. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

Nº 2.371 - Processos nº 48500.005163/2013-05. Interessados: Vendedores do 2º Leilão de Energia de Reserva - LER, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia de reserva. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, atribua para o 2º LER, 4º ano de apuração, o valor ZERO ao acrônimo ENF_DT. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 445, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.013324/2010-36, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 01.256.137/0006-89, autorizada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, autorizada a efetuar a troca de produtos nos tanques da base localizada na Rodovia BR 381 (Fernão Dias), km 483,8 S/N, Bairro Distrito Industrial Jardim Piemont/Sul , Betim-MG, CEP: 32.669-895. Todos os tanques da base passam a ser autorizados a armazenar produtos nas classes de inflamabilidade I, II ou III.

O parque de tancagem de produtos é constituído pelos seguintes verticais, perfazendo atualmente a capacidade total de armazenamento de 9374,73 m³:

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO (Classe)
01	9,52	14,53	962,88	I, II ou III
02	9,52	14,53	960,29	I, II ou III
03	13,27	17,59	2271,30	I, II ou III
04	9,52	14,55	959,32	I, II ou III
05	9,14	14,60	882,72	I, II ou III
06	13,26	17,59	2274,10	I, II ou III
07	9,15	14,60	878,50	I, II ou III
08	5,61	8,40	185,63	I, II ou III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 01.256.137/0006-89, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção da autorização n°161, publicada no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2014, informando à ANP , no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Fica sem efeito a Autorização n°161, publicada no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2014.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 446, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 17, de 19 de junho de 2009, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.007652/2016-99, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petroplus Sul Comércio Exterior LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.328.237/0001-21, situada na Av. Jamil Nahas, nº 741, bairro Polo Industrial Oeste, município de Campo Grande/MS - CEP: 79.108-680, autorizada a exercer a atividade de Importação de Óleo Lubrificante Acabado Automotivo e Industrial.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de Importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

AUTORIZAÇÃO Nº 447, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 17, de 19 de junho de 2009, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.006279/2016-59, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Texsa do Brasil LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.608.635/0001-27, situada na Av. Florivaldo Ricieri Tampelini, nº 1470, Data 1, Quadra 3, bairro Parque Industrial I, município de Umuarama/PR - CEP: 87.507-070, autorizada a exercer a atividade de Importação de Óleo Lubrificante Acabado Automotivo e Industrial.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de Importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

FRANCISCO NELSON DE CASTRO NEVES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de setembro de 2016

Nº 1.046 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³)	PROCESSO
1	Bauru	SP	STOCK DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 14.546.191/0001-04	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA 01.466.091/0018-66	25/07/2020	Diesel BS10: 10 (em adição aos volumes já homologados de demais produtos)	48610.000599/2016-03
2	Bauru	SP	STOCK DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 14.546.191/0001-04	PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADO DE PEvTRÓLEO LTDA 02.924.588/0010-96	25/07/2020	Diesel BS10: 10 (em adição aos volumes já homologados de demais produtos)	48610.004925/2015-62
3	Bauru	SP	STOCK DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 14.546.191/0001-04	DIAMANTE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA 14.415.656/0001-80	01/06/2020	EHC: 30	48610.009863/2016-66
4	Bauru	SP	STOCK DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 14.546.191/0001-04	PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 05.594.763/0003-93	10/07/2020	EHC: 10	48610.009862/2016-11
5	Bauru	SP	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0017-90	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0047-93	25/09/2017	Gasolina A: 200 B100:45 Diesel AS500:250 Diesel AS10: 150 EHC:90 EAC:90	48610.006209/2009-71

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6	Senador Canedo	GO	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 11.441.933/0001-30	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS MASUT LTDA. 02.368.373/0002-26	31/08/2017	B100:5 Diesel AS10: 5 EHC:5 EAC:5	48610.009341/2014-01
7	Senador Canedo	GO	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 11.441.933/0001-30	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	30/06/2018	B100:5 Diesel AS10: 5 EHC:5 EAC:5	48610.007035/2014-21
8	Senador Canedo	GO	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 11.441.933/0001-30	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A. 01.349.764/0013-93	21/03/2018	B100:10 Diesel AS10: 10 EHC:10 EAC:10	48610.007346/2016-52
9	Senador Canedo	GO	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 11.441.933/0001-30	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 05.759.383/0015-03	30/06/2018	B100:5 Diesel AS10: 5 EHC:5 EAC:5	48610.007110/2014-54
10	Senador Canedo	GO	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 11.441.933/0001-30	FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.909.530/0004-25	30/06/2018	B100:5 Diesel AS10: 5 EHC:5 EAC:5	48610.009339/2014-23
11	Senador Canedo	GO	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 11.441.933/0001-30	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 01.466.091/0010-09	30/06/2018	B100:5 Diesel AS10: 5 EHC:5 EAC:5	48610.010592/2014-20
12	Senador Canedo	GO	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 11.441.933/0001-30	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0202-33	17/02/2018	B100:75 Diesel AS10: 350 EHC:310 EAC:160	48610.001356/2015-01
13	Senador Canedo	GO	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 11.441.933/0001-30	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S.A. 02.913.444/0007-39	30/06/2018	B100:10 Diesel AS10: 10 EHC:10 EAC:10	48610.007751/2015-90
14	Senador Canedo	GO	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.909.530/0004-25	30/06/2018	Gasolina A: 400 B100:5 Diesel AS500:400 EHC:5 EAC:5	48610.002176/2014-58
15	Senador Canedo	GO	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 05.759.383/0015-03	30/06/2018	Gasolina A: 150 B100:10 Diesel AS500:50 EHC:10 EAC:10	48610.003604/2014-60
16	Senador Canedo	GO	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S.A. 02.913.444/0007-39	30/06/2018	Gasolina A: 5 B100:5 Diesel AS500:5 EHC:5 EAC:5	48610.002177/2014-01
17	Senador Canedo	GO	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 05.594.763/0001-21	30/06/2018	Gasolina A:10 B100:10 Diesel AS500:10 EHC:10 EAC:10	48610.005880/2014-62
18	Senador Canedo	GO	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS MASUT LTDA. 02.368.373/0002-26	31/08/2017	Gasolina A:300 B100:10 Diesel AS500:300 EHC:100 EAC:40	48610.009340/2014-58
19	Senador Canedo	GO	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 01.466.091/0010-09	30/06/2018	Gasolina A:10 B100:10 Diesel AS500:10 EHC:10 EAC:10	48610.004836/2014-35
20	Senador Canedo	GO	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. 33.337.122/0202-33	10/02/2018	Gasolina A:450 B100:60 Diesel AS500:600 EHC:90 EAC:90	48610.001357/2015-48
21	Senador Canedo	GO	PHOENIX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.158.456/0001-59	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A. 01.349.764/0013-93	10/05/2018	Gasolina A:10 B100:10 Diesel AS500:10 EHC:10 EAC:10	48610.007697/2015-82
22	Piçarras	SC	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.787.793/0022-28	RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 07.520.438/0005-73	31/08/2019	Gasolina A:200 Diesel BS: 60 Diesel BS500:60 EHC:30 EAC:50	48610.009815/2016-78
23	Sinop	MT	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.787.793/0004-46	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0309-40	01/07/2018	Gasolina A:100 B100: 30 Diesel AS500:100 EHC:50 EAC:50	48610.003122/2014-18

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 1.047 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna público o distrato do contrato de cessão de espaço listado a seguir:

	INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³)	PROCESSO
1	Uberlândia	MG	ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA. 00.647.154/0003-31	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0004-53	-	-	48610.008137/2014-64

Nº 1.048 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RS0235998	ADEMAR ROBERTO MULLER E CIA LTDA - ME	08.733.116/0001-41	PALMARES DO SUL	RS	48610.007489/2016-64
GLP/ES0235999	ADONIAS BATISTA DA LUZ	24.498.333/0001-50	COLATINA	ES	48610.009706/2016-51
GLP/SP0236000	AILTON ALBERTONI - ME	24.725.825/0001-31	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.009710/2016-19
GLP/BA0236001	ANDERSON SILVEIRA ROCHA GUMES	23.702.149/0001-18	CAETITE	BA	48610.009716/2016-96
GLP/ES0236002	BARRAMARES GAS LTDA ME	24.663.519/0001-18	VILA VELHA	ES	48610.009845/2016-84
GLP/BA0236003	BELA SOMBRA COMERCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA - ME	24.601.391/0001-68	PIATA	BA	48610.009688/2016-15
GLP/SC0236004	CAROLINE FERREIRA MEIRELES 09341075998	24.550.458/0001-82	MONTE CASTELO	SC	48610.009647/2016-11
GLP/RS0236005	CATIANE E. BORGES ME	25.040.802/0001-56	ESTEIO	RS	48610.009740/2016-25
GLP/SC0236006	COMERCIO E TRANSPORTE INDIANO LTDA - ME	80.982.507/0001-27	PIRATUBA	SC	48610.006458/2016-96
GLP/SP0236007	DANILO GARCIA DE SOUZA - 33860253824	23.303.409/0001-82	ASSIS	SP	48610.007496/2016-66
GLP/RS0236008	DELCI TAVARES BARRETO - ME	93.377.992/0001-51	QUARAI	RS	48610.008020/2016-42
GLP/PB0236009	DEUZIMAR ALVES DE SOUSA - ME	21.702.226/0002-95	BONITO DE SANTA FE	PB	48610.008150/2016-85
GLP/MT0236010	DIAS AUTO POSTO LTDA	06.190.612/0001-70	CACERES	MT	48610.007664/2016-13
GLP/MG0236011	EVANILDA DE SOUZA GABRIEL SILVA 04421494682	24.251.460/0001-50	SAO DOMINGOS DO PRATA	MG	48610.009693/2016-10
GLP/RS0236012	FELIPE ANTONIO MULLER	23.945.208/0001-89	NONOAI	RS	48610.003843/2016-81
GLP/PA0236013	FERNANDO CHARLES NUNES 61763373215	25.284.767/0001-10	CURUCA	PA	48610.009692/2016-75
GLP/PA0236014	FERNANDO MONTEIRO GALVÃO	24.879.045/0001-46	CASTANHAL	PA	48610.009712/2016-16
GLP/PA0236015	FRANCISCO CLEUDENE CRUZ VASCONCELOS 2446715400056	24.467.154/0001-56	ANANINDEUA	PA	48610.008779/2016-25
GLP/SC0236016	GENESIO MEIRELLES 38132109953	22.281.121/0001-91	CANOINHAS	SC	48610.008052/2016-48
GLP/SP0236017	GEORGIA COELHO PALERMO EPP	24.386.549/0001-24	SAO PAULO	SP	48610.008148/2016-14

GLP/SC0236018	GERALDO SANTOS WOLLMAN - ME	24.935.243/0001-80	GAROPABA	SC	48610.009684/2016-29
GLP/PB0236019	IDEAL COMERCIO DE GÁS LTDA - ME	17.490.663/0001-34	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	PB	48610.009715/2016-41
GLP/PR0236020	IZABELA VIEIRA DOS SANTOS SILVA	25.008.944/0001-36	SAO JOSE DA BOA VISTA	PR	48610.009714/2016-05
GLP/MS0236021	JANICE MENDONÇA LEMES	24.656.106/0001-06	CAMPO GRANDE	MS	48610.009665/2016-01
GLP/RS0236022	JOSE ANTONIO BERTA ME	23.361.495/0001-80	TAPEJARA	RS	48610.009613/2016-26
GLP/RS0236023	JULIANA RODRIGUES DA SILVA - ME	22.733.896/0001-50	CAMPO BOM	RS	48610.006892/2016-76
GLP/PE0236024	JUNIOR DE SANTANA RAMOS FERREIRA 05401940424	22.126.303/0001-98	IGARASSU	PE	48610.009690/2016-86
GLP/SP0236025	JWS COMERCIO DE GAS LTDA - ME	21.658.037/0001-81	OSASCO	SP	48610.009683/2016-84
GLP/MG0236026	LOPES SALLES COMERCIO DE GÁS LTDA - ME	22.601.360/0001-81	BELO HORIZONTE	MG	48610.007989/2016-04
GLP/PR0236027	MARGARIDA MENDES 45657602900	24.417.329/0001-10	ARAUCARIA	PR	48610.009707/2016-03
GLP/RN0236028	MARIA DALVA DE ARAUJO 50054031400	18.401.746/0001-72	SAO GONCALO DO AMARANTE	RN	48610.007167/2016-15
GLP/CE0236029	MARIA ELIZETE MARREIRO - ME	17.405.771/0002-42	ITAPIPOCA	CE	48610.009618/2016-59
GLP/SP0236030	MARISTELA CRISTINA DOS SANTOS ANDRADE ME	15.379.382/0001-83	FRANCA	SP	48610.008144/2016-28
GLP/ES0236031	MEROTE COMERCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA - ME	25.225.359/0001-98	COLATINA	ES	48610.009709/2016-94
GLP/SP0236032	MICHELE SATANNA	21.006.194/0001-02	JACAREI	SP	48610.009729/2016-65
GLP/PI0236033	N C LOPES DOS SANTOS - ME	11.886.613/0003-56	SAO RAIMUNDO NONATO	PI	48610.009721/2016-07
GLP/SP0236034	NEIL MARCIO DE LIMA GAS ME	24.738.317/0001-98	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.007947/2016-65
GLP/BA0236035	NILTON AVELINO RIBEIRO JUNIOR 57751587504	25.134.398/0001-80	MILAGRES	BA	48610.009697/2016-06
GLP/ES0236036	PEDRO JOSE LUIZ FILHO 47506989700	25.128.608/0001-27	GUARAPARI	ES	48610.009685/2016-73
GLP/MA0236037	PLATINY VERAS & CIA LTDA - ME	23.702.753/0005-78	ANAPURUS	MA	48610.009687/2016-62
GLP/SP0236038	RAFAEL RODRIGO PEREIRA 41212164822	24.657.939/0001-91	MURUTINGA DO SUL	SP	48610.009720/2016-54
GLP/ES0236039	S CONTI DA SILVA MERCEARIA - ME	11.139.442/0001-30	MIMOSO DO SUL	ES	48610.009711/2016-63
GLP/MG0236040	SILVERTO DE MELO 51558343687	25.100.735/0001-18	DIVINOPOLIS	MG	48610.009727/2016-76
GLP/MG0236041	SIRACUSA DISTRBUIDORA EIRELI ME	10.896.275/0001-09	JABOTICATUBAS	MG	48610.009617/2016-12
GLP/GO0236042	TAIRYNE STEFANY CORDEIRO MENDES 05076100167	24.768.183/0001-58	TRINDADE	GO	48610.008109/2016-17
GLP/SP0236043	THIAGO ROBERTO FARIA SAMPAIO	24.562.680/0001-03	SAO VICENTE	SP	48610.009694/2016-64
GLP/PI0236044	V M PINHO - ME	22.859.252/0001-03	SAO MIGUEL DO TAPUIO	PI	48610.007943/2016-87
GLP/PI0236045	VILMAR JOSE LEAL - ME	22.645.003/0001-15	OLHO D'AGUA DO PIAUI	PI	48610.009691/2016-21
GLP/ES0236046	VINICIUS DE MOURA FREIRAS ME	25.129.411/0001-02	LINHARES	ES	48610.009732/2016-89
GLP/GO0236047	WENDER CARLOS MORAES 00788349104	22.791.367/0001-03	GOIANIA	GO	48610.002949/2016-68
GLP/ES0236048	WESLEY HINTZ BATISTA 10720127742	21.043.763/0001-90	COLATINA	ES	48610.009686/2016-18

Nº 1.049 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0176448	ABASTECEDORA EDITH G. P. ASSUNCAO EIRELI	23.001.545/0001-18	PAROBE	RS	48610.007338/2016-14
PR/RS0177111	AUTO POSTO GARRA LTDA	24.582.495/0001-72	CAMPOS BORGES	RS	48610.009612/2016-81
PR/TO0176512	AUTO POSTO INDAIA EIRELI - ME	19.404.894/0001-03	SANTA RITA DO TOCANTINS	TO	48610.007342/2016-74
PR/ES0176611	AUTO POSTO SOORETAMA LTDA - EPP	24.294.592/0001-60	SOORETAMA	ES	48610.007986/2016-62
PR/MT0177149	AUTO POSTO TOMINAGA LTDA - EPP	24.474.545/0001-06	SINOP	MT	48610.009877/2016-80
PR/MG0176975	COOPERCITRUS COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS	45.236.791/0106-69	ARAGUARI	MG	48610.009137/2016-43
PR/CE0177127	DANTAS PAIVA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	24.300.028/0001-02	MORADA NOVA	CE	48610.009802/2016-07
PR/ES0174986	GRH COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP	18.375.242/0001-25	BAIXO GUANDU	ES	48610.003066/2016-75
PR/PE0177129	M L 3 PETROLEO LTDA - EPP	24.079.562/0001-30	ABREU E LIMA	PE	48610.009798/2016-79
PR/PE0177105	MARTINS & MARTINS LUBRIFICANTES E COMBUSTIVEIS LTDA.	17.065.055/0001-82	RECIFE	PE	48610.009214/2016-65
PR/TO0177148	MATOS & NAVARRO LTDA - ME.	24.375.589/0001-70	XAMBIOA	TO	48610.009801/2016-54
PR/BA0177147	MDW COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	23.642.519/0001-79	LAURO DE FREITAS	BA	48610.009872/2016-57
PR/MG0176009	POSTO BOM JESUS COMBUI LTDA - ME	09.635.630/0001-07	CAMBUI	MG	48610.006220/2016-61
PR/PE0175859	POSTO DE COMBUSTIVEIS SERTÃO CENTRO LTDA - ME	24.680.503/0001-13	IBIMIRIM	PE	48610.005955/2016-77
PR/BA0177114	POSTO DE COMBUSTIVEIS TANQUE DA GAMELEIRA LTDA - ME	23.948.484/0001-09	CANSANCAO	BA	48610.009602/2016-46
PR/SC0176527	POSTO GRID LTDA	07.063.295/0005-18	ITAPOA	SC	48610.007630/2016-29
PR/SC0176526	POSTO GRID LTDA	07.063.295/0006-07	GARUVA	SC	48610.007631/2016-73
PR/ES0175805	POSTO PEDRA BRANCA IV LTDA	24.080.175/0001-14	FUNDAO	ES	48610.005727/2016-05
PR/AP0175170	REAL PETROLEO LTDA.	09.405.430/0003-20	SANTANA	AP	48610.003562/2016-29
PR/PE0176128	REGO E VASCONCELOS REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	14.443.936/0002-82	LAGOA DO CARRO	PE	48610.006535/2016-16
PR/PA0174651	ROCHA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTE EIRELI - ME	22.138.989/0001-37	CONCEICAO DO ARAGUAIA	PA	48610.002194/2016-00

FRANCISCO NELSON CASTRO NEVES

RETIFICAÇÃO

No Despacho 1.032, publicado no DOU de 02/09/2016, Seção 1, páginas 43 e 44 , onde se lê:

14	Araucária	PR	PONTUAL BRASIL PETRÓLEO LTDA. 02.886.685/0001-40	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A. 01.349.764/0008-26	30/07/2019	Gasolina A: 150 B100:30 Diesel AS500:370 Diesel AS10: 100 EHC:50 EAC:50	48610.009745/2015-58
12	Araucária	PR	PONTUAL BRASIL PETRÓLEO LTDA. 02.886.685/0001-40	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0018-59	01/01/2019	Gasolina A: 200 B100:15 Diesel AS500:300 Diesel AS10: 15 EHC:50 EAC:00	48610.007600/2012-39

Leia-se:

14	Araucária	PR	PONTUAL BRASIL PETRÓLEO LTDA. 02.886.685/0001-40	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A. 01.349.764/0008-26	30/07/2019	Gasolina A: 150 B100:30 Diesel AS500:370 Diesel AS10: 100 EHC:50 EAC:50	48610.009745/2016-58
12	Araucária	PR	PONTUAL BRASIL PETRÓLEO LTDA. 02.886.685/0001-40	ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. 23.314.594/0018-59	01/01/2019	Gasolina A: 200 B100:15 Diesel AS500:300 Diesel AS10: 15 EHC:50 EAC:50	48610.007600/2012-99

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 444, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 01 de março de 2012, com base na Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.003359/2008-42, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, CNPJ 02.709.449/0010-40, autorizada a pré-operar, para fins de testes, parte do sistema de refrigeração de GLP (compressores, sistema de secagem e regeneração) do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida (TAIC), localizado na Baía de Guanabara, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO deverá realizar os testes até o dia 27/07/2018.

Art. 3º A empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO deverá apresentar 3 (três) relatórios das atividades desenvolvidas no período, conforme descrito na tabela abaixo:

Período Previsto no Cronograma	Prazo para Apresentação dos Relatórios das Atividades Desenvolvidas
Atividades desenvolvidas até o final do primeiro semestre de 2017	Até 31 de agosto de 2017
Atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2017	Até 28 de fevereiro de 2018
Atividades desenvolvidas entre 01/01/2018 até 27/07/2018	Até 30/09/2018 ou data da solicitação da Autorização de Operação definitiva, a que ocorrer primeiro

Art. 4º A empresa deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização ou do Terminal da Ilha Comprida, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso não sejam mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga, caso seja descumprido o prazo para envio dos Relatórios descritos no Art. 3° desta Autorização ou caso não seja cumprido o disposto no Art. 4º desta Autorização.

Art. 6º Esta Autorização revoga a Autorização nº 1042, de 06/11/2015, publicada em 09/11/2015, no Diário Oficial da União - DOU N° 213, Seção1, página 60.

Art. 7º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
844.086/2013-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
844.207/2012-SIMONE DA SILVA COSTA & CIA LTDA ME-OF. N°196/2012
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
844.207/2012-SIMONE DA SILVA COSTA & CIA LTDA ME- Cessionário:D & D Terraplanagem Ltda ME- CPF ou CNPJ 11.860.818/0001-09- Alvará n°7871/2013
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
844.052/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.- Área de 868,58 para 150,50-Minério de Ferro
844.071/2011-CARLOS ANDRÉ DE MENDONÇA UCHÔA- Área de 394,23 para 44,40-Calcário
844.080/2012-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA- Área de 669,89 para 49,00-Argila industrial
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
844.041/2007-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.049/2007-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.050/2007-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.064/2007-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.116/2007-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.149/2007-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.102/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.103/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.105/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.106/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.107/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.108/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.109/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.110/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.111/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.132/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.133/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.134/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.135/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.136/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.137/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.138/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.139/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.142/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.143/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.145/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.146/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.147/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.148/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.149/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.150/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.151/2010-POTASSIO DO ATLANTICO LTDA
844.163/2010-PRIME MINERAÇÃO LTDA.
844.164/2010-PRIME MINERAÇÃO LTDA.
844.166/2010-PRIME MINERAÇÃO LTDA.
844.167/2010-PRIME MINERAÇÃO LTDA.
844.168/2010-PRIME MINERAÇÃO LTDA.
844.169/2010-PRIME MINERAÇÃO LTDA.
844.074/2011-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.091/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.
844.125/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.
844.126/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.
844.127/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.
844.128/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.
844.129/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.
844.130/2011-ATLANTICA GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A.
844.117/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
844.120/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
844.121/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
844.127/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
844.227/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
844.228/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
844.229/2012-JORGE ALVES CORDEIRO
844.018/2013-ALEXANDRE MARCAL DE BARROS COSTA

RELAÇÃO Nº 27/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Mineração Tatuassu Ltda - 844070/14 - A.I. 60/16, 844075/14 - A.I. 61/16, 844092/15 - A.I. 62/16

RELAÇÃO Nº 28/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
D&d Terraplenagem LTDA. - 844107/14
Renagran Granitos e Marmores LTDA. ME. - 844073/13
Verônica Campos Lima - 844044/12

RELAÇÃO Nº 29/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Arnon Marinho Sarmento de Araújo - 844029/14 - Not.11/2016 - R$ 162,55
Romildo Carlos Cavalcante - 844142/13 - Not.9/2016 - R$ 3.634,75

RELAÇÃO Nº 30/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Arnon Marinho Sarmento de Araújo - 844029/14 - Not.12/2016 - R$ 6.426,19
Romildo Carlos Cavalcante - 844142/13 - Not.10/2016 - R$ 3.213,10

RELAÇÃO Nº 31/2016

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Margramar Mineração LTDA. - 844124/13 - Not.8/2016 - R$ 714,42
Mineração Portobello Ltda - 844080/12 - Not.7/2016 - R$ 714,42
Via Granito Distribuidora de Pedras LTDA. me - 844076/12 - Not.6/2016 - R$ 714,42

RELAÇÃO Nº 32/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Alagoas Agua Ltda Cpf/cnpj :01.023.556/0001-66 - Processo minerário: 844135/96 - Processo de cobrança: 944099/16 Valor: R$.510.220,93

RELAÇÃO Nº 33/2016

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
844.127/2007-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.064/2010-AUDIZETE CARNEIRO MONTEIRO CORRÊA DE OLIVEIRA
844.047/2011-RENAGRAN GRANITOS E MARMORES LTDA. ME.
844.049/2011-FREDERICO GONDIM CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
844.050/2011-FREDERICO GONDIM CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
844.003/2012-JOSE CORREIA PINHO
844.029/2012-PAULO BRITO MINERAÇÃO LTDA EPP
844.126/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
844.150/2012-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
844.205/2012-MINERAÇÃO TATUASSU LTDA
844.054/2013-EDVAN SOUZA SILVA
844.055/2013-EDVAN SOUZA SILVA
844.057/2013-MARIA CICERA JORGE MELO
844.058/2013-MARIA CICERA JORGE MELO
844.059/2013-MARIA CICERA JORGE MELO
844.037/2014-JOSE CARLOS BARBOSA JUNIOR

ANDRE LUIZ RODRIGUES RAMALHO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
871.928/2011-SANTA VITÓRIA ENERGIA E MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°14395/2011 - Cessionario:871.235/2016-MINERAÇÃO NOVENTA MIL EIRELI- CPF ou CNPJ 24.840.047/0001-21
871.603/2014-HELMO BAGDÁ GAMA- Alvará n°16205/2015 - Cessionario:870.877/2016-ALFA E ÔMEGA MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 19.282.931/0001-58
870.064/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Alvará n°1504/2015 - Cessionario:871149/2015-STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 15.186.499/0001-40
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
872.269/2013-ESTRELA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
872.416/2013-ESTRELA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
872.417/2013-ESTRELA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
872.417/2013-ESTRELA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- Cessionário:873.057/2015-MINERAÇÃO INTEGRADA LTDA ME
871.688/2014-CERÂMICA CONFIANÇA LTDA- Cessionário:871.181/2016 e 871.182/2016-PÉTALA PREMOLDADOS DE CONCRETO LTDA EPP
870.657/2015-ADEMIR MILANEZI- Cessionário:870.118/2016-MILANEZI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
871.475/2010-PEDREIRA BRICOM LTDA- Cessionário:KL PEDREIRA LTDA- CPF ou CNPJ 15.127.125/0001-54- Alvará n°4003/2014
870.751/2011-WENDER BRAMBILA PETERLI- Cessionário:DANILO F. MARTINS EPP- CPF ou CNPJ 05.022.002/0001-03- Alvará n°6873/2011
874.381/2011-IVANILDO ALMEIDA FREITAS- Cessionário:CERÂMICA ESCADINHA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 14.822.333/0001-00- Alvará n°3509/2012
872.135/2012-PAULO LUIS LEMGRUBER PORTO- Cessionário:PORTO NAVEGAÇÃO E MINERAÇÃO- CPF ou CNPJ 06.374.972.0001-22- Alvará n°787/2013
872.118/2013-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Cessionário:JONILTON GOMES PEREIRA ME- CPF ou CNPJ 03.481.185/0001-91- Alvará n°12806/2013
871.336/2014-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:MINERAÇÃO MONTEIRO COUTINHO LTDA- CPF ou CNPJ 19.299.702/0001-46- Alvará n°12043/2014
871.696/2014-FABIO PEREIRA DA FRANCA- Cessionário:FABIO PEREIRA DA FRANCA ME- CPF ou CNPJ 18.255.699/0001-04- Alvará n°11994/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

870.017/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS ANTARCTICA- CPF ou CNPJ 03.388.506/0001-08- Alvará n°1478/2015

870.457/2015-FABRICIO MADEIRADA SANTOS PERREIRA- Cessionário:PEDREIRA BAHIA LTDA- CPF ou CNPJ 22.726.032/0001-01- Alvará n°4989/2015

871.430/2015-RODRIGO COLLECTA CAMARGO- Cessionário:STELLARIUM PEDRAS E REEVESTIMENTOS LTDA- CPF ou CNPJ 11.683.402/0001-54- Alvará n°11745/2011

871.581/2015-JURACI CARVALHO SILVA- Cessionário:AGRÍCOLA RIO PARDO LTDA- CPF ou CNPJ 22.722.698/0001-91- Alvará n°1376/2016

872.464/2015-MINERAÇÃO CONCORDE ALPHA 1 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME- Cessionário:MINERAÇÃO SPAZIO ALPHA CONCORDE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 21.272.590/0001-81- Alvará n°3551/2016

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

872.445/2006-PORTO DE AREIA PAULISTA LTDA ME- Alvará n° 3062/2007 - Cessionário: M. S. A. SERVIÇOS DE COLETA LTDA ME- CNPJ 09.117.648/0001-17

RELAÇÃO Nº 173/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

873.158/2008-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA-JEREMOABO/BA, PEDRO ALEXANDRE/BA - Guia n° 072/2016-16.000t-Granito (revest)- Validade:30/09/2017

872.681/2012-CONSTRUTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.-ADUSTINA/BA - Guia n° 064/2016-50.000t-Calcário- Validade:12/08/2017

870.319/2014-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-CAMAÇARI/BA, DIAS D'ÁVILA/BA - Guia n° 065/2016-50.000t-Areia-Validade:15/08/2017

870.645/2014-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA-POTIRAGUÁ/BA - Guia n° 071/2016-10.000t-Mármore (revest)- Validade:30/09/2017

871.795/2014-GRAN MINAS EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA. EPP-MACAÚBAS/BA - Guia n° 068/2016-16.000t-Quartzito- Validade:09/04/2017

872.180/2014-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-MORRO DO CHAPÉU/BA - Guia n° 067/2016-16.000t-Quartzito- Validade:17/08/2017

870.698/2015-MINERAÇÃO MAROTO LTDA ME-BOQUIRA/BA - Guia n° 066/2016-16.000t-Quartzito- Validade:18/08/2017

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

870.328/2010-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.- Área de 999,05ha para 509,99ha-Quartzo

873.038/2011-BRANDÃO MINERAÇÃO LTDA- Área de 49,53ha para 18,34ha-Areia

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

870.939/2011-MARIA DE LOURDES PENA BATISTA-Água Mineral

874.202/2011-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA-Mármore

874.203/2011-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA-Mármore

872.246/2012-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA-Mármore

870.645/2014-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA-Mármore

Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)

870.706/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°16.871/2010

870.707/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°16.872/2010

870.708/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°16.560/2010

870.709/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°16.561/2010

871.437/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°16.524/2010

871.439/2010-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°16.526/2010

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

872.455/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-ALVARÁ N°2.224/2013

872.461/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-ALVARÁ N°2.227/2013

872.464/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-ALVARÁ N°2.230/2013

872.468/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-ALVARÁ N°3.290/2013

872.469/2012-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.-ALVARÁ N°3.291/2013

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

872.363/2003-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA-ANAGÉ/BA - Guia n° 069/2016-16.000t-Quartzito (revest)- Validade:30/09/2017

871.933/2010-EMPRESA DE MINERAÇÃO MINASNOVAS LTDA.-JEREMOABO/BA - Guia n° 070/2016-18.000t-Silício-Validade:25/08/2017

ADIEL DE MACEDO VERAS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 94/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

896.044/2016-FICOL INDUSTRIA E CERAMICA LTDA ME

896.098/2016-JOYCE REZENDE BOBBIO

896.099/2016-JANDERSON REZENDE BOBBIO

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

896.609/2013-EBZ MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1.758/2016-DNPM/ES

896.104/2015-ANTONIO FRANCISCO COLI PERINI-OF. N°1.729/2016-DNPM/ES

896.398/2015-ALCIONE DE SOUZA PEREIRA-OF. N°1.711/2016-DNPM/ES

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

896.154/2015-MINERACAO ECOLOGICA LTDA. ME

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

896.162/1998-GRANLATINA GRANITOS E MÁRMORES DE BRASIL LTDA ME-OF. N°1.759/2016-DNPM/ES.

896.433/2003-JACOB MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA EPP-OF. N°1.748/2016-DNPM/ES.

896.323/2007-HÉLIO CARLOS MACHADO - ME.-OF. N°1.753/2016-DNPM/ES.

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

896.405/2005-ALBRÁS SERVIÇOS EM ROCHAS LTDA-AFONSO CLÁUDIO/ES - Guia n° 0041/2016-11.352toneladas/ano-GRANITO- Validade:26/08/2020

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

896.162/1998-GRANLATINA GRANITOS E MÁRMORES DE BRASIL LTDA ME- Área de 845,90 ha para 696,61 ha-GRANITO

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

896.178/2014-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°7349/2014

896.325/2014-NOVA VENECIA GRANITOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -Alvará N°7.776/2014

896.219/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI -Alvará N°16.495/2015

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

896.653/2013-GRANITOS CASTELO LTDA ME

896.041/2014-THORGRAN GRANITOS LTDA

896.063/2014-ROCHA BRANCA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO EIRELI

896.089/2014-JEAN CARLOS MARCHETTI

896.101/2014-ROBILSON SARNAGLIA

896.115/2014-REGINALDO CASTRO MARBA

896.117/2014-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

896.118/2014-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

896.168/2014-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

896.187/2014-MARIA LUZIA COLOMBI DA SILVA

896.223/2014-MINERAÇÃO GRAMIC LTDA ME

896.280/2014-TIBIRIÇÁ MINERAÇÃO EIRELI ME

896.333/2014-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP

896.336/2014-MINERAÇÃO CEDROS LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

896.133/1995-HÉLIO CARLOS MACHADO - ME.-OF. N°1.757/2016-DNPM/ES.

896.157/2002-RIGO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°1.755/2016-DNPM/ES

896.618/2002-STONEVIX COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO S.A-OF. N°1.699/2016-DNPM/ES.

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

896.075/2004-NORTE ROCHAS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-NOVA VENÉCIA/ES - Guia n° 0040/2016-16.000toneladas/ano-GRANITO- Validade:25/08/2020

Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)

896.157/2002-RIGO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- Guia de Utilização N°0077/2010

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

890.234/1991-MESSI MARMORES E GRANITOS LTDA.-AI N° 0354/2016-DNPM/ES.

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

890.561/1985-EUGENIO HACHBARDT ME- AI Nº 0321/2015-DNPM/ES.

890.002/1989-AGUA DOCE MINERACAO LTDA ME-AI Nº 0203/2016-DNPM/ES.

890.234/1991-MESSI MARMORES E GRANITOS LTDA.-AI Nº 0673,0674,0675,0676 e 0678/2014-DNPM/ES.

896.203/1999-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA- AI Nº 0692,0693 e 0694/2013-DNPM/ES.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

890.561/1985-EUGENIO HACHBARDT ME-OF. N°1.706/2016-DNPM/ES

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

890.503/1985-MINEROCHAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2914/2015-DNPM/ES.

890.234/1991-MESSI MARMORES E GRANITOS LTDA.-OF. N°2994/2014 DNPM/ES e NOTIFICAÇÃO Nº 02/2014 DNPM/ES

Nega provimento a defesa apresentada(476)

890.002/1989-AGUA DOCE MINERACAO LTDA ME

890.234/1991-MESSI MARMORES E GRANITOS LTDA.

896.203/1999-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1104)

890.561/1985-EUGENIO HACHBARDT ME-OF. N°1.735/2015-DNPM/ES.

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

896.908/2008-RENY GOMES DA SILVA-OF. N°1.733/2016-DNPM/ES.

896.077/2013-FLAVIANO A. DE ALMEIDA EXTRAÇÃO E SERVIÇOS ME-OF. N°1.724/2016-DNPM/ES.

896.066/2014-CERAMICA BONSUCESSO LTDA EPP-OF. N°1.641/2016-DNPM/ES

896.085/2014-C H REGATTIERI INDÚSTRIA E COMÉRCIO ME-OF. N°1.646/2016-DNPM/ES

896.092/2014-EXTRAÇÃO DE ARGILA SÃO LUCAS LTDA-OF. N°1.698/2016-DNPM/ES

896.121/2014-EBZ MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1.700/2016-DNPM/ES

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)

896.964/2007-GC TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°1.303/2016-DNPM/ES.

Nega provimento ao recurso interposto(757)

896.964/2007-GC TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

896.077/2013-FLAVIANO A. DE ALMEIDA EXTRAÇÃO E SERVIÇOS ME-OF. N°1.723/2016-DNPM/ES.

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

896.304/2000-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)

896.175/2015-GABRIEL ROSA MACHADO ME-OF. N°1.727/2016-DNPM/ES

896.378/2015-SS INCORPORAÇÕES LTDA-OF. N°1.722/2016-DNPM/ES

896.108/2016-WAIANDT E EFFGEN LTDA ME-OF. N°1.715/2016-DNPM/ES

Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)

896.534/2010-ALMIR ROCHA MACHADO

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 261/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

862.478/2011-MSF MINERAÇÃO S.A.-OF. N°608/2016

860.535/2015-LGV MINERAÇÃO LTDA-OF. N°605/2016

861.221/2015-FRANCISCO DE SOUSA FILHO-OF. N°610/2016

861.323/2015-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°606/2016

861.365/2015-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°607/2016

860.584/2016-MARCOS CORREIA DA SILVA-OF. N°796/2016

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

861.092/2015-TRIANGULO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LIMITADA-OF. N°795/2016

861.093/2015-TRIANGULO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LIMITADA-OF. N°795/2016

860.432/2016-ORLANDO ALVES LESSA-OF. N°612/2016

860.442/2016-MIGUEL SILVERIO DE BARCELOS-OF. N°613/2016

860.444/2016-AUGUSTO ZACHARIAS GONTIJO-OF. N°614/2016

860.449/2016-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO-OF. N°615/2016

860.488/2016-JOÃO MARIA BERQUO FILHO-OF. N°616/2016

860.491/2016-RICARDO RODRIGUES RORIZ-OF. N°617/2016

860.496/2016-EDWARD MAGALHÃES CHAVES-OF. N°618/2016

860.512/2016-MARINALDO MACHADO BORGES-OF. N°619/2016

860.521/2016-RENILDO MELQUIDES FARIA-OF. N°620/2016

860.544/2016-NATALIA ANDRADE RIBEIRO SAJAP ME-OF. N°621/2016

860.545/2016-NATALIA ANDRADE RIBEIRO SAJAP ME-OF. N°621/2016

860.561/2016-MABRAZ DEMOLIÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°623/2016

860.577/2016-INÁCIO MARQUES JUNIOR-OF. N°622/2016

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

860.585/2016-JOÃO LUIZ RODRIGUES SOUZA-OF. N°624/2016
860.588/2016-PENILDO FLAVIO DE CARVALHO-OF. N°791/2016
860.598/2016-EDUARDO DE AQUINO NETO-OF. N°792/2016
860.601/2016-EMÍLIO NAVES BORGES-OF. N°793/2016
860.616/2016-CLAUDIO LOBIANCO DE FIGUEIRA-OF. N°794/2016

RELAÇÃO Nº 262/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
861.033/2010-KYMERA MINE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- Alvará n°13.604/2010 - Cessionario:860.078/2016-Daniela Lobo Machado Sanches- CPF ou CNPJ 008.064.431-70
861.932/2011-JOSE ROSA DO NASCIMENTO- Alvará n°10.143/2013 - Cessionario:861.380/2015 e 860.709/2016-Lucenir Floriana Nunes- CPF ou CNPJ 476.084.631-04
862.261/2011-JOSE ROSA DO NASCIMENTO- Alvará n°12.458/2015 - Cessionario:860.236/2016-Manoel Domingos Ferreira de Santana- CPF ou CNPJ 419.107.611-68
860.313/2012-BELCHIOR DE SOUZA- Alvará n°3.485/2015 - Cessionario:860.307/2016-Arerrios Mineração e Transporte Ltda ME- CPF ou CNPJ 09.688.553/0001-53
860.322/2012-TADEU DE PINA JAYME- Alvará n°8.539/2013 - Cessionario:860.017/2016-T. de P. Jayme Quartz Mineração e Areias ME- CPF ou CNPJ 13.512.415/0001-96
861.616/2012-MINERADORA CAPITAL LTDA- Alvará n°167/2015 - Cessionario:861.128/2015-Mineradora & Transportadora Brasil Central Ltda ME- CPF ou CNPJ 07.436.682/0001-29
860.796/2013-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA- Alvará n°8.557/2013 - Cessionario:861.382/2015, 861.383/2015 e 861.384/2015-Isaura Bergamo- CPF ou CNPJ 012.954.591-08
860.576/2014-ENY FERNANDO VIEIRA DE ABREU- Alvará n°3.482/2015 - Cessionario:860.277/2016-Arenan Extração e Comércio de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 01.126.983/0001-70
861.018/2015-GERALDO MAGELA DE ALBUQUERQUE- Alvará n°15.102/2015 - Cessionario:860.600/2016-Carlos Divino Vieira Rodrigues- CPF ou CNPJ 212.481.171-15
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.052/2014-DAVID BERNARDI RODRIGUES- Cessionário:Calforte Beneficiamento de Calcário Ltda- CPF ou CNPJ 25.982.566/0001-97- Alvará n°4.382/2014
861.262/2014-RASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- Cessionário:Mineração Antonelli Eirelli Epp- CPF ou CNPJ 13.342.485/0001-43- Alvará n°4.911/2015
861.585/2014-JOSE ALVES BARBOSA JUNIOR- Cessionário:Jofege Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 86.924.701/0001-32- Alvará n°6.338/2011

RELAÇÃO Nº 264/2016

CONCESSÃO DE LAVRA
Fica a abaixo relacionada ciente de que julgou-se improcedente a defesa administrativa interposta; restando-lhe pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (5.49)
Processo de Cobrança nº 962.104/2011 Notificado: Indaiatur - Indaiá Turismo Ltda.
CNPJ/CPF: 00.401.927/0001-33 NFLDP n.º 1861/2011 - DNPM/GO
Valor: R$ 50.176,28 Decisão n.º 069/2016
CONCESSÃO DE LAVRA
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) que o(s) recurso(s) administrativo(s) interposto(s) foram julgados improcedentes; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (5.49)
Processo de Cobrança nº 961.395/2009 Notificado: Lafarge Brasil S.A.
CNPJ/CPF: 24.030.025/0001-04 NFLDP n.º 072/2009 - 6.º DS/DNPM - GO
Valor: R$ 433.315,46 Despacho do Diretor-Geral do DNPM

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 63/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
806.064/2016-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA-OF. N°1.046/2016-DOU de 08/08/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - RAL(1696)
806.036/2008-M.C.PAVELICH EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS- AI N°70 e 71/2014

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 485/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s) ;restando- lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/MG relativo ao(s)débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9.993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
932.418/2009 - FERMAVI Mineração Ltda - CNPJ:56.286.834/0001-60 NFLDP nº4807/2009 - Valor:$17.012,28
933.676/2010 - Indústria de Cal SN Ltda - CNPJ:22.069.603/0001-82- NFLDP nº4511/2010 - Valor:$63.215,66
933.708/2010 - Irmãos Raffaelli Ltda - CNPJ:25.470.444/0001-11 NFLDP nº4597/2010 - Valor:$6.238,44
933.778/2010 - Arvel Dragagem Comércio e Transporte Ltda - CNPJ: 01.301.909/0001-42 - NFLDP nº4797/2010 - Valor:$10.492,76
933.849/2010 - Britagem São Salvador Ltda - CNPJ:21.451.794/0001-80 - NFLDP nº4786/2010 - Valor:$84.344,12
933.861/2010 - Cemtal - Mineração e Transporte Ltda - CNPJ: 22.282.628/0001-60 - NFLDP nº4741/2010 - Valor:$157.439,23
933.863/2010 - Mineração Feldspato Ourofinense Ltda - CNPJ:17.918.186/0001-65 - NFLDP nº4763/2010 - Valor:$10.898,02
933.864/2010 - Mineração Feldspato Ourofinense Ltda - CNPJ:17.918.186/0001-65 - NFLDP nº4764/2010 - Valor:$10.352,83
933.870/2010 - Mineração Feldspato Ourofinense Ltda - CNPJ:17.918.186/0001-65 - NFLDP nº4750/2010 - Valor:$1.147,24
933.897/2010 - Holcim Brasil S.A - CNPJ:60.869.336/0001-17- NFLDP nº146/2011 - Valor:$556.583,84
931.267/2011 - Magnesita Mineração S.A - CNPJ:00.592.603/0001-20 NFLDP nº882/2011 - Valor:$1.360,98

Fica(m) o(s) abaixo relacionado (s) ciente(s) de que julgou parcialmente procedente a defesa administrativa interposta; restando-lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9.993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
932.796/2009 - ARPASA - Araguari Pavimentações Ltda - CNPJ:16.820.607/0001-58 - NFLDP nº6629 - DNPM/MG - Valor:$22.515,53

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) que o recurso administrativo interposto foi julgado improcedente; restando- lhe pagar ou parcelar os débitos apurados referente á Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais CFEM(art.3º,IX da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 nº8.001/90, art.61 da Lei nº9.430/96, Lei nº9.993/00, nº10.195/01 e nº10.522/02),no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
933.312/2008 - Mineração Usiminas S/A - CNPJ:12.056.613/0001-20 NFLDP nº016/2008 - Valor:$2.319.477,28

RELAÇÃO Nº 486/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
835.028/2011-JOSÉ CARLOS FERREIRA GOMES- Alvará n°9003/2014 - Cessionario:830.731/2016-JOSÉ CARLOS FERREIRA GOMES- CPF ou CNPJ 20.322.361/0001-61
831.950/2013-POLIMAK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME- Alvará n°4757/2014 - Cessionario:832.765/2015 e 831.115/2016-CIA DE MINÉRIOS GOIÁS S.A.- CPF ou CNPJ 33.303.645/0001-52
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
835.051/2007-MINERAÇÃO AGUA LIMPA LTDA ME
830.815/2008-SERGIO LUIS DA SILVA
834.989/2011-DUCAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.837/2014-INTERFÁCIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°79/2016-CESD e Renovae Máquinas Equipamentos e Empreendimentos Ltda EPP
830.197/2015-FREDERICO PEREIRA CÉSAR-OF. N°82/2016-CESD e José Abílio Damasceno
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.777/1999-JORGE MIGUEL RESEGUE- Cessionário:MONTE SANTO STONE SA- CPF ou CNPJ 62.644.505/0001-46- Alvará n°14009/2000
830.661/2009-VALMIR CLAUDIO CRUZ- Cessionário:MINERAÇÃO CORREGO NOVO LTDA- CPF ou CNPJ 14.748.596/0001-17- Alvará n°7779/2010
830.679/2010-PEDRO FRANCISCO FREISLEBEN- Cessionário:TOP INVEST MINERAÇÃO EIRELI EPP- CPF ou CNPJ 13.770.614/0001-02- Alvará n°8929/2010
833.690/2010-MINAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO ROCHA FORTE LTDA ME- CPF ou CNPJ 24.072.419/0001-17- Alvará n°4366/2011
834.273/2011-JOAQUIM RAIMUNDO MAIA- Cessionário:RGV MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 19.358.697/0001-03- Alvará n°1857/2013
834.871/2011-ALEXANDRE SOARES DA COSTA- Cessionário:MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 32.441.214/0001-90- Alvará n°1120/2014
834.872/2011-ALEXANDRE SOARES DA COSTA- Cessionário:MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 32.441.214/0001-90- Alvará n°34/2014
830.080/2012-IVANIR ANTÔNIO ROCHA- Cessionário:IES MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 24.233.378/0001-01- Alvará n°2832/2014
831.865/2012-FERNANDO FERNANDES- Cessionário:CARLOS ROBERTO DA CRUZ- CPF ou CNPJ 862.880.916-34- Alvará n°1632/2013
831.925/2012-GEOVANI ALVES PIMENTA- Cessionário:AGRIMIG-CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA- CPF ou CNPJ 21.580.469/0001-17- Alvará n°5983/2013
834.009/2012-FELIPE DE SOUZA MOTA- Cessionário:BONTEMPI MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 12.286.301/0001-02- Alvará n°1259/2015
832.183/2014-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:CENTAURUS PESQUISA MINERAL LTDA- CPF ou CNPJ 15.233.712/0001-28- Alvará n°11950/2014
830.877/2015-DIEGO DE SOUZA LEAL- Cessionário:TRIQUETA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 23.859.925/0001-98- Alvará n°1269/2016
830.907/2015-PAULO ROBERTO MARTINS FILHO- Cessionário:MINERAÇÃO MARTINS EIRELI- CPF ou CNPJ 23.918.344/0001-80- Alvará n°3203/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.166/1986-KLACE S A PISOS E AZULEJOS-OF. N°80/2016-CESD e Klace S A. Pisos e Azulejos
831.196/1997-AREIA MARTINS DA CONCEIÇÃO LTDA ME-OF. N°83/2016-CESD e Mineração Paraopeba Ltda.ME
830.161/2003-JAZIDA LINDA FLOR LTDA ME-OF. N°84/2016-CESD e S & A Mineração Ltda.ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
832.047/1983-MINERAÇÃO ZÉ DE DUCA LTDA- Alvará n°1735/1990 - Cessionario:832.962/2014-COMERCIO E INDÚSTRIA VERBAZZA LTDA- CNPJ 01.439.309/0001-45
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
832.201/2003-ASMIL MINERAIS LTDA- n° 9511/2003 - Cessionário: MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE- CNPJ 11.072.874/0001-70
830.789/2005-ANANIAS TEODORO DE SÃO JOSÉ ME - EI- n° 6316/2005 - Cessionário: TST AREIAS,REFLORESTAMENTO E MÁQUINAS LTDA ME- CNPJ 03.519.624/0001-08
833.082/2005-PAULO AFONSO TON- n° 5287/2006 - Cessionário: PAULO AFONSO TON- CNPJ 11.229.798/0001-64
830.230/2009-PAULO ROBERTO WACHSMUTH- n° 13/2010 - Cessionário: PARACAL PARACATU CALCARIO LTDA- CNPJ 11.170.969/0001-27
831.449/2009-GRANITOS MINAS BRASIL LTDA- n° 12682/2009 - Cessionário: GRANITOS LITORAL LTDA- CNPJ 00.245.127/0001-70
831.451/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- n° 11222/2010 - Cessionário: FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA- CNPJ 12.283.476/0001-66
831.453/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- n° 11224/2010 - Cessionário: FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA- CNPJ 12.283.476/0001-66
831.454/2010-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- n° 14010/2010 - Cessionário: FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA- CNPJ 12.283.476/0001-66
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.190/1990-EXTRATIVA BRUMADINHO LTDA EPP-OF. N°81/2016-CESD e Empresa de Mineração Guaribas Ltda
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
831.629/2003-BARREIRO ALVORADA LTDA- Cessionário:EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA PADRE LIBERIO LTDA- CNPJ 04.613.666/0001-76- Registro de Licença n°2120/2003- Vencimento da Licença: 03/10/2019
833.429/2010-OLARIA ARMANDO NAVAS LTDA- Cessionário:JOSÉ EUZÉBIO DIAS JUNIOR - ME- CNPJ 00.851.811/0001-04- Registro de Licença n°3735/2012- Vencimento da Licença: Indeterminado

RELAÇÃO Nº 491/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.107/2003-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA- CARMO DO PARANAÍBA/MG, TIROS/MG - Guia n° 90/2016-204 quilates/ano-Diamante (beneficiado)- Validade:22/07/2017

RELAÇÃO Nº 493/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.169/1997-REYNALDO GUAZZELLI FILHO- Área de 340,00 ha para 72,74 ha-Bauxita

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

832.729/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- Área de 1.832,69 ha para 744,22 ha-Minério de Alumínio
831.103/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- Área de 925,0 ha para 809,22 ha-Argila
831.104/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- Área de 1.455,30 ha para 514,43 ha-Argila
831.105/2005-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- Área de 907,25 ha para 111,17 ha-Argila
832.000/2005-MINERAÇÃO EXPRESSO LTDA- Área de 340,01 hectares para 243,24 hectares-Granito (uso revestimento)
830.479/2009-MINERAÇÃO MELO LTDA ME- Área de 1.320,68 ha para 48,62 ha-Areia
831.214/2009-STONE MINERAÇÃO LTDA- Área de 934,21 ha para 617,46 ha-Granito
831.519/2009-AMILTON TEIXEIRA NAVES- Área de 91,06 ha para 50,00 ha-Areia
831.089/2010-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.- Área de 1.999,64 ha para 442,11 ha-Minério de Manganês
830.236/2011-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA- Área de 945,06 ha para 434,08 ha-Quartzito
832.728/2011-CALA CALCÁRIO LAGAMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Área de 999,8 ha para 459,07 ha-Quartzito
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.479/2007-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-Bauxita
832.125/2009-MINERAÇÃO DISPER LTDA. - ME-Areia
832.421/2009-MINERADORA CARMOCAL LTDA-Argilito
830.365/2010-EDSON CARLOS DE MIRA GUIMARÃES-Areia
830.586/2011-ECMG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-Areia e Argila
833.143/2011-MINERAÇÃO OS SILVESTRES LTDA-Areia,Cascalho e Cascalho Diamantífero
831.216/2015-MINERAÇÃO VOLTA DA PRATA LTDA-Areia
831.217/2015-MINERAÇÃO VOLTA DA PRATA LTDA-Areia
831.218/2015-MINERAÇÃO VOLTA DA PRATA LTDA-Areia
831.219/2015-MINERAÇÃO VOLTA DA PRATA LTDA-Areia

RELAÇÃO Nº 494/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.610/2011-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-OF. N°244/2016-ERPM
830.563/2012-FERDINANDO MARTINS CAETANO FI-OF. N°243/2016-ERPM
831.297/2014-AXSSEL PEREIRA CAIXETA ME-OF. N°238/2016-ERPM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.664/2009-ELENITA SILVA BERGAMO ME-OF. N°252/2016 e 253/2016-ERPM
833.676/2010-AREIA TERRA BRANCA LTDA ME-OF. N°246/2016 e 247/2016-ERPM
830.205/2011-MINERAÇÃO NEVES E TRANSPORTES LTDA. ME-OF. N°265/2016-ERPM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.205/2011-MINERAÇÃO NEVES E TRANSPORTES LTDA. ME-OF. N°263/2016-ERPM

RELAÇÃO Nº 495/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.288/2007-F.P. GRAN MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°133/2016-ESCGV
832.452/2009-GRAN VALE LTDA ME-OF. N°134/2016-ESCGV
833.895/2011-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME-OF. N°124/2016-ESCGV
834.337/2011-MINERAIS BRASIL LTDA-OF. N°193/2016-ERPC
831.430/2012-MINAS STONE MINERACAO E EXPORTACAO LTDA-OF. N°125/2016-ESCGV
831.431/2012-MINAS STONE MINERACAO E EXPORTACAO LTDA-OF. N°128/2016-ESCGV
831.432/2012-ANDRE COCO COSTALONGA-OF. N°129/2016-ESCGV
833.035/2012-MINERAÇÃO JAJA LTDA ME-OF. N°194/2016-ERPC
830.509/2013-MAGNO AUGUSTO DA SILVEIRA-OF. N°189/2016-ERPC
831.468/2013-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME-OF. N°123/2016-ESCGV

RELAÇÃO Nº 496/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
833.463/2011-DAYANE TEIXEIRA SANTOS RODRIGUES

RELAÇÃO Nº 497/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
838.098/1994-ANTONIO CARLOS COUTINHO DE AZEVEDO
831.223/2002-PATRÍCIA DUARTE LARA
833.407/2007-MINERAÇÃO SANTA CAROLINA LTDA
834.905/2010-MARCELO LOPES MENDES

RELAÇÃO Nº 498/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
831.648/2007-MINERACAO DORNAS LTDA-ALVARÁ N°9099/2008
832.563/2012-MAVE MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N°11206/2013
832.564/2012-MAVE MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N°11207/2013
832.565/2012-MAVE MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N°11208/2013
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
834.594/2008-ÁGUA MINERAL SERENA LTDA.-ALVARÁ N°14452/2009

RELAÇÃO Nº 499/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
833.580/2007-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°130/2016-ESCGV

RELAÇÃO Nº 500/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1777)
832.452/2009-GRAN VALE LTDA ME- Guia de Utilização N°003/2012

RELAÇÃO Nº 501/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.421/2004-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.-OF. N°250/2016-ERPM
832.626/2006-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°113/2016-ESCGV
834.834/2008-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°261/2016-ERPM
833.675/2010-AREIA TERRA BRANCA LTDA ME-OF. N°257/2016-ERPM
832.317/2012-DIAMANTE BRASIL LTDA.-OF. N°270/2016-ERPM
831.556/2013-MINERAÇÃO RIO DA PRATA LTDA.-OF. N°269/2016-ERPM
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
834.175/2006-VINÍCIUS DE PAULA ALVIM - AI N°693/2016-FISC-MG
830.673/2007-CERAMICA LEAL LTDA - AI N°694/2016-FISC
832.903/2007-VALESCA EMÍLIA DE AZEVEDO FERRAZ ME - AI N°748/2016-FISC-MG
833.031/2007-DANIEL BAHIA KATZ - AI N°758/2016-FISC-MG
833.393/2007-BRAZMINCO LTDA - AI N°778/2016-FISC-MG
833.412/2007-ROBERTO CARMINE SICA - AI N°724/2016-FISC-MG
833.628/2007-ANDREIA DE CASSIA DINIZ ALVES - AI N°725/2016-FISC-MG
833.866/2007-DOMINGOS DA SILVA GRIGÓRIO - AI N°760/2016-FISC-MG
834.360/2007-MANOEL DE MATOS JUNIOR - AI N°761/2016-FISC-MG
834.545/2007-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - AI N°765/2016-FISC-MG
834.670/2007-MINERAÇÃO SANTA PAULA LTDA - AI N°771/2016-FISC-MG
834.671/2007-MINERAÇÃO SANTA PAULA LTDA - AI N°772/2016-FISC-MG
834.672/2007-MINERAÇÃO SANTA PAULA LTDA - AI N°773/2016-FISC-MG
831.729/2008-MANUELA DE MELO SOARES - AI N°403/2016-FISC
833.661/2008-FIDENS ENGENHARIA S A - AI N°751/2016-FISC-MG
833.812/2008-SOBRAPEDRAS COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA - AI N°731/2016-FISC-MG
833.870/2008-MINERAÇÃO DE AREIA SANTO EXPEDITO - AI N°744/2016-FISC-MG
833.871/2008-MINERAÇÃO DE AREIA SANTO EXPEDITO - AI N°745/2016-FISC-MG
834.201/2008-COMERCIAL RECRIVI LTDA - AI N°733/2016-FISC-MG
834.292/2008-REI DA AREIA VALADARES LTDA - AI N°752/2016-FISC-MG
834.406/2008-THESAURUS LTDA. - AI N°734/2016-FISC-MG
834.528/2008-JOSÉ HAMILTON DE FARIA - AI N°735/2016-FISC-MG
834.537/2008-NAILSON ROCHA SANTOS - AI N°739/2016-FISC-MG
834.696/2008-AGROPECUÁRIA BB LTDA - AI N°742/2016-FISC-MG
834.707/2008-RONALDO RISOLI - AI N°369/2016-FISC-MG
831.657/2009-GERALDA EUNICE MOREIRA FI - AI N°697/2016-FISC
834.208/2010-TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP. - AI N°266/2016-FISC-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.781/2009-BRITASUL INDÚSTRIA E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°195/2016-ERPC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.044/1997-INDUSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS IBAR LTDA.-OF. N°259/2016-ERPM
831.430/1998-MINERACAO DORNAS LTDA-OF. N°237/2016-ERPM
831.388/2006-MSC MINERAÇÃO SANTA CLARA LTDA-OF. N°258/2016-ERPM
833.809/2008-MINERAÇÃO RIO DA PRATA LTDA.-OF. N°248/2016-ERPM
833.954/2008-CERÂMICA SOLAR LTDA-OF. N°251/2016-ERPM
831.641/2009-PORTO MIRANDA LTDA-OF. N°268/2016-ERPM
833.334/2011-PEDRO BORGES DE OLIVEIRA ME-OF. N°267/2016-ERPM
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
830.671/1998-CPN MINERAÇÃO LTDA- Fonte Paineira - Marca BONAFONT Água Leve - Embalagem 300 mL,330 mL,500 mL,1,5 L e 2,25L sem gás - Marca BONAFONT Água Leve Sports - Embalagem 650 mL, sem gás - Fonte Água Leve I - Fonte Água Leve II - Fonte Água Leve III - Marca BONAFONT Água Leve - Embalagem 500 mL,1,5L e 2,25L, sem gás- JACUTINGA/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
002.733/1935-DIAMANTE ROSA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°126/2016-ESCGV
806.744/1976-ARPASA ARAGUARI PAVIMENTAÇÕES LTDA.-OF. N°234/2016-ERPM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
002.733/1935-DIAMANTE ROSA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°127/2016-ESCGV
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.281/2004-HAMILTON XAVIER BORGES & CIA LTDA-OF. N°232/2016-ERPM
830.613/2009-APARECIDA DA COSTA FREITAS FI-OF. N°1565/2016-DGTM
832.295/2011-VECOL TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°1534/2016-DGTM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.699/2001-F&G EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença N°:1693/2001 - Vencimento em 15/04/2021
830.192/2009-CERÂMICA SOLAR LTDA- Registro de Licença N°:3401/2009 - Vencimento em 26/11/2017
830.613/2009-APARECIDA DA COSTA FREITAS FI- Registro de Licença N°:3431/2009 - Vencimento em Indeterminado
830.329/2010-JOTESANVIA LTDA- Registro de Licença N°:3663/2011 - Vencimento em 21/10/2018
832.295/2011-VECOL TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:4023/2013 - Vencimento em 31/05/2017
831.718/2014-USINA DELTA S.A.- Registro de Licença N°:4501/2015 - Vencimento em 02/05/2021
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
830.915/2002-CFL CONSTRUTORA FERREIRA LIMA LTDA-OF. N°230/2016-ERPM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
831.281/2004-HAMILTON XAVIER BORGES & CIA LTDA-OF. N°231/2016-ERPM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.398/2009-EXTRAÇÃO BASALTO LTDA-OF. N°1489/2016-DGTM
832.646/2015-VICENTE PAULO DE SOUZA-OF. N°249/2016-ERPM
830.292/2016-ELIONALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA-OF. N°1468/2016-DGTM
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
830.840/2011-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA - AI N°323/2016-FISC

RELAÇÃO Nº 502/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
832.512/2014-GRANITOS MINAS BRASIL LTDA
832.258/2015-THALES BARBOSA AMARAL COSTA
833.074/2015-DOUGLAS ROBERTO DA SILVA
833.243/2015-BASILIO ANTÔNIO DA SILVEIRA JUNIOR
830.301/2016-RICARDO PEREIRA DE FREITAS
831.462/2016-JOVIANO FONSECA HENRIQUE ME
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.977/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
832.983/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
830.295/2016-MARCIO JOSÉ TORRES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
830.378/2015-JOAQUIM CESAR BALISA CORDEIRO
831.900/2015-LUCAS JOSE MENDES GOUVEIA
833.171/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA
Indefere pedido de reconsideração(181)
832.551/2014-EMBRAMINE EMPRESA BRASILEIRA DE PRFURAÇÕES E SONDAGENS ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
832.973/2013-VALADARES E AFONSO LTDA ME
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
831.581/2007-JOSÉ DE ASSIS ALVES - AI N°315/2016-FISC-MG
832.066/2007-LEONARDO BRUNO DO CARMO SENA - AI N°274/2016-FISC-MG
832.213/2007-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA - AI N°295/2016-FISC-MG
833.300/2007-VALTER RODRIGUES BATISTA - AI N°283/2016-FISC-MG
833.515/2007-RONALDO RISOLI - AI N°367/2016-FISC-MG
833.579/2007-JOABE JOSE BARBOSA - AI N°269/2016-FISC-MG
834.879/2007-AREIAS MORRO BRANCO LTDA ME - AI N°325/2016-FISC-MG
831.193/2008-MOISES PEREIRA DE ARRUDA - AI N°408/2016-FISC-MG
831.298/2008-CERÂMICA SAGRADA FACE LTDA - AI N°424/2016-FISC-MG
831.469/2008-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA - AI N°307/2016-FISC-MG
831.623/2008-FONTEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - AI N°375/2016-FISC-MG
831.754/2008-TRANSPORTADORA JL LTDA - AI N°376/2016-FISC-MG
831.794/2008-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME - AI N°334/2016-FISC-MG
832.140/2008-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA - AI N°322/2016-FISC-MG
833.416/2008-RONALDO RISOLI - AI N°368/2016-FISC-MG
833.890/2008-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA - AI N°308/2016-FISC-MG
833.740/2010-MARCOS ANTONIO DE ANDRADE PEDREIRA ME - AI N°346/2016-FISC-MG
833.411/2011-ROBSON MELEIPE MACHADO - AI N°366/2016-FISC-MG
834.751/2011-RAYMUNDO PINTO TEIXEIRA - AI N°354/2016-FISC-MG
834.752/2011-RAYMUNDO PINTO TEIXEIRA - AI N°360/2016-FISC-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.264/2000-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-OF. N°1633/2016-DGTM
832.347/2000-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-OF. N°1632/2016-DGTM
832.066/2001-ANTÔNIO GILBERTO MARTINS E CIA LTDA ME-OF. N°1567/2016-DGTM
831.094/2003-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-OF. N°1626/2016-DGTM
832.313/2003-ULIANA GRANITOS LTDA-OF. N°1521/2016-DGTM
832.961/2003-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA.-OF. N°1629/2016-DGTM
830.774/2007-PEDRO JOSE DE BARROS FI-OF. N°1602/2016-DGTM
831.979/2008-CERAMUS BAHIA S A PRODUTOS CERÂMICOS-OF. N°1608/2016-DGTM
834.857/2008-LA PIETÁ MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1572/2016-DGTM
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
833.256/1995-BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVIÇOS LTDA-OF. N°2207/2013-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.032/1999-OURO MINAS GRANITOS LTDA.-OF. N°1551/2016-DGTM
832.066/2001-ANTÔNIO GILBERTO MARTINS E CIA LTDA ME-OF. N°1568/2016-DGTM
830.450/2002-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-OF. N°1612/2016-DGTM
833.209/2006-GERDAU AÇOMINAS S.A.-OF. N°1615/2016-DGTM
830.774/2007-PEDRO JOSE DE BARROS FI-OF. N°1603/2016-DGTM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina arquivamento definitivo do processo(565)
832.588/2015-SANDRO ANDRADE FERREIRA ME
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.392/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME-OF. N°1485/2016-DGTM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
834.262/2007-MINERAÇÃO FORTUNA DE MINAS LTDA- Registro de Licença N°:3703/2011 - Vencimento em 31/12/2016
832.376/2009-MARIO LUCIO AVELAR BRANDÃO EPP- Registro de Licença N°:3539/2010 - Vencimento em 03/05/2019
832.585/2011-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.- Registro de Licença N°:3720/2011 - Vencimento em 05/11/2020
833.341/2011-AREIAS SANTA LUZIA LTDA ME- Registro de Licença N°:4629/2016 - Vencimento em Indeterminado
833.342/2011-AREIAS SANTA LUZIA LTDA ME- Registro de Licença N°:4632/2016 - Vencimento em Indeterminado
833.405/2011-CERAMICA MACHADÃO LTDA- Registro de Licença N°:3853/2012 - Vencimento em 03/05/2021
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
833.247/2014-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES-OF. N°1584/2016-DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
832.909/2015-VALADARES E AFONSO LTDA ME
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
830.427/2006-VALE S A

RELAÇÃO Nº 503/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.174/2015-SHI QINDI-OF. N°1517/2016-DGTM
830.298/2015-EBER LAUDARES DE OLIVEIRA-OF. N°1591/2016-DGTM
830.446/2015-SAMARCO MINERAÇÃO S A.-OF. N°1514/2016-DGTM
831.029/2015-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-OF. N°1596/2016-DGTM
831.122/2015-SAMUEL XAVIER DA ROCHA-OF. N°1536/2016-DGTM
831.124/2015-SAMUEL XAVIER DA ROCHA-OF. N°1537/2016-DGTM
831.189/2015-COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO-OF. N°1605/2016-DGTM
831.204/2015-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1581/2016-DGTM
831.250/2015-LC COMERCIO E TRANSPORTES LTDA. ME-OF. N°1559/2016-DGTM
831.270/2015-SILVANO GONÇALVES DE SOUZA-OF. N°1606/2016-DGTM
831.271/2015-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-OF. N°1593/2016-DGTM
831.276/2015-COMERCIAL GONZAGA E FRANÇA LTDA ME-OF. N°1598/2016-DGTM
831.311/2015-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA-OF. N°1518/2016-DGTM
831.313/2015-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1571/2016-DGTM
831.320/2015-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA-OF. N°1519/2016-DGTM
831.332/2015-JOÃO PAULO DE CASTRO OLIVEIRA VITAL-OF. N°1546/2016-DGTM
831.333/2015-JOÃO PAULO DE CASTRO OLIVEIRA VITAL-OF. N°1555/2016-DGTM
831.938/2015-JOABE JOSE BARBOSA-OF. N°1595/2016-DGTM
831.976/2015-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.-OF. N°1516/2016-DGTM
832.002/2015-ADONAI GARCIA DE OLIVEIRA-OF. N°1594/2016-DGTM
832.024/2015-MINERAÇÃO ALPHA CENTAURI LTDA-OF. N°1592/2016-DGTM
832.033/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-OF. N°1549/2016-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
831.143/2012-AREAL TORRES & CARVALHO LTDA-Alvará N°6426/2012
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
830.395/2007-JOSÉ CARLOS MARONEZI-AI N°929/2016-FISC-MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
830.611/2006-JOSÉ JORGE CHEDIAK NETO - AI N°314/2016-FISC-MG
830.001/2007-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA - AI N°320/2016-FISC-MG
830.041/2007-RONALDO GONÇALVES - AI N°390/2016-FISC-MG
830.221/2007-GERALDA EUNICE MOREIRA FI - AI N°361/2016-FISC-MG
830.272/2007-LÉLIO GOULART PAIVA - AI N°391/2016-FISC-MG
834.072/2007-SEBASTIÃO COELHO GONÇALVES - AI N°270/2016-FISC-MG
834.173/2007-CONTSTONES GRANITOS DO BRASIL LTDA ME - AI N°273/2016-FISC-MG
834.239/2007-MARCO ANTÔNIO GONZAGA - AI N°296/2016-FISC-MG
834.274/2007-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA - AI N°298/2016-FISC-MG
834.325/2007-RAYMUNDO BERNARDINO FILHO - AI N°263/2016-FISC-MG
830.390/2008-BRAULIO MOURAO SANTOS - AI N°374/2016-FISC-MG
830.432/2008-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME - AI N°335/2016-FISC-MG
830.646/2008-KLEBERSON LEANDRO DA SILVA - AI N°339/2016-FISC-MG
830.838/2008-MARCOS ANTONIO DE ANDRADE PEDREIRA ME - AI N°345/2016-FISC-MG
830.921/2008-ODENÍLDIO DE SOUZA - AI N°414/2016-FISC-MG
830.960/2008-JOÃO CAMPOS DE OLIVEIRA - AI N°304/2016-FISC-MG
830.968/2008-CHARLES LARROYED BITTENCOURT - AI N°415/2016-FISC-MG
834.237/2008-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA - AI N°309/2016-FISC-MG
834.238/2008-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA - AI N°310/2016-FISC-MG
834.364/2008-RAYMUNDO BERNARDINO FILHO - AI N°264/2016-FISC-MG
830.412/2009-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA - AI N°311/2016-FISC-MG
830.534/2009-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA - AI N°299/2016-FISC-MG
830.811/2009-RAYMUNDO PINTO TEIXEIRA - AI N°349/2016-FISC-MG
830.857/2010-ODENÍLDIO DE SOUZA - AI N°388/2016-FISC-MG
834.183/2010-MARCOS ANTONIO DE ANDRADE PEDREIRA ME - AI N°347/2016-FISC-MG
834.257/2011-RAYMUNDO PINTO TEIXEIRA - AI N°352/2016-FISC-MG
834.378/2011-RAYMUNDO PINTO TEIXEIRA - AI N°353/2016-FISC-MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
832.908/2014-MINÉRIOS BOA VISTA LTDA-Registro de Licença N°4761/2016 de 01/09/2016-Vencimento em 06/10/2016
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
831.355/2015-DEPOSITO DE AREIA A R CARVALHO LTDA ME
830.044/2016-AREIA SERRA DOURADA & CIA LTDA. ME
830.248/2016-EVERTON SANTOS CARVALHO 95201904653
830.253/2016-ESTRUTURAL CONCRETO LTDA
830.374/2016-CIRCULARE ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA
830.649/2016-AMILTON JOSÉ DE MELO
830.674/2016-RAIMUNDO SECUNDINO HELENO SILVA EPP
830.942/2016-CORACI DE SALES ME

RELAÇÃO Nº 505/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
834.387/2007-VIDAL COMÉRCIO DE AREIA LTDA
832.641/2009-MGR MINERAÇÃO LTDA.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
834.617/2011-ROMULO NUNES MANSUR
830.422/2015-VALTER CASADIO DO BEM
830.610/2015-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.
830.611/2015-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.
831.958/2015-ALEX PORTO RODRIGUES ME
832.767/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI
832.769/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI
833.129/2015-PEROLA MARMORES E GRANITOS EIRELI
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
832.805/2003-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA -Alvará N°3209/2016
834.362/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A. -Alvará N°3213/2016
830.750/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6367/2015
830.751/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6368/2015
830.759/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6519/2015
831.005/2012-ALEXANDRE EVANGELISTA SANTOS ME -Alvará N°1867/2013
831.994/2012-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°10781/2015
830.784/2013-MARCELO DE SOUSA BOGADO -Alvará N°6411/2015
831.737/2013-ISAIAS DIONISIO DA SILVA JUNIOR -Alvará N°3408/2015
832.070/2013-CHAMONIX MIX LTDA -Alvará N°8410/2014
832.071/2013-CHAMONIX MIX LTDA -Alvará N°10826/2014
832.454/2013-CHAMONIX MIX LTDA -Alvará N°11888/2014
833.267/2013-THIAGO DE CASTRO SOUSA -Alvará N°4481/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

833.738/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13979/2015
833.740/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13981/2015
833.778/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°12948/2015
833.779/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°12949/2015
833.780/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°12950/2015
833.781/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°12951/2015
833.782/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°12952/2015
833.818/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13985/2015
833.820/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13986/2015
833.821/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13987/2015
833.822/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13988/2015
833.823/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13989/2015
833.824/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13990/2015
833.827/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°12954/2015
833.847/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA SOUZA E SILVA LTDA ME -Alvará N°14948/2015
833.849/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA SOUZA E SILVA LTDA ME -Alvará N°495/2016
833.850/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA SOUZA E SILVA LTDA ME -Alvará N°14903/2015
830.006/2014-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°4540/2015
830.089/2014-LEIZA MELO SIQUEIRA FERNANDES ME -Alvará N°4251/2015
831.102/2014-BRITADORA GONTIJO LTDA ME -Alvará N°4298/2015
832.122/2014-MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA -Alvará N°1103/2016
832.253/2014-EDUARDO AUGUSTO NOGUEIRA ME - Alvará N°1107/2016
832.323/2014-RM ROCHAS ORNAMENTAIS ME -Alvará N°16771/2015
832.589/2014-RM ROCHAS ORNAMENTAIS ME -Alvará N°4684/2016
832.758/2014-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°4445/2016
831.455/2015-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA -Alvará N°1118/2016
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
834.531/2007-INDÚSTRIA CERÂMICA SANTOS LTDA ME
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
832.856/2013-PAULO CESAR DE QUEIROZ MINERAÇÃO ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
834.011/2008-CONCRENOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
834.685/2008-MARIA ELVIRA LEMOS LEITE E CIA LTDA ME
833.689/2011-MARIA DO CARMO CANÇADO GONTIJO
835.057/2011-LEILA DE OLIVEIRA RODRIGUES
831.607/2013-ALYSSON PEREIRA SALGADO
831.754/2014-LAERTE VIDAL DE OLIVEIRA
831.812/2014-RONALDO DA SILVA AMARAL
833.494/2014-AREIERO MACAÚBAS
830.754/2015-ALAÉRCIO VÍTOR NOVAES

RELAÇÃO Nº 507/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.513/2012-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°1599/2016-DGTM
832.978/2014-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°1580/2016-DGTM
833.061/2014-RUBENS SILVA GOMES-OF. N°1607/2016-DGTM
833.621/2014-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1513/2016-DGTM
831.334/2015-JOÃO PAULO DE CASTRO OLIVEIRA VITAL-OF. N°1554/2016-DGTM
831.395/2015-RAIMUNDO SECUNDINO HELENO SILVA EPP-OF. N°1557/2016-DGTM
831.447/2015-VÓRTICE PESQUISA MINERAL LTDA-OF. N°1600/2016-DGTM
831.547/2015-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°1573/2016-DGTM
831.647/2015-RAIMUNDO SECUNDINO HELENO SILVA EPP-OF. N°1556/2016-DGTM
831.794/2015-LUCIANA RIBEIRO NASCIMENTO-OF. N°1538/2016-DGTM
831.881/2015-ROBERTO ANDRADE JUNIOR-OF. N°1535/2016-DGTM
831.882/2015-ROBERTO ANDRADE JUNIOR-OF. N°1520/2016-DGTM
832.034/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-OF. N°1550/2016-DGTM
832.035/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-OF. N°1549/2016-DGTM
832.090/2015-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1579/2016-DGTM
832.093/2015-PREMOVALE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°1578/2016-DGTM
832.105/2015-WAGNER MOULÃO-OF. N°1547/2016-DGTM
832.106/2015-WAGNER MOULÃO-OF. N°1542/2016-DGTM
832.108/2015-JOSÉ DO ESPIRITO SANTO DA CRUZ-OF. N°1553/2016-DGTM
832.146/2015-STONE GLASS GRANITOS E VIDROS NACIONAIS E IMPORTADOS LTDA-OF. N°1597/2016-DGTM
832.191/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1576/2016-DGTM
832.193/2015-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1577/2016-DGTM
832.207/2015-LACY COCKELL CORREA-OF. N°1563/2016-DGTM
832.216/2015-LEOCÁDIO DE ASSIS SERAFIM MATIAS-OF. N°1548/2016-DGTM
832.219/2015-LIBERDADE MINERADORA LTDA.-OF. N°1560/2016-DGTM
832.263/2015-JVIPS PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA LTDA-OF. N°1552/2016-DGTM
832.549/2015-EDGAR ANTUNES PEREIRA FILHO-OF. N°1558/2016-DGTM
832.550/2015-EDGAR ANTUNES PEREIRA FILHO-OF. N°1540/2016-DGTM
832.563/2015-TULIO MARCUS FARIA ME-OF. N°1562/2016-DGTM
832.570/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°1541/2016-DGTM
832.598/2015-NATHALIA CRISTINA FERREIRA BATISTA GOMES-OF. N°1582/2016-DGTM
832.692/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°1539/2016-DGTM, Stonecast Mineração Ltda
832.784/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°1544/2016-DGTM, Stonecast Mineração Ltda
832.785/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°1545/2016-DGTM, Stonecast Mineração Ltda
832.786/2015-IMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA EPP-OF. N°1545/2016-DGTM
832.833/2015-MERCIDIO LOPES DA SILVA-OF. N°1543/2016-DGTM
833.073/2015-PAULO MATIAS DA SILVA-OF. N°1608/2016-DGTM
833.127/2015-ÁGUAS DE SÃO VICENTE LTDA ME-OF. N°1564/2016-DGTM
833.240/2015-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°1575/2016-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
830.412/2007-ILAN DE CARVALHO MARCONDES-AI N°926/2016-FISC-MG
830.413/2007-EDWIGES BEATRIZ DE MOURA E SOUZA-AI N°922/2016-FISC-MG
830.686/2007-ROMULO QUEIROZ DE SOUZA-AI N°923/2016-FISC-MG
830.736/2007-MINERAÇÃO S. REZENDE LTDA.-AI N°924/2016-FISC-MG
830.809/2007-JOSÉ CARLOS SOARES-AI N°913/2016-FISC-MG
830.847/2007-ALEX COELHO DAVID-AI N°914/2016-FISC-MG
830.891/2007-MAURICIO BOAVENTURA DINIZ-AI N°915/2016-FISC-MG
831.043/2007-LEANDRO MÁRCIO DOS SANTOS-AI N°919/2016-FISC-MG
831.165/2007-CAYSTAR EXPLORAÇAO MINERAL (BRASIL) LTDA-AI N°916/2016-FISC-MG
831.299/2007-JOSÉ GERALDO PIRES CAPUTO-AI N°917/2016-FISC-MG
831.337/2007-LEANDRO MÁRCIO DOS SANTOS-AI N°920/2016-FISC-MG
831.338/2007-LEANDRO MÁRCIO DOS SANTOS-AI N°921/2016-FISC-MG
831.629/2007-RUI GALVANI-AI N°927/2016-FISC-MG
831.759/2007-BENEDITO MARCOS CASELI ME-AI N°925/2016-FISC-MG
831.762/2007-RUBENS SILVA GOMES-AI N°928/2016-FISC-MG
832.453/2007-ALONSO VITOR DE ALCÂNTARA FILHO-AI N°930/2016-FISC-MG
832.641/2007-ANDERSON AMARAL DE OLIVEIRA-AI N°918/2016-FISC-MG
833.183/2007-JOÃO BOSCO CIPRIANI GALLI-AI N°932/2016-FISC-MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
832.585/2015-MARCIEL BERTANHA EIRELI ME-Registro de Licença N°4759/2016 de 19/08/2016-Vencimento em 03/09/2020

RELAÇÃO Nº 508/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.459/2005-MLOG S.A
832.633/2006-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
832.634/2006-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
831.945/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
831.946/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
834.691/2007-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
834.703/2007-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
830.628/2008-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
830.631/2008-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
830.632/2008-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
832.606/2008-VALE S A
834.103/2008-FLÁVIO GRISI
831.864/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.867/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.870/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.934/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.935/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.937/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.938/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.954/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.955/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.959/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.968/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.981/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.982/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.989/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.999/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
832.004/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
832.005/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
832.009/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
832.011/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
832.689/2009-MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.
833.634/2011-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA
833.935/2011-RICARDO INVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
834.315/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
834.769/2011-ROMULO NUNES MANSUR
834.770/2011-ROMULO NUNES MANSUR
834.903/2011-FLÁVIA GOMES CONDÉ
830.499/2012-ANDRÉ RICARDO ROCHA CANUTO
830.839/2012-ROMULO NUNES MANSUR
830.840/2012-ROMULO NUNES MANSUR
830.841/2012-ROMULO NUNES MANSUR
832.242/2012-ROMULO NUNES MANSUR
832.623/2012-MARIA LÚCIA DE MELO
832.788/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A
833.268/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
833.856/2012-DJ GRANITOS EIRELI ME
833.926/2012-MINERAIS BRASIL LTDA
834.074/2012-DJ GRANITOS EIRELI ME
834.075/2012-DJ GRANITOS EIRELI ME
834.080/2012-KYMERA MINE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
834.223/2012-MARCEL PIMENTA GARRIDO
834.285/2012-LEIZA MELO SIQUEIRA FERNANDES ME
830.292/2013-MINERAÇÃO MINAS ELEVAR LTDA.
831.861/2013-MLOG S.A
832.122/2013-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA
832.124/2013-CLAUDIOMIR LEMOS DA SILVA ME
832.132/2013-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA
832.393/2013-FLAVIO COSTA DE CERQUEIRA
830.066/2014-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA.

RELAÇÃO Nº 509/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.001/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA

RELAÇÃO Nº 510/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
831.828/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.829/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.830/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
834.557/2011-MLF GEOTECNIA E MECANICA DE ROCHAS LTDA
835.047/2011-MLF GEOTECNIA E MECANICA DE ROCHAS LTDA
835.049/2011-MLF GEOTECNIA E MECANICA DE ROCHAS LTDA
832.433/2015-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
832.522/1989-ANTONIO EUSTAQUIO ANDRADE FERREIRA -Alvará N°11562/2015
832.525/1989-ANTONIO EUSTAQUIO ANDRADE FERREIRA -Alvará N°11563/2015
832.526/1989-ANTONIO EUSTAQUIO ANDRADE FERREIRA -Alvará N°11564/2015
833.344/2011-JUNO FIALHO DE MENEZES -Alvará N°1109/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

830.722/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6512/2015
830.723/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6513/2015
830.724/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6514/2015
830.725/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6515/2015
830.726/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6516/2015
830.739/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6356/2015
830.740/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6357/2015
830.741/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6358/2015
830.742/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6359/2015
830.743/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6360/2015
830.744/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6361/2015
830.746/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6363/2015
830.752/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6369/2015
830.753/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6370/2015
830.754/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6371/2015
830.755/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6372/2015
830.756/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6373/2015
830.757/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6517/2015
830.758/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6518/2015
830.760/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6520/2015
830.761/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO - Alvará N°6521/2015
831.997/2012-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA. -Alvará N°10782/2015
834.035/2012-JARBAS FERNANDES SOARES FILHO - Alvará N°7974/2014
830.120/2013-JARBAS FERNANDES SOARES FILHO - Alvará N°11642/2015
830.685/2013-VANCOUVER EMPREENDIMENTOS LTDA -Alvará N°13481/2015
832.272/2013-MINERAÇÃO LOPAS LTDA -Alvará N°2908/2014
832.455/2013-CHAMONIX MIX LTDA -Alvará N°10210/2014
832.460/2013-CHAMONIX MIX LTDA -Alvará N°11889/2014
832.461/2013-CHAMONIX MIX LTDA -Alvará N°10212/2014
833.257/2013-OSPER PARTICIPAÇOES E EMPREENDIMENTOS LTDA -Alvará N°1910/2015
833.739/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13980/2015
833.825/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13991/2015
833.826/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA - Alvará N°13992/2015
833.848/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA SOUZA E SILVA LTDA ME -Alvará N°14902/2015
833.518/2014-FERREIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME -Alvará N°3445/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
832.064/2015-DÉCIO BRUXEL E OUTROS

RELAÇÃO Nº 512/2016

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.035/1955-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°1273/2016-FISCAM
802.822/1974-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°1272/2016-FISCAM

RELAÇÃO Nº 514/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
830.470/2008-PAGEOMIN PROJETOS DE GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA. ME- DOU de 03/08/2012
830.863/2015-DIEYSON ONOFRE DA SILVA- DOU de 17/03/2016

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 132/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
846.078/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°1156/2016
846.079/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°1155/2016
846.117/2016-MINERAÇÃO JOÃO CÂMARA LTDA EPP-OF. N°1110/2016
846.149/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1109/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.434/2007-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°1158/2016
846.461/2007-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1160/2016
846.008/2009-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.-OF. N°1166/2016
846.029/2009-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.-OF. N°1165/2016
846.077/2009-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1159/2016
846.151/2015-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1157/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.062/2003-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OF. N°216/2015-180 dias
846.116/2004-IMETAME GRANITOS LTDA-OF. N°1252/2015-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.327/2002-CECRISA S/A PISOS E AZULEJOS-OF. N°1161/2016
846.204/2007-GRANSAF GRANITOS SÃO FRANCISCO LTDA-OF. N°1164/2016
846.205/2007-GRANSAF GRANITOS SÃO FRANCISCO LTDA-OF. N°1162/2016
846.206/2007-GRANSAF GRANITOS SÃO FRANCISCO LTDA-OF. N°1101/2016
846.028/2009-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.-OF. N°1163/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.113/2015-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP-OF. N°1108/2016

RELAÇÃO Nº 135/2016

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.253/2015-CLEMENS SOBRAL DE ANDRADE SILVA-Registro de Licença N°429/2016 de -Vencimento em 27 de junho de 2026
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
846.138/1999-ARNOBIO FIRMINO DA SILVA- Registro de Licença N°:073/2000 - Vencimento em 31/12/2017
846.211/2009-FLORIVALDO GOMES CABRAL- Registro de Licença N°:265/2010 - Vencimento em 03/08/2019

RELAÇÃO Nº 136/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
846.144/2016-MAMOABA AGRO PASTORIL S A-OF. N°1180/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.168/2013-CALMIL MINÉRIOS LTDA-OF. N°1171/2016
846.170/2013-CALMIL MINÉRIOS LTDA-OF. N°1170/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.069/1997-TOP STONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°315/2016-180 dias
846.085/1997-TOP STONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°317/2016-180 dias
846.087/1997-TOP STONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°318/2016-180 dias
846.067/1999-AGROPECUÁRIA MENDONÇA DE JESUS LTDA ME-OF. N°757/2016-60 dias
846.003/2004-AMARAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°755/2016-60 dias
846.237/2004-HÉLIO EMPRESA DE MINERÃÇÃO LTDA.-OF. N°962/2015-60 dias
846.478/2007-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA-OF. N°750/2016-60 dias
846.030/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°754/2016-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.026/2007-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-OF. N°1172/2007
846.133/2012-MINERADORA MEIRA & MELO LTDA EPP-OF. N°1167/2016

RELAÇÃO Nº 137/2016

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Anisiano Pereira Alves - 846064/12 - A.I. 266/16
Antonio Ali Ganem me - 846289/15 - A.I. 245/16
Carlos Alexandre Serpa - 846039/15 - A.I. 262/16, 846040/15 - A.I. 247/16, 846041/15 - A.I. 261/16, 846042/15 - A.I. 260/16, 846043/15 - A.I. 259/16
Cristal Mineração e Transporte de Mercês Ltda - 846058/15 - A.I. 246/16
David Geraldo Ventura - 846163/15 - A.I. 256/16, 846164/15 - A.I. 255/16
Empresa de Extração Mineral Ltda me - 846021/16 - A.I. 254/16
Francisco Ferreira de Souza - 846533/12 - A.I. 270/16
Francisco Suelissandro Sarmento - 846146/14 - A.I. 263/16, 846147/14 - A.I. 264/16
Hélio Empresa de Minerãção LTDA. - 846274/15 - A.I. 250/16
Jose Antonio Fernandes Neto - 846273/14 - A.I. 258/16
Joseani do Nascimento Silva - 846052/14 - A.I. 232/16, 846053/14 - A.I. 233/16, 846054/14 - A.I. 234/16, 846055/14 - A.I. 235/16, 846056/14 - A.I. 236/16, 846057/14 - A.I. 237/16, 846058/14 - A.I. 238/16, 846059/14 - A.I. 239/16, 846060/14 - A.I. 240/16, 846061/14 - A.I. 241/16, 846062/14 - A.I. 242/16, 846128/14 - A.I. 243/16, 846136/14 - A.I. 244/16
Jozimar Alves Rocha - 846280/15 - A.I. 248/16
Maiane Machado de Morais - 846019/16 - A.I. 253/16
Marcelino Batista Campos - 846054/15 - A.I. 257/16
Marcus Antonio Dantas Carreiro - 846128/13 - A.I. 252/16
Marcus Vinícius Fernandes de Melo - 846284/15 - A.I. 249/16
mb Minerais e Participações Ltda - 846037/12 - A.I. 269/16, 846544/11 - A.I. 265/16, 846665/11 - A.I. 268/16, 846666/11 - A.I. 267/16
Pollyanna Pereira Gomes - 846704/11 - A.I. 271/16
r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 846229/14 - A.I. 251/16

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 71/2016

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
826.256/1998-Basalto Mineração Ltda.- AI N°212/2016
Torna sem efeito multa aplicada - RAL(1723)
800.385/1978-ITA CAL LTDA.- AI N°123/2015
827.034/1996-PORTO DE AREIA CRISTO REI LTDA EPP- AI N°194/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
826.451/2009-PASCHOVINO COMÉRCIO E ENGARRAFADORA DE BEBIDAS LTDA - Publicado DOU de 20/03/2013, Relação n° 48/2013, Seção 1, pág. 78- Onde se lê: "...Aprovo o Relatório Final de Pesquisa para Água Mineral,..."; Leia-se: "...Aprovo o Relatório Final de Pesquisa para Água Mineral com redução de área de 31,30ha para 9,33ha...".

RELAÇÃO Nº 76/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.326/2016-MILTON PUERARI
826.570/2016-SAULO C. S. CARVALHO TRANSPORTES EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.465/2013-INCOBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA ME-OF. N°525/2016/DGTM/DNPM/PR
826.533/2014-ORLANDO ARISTIDES ARCE MORALES-OF. N°524/2016/DGTM/DNPM/PR
826.279/2016-CCT INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA-OF. N°522/2016/DGTM/DNPM/PR
826.281/2016-MAURÍLIO FRAZATTO & CIA LTDA-OF. N°528/2016/DGTM/DNPM/PR
826.282/2016-MAURÍLIO FRAZATTO & CIA LTDA-OF. N°527/2016/DGTM/DNPM/PR
826.283/2016-MAURÍLIO FRAZATTO & CIA LTDA-OF. N°521/2016/DGTM/DNPM/PR
826.299/2016-ARTUR RICARDO NOLTE-OF. N°526/2016/DGTM/DNPM/PR
826.331/2016-CLEUDETE DOS SANTOS-OF. N°532/2016/DGTM/DNPM/PR
826.333/2016-IVO RUBENS LECHINEWSKI-OF. N°534/2016/DGTM/DNPM/PR
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

826.102/2016-LUCIO IRAJÁ FURTADO-OF. N°377/2016/DGTM/DNPM/PR
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.861/2013-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Alvará n°11090/2013 - Cessionario:826.548/2016; 826.549/2016; 826.550/2016; 826.551/2016; 826.552/2016; 826.553/2016-Sandro Enéias Baptista Ferreira- CPF ou CNPJ 926.437.109-59
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.363/2010-BRITAS COLINENESE LTDA ME-OF. N°1191/2016/DIFIS/DMPN-PR
826.252/2012-MAURI BOZZA EIRELI EPP-OF. N°1187/2016
826.262/2012-HAMILTON JOSÉ BORGES DE SAMPAIO-OF. N°1190/2016/DIFIS/DMPN-PR
827.122/2013-ACO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1193/2016
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.271/2015-GEOQUARTZ INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSAS LTDA ME- Cessionário:José Aparecido Baqueta- CPF ou CNPJ 166.498.189-68- Alvará n°6008/2015
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
826.100/2011-JOÃO MARIA FERNANDES
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.107/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-Areia
826.198/2009-MAIZ COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.-Areia
826.510/2011-HILDO DE FREITAS-Areia
826.237/2012-ADÃO JOSE DE ALMEIDA-Areia
826.062/2014-PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR ME-Diabásio
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.230/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.
826.232/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.
826.239/2013-CALCÁRIO GUAPIRAMA LTDA
826.246/2013-MINERBRIT MINERACAO, BRITAGEM E TRANSPORTE LTDA ME
826.261/2013-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
826.262/2013-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
826.148/2014-MINERAÇAO OUROMAR LTDA ME
826.149/2014-EDERSON DA SILVA SKODOSKI
826.181/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
826.199/2014-LUCIO IRAJÁ FURTADO
826.202/2014-LUCIO IRAJÁ FURTADO
826.549/2014-EDERSON DA SILVA SKODOSKI
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
826.555/2010-MÁRIO ISSAMU TAGUCHI-ALVARÁ N°13333/2010
826.570/2010-MÁRIO ISSAMU TAGUCHI-ALVARÁ N°13336/2010
826.589/2010-MÁRIO ISSAMU TAGUCHI-ALVARÁ N°13340/2010
826.594/2010-MÁRIO ISSAMU TAGUCHI-ALVARÁ N°13343/2010
826.605/2010-MÁRIO ISSAMU TAGUCHI-ALVARÁ N°16745/2010
826.603/2012-COMPACTA MINERADORA LTDA-ALVARÁ N°3032/2013
826.672/2013-ALEXANDRE WHATELY PAIVA-ALVARÁ N°10586/2013
826.686/2013-PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-ALVARÁ N°10592/2013
826.687/2013-PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-ALVARÁ N°10593/2013
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
826.068/2013-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.063/2005-LESIO DE NARDI & CIA. LTDA.-OF. N°523/2016/DGTM/DNPM/PR
826.451/2009-PASCHOVINO COMÉRCIO E ENGARRAFADORA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°530/2016/DGTM/DNPM/PR
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.007/1991-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA- Alvará n° 20268/2000 - Cessionário: G.R. mineradora de areia Ltda- CNPJ 85.190.668/0001-00
826.174/1992-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA- Alvará n° 20269/2000 - Cessionário: G.R. Mineradora de Areia Ltda- CNPJ 85.190.668/0001-00
826.175/1992-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA- Alvará n° 20270/2000 - Cessionário: G.R. Mineradora de Areia Ltda- CNPJ 85.190.668/0001-00
826.325/1997-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA- Alvará n° 2405/2000 - Cessionário: G.R. Mineradora de areia Ltda- CNPJ 85.190.668/0001-00
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.689/2005-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°531/2016/DGTM/DNPM/PR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.242/2009-CERÂMICA WGRASIN LTDA-Registro de Licença N°26/2016 de 25/08/2016-Vencimento em 01/04/2019
826.459/2015-PEDREIRA RIO TURVO LTDA-Registro de Licença N°27/2016 de 25/08/2016-Vencimento em 31/07/2020
826.068/2016-KLABIN SA-Registro de Licença N°28/2016 de 25/08/2016-Vencimento em 22/09/2018
826.171/2016-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-Registro de Licença N°29/2016 de 29/08/2016-Vencimento em 01/03/2021
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
826.721/2014-BARBARA CORDEIRO RAMOS
826.604/2015-COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 99/2016

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
006.197/1947-AGRO MINERAÇÃO MOURA LTDA- Fonte São Benedito; Marca São Benedito e Embalagem 19,5 L- SÃO BENEDITO DO SUL/PE
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
006.197/1947-AGRO MINERAÇÃO MOURA LTDA- AI N° 256/16
840.014/2001-MINERAÇÃO AURORA LTDA.- AI N° 268, 269 e 270/16
840.016/2006-MARIA MADELON ALVES DOS SANTOS COSTA ME- AI N° 257 e 258/16
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
006.197/1947-AGRO MINERAÇÃO MOURA LTDA-OF. N°949/16
940.006/1991-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°968/16
840.016/2006-MARIA MADELON ALVES DOS SANTOS COSTA ME-OF. N°939/16
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
940.259/2006-MINERIOS DE BOM JARDIM S A-OF. N°221.44.008/16
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
810.053/1968-ALENCAR & PARENTE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.006/16
811.462/1968-MINERAÇÃO ALTO BONITO LTDA-OF. N°221.44.005/16

RELAÇÃO Nº 103/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.464/2013-ISMA MARIA DE SOUZA GONZAGA ME-OF. N°1131/16
840.465/2013-ISMA MARIA DE SOUZA GONZAGA ME-OF. N°1131/16
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.255/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.885/2015
840.256/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.886/2015
840.257/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.902/2015
840.258/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.903/2015
840.259/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.904/2015
840.260/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.905/2015
840.261/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.906/2015
840.262/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.907/2015
840.263/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.908/2015
840.264/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.909/2015
840.265/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.910/2015
840.266/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.911/2015
840.267/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.912/2015
840.270/2013-RIO AZUL MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°10.889/2015
840.454/2013-MAIARA DE ARAÚJO PORTO -Alvará N°2.991/2014
840.455/2013-MAIARA DE ARAÚJO PORTO -Alvará N°2.992/2014
840.456/2013-MAIARA DE ARAÚJO PORTO -Alvará N°2.993/2014
840.134/2014-MGL - MINERAÇÃO GUARARAPES LTDA -Alvará N°9.040/2014
840.174/2014-ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOARES -Alvará N°103/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.445/2013-PRODUTOS CERÂMICOS CACICULÉ LTDA-Registro de Licença N°022/2016 de 12/08/2016-Vencimento em 21/05/2023

RELAÇÃO Nº 104/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
840.195/2009-VOTORANTIM METAIS S.A- Alvará n°13.702/2009 - Cessionario:840.211/2016-Mário José da Silva- CPF ou CNPJ 066.977.394-87
840.202/2009-VOTORANTIM METAIS S.A- Alvará n°13.689/2009 - Cessionario:840.209/2016-Mário José da Silva- CPF ou CNPJ 066.977.394-87
840.088/2015-ANTÔNIO DE OLIVEIRA SOARES- Alvará n°10.558/2015 - Cessionario:840.204/2016-Areias Pérola Ltda - ME- CPF ou CNPJ 23.893.873/0001-76
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
840.607/2010-FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA DINIZ- NOT NºOf. nº 880/16
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.383/2010-CPM CAVALCANTI PETRIBU MINÉRIOS LTDA- Registro de Licença N°:634/2010 - Vencimento em 16/09/2017
840.140/2015-MARIANA FREIRE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE- Registro de Licença N°:034/2015 - Vencimento em 28/07/2017
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
840.172/2014-ACLF EMPREENDIMENTOS LTDA
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
840.607/2010-Francisco de Assis de Souza Diniz- AI N°246, 247 e 248/16
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
840.607/2010-FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA DINIZ-OF. N°221.44.003, 221.44.004, 221.44.005, 221.44.006 e 221.44.007/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
840.433/2010-POLLYANNA B. DE ABREU & CIA LTDA-OF. N°1146/16
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
840.219/2015-CICERO BARRETTO COUTINHO DA SILVEIRA NETO
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
840.086/2015-ENOQUE ALVES DA SILVA
840.218/2015-JOELMA ALVES DA COSTA
840.322/2015-CERAMICA 3 IRMAOS LTDA ME

RELAÇÃO Nº 107/2016

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Companhia Industrial de Vidros Civ Cpf/cnpj :10.807.972/0001-46 - Processo minerário: 840017/98 - Processo de cobrança: 940373/16 Valor: R$.216.725,83, Processo minerário: 840324/88 - Processo de cobrança: 940374/16 Valor: R$.179,34

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
803.381/2011-ADRIANO MEDEIROS NETTO RIBEIRO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.130/2016-A R FREITAS FILHO ME-OF. N°447/2016
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
803.044/2016-JRR CASTRO ME
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
803.381/2011-ADRIANO MEDEIROS NETTO RIBEIRO-AI N°56/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
803.559/2012-ANTONIO JOSÉ FERREIRA LIMA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
803.053/2011-A. NETO ALMEIDA DE ANDRADE- Cessionário:803.044/2016-Jrr Castro Me
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
803.063/2013-FÉLIX FERNANDO RAPOSO
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.053/2011-A. NETO ALMEIDA DE ANDRADE-AI N°215/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.167/2015-CERÂMICA COSTA NORTE LTDA EPP-Registro de Licença N°25/2016 de 24/08/2016-Vencimento em 13/05/2025
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
803.274/2011-AGREGADOS MINERAIS ESPECIAIS
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
803.793/2008-ANTONIO JOSÉ FERREIRA LIMA
803.334/2013-CONAGRO LTDA

RELAÇÃO Nº 55/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
803.381/2011-ADRIANO MEDEIROS NETTO RIBEIRO-NOT. N°299/2015
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
803.381/2011-ADRIANO MEDEIROS NETTO RIBEIRO-AI N°56/2014
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
803.381/2011-Adriano Medeiros Netto Ribeiro- NOT. N°300/2015
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
803.305/2014-F. A. M. FRAZÃO- Registro de Licença N°3/2015-Onde se lê: Autorizar o Registro de Licença nº 07/2014, leia-se: Autorizar o Registro de Licença nº 37/2014 e 07/2014.

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 128/2016

Ficam o abaixo relacionados ciente de que não foi acatado totalmente o argumento da defesa administrativas interposta, restando-lhes pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao débito apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 990.244/2016
Notificado: CRH Canta Galo Indústria de Cimentos S.A.
CNPJ/CPF: 20.927.816/0001-72
NFLDP nº184/2016
Valor: R$ 1.449,656,35

ANTONIO CESAR DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 66/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.047/2011-BELO JARDIM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO LTDA-OF. N°322/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.083/2015-CLAUDIO MANOEL LEITE SILVA ME-Registro de Licença N°103/2016 de 30/08/2016-Vencimento em 28/12/2016
878.017/2016-BY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N°102/2016 de 29/08/2016-Vencimento em 10/01/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.038/2016-CERÂMICA PARAISO LTDA ME-OF. N°318/2016
Da provimento ao recurso interposto(1171)
878.041/2016-GREKO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA ME
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
878.089/2016-NSC ESTRAÇÃO DE AREIA E SERVIÇO DE TRANSPORTE EIRELI ME
Fase de Licenciamento
Despacho publicado(756)
878.148/2012-MULTI MINERAÇÃO E COMPOSTAGEM LTDA ME-Determina cumprimento de exigência - prazo 60 (sessenta) dias - Of. 317/2016

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 169, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, § 1º da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e nº 104, de 23 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48000.000751/2016-28, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Não Despachadas Centralizadamente, na forma dos Anexos I e II à presente Portaria, com vistas à participação no Leilão para Contratação de Energia de Reserva, denominado 1º Leilão de Energia de Reserva, de 2016, de que trata a Portaria MME nº 104, de 23 de março de 2016.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia dos Empreendimentos constantes nos Anexos I e II são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas dos Pontos de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs constantes do Anexo I permanecerão válidos e eficazes desde que:

I - sejam mantidos os parâmetros físicos e energéticos que fundamentaram o seu cálculo, e que resultaram nos valores constantes do Anexo I; e

II - o Empreendimento tiver obtido Habilitação Técnica da Empresa de Pesquisa Energética - EPE para o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º As garantias físicas de energia das Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs constantes do Anexo II perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Energia de Reserva - CERs.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO I

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHs - 1º LEILÃO DE ENERGIA DE RESERVA DE 2016

Empreendimento	Empreendedor (Razão Social)	Rio	UF	Potência (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)	Despacho de Homologação dos Parâmetros Técnicos
PCH Armando Ribeiro	Central Geradora Hidrelétrica Armando Ribeiro S.A.	Açu	RN	4,70	3,20	Despacho ANEEL nº 1.249 de 13/05/2016
PCH Barrinha	Mauê S.A. - Geradora e Fornecedora de Insumos	Pesqueiro	SC	3,30	1,69	Despacho ANEEL nº 1.257, de 13/05/2016
PCH Campo Belo	Campo Belo Energética S.A.	Vacas Gordas	SC	9,948	4,31	Despacho ANEEL nº 1.260, de 13/05/2016 Despacho ANEEL nº 1.678, de 27/05/2013
PCH Castanhão	Central Geradora Hidrelétrica Castanhão S.A.	Jaguaribe	CE	9,00	5,03	Despacho ANEEL nº 1.248, de 13/05/2016
PCH Figueira	Centrais Elétricas Figueirão Ltda.	Saldanha	RO	1,40	0,91	Despacho ANEEL nº 359, de 15/02/2016
PCH Foz do Estrela	São Luiz Energética S.A.	Iratim	PR	29,50	17,57	Despacho ANEEL nº 946, de 18/04/2016
PCH Itiquira III	Minas PCH S.A. e Guerra Lage Engenheiros Associados Ltda.	Itiquira	MT	22,962[1]	13,50	Despacho ANEEL nº 1.259, de 13/05/2016
PCH Jui-117	PCH Juína S.A.	Juína	MT	25,00	18,82	Despacho ANEEL nº 985, de 20/04/2016
PCH Lambari	Mauê S.A. - Geradora e Fornecedora de Insumos	Pesqueiro	SC	4,00	1,86	Despacho nº 1.250, de 13/05/2016
PCH Lúcia Cherobim	CPFL Energias Renováveis S.A.	Iguaçu	PR	28,00	16,67	Despacho ANEEL nº 1.222, de 11/05/2016
PCH Manuel Alves	Central Geradora Hidrelétrica Manuel Alves Ltda.	Manuel Alves	TO	8,00	5,22	Despacho ANEEL nº 1.265, de 16/05/2016 Despacho ANEEL nº 2.731, de 19/08/2015
PCH Matrinchã	Zarwal de Participação Ltda.	Ponte de Pedra	MT	29,70	18,51	Despacho ANEEL nº 1.329, de 20/05/2016 Despacho ANEEL nº 3.861, de 14/11/2013
PCH Melo Viana	Empresa de Força e Luz São Sebastião Ltda.	Matipó	MG	6,516	3,06	Despacho ANEEL nº 1.263, de 13/05/2016 Despacho ANEEL nº 1.717, de 26/05/2015
PCH Piarucum	Piarucum Energia Ltda.	Ribeirão do Inferno	TO	8,00	5,47	Despacho ANEEL nº 1.246, de 13/05/2016
PCH Quebra Dentes	Quevedos Energética S.A.	Toropi	RS	22,36	11,62[2]	Despacho ANEEL nº 1.247, de 13/05/2016
PCH Rincão	Rincão Energia S.A	Ijuizinho	RS	10,00	4,60	Despacho ANEEL nº 206, de 26/01/2016

[1] Considerando a limitação pela potência fornecida pelas turbinas do empreendimento.

[2] Garantia física de energia total do empreendimento (casa de força principal + casa de força complementar).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DAS CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS - CGHs - 1º LEILÃO DE ENERGIA DE RESERVA DE 2016

Empreendimento	Empreendedor (Razão Social)	Rio	UF	Potência (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed))
CGH Alegre	Alegre Energia S.A.	Do Alegre	MG	1,00	0,68
CGH Bom Jesus	Bom Jesus Energia S.A.	Ribeirão Sacramento	MG	1,00	0,68
CGH Cabeça de Pato	Cabeça de Pato Geração de Energia SPE Ltda.	Pedrinho	PR	1,60	1,08
CGH Cedro	Cedro Energia S.A.	Tronqueirinhas	MG	1,00	0,66
CGH Enxadrista	Energética Rio das Pedras Ltda.	Das Pedras	PR	1,00	0,62
CGH Ingá Mirim	Ingá Mirim Energia S.A.	Ribeirão Pouso Alegre	MG	1,00	0,79
CGH João Franco	Porto Energética Ltda.	Machado	MG	1,00	0,68
CGH Médio Garcia	Hidrelétrica Médio Garcia SPE Ltda.	Garcia	SC	1,00	0,64
CGH Palmeiras do Tocantins	Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins Ltda.	Ribeirão Bonito	TO	2,75	1,47
CGH Paraíso	Hidrelétrica Paraiso SPE Ltda.	Das Flores	SC	1,00	0,61
CGH Ponte Queimada	Ponte Queimada Energia S.A.	Ribeirão Sacramento	MG	1,00	0,66
CGH Santana do Deserto I	Central Geradora Hidrelétrica Santana do Deserto	Ribeirão Caguincho	MG	1,60	1,07
CGH São Miguel	São Miguel Energia Ltda.	Cascavel	MS	1,00	0,85
CGH Sirivera	Central Hidrelétrica Sirivera Ltda.	Ribeirão do Inferno	TO	1,80	1,37
CGH Sucuri	Central Elétrica Sucuri Ltda.	Ribeirão Bonito	TO	2,75	1,35
CGH Willy Faller	Mafrás Energia e Reflorestamento Ltda.	Lajeado dos Portões	SC	1,00	0,73





Ficou mais fácil conhecer o acervo de imprensa mais importante do Brasil e oitavo do mundo. A Imprensa Nacional lançou na internet a Visita Virtual ao Museu da Imprensa.

Agora, a distância, é possível conferir a riqueza de peças como o prelo em que trabalhou Machado de Assis, a réplica da primeira impressora manual que chegou ao Brasil em 1808, a bela história dos 300 anos da máquina de escrever, entre outras relíquias.

Com recursos visuais avançados, o internauta vai poder entrar no museu e ver cerca de quatrocentas peças e documentos, que registram a evolução da imprensa no Brasil, com descrições detalhadas sobre algumas delas. Essa acessibilidade estará brevemente também disponível aos portadores de necessidades especiais.

Tudo isso, a um clique do visitante no portal www.in.gov.br.

IMPRENSA NACIONAL 1808

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 55, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001393/2016-48 e do Parecer nº 40, de 5 de setembro de 2016, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 63, de 6 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 8 de setembro de 2011, aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas, comumente classificadas no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

1.3. Tendo em vista que, para fins de procedimentos de defesa comercial, a China não é considerada um país de economia predominantemente de mercado, o valor normal foi determinado com base no preço do produto similar em um terceiro país de economia de mercado. O país de economia de mercado adotado foi os Estados Unidos da América, atendendo ao previsto no art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013. Conforme o § 3º do mesmo artigo, dentro do prazo improrrogável de 70 (setenta) dias contado da data de início da revisão, o produtor, o exportador ou o peticionário poderão se manifestar a respeito da escolha do terceiro país e, caso não concordem com ela, poderão sugerir terceiro país alternativo, desde que a sugestão seja devidamente justificada e acompanhada dos respectivos elementos de prova.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

8. Em virtude do grande número de produtores/exportadores da China identificados nos dados detalhados de importação brasileira, de acordo com o disposto no inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão selecionados, para o envio do questionário, os produtores ou exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do país exportador.

9. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

10. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

11. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

12. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

13. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 63, de 6 de setembro de 2011, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

14. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027- 8264/7357 ou pelo endereço eletrônico tubosacosemcosturachina@mdic.gov.br.

DANIEL MARTELETO GODINHO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

As exportações para o Brasil de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados em oleodutos ou gasodutos, comumente classificadas no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, foram objeto de investigações de dumping anteriores.

1.1. Da investigação original

Em 20 de outubro de 2010, a Vallourec & Mannesmann Tubes do Brasil S.A. protocolou petição de início de revisão do direito antidumping, aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até cinco polegadas (141,3 mm), originárias da China.

Após análise das informações prestadas e presentes os elementos de prova que justificariam a abertura da investigação, conforme o Parecer DECOM nº 20 de 1º de outubro de 2010, a investigação foi aberta por meio da Circular SECEX nº 42, de 5 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 7 de outubro de 2010.

Por meio da Resolução CAMEX nº 63, de 06 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 08 de setembro de 2011, decidiu-se pela aplicação do direito antidumping, por até cinco anos, na forma de alíquota específica de US$ 743,00/t (setecentos e quarenta e três dólares estadunidenses por tonelada).

1.2. De outras investigações

Por meio da Portaria Interministerial MICT/MF nº 13, de 6 de outubro de 1999, publicada no D.O.U. de 20 de outubro de 1999, foi aplicado direito antidumping definitivo, por cinco anos, na forma de alíquota ad valorem de 32,2% às importações de tubos de aço carbono sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até 5 polegadas, originárias da Romênia. Este direito foi objeto de 2 revisões, tendo sido a primeira encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 32, de 5 de outubro de 2005, publicada no D.O.U. de 7 de outubro de 2005, que prorrogou, por até cinco anos, o direito em tela na forma da alíquota ad valorem de 14,3%. A segunda revisão foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 54, de 9 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 10 de agosto de 2011, que manteve, por até cinco anos, o direito antidumping em vigor na forma de alíquota ad valorem de 14,3%.

Por meio da Resolução CAMEX nº 106, de 24 de novembro de 2014, publicada no D.O.U. de 24 de novembro de 2014, foi aplicado direito antidumping, sob a forma de alíquota específica, nas importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro externo não superior a 5 (cinco) polegadas nominais (141,3 mm), originárias da Ucrânia. Foram aplicadas alíquotas específicas de US$ 145,26/t (cento e quarenta e cinco dólares estadunidenses e vinte e seis centavos por tonelada) para 2 empresas e de US$ 708,60/t (setecentos e oito dólares estadunidenses e sessenta centavos por tonelada) para as demais empresas ucranianas. Tal medida permanecerá em vigor até 24 de novembro de 2019.

2. DA REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 26 de novembro de 2015 foi publicada a Circular SECEX nº 74, de 25 de novembro de 2015, que tornou público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 63, de 6 de setembro de 2011, encerrar-se-ia no dia 8 de setembro de 2016. Adicionalmente, foi informado que, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, as partes que desejassem iniciar uma revisão deveriam protocolar petição de revisão de final de período, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência do direito antidumping.

2.2. Da petição

Em 29 de abril de 2016, a Vallourec Tubos do Brasil S.A., doravante também denominada Vallourec ou peticionária, protocolou, no Sistema DECOM Digital (SDD), utilizado para as tramitações referentes ao presente processo administrativo, petição de revisão de final de período do direito antidumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço carbono sem costura, de condução (line pipe), com diâmetro de até cinco polegadas, quando originárias da China e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Com base no §2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, o DECOM, em 11 de maio de 2016, por meio do Ofício nº 2.987/2016/CGMC/DECOM/SECEX, solicitou-se à peticionária informações complementares àquelas fornecidas na petição.

Tempestivamente, a Vallourec pediu prorrogação do prazo de 27 de maio, determinado no ofício acima mencionado. Concedida a prorrogação por meio do Ofício nº 3.584/2016/CGMC/DECOM/SECEX, de 27 de maio de 2016, a peticionária apresentou tais informações, tempestivamente, em 1º de junho de 2016.

2.3. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas como partes interessadas, além da produtora nacional do produto similar, Vallourec, o Governo da China, os produtores/exportadores estrangeiros e os importadores brasileiros do produto objeto da revisão.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8.058, de 2013, identificou, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, as empresas produtoras/exportadoras e os importadores brasileiros do produto objeto da revisão durante o período de revisão de indícios de dumping.

2.4. Da verificação in loco na indústria doméstica

Fundamentado nos princípios da eficiência, previsto no art. 2º, caput, da Lei nº 9.784, de 1999, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, foi realizada verificação in loco única para confirmar os dados fornecidos pela Vallourec.

Neste contexto, solicitou-se, por meio do Ofício nº 3.949, de 17 de junho de 2016, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação in loco dos dados apresentados pela Vallourec Tubos do Brasil S.A., no período de 18 a 22 de julho de 2016, em Belo Horizonte - MG.

Em atenção ao § 3º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, após consentimento das empresas, foi realizada verificação in loco, no período proposto, com o objetivo de confirmar e de obter maior detalhamento das informações prestadas pelas empresas na petição de início de revisão de final de período e nas respostas aos pedidos de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhado às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram obtidos esclarecimentos acerca do processo produtivo de tubos de aço carbono sem costura. Por fim, consideraram-se válidas as informações fornecidas pela Vallourec, após as pequenas correções fornecidas pela empresa.

Nos termos do § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, cópia do relatório da referida verificação in loco foi juntada aos autos da presente revisão.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da revisão

O produto objeto da revisão do direito antidumping são os tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizado para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas (doravante também denominados tubos de aço carbono sem costura), usualmente classificados no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, exportados pela China.

A principal matéria-prima utilizada no processo de fabricação do produto objeto da revisão é o aço carbono, cuja composição química varia em razão da norma técnica do grau do aço e está relacionada ao seu uso. O aço é uma liga metálica formada principalmente de ferro e carbono, que pode possuir outras ligas dependendo da aplicação e da necessidade de atingir as propriedades do produto final. O aço carbono é definido como uma liga metálica formada pelo resultado da combinação de ferro e carbono, quando as proporções de outros elementos sejam inferiores a determinados limites percentuais: 0,3% de alumínio; 0,0008% de boro; 0,3% de cromo; 0,3% de cobalto; 0,4% de cobre; 0,4% de chumbo; 1,65% de manganês; 0,08% de molibdênio; 0,3% de níquel; 0,06% de nióbio; 0,6% de silício; 0,05% de titânio; 0,3% de tungstênio (volfrâmio); 0,1% de vanádio; 0,05% de zircônio e 0,1% de outros elementos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O produto objeto da revisão são os tubos de aço carbono que apresentam diâmetro externo não superior a 5 (cinco) polegadas nominais (141,3 mm). Tais tubos, contudo, podem apresentar diferentes dimensões no que diz respeito ao diâmetro interno e à espessura da parede do tubo, além de apresentar diferentes tipos de acabamento de pontas e de proteção de superfície.

Esclarece-se que, por norma, cinco polegadas nominais (5") equivalem a 141,3 mm. A tabela a seguir correlaciona os tamanhos do diâmetro em polegadas e em milímetros:

Diâmetro nominal em polegadas	Diâmetro em milímetros
¼	13,7
½	21,3
1	33,4
1 ¼	42,2
1 ½	48,3
2	60,3
3	88,9
4	114,3
5	141,3

O produto objeto do direito antidumping está sujeito normalmente à norma técnica API-5L, podendo estar ou não estar associado a outras normas como ASTM-A106, ASTM-A53, ASTM-A333, etc. As normas podem variar em função das condições de pressão de formação, da vazão, da profundidade, do tipo de fluido e de outros fatores relativos à aplicação a que se destina.

As principais normas técnicas utilizadas internacionalmente para a comercialização do produto são:

Norma	Instituição normalizadora
API 5L	American Petroleum Institute
DNV OS F-101	Det Norske Veritas (DNV)
CSA-Z245.1	Canadian Standards Association (CSA)
ISO 3183	International Organization for Standardization (ISO)

A título ilustrativo, a peticionária indicou, de forma não exaustiva, outras normas que podem vir associadas às normas principais, tais como:

Norma	Instituição normalizadora
ASTM A 106/NBR 6321	American Society for Testing and Materials (ASTM) / Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
ASTM A 53/NBR 5590	American Society for Testing and Materials (ASTM) / Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
ASTM A 333	American Society for Testing and Materials (ASTM)

Os tubos de aço carbono sem costura são usados principalmente na construção de oleodutos e gasodutos para condução e armazenamento de fluidos. São também usados em refinarias, em indústrias químicas e petroquímicas, em indústria naval e estaleiro, bem em plantas de tratamento e distribuição de gás. Também são utilizados na condução de derivados de petróleo em pequenas extensões.

3.2. Do produto similar fabricado no Brasil

O produto similar, fabricado no Brasil, são os tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizado para oleodutos e gasodutos, com diâmetro externo não superior a cinco polegadas, usualmente classificados no item 7304.19.00 da NCM.

A principal matéria-prima utilizada no processo de fabricação do produto fabricado no Brasil é o ferro gusa, a partir do qual se produz o aço carbono. As demais características do produto nacional (composição química, grau do aço, capacidade e diâmetro externo) são semelhantes às do produto objeto da revisão, descritas no item 3.1 desta circular.

O produto similar não é medido em termos de potência, e a capacidade é dimensionada a partir da norma aplicável. Além disso, tal produto pode ser laminado a quente ou estirado/trefilado a frio. Assim como o produto objeto da revisão, o produto fabricado no Brasil pode apresentar diferentes dimensões no que diz respeito ao diâmetro interno e à espessura de parede, além de apresentar diferentes tipos de acabamento de pontas e de proteção de superfície. A proteção vai depender da destinação do uso do tubo, da característica que se deseja obter e do interesse do cliente. Por exemplo, o revestimento de concreto ajuda a manter a estabilidade da linha e o revestimento com isolamento térmico visa manter a temperatura interna no tubo. Ademais, o produto similar pode ser comercializado com diferentes tipos de acabamento de pontas. Esse acabamento é fundamental para fazer a ligação de um tubo a outro e vai variar de acordo com a aplicação do produto.

No que se refere ao processo de fabricação dos tubos de aço sem costura, a peticionária apresentou descrição do fluxograma do processo produtivo da indústria doméstica. O processo produtivo inicia-se com a fabricação do aço. No alto-forno, carvão vegetal e minério de ferro fundem-se, transformando esse minério em ferro gusa. O ferro gusa passa, então, pelo processo de oxidação. Após essa etapa, é adicionada sucata para obter a liga básica de aço. Posteriormente, o aço é transportado para o forno panela, onde é realizado o controle de temperatura do aço líquido e são adicionados elementos de liga para atender à composição química exigida. Depois da etapa de purificação, o aço líquido passa pelo processo de lingotamento contínuo, em que são formados os blocos cilíndricos de aço em estado sólido.

Os blocos cilíndricos de aço são, então, transformados em tubos através do processo de laminação a quente, por meio de três etapas fundamentais. Na primeira, os blocos são perfurados, e o resultado é a lupa, primeira matéria-prima em forma de tubo. Na segunda, a lupa passa por laminador com o objetivo de aproximar o diâmetro externo às especificações exigidas pelo cliente. Na terceira, ajusta-se o diâmetro e a espessura do tubo. Após a laminação a quente, há o resfriamento. Logo em seguida, os tubos são reaquecidos para que haja homogeneização da microestrutura. Na sequência, os tubos passam pelo descarepador para, enfim, chegar à etapa do laminador calibrador, em que se garante que as medidas finais do tudo estejam dentro das especificações das normas técnicas. Após esta etapa, os tubos são esfriados novamente e seguem para as linhas de inspeção e ajustagem.

A depender da especificação do produto, pode haver a necessidade de trefilação/estiramento do tubo. Essa é uma etapa importante em que há redução do diâmetro externo e interno e aumento do comprimento da lupa. O tubo pode passar por mais de uma etapa de trefila até atingir a medida final. Dependendo da composição química do aço é necessário tratamento térmico na lupa ou passes intermediários de trefila com o objetivo de diminuir a dureza e aumentar a capacidade de deformação plástica. Após esta etapa, os tubos seguem para as linhas de inspeção e ajustagem (que incluem serra, inspeção visual, inspeção não destrutiva e dimensional, marcação, acabamento de pontas, oleamento, amarração e despacho).

Segundo informações apresentadas na petição, os tubos de aço carbono sem costura fabricados no Brasil têm os mesmo usos e aplicações dos tubos originários da China. Tal qual o produto objeto, o produto similar também é comercializado no Brasil em peças soltas ou em amarrados, sendo distribuídos através de vendas diretas do fabricante para o usuário final ou por meio de distribuidoras e revendas.

O produto similar também está sujeito às mesmas normas técnicas do produto objeto, mencionadas no item anterior. Além disso, no Brasil, vigoram as normas ABNT NBR 5590 e ABNT NBR 6321, que são equivalentes, respectivamente, às normas norte-americanas ASTM-A53 e ASTM-A-106. A peticionária ressaltou que a lista de normas técnicas não é exaustiva, uma vez que, em todo o mundo, há diversas entidades normalizadoras similares à brasileira ABNT, as quais podem estabelecer normas e/ou regulamentos técnicos. Na petição foram citadas as principais normas demandadas no mercado.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da revisão é normalmente classificado no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH. A alíquota do imposto de importação para esse item foi de 16% ao longo do período de análise de indícios de dano.

Há acordos de preferência tarifária, como segue:

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
Argentina	ACE 18 - Mercosul	100%
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	100%

3.4. Da similaridade

O art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da revisão.

Dessa forma, diante das informações apresentadas, ratifica-se a conclusão no procedimento anterior de que o produto produzido no Brasil é similar ao produto objeto da revisão, avaliando-se em termos de matérias primas, composição química, usos e aplicações, processo produtivo e demais critérios definidos no § 1º do art. 9º do Regulamento Brasileiro.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Tendo em vista que a peticionária consiste na única produtora nacional do produto similar doméstico, o qual foi definido, no item 0 desta circular, como tubos de aço carbono sem costura, de condução (line pipe), com diâmetros de até 5 polegadas, definiu-se como indústria doméstica, para fins de análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano, a linha de produção de tubos de aço carbono sem costura da empresa Vallourec Tubos do Brasil S.A., a qual representa, portanto, a totalidade da produção nacional do produto similar doméstico.

5. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO/RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

5.1. Da existência de dumping durante a vigência do direito

Para fins desta revisão, a avaliação de existência de dumping durante a vigência do direito levou em consideração o período de janeiro a dezembro de 2015.

De acordo com os dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, as importações brasileiras de tubos de aço carbono sem costura originárias da China, nesse período, somaram 489,96 toneladas.

5.1.1. Do valor normal

O art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, prevê, no caso de país de economia não de mercado, que o valor normal será determinado com base: (i) no preço de venda do produto similar em um país substituto; (ii) no valor construído do produto similar em um país substituto; (iii) no preço de exportação de produto similar de um país substituto para outros países exceto o Brasil; ou (iv) em qualquer outro preço razoável, inclusive o preço pago ou a pagar pelo produto similar no mercado interno brasileiro, devidamente ajustado, se necessário, para incluir margem de lucro razoável, sempre que nenhuma das hipóteses anteriores seja viável e desde que devidamente justificado.

Uma vez que a China, para fins de defesa comercial, não é considerada um país de economia de mercado, a Vallourec indicou os Estados Unidos da América (EUA) como terceiro país para fins de determinação do valor normal. Considerando que o direito antidumping aplicado à Romênia possuía data limite de vigência próximo ao termino do direito aplicado contra as importações originárias da China, salvo início de revisão, questionou-se a peticionária, em 8 de agosto de 2016, por meio do Ofício nº 5.890/2016, sobre a viabilidade da utilização daquele país como terceiro-país para fins de apuração de valor normal.

Segundo a peticionária, ainda que haja direito antidumping aplicado às importações originárias da Romênia, a utilização daquele país como país substituto não seria considerada adequada. Neste sentido, apontou que, nos termos do §1º do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, o país substituto consistiria de um terceiro país de economia de mercado considerado apropriado levando-se em conta as informações confiáveis apresentadas tempestivamente pelo peticionário ou pelo produtor ou exportador, incluindo: o volume das exportações do produto similar do país substituto para o Brasil e para os principais mercados consumidores mundiais; o volume das vendas do produto similar no mercado interno do país substituto; a similaridade entre o produto objeto da investigação e o produto vendido no mercado interno ou exportado pelo país substituto; a disponibilidade e o grau de desagregação das estatísticas necessárias à investigação; ou o grau de adequação das informações apresentadas com relação às características da investigação em curso.

A respeito do volume das exportações do produto similar do país substituto para o Brasil e para os principais mercados consumidores mundiais, a peticionária apontou que as importações brasileiras do produto similar originárias tanto dos EUA como da Romênia seriam pouco relevantes, não se configurando como quantidade representativa. Com relação ao volume exportado para os principais mercados, defendeu que o volume exportado pelos EUA, embora inferior ao da Romênia, também seria expressivo, tendo sido, no período de janeiro a dezembro de 2015, superior à demanda brasileira.

Em relação às vendas do produto similar no mercado interno do país substituto, a peticionária apresentou a publicação especializada Preston Pipe & Tube Report, que indicaria que o volume comercializado no mercado interno dos EUA seria bastante expressivo e acrescentou que os EUA seriam um dos principais e mais tradicionais mercados produtores e consumidores do produto similar.

Em relação ao grau de desagregação das estatísticas necessárias à revisão, a peticionária explicou que para os EUA há publicações especializadas, como a utilizada pela peticionária, que apresentam preços relativos aos tubos de aço line pipe sem costura de 0" a 4,5", faixa que representaria quase a totalidade dos produtos objeto do direito. Ainda em relação à Romênia, não existiriam publicações especializadas ou outras fontes de informação.

Em relação ao grau de adequação das informações, a peticionária destacou que os preços apresentados na publicação Preston Pipe & Tube Report refletiriam preços efetivamente praticados e se encontrariam na condição de comércio FOB mill, que permitiria a comparação com os preços de exportação na condição FOB.

A peticionária indicou ainda que o produto similar e o produto objeto do direito possuiriam as mesmas características e propriedades mecânicas, sujeitando-se às mesmas especificações técnicas.

Dessa forma, considerando o estabelecido no § 1º do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, considerou-se apropriada a sugestão da peticionária de utilizar os EUA como país substituto para fins de determinação do valor normal da China.

Nesse contexto, a peticionária sugeriu como metodologia para apuração do valor normal chinês a utilização do preço de venda do produto similar no mercado interno dos EUA, tomando-se como base, para fins de início da revisão, os dados contidos na publicação especializada Preston Pipe & Tube Report, da Preston Publishing Company, de fevereiro de 2016. A referida publicação apresenta preços de venda de diversos tipos de tubos no mercado interno estadunidense, inclusive dos tubos de aço carbono

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

não ligado similares ao produto objeto da revisão, para o período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015. Tal publicação foi apresentada em base restrita, estando disponível para consulta por parte das partes interessadas desta revisão.

Ressalte-se que, muito embora a publicação sugerida pela peticionária não divulgue os volumes vendidos nos períodos considerados, os valores disponibilizados consistem nos preços de venda médios mensais ponderados pelo volume de vendas no mercado interno estadunidense. Os preços apresentados são uma combinação de vendas de produtos fabricados no mercado interno dos EUA e de revendas de produtos similares importados. Cumpre destacar que os preços estão em US$ por tonelada líquida, de modo que é necessário convertê-los para US$/tonelada métrica, a fim de viabilizar a comparação entre o preço de exportação e o valor normal. Essa conversão deve levar em consideração o fato de que uma tonelada líquida corresponde a 0,907 toneladas métricas.

Cabe ainda destacar que a condição de comércio relacionada aos preços utilizados na apuração dos preços médios contidos na publicação foram equivalentes a FOB mill, para as vendas de produtos de fabricados nos EUA, e CIF para as importações. Para fins de início da revisão e tendo em vista que a condição de comércio FOB mil se refere ao preço no primeiro ponto de venda no mercado interno dos EUA, considerou-se que tal nível de preço não traria prejuízo aos exportadores para fins de início da revisão, dado que esta seria equivalente ao preço no porto de exportação, sendo portanto uma metodologia conservadora para apuração do valor normal para a China com base nos dados disponíveis.

Dessa forma, na apuração do valor normal chinês, para fins de início da revisão, tendo em vista que não há informação acerca de tubos entre 4,5" e 5", foram utilizados apenas os preços referentes a tubos entre 0" e 4,5".

Assim sendo, considerando-se os preços disponibilizados para as linhas de tubos entre 0" e 4,5", referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2015, e convertendo esses preços de US$ por tonelada líquida para US$ por tonelada métrica, apurou-se o valor normal, na condição ex fabrica, de US$ 1.437,16/t (mil quatrocentos e trinta e sete dólares estadunidenses e dezesseis centavos por tonelada) conforme demonstrado no quadro a seguir:

Mercado Doméstico EUA
Preston Pipe - Average market prices

Período	US$ / Toneladas Líquidas	US$ / Toneladas Métricas*
jan/15	[confidencial]	[confidencial]
fev/15	[confidencial]	[confidencial]
mar/15	[confidencial]	[confidencial]
abr/15	[confidencial]	[confidencial]
mai/15	[confidencial]	[confidencial]
jun/15	[confidencial]	[confidencial]
jul/15	[confidencial]	[confidencial]
ago/15	[confidencial]	[confidencial]
set/15	[confidencial]	[confidencial]
out/15	[confidencial]	[confidencial]
nov/15	[confidencial]	[confidencial]
dez/15	[confidencial]	[confidencial]
Jan-Dez 2015 (P5)	1.303,50	1.437,16

5.1.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Para fins de apuração do preço de exportação da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro efetuadas no período de revisão de indícios de dumping, ou seja, as exportações realizadas de janeiro a dezembro de 2015.

Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não objeto da revisão.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume (t)	Preço de Exportação FOB (US$/t)
468.010,88	489,96	955,20

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da revisão, no período de revisão de indícios de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, chegou-se ao preço de exportação apurado para a China de US$ 955,20/t (novecentos e cinquenta e cinco dólares estadunidenses e vinte centavos por tonelada).

5.1.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Dessa forma, muito embora o valor normal e o preço de exportação utilizados não estejam na mesma condição de venda, a comparação entre o valor normal e o preço de exportação, prevista no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, não resultou em prejuízo aos exportadores.

Tendo isso em consideração, apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China:

Valor Normal (FOB mill) US$/t	Preço de Exportação (FOB) US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
1.437,16	955,20	481,96	50,5%

5.2. Da conclusão sobre a existência de dumping durante a vigência da medida

A margem de dumping apurada demonstra haver indícios de que os produtores/exportadores chineses continuaram a praticar dumping nas suas exportações do produto objeto do direito para o Brasil no período de janeiro a dezembro de 2015.

5.3. Do desempenho do produtor/exportador

Com vistas a indicar o potencial exportador chinês, a peticionária apresentou informações a respeito da capacidade de produção de 12 (doze) empresas chinesas.

Segundo as informações apresentadas, a capacidade das plantas de 12 produtoras chinesas de tubos de aço correspondia a 11,7 milhões de toneladas por ano. Ademais, consta da petição que a exportação total de tubos de aço sem costura originária da China teria atingido 65,4 milhões de toneladas anuais, considerando informação divulgada em setembro de 2014, o que representaria incremento de 39,3% em relação ao ano anterior. Ressalte-se que, ainda que tais números incluam tubos com diâmetro externo distinto daquela do produto objeto do direito, tais dados deixariam claro o potencial exportador chinês. Adicionalmente, segundo informações disponibilizadas pelo Trademap do International Trade Center (ITC), a partir de dados do Customs Administration of China Statistics, do governo chinês, as exportações chinesas de tubos de aço sem costura, dos tipos utilizados em oleodutos e gasodutos (line pipes) teriam atingido 1.247, 2 mil toneladas em 2015.

China - Exportação total para o mundo Em Toneladas

Período	Item 73041920	Item 73041930	Total
P1 (2011)	336.932,0	704.399,5	1.041.331,5
P2 (2012)	378.600,5	779.617,0	1.158.217,5
P3 (2013)	471.037,7	704.825,6	1.175.863,3
P4 (2014)	514.899,0	801.631,6	1.316.530,6
P5 (2015)	506.964,2	740.185,2	1.247.149,4

Adicionalmente, os dados apontariam aumento de 205 mil toneladas de 2011 a 2015, indicado possível aumento da capacidade instalada. Cabe destacar que, mesmo que se considere que não houve aumento da capacidade instalada, a queda no volume de exportações, equivalente a 69 mil toneladas, representaria potencial exportador [confidencial] vezes superior ao mercado brasileiro.

Ressalte-se que os dados apresentados foram aqueles que estavam razoavelmente ao alcance da peticionária e que, ainda que não se refiram especificamente ao produto objeto do direito, indicariam indícios acerca do potencial exportador chinês.

5.4. Das alterações nas condições de mercado

Segundo as informações apresentadas pela peticionária, não foram identificadas alterações nas condições de mercado na China.

5.5. Da aplicação de medidas de defesa comercial

Segundo as informações apresentadas pela peticionária, houve alteração nas condições de mercado do país exportador em decorrência da aplicação de medidas de defesa comercial às exportações originárias da China por parte da Índia, Turquia e México, além de prorrogação de medidas de defesa comercial na União Europeia, nos EUA e no Canadá.

5.6. Da conclusão dos indícios de continuação ou retomada do dumping

Ante o exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente haverá a continuação de prática de dumping nas exportações de tubos de aço sem costura da China para o Brasil. Além de haver indícios de que os produtores/exportadores chineses continuaram a praticar dumping durante a vigência do direito antidumping, há indícios de existência de substancial potencial exportador, significativamente superior ao tamanho do mercado brasileiro, o que seria ainda agravado pela imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de tubos de aço carbono sem costura. O período de revisão para determinar se a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano corresponde ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, dividido da seguinte forma: P1 - janeiro a dezembro de 2011; P2 - janeiro a dezembro de 2012; P3 - janeiro a dezembro de 2013; P4 - janeiro a dezembro de 2014; e P5 - janeiro a dezembro de 2015.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de tubos de aço carbono sem costura importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao item 7304.19.00 da NCM, fornecidos pela RFB. Também foram utilizados os dados de importação referentes aos itens 7304.31.90, 7304.39.10 e 7304.39.90 da NCM, devido ao fato de que a peticionária alegou também neles existirem importações do produto.

Nos itens da NCM anteriormente citados são classificadas importações de tubos, assim como de outros produtos, distintos do produto objeto da revisão. Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, de forma a se obter as informações referentes exclusivamente aos tubos de aço carbono sem costura em questão.

Para efeitos do início da revisão, a depuração consistiu em, a partir da descrição detalhada de cada uma das declarações de importações, bem como das informações constantes da petição de início da revisão, retirar da base de dados fornecida pela RFB, as importações de produtos distintos ao de interesse da revisão.

Assim, retirou-se da base de dados as importações de tubos estranhos à revisão, quais sejam: tubos com diâmetro externo superior a 5 polegadas e tubos dos tipos não utilizados em oleodutos ou gasodutos. No que concerne aos itens 7304.31.90, 7304.39.10 e 7304.39.90 da NCM, somente foram consideradas as importações claramente relacionadas aos tubos de aço sem costura para utilização em oleodutos ou gasodutos. Destaca-se que, para tais itens, o volume importado do produto é pouco representativo frente ao volume importado total ([CONFIDENCIAL]).

6.1.1. Do volume das importações

O quadro seguinte apresenta os volumes de importações totais de tubos de aço carbono sem costura no período de revisão de indícios de dano à indústria doméstica:

Importações Totais (em toneladas e número índice)

	P1	P2	P	P4	P5
China	100,0	30,0	14,9	19,7	6,2
Total sob Análise	100,0	30,0	14,9	19,7	6,2
Ucrânia	-	100,0	465,2	150,5	35,7
Malásia	-	-	-	-	100,0
Romênia	-	100,0	27,7	532,1	1.325,5
Demais Países	100,0	761,4	1.227,2	841,7	324,5
Total Exceto sob Análise	100,0	3.076,9	11.968,3	4.354,0	1.647,6
Total Geral	100,0	55,2	114,0	55,6	19,8

* Demais países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Áustria, Belarus, Bélgica, Cazaquistão, Coreia do Sul, Croácia, Eslováquia, Espanha, EUA, França, Hong Kong, Índia, Itália, Japão, Países Baixos (Holanda), Reino Unido, Singapura, Tailândia, Taiwan (Formosa), Tcheca, República, Turquia.

O volume das importações brasileiras de tubos de aço carbono sem costura originárias da China apresentou quedas sucessivas de P1 para P2 (70,0%) e de P2 para P3 (50,3%); na sequência houve elevação, de P3 para P4 (32,0%) e queda de P4 para P5 (68,6%). Considerando todo o período analisado o volume de tais importações apresentou queda equivalente a 93,8%. Ainda assim, representou aproximadamente 31,0% das importações totais em P5.

Com relação ao volume importado de tubos de aço carbono não ligado originárias das demais origens pelo Brasil, foram observados incrementos de P1 para P2 (2.977,0%) e de P2 para P3 (289,0%), na sequência, houve quedas de P3 para P4 (63,6%) e de P4 para P5 (62,2%). Considerando o período de P1 para P5, tais importações apresentaram crescimento equivalente a 1.547,6%.

Quanto ao total importado, verificou-se redução de 44,8% de P1 para P2, seguido por crescimento de 106,3% de P2 para P3, novas reduções de 51,2% de P3 para P4 e 64,4% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, observa-se retração de 80,2% de P1 para P5.

Neste cenário, é necessário destacar o crescimento das importações da Ucrânia, que apesar de terem sido nulas em P1, foram responsáveis por 75% destas importações em P2, 89,7% em P3, 79,8% em P4 e 50,1% em P5. Assim, aquele país se tornou o principal fornecedor ao Brasil já em P3. Por outro, observou-se que as importações originárias da China, devido ao direito já vigente, apresentaram redução de 93,8% de P1 para P5.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de tubos de aço carbono sem costura no período de revisão de indícios de dano à indústria doméstica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valor das Importações Totais (US$ CIF e número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	32,0	16,0	22,7	6,2
Total sob Análise	100,0	32,0	16,0	22,7	6,2
Ucrânia	-	100,0	393,6	124,5	29,5
Malásia	-	-	-	-	100,0
Romênia	-	100,0	34,7	421,3	706,1
Demais Países	100,0	188,6	375,4	317,3	258,1
Total Exceto sob Análise	100,0	650,8	2.184,5	901,0	469,0
Total Geral	100,0	61,9	120,8	65,2	28,6

Em relação ao valor das importações originárias da China, observou-se queda de P1 para P2 (68%) e de P2 para P3 (50%), na sequência houve aumento de P3 para P4 (42%) e queda de P4 para P5 (72,6%). Considerando todo o período, houve queda de 93,8% de P1 para P5.

Quando analisadas as importações das demais origens, foram observados incrementos de P1 para P2 (550,8%) e P2 para P3 (235,7%), seguidos de quedas de P3 para P4 (58,8%) e de P4 para P5 (48,0%). Considerando todo o período de revisão, evidenciou-se aumento de 369% no valor médio importado dos demais países.

Preços das Importações Totais (US$ CIF/tonelada e número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	106,7	107,2	115,3	100,4
Total sob Análise	100,0	106,7	107,2	115,3	100,4
Ucrânia	-	100,0	84,6	82,7	82,4
Malásia	-	-	-	-	100,0
Romênia	-	100,0	125,0	79,2	53,3
Demais Países	100,0	24,8	30,6	37,7	79,5
Total Exceto sob Análise	100,0	21,2	18,3	20,7	28,5
Total Geral	100,0	112,1	106,0	117,2	144,4

* Demais países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Áustria, Belarus, Bélgica, Cazaquistão, Coréia do Sul, Croácia, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, França, Hong Kong, Índia, Itália, Japão, Países Baixos (Holanda), Reino Unido, Singapura, Tailândia, Taiwan (Formosa), Tcheca, República, Turquia.

Observou-se que o preço CIF médio por tonelada das importações brasileiras de tubos de aço carbono sem costura investigadas apresentou elevação de P1 para P2 (6,7%), de P2 para P3 (0,5%) e de P3 para P4 (7,6%), seguido de queda de P4 para P5 (12,9%). Considerando todo o período, o preço médio de tais importações se manteve estável de P1 para P5, dado que o aumento acumulado foi equivalente a 0,4%.

O preço CIF médio por tonelada dos produtos originários dos demais países observou-se queda de P1 para P2 (78,9%) e de P2 para P3 (13,7%), na sequência observaram-se aumentos de P3 para P4 (13,4%) e de P4 para P5 (37,5%). Com efeito, de P1 para P5, o preço de tais importações apresentou queda de 71,5%.

Cabe observar que o preço médio das importações originárias da Ucrânia foi inferior ao preço médio das demais origens, considerando a incidência do direito antidumping aplicado às importações originárias da China.

6.2. Do mercado brasileiro

Primeiramente, destaque-se que, como não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, portanto, o mercado brasileiro equivale ao consumo nacional aparente (CNA) do produto no Brasil.

Assim, para dimensionar o mercado brasileiro de tubos de aço carbono sem costura foram considerados os volumes de vendas do produto similar doméstico no mercado interno pela indústria doméstica e os volumes importados apurados com base nos dados das importações brasileiras disponibilizados pela RFB, apresentadas no item anterior.

Mercado Brasileiro (t e número índice)

	Vendas Indústria Doméstica	Vendas Outras Empresas	Importações Origens Investigadas	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	-	100,0	100,0	100,0
P2	117,1	-	30,0	3.076,9	100,0
P3	85,0	-	14,9	11.968,3	93,0
P4	84,6	-	19,7	4.354,0	76,6
P5	55,4	-	6,2	1.647,6	45,6

O mercado brasileiro, após se manter praticamente estável, de P1 a P2, com crescimento de 0,03%, apresentou queda constante nos demais períodos. De P2 a P3, de P3 a P4 e de P4 a P5 houve redução de 7%; 17,6%; 40,5%, respectivamente. Assim, considerando os extremos do período de análise de dano, ficou evidenciada retração no mercado brasileiro de 54,4%.

6.3. Da evolução das importações

6.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

O quadro a seguir indica a participação das importações no mercado brasileiro de tubos de aço carbono sem costura.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro, em número índice

	Mercado Brasileiro (t)	Importações Origens Investigadas (t)	Participação Origem Investigada (%)	Importações Outras Origens (t)	Participação Outras Origens (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	100,0	30,0	30,0	3.076,9	3.076,1
P3	93,0	14,9	16,0	11.968,3	12.867,9
P4	76,6	19,7	25,7	4.354,0	5.686,0
P5	45,6	6,2	13,6	1.647,6	3.615,6

A participação das importações originárias da China no mercado brasileiro apresentou redução de 19,2 p.p, de P1 para P2, e de 3,8 p.p, de P2 para P3. Na sequência, subiu 2,6 p.p, de P3 para P4 e valou a apresentar redução, desta vez equivalente a 3,3 p.p, de P4 para P5. Dessa forma, a participação destas informações caiu 23,7 p.p de P1 para P5, quando atingiu o menor patamar do período investigado.

A participação das demais importações no mercado brasileiro, por outro lado, apresentou movimento distinto. Aumentou sucessivamente de P1 para P2 (6,8 p.p.) e de P2 para P3 (22,4 p.p.), na sequência, registrou queda de P3 para P4 (16,4 p.p.) e de P4 para P5 (4,7 p.p). Assim, de P1 a P5, houve aumento de 8,0 p.p. na participação de tais importações no mercado brasileiro.

6.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

O quadro a seguir indica a relação entre as importações de tubos de aço carbono não ligado originárias da China e a produção nacional do produto similar.

Importações da China e Produção Nacional, em número índice

	Produção Nacional (t) (A)	Importações China (t) (B)	[(B) / (A)] %
P1	100,0	100,0	100,0
P2	92,5	30,0	32,4
P3	75,7	14,9	19,7
P4	86,9	19,7	22,7
P5	45,7	6,2	13,5

A relação entre as importações da origem investigada e a produção nacional foi reduzida continuamente de P1 para P3: 15,4 p.p. em P2, 2,9 p.p. em P3. Na sequência, aumentou 0,7 p.p. em P4 e caiu de 2,1 p.p. em P5, sempre em relação ao período anterior. Assim, ao considerar-se todo o período, essa relação, que era de 22,8% em P1, passou a 3,1% em P5, representando queda acumulada de 19,7 p.p. Importa observar que, de P1 para P5, a produção nacional sofreu redução de 54,3%, enquanto as importações investigadas foram reduzidas em 93,8%.

6.4. Da conclusão a respeito das importações

No período de revisão, as importações originárias da China foram reduzidas significativamente: em termos absolutos, tendo passado de [CONFIDENCIAL] t, em P1, para [CONFIDENCIAL t em P5, quando atingiram o menor volume; em relação ao mercado brasileiro, uma vez que em P1 tais importações alcançavam 27,4% deste mercado e em P5 passaram a representar 3,7%, quando atingiram a menor representatividade; e em relação à produção nacional, pois em P1 representavam 22,8% desta produção e, em P5, passaram a corresponder a 3,1% do volume total produzido no país.

Diante desse quadro, constatou-se diminuição substancial das importações da origem sob análise em termos absolutos e em relação à produção e ao mercado brasileiro, o que indica que as importações sob análise só possuíam competitividade destacada no mercado brasileiro em função da prática de preços de dumping.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Como já explanado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizado para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas da Vallourec Tubos do Brasil S.A. Dessa forma, os indicadores considerados nesta circular refletem os resultados alcançados pela citada linha de produção.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional apresentados pela indústria doméstica, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - Produtos Industriais - IPA-OG-PI, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados nesta circular.

7.1. Do volume de vendas

O quadro abaixo apresenta as vendas de tubos de aço carbono sem costura de fabricação própria da Vallourec, segmentadas por destino, mercado interno e mercado externo, conforme dados da petição. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Vendas da Indústria Doméstica. Em número índice

Período	Totais (t)	Mercado Interno (t)	(%)	Mercado Externo (t)	(%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	94,6	117,1	123,8	57,1	60,4
P3	76,9	85,0	110,6	63,4	82,4
P4	88,5	84,6	95,6	95,0	107,4
P5	45,4	55,4	122,1	28,7	63,3

Nota-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno aumentou 17,1% de P1 para P2, mas reduziu-se nos demais períodos. Houve queda de 27,4% entre P2 e P3; de 0,5% entre P3 e P4 e de 34,5% entre P4 e P5. Ao se considerar os extremos da série temporal, de P1 a P5, houve queda significativa de 44,6%. Ressalte-se que, em P5, verificou-se o menor volume de vendas da Vallourec para o mercado interno durante o todo período de análise de dano. O maior volume de vendas no mercado interno foi em P2.

Em relação às vendas destinadas ao mercado externo, ocorreu redução de 42,9% entre P1 e P2 e aumento de 10,9% entre P2 e P3. De P3 a P4, houve expressivo aumento de 49,9%, tendo sido registrado, em P4, o maior volume de vendas para esse mercado. Já entre P4 e P5, observou-se acentuada queda de 69,8%. O último período da série, P5, apresentou o menor volume de exportações entre todos os períodos de análise de dano. Considerando-se todo o período de análise, o volume de vendas destinadas ao mercado externo teve retração de 71,3%.

Com relação ao total vendido, verificou-se o seguinte comportamento: redução de 5,4%, de P1 para P2, e 18,7%, de P2 para P3. No período subsequente, de P3 para P4, foi observado crescimento de 15,1%, seguido por forte retração, 48,7%, de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para, o volume total vendido apresentou queda de 54,6%.

Ressalte-se que em P4 houve expressivo aumento das exportações da indústria doméstica, o que resultou em aumento da participação das vendas do mercado externo no total de vendas da indústria doméstica, revertendo a contínua diminuição das vendas totais da Vallourec desde P1. No último período, P5, entretanto, notou-se considerável queda tanto das vendas no mercado interno quanto no mercado externo, o que representou o menor volume de vendas totais durante todo o período de análise de dano.

7.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno brasileiro.

Participação das vendas internas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro em número índice

Período	Vendas Mercado Interno (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	117,1	100,0	117,1
P3	85,0	93,0	91,4
P4	84,6	76,6	110,4
P5	55,4	45,6	121,6

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A participação da Vallourec no mercado brasileiro de tubos de aço carbono sem costura apresentou crescimento ao longo do período, exceto para o interstício, de P2 para P3, quando apresentou retração de 18,5 p.p. Nos demais períodos foi observado crescimento: 12,3 p.p., de P1 para P2, 13,7 p.p., de P3 para P4, e 8,1 p.p. de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, verificou-se crescimento de 15,6 p.p. de P1 para P5.

Constatou-se, portanto, que o crescimento de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de P1 para P5 ocorreu em razão das vendas dessa indústria terem diminuído em proporção inferior à diminuição no mercado brasileiro.

7.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

De acordo com as informações apresentadas na petição, a Vallourec produz os tubos de aço sem costura utilizando a planta da Superintendência de Laminação Contínua e as linhas de produção de ajustagem e laminação. A produção e a capacidade foram apuradas considerando uma linha única para toda a planta. Cabe salientar que a linha de laminação contínua também fabrica produtos fora do escopo, com dimensões entre cinco e sete polegadas nominais de diâmetro externo. Os produtos que não são objeto da presente revisão foram classificados como "Produção de Outros Produtos".

Para o cálculo da capacidade instalada nominal, foram levantadas, primeiramente, as produções mensais em quilos na linha de produção ao longo de todo o período de análise de dano (janeiro de 2011 a dezembro de 2015). Verificou-se, a partir destes dados, qual o mês de maior volume de produção em tal linha. O volume de produção no mês foi, então, dividido pelo número de horas efetivamente trabalhadas, conforme relatórios de produção da empresa. A produção média/hora foi, por sua vez, multiplicada pelo número de horas disponíveis no dia e por 365 (número de meses do ano) e dividido por 1.000 para conversão em toneladas. A partir desse cálculo obteve-se a capacidade nominal anual. A capacidade efetiva foi calculada a partir da capacidade nominal verificada, excluindo-se as paradas operacionais.

O quadro a seguir apresenta a produção e o grau de ocupação de capacidade instalada efetiva, conforme informado pela peticionária na petição de início da revisão e verificado in loco.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação, em número índice

	Capacidade Instalada efetiva (t)	Produção Produto Similar (t)	Produção Outros Produtos (t)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	82,0	92,5	84,0	103,8
P3	85,1	75,7	77,7	91,0
P4	85,8	86,9	74,4	88,5
P5	71,0	45,7	46,6	65,5

Quanto à capacidade instalada efetiva, de P1 para P2 tal indicador apresentou retração de 18%, seguido por incremento de 3% de P2 para P3, mantendo-se estável de P3 para P4, com crescimento de 0,8%. No período subsequente, P4 para P5, a capacidade instalada reduz 17,2%. Ao se considerar os extremos da série, verifica-se contração de 29% no referido indicador. Há de se destacar que conforme apontado anteriormente, o cálculo da capacidade efetiva levou em consideração o maior volume de produção mensal apurado de P1 para P5 e as horas de parada de cada período, nesse sentido, com a forte queda da produção, associada à contração da demanda, em P5, [CONFIDENCIAL], o que ocasionou incremento no número de horas de parada, refletindo na capacidade instalada efetiva, que atingiu seu menor patamar no mesmo período.

Constatou-se que o volume de produção de tubos de aço carbono sem costura da Vallourec declinou 7,5% e 18,2%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3, apresentando recuperação de 14,7% de P3 para P4. Outra redução de 47,4% foi registrada entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o volume de produção do similar da Vallourec apresentou queda de 54,3%. Ressalte-se que, em P5, verificou-se o menor volume de produção dessa empresa durante o todo período de análise de dano.

O grau de ocupação da capacidade instalada efetiva diminuiu de P2 em diante. Houve redução de 9,6 p.p. em P3; de 1,8 p.p. em P4 e de 17,3 p.p em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. É relevante dizer que o aumento em 2,9 p.p. do grau de utilização entre P1 e P2 deveu-se fundamentalmente à diminuição da capacidade efetiva, já que houve diminuição da produção tanto do produto similar quanto de outros produtos. Ao se analisar os extremos da série, de P1 para P5, o grau de ocupação da capacidade instalada diminuiu 25,8 p.p.

7.4. Dos estoques

O quadro a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado, considerando o estoque inicial de [CONFIDENCIAL t. Registre-se que as vendas no mercado interno e no mercado externo já estão líquidas de devoluções.

Inicialmente, cabe destacar que, segundo informações apresentadas na petição e verificado in loco, a Vallourec trabalha com o sistema make to order, ou seja, com produção contra pedido, formando estoques entre as fases de processo em função do lead time de fabricação (tempo de processamento), conforme as características do produto com, por exemplo, exigência de testes de qualidade e em função da necessidade de otimização dos diferentes processos. Em razão disso, conforme afirmado na petição, a variação de estoque não constituiria fator relevante para a análise de dano.

Estoque Final (t e número índice)

	Produção	Vendas Mercado Interno	Vendas Mercado Externo	Outras Entradas/Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	(100,0)	100,0
P2	92,5	117,1	57,1	(86,4)	79,2
P3	75,7	85,0	63,4	(62,2)	73,3
P4	86,9	84,6	95,0	(62,3)	66,7
P5	45,7	55,4	28,7	(30,1)	80,5

O volume do estoque final de tubos de aço carbono sem costura da Vallourec diminuiu 20,8% em P2; 7,5% em P3; 9% em P4 e aumentou 20,7% em P5, sempre em relação ao período anterior. Ao se considerar o período como um todo, o volume do estoque final da empresa sofreu redução de 19,5%.

O quadro a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da Vallourec em cada período de análise.

Relação Estoque Final/Produção em número índice

Período	Estoque Final (t) (A)	Produção (t) (B)	Relação (A/B) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	79,2	92,5	85,6
P3	73,3	75,7	96,8
P4	66,7	86,9	76,8
P5	80,5	45,7	176,3

A relação estoque final/produção diminuiu 1 p.p. em P2; aumentou 0,8 p.p. em P3; diminuiu 1,4 p.p. em P4 e aumentou 6,9 p.p. em P5, sempre em relação ao período anterior. Considerando-se todo o período de análise de dano, a relação estoque final/produção aumentou 5,2 p.p.

7.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

Os quadros contidos neste item, elaboradas a partir das informações constantes da petição e verificados in loco, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial, relacionados à produção/venda de tubos de aço carbono sem costura da Vallourec.

Segundo informações apresentadas pela peticionária, o produto similar é fabricado em apenas uma planta, cujo regime usual de produção é contínuo e em três turnos. O processo produtivo é realizado com mão de obra própria, existindo somente contratos de mão de obra temporária de curto prazo (3 meses), prorrogáveis uma única vez, em casos de licenças legais ou situações temporárias. Ademais, a subcontratação de serviços ocorre quando há paradas cíclicas planejadas, e a terceirização é feita para o beneficiamento de produtos, como revestimentos, jateamentos, rosca NPT.

Com relação aos empregados terceirizados, a peticionária esclareceu que não é possível realizar o levantamento do número desses empregados, uma vez que tal dado não é controlado pela empresa, tendo em vista que, no caso de terceirizados, são contratados serviços, não havendo definição a priori do número de empregados que realizará os serviços contratados. Igualmente, a peticionária afirmou a impossibilidade de estimar o montante da massa salarial relativa a tais empregados, uma vez que os valores dos serviços contratados incluem não apenas salários, mas também insumos, locação de maquinário, entre outros fatores.

No que se refere aos empregados contratados, deve-se observar que, segundo a peticionária, o cálculo do quadro de empregados da linha do produto similar foi realizado mediante aplicação de critérios de rateio/apropriação diferenciados para empregados da produção direta e indireta, administração e vendas.

Para cálculo do quadro de empregados da produção direta, foram utilizados dados técnicos apontados no sistema de custeio para apropriação de custos, conforme exemplo apresentado na petição. Por sua vez, os quadros de empregados da produção indireta, da administração e das vendas foram calculados considerando-se critério de rateio obtido por meio da divisão do quadro de pessoal de cada uma dessas áreas pelo quadro de pessoal direto da empresa e da multiplicação do fator obtido pelo quadro de pessoal direto do produto similar.

O quadro a seguir indica o número de empregados relacionados à produção/venda do produto similar pela Vallourec.

Número de Empregados em número índice

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	97,7	97,7	108,7	75,2
Administração e Vendas	100,0	74,4	74,4	88,4	69,8
Total	100,0	93,9	93,9	105,4	74,3

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção diminuiu no período de análise de dano, exceto para o período entre P3 e P4, em que registrou aumento de 22,8%. De P1 a P2 e de P2 a P3, houve diminuição de 2,3% e 9,4%, respectivamente. Entre P4 e P5, houve expressiva redução de 30,8% no número de empregados. Analisando-se os extremos da série, o número de empregados ligados à produção diminuiu 24,8%.

O número de empregados envolvidos no setor administrativo e de vendas do produto similar oscilou durante o período de análise. Houve redução de 25,6% e de 21 entre P1 e P2 e entre P4 e P5, respectivamente. Já de P2 a P3 e de P3 a P4 forma registrados aumentos de 12,5% e de 5,5%, respectivamente. Ao se considerar o período como um todo, observou-se queda de 30,2% neste indicador.

Com relação ao número de empregados totais, verificou-se redução em quase todos os períodos, salvo entre P3 e P4, em que teve aumento de 20,1%. Reduções foram registradas entre os períodos de P1 a P2 (6,1%); de P2 a P3 (6,5%) e de P4 a P5 (29,5%). Ao longo de todo o período de análise de dano, constatou-se queda de 25,7% no número total de empregados ligados à produção/venda do produto similar pela Vallourec.

A seguir, é apresentada tabela sobre produtividade por empregado:

Produtividade por Empregado em número índice

Período	Empregados ligados à produção	Produção (t)	Produção (t) por empregado ligado à produção
P1	100,0	100,0	100,0
P2	97,7	92,5	94,7
P3	88,5	75,7	85,5
P4	108,7	86,9	79,9
P5	75,2	45,7	60,7

A produtividade por empregado ligado à produção diminuiu ao longo de todos os períodos de análise de dano, sendo a maior redução registrada entre os extremos da série, P1 e P5, de 39,3%. Nos demais períodos, houve redução de 5,3%; 9,7% e de 6,6% entre os períodos de P1 a P2, P2 a P3 e P3 a P4, respectivamente. Ao se considerar os extremos da série, de P1 para P5, verificou-se redução de 24%.

Ressalte-se que o menor índice de produtividade por empregado foi registrado em P5, quando atingiu apenas [CONFIDENCIAL] toneladas por empregado ligado à produção, apesar de a produção nesse período também registrar o menor volume ao longo de todo o período de análise, demonstrando que a queda na produção ocorreu em proporção superior a redução do número de empregados ligados à produção.

Destaca-se que o número de empregados ligados à produção foi apurado com base nos registros da empresa no último mês de cada um dos períodos de análise dano. Já os volumes de produção referem-se à fabricação do produto similar de 12 meses.

No que concerne à valorização da massa salarial, a metodologia utilizada, segundo dados da petição, considerou o quadro de pessoal do produto similar do período, valorizado pelo salário médio mensal dos empregados, acrescido de encargos sociais (média da empresa) e de benefícios (transporte, alimentação, cesta básica e assistência médica) pela média do período.

As informações sobre a massa salarial relacionada à produção e à venda de tubos de aço carbono sem costura da peticionária encontram-se apresentadas no quadro abaixo.

Massa Salarial (Mil R$ atualizados e número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	117,5	118,9	150,2	114,6
Administração e Vendas	100,0	84,4	88,9	109,6	85,7
Total	100,0	108,0	110,3	138,5	106,3

Sobre o comportamento do indicador de massa salarial dos empregados da linha de produção, em reais atualizados, observou-se aumento nos primeiros quatro períodos. De P1 para P2, a massa salarial aumentou 17,5%. De P2 a P3 e de P3 a P4, houve aumentos de 1,2% e de 26,3%, respectivamente. Já entre P4 e P5 houve significativa redução de 23,7%. Tendo em conta os extremos dos períodos de análise, registrou-se aumento de 14,6%.

No tocante à massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas do produto similar, pode-se notar que houve redução entre P1 e P2 (15,6%) e entre P4 e P5 (21,9%). De P2 a P3 e de P3 a P4, ocorreram aumentos de 5,4% e de 23,3%, respectivamente. Tendo em conta o período como um todo, houve redução de 14,3% da massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas.

Com relação à massa salarial total relacionada à produção e à venda de tubos de aço carbono sem costura, observou-se aumento de 6,3% ao longo do período de análise de dano como um todo. Entre os períodos, constatou-se aumento de 8,0%; 2,1% e 25,6% em P2, P3 e P4, respectivamente, e redução de 23,3% em P5, sempre em relação ao período anterior.

7.6. Do demonstrativo de resultado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7.6.1. Da receita líquida

O quadro a seguir indica as receitas líquidas obtidas pela Vallourec com a venda do produto similar nos mercados interno e externo. Cabe ressaltar que as receitas líquidas apresentadas abaixo estão deduzidas dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida (Mil R$ atualizados e número índice)

	Receita Total	Mercado Interno		Mercado Externo	
		Valor	% total	Valor	% total
P1	[CONF.]	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]
P2	[CONF.]	112,0	[CONF.]	55,8	[CONF.]
P3	[CONF.]	77,4	[CONF.]	54,1	[CONF.]
P4	[CONF.]	76,5	[CONF.]	99,8	[CONF.]
P5	[CONF.]	45,8	[CONF.]	36,5	[CONF.]

Conforme quadro apresentado, a receita líquida no mercado interno aumentou 12% entre P1 e P2, mas registrou queda nos demais períodos. De P2 a P3, de P3 a P4 e de P4 a P5, registraram-se reduções de 30,9%, 1,1% e 40,1%, respectivamente. Levando em conta os extremos da série, de P1 a P5, observou-se diminuição de 54,2%.

Com relação à receita líquida obtida com as exportações do produto similar, verificou-se redução de 44,2% de P1 para P2 e de 3% de P2 para P3. Entre P3 e P4, houve aumento de 84,4%, mas, entre P4 e P5, ocorreu nova redução de 63,4%. Considerando-se todo o período de análise, a receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou redução de 63,5%.

Por sua vez, receita líquida total em reais atualizados diminuiu em quase todos os períodos de análise de dano. Houve quedas de [CONFIDENCIAL]% em P2 e de [CONFIDENCIAL]% em P3, sempre em relação ao período anterior. Em P4, a receita líquida apresentou recuperação de [CONFIDENCIAL]% com relação a P3. Em P5, entretanto, a receita caiu significativamente ([CONFIDENCIAL]%) quanto comparada com P4. Cabe salientar que o último período, P5, registrou a menor receita líquida tanto para o mercado interno, quanto para o externo em todo o período de análise de dano. Considerando-se o período de P1 para P5, verificou-se redução de [CONFIDENCIAL]% na receita líquida total.

7.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, constantes do quadro abaixo, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas de tubos de aço carbono sem costura, apresentadas anteriormente.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (R$ atualizados/ t e número índice)

Período	Preço de Venda Mercado Interno	Preço de Venda Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	95,6	97,7
P3	91,1	85,4
P4	90,5	105,1
P5	82,7	127,1

Ao longo de todo o período de análise de dano, o preço médio de venda no mercado interno apresentou sucessivas quedas, totalizando redução de 17,3% de P1 a P5. Em P2, P3, P4 e P5, as quedas do referido preço foram, respectivamente, de 4,4%; 4,8%; 0,6% e 8,6%. Desse modo, em termos absolutos, o preço de venda da Vallourec no mercado interno atingiu seu menor patamar em P5.

Ao contrário, o preço de venda obtido com as vendas para o mercado externo aumentou 27,1%, em se considerando todo o período de análise dano, de P1 para P5. Entre os períodos, tal preço diminui 2,3% de P1 a P2 e 12,5% de P2 a P3. Houve aumento, entre P3 e P4 e P4 e P5, de 23% e 21%, respectivamente.

Pode-se constatar, portanto, que a queda da receita líquida com a venda do produto similar no mercado interno, tanto de P1 para P5, quanto de P4 para P5, foi ocasionada tanto pela redução do volume de venda, quanto pela redução do preço médio, porém em proporções distintas. De fato, o volume de venda diminuiu 44,5% e 34,5% entre P1 e P5 e entre P4 e P5, respectivamente. O preço interno, por sua vez, diminuiu 17,3% de P1 a P5 e 8,6% de P4 a P5.

7.6.3. Dos resultados e margens

Acerca dos demonstrativos de resultados obtidos com o produto similar pela Vallourec, a receita operacional líquida foi apurada com dedução dos valores referentes aos fretes, tendo sofrido ajustes devido às alterações realizadas nesses valores após os resultados da verificação in loco.

As despesas operacionais foram rateadas conforme a participação da receita obtida com a venda do produto similar no mercado interno sobre a receita operacional líquida da empresa, com exceção do realizado para as rubricas relacionadas a frete, seguro e comissões. Despesas com fretes e seguros foram apropriados a cada venda, enquanto outras despesas, tais como comissões, foram alocadas de acordo com a participação dessas despesas em cada mercado de destino sobre a receita operacional líquida do respectivo mercado.

Ressalta-se que os valores referentes a variações cambiais não foram consideradas na Demonstração de Resultado do Mercado Interno, uma vez que tal rubrica está associada somente às exportações.

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo de resultados obtidos com a venda do produto similar de fabricação própria da Vallourec no mercado interno, conforme informado pela indústria doméstica e considerando as alterações mencionadas:

Demonstrativo de Resultados (Mil R$ atualizados e número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	112,0	77,4	76,5	45,8
CPV	100,0	119,4	95,2	91,9	66,2
Resultado Bruto	100,0	101,3	51,7	54,3	16,3
Despesas Operacionais	100,0	99,1	51,1	43,7	20,3
Despesas administrativas	100,0	94,9	65,6	66,5	44,2
Despesas com vendas	100,0	115,3	50,2	52,9	33,8
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	(4.417,2)	(9.712,4)	(21.421,7)	(21.066,4)
Outras despesas (OD)	100,0	103,7	65,0	77,3	45,4
Resultado Operacional	100,0	102,3	52,1	59,2	14,5
Resultado Operacional s/RF	100,0	100,3	47,6	49,3	4,7
Resultado Operacional s/RF e OD	100,0	100,7	49,4	52,3	9,1

Ressalta-se que na rubrica do CPV foram reportados os valores da despesa incorrida e registrada na conta contábil [CONFIDENCIAL].

Diante de tal explicação, considerando que as referidas despesas não estavam relacionadas à produção do produto similar, exclui-se do CPV tais valores. Para isso, calculou-se o CPV total da empresa com e sem as referidas despesas, posteriormente foi apurada a diferença percentual entre ambos, sendo o percentual encontrado, em cada período, aplicado à Demonstração de Resultado apresentada. Dessa forma, os resultados apresentados desconsideram os gastos incorridos, que não possuem relação com o produto similar, [CONFIDENCIAL].

Dessa forma, verificou-se contínua e significativa deterioração do resultado bruto da Vallourec, que registrou retração de 83,7% de P1 a P5. De P1 para P2, houve crescimento de 1,3% no resultado bruto, porém a partir do período subsequente foram verificadas retrações de 48,9%, de P2 para P3, 5% de P3 para P4, e 69,9% de P4 para P5.

O resultado operacional apresentou comportamento semelhante com retração de 85,5% de P1 para P5, ao se considerar a evolução período a período, verificou-se incremento de 2,3% de P1 para P2, seguido por retração de 49,1% de P2 para P3 e leve recuperação, de 13,7%, de P3 para P4. No período subsequente, de P4 para P5, o referido indicador apresentou forte retração 75,5%.

Já o resultado operacional obtido pela Vallourec, exceto resultado financeiro, se manteve praticamente estável de P1 para P2, aumentando apenas 0,3%. Nos períodos seguintes, observou-se retração de 52,6% em P3, crescimento de 3,6% em P4 e nova retração de 90,4% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Ao se analisar os extremos da séria, de P1 para P5, observou-se contração de 95,3% no resultado operacional exclusive resultado financeiro.

Por fim, o resultado operacional da Vallourec, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou evolução semelhante, com estabilidade, crescendo apenas 0,7%, de P1 para P2, seguido por retração de 50,9% em P3, aumento de 5,8% em P4 e redução de 82,6% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. De P1 para P5, a retração observada no resultado operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, foi de 90,9%.

Encontram-se apresentadas, no quadro abaixo, as margens de lucro associadas aos resultados vistos anteriormente.

Margens de Lucro (%) em número índice

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	90,4	66,8	71,0	35,6
Margem Operacional	100,0	91,3	67,2	77,4	31,6
Margem Operacional s/RF	100,0	89,6	61,5	64,4	10,4
Margem Operacional s/RF e OD	100,0	89,9	63,9	68,3	19,8

Conforme se pode observar, a margem bruta apresentou, sempre em relação ao período imediatamente anterior, reduções de [CONFIDENCIAL]p.p. em P2 e [CONFIDENCIAL]p.p. em P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. em P5, e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. em P4. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1.

A margem operacional apresentou, sempre em relação ao período imediatamente anterior, reduções de [CONFIDENCIAL]p.p. em P2, [CONFIDENCIAL]p.p. em P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. em P5, e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. em P4. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1.

Já a margem operacional, exceto resultado financeiro, apresentou, sempre em relação ao período imediatamente anterior, reduções de [CONFIDENCIAL]p.p. em P2, [CONFIDENCIAL]p.p. em P3 e e [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, já em P4 verificou-se crescimento de [CONFIDENCIAL]p.p.. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1.

Já a margem operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou, sempre em relação ao período anterior, reduções de [CONFIDENCIAL]p.p. em P2, [CONFIDENCIAL]p.p. em P3 e [CONFIDENCIAL]p.p. em P5, apresentando crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4. Em se considerando os extremos da série, a margem bruta obtida pela indústria doméstica em P5 diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1.

O quadro abaixo apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por tonelada vendida.

Demonstrativo de Resultados (R$ atualizados/t e número índice)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	95,6	91,1	90,5	82,7
CPV	100,0	102,0	112,0	108,7	119,5
Resultado Bruto	100,0	86,5	60,9	64,2	29,5
Despesas Operacionais	100,0	84,6	60,1	51,7	36,6
Despesas administrativas	100,0	81,1	77,1	78,6	79,8
Despesas com vendas	100,0	98,4	59,1	62,5	61,0
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	(3.771,5)	(11.425,8)	(25.328,6)	(38.020,5)
Outras despesas (OD)	100,0	88,5	76,4	91,4	81,9
Resultado Operacional	100,0	87,4	61,2	70,0	26,2
Resultado Operacional s/RF	100,0	85,7	56,0	58,3	8,6
Resultado Operacional s/RF e OD	100,0	86,0	58,2	61,8	16,4

Ao analisar o resultado bruto unitário das vendas tubos de aço carbono não ligado no mercado interno, verificou-se redução de 13,5% de P1 para P2 e 29,6% de P2 para P3, apresentando crescimento de 5,5% de P3 para P4, voltando a cair, 54,1% de P4 para P5. Considerando os extremos da série, o resultado bruto unitário apresentou queda de 70,5%.

O resultado operacional unitário apresentou comportamento semelhante, com redução de 12,6% de P1 para P2 e 29,9% de P2 para P3, apresentando recuperação de P3 para P4, com crescimento de 14,3%, voltando a cair de P4 para P5, 62,6%. Ao considerar todo o período de análise de indícios de dano, esse indicador em P5 foi 73,8% menor do que em P1.

Quando considerado o resultado operacional sem o resultado financeiro, em termos unitários, verifica-se redução de 14,3% em P2, 34,7% em P3 e 85,3% em P5, e crescimento de 4,1% em P4, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Assim, ao analisar os extremos da série, períodos de prejuízo, observou-se queda de 91,4% do resultado operacional sem o resultado financeiro unitário.

O resultado operacional, excetuados resultado financeiro e outras despesas, em termos unitários, observou-se reduções de 14% em P2, 32,% em P3 e 73,5% em P5 e crescimento de 6,3% em P4, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Ao se considerar os extremos da série de análise de indícios de dano, observou-se contração de 83,6% em P5 com relação a P1 no resultado operacional sem o resultado financeiro e as outras despesas, em termos unitários.

7.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1. Dos custos

Inicialmente, cumpre esclarecer que as informações de custo do produto similar reportadas e verificadas tiveram como base o custo de produção relativo ao total de produtos similares vendidos. Dessa forma, os custos de produção médios apresentados abaixo correspondem aos custos de produção médios dos produtos vendidos pela Vallourec, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, líquidos de devoluções.

Conforme constatado na verificação in loco, o custo de produção da empresa é composto por três rubricas: "custos variáveis", "custos fixos" e "outros custos CPV". Os valores referentes aos "custos variáveis" e aos "custos fixos" são extraídos diretamente do sistema de custo da empresa. Ressalte-se que o valor total referente ao ajuste a custo real encontra-se em subitem da rubrica "custos fixos", qual seja "outros custos fixos", de modo que todos os demais valores reportados como "custos variáveis" e "custos fixos" correspondem apenas ao custo padrão de produção. Registre-se, ainda, que contas referentes a mão de obra de manutenção, apoio da área, apoio da empresa e outros também se encontram classificadas como "outros custos fixos".

Os valores relativos à rubrica "outros custos fixos e outros custos CPV" referem-se a custos de produção lançados diretamente no resultado e não apropriados especificamente aos produtos, razão pela qual tiveram de ser distribuídos mediante rateio, conforme previamente reportado na petição. Este rateio teve como base a participação desta rubrica no custo total dos produtos vendidos da empresa. O fator encontrado foi, então, aplicado sobre o CPV contábil relativo ao produto similar, obtendo-se, dessa forma, os valores relativos a "outros custos CPV" para o produto similar.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ressalta-se que, conforme observado no item 7.6.3 desta circular, dentro da rubrica "outros custos fixos e outros custos CPV" foram reportados os valores da despesa incorrida e registrada na conta contábil [CONFIDENCIAL]. Tal valores foram excluídos da referida rubrica por não estarem associados à produção do produto similar.

O quadro a seguir mostra a evolução dos custos médios de produção de tubos de aço carbono em cada período de revisão de dano.

Custo de Produção (R$ corrigidos/t e número índice)

---	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos Variáveis	100,0	98,7	93,7	99,4	88,0
Matéria-prima	100,0	93,9	82,5	83,5	70,7
Ferrosos	100,0	86,2	83,4	83,1	67,0
Redutores sólidos	100,0	106,3	95,5	94,9	82,4
Adições/Fundentes	100,0	75,3	73,8	90,1	82,5
Sucatas/Resíduos	(100,0)	55,8	(140,5)	(137,3)	(126,4)
Outros materiais	100,0	(167,2)	84,9	81,8	85,2
Outros insumos	-	-	-	-	-
Material de consumo	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	-	-	-	-	-
Material de embalagem	100,0	101,4	113,7	126,8	112,3
Outros	100,0	103,4	111,2	129,9	110,1
Utilidades	100,0	110,2	138,8	133,5	140,7
Gás Natural	100,0	79,6	80,5	91,0	84,2
Energia elétrica	100,0	99,2	127,9	140,1	111,0
Outras	-	-	-	-	-
Outros custos variáveis	-	-	-	-	-
Materiais e serviços	100,0	114,7	130,7	128,8	136,8
Beneficiamento	100,0	75,3	94,0	122,3	129,6
Outros	100,0	125,9	144,2	130,0	138,0
2 - Custos Fixos	100,0	120,4	132,5	130,4	138,6
Mão de obra direta	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-
Apoio	100,0	107,7	99,7	139,2	115,5
Ajuste custos standard/real	100,0	110,2	109,7	119,2	123,1
Outros Custos Fixos e CPV	100,0	95,2	72,1	185,1	88,1
3 - Custo de Produção (1+2)	100,0	129,6	111,5	148,0	145,1

Na comparação entre os extremos do período de análise de dano, verificou-se incremento de 16,1% no custo de produção unitário da Vallourec. O custo de produção unitário manteve-se praticamente estável de P1 para P2, com crescimento de 0,2%, aumentando 9,9%, de P2 para P3. No período subsequente, o referido indicador apresentou redução de 2,3%, voltando a crescer 7,9%, de P4 para P5.

Ressalte-se que o maior incremento no custo de produção unitário foi registrado em P5, período em que o aumento do custo de produção deveu-se, principalmente, ao crescimento da rubrica "Custos Fixos". No entanto, em que pese o aumento do custo em P5, o preço da indústria doméstica não acompanhou tal elevação, tendo, de fato, declinado 8,6% no mesmo período, contribuindo para a redução da margem bruta da Vallourec, conforme constatado no item 7.6.3 desta circular.

No que se refere ao crescimento dos "Custos Fixos", deve-se ressaltar que esse aumento se deveu à queda do volume de produção e de vendas do produto similar entre P4 e P5, uma vez que o valor absoluto dessa rubrica sofreu decréscimo de 31% no referido período. Verificou-se, portanto, que, embora o valor por tonelada dos "Custos Fixos" tenha aumentado entre P4 e P5, o valor absoluto dessa rubrica apresentou redução no mesmo período.

7.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da Vallourec, no mercado interno, na condição ex fabrica, ao longo do período de análise de dano.

Participação do Custo de Produção no Preço de Venda. Em número índice

Período	Custo de Produção (A) (R$ atualizados/t)	Preço no Mercado Interno (B) (R$ atualizados/t)	(A) / (B) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,2	95,6	104,8
P3	110,2	91,1	121,0
P4	107,6	90,5	119,0
P5	116,1	82,7	140,5

As sucessivas quedas do preço no mercado interno, evidenciadas ao longo de todo o período de análise de dano contribuíram para o aumento da participação do custo de produção no preço de venda da Vallourec verificado a partir de P2. Dessa forma, apesar de tal indicador ter diminuído [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, a participação do custo no preço de venda aumentou [CONFIDENCIAL]p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, em P2, P3 e P5, sempre em relação ao período anterior, de modo que, no período de análise de dano como um todo, verificou-se aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. neste indicador.

7.8. Do fluxo de caixa

O quadro a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica na petição de início da revisão. Ressalte-se que os valores totais líquidos de caixa gerados pela empresa no período, constantes da petição, conferiram com os cálculos, efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa no período.

Ressalte-se, adicionalmente, que, devido à impossibilidade de se separar os valores relacionados somente do produto similar de determinadas contas contábeis, concluiu-se por considerar o valor total líquido gerado de caixa, ou seja, considerando a totalidade dos negócios da empresa.

Fluxo de Caixa (Mil R$ atualizados e número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100,0	161,2	109,7	109,7	122,1
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(100,0)	(123,3)	(47,3)	(26,9)	(108,3)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	100,0	22,8	120,3	(52,3)	51,9
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	(100,0)	(217,7)	519,9	192,5	(202,9)

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa oscilou ao longo do período de análise de dano. A geração de caixa foi positiva em P3 e P4 e negativas nos demais períodos. Em considerando os extremos da série, verificou-se redução líquida nas disponibilidades da empresa de 102,9%. De P1 para P2 houve redução nas disponibilidades de 117,7%. Em P3, verificou-se melhora nas disponibilidades em 338,8%, mas houve piora em P4 e em P5 de 63% e 205,4%, respectivamente, sempre em relação ao período anterior.

7.9. Do retorno sobre os investimentos

O quadro a seguir mostra o retorno dos investimentos, calculado pela divisão do valor do lucro líquido relativo à totalidade dos negócios da indústria doméstica pelo valor do ativo total dessa indústria, constante de suas demonstrações financeiras.

Tal indicador foi apresentado pela indústria doméstica na petição de início da revisão. Ressalte-se que os valores totais do lucro líquido e do ativo total da indústria no período, constantes deste apêndice, conferiram com os cálculos, efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa no período.

Retorno sobre os Investimentos, em número índice

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A) (Mil R$)	100,0	80,5	99,8	93,2	32,0
Ativo Total (B) (Mil R$)	100,0	113,3	132,9	141,4	138,7
Retorno (A/B) (%)	100,0	71,0	75,1	65,9	23,1

Observou-se que a taxa de retorno sobre os investimentos foi positiva em todos os períodos de revisão de dano, muito embora com tendência de queda ao se considerar todo período de análise. De P1 a P2, o retorno sobre os investimentos diminuiu 3,7 p.p., mas, de P2 a P3, houve aumento de 0,5 p.p. De P3 a P4, tal indicador apresentou nova queda de 1,2 p.p. Já no último período (P4 a P5), tal retorno caiu significativamente com redução de 5,5 p.p. Ao se considerar os extremos da série, o retorno sobre os investimentos constatado em P5 foi inferior ao retorno verificado em P1 em 9,9 p.p.

7.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, calcularam-se os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos, em número índice

	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	111,8	94,9	90,0	119,3
Índice de Liquidez Corrente	100,0	90,4	96,7	97,1	138,1

O índice de liquidez geral aumentou 11,7% entre P1 e P2; e 32,7% entre P4 e P5. Nos demais períodos, houve redução de 15,1% entre P2 e P3 e de 5,2% entre P3 e P4. Ao se considerar os extremos dos períodos, de P1 para P5, o índice de liquidez geral aumentou 19,3%.

Já o índice de liquidez corrente reduziu-se apenas entre P1 e P2, em que registrou queda de 9,3%. Nos outros períodos (P3, P4 e P5), registraram-se aumentos de 6,9%; 0,6% e 42,3%, sempre em relação ao período anterior. De P1 a P5, esse indicador aumentou 38,7%.

7.11. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

A partir da análise dos indicadores da indústria doméstica, verificou-se que o volume de vendas e produção do produto similar no mercado interno atingiu seus piores patamares em P5. Ressalta-se que apesar da contração do volume vendido, a indústria doméstica atingiu seu maior grau de participação no mercado brasileiro em P5. Isso demonstra, que diante da retração do mercado brasileiro, a indústria doméstica reduziu seu volume vendido em proporção inferior a contração do mercado, tendo reduzido seu preço, apesar do crescimento do custo de produção no mesmo período, atingindo em P5 seu menor nível no período de análise.

A redução do preço impactou os indicadores da indústria doméstica que em P5 atingiu seu pior nível de lucratividade, apresentando um resultado operacional, ao final da série, 83,7% inferior ao resultado de P1. As margens de lucro também atingirão seu menor nível em P5, sendo que a margem operacional de P5 foi [CONFIDENCIAL] p.p. inferior a de P1.

Além disso, em consequência da queda do volume de produção constatou-se queda sucessiva do grau de ocupação da capacidade instalada ao longo do período de análise de dano, tendo em P5 tal indicador atingido seu menor valor.

Desse modo, considerando-se o comportamento dos indicadores da indústria doméstica, pode-se concluir pela existência de deterioração dos indicadores da indústria doméstica no período de análise. Tal conclusão teve por base, principalmente, a queda das vendas internas e da receita, a redução do resultado e da margem operacional nesse intervalo.

8. DOS INDÍCIOS DE RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto no 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da revisão durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Como é possível notar no item Erro! Fonte de referência não encontrada. desta circular, a indústria doméstica apresentou deterioração de seus indicadores econômico-financeiros. O seu volume de vendas do produto similar no mercado interno caiu para o menor nível da série em P5. Embora a Vallourec tenha ganhado participação no mercado brasileiro, esse ganho deu-se em função da redução dos preços desse produto, o que afetou diretamente a sua receita líquida. Como já ilustrado no item supracitado, a receita líquida reduziu-se 54,2% de P1 a P5, chegando ao seu pior resultado em termos absolutos nesse último período.

Ademais, salienta-se que a redução dos preços percebida durante o período da presente revisão não foi acompanhada por redução no custo de produção. Pelo contrário, de P1 a P3, o custo de produção aumentou continuamente, tendo diminuído apenas em P4. Em P5, por sua vez, foi registrado o maior custo de produção de todo o período analisado. Tal contexto piorou os resultados bruto e operacional e, por consequência, os indicadores de rentabilidade da indústria doméstica.

Dessa forma, para fins de abertura da revisão, concluiu-se que, durante a vigência do direito, houve agravamento dos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica. Entretanto, considerando que as importações da originárias China representaram 3,7% de participação no mercado brasileiro em P5, menor peso relativo desde P1, não seria possível, inicialmente, inferir que o dano à indústria doméstica seja primordialmente causado por essas importações. Por outro lado, a não renovação do direito antidumping em vigor tenderia a agravar a situação da indústria doméstica.

Após a aplicação do direito antidumping, em 2011, a China foi substituída como principal fornecedora ao Brasil pela Ucrânia a partir de P3. Isso não obstante, houve redução do volume importado (-80,2% de P1 a P5), o que concorre para determinação da efetividade da medida.

No entanto, pode-se afirmar que eventual extinção dessa medida repercutiria na continuação e agravamento do dano à indústria doméstica, tendo em conta ter sido apurada, para fins de início desta revisão, margem de dumping para essa origem em P5, e ter-se concluído, como será demonstrado adiante no item 8.3, que, caso o direito antidumping não estivesse em vigor, as importações brasileiras de tubos de aço sem costura originárias da China estariam subcotadas em relação ao preço médio de venda da indústria doméstica durante todo o período considerado na análise.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o volume dessas importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Após a aplicação do direito antidumping, o volume das importações originárias da China apresentou redução significativa de P1 para P5, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, o que demostra a efetividade de medida aplicada. Cabe recordar que a participação de tais importações no consumo nacional aparente caiu de 27,4%, em P1, para 3,7%, em P5, sendo que o mercado brasileiro apresentou redução equivalente a 54,4% no mesmo período. Em termos absolutos as importações investigadas apresentaram redução equivalente a [CONFIDENCIAL] toneladas durante todo o período analisado. Já em relação à produção nacional, tais importações, que representavam 22,8%, em P1, passaram a representar 3,1%, em P5.

Ademais, cabe lembrar que há direito antidumping aplicado às importações originárias da Romênia desde 1999. Ainda assim, foram identificados aumento nos volumes importados desse país de P3 para P4 (149,1%) e de P4 para P5 (1.225,5%), contudo tais volumes foram pouco representativos.

Ademais, notou-se aumento no volume importado de tubos de aço carbono originários da Ucrânia durante o período de análise de dano, dificultando a recuperação econômico-financeira da indústria doméstica. A esse respeito, destaque-se que os efeitos danosos decorrentes do aumento das importações originárias da Ucrânia foram neutralizados com a aplicação, em novembro de 2014 (P4), de direito antidumping contra importações originárias daquele país. Portanto, o volume importado da Ucrânia não afasta a possibilidade de retomada do dano causado pelas importações a preços com indícios de continuação de dumping originárias da China.

Registre-se que há indícios acerca de substancial potencial exportador de tubos de aço sem costura por parte dos produtores/exportadores chineses, que poderiam aumentar consideravelmente suas vendas para o Brasil.

Ante o exposto, e diante do cenário de contração do mercado brasileiro de tubos de aço sem costura, resta claro que caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente os produtores/exportadores chineses retomarão as suas exportações para o Brasil em quantidades substanciais, tanto em termos absolutos como em relação à produção e ao consumo, e a preços tais, como será demonstrado adiante no item 8.3, que a indústria doméstica voltará a sofrer dano decorrente de tais importações, provavelmente com deslocamento de sua participação no já reduzido mercado brasileiro.

8.3. Do preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações sujeitas ao direito sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito do preço das importações com indícios de dumping sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro deve ser avaliado sob três aspectos.

Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto importado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, verificada quando as importações sob análise impedem, de forma relevante, o aumento de preço, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre o faturamento líquido, em reais corrigidos, e a quantidade vendida, em toneladas, no mercado interno no período de revisão.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado da China, foram considerados os valores totais de importação na condição CIF em reais. O Imposto de Importação (II) foi apurado aplicando-se a alíquota de 16%, que esteve em vigor durante o período da revisão.

Calcularam-se, então, para cada operação de importação, os valores do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) de 25% sobre o valor do frete internacional, quando marítimo, e os valores das despesas de internação de 2% sobre o valor CIF, baseados em informações de importadores de recente investigação de direito antidumping do mesmo produto objeto, originário da Ucrânia.

No primeiro cenário descrito a seguir, acrescentou-se, também, o valor correspondente ao direito antidumping recolhido, aplicando-se a alíquota específica fixa, no montante de US$ 743,00/t, para os produtores/exportadores chineses, conforme indicado na Resolução CAMEX nº 63, de 2011, que aplicou o direito antidumping atualmente em vigor. No segundo, simulou-se o não recolhimento desse direito.

Por fim, os preços resultantes foram atualizados com base no IPA-OG, a fim de se obterem os valores em reais corrigidos. Foram obtidos, assim, os preços médios internados em reais corrigidos, tornando possível, portanto, a comparação com os preços médios da indústria doméstica.

As tabelas a seguir demonstram os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos da origem investigada, para cada período de revisão de indícios de continuação de dano.

Subcotação do Preço das Importações da China (incluindo o Direito Antidumping)

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF R$/(t)	100,0	124,5	138,3	162,1	200,1
Imposto de Importação R$/(t)	100,0	124,5	138,3	162,1	200,1
AFRMM R$/(t)	100,0	145,7	176,0	170,2	323,3
Despesas de Internação R$/(t)	100,0	124,5	138,3	162,1	200,1
Direito Antidumping R$/(t)	100,0	116,7	129,0	140,6	199,4
CIF Internado R$/(t)	100,0	121,9	135,3	154,5	201,2
CIF Internado R$ atualizados/(t)	100,0	116,8	121,9	132,5	164,4
Preço Ind. Doméstica R$ atualizados/(t)	100,0	95,6	91,1	90,5	82,7
Subcotação R$ atualizados/(t)	100,0	24,2	-13,0	-51,5	-193,5

Ao se considerar a aplicação do direito antidumping, o preço das importações do produto objeto do direito antidumping, internado no Brasil, manteve-se subcotado em relação ao preço do similar fabricado pela indústria doméstica somente em P1 e em P2. Nos demais períodos, a aplicação do direito se mostrou efetiva e evitou que as importações originárias da China exercessem pressões negativas sobre o preço da indústria doméstica.

Subcotação do Preço das Importações da China (excluindo o Direito Antidumping)

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF R$/(t)	100,0	124,5	138,3	162,1	200,1
Imposto de Importação R$/(t)	100,0	124,5	138,3	162,1	200,1
AFRMM R$/(t)	100,0	145,7	176,0	170,2	323,3
Despesas de Internação R$/(t)	100,0	124,5	138,3	162,1	200,1
CIF Internado R$/(t)	100,0	124,9	138,9	162,3	202,2
CIF Internado R$ atualizados/(t)	100,0	119,6	125,1	139,2	165,3
Preço Ind. Doméstica R$ atualizados/(t)	100,0	95,6	91,1	90,5	82,7
Subcotação R$ atualizados/(t)	100,0	72,3	57,9	43,0	2,2

Ao se desconsiderar a aplicação do direito antidumping, é possível notar que as importações de tubos de aço sem costura originárias da China estiveram subcotadas em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos analisados.

Observou-se que, na ausência do direito antidumping, os preços das importações do produto objeto da revisão chegariam ao Brasil em patamares inferiores aos atualmente praticados. Com efeito, de P1 a P5, a ausência do direito antidumping teria por efeito rebaixar o preço CIF internado das importações chinesas nos seguintes percentuais, relativamente ao preço considerando a cobrança do direito: 136,0% em P1; 34,5% em P2; 34,4% em P3; 32,8% em P4; e 35,7% em P5. Dessa forma, ter-se-ia, por efeito provável da retirada da medida protetiva, aumento da pressão sobre o preço do produto similar fabricado pela indústria doméstica.

8.4. Do impacto das importações a preços com indícios de continuação do dumping sobre a indústria doméstica

Consoante art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável das importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

De início, cumpre mencionar que o volume das importações de tubos de aço sem costura originárias da China realizadas a preços com indícios de continuação do dumping foi reduzido em 93,8% de P1 para P5. Acrescente-se a esse cenário o fato de a participação dessas importações no mercado brasileiro ter decrescido de 27,4%, em P1, para 3,7%, em P5. Ademais, em função do direito antidumping aplicado, o preço internado das importações chinesas, à exceção de P1 e P2, não esteve subcotado em relação ao preço do produto brasileiro.

Por sua vez, a análise dos indicadores da indústria doméstica dá conta de que houve redução de suas vendas no mercado interno e redução no volume de produção em P5 em relação a P1. Ainda assim, apesar da contração destes indicadores, a indústria doméstica atingiu seu maior grau de participação no mercado brasileiro em P5, isso porque reduziu seu volume vendido em proporção inferior a contração do mercado. Adicionalmente, observou-se que a indústria doméstica reduziu seu preço, apesar do crescimento do custo de produção no mesmo período, atingindo em P5 seu menor nível no período de análise. A redução do preço impactou negativamente a indústria doméstica que, em P5, atingiu seu pior nível de lucratividade, apresentando um resultado operacional 83,7% inferior ao resultado atingido em P1. As margens de lucro também atingirão seu menor nível em P5, sendo que a margem operacional de P5 foi [CONFIDENCIAL] p.p. inferior a de P1.

Assim, para fins de início dessa revisão, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações do produto objeto da revisão sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Da análise dos itens 6 e 7 supra, pode-se inferir que, a despeito da deterioração dos indicadores da indústria doméstica, não é possível atribuir esse dano às importações sujeitas ao direito antidumping. Isso porque não só estas importações diminuíram em termos absolutos ao longo do período de revisão, como também diminuíram em termos relativos quando observadas em relação à participação destas no mercado brasileiro e em relação à produção nacional.

Importante considerar haver indícios de que a China apresentou elevado potencial exportador no período investigado. Neste sentido, há indícios de que somente a queda no volume exportador chinês observado de P4 para P5 (equivalente a 69 mil toneladas) já seria [CONFIDENCIAL] vezes superior, em volume, ao mercado brasileiro em P5.

Assim, em caso de extinção do direito antidumping, muito provavelmente os produtores/exportadores chineses retomarão o ritmo de crescimento de suas exportações a preços com indícios de dumping para o Brasil, o que, muito provavelmente, levará à retomada do dano sofrido pela indústria doméstica em decorrência de práticas desleais de comércio.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

No que diz respeito a alterações em terceiros mercados quanto à imposição de medidas de defesa comercial por outros países, registra-se que, em setembro de 2011, os EUA decidiram renovar o direito antidumping contra a Romênia para tubos de aço carbono sem costura de diâmetro pequeno, com base na segunda revisão de final de período.

No Brasil, medidas de defesa comercial entraram em vigor em P1 contra a China e em P4 contra a Ucrânia, com relação à importação do produto objeto. Importa destacar apesar da imposição de direito antidumping aplicado às importações brasileiras de tubos de aço sem costura originárias da Ucrânia, não houve reflexos positivos no volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno, tampouco foi registrado aumento das importações investigadas, haja vista que o mercado brasileiro sofreu redução adicional de P4 para P5.

Adicionalmente, houve alteração nas condições de mercado do país exportador em decorrência da aplicação de medidas de defesa comercial às exportações originárias da China por parte da Índia, Turquia e México, além de prorrogação de medidas de defesa comercial na União Europeia, nos EUA e no Canadá.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Com relação às importações das outras origens, de P1 para P5, houve aumento equivalente a 1.547,6% do volume importado, que passaram de [CONFIDENCIAL] toneladas, em P1, para [CONFIDENCIAL] toneladas, em P5. Registre-se contudo, que tais importações atingiram seu maior volume em P3, tendo alcançado [CONFIDENCIAL]toneladas. Dentre essas origens, merece destaque a Ucrânia, cujas exportações ao Brasil representaram 75% e 89,7% do total importado de outras origens, respectivamente, em P2 e em P3. Na sequência, após a aplicação de direito antidumping às importações ucranianas, estas passaram a representar 50,1% das importações originárias dos demais países. Ainda assim, aquele país se manteve como o principal fornecedor ao Brasil, seguida pela China. Os preços médios CIF, em dólares estadunidenses por tonelada, das exportações de tubos de aço sem costura das outras origens foram superiores ao preço médio do produto chinês em todos os períodos.

Individualmente, apenas o preço médio das exportações originárias da Malásia foi inferior ao preço médio chinês, contudo o volume exportado por esta origem é pouco representativo. Já o preço médio das exportações originárias da Ucrânia apresentou queda ao longo do período de análise de dano, tendo atingido patamar próximo ao preço médio chinês. Com relação ao desempenho exportador, constatou-se que a indústria doméstica apresentou queda do volume exportado de tubos de aço sem costura de 47,8% de P1 para P2, seguido de aumentos de 10,9% de P2 para P3 e de 49,9% de P3 para P4. De P4 a P5, foi registrada queda de 69,7%. Como mencionado, ao longo do período, de P1 para P5, houve queda de 71,3% no volume de exportações. Comportamento semelhante ao do volume exportado também foi observado na proporção das vendas ao mercado externo sobre as vendas totais da indústria doméstica. Enquanto em P1 as exportações representavam 37,6% das vendas totais, esse percentual chegou ao ápice em P4 quando representou 40,4% do total de vendas. Em P5, essa proporção foi de 23,8%. De P4 a P5, notou-se redução de 16,6 p.p. Ao se considerar os períodos de P1 a P5, a queda foi de 13,8 p.p.

Muito embora tenha havido diminuição nas quantidades exportadas e diminuição na proporção da participação do setor externo em relação às vendas totais do produto similar da indústria doméstica, não há como atribuir os indícios de dano, constatado nos indicadores econômicos da indústria doméstica, ao desempenho exportador.

PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016090800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sobre a produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, diminuiu 24% de P4 a P5. Considerando os extremos do período de análise, de P1 a P5, houve queda de 38,8%. Contudo, essa queda de produtividade não pode ser considerada como a causa dos indícios de dano constatados nos indicadores da indústria doméstica, uma vez que tais diminuições podem ser atribuídas à queda da produção mais que proporcional à queda do número de empregados ligados à produção.

No período em análise, não houve consumo cativo, importação ou revenda do produto objeto por parte da indústria doméstica. Além disso, não houve alteração da alíquota do Imposto de Importação de 16% aplicada às importações brasileiras de tubos de aço sem costura no período de revisão de indícios de dano, conforme se mostrou no item 3.3, de modo que o eventual dano à indústria doméstica não pode ser atribuído ao processo de liberalização dessas importações.

No que concerne a contração da demanda, o mercado brasileiro encolheu 40,5% de P4 a P5, enquanto que as vendas da indústria doméstica nesse mercado apresentaram queda de 34,5% no mesmo período. Com relação ao período de P1 a P5, o mercado contraiu-se 54,4%. Já as vendas da indústria registraram queda de 44,6% nesse período. Assim sendo, pode-se afirmar que a contração da demanda nacional impactou os indicadores econômicos da indústria doméstica, embora essa tenha ganhado participação relativa no mercado brasileiro. Como visto, entretanto, esse ganho relativo deu-se em detrimento dos indicadores de rentabilidade da empresa. Entretanto, não é possível afastar os indícios de retomada do dano à indústria doméstica, caso não haja renovação do direito aplicado à China, uma vez que o preço daquele, associado a grande capacidade de exportação, apresenta subcotação com relação ao preço do produto similar nacional.

Com relação ao padrão de consumo de tubos de aço carbono no mercado brasileiro, sabe-se que não houve mudanças nesse padrão que ensejassem qualquer tipo de prejuízo à indústria doméstica.

Por fim, não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de tubos de aço sem costura tanto pelos produtores domésticos quanto pelos produtores estrangeiros. Tampouco houve fatores que afetassem a concorrência entre eles, nem houve adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. O produto importado e o fabricado no Brasil são, portanto, concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

Ante o exposto, se concluiu, para fins de início da revisão, que, caso a medida antidumping não seja renovada, o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto da medida antidumping sobre a indústria doméstica não afastará eventual dano a ser retomado em razão de tais importações

8.7. Da conclusão sobre os indícios de continuação do dano

Concluiu-se que, para fins de início desta revisão, há indícios suficientes de que, caso o direito antidumping não seja prorrogado, as exportações da China para o Brasil do produto objeto da revisão, realizadas provavelmente a preços de dumping e subcotados em relação aos do similar nacional, serão retomadas em volumes substanciais, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo. Isso, muito provavelmente, levaria à continuação e ao agravamento do dano à indústria doméstica causado pela prática desleal de comércio, considerando ainda a elevada capacidade de produção e de exportação da China de tubos de aço carbono sem costura.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante a análise precedente, há indícios de que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à continuidade do dumping e do dano dele decorrente.

Propõe-se, dessa forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de tubos de aço carbono sem costura, de condução (line pipe) com diâmetro de até cinco polegadas, comumente classificadas no item 7304.19.00 da NCM, originárias da China, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

CIRCULAR Nº 56, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001394/2016-92 e do Parecer nº 39, de 5 de setembro de 2016, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 8 de setembro de 2011, aplicado às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética), comumente classificadas no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República do Chile.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

9. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

10. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

11. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

12. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

13. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 63, de 6 de setembro de 2011, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

14. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelos telefones +55 61 2027- 9298/9339/7357 ou pelo endereço eletrônico salgrosso@mdic.gov.br.

DANIEL MARTELETO GODINHO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original

No dia 24 de novembro de 2009, a empresa Salinor - Salinas do Nordeste S.A., doravante também denominada Salinor ou peticionária, protocolou petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de sal grosso que não seja destinado ao consumo animal, inclusive humano, doravante também denominado simplesmente sal grosso, originário da República do Chile, doravante simplesmente Chile, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 3, de 1º de março de 2010, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes de dumping nas exportações para o Brasil de sal grosso do Chile, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendada a abertura da investigação.

Dessa forma, com base no parecer mencionado, a investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 7, de 11 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 12 de março de 2010.

Posteriormente, por meio do Parecer nº 12, de 30 de maio de 2011, constatou-se, preliminarmente, a existência de dumping e de dano decorrente de tal prática, tornando pública a determinação por intermédio da publicação no D.O.U. de 2 de junho de 2011, da Circular SECEX nº 26, de 1º de junho de 2011.

Em 22 de julho de 2011, o fabricante/exportador chileno Sociedad Punta de Lobos S.A. protocolou proposta de compromisso de preços, nos temos do art. 35 do Decreto nº 1.602, de 1995. Essa proposta, efetuados alguns ajustes, deu origem ao termo de compromisso que está em vigor atualmente.

Em 8 de setembro de 2011, foi publicada no D.O.U. a Resolução CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011, que dispôs sobre a aplicação de medida antidumping definitiva, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética), originárias da República do Chile; e homologou o compromisso de preços do exportador chileno.

Cabe ressaltar que a Resolução CAMEX nº 61 foi alterada pela Resolução CAMEX nº 104, de 6 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U. em 9 de dezembro de 2013. Essa alteração refere-se somente a denominação da empresa constante do compromisso de preços, que passou de Sociedad Punta de Lobos S.A. para K+S Chile S.A.

1.2. Do compromisso de preços

O compromisso de preços entrou em vigor na data da publicação da Resolução CAMEX nº 61, de 2011, e, assim como o direito antidumping, ficará em vigor pelo prazo de até 5 (cinco) anos contados da data dessa publicação.

A condição de venda estabelecida no compromisso de preços foi CFR (Cost and Freight), composto pelo preço de exportação no local do embarque no exterior (FOB Patillos) e pelo frete.

O Porto de Santos foi definido como o porto de desembarque e local de desembaraço da mercadoria.

De acordo com o compromisso de preços, as parcelas que compõem o preço CFR (preço da mercadoria no local de embarque no exterior e frete por tonelada) serão reajustadas semestralmente, sendo: 1) o preço da mercadoria no local de embarque no exterior reajustado pela média da variação percentual da taxa de inflação semestral no Chile (apurado pelo Instituto Nacional de Estatísticas do Chile, conforme IPC - Índice de Preços ao Consumidor) e no Brasil (apurada pelo IGP-DI/FGV - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas), calculadas com base nos períodos de seis meses findos em 31 de dezembro ou 30 de junho, observada a fórmula de ajuste constante no compromisso; e 2) o frete por tonelada, reajustado com base na variação percentual semestral do WTI Cushing (Cushing, OK WTI Spot Price FOB, em dólares por barril).

Ademais, ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano, foram recebidos tempestivamente relatórios de vendas do produto objeto da medida e de apuração do frete marítimo incorrido para fins de monitoramento do compromisso de preço, tendo sido inclusive realizada verificação in loco na empresa K+S Chile no período de 20 a 22 de janeiro de 2016.

2. DA REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 26 de novembro de 2015, foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX nº 74, de 25 de novembro de 2015, dando conhecimento público de que o prazo de vigência da medida antidumping aplicado às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, comumente classificadas no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República do Chile, encerrar-se-á no dia 8 de setembro de 2016.

Adicionalmente, foi informado que, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, as partes que desejassem iniciar uma revisão de final de período deveriam protocolar petição, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência da medida antidumping.

2.2. Da petição

Em 29 de abril de 2016, de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015, a Salinor protocolou no Sistema DECOM Digital (SDD), utilizado para as tramitações referentes ao presente processo administrativo, petição para revisão de final de período com o fim de prorrogar a medida antidumping aplicada às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado ao consumo animal, inclusive humano, quando originárias do Chile, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após o exame preliminar da petição, em 30 de maio de 2016, solicitaram-se à peticionária, por meio do Ofício nº 3.581/2016/CGMC/DECOM/SECEX, informações complementares àquelas fornecidas na petição. Diante do prazo de resposta, a peticionária pediu sua postergação, o que foi concedido em 9 de junho de 2016, observando-se o art. 194 do Decreto nº 8.058, de 2013. A peticionária apresentou tais informações tempestivamente no dia 14 de junho de 2016.

No dia 23 de junho de 2016, foi expedido o Ofício nº 03.963/2016/CGMC/DECOM/SECEX, pelo qual se solicitaram novas informações complementares, as quais foram prestadas tempestivamente pela peticionária no dia 29 de junho de 2016.

2.3. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas como partes interessadas, além da peticionária, os produtores domésticos do produto similar (Braskem S.A., Dow Química do Nordeste Ltda., Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A e Salina Diamante Branco Ltda), a Associação Brasileira de Extratores e Refinadores de Sal - Abersal, o produtor/exportador estrangeiro, o importador brasileiro do produto objeto da revisão e o governo do Chile.

Por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, foi identificada a empresa produtora/exportadora do produto objeto da revisão durante o período de análise de continuação/retomada de dumping, e o importador brasileiro que adquiririu o referido produto durante o mesmo período.

Em relação aos produtores domésticos do produto similar, foi encaminhado o ofício nº 4.488/2016/CGMC/DECOM/SECEX à Abersal para obter informação acerca dos produtores nacionais de sal. No entanto, não foi recebida resposta da entidade até o início da presente revisão.

Cabe ressaltar que será feita uma nova consulta à Abersal para esclarecimentos acerca dos demais produtores nacionais de sal grosso.

2.4. Da verificação in loco na indústria doméstica

Fundamentado nos princípios da eficiência, previsto no art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, realizou-se verificação in loco dos dados apresentados pela indústria doméstica previamente à elaboração deste anexo.

Por meio do Ofício nº 4.297/2016/CGMC/DECOM/SECEX, de 4 de julho de 2016, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, solicitou-se anuência para que fosse realizada verificação in loco dos dados apresentados pela empresa Salinor, em Macau/RN, no período de 25 a 29 de julho de 2016.

Após consentimento da empresa, na confirmação de anuência em 4 de julho de 2016, foi realizada a verificação in loco, no período proposto, com o objetivo de confirmar e de obter maior detalhamento das informações prestadas na petição de revisão de final de período e nas respostas aos pedidos de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhado à empresa, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram obtidos esclarecimentos acerca do processo produtivo de sal grosso e da estrutura organizacional da empresa.

Em atenção ao § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, a versão restrita do relatório da verificação in loco foi juntada aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência do procedimento de verificação foram recebidos em bases confidenciais.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da revisão

O produto objeto da revisão (objeto do compromisso de preços firmado e de direitos antidumping), conforme consta da Resolução CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 8 de setembro de 2011, e da Resolução Camex nº 104, de 6 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U. de 9 de dezembro de 2013, é definido como sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sócio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética).

Ainda de acordo com a Resolução CAMEX nº 61 de 2011, o produto objeto da medida antidumping é o sal-gema, ou sal de rocha, na forma de cristais sólidos brancos, livres da presença de materiais estranhos, constituído principalmente por cloreto de sódio, cuja fórmula química é NaCl, extraído de depósitos localizados na superfície terrestre (minas a céu aberto) ou em jazidas subterrâneas, resultantes de lagos e mares antigos que secaram e que não seja destinado a consumo animal ou humano.

No caso das jazidas subterrâneas, ocorre a prospecção da mina para identificar nas diversas camadas a composição química do sal, sendo realizada em seguida a sua extração. Após isso, são realizadas operações de lavra em áreas e profundidades previamente definidas. O sal é recolhido por caminhões com caçambas basculantes e depois britado para ser enviado ao porto de embarque. Por meio desse processo, próprio da atividade de mineração, obtém-se o sal-gema.

O sal grosso objeto da medida antidumping é utilizado na produção de:

a) Cloro líquido: utilizado extensivamente na fabricação de PVC, no tratamento de água potável e de piscinas, no tratamento de esgotos, na fabricação de solventes clorados e de agroquímicos e como intermediário na produção de poliuretanos. Também é utilizado na obtenção de diversos produtos químicos, como anticoagulantes, lubrificantes, fluidos para freios, fibras de poliéster, insumos farmacêuticos e outros;

b) Ácido clorídrico: utilizado na fabricação de coagulantes para tratamento de água e esgoto, cloretos e intermediários químicos, aditivos para o setor alimentício e animal e decapagem pela indústria siderúrgica e metalúrgica. Também é utilizado na flotação e no processamento de minérios, na acidificação de poços de petróleo, na regeneração de resinas de troca iônica e na neutralização de efluentes;

c) Hipoclorito de sódio: entre as principais utilizações estão a produção de água sanitária, a desinfecção de água potável e hospitalar, o tratamento de efluentes industriais e de piscinas e o branqueamento de celulose e têxteis;

d) Dicloroetano: matéria-prima básica para a fabricação de PVC, material largamente utilizado na construção civil, na forma de tubos e conexões para água potável e esgoto, e também utilizado na fabricação de embalagens, filmes, plásticos e recobrimento de fios e cabos elétricos, e ainda na indústria automobilística, entre outras aplicações;

e) Soda cáustica: fabricação de celulose, alumínio, fio rayon, sabões e detergentes e intermediários químicos. É também utilizada pela indústria siderúrgica e metalúrgica, na produção de aditivos para o segmento alimentício, na merceirização de têxteis, na regeneração de resinas de troca iônica e na correção de pH em vários processos industriais;

f) Clorato de sódio: principalmente usado para produzir dióxido de cloro para branqueamento de polpa de celulose, mas também usado como herbicida; e

g) Carbonato de sódio (barrilha sintética): importante matéria-prima usada na fabricação de vidro. Também utilizado como insumo na produção de detergente em pó, silicato de sódio e bicarbonato de sódio.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto fabricado no Brasil, tal qual definido no item 3.1 deste anexo, é o cloreto de sódio (NaCl) em sua forma cristalina, de origem marinha, obtido por evaporação da água do mar. Há também produção de sal-gema no País, porém exclusivamente para consumo cativo.

O processo produtivo do sal marinho se divide em duas etapas: 1) preparação da salmoura, realizada na área de evaporação, por meio de bombeamento da água do mar para reservatórios, a fim de realizar a evaporação solar; e 2) cristalização, que ocorre em reservatórios constituídos por diques e canais de alimentação e drenagem, onde é mantida camada de sal permanente que forma a base destinada a suportar o peso dos equipamentos de colheita e transporte.

Os cristalizadores, instalações onde se processa a precipitação do sal, são alimentados com a salmoura produzida na área de evaporação. O sal após a colheita passa por um processo de lavagem para retirar insolúveis do sal e baixar os teores dos outros sais, considerados impurezas. Na sequência, o sal é estocado para perder umidade e se tornar adequado às diversas aplicações exigidas pelo mercado.

A colheita de sal grosso é única para todas as finalidades. No entanto, o sal que não seja destinado a consumo humano ou animal difere do sal para consumo humano ou animal em suas características básicas, além do uso, sistema de distribuição e preço.

O sal grosso que não seja destinado ao consumo animal, inclusive humano, é consumido na sua maior parte pela indústria química, mesma destinação do sal-gema extraído no Brasil para consumo cativo, conforme apurado na investigação original.

Cabe ressaltar que ao longo do anexo serão usados os termos:

(1) "sal grosso químico" quando se fizer referência ao sal grosso utilizado na fabricação dos produtos listados no § 30 do item 3.1 deste anexo, seja no caso do produto objeto da medida antidumping quanto do subgrupo de sal grosso correspondente ao produto similar;

(2) "sal grosso - outros" quando se fizer referência ao subgrupo de sal grosso destinado a outros setores que não a indústria química;

(3) "sal grosso para beneficiamento", quando se fizer referência ao subgrupo de sal grosso utilizado pela peticionária para a produção de sal moído e refinado; e

(4) "sal grosso", quando se fizer referência a volumes ou valores do conjunto mais amplo que engloba os subgrupos (1), (2) e (3) acima, especialmente nos itens 7.3 e 7.4 adiante, relativos respectivamente à produção e ao estoque.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da revisão, usualmente classificado no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), descrito como "Outros tipos de sal a granel, sem agregados", sujeitou-se à alíquota do imposto de importação (II) de 4% (quatro por cento) durante todo o período de investigação de continuação/retomada do dano (janeiro de 2011 a dezembro de 2015).

Por força do Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35), firmado entre o MERCOSUL e o Chile, incorporado ao ordenamento jurídico nacional por intermédio do Decreto nº 2.075, de 19 de novembro de 1996, publicado no D.O.U. de 20 de novembro de 1996, o produto se beneficia de margem de preferência de 100% na alíquota do II desde 1º de janeiro de 2004.

Além disso, o Quinto Protocolo Adicional do ACE 35, internalizado por intermédio do Decreto nº 2.459, de 19 de janeiro de 1998, publicado no D.O.U. de 20 de janeiro de 1998, isentou do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, as importações beneficiadas pelo referido acordo.

3.4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

O produto objeto da medida antidumping e o produto similar produzido pela indústria doméstica possuem características semelhantes (composição química e características físicas), são destinados aos mesmos usos e aplicações (indústria química, conforme descrito no § 30 do item 3.1) e concorrem no mesmo mercado, apresentando alto grau de substitutibilidade por se tratarem de produtos homogêneos que concorrem primordialmente quanto ao preço. Apesar de as rotas produtivas do produto objeto da medida antidumping e do produto similar serem diferentes não há prejuízo quanto à similaridade.

Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise precedente, ratifica-se a conclusão alcançada na investigação original de que o sal grosso produzido pela indústria doméstica destinado às aplicações indicadas no no § 30 do item 3.1 é similar ao produto objeto da medida antidumping.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo indústria doméstica deverá ser interpretado como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico ou, quando não for possível reuni-los em sua plenitude, como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Segundo a peticionária Salinor, existem outros produtores de sal grosso no Brasil. Além dela, a Braskem S.A., a Dow Química do Nordeste Ltda., a Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A e a Salina Diamante Branco Ltda. produzem sal grosso que não seja destinado ao consumo animal, inclusive humano, sendo que a Braskem e a Dow Química produzem sal-gema para consumo cativo.

Conforme mencionado no item 2.3 deste anexo, foi encaminhada consulta à ABERSAL solicitando a identificação dos produtores nacionais de sal grosso com suas respectivas quantidades vendidas e produzidas. No entanto, não foi recebida resposta da entidade até o início da presente revisão.

Desse modo, para fins de análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de sal grosso da peticionária Salinor, a qual respondeu por cerca de 25,9% da produção de sal grosso no país em 2015, conforme informação da peticionária e dados do relatório do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) .

Cabe ressaltar que ao longo da revisão serão encaminhadas solicitações de informações aos demais produtores de sal grosso identificados na petição para fins de apuração do mercado brasileiro e da produção nacional do produto similar.

5. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção da medida levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

5.1. Da existência de indícios de dumping durante a vigência da medida

Para fins desta revisão, a avaliação de existência de dumping durante a vigência do direito levou em consideração o período de janeiro a dezembro de 2015.

De acordo com os dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, as importações brasileiras de produto objeto da medida, nesse período, somaram 519.790 toneladas.

5.1.1. Do valor normal

A peticionária não conseguiu obter informações sobre os preços praticados no mercado interno chileno. Em vista disso, sugeriu como opção de valor normal que fossem consideradas as exportações chilenas para o Uruguai.

Segundo a peticionária, a escolha do Uruguai decorreu de algumas circunstâncias, dentre elas a rota marítima entre o Chile e o Brasil - a qual seria a mesma realizada para exportações do Chile ao Uruguai - e o alto volume de importações do sal do Chile por este país. Com efeito, o Uruguai representa o terceiro maior importador de sal de qualidade química do Chile. Esse tipo de sal é o mesmo exportado ao Brasil, que foi o maior importador no período de continuação/retomada de dumping, conforme disponível no sítio eletrônico Urunet Mercosur online (www.urunetmercosuronline.com).

Cumpre destacar que a peticionária não considerou adequado o uso das exportações chilenas de sal grosso para os EUA (o segundo maior importador de sal com qualidade química do Chile) como fonte para obtenção do valor normal, uma vez que o produtor/exportador chileno conta com empresa relacionada neste país. Assim, a peticionária considerou que tais operações pudessem refletir, em grande medida, em transações com preços de transferência.

Para obtenção do valor normal, foram utilizados como fonte os dados divulgados pelo Urunet Mercosur on line, referentes ao ano de 2015, período de análise de continuação/retomada do dumping, em relação ao item tarifário sob o qual o produto se classifica no Chile (2501.00.20), descrito como sal gema, sal de salinas e sal marinho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Registrou-se, ainda, que os dados apresentados pela peticionária com base no sítio eletrônico supramencionado possuem grau de disponibilidade e desagregação adequados que inclusive permitem identificar o uso do produto exportado para o Uruguai como sal grosso químico.

Assim, com vistas à apuração do valor normal, foram consideradas exclusivamente operações de sal do tipo químico comparáveis com o sal grosso químico exportado do Chile para o Brasil com base no perfil de exportação identificado na base de dados.

Diante do exposto, acatou-se a sugestão interposta pela peticionária e considerou-se apropriada a escolha das exportações de sal grosso químico do Chile para o Uruguai para fins de apuração do valor normal para o início desta revisão.

Dessa forma, apurou-se o valor normal na condição FOB, obtendo-se a seguinte tabela:

Valor normal - exportações do Chile para Uruguai

País de Exportação	Valor Exportado (US$)	Volume Exportado (t)	Valor Normal (US$/t)
Chile	710.391,00	32.300,0	21,99

Assim sendo, para fins de início de revisão o valor normal de sal grosso apurado do Chile foi de US$ 21,99/t (vinte e um dólares estadunidenses e noventa e nove centavos por tonelada) na condição FOB.

5.1.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da revisão, é o recebido, ou a receber, pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da revisão.

Sendo assim, com base nos dados detalhados de importação fornecidos pela RFB, foram apurados os preços médios das importações brasileiras de sal grosso químico ocorridas entre janeiro e dezembro de 2015. Para a aferição desse preço, os dados disponibilizados, na condição FOB, pela RFB foram depurados com base nas informações contidas no item 6.1 deste anexo.

Conforme mencionado, considerou-se que a apuração do preço de exportação, em base FOB, seria comparável ao valor normal apurado conforme item anterior.

A tabela a seguir informa o preço médio de exportação do Chile para o Brasil, na condição de comércio FOB, conforme metodologia explicada anteriormente:

Preço de Exportação

País de Exportação	Valor Exportado (US$)	Volume Exportado (t)	Preço de Exportação (US$/t)
Chile	9.682.760,76	519.790,0	18,63

Portanto, com vistas ao início desta revisão, o preço de exportação de sal grosso químico apurado do Chile para Brasil foi de US$ 18,63/t (dezoito dólares estadunidenses e sessenta e três centavos por tonelada), na condição FOB.

5.1.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Apresenta-se a seguir a tabela contendo apuração da margem de dumping absoluta e relativa do Chile para fins de início de revisão:

País	Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
Chile	21,99	18,63	3,36	18

A tabela anterior indica a existência de indícios de continuação de dumping nas exportações de sal grosso químico do Chile para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2015.

5.1.4. Dos indícios sobre a existência de dumping durante a vigência da medida

A margem de dumping apurada demonstra que os produtores/exportadores chilenos continuaram a praticar dumping nas suas exportações do produto objeto da medida para o Brasil no período de janeiro a dezembro de 2015.

5.2. Do desempenho exportador do Chile

Com o intuito de avaliar o potencial exportador do Chile, a peticionária apresentou as informações divulgadas pelo principal produtor/exportador, K+S Chile, que indicam que a empresa explora um dos maiores depósitos mundiais de cloreto de sódio a céu aberto, o Salar Grande de Tarapacá, situado a cerca de 90 km de Iquique, no Chile.

A peticionária aduziu que a K+S Chile, em 2014, inaugurou a denominada Planta 4 na Mina del Salar Grande de Tarapacá, "logrando un importante incremento en la produccion, debido a las mejoras de los processys y en la molienda." Dessa maneira, concluiu que a empresa teria capacidade imediata para aumentar suas vendas para o Brasil. Ademais, a demanda brasileira se manteve relativamente estável ao longo do período analisado e a indústria doméstica conseguiu aumentar suas vendas internas e, consequentemente, sua participação no mercado.

Além disso, foram obtidas informações sobre a exploração de sal e os investimentos em infraestrutura realizados pelo produtor/exportador chileno para ampliação de mercados, com base no sítio eletrônico da K+S, disponível em http://www.ks-chile.com/index-page_id-14html, conforme trecho:

Inversiones por US$ 150 milliones ha realizado em Chile la firma germana K+S desde que compraron Sociedad Punta de Lobos (SPL) a José Yuraszeck y otros ejecutivos en 2006. A ocho anos de la operación, la firma europea se prepara para dar el siguiente passo em la región, pero manteniendo a Chile como el centro de gravedad para Latinoamérica y posiblemente Asia. Según cuenta Mathias Mohr, nuevo CEO de K+S Chile, el país 'tiene um rol central' en el plan al año 2020 que ha trazado la alemana. 'Primero porque Chile es el que tiene la mejor sal en América Latina y nosotros vamos a desarrollar mercados desde aqui. Es uma decidión que hemos tomado', assegura. Por su parte, Alexa Hergenroether, quien hasta hace poco fuera CEO K + S en el país, añade que 'Chile podria desarollar el negocio aún más, pero también en Sudamérica hay muchas oportunidades de crecimiento.'Complementando a la ejecutiva, Mark Roberts, miembro del directorio de la alemana, añade que 'hay muchos mercados donde no estamos activos, donde queremos crecer, como Asia (...) Hay aéreasen Norteamérica y Europa donde no estamos activos, incluso em Sudamérica, mercados como Perú y Brasil, donde hay oportunidades para crecer. Para conseguir su objetivo, la firma ya cuenta con la infraestructura acorde con el desafio. Hace unas semanas inauguraron una nueva planta en las cercanias de Iquique, la que les permitirá elevar su producción desde 6,2 millones de toneladas hasta unos 8 millones de toneladas. Además, sus dos puertos, Patillo I y II, tienen capacidade de embarque de 10 millones de toneladas. 'Como empresas tenemos muy buenas chances de crescer como equipo de sal. Hoy dia Chile está produciendo entre 5 y 6 milliones de toneladas y la capacidade está en 8 milliones, entonces teneos 2 o 3 millones para crecer en los próximos años', explica Mohr."

Conforme informação acima, em 2014, a empresa produziu entre 5 e 6 milhões de toneladas de sal, com o potencial de crescimento no curto prazo de 3 milhões de toneladas. Essa capacidade de extração, conjugada com os investimentos em infraestrutura portuária e logística realizados, reforça o grande potencial exportador chileno, como evidenciado em 2015.

Adicionalmente, a peticionária apresentou os dados de exportações do Chile para o mundo com vistas a demonstrar o comportamento das exportações deste país para o mundo refletindo a grande capacidade de extração e de exportação desta origem.

	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações do Chile para o Mundo (mil toneladas)	100,00	69,51	77,61	113,48	113,64

Ante o exposto, é possível inferir que o Chile possui capacidade para suprir o mercado brasileiro de sal grosso químico, uma vez que tem cerca de dez vezes mais exportações de sal grosso do que o volume de sal grosso químico do mercado brasileiro, considerando que as exportações de sal grosso pudessem ser totalmente de sal do tipo químico, conforme o produto sujeito à medida antidumping. Além disso, destaca-se a possibilidade de expansão da infratestrutura chilena na extração de sal grosso.

5.3. Das alterações nas condições de mercado

A peticionária não apresentou qualquer evidência de alteração de mercado, tão somente elencou que as despesas de distribuição representam importante fator para análise do preço do produto e seus reflexos na demanda.

5.4. Da aplicação de medidas de defesa comercial

Não foram identificadas medidas em vigor contra sal grosso do Chile por parte de outros membros da Organização Mundial do Comércio.

5.5. Da conclusão sobre os indícios de continuação/retomada do dumping

Ante o exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que, caso a medida antidumping em vigor seja extinta, muito provavelmente haverá a continuação de prática de dumping nas exportações de sal grosso do Chile para o Brasil. Além de haver indícios de que os produtores/exportadores chilenos continuaram a praticar dumping durante a vigência da medida antidumping, há indícios de existência de substancial potencial exportador, significativamente superior ao tamanho do mercado brasileiro.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de produto sujeito à medida antidumping. O período de revisão para determinar se a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano corresponde ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro a dezembro de 2011;
P2 - janeiro a dezembro de 2012;
P3 - janeiro a dezembro de 2013;
P4 - janeiro a dezembro de 2014; e
P5 - janeiro a dezembro de 2015.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de sal grosso químico importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao item tarifário 2501.00.19, fornecidos pela RFB.

Na NCM sob análise são classificadas importações de outros produtos distintos do produto objeto da medida antidumping. Por esse motivo, realizou-se depuração das informações constantes dos dados oficiais, de forma a se obter valores referentes ao produto objeto da medida antidumping. Foram desconsideradas as seguintes categorias de produtos:

– sais destinados a consumo humano e animal;
– sais para auxílio para perfuração de petróleo;
– sais para uso em indústria têxtil; e
– sais de qualidade industrial sem agregados, destinados à industrialização ou beneficiamento para posterior comercialização para consumo humano.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes do total de importações de sal grosso químico, após depuração, no período de análise de retomada/continuidade de dano:

Importações (toneladas)

	P1	P2	P3	P4	P5
Chile	100,0	122,4	100,0	102,2	104,8
Total	100,0	122,4	100,0	102,2	104,8

O volume das importações objeto da medida antidumping cresceu de P1 para P2 (+22,4%) e reduziu no período seguinte, de P2 para P3 (-18,3%). Nos demais períodos, as importações apresentaram aumento: P3 para P4 (+2,2%), P4 para P5 (+2,5%). Ao final da série, de P1 a P5, apresentou elevação de 4,8%.

Cumpre destacar que a totalidade das importações da origem investigada foram realizadas com base no compromisso de preço firmado conforme item 1.2 deste anexo. Além disso, é importante registrar que não houve importações do produto objeto da medida de outras origens.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Considerando que o frete e o seguro têm impacto relevante sobre o preço de concorrência no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de sal grosso químico no período de investigação de continuação/retomada de dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais (mil US$ CIF)

	P1	P2	P3	P4	P5
Chile	100,0	132,6	107,7	116,9	108,0
Total	100,0	132,6	107,7	116,9	108,0

Verificou-se o seguinte comportamento dos valores importados da origem investigada: crescimento de 32,6% de P1 para P2, queda de 18,8% de P2 para P3, aumento de 8,6% de P3 para P4 e redução de 7,7% de P4 para P5. Quando considerado todo o período sob análise (P1 para P5), houve aumento de 8,0%.

Preço das Importações Totais (US$/t CIF)

	P1	P2	P3	P4	P5
Chile	100,0	108,3	107,6	114,4	103,1
Total	100,0	108,3	107,6	114,4	103,1

O preço médio CIF das importações da origem investigada apresentou a seguinte evolução: crescimento de P1 para P2 (+8,3%), queda de P2 para P3 (-0,6%), aumento de P3 para P4 (+6,3%) e redução de P4 para P5 (-9,9%). Ao final da série, de P1 a P5, ocorreu elevação de 3,0%.

Observou-se que o preço médio CIF das exportações chilenas apresentou comportamento delimitado pelo compromisso de preços em vigor, uma vez que o termo firmado estabelece condições específicas na composição do preço do produto objeto da medida antidumping e do frete internacional na composição do preço CFR, conforme item 1.2 deste anexo.

6.2. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de sal grosso químico foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno pela indústria doméstica, líquidas de devoluções, bem como as quantidades importadas apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Segundo as informações da peticionária, os demais produtores nacionais de sal grosso não estariam destinando sua produção ao mercado, tendo em vista que usariam o produto tão somente para refino e outros usos. Nesse contexto, conforme disposto no item 4 deste anexo, serão enviadas ao longo da revisão solicitações de informações aos demais produtores de produto similar identificados na petição para fins de apuração do mercado brasileiro e da produção nacional do produto similar.

Mercado Brasileiro (t)

Período	Vendas da Indústria Doméstica	Importações Objeto da Medida Antidumping	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0
P2	105,4	122,4	114,0
P3	99,4	100,0	99,7
P4	97,0	102,2	99,6
P5	108,5	104,8	106,6

Observou-se que o mercado brasileiro de sal grosso químico apresentou aumento no período de P1 para P2 (+14,0%), redução de P2 para P3 (-12,5%) e de P3 para P4 (-0,1%), acréscimo de P4 para P5 (+7,0%). Ao analisar o período completo da revisão (P1 a P5), houve aumento do mercado brasileiro de 6,6%.

6.3. Da evolução das importações

6.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de sal grosso químico.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (%)

Período	Mercado Brasileiro (t)	Importações Origem Investigada (t)	Participação Origem Investigada (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	114,0	122,4	107,4
P3	99,7	100,0	100,3
P4	99,6	102,2	102,6
P5	106,6	104,8	98,3

Observou-se que a participação das importações objeto da medida antidumping no mercado brasileiro cresceu de P1 para P2 (+3,7 p.p.) e de P3 para P4 (+1,2 p.p.). Por outro lado, essa participação apresentou queda de P2 para P3 (-3,6 p.p.) e de P4 para P5 (-2,2 p.p.). Ao se considerar a totalidade do período de retomada/continuação de dano, constatou-se redução de 0,9 p.p..

6.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir indica a relação entre o volume total importado de sal grosso químico da origem investigada e a produção nacional de sal grosso.

Relação entre Importações da Origem Investigada e a Produção Nacional (%)

Período	Produção da Indústria Doméstica (t)	Importações Origem Investigada (t)	Participação Origem Investigada (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	144,1	122,4	85,0
P3	148,4	100,0	67,4
P4	130,4	102,2	78,4
P5	151,4	104,8	69,2

Observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de sal grosso cresceu somente de P3 para P4 (+4,1 p.p). Dessa forma, nos demais períodos, foi registrado comportamento de queda: de P1 para P2 (-5,6 p.p.), de P2 para P3 (-6,5 p.p.), de P4 para P5 (-3,5 p.p.) e, ao longo do período de análise, de P1 para P5 (-11,5 p.p.).

Cabe ressaltar a particularidade do produto similar, uma vez que a produção de sal grosso se refere a todos os usos, sendo que o destino da produção é definido posteriormente a esta etapa, isto é, o uso é definido na venda de sal grosso.

6.4. Da conclusão a respeito das importações

Com base nos dados anteriormente apresentados, concluiu-se que:

a) as importações de sal grosso químico originárias do Chile, consideradas na análise de continuação ou retomada do dano, apresentaram crescimento em todos os períodos, com destaque para a transição de P1 para P2 (22,4%) e de P1 para P5 (4,8%), ressalvando apenas o período de P2 para P3, que registrou redução (-18,3%).

b) observou-se elevação de 3,0% do preço ao longo do perídodo de análise de retomada/continuação de dano (P1 para P5), muito embora na transição de P4 para P5, constatou-se a maior retração do preço CIF (-9,9%); e

c) as participações das importações sujeitas à medida antidumping em relação ao mercado brasileiro apresentaram aumento mais significativo de 3,7 p.p. de P1 a P2, e quedas de P1 a P5 (-0,9 p.p.) e de P4 a P5 (-2,2 p.p.).

Dessa forma, com exceção de P2, em que se atingiu 54,1% de participação no mercado brasileiro, as importações do Chile apresentaram certa estabilidade em relação ao mercado brasileiro variando de 49,5% a 51,7%.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica corresponde ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro a dezembro de 2011;
P2 - janeiro a dezembro de 2012;
P3 - janeiro a dezembro de 2013;
P4 - janeiro a dezembro de 2014; e
P5 - janeiro a dezembro de 2015.

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro. Para fins de análise de indícios de retomada ou continuação de dano à indústria doméstica com vistas ao início da revisão, conforme apontado no item 4 deste anexo, os indicadores considerados refletem os resultados alcançados pelo produtor doméstico Salinor - Salinas do Nordeste S/A.

Foram realizados ajustes nos dados reportados pela Salinor na petição e na resposta ao pedido de informações complementares tendo em conta os resultados da verificação in loco após minor corrections. Os ajustes necessários, bem como os elementos que os motivaram, encontram-se explicitados no relatório da verificação in loco, juntado aos autos do processo desta revisão.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional foram corrigidos os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - IPA-OG.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste anexo.

7.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de sal grosso químico de fabricação própria, líquidas de devoluções:

Vendas da Indústria Doméstica

	Totais (t)	Vendas no Mercado Interno (t)	%	Vendas no Mercado Externo (t)	%
P1	100,0	100,0	100,0	-	-
P2	105,4	105,4	100,0	-	-
P3	99,4	99,4	100,0	-	-
P4	97,0	97,0	100,0	-	-
P5	108,5	108,5	100,0	-	-

Cabe ressaltar que, como pode ser constatado pelo exame das informações constantes na tabela acima, não houve exportações de sal grosso químico pela indústria doméstica ao longo do período de análise de retomada/contiuação de dano.

Com relação ao volume de vendas de sal grosso químico destinado ao consumo no mercado interno no Brasil, observou-se aumento de 5,4% de P1 a P2, queda de 5,7% de P2 a P3, redução de 2,4% de P3 a P4 e aumento de 11,9% de P4 a P5. De P1 a P5, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno apresentou aumento de 8,5%.

7.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Domésticano Mercado Brasileiro

	Vendas no Mercado Interno (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	105,4	114,0	92,5
P3	99,4	99,7	99,7
P4	97,0	99,6	97,4
P5	108,5	106,6	101,8

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de sal grosso químico diminuiu 3,7 p.p. de P1 a P2, aumentou 3,6 p.p. de P2 a P3, diminuiu 1,2 p.p. de P3 a P4 e aumentou 2,2 p.p. de P4 a P5. Assim, ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se aumento nessa participação de 0,9 p.p.

7.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Pelo fato de o destino da produção ser definido apenas a posteriori, os volumes de produção informados na tabela adiante se referem ao sal grosso (para quaisquer finalidades). Dessa forma, a produção é única e agrega o sal grosso químico, o sal grosso - outros e o sal grosso para beneficiamento, conforme descrição no item 3.2.

Ademais, cumpre destacar que para a indústria salineira não se aplica o conceito de capacidade efetiva ou nominal, uma vez que a capacidade está relacionada apenas à extração. Diante disso, para o cálculo da capacidade instalada, a indústria doméstica baseou-se na capacidade de extração do sal grosso a partir da área de cristalização. A metodologia apresentada, validada na verificação in loco, consistiu na multiplicação da área total dos cristalizadores pela produtividade de [CONFIDENCIAL] toneladas por hectare por ano.

A tabela abaixo resume os dados de produção, capacidade de extração e grau de ocupação da indústria doméstica.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação

	Capacidade Instalada (t)	Produção (Sal grosso) (t)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,0	144,1	144,1
P3	117,8	148,4	126,0
P4	117,8	130,4	110,7
P5	117,8	151,4	128,6

A capacidade instalada apresentou modificação apenas de P2 para P3, quando cresceu 17,8%, devido a expansão das áreas de cristalizadores.

A produção da indústria doméstica de sal grosso apresentou o seguinte comportamento: aumentos de P1 para P2 e de P2 para P3, de 44,1% e de 3,0% respectivamente, queda de 12,1% de P3 para P4, e elevação de 16,1% de P4 para P5. Ao longo de todo período, constatou-se aumento na produção de sal grosso de 51,4%.

O grau de ocupação da capacidade instalada da indústria doméstica aumentou 26,1 p.p. de P1 para P2, registrou quedas subsequentes de 10,7 p.p. de P2 para P3 e de 9,0 p.p. de P3 para P4, seguidas de elevação de 10,5 p.p. de P4 para P5. Já de P1 para P5, constatou-se aumento de 16,9 p.p.

7.4. Dos estoques

O quadro a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado, considerando em P1 o estoque inicial de sal grosso de 393.060 t, conforme descrição no item 3.2. Ressalta-se que, diante da observação quanto ao dado considerado para fins de produção, nos estoques foram considerados os montantes referentes a outros produtos, não somente o sal quimico.

Estoque Final (t)

	SAL GROSSO		Sal grosso químico (produto similar)	Sal grosso - outros		Sal grosso transferido para benef.	SAL GROSSO	
	Produção	Aquisição no mercado interno	Vendas no mercado interno	Vendas no mercado interno	Vendas no mercado externo		Outras Entradas e Saídas	Estoque Final
P1	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	-100,0	100,0
P2	144,1	-	105,4	98,5	36,9	96,5	74,9	440,4
P3	148,4	-	99,4	85,0	97,3	100,3	-48,7	740,1
P4	130,4	-	97,0	92,0	206,1	94,1	204,2	740,4
P5	151,4	100	108,5	56,3	210,7	100,8	-1193,0	882,6

Cabe ressaltar que, conforme a peticionária, o item "Outras Entradas/Saídas" foi calculado por diferença, uma vez que o sistema não permite totalizar em bases anuais esse montante. Ainda, o volume adquirido de sal grosso no mercado interno em P5 foi revendido no mercado externo e está incluído dentro de Outras Entradas e Saídas.

O estoque final de sal grosso apresentou aumentos de 340,4% de P1 para P2 e de 68,1% de P2 para P3, permaneceu praticamente estável de P3 para P4 e apresentou novo aumento de 19,2% de P4 para P5. Considerando-se todo o período de revisão (P1 a P5), o volume do estoque final da indústria doméstica cresceu 782,6%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de revisão, relativo a sal grosso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relação Estoque Final/Produção (t)

Estoque Final (t)		Produção (t)	Relação (%)
100,0	P1 100,0	100,0	
440,4	P2 144,1	305,6	
740,1	P3 148,4	498,6	
740,4	P4 130,4	567,7	
882,6	P5 151,4	582,8	

A relação estoque final/produção aumentou em todos os períodos. Os valores das variações registradas foram de +27,2 p.p em P2, +25,4 p.p. em P3, +9,1 p.p em P4 e +2,0 p.p. em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Avaliando-se os extremos da série (de P1 para P5), a relação estoque final/produção registrou aumento de 63,7 p.p.

7.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

De forma a se apurar o número de empregados relativo ao produto similar (sal grosso químico), para as áreas de produção, administração e vendas, efetuou-se rateio com base no percentual da quantidade vendida de sal grosso químico em relação à produção total de sal grosso. Assim, ao número total de empregados dessas áreas, aplicaram-se os percentuais de venda de sal grosso químico em relação à produção total de sal grosso.

Número de Empregados

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	71,7	71,7	84,9	81,6
Administração e Vendas	100,0	80,9	80,9	97,9	89,4
Total	100,0	73,9	73,9	87,9	83,4

Observou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção registrou diminuição de 28,3% de P1 a P2 e de 6,4% de P2 a P3, seguindo-se aumento de 26,5% de P3 a P4 e diminuição de 3,9% de P4 a P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, o número de empregados ligados à produção diminuiu 18,4%.

Em relação aos empregados envolvidos nos setores administrativo e de vendas houve diminuição em P2 (-19,1%), seguida de aumentos em P3 (+2,6%) e P4 (+17,9%) e diminuição em P5 (-8,7%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. O número de empregados desses setores variou negativamente em 10,6%, de P1 para P5.

Em relação ao número total de empregados houve diminuição em P2 (-26,1%) e em P3 (-4,1%), aumento em P4 (+24,1%) e diminuição em P5 (-5,1%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. O número total de empregados variou negativamente em 16,6%, de P1 para P5.

Produtividade por Empregado (t)

	Número de empregados envolvidos na linha de produção	Produção	Produção por empregado envolvido na linha da produção
P1	100,0	100,0	100,0
P2	71,7	105,4	147,0
P3	67,1	99,4	148,1
P4	84,9	97,0	114,3
P5	81,6	108,5	133,0

Para fins da produtividade por empregado na tabela acima, considerou-se a coluna produção como a quantidade vendida do sal grosso químico (produto similar).

A produtividade por empregado ligado à produção apresentou queda apenas de P3 para P4 (-22,8%). Nos demais períodos os incrementos foram de 47,0% em P2, de 0,7% em P3 e de 16,4% em P5, sempre em relação ao período anterior. Assim, considerando-se todo o período de revisão (de P1 para P5), a produtividade por empregado ligado à produção aumentou 33,0%.

Massa Salarial (Mil reais atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	95,1	81,5	103,6	94,2
Administração e Vendas	100,0	82,8	71,7	84,3	73,5
Total	100,0	87,7	75,6	92,0	81,7

Na apuração da massa salarial para as áreas de produção, de administração e de vendas, utilizou-se o mesmo critério de rateio adotado no cálculo do número de empregados referente a tais áreas.

A massa salarial dos empregados da linha de produção reduziu em P2 (-4,9%) e em P3 (-14,3%), aumentou em P4 (+27,1%) e reduziu em P5 (-9,1%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando todo o período de revisão (de P1 para P5), a massa salarial dos empregados ligados à linha de produção teve redução de 5,8%.

A massa salarial dos empregados ligados a administração e vendas reduziu em P2 (-17,2%) e em P3 (-13,4%), aumentou em P4 (+17,6%) e reduziu em P5 (-12,8%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando todo o período de revisão (de P1 para P5), a massa salarial dos empregados ligados à linha de produção teve redução de 26,5%.

Dessa forma, considerando o período completo da série (de P1 para P5), a massa salarial total registrou redução de 18,3%.

7.6. Do Demonstrativo de Resultado

7.6.1. Da receita líquida

Conforme metodologia adotada na conclusão da investigação original e nos resultados da verificação in loco na Salinor, observou-se que a indústria doméstica incorre em elevadas despesas de distribuição por via marítima do Terminal de Areia Branca (Termisa) no Rio Grande do Norte, até o terminal portuário de Santos (São Paulo), principal mercado de destino do produto similar. Assim sendo, as despesas de distribuição são, portanto, um importante componente dos preços.

Dessa forma, para fins de início desta revisão, foram considerados os valores das receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica no mercado interno deduzidos dos valores de despesas de distribuição, quais sejam: frete terrestre, frete barcaça, frete marítimo, despesas no terminal de Termisa e despesas de armazenagem em Santos.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica (Mil reais atualizados)

	Receita Total	Mercado Interno		Mercado Externo	
		Valor	% total	Valor	% total
P1	Confidencial	100,0	Confidencial	-	-
P2	Confidencial	113,0	Confidencial	-	-
P3	Confidencial	109,2	Confidencial	-	-
P4	Confidencial	92,7	Confidencial	-	-
P5	Confidencial	114,4	Confidencial	-	-

Por não ter havido exportações, a receita líquida total da indústria doméstica foi obtida apenas a partir das vendas de sal grosso químico no mercado interno. A receita líquida total aumentou 13% de P1 para P2, diminuiu 3,3% de P2 para P3 e 15,1% de P3 para P4 e aumentou 23,4% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de revisão (de P1 para P5), a receita líquida total cresceu 14,4%.

7.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas nos itens 7.6.1 e 7.1 deste anexo.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (Em reais corrigidos/t)

	Preço no Mercado Interno	Preço no Mercado Externo
P1	100,0	-
P2	107,2	-
P3	109,9	-
P4	95,6	-
P5	100,0	-

O preço do produto similar doméstico no mercado interno apresentou aumentos de 7,2% de P1 para P2 e de 2,5% de P2 para P3, seguido por diminuição de 13,1% de P3 para P4 e aumento de 10,3% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série (de P1 para P5), o preço médio no mercado interno aumentou 5,4%.

7.6.3. Dos resultados e margens

As tabelas a seguir exibem a demonstração de resultados e as margens de lucro associadas, obtidas com a venda de sal grosso químico no mercado interno.

Para fins de apuração dos demonstrativos de resultados não foram consideradas as despesas e receitas não atreladas ao negócio principal da indústria doméstica, conforme resultados da verificação in loco. Assim sendo, não foram utilizadas as seguintes rubricas: resultado de equivalência patrimonial, lucro na venda dos ativos fixos, receitas diversas e receita de aplicações financeiras.

Demonstração de Resultados (Em mil reais atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	113,0	109,2	92,7	114,4
CPV	100,0	65,6	59,9	77,0	73,7
Resultado Bruto	100,0	182,9	182,0	115,9	174,3
Despesas Operacionais	100,0	130,2	108,2	86,8	92,8
Despesas gerais e administrativas	100,0	132,8	111,6	89,5	92,7
Despesas com vendas	100,0	40,8	29,1	8,3	70,5
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	193,6	325,9	119,7	435,0
Outras despesas (receitas) operacs. (OD)	100,0	77,6	32,2	37,8	60,4
Resultado Operacional	(100,0)	27,9	113,0	0,5	151,5
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	30,4	116,2	2,4	155,9
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	58,8	155,2	12,9	212,7

Margens de Lucro (Em %)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	161,9	166,6	125,0	152,4
Margem Operacional	(100,0)	24,6	103,4	0,6	132,5
Margem Operacional (exceto RF)	(100,0)	26,9	106,4	2,6	136,3
Margem Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	52,0	142,1	13,9	186,0

Para fins de rateio das despesas operacionais relativas às vendas do sal grosso químico no mercado interno, foram utilizadas duas formas de cálculo em função do detalhamento dos centros de custos de sal grosso:

(1) Quando havia centros de custo para sal grosso, levou-se em consideração a proporção da quantidade vendida do produto similar (sal grosso químico) em relação ao somatório de quantidades vendidas de sal grosso químico e de sal grosso - outros. Essa metodologia foi aplicada apenas a uma parte das contas da rubrica despesas de vendas.

(2) Na inexistência de centros de custo, utilizou-se a proporção das quantidades vendidas do produto similar (sal grosso químico) em relação ao somatório de quantidades vendidas de sal grosso químico e de sal grosso - outros, além da quantidade transferida para beneficiamento. Essa metodologia foi aplicada a uma parte das contas da rubrica despesas de vendas e às demais rubricas de despesas.

Cabe ressaltar que no item (2) acima a quantidade transferida para beneficiamento foi usada como proxy da quantidade vendida de sal beneficiado (que engloba sal moído e sal refinado). Ainda, as duas formas de cálculo apresentadas acima foram ajustadas em relação à metodologia original da empresa, a qual foi considerada inapropriada para o rateio de despesas.

O resultado bruto com a venda de sal grosso químico no mercado interno apresentou aumento de 82,9% de P1 a P2, seguido por diminuições de 0,5% de P2 a P3 e de 36,3% de P3 a P4 e aumento de 50,4% de P4 a P5. Ao se observar os extremos da série, o resultado bruto verificado em P5 foi 74,3% maior do que o resultado bruto verificado em P1.

A margem bruta da indústria doméstica apresentou aumentos de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 a P2 e de [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 a P3, seguido de diminuição de [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 a P4 e aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 a P5. Considerando-se os extremos da série, a margem bruta obtida em P5 aumentou [CONFIDENCIAL]p.p. com relação a P1.

Salvo em P1, a indústria doméstica operou com lucro operacional em todos os períodos. No resultado operacional entre os períodos, houve melhoras de 127,9% em módulo de P1 a P2, e de 305,5% de P2 a P3, seguida por piora de 99,5% de P3 a P4 e melhora de 27.961,1% de P4 a P5. Para o período de P1 a P5, a indústria doméstica registrou melhora de 251,5% em módulo no seu resultado operacional.

De maneira semelhante, a margem operacional foi negativa apenas em P1. Registrou-se aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 a P2, seguida de aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 a P3, redução de [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 a P4 e aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 a P5. Ao se considerar todo o período analisado, a indústria doméstica apresentou aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional.

Ao se levar em conta o resultado operacional sem receitas e despesas financeiras, observou-se aumento de 130,4% em módulo de P1 a P2 e aumento de 282,3% de P2 a P3, queda de 98,0% de P3 a P4 e aumento de 6.471,0% de P4 a P5. Verificou-se que o resultado operacional apresentou aumento de 255,9% em módulo de P1 a P5.

Em relação à margem operacional sem receitas e despesas financeiras, houve aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 a P2, aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 a P3, redução de [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 a P4 e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Quando se considera os extremos da série, observou-se aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 a P5.

Ao se levar em conta o resultado operacional sem receitas e despesas financeiras e sem outras despesas, observou-se aumento de 158,8% em módulo de P1 a P2, aumento de 164,1% de P2 a P3, seguida de queda de 91,7% de P3 a P4 e aumento de 1.546,1% de P4 a P5. Verificou-se que o resultado operacional apresentou aumento de 312,7% em módulo de P1 a P5.

Em relação à margem operacional sem receitas e despesas financeiras e sem outras despesas, houve aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 a P2, aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 a P3, queda de [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 a P4 e aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 a P5. Quando se considera os extremos da série, observou-se aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 a P5.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Demonstração de Resultados Unitária (Em reais atualizados/t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	42,50	45,57	46,72	40,62	44,81
CPV	100,0	62,3	60,3	79,3	68,0
Resultado Bruto	100,0	173,5	183,2	119,5	160,7
Despesas Operacionais	100,0	123,5	108,9	89,5	85,6
Despesas gerais e administrativas	100,0	126,0	112,3	92,3	85,4
Despesas com vendas	100,0	38,7	29,2	8,6	65,0
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	183,7	328,0	123,4	400,9
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	100,0	73,6	32,4	39,0	55,7
Resultado Operacional	(100,0)	26,4	113,7	0,6	139,7
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	28,8	117,0	2,4	143,7
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	55,8	156,2	13,3	196,1

Verificou-se que o CPV unitário diminuiu em P2 (-37,7%) e em P3 (-3,2%), subiu em P4 (+31,7%) e caiu em P5 (-14,4%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando os extremos da série, o CPV unitário diminuiu 32,1%.

Com relação ao resultado bruto unitário, verificaram-se aumentos de +73,6% de P1 a P2 e de +5,6% de P2 a P3, queda de -34,8% de P3 a P4 e aumento de +34,5% de P4 a P5. De P1 para P5 o indicador apresentou aumento de 60,7%.

Em relação às despesas operacionais unitárias, observou-se aumento de 23,5% de P1 para P2, quedas de -11,8% de P2 a P3, de -17,9% de P3 a P4 e de -4,4% de P4 a P5. Com efeito, as despesas operacionais por tonelada diminuiram 14,5% de P1 para P5.

Considerando o CPV e as despesas operacionais, ambos unitários e tomados em conjunto, observou-se queda em P2 (-8,6%) e em P3 (-8,7%), aumento em P4 (+0,9%) e queda em P5 (-9,3%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando-se os extremos da série, houve queda de 23,7%, de P1 para P5.

O resultado operacional unitário apresentou aumento de 126,4% em módulo de P1 a P2, aumento de P2 a P3 (331,1%), seguido por queda de P3 a P4 (-99,5%) e aumento de P4 a P5 (+26.566,7%), acumulando aumento de 239,6% em módulo de P1 para P5.

O resultado operacional unitário excluindo-se o resultado financeiro apresentou aumentos de 128,9% em módulo em P2 e de 305,4% em P3, seguido por queda de 97,9% em P4 e aumento de 5.871,4% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando-se os extremos da série, houve aumento de 243,6% em módulo de P1 para P5.

O resultado operacional unitário excluindo-se o resultado financeiro e outras despesas e outras receitas apresentou aumentos de 155,7% em módulo em P2 e de 180,2% em P3, redução de -91,5% em P4 e aumento de 1.380,3% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando-se os extremos da série, houve aumento de 295,9% em módulo de P1 para P5.

7.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1. Dos custos

A tabela a seguir apresenta o custo do produto vendido de sal grosso químico pela indústria doméstica.

Custo Produto Vendido (em R$ atualizados/t)

	P1	P2	P3	P4	P5
1.Utilidades	100,0	88,5	78,8	100,8	106,9
1.1 Energia Elétrica	100,0	102,5	80,2	110,3	119,4
1.2 Combustível	100,0	76,7	77,6	92,7	96,2
2. Outros insumos	-	100,0	-	124,0	301,1
2.1 Embalagem	-	100,0	-	124,0	301,1
3. Mão de obra direta	100,0	90,5	78,6	98,4	80,1
4. Custos Fixos	100,0	52,5	53,9	71,8	57,4
4.1 Depreciação	100,0	74,4	72,2	77,1	58,8
4.2 Manutenção	100,0	73,7	67,0	83,5	76,9
4.3 Mão de obra indireta	100,0	90,1	83,3	109,9	89,3
5. Variação de Estoque	100,0	(230,9)	(154,5)	(149,6)	(168,5)
Custo de Produto Vendido (1+2+3+4+5)	100,0	62,3	60,3	79,3	68,0

Em função de o volume produzido do produto similar ter sido apurado a partir das vendas foi acrescida a linha de variação de estoques de modo a se obter o custo do produto vendido do produto similar. Dessa forma, o resultado constante na linha do Custo do Produto Vendido é o mesmo constante na linha de CPV da Demonstração de Resultados Unitária do item 7.6.3.

Para fins de rateio do custo do produto vendido no mercado interno relativo ao sal grosso químico, foram utilizadas duas formas de cálculo em função do detalhamento de centros de custos de sal grosso:

(1) Quando havia centros de custos para sal grosso, levou-se em consideração a proporção da produção (equivalente a vendas, conforme explicado anteriormente) do produto similar (sal grosso químico) em relação à produção total de sal grosso. Foram apropriadas, segundo essa metodologia, as contas de [CONFIDENCIAL].

(2) Na inexistência de centros de custo, utilizou-se a proporção das vendas do produto similar (sal grosso químico) em relação à soma da produção total de sal grosso e da transferência para beneficiamento. Esta metodologia foi utilizada para os elementos de custo [CONFIDENCIAL].

Cabe ressaltar que as duas formas de cálculo apresentadas acima correspondem à metodologia apresentada na verificação in loco na empresa, a qual foi considerada apropriada para o rateio de custos, visto que o processo de beneficiamento gera custos adicionais em relação ao sal grosso.

O custo do produto vendido do produto similar doméstico apresentou quedas de 37,7% de P1 para P2 e de 3,2 de P2 para P3, seguido de aumento de 31,7% de P3 para P4 e queda de 14,4% de P4 para P5. Dessa forma, considerando-se os extremos da série, observou-se queda de 32,1% do custo do produto vendido do produto similar doméstico.

7.7.2. Da relação custo do produto vendido/preço

A relação entre o custo do produto vendido e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de revisão, referente ao sal grosso químico.

Relação do Custo do Produto Vendido no Preço de Venda (R$ atualizados/t)

	Custo de Produto Vendido - R$ atualizados/(t)	Preço de Venda no Mercado Interno - R$ atualizados/(t)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	62,3	107,2	58,1
P3	60,3	109,9	54,8
P4	79,3	95,6	83,0
P5	68,0	100,0	64,5

Observou-se que a relação custo do produto vendido/preço diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p de P1 a P2, novamente diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 a P3, subiu [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 a P4 e diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 a P5. Ao se considerar todo o período (P1 a P5), a relação custo do produto vendido/preço diminuiu [CONFIDENCIAL]p.p.

7.8. Do fluxo de caixa

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica na petição. Cabe ainda destacar que os valores se referem ao fluxo de caixa da empresa como um todo e não especificamente ao produto similar.

Fluxo de Caixa (Em mil reais atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	100,0	30,6	59,7	35,0	20,7
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(100,0)	(146,6)	(231,1)	(83,6)	(367,1)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	(100,0)	(98,1)	(11,9)	(32,1)	73,5
Caixa Líquido Gerado nas Atividades da Empresa	(100,0)	(449,2)	(17,1)	(70,5)	55,1

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa apresentou valores negativos de P1 a P4 e valor positivo em P5. Nesse sentido, constararam-se as seguintes variações: quedas de P1 para P2 (-349,2%) e de P3 para P4 (-313,3%), aumentos de P2 para P3 (96,2%) e de P4 para P5 (178,1% em módulo). No final da análise do período de retomada/continuação de dano, observou-se aumento de 155,1% em módulo.

7.9. Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir apresenta o retorno sobre investimentos, apresentado na petição de início da investigação.

Retorno sobre o investimento (Em mil reais atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	69,1	65,5	51,8	57,3
Ativo Total (B)	100,0	91,0	101,7	110,0	137,7
Retorno sobre o Investimento Total (A/B) (%)	100,0	76,0	64,4	47,1	41,6

Observou-se que a taxa de retorno sobre investimentos foi positiva em todos os períodos da análise de retomada/continuação do dano, tendo em vista o lucro liquído apurado. Entretanto, a empresa apresentou cenário sucessivo de quedas em P2 (-4,1 p.p.), P3 (-2,0 p.p.), P4 (-2,9 p.p.) e P5 (-1,0 p.p.), sempre em relação ao período anterior. Ao se considerar os extremos da série, o retorno dos investimentos constatado em P5 foi inferior ao retorno verificado em P1 em -10,0 p.p.

7.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, e não exclusivamente para o produto similar. Os dados aqui apresentados foram calculados com base nas demonstrações financeiras relativas ao período de investigação.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos

	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	92,8	101,0	100,6	78,1
Índice de Liquidez Corrente	100,0	91,1	110,0	89,1	80,1

O índice de liquidez geral apresentou queda (-22,0%) ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano (P1 a P5). Dessa forma, apesar das reduções em P2, P4 e P5, é possível inferir que a empresa não enfrentou dificuldades na captação de recursos ou investimentos.

O índice de liquidez corrente apresentou mesmo comportamento que o índice de liquidez geral, com reduções mais acentuadas em P2, P4 e P5. Ademais, registrou-se queda desse indicador ao longo de P1 a P5 (-20,0%). No entanto, da mesma forma que o índice anterior, é possível manter o entendimento de que a indústria doméstica não enfrentou dificuldades na captação de recursos ou investimentos.

7.11. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica cresceu 8,5% de P1 a P5, frente uma expansão do mercado brasileiro de 6,6% no mesmo intervalo. Dessa forma, a parcela da indústria doméstica no mercado brasileiro aumentou 0,9 p.p., de 49,6% em P1 para 50,5% em P5.

7.12. Conclusão acerca dos indicadores de dano à indústria doméstica durante a vigência do direito

Da análise dos indicadores da indústria doméstica, constatou-se que o volume de vendas internas de sal grosso químico cresceu 8,5% de P1 para P5 e 11,9% de P4 para P5, enquanto o mercado brasileiro de sal grosso químico cresceu 6,6% de P1 para P5 e 7,0% de P4 para P5. Com isso, a participação de tais vendas nesse mercado aumentou 0,9 p.p. de P1 para P5 e 2,2 p.p. de P4 para P5.

A indústria doméstica expandiu sua capacidade de produção de sal grosso em 17,8% em P5 comparativamente a P1, a produção de sal grosso aumentou 51,4% e o grau de ocupação aumentou [CONFIDENCIAL]p.p., nesse mesmo intervalo. Por outro lado, o volume de sal grosso em estoque teve aumento de 782,6% de P1 para P5 e de 19,2% de P4 para P5.

Ainda em relação às vendas internas, verificou-se que, de P1 para P5, a receita líquida cresceu de forma mais acentuada (+14,4%) que o volume vendido (+8,5%), devido ao aumento do preço médio (+5,4%) de tais vendas nesse mesmo intervalo. Igualmente, de P4 para P5, a receita líquida nas vendas internas aumentou (+23,4%) em proporção maior que a quantidade vendida (+11,9%), em função de o preço médio das vendas internas ter apresentado aumento (+10,3%).

A relação custo do produto vendido / preço apresentou melhora de P1 a P5 ([CONFIDENCIAL]p.p). Com isso, em P5, os resultados bruto e operacional unitários aumentaram em relação a P1, respectivamente 60,7% e 239,6% em módulo, assim como as margens bruta e operacional, que apresentaram aumentos equivalentes a [CONFIDENCIAL]p.p e [CONFIDENCIAL]p.p. respectivamente.

Na comparação de P4 a P5 a relação custo/preço apresentou um desempenho positivo ([CONFIDENCIAL] p.p.). Apesar disso, o resultado bruto e o resultado operacional de P5 em relação a P4 cresceram 50,4% e 27.961,1%, respectivamente, assim como as margens de lucro bruta e operacional - respectivamente [CONFIDENCIAL]p.p e [CONFIDENCIAL] p.p.

Com relação ao resultado operacional exceto resultado financeiro, de P1 para P5 ocorreu aumento de 255,9% em módulo, tendo a margem operacional exceto resultado financeiro apresentado aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. Na comparação de P4 para P5, houve aumento do resultado operacional exceto resultado financeiro de 6.471,0% e aumento na margem operacional exceto resultado financeiro de [CONFIDENCIAL]p.p.

No período completo de análise de dano (P1 a P5), foram observados efeitos positivos da aplicação da medida antidumping: crescimento das vendas e da participação no mercado interno de sal grosso químico, expansão da capacidade de produção de sal grosso, aumento da produtividade por empregado.

8. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Para fins de análise de indícios de retomada ou continuação de dano à indústria doméstica, foram levados em consideração dados do produtor doméstico Salindas do Nordeste S/A - Salinor, conforme apresentado na petição e verificados in loco.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Em face do exposto no item 7 deste anexo, concluiu-se que, ao longo da vigência da medida antidumping , o dano à indústria doméstica cessou. De P1 para P5, verificou-se que as vendas da indústria doméstica aumentaram 8,5%, principalmente devido ao incremento de 44,1% ocorrido de P1 para P2. Os indicadores da indústria doméstica apresentaram melhora no período, sendo que o preço subiu 5,4% de P4 para P5, em proporção superior à redução dos custos de produção no mesmo período, que foi de 32,0%.

Nessa linha, nos que diz respeito aos indicadores financeiros, verificou-se que a indústria doméstica teve melhora em seus resultados e suas margens brutas em razão da melhora na relação custo/preço, além de ter operado durante quase a totalidade do período de análise de probabilidade de retomada ou continuação de dano com lucros operacionais, seja considerando ou desconsiderando o resultado financeiro ou as outras despesas/receitas operacionais.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto no 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Ante ao exposto no item 6 supra, concluiu-se, para fins de início da revisão, que durante o período de vigência da medida antidumping, as importações de sal grosso químico originárias do Chile, apesar de aumentarem em termos absolutos, diminuíram em relação à produção e ao consumo. Em termos absolutos, o exportador chileno exportou 519.790 t de sal grosso químico em P5 (janeiro a dezembro de 2015), sendo que exportava 496.124 t em P1 (janeiro a dezembro de 2011), o que representou aumento de 4,8%. Já a representatividade das importações originárias do Chile no consumo no Brasil caiu: passou de 50,4% do mercaro brasileiro em P1 para 49,5% em P5. Essa tendência de queda também foi observada na relação entre as importações sujeitas ao direito e a produção nacional, que passou de 37,3% em P1 para 25,8% em P5.

Cabe ressaltar que o volume exportado pelo Chile para o mundo, de pouco menos de dez milhões de toneladas, conforme detalhado no item 5.4 deste anexo, equivale a quase dez vezes o mercado brasileiro de P5, que é de pouco mais de um milhão de toneladas.

Ante o exposto, resta claro que, caso a medida antidumping em vigor seja extinta, muito provavelmente os produtores/exportadores chilenos retomarão as exportações do produto objeto da medida antidumping para o Brasil em quantidades substanciais, de forma que a indústria doméstica voltará, por meio dos efeitos do dumping, a sofrer dano decorrente de tais importações.

8.3. Do preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações sujeitas ao direito sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito do preço das importações com indícios de dumping sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços com indícios de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto objeto de revisão é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, que ocorre quando as importações objeto da medida antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado do Chile, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB. Observou-se que o preço médio CIF das exportações chilenas de sal grosso químico apresentou comportamento delimitado pelo compromisso de preço, uma vez que o termo firmado estabelece condições específicas na composição do preço do produto objeto da medida antidumping e do frete internacional na composição do preço CFR, conforme item 1.2 deste anexo.

Em seguida, foram adicionados os valores das despesas de internação apurados aplicando-se o percentual de 26,3% sobre o valor CIF de cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB. Cabe ressaltar que apesar de o Imposto de Importação aplicável ser de 4%, por força do Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35) firmado entre o MERCOSUL e o Chile, o produto se beneficia de margem de preferência de 100% na alíquota do referido imposto desde 1º de janeiro de 2004. Além disso, o Quinto Protocolo Adicional do ACE 35 isentou do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, as importações beneficiadas pelo referido acordo.

Cumpre registrar que o percentual das despesas de internação desta revisão foi obtido a partir dos dados submetidos pelos importadores que responderam ao questionário da investigação original. Por fim, os preços internados do produto originário do Chile foram atualizados com base no IPA-OG-PI, a fim de se obter os valores presentes em reais e compará-los com os preços da indústria doméstica, também atualizados.

Os preços da indústria doméstica considerados são aqueles obtidos a partir das informações fornecidas pela peticionária. Para fins de ínicio da presente revisão, deve-se destacar que os preços da indústria doméstica ex fabrica foram acrescidos de despesas de distribuição constatadas em verificação in loco, conforme metodologia adotada na investigação original, uma vez que tais despesas para trazer o produto similar das salinas até o principal mercado consumidor em São Paulo são muito significativas frente ao preço ex fabrica.

Assim sendo, consideraram-se os preços da indústria doméstica líquidos de tributos, acrescidos desses tipos de despesas, as quais incluem: frete terrestre, frete barcaça, frete marítimo, despesas em Termisa e despesas de armazenagem.

A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de revisão.

Comparação entre os preços do produto com indícios de dumping e do produto similar nacional

		P1	P2	P3	P4	P5	
CIF R$/(t)		100,0	127,1	139,6	160,9	197,7	
Imposto de Importação R$/(t)		-	-	-	-	-	
AFRMM R$/(t)	-	-	-	-	-		
Despesas de Internação R$/(t)	100,0	127,1	139,6	160,9	197,7		
CIF Internado R$/(t)	100,0	127,1	139,6	160,9	197,7		
CIF Internado R$ atualizados/(t)	100,0	121,7	125,7	138,0	161,6		
Preço Ind. Doméstica ex fabrica R$ atualizados/(t)	100,0	107,2	109,9	95,6	105,4		
Despesas de Distribuição R$ atualizados/(t)	100,0	97,9	104,4	104,7	97,5		
Preço Ind. Doméstica R$ atualizados/(t)	100,0	101,2	106,4	101,4	100,4		
Subcotação R$ atualizados/(t)		100,0	31,1	40,3	(24,1)	(109,5)	

Ao analisar a tabela, constatou-se que, durante o período de revisão o preço médio CIF internado (R$/t) no Brasil do produto importado da origem objeto da medida antidumping esteve subcotado de P1 a P3 em relação ao preço da indústria doméstica acrescido das despesas de distribuição.

É possível notar depressão de preços da indústria doméstica ex fabrica de P3 a P4. Verificou-se ainda que a relação custo do produto vendido/preço cresceu em [CONFIDENCIAL] p.p. no mesmo período, o que caracteriza a ocorrência de supressão do preço da indústria doméstica. Em relação a P1 a P5, a peticionária acumulou incremento de 5,4% em seu preço ex fabrica.

Adicionalmente, constata-se a relevância das despesas de distribuição frente ao preço da indústria doméstica, representando cerca de 63,6% do preço da indústria doméstica acrescido dessas despesas ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano.

Ressalte-se que o preço de importação apresentado no quadro anterior apresentava os efeitos do compromisso de preço estabelecido, dessa forma, ao longo desta revisão serão aprofundados os efeitos do provável preço do produto investigado e das despesas distribuição inerentes a esse tipo de mercado para fins de comparação do preço do produto com indícios de dumping e o preço da indústria doméstica.

8.4. Do impacto provável das importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o impacto provável de tais importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Assim, para fins de início desta revisão, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações objeto da medida antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Conforme já analisado, constatou-se que a aplicação da medida antidumping acabou por extinguir o dano à indústria doméstica, apesar de as importações do produto objeto da medida antidumping terem sofrido aumento de 4,8% ao longo do período de vigência do direito. Desse modo, pode-se concluir que tais importações não impactaram negativamente os indicadores da indústria doméstica durante o período de vigência da medida antidumping.

No entanto, ao se examinar o potencial exportador do Chile, explicitado no item 5.4 supra, pode-se inferir que, caso a medida antidumping seja extinta, muito provavelmente o dano à indústria doméstica decorrente da prática de dumping, verificado na investigação original, será retomado.

Esses fatores indicam que, caso a medida antidumping seja extinta, as exportações chilenas destinadas ao Brasil a preços de dumping, muito provavelmente, voltarão a atingir volumes significativos, tanto em termos absolutos quanto em relação ao consumo e à produção, a exemplo do verificado na investigação original, o que muito provavelmente levará à retomada do dano à indústria doméstica.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

O mercado brasileiro expandiu-se em 6,6% de P1 a P5. Presumindo-se a mesma taxa de expansão para os próximos cinco anos, tem-se ao final do período um consumo interno de 1,1 milhões de toneladas. Tal consumo permanecerá bem inferior à capacidade produtiva e ao potencial exportador do Chile, estimado em pouco menos de dez milhões de toneladas em 2015. Isso demonstra que o direcionamento de uma pequena parcela desse potencial exportador para o Brasil muito provavelmente seria suficiente para levar à retomada do dano à indústria doméstica caso o direito fosse extinto.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Sobre este ponto, cabe ressaltar que não houve importações de sal grosso químico oriundas de outras origens.

Adicionalmente, não foram observados progressos tecnológicos ou impactos de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos - já que a alíquota efetiva do imposto de importação para o produto objeto da medida antidumping se manteve em zero durante todo o período de revisão por força do Acordo de Complementação Econômica nº 35. Ademais, tampouco se observaram práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e à concorrência entre eles. Da mesma forma, não houve contração na demanda e não houve consumo cativo pela indústria doméstica, além de a aquisição de produto no mercado interno por esta ter ocorrido em apenas um período e sem impacto significante.

Finalmente, a indústria doméstica não exportou de P1 a P5, o que demonstra a inexistência de impactos no comportamento dos custos fixos de produção e nos volumes vendidos no mercado interno pela indústria doméstica em decorrência de suas exportações.

Ante o exposto, se concluiu, para fins de início da revisão, que, caso a medida antidumping não seja renovada, o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto da medida antidumping sobre a indústria doméstica não afastará eventual dano a ser retomado em razão de tais importações.

8.7. Da conclusão sobre os indícios de continuação ou retomada do dano

Concluiu-se, para fins de início desta revisão, que há indícios suficientes de que, caso a medida antidumping não seja prorrogada, as exportações do Chile para o Brasil do produto objeto desta revisão, realizadas provavelmente a preços de dumping e subcotados em relação aos do similar nacional, serão retomadas em volumes substanciais, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo. Isso, muito provavelmente, levaria à retomada do dano à indústria doméstica, considerando ainda as elevadas capacidades de produção e de exportação chilenas.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Finalmente, concluiu-se que há indícios de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping nas exportações de sal grosso químico do Chile para o Brasil, bem como levaria ainda, muito provavelmente, à retomada do dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Propõe-se, desta forma, o início desta revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação da medida antidumping sobre as importações brasileiras de sal grosso químico, descritos no item 3.1 deste anexo, originárias da República do Chile, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto no 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 933, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões extraordinárias realizadas em 15/03/2016 e 24/08/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 232, de 8 de julho de 2016, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões extraordinárias realizadas em 15/03/2016 e 24/08/2016.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.003857/2015-59
Proponente: AVEBESP - Associação dos Veteranos de Basquete do Estado de São Paulo
Título: GIBI - Escolas Municipais (Litoral - SP)
Registro: 02SP011502007
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 03.915.511/0001-21
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.103.413,79
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6810 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8495-6
Período de Captação até: 15/03/2017

ANEXO II

1 - Processo: 58701.003500/2015-71
Proponente: Confederação Brasileira de Hipismo
Título: Equipe Brasileira de Volteio
Valor aprovado para captação: R$ 328.616,23
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41308-9
Período de Captação até: 10/08/2017

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.047, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado ela Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 627ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de setembro de 2016, e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.001262/2011-37, resolveu:

Art. 1º O titular de concessões ou autorizações de empreendimentos hidrelétricos em operação comercial em cursos d'agua de domínio da União, que não tenha outorga de direito de uso de recursos hídricos emitida pela ANA, e cujas concessões ou autorizações tenham sido emitidas até a edição da Resolução ANA nº 131, de 11 de março de 2003, e que estejam em vigor na data de publicação desta Resolução deverão, além de atender ao disposto no §3º do Artigo 2º da Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1.305, de 20 de novembro de 2015, solicitar à ANA a outorga de direito de uso de recursos hídricos, segundo cronograma disposto no caput do Artigo 2º da Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1305, de 2015.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos empreendimentos enquadrados no art. 4º da Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1305, de 20 de novembro de 2015, os quais deverão atender, quando da solicitação de suas outorgas de direito de uso de recursos hídricos junto à ANA, aos respectivos prazos da referida Resolução Conjunta.

Art. 2º Para efeitos do artigo anterior, a solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos não implica em irregularidade do ato administrativo que autorizou o uso da água, concedido por entidade ou órgão competente, considerando o prazo ali estabelecido.

Art. 3º Esta Resolução revoga a Resolução ANA nº 436, de 25 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2016, seção 1, página 56.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 29, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007 e art. 111, inciso VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, resolve:

Art. 1º Delegar competência a(o) Coordenador(a)-Geral de Administração, e em seus impedimentos, a seu substituto legal, para praticar atos administrativos referentes ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União (SISREI) da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), instituído por meio da Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 457, de 18 de dezembro de 2014, no âmbito do IBAMA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY ARAÚJO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 254, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 3.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso XXXII, da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.641, de 18 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							3.000.000
		Atividades							
13 122	2107 2000	Administração da Unidade							3.000.000
13 122	2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.000.000
			F	3	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							3.000.000
		Atividades							
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira							1.400.000
13 392	2027 20ZF 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional							1.400.000
			F	3	2	90	0	100	1.355.956
			F	4	2	90	0	100	44.044
13 392	2027 20ZM	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural							600.000
13 392	2027 20ZM 0001	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional							600.000
			F	3	2	90	0	100	600.000
		Projetos							
13 392	2027 14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais							1.000.000
13 392	2027 14U2 0001	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 255, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$ 3.183.554,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", e § 1º, da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.641, de 18 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$ 3.183.554,00 (três milhões, cento e oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
NEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							18.114
		tividades							
22 122	2119 216H	juda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							18.114
22 122	2119 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	F	3	2	90	0	141	18.114
TOTAL - FISCAL									18.114
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.114

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
NEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2050	Mudança do Clima							2.495.440
		tividades							
18 542	2050 214M	Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais							2.495.440
18 542	2050 214M 0001	Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.495.440
TOTAL - FISCAL									2.495.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.495.440

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
NEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							670.000
		tividades							
18 541	2078 20WM	poio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							670.000
18 541	2078 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	F	3	2	50	0	100	670.000
TOTAL - FISCAL									670.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									670.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
NEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							18.114
		tividades							
22 122	2119 2000	dministração da Unidade							18.114
22 122	2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	141	18.114
TOTAL - FISCAL									18.114
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.114

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
NEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							3.165.440
		tividades							
18 541	2078 8308	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação							3.165.440
18 541	2078 8308 0001	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.165.440
TOTAL - FISCAL									3.165.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.165.440

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 256, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 27.300.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso XXVII, alínea "d, da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.641, de 18 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 27.300.000,00 (vinte e sete milhões e trezentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							27.300.000
		Projetos							
06 183	2081 7U23	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos							27.300.000
06 183	2081 7U23 0001	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos - Nacional							27.300.000
			F	3	2	90	0	100	27.300.000
TOTAL - FISCAL									27.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.300.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							27.300.000
		Projetos							
27 811	2035 14TQ	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016							27.300.000
27 811	2035 14TQ 0001	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - Nacional							27.300.000
			F	4	3	40	0	100	27.300.000
TOTAL - FISCAL									27.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.300.000

PORTARIA Nº 257, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 449.102.200,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", e § 1º, da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.641, de 18 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 449.102.200,00 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e dois mil e duzentos reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							449.102.200
		Atividades							
10 126	2015 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)							79.102.200
10 126	2015 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional							79.102.200
			S	3	2	90	0	151	1.358.600
			S	3	2	90	6	100	69.743.600
			S	4	2	90	6	100	8.000.000
10 303	2015 4705	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica							165.000.000
10 303	2015 4705 0001	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - Nacional							165.000.000
			S	3	1	90	6	100	85.000.000
			S	3	1	90	6	153	80.000.000
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							13.500.000
10 302	2015 8535 0001	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional							13.500.000
			S	3	2	90	6	100	500.000
			S	4	2	90	6	100	13.000.000
10 302	2015 8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade							180.000.000
10 302	2015 8585 0001	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Nacional							180.000.000
			S	3	1	30	6	153	20.427.412
			S	3	1	41	6	151	139.572.588
			S	3	1	90	6	100	20.000.000
10 302	2015 8933	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial							11.500.000
10 302	2015 8933 0001	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - Nacional							11.500.000
			S	4	2	41	6	100	11.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									449.102.200
TOTAL - GERAL									449.102.200

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2015		Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							404.776.800
		Atividades							
10 303	2015 20AH	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS							1.124.700
10 303	2015 20AH 0001	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS - Nacional							1.124.700
			S	3	2	90	6	100	1.124.700
10 305	2015 20AL	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde							160.000.000
10 305	2015 20AL 0011	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Rondônia							1.967.543
			S	3	1	30	6	153	1.967.543
10 305	2015 20AL 0012	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Acre							1.047.816
			S	3	1	30	6	153	1.047.816
10 305	2015 20AL 0013	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Amazonas							1.967.885
			S	3	1	30	6	153	1.967.885
10 305	2015 20AL 0014	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Roraima							1.245.525
			S	3	1	30	6	153	1.245.525
10 305	2015 20AL 0015	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Pará							10.619.727
			S	3	1	30	6	153	10.619.727
10 305	2015 20AL 0016	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Amapá							1.631.097
			S	3	1	30	6	153	1.631.097
10 305	2015 20AL 0017	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Tocantins							1.947.819
			S	3	1	30	6	153	1.947.819
10 305	2015 20AL 0021	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Maranhão							7.888.138
			S	3	1	30	6	151	7.888.138
10 305	2015 20AL 0022	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Piauí							3.051.597
			S	3	1	30	6	151	3.051.597
10 305	2015 20AL 0023	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Ceará							11.294.570
			S	3	1	30	6	151	11.294.570
10 305	2015 20AL 0024	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte							4.052.314
			S	3	1	30	6	151	4.052.314
10 305	2015 20AL 0025	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado da Paraíba							3.123.729
			S	3	1	30	6	151	3.123.729
10 305	2015 20AL 0026	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Pernambuco							9.686.356
			S	3	1	30	6	151	9.686.356
10 305	2015 20AL 0027	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Alagoas							4.155.501
			S	3	1	30	6	151	4.155.501
10 305	2015 20AL 0028	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Sergipe							2.379.431
			S	3	1	30	6	151	2.379.431
10 305	2015 20AL 0029	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado da Bahia							17.347.755
			S	3	1	30	6	151	17.347.755
10 305	2015 20AL 0031	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Minas Gerais							16.966.653
			S	3	1	30	6	151	16.966.653
10 305	2015 20AL 0032	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Espírito Santo							3.550.708
			S	3	1	30	6	151	3.550.708
10 305	2015 20AL 0033	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro							14.210.773
			S	3	1	30	6	151	14.210.773
10 305	2015 20AL 0035	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de São Paulo							14.290.597
			S	3	1	30	6	151	14.290.597
10 305	2015 20AL 0041	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Paraná							5.459.420
			S	3	1	30	6	151	5.459.420
10 305	2015 20AL 0042	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Santa Catarina							1.872.555
			S	3	1	30	6	151	1.872.555
10 305	2015 20AL 0043	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul							3.489.602
			S	3	1	30	6	151	3.489.602
10 305	2015 20AL 0051	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Mato Grosso							3.920.805
			S	3	1	30	6	151	3.920.805
10 305	2015 20AL 0052	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Goiás							7.585.154
			S	3	1	30	6	151	7.585.154
10 305	2015 20AL 0053	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Distrito Federal							2.367.479
			S	3	1	30	6	151	2.367.479
10 305	2015 20AL 0054	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.879.451
			S	3	1	30	6	151	2.879.451
10 302	2015 20G8	Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF)							20.000.000
10 302	2015 20G8 0001	Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF) - Nacional							20.000.000
			S	3	2	90	6	100	20.000.000
10 128	2015 20YD	Educação e Formação em Saúde							1.694.000
10 128	2015 20YD 0001	Educação e Formação em Saúde - Nacional							1.694.000
			S	3	2	90	6	100	1.694.000
10 305	2015 20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde							3.500.000
10 305	2015 20YJ 0001	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - Nacional							3.500.000
			S	3	2	90	6	100	3.500.000
10 303	2015 20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade							110.000.000
10 303	2015 20YR 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade - Nacional							110.000.000
			S	3	2	90	6	100	110.000.000
10 303	2015 20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento							80.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 303	2015 20YS 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional							80.000.000
			S	3	2	90	0	153	80.000.000
10 121	2015 2B52	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde							3.000.000
10 121	2015 2B52 0001	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde - Nacional							3.000.000
			S	3	2	90	6	100	2.516.000
			S	4	2	90	6	100	484.000
10 422	2015 6182	Ouvidoria Nacional de Saúde							10.000.000
10 422	2015 6182 0001	Ouvidoria Nacional de Saúde - Nacional							10.000.000
			S	3	2	90	6	100	10.000.000
10 301	2015 8573	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família							1.358.600
10 301	2015 8573 0001	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família - Nacional							1.358.600
			S	3	1	90	6	151	1.358.600
10 121	2015 8648	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS							1.236.200
10 121	2015 8648 0001	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS - Nacional							1.236.200
			S	3	2	90	6	100	1.236.200
10 302	2015 8721	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde							3.863.300
10 302	2015 8721 0001	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde - Nacional							3.863.300
			S	3	2	90	6	100	3.863.300
		Projetos							
10 122	2015 7666	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS							9.000.000
10 122	2015 7666 0001	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS - Nacional							9.000.000
			S	3	2	90	6	100	9.000.000
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							44.325.400
		Atividades							
10 122	2115 2000	Administração da Unidade							41.025.400
10 122	2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							41.025.400
			S	3	2	90	6	100	7.281.400
			S	4	2	90	6	100	7.500.000
			S	5	2	90	6	100	26.244.000
10 122	2115 20YQ	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS							2.300.000
10 122	2115 20YQ 0001	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS - Nacional							2.300.000
			S	3	2	90	6	100	2.300.000
10 128	2115 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							1.000.000
10 128	2115 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							1.000.000
			S	3	2	90	6	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									449.102.200
TOTAL - GERAL									449.102.200

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 204, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e no Processo Administrativo nº 04977.200139/2015-60, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de provisão habitacional de interesse social, o imóvel da União classificado como urbano, localizado na Rua Mário Cesare Porto, loteamento denominado Jardim Brasília, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, com área de 6.546,51 m², cadastrado no SPIUnet sob o RIP nº 7099.00613.500-2, e devidamente registrado na Matrícula nº 230.394, Livro nº 2, do 1º Oficial do Registro de Imóveis e Anexos daquela Comarca.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação de projeto de provisão habitacional, em benefício de aproximadamente 35 (trinta e cinco) famílias de baixa renda.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e ao Município de São José dos Campos/SP.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

PORTARIA Nº 215, DE 6 SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso III, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto nos art. 18, inciso I e § 1º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04967.001030/2014-80, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão gratuita, sob o regime de concessão de direito real de uso, ao Município de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro, de imóvel da União, com área de 39.51198 ha, classificado como terreno de marinha e acrescidos de marinha e parte nacional interior, situado na confrontação da Rodovia Amaral Peixoto com o loteamento Novo Rio das Ostras; confrontando com o loteamento Novo Rio das Ostras pela Rua Sebastião Ribeiro de Souza, denominado Bairro Nova Esperança, na zona urbana daquele Município, registrado sob a Matrícula nº 5818, Livro nº 2, no Cartório de Ofício Único daquela Comarca, e cadastrado sob o RIP SIAPA nº 2921.0100011-67.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º se destina à regularização fundiária de interesse social a ser feita pelo Município, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício de 1.480 (mil quatrocentos e oitenta) famílias, que devem comprovar renda familiar não superior a cinco salários mínimos e não serem proprietárias de outro imóvel urbano ou rural para que sejam beneficiadas gratuitamente.

Art. 3º O prazo da cessão é indeterminado.

Parágrafo único. O cessionário tem o prazo de 10 anos, contado da data de assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos a critério da Administração, para finalizar a regularização a que se refere o art. 2º.

Art. 4º A cessão tornar-se-á nula, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros que explícita ou implicitamente decorrem do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

PORTARIA Nº 225, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que constam do Processo Administrativo nº 04977.200139/2015-60, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, do imóvel de propriedade da União, com área de 6.546,51 m², situado na Rua Mário Cesare Porto, Loteamento denominado Jardim Brasília, naquele Município, inscrito sob o RIP SPIUnet nº 7099.00613.500-2 e devidamente registrado na Matrícula nº 230.394, Livro nº 2, do 1º Oficial do Registro de Imóveis e Anexos de São José dos Campos/SP.

Art. 2º A doação autorizada tem como encargo implantar e manter no local empreendimento habitacional de interesse social, em benefício de aproximadamente 35 (trinta e cinco) famílias de baixa renda que ocupavam imóveis da União naquele Município.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 4 (quatro) anos para o término do projeto habitacional, contado da data de assinatura do respectivo contrato, prorrogável por igual período a critério da União.

Art. 3º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio pleno e as obrigações relativas às parcelas do imóvel a que se refere o art. 1º aos beneficiários do projeto, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31, § 5º, da Lei nº 9.636, de 1998; e

II - nos contratos de transferência, dispor sobre eventuais encargos e inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos.

Art. 4º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuada por terceiros concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 5º A doação tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito do donatário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta Portaria, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 24, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04972.206087/2015-85 resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita, ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, do imóvel constituído por terreno de marinha com área de 539,07 m² situado entre a Rua do Pescador e a servidão Nonô, Bairro João Paulo, Município de Florianópolis/SC.

Art. 2º A cessão a que se refere o Art. 1º destina-se à implantação de Praça no Bairro João Paulo, contemplando a população local.

Art. 3º O prazo da cessão de uso, sob a forma de utilização gratuita será pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato de cessão, podendo ser prorrogado por iguais períodos e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º A operação em acordo com a licença ambiental é de responsabilidade do Município de Florianópolis, devendo as atualizações destas serem apresentadas a SPU/SC, assim que forem emitidas pelos órgãos ambientais competentes e ao Cessionário caberá o ônus por quaisquer danos ambientais que porventura ocorram na área da união cedida.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o outorgado cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso Gratuito.

Art. 7º Fica o outorgado cessionário obrigado a manter no imóvel, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU n º 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 6 de setembro de 2016

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46241.000206/2012-40	022501215	Fossil Saneamento Ltda.	MG
2	46241.000207/2012-94	022501223	Fossil Saneamento Ltda.	MG
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.014701/2012-01	100.279.988	MF Refeições e Eventos Ltda.	AM
2	46202.014702/2012-47	506.656.799 - TRet. nº 506.675.238	MF Refeições e Eventos Ltda.	AM
3	46241.000208/2012-39	506.588.9998	Fossil Saneamento Ltda.	MG

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Negando provimento e efeito suspensivo, mantendo a decisão regional que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46258.002712/2016-18 (46258.002556/2016-95)	357065/2016.07.19-01	Lesil Indústria de Componentes para Alto Falantes Ltda.	SP

EVA PATRÍCIA GONÇALO PIRES

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 6 de setembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99, na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 217/2016/GAB/SRT/MTb, resolve desarquivar o Processo 46000.021209/2006-10 do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carbureto de Cálcio, Ferro Silício, Silício Metálico e Derivados de Santos Dumont, CNPJ 24.577.157/0001-42, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Alteração Estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46000.021209/2006-10
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carbureto de Cálcio, Ferro Silício, Silício Metálico e Derivados de Santos Dumont
CNPJ	24.577.157/0001-42
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Santos Dumont
Categoria	Trabalhadores na Indústria de Carbureto de Cálcio, Ferro Silício, Silício Metálico e Derivados

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando a Decisão Judicial, Processo 0001095-84.2016.5.10.0007, procedente da 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46219.002497/2015-31
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Mogi das Cruzes - SP E REGIÃO - SINDITAC-MOGI
CNPJ	21.572.406/0001-19
Abrangência	Intermunicpal
Base Territorial	São Paulo: Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Suzano
Categoria Profissional	Transportadores Autônomos de Cargas em Geral

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99 e na Nota Técnica 215/2016/GAB/SRT/MTb, resolve deferir o recurso administrativo 46000.004063/2016-10 e revogar a publicação no DOU de 18/04/2016, Seção I, pág. 72, n.º 249, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 11 de março de 2013:

Processo	46208.010607/2015-67
Entidade	FEM-GO - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO ESTADO DE GOIÁS
CNPJ	22.888.748/0001-05
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Goiás
Categoria	Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos do 19º Grupo da CNI

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial, Processo 0000557-79.2016.5.10.0015, procedente da 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e com base na Nota Técnica 1544/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o Registro Sindical ao SINPROERP - Sindicato dos Profissionais de Educação da Rede de Ensino do Município de Ribeira do Pombal-BA, Processo 46204.003547/2015-66, CNPJ 22.396.333/0001-14, para representar a categoria dos Professores, Auxiliares de Ensino e Coordenadores Pedagógicos da rede municipal de ensino do município de Ribeira do Pombal-BA, no estado da Bahia. E para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013, resolve EXCLUIR a CATEGORIA dos Professores, Auxiliares de Ensino e Coordenadores Pedagógicos da rede municipal de ensino do município de Ribeira do Pombal-BA, no estado da Bahia, da REPRESENTAÇÃO do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ribeira do Pombal - BA, processo de registro sindical 46010.001024/93-95, CNPJ não informado e do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, processo de registro sindical 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67.

Com fundamento na liminar concedida nos autos do Processo Judicial 1004078-78.2016.4.01.3400 da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; na Nota Técnica 460/2016/AIP/SRT/MTb; e na Portaria Ministerial 326/2013, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, retifica a publicação no DOU n.º 167, Seção 1, pág. 66, de 30/08/2016 e determina a ANULAÇÃO da NT 75/2016/CIRS/CGRS/MTPS, e, em consequência, a REATIVAÇÃO da SR22785, objeto do Processo 46206.012001/2015-86, da FNESPF - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES SINDICAIS DE SEVIDORES PÚBLICOS, CNPJ 26.447.219/0001-27, processo administrativo 24000.007548/90-41.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 441, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Aprova, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pela Companhia Operadora Portuária do Itaqui - COPI, para fins de prorrogação antecipada do Contrato nº 009/2002/00-EMAP, no Porto do Itaqui/MA.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, o inciso V do art. 1º do Decreto nº 8.712, de 15 de abril de 2016, considerando o inciso I do art. 6º da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, e tendo em vista o constante nos autos do Processo Administrativo nº 00045.004390/2015-65, resolve:

Art. 1º Aprovar, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pela Companhia Operadora Portuária do Itaqui - COPI, para o pleito de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento Portuário nº 09/02/00-EMAP, celebrado com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.

Art. 2º - Encaminhar os autos do Processo Administrativo nº 00045.004390/2015-65 à Agência Nacional de Transportes Aquaviários- Antaq para análise e deliberação acerca do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental- EVTEA apresentado pela empresa, após as quais deverá ser restituído ao Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil, com vistas à deliberação final e eventual assinatura do termo aditivo, caso sejam cumpridos todos os requisitos legais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

PORTARIA Nº 490, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Altera os prazos previstos nos incisos III a VI do art. 3º da Portaria n.º 273, de 20 de abril de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 6º, inciso I, o 14 e 18, inciso II, da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, retificada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, Edição Extra, considerando o disposto no artigo 20 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Portaria n.º 273, de 20 de abril de 2016, da extinta Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo em vista o contido na Portaria n.º 270, de 21 de julho de 2016, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação, que trata da revisão da área do porto organizado de Belém, e a necessidade de maior prazo para a análise das contribuições oferecidas ao longo da consulta e da audiência públicas referentes ao processo 00045.004265/2014-74, resolve:

Art. 1º Os prazos previstos nos incisos III a VI do art. 3º da Portaria n.º 273, de 20 de abril de 2016, da extinta Secretaria de Portos da Presidência da República, passam a ser os seguintes:

"Art. 3º .....

...

III - 25/06/2016 a 02/10/2016 - prazo para a Secretaria de Portos sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

IV - 03/10/2016 - divulgação das respostas às contribuições no sítio www.portosdobrasil.gov.br, no link ASSUNTOS-Gestão-Poligonais;

V - 04/10/2016 a 13/10/2016 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por meio do endereço eletrônico poligonais.belem@portosdobrasil.gov.br; e

VI - 14/10/2016 a 12/11/2016 - prazo para avaliação e encaminhamento das respostas aos recursos, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, na forma do art. 59 da Lei n.º 9.784/1999." (NR)

Art. 2º Esta portaria tem efeito a partir de 5 de setembro de 2016.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 440, de 05/09/2016, publicada no DOU nº 172, de 06/09/2016, seção 1, página 68, onde se lê: "Altera os prazos previstos nos incisos III a VI do art. 3º da Portaria nº 273, de 20 de abril de2016" leia-se: " Altera os prazos previstos nos incisos III a VI do art. 3º da Portaria nº 274, de 20 de abril de 2016, e no Art. 3º, onde se lê: por meio do endereço eletrônico poligonais.belem@portosdobrasil.gov.br; leia-se: por meio do endereço eletrônico poligonais.santarem@portosdobrasil.gov.br; "

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 2.368 - Suspender cautelarmente a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado Avião, Instrutor de Voo Avião, Piloto de Planador, Instrutor de Voo de Planador e Piloto Rebocador de Planador do Aeroclube de Planadores Albatroz, situado à Av. Marcílio Dias, nº 2085, em Osório-RS, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas. Processo nº 00065.104459/2013-50.

Nº 2.369 - Suspender cautelarmente a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado Avião e Piloto Comercial Avião do Aeroclube de Santo Ângelo, situado na Rua Marechal Floriano nº 2651, Bairro Centro Norte, na cidade de Santo Ângelo - RS, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas. Processo nº 00065.012142/2016-31.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2.370 - Suspender cautelarmente a homologação dos cursos práticos de Piloto Comercial Helicóptero e Voo por Instrumentos Helicóptero (Sob Capota) da FLY Escola de Aviação Civil, situada à Av. Churchil nº 97, sala 307, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20020-050, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas. Processo nº 00065.125826/2015-11.

Nº 2.371 - Suspender cautelarmente a homologação do curso prático de Piloto Comercial Helicóptero da UNIFLY Escola de Aviação Civil, situada à Rua Arujatec nº 303, Arujá - SP, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas. Processo nº 00065.017860/2016-01.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DELIBERAÇÃO Nº 242, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no Art. 10, §6º, do Anexo da Resolução nº 3000/2009, e no que consta do Processo nº 50500.132930/2014-72, delibera:

Art. 1º Aprovar a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2014, entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, com o objetivo de prorrogar por mais 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do referido Termo Aditivo.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.175, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

Aplica a pena alternativa de multa à empresa Transportes e Locadora de Veículos Real Maia Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 193, de 29 de agosto de 2016 e do que consta do Processo nº 50500.110582/2012-11, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena alternativa de multa no valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) à empresa Transportes e Locadora de Veículos Real Maia LTDA., CNPJ nº 08.752.353/0001-50, em conformidade com o art. 5º da Resolução n.º 3.705, de 26 de março de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 183, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.026429/2016-00, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 824+799m e o km 831+966, na Pista Sul, e travessias nos km 824+799m e km 831+966m, em Sinop/MT, de interesse da ENERGISA Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a ENERGISA deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Rota do Oeste S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A ENERGISA não poderá iniciar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a Rota do Oeste, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Rota do Oeste deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A ENERGISA assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A ENERGISA deverá concluir a obra de implantação de rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a ENERGISA verifique a impossibilidade de conclusão da obra de rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Rota do Oeste sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Rota do Oeste acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A ENERGISA deverá apresentar, à URRS e à Rota do Oeste, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A ENERGISA abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 60, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS - SUFER DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50510.007842/2010-91, resolve:

Art. 1º Autorizar, para fins de regularização, a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT de obra de macrodrenagem, no município de Brumado/BA, entre os km 629+280m e km 632+120m, realizada pela Prefeitura Municipal de Brumado, na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A.

§ 1º - Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

§ 2º - A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, se houver, cópia dos Aditivos, formalizados com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 61, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS - SUFER DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50515.090689/2016-08, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT de viaduto rodoviário no km ferroviário 131+715, no município de Várzea Paulista/SP, pela Prefeitura Municipal de mesmo município, na malha concedida à MRS Logística.

§ 1º - Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

§ 2º - A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, se houver, cópia dos Aditivos, formalizados com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 62, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS - SUFER DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.252258/2016-01, resolve:

Art. 1º Autorizar obras para implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT, referente a um desvio ferroviário em nível, no município de São Francisco do Sul/SC, do km 9+300m ao km 11+100m, a ser realizada pela Cuvier 46 Empreendimentos Imobiliários S.A., na malha concedida à América Latina Logística Malha Sul S.A.

§ 1º - Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

§ 2º - A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, se houver, cópia dos Aditivos, formalizados com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 35, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I- homologar o cancelamento do Pregão Eletrônico n° 19/2016 (Processo Licitatório n° 626/2016), que tem como objeto: contratação de empresa para realizar serviços de higienização e limpeza de banheiros químicos para o Porto de Vila do Conde e Terminal Portuário de Outeiro, em virtude da única empresa participante do certame ter sido desclassificada por não ter atendido ao Edital; II - determinar a realização de uma nova licitação no mesmo processo, na modalidade Pregão Eletrônico, para a contratação dos serviços objeto do Pregão Eletrônico ora cancelado.

RAIMUNDO RODRIGUES DO E. S. JÚNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

PROCESSO Nº: 50606.010940/2014-70. INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.877.200/0001-20. ASSUNTO: Defesa Administrativa. Decisão: Conheço a Defesa Administrativa (fls. 140/142), por tempestiva, para no mérito, negar-lhe provimento, acolhendo os fundamentos de fato e direito exarados pela Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT, por meio da Nota nº 00618/2016/PFE-DNIT/PGF/AGU, aprovado pelo Despacho nº 02564/2016/PFE-DNIT/PGF/AGU, às fls. 167/168 e Pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais, fls. 132 e 164 dos autos.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 205ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2016

Início: 10h10.

Presidência: Ronaldo Curado Fleury. Presentes os Senhores Conselheiros: Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente), Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón (Conselheira Secretária), Manoel Jorge e Silva Neto, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre e Ricardo José Macedo de Britto Pereira. Presentes o Corregedor-Geral do MPT Maurício Correia de Mello, a Ouvidora do MPT Heloisa Maria Moraes Rego Pires e o Presidente da ANPT, o Procurador do Trabalho Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Deliberações:

01 - Aprovação da ata da 204ª Sessão Ordinária.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, aprovou a ata da 204ª sessão ordinária.

02 - Processo Administrativo Disciplinar CSMPT nº 2.00.000.005872/2014-67 - (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO).

Embargante: Membro do MPT.

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão do CSMPT que decidiu pela aplicação de censura em razão da falta de urbanidade (artigos 236, VIII, c/c 240, II, da LC 75/93); pela demissão da acusada em decorrência da prática de atos de improbidade (artigos 236, IX, c/c 240, V, b, da LC 75/93), submetendo o processo ao Procurador-Geral do Trabalho (artigos 243 c/c 259, III; da LC 75/93), com posterior remessa dos autos ao Procurador-Geral da República (artigos 26, IX, c/c 259, IV da LC 75/93); e, ainda, pela remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Federal, a teor do disposto no artigo 40 do Código de Processo Penal.

Advogados: Rafael da Cás Maffini - OAB/RS nº 44.404 e outros.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Revisora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria, pelo conhecimento e desprovimento dos embargos de declaração, nos termos do voto da Conselheira Relatora, vencido o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, que votou pelo conhecimento e provimento dos embargos, atribuindo-lhes efeitos modificativos para absolver a acusada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

03 - OFÍCIO Nº 23/2016 - CCR/MPT. Indicação de 2 (dois) Membros Titulares para compor a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, para mandato de 2 anos.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho indicou, à unanimidade, a Subprocuradora-Geral do Trabalho Eliane Araque dos Santos e, por maioria, o Subprocurador-Geral do Trabalho André Luís Spies, vencidos os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho, Manoel Jorge e Silva Neto e Ricardo José Macedo de Britto Pereira, para compor a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, como membros titulares, para mandato de 2 (dois) anos. Os Conselheiros vencidos votaram na Subprocuradora-Geral do Trabalho Edelamare Barbosa Melo.

04 - Ofício 01/2016, da Presidente da Comissão do PAD nº 2.01.000.010849/2015-38, SORAYA TABET SOUTO MAIOR. Solicita a prorrogação, por 30 dias, do prazo estabelecido na Portaria CSMPT nº 17/2016, publicada no BS Especial, de 05/07/2016, e informa que o Dr. Carlos Eduardo Carvalho Brisolla declarou suspeição, passando a Procuradora do Trabalho Daniela Costa Marques da condição de Suplente para Membro Titular.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do PAD nº 2.01.000.010849/2015-38, constituída pela Portaria CSMPT nº 17/2016, publicada no BS Especial, de 05/07/2016 e, à unanimidade, delegou ao Presidente do Conselho a designação de Membro Suplente para substituir o Procurador do Trabalho Carlos Eduardo Carvalho Brisolla na referida Comissão.

05 - AD REFEREDUM - Portaria nº 20, de 10/08/2016, do Presidente do CSMPT, que designou a Procuradora Regional do Trabalho DEBORAH DA SILVA FÉLIX, para integrar, como Membro Suplente, a Comissão do PAD CSMPT nº 2.00.000.043723/2014-04, constituída pela Portaria CSMPT nº 15, de 31/05/2016, republicada no Boletim de Serviço Especial 6-B/2016, de 08/06/2016, em substituição à Procuradora do Trabalho Ana Gabriela Oliveira de Paula.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria nº 20, de 10/08/2016, do Presidente do CSMPT, que designou a Procuradora Regional do Trabalho DEBORAH DA SILVA FÉLIX, para integrar, como Membro Suplente, a Comissão do PAD CSMPT nº 2.00.000.043723/2014-04, constituída pela Portaria CSMPT nº 15, de 31/05/2016, republicada no Boletim de Serviço Especial 6-B/2016, de 08/06/2016, em substituição à Procuradora do Trabalho Ana Gabriela Oliveira de Paula.

06 - Extrapauta - Processo nº 2.00.000.022910/2016-16 - (AD REFENDUM).

Interessado: Thiago Gurjão Alves Ribeiro - Procurador do Trabalho.

Assunto: Afastamento do país, de 31/07/2016 a 05/08/2016, para participar de cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação entre a OIT e o MPT.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria PGT nº 467, de 15/07/2016, que autorizou o afastamento do País, com ônus para o MPT, de 31/07/2016 a 05/08/2016, incluído o trânsito, do Procurador do Trabalho Thiago Gurjão Alves Ribeiro, para participar de cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação entre a Organização Internacional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, em Lima/Peru.

07 - Processo CSMPT nº 2.00.000.019589/2016-84.

Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Assunto: Solicitação de providências para adequação do Regimento Interno do CSMPT - Retirada da figura do Revisor

Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas

Revisor: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria, aprovar e editar a Resolução CSMPT nº 128, de 25/08/2016, que altera a redação dos artigos 3º, X; 19, caput; 21, caput; 28, § 5º; 38, §§ 1º e 8º; e 39 e acrescenta o parágrafo único ao art. 27, da Resolução CSMPT nº 121/2015, nos termos do voto do Conselheiro Relator, vencidos os Conselheiros Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Rogério Rodriguez Fernandez Filho e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, que votaram pela manutenção da figura do revisor. Decidiu, ainda, nos termos do voto do Conselheiro Relator, à unanimidade, fixar de modo definitivo o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão de Inquéritos e Processos Administrativos Disciplinares no âmbito do CSMPT, para efeito de alimentação do Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar do Ministério Público - SNI-ND (Resolução nº 136/CNMP).

08 - Processo CSMPT nº 2.00.000.019082/2016-21.

Interessado: Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do IX Curso Avanzado en Derecho del Trabajo para Postgrados - Faculdad de Ciências del Trabajo da Universid de Sevilla - Espanha, no período de 09/01/2017 a 27/01/2017.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos

Revisor: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente à concessão do afastamento do Procurador do Trabalho Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade, no período de 09/01/2017 a 27/01/2017, com trânsito de 4 (quatro) dias, para participar do IX Curso Avanzado en Derecho del Trabajo para Postgraduados - Faculdad de Ciências del Trabajo da Universidad de Sevilla/Espanha, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

09 - Extrapauta - Processo CSMPT nº 2.00.000.024136/2016-70.

Interessado: CNMP.

Assunto: Aprimoramento da sistemática de afastamento de Membros - Alteração da Resolução CSMPT nº 75/2008.

Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.

Revisora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela criação de Comissão para elaborar e apresentar a este Conselho Superior, no prazo de 60 (sessenta) dias, proposta de alteração da Resolução CSMPT nº 75/2008. Foram designados para compor a Comissão: Os Subprocuradores-Gerais do Trabalho Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas (Presidente), Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano (Membro), Ricardo José Macedo de Britto Pereira (Membro) e o Procurador Regional do Trabalho Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto (membro).

10 - Processo CSMPT nº 2.00.000.008180/2016-32.

Interessado: Sandra Lia Simón - Subprocuradora-Geral do Trabalho e Conselheira do CSMPT.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPT nº 59/2005.

Relator: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.

Revisora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria, aprovar e editar a Resolução CSMPT nº 129, de 25/08/2016, que cria dispositivos na Resolução nº 59, de 25 de abril de 2005, que trata sobre as instruções para as eleições destinadas à elaboração de lista tríplice para a escolha de Membro que irá compor o Conselho Nacional do Ministério Público, conforme previsão do art. 5º da Emenda Constitucional nº 45/04, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Restaram vencidos Os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano (revisora), Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas e Ronaldo Curado Fleury (Presidente), quanto a redação do § 1º do art. 3º; a Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano (revisora), no tocante à redação dos §§ 4ª e 5ª, do art. 3º; os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano (revisora), Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre e Ronaldo Curado Fleury (Presidente), em relação a redação do § 1º, do art. 3-A; os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano (revisora) e Manoel Jorge e Silva Neto, no concernente ao teor do art. 3º-A, caput; a Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano (revisora), com relação ao teor do § 2º do art. 3º-A; os Conselheiros Ronaldo Curado Fleury (Presidente), Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Sandra Lia Simón e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, relativamente ao teor do § 3º, do art. 3ª-A; e, quanto ao teor do art. 2º, ficaram vencidos os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Manoel Jorge e Silva Neto, que requereu juntada de voto divergente.

11 - Processo CSMPT nº 2.00.000.017673/2016-63 - (AD REFERENDUM).

Interessada: Renata Coelho Vieira - Procuradora do Trabalho

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Revisora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, converter o julgamento do feito em diligência, a fim de que se obtenha, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, informações acerca do andamento de Reclamação Disciplinar em face da requerente. Uma vez juntadas as informações, os autos serão encaminhados ao Procurador-Geral do Trabalho, para decisão ad referendum do CSMPT.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria PGT nº 490, de 29/07/2016, que autorizou o afastamento de suas funções institucionais, no período de 1º/08/2016 a 29/10/2016, da Procuradora do Trabalho Renata Coelho Vieira, para elaboração de dissertação do Curso de Mestrado em Direito pela Universidade Católica de Brasília, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Em seguida, o Conselho Superior, decidiu, por maioria, manter as atividades da requerente junto à Escola Superior do Ministério Público da União, vencidos os Conselheiros Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

12 - Processo CSMPT nº 2.05.001.000329/2016-49.

Interessado: Ilan Fonseca de Souza - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Revisor: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente à concessão do afastamento do Procurador do Trabalho Ilan Fonseca de Souza, pelo período de 2 (dois) meses, a contar de 29/08/2016, para elaboração de dissertação do Curso de Mestrado em Direito pela Universidade Católica de Brasília, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

13 - Processo CSMPT nº 2.13.000.000294/2016-86.

Interessado: Paulo Germano Costa de Arruda - Procurador-Chefe da PRT da 13ª Região.

Assunto: Consulta sobre a legalidade das desonerações de atribuições de que tratam a Portaria PGT nº 971/2015 e o Ofício Circular nº 021/2015-GABVICE.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Revisor: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

Decisão: Retirado de pauta, a pedido da Conselheira Relatora. Ausentes, momentânea e justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

14 - Processo CSMPT nº 2.15.000.001874/2016-16.

Interessada: Carolina Marzola Hirata Zedes - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de Afastamento - Participação no Curso "Riregolazione dei rapporti di lavoro e del processo in Italia: dalle radici del Diritto Romano all'Ordinamento europeo", na Universidade de Roma "La Sapienza", em Roma/Itália.

Relator: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira revisora. Ausentes, momentânea e justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

15 - Processo CSMPT nº 2.00.000.024730/2013-18.

Interessado: Cinara Sales Graeff - Procuradora Regional do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de afastamento - Curso Máster en Derecho Constitucional, pela Universidad de Sevilla, na Espanha.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Revisor: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela conversão do feito em diligência, para que a Procuradora Regional do Trabalho Cinara Sales Graeff cumpra as exigências elencadas no art. 11, incisos VII a IX, da Resolução CSMPT nº 75/2008, bem como justifique a esse Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho os motivos que levaram ao atraso no envio da referida documentação, devendo a Secretaria encaminhar o exemplar da dissertação apresentada pela Interessada à biblioteca do MPT, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

16 - Processo CSMPT nº 2.01.000.007933/2015-74.

Interessado: Wilson Roberto Prudente - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de afastamento - Participação em Reunião de Expertos da Conferência Mundial AFROMADRI, realizada em Madri/Espanha.

Relator: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira revisora. Ausentes, momentânea e justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

17 - Extrapauta - Processo CSMPT nº 2.00.000.011982/2016-20.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre emissão de certidão eletrônica de regularidade de serviço.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Revisor: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho.

Decisão: O Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, a pedido, em sessão, do Conselheiro revisor, prestou esclarecimentos sobre a matéria ao Colegiado. Ausentes, momentânea e justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

18 - Extrapauta - Processo CSMPT nº 2.00.000.007819/2015-81.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Assunto: Verificação de cumprimento de normas e decisões - Acompanhamento da produtividade de Membro da PRT/19ª Região.

Relator: Conselheiro Rogério Rodriguez Fernandez Filho.

Revisora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela devolução do feito à Corregedoria do MPT, para que se manifeste e, na próxima sessão, comunique ao Colegiado sobre a necessidade ou não de continuar o acompanhamento. Ausentes, momentânea e justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Término: 13h57.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do CSMPT

SANDRA LIA SIMÓN
Conselheira Secretária do CSMPT

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

NÚCLEO DE CONTROLE

PORTARIA Nº 37, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

O Promotor de Justiça em exercício no Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (NUPRI), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; artigo 1º da Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e artigo 9º, inciso XVIII, da Portaria Normativa nº 344-PGJ, de 22 de outubro e 2014:

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA - IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do procedimento preparatório e do inquérito civil público1;

CONSIDERANDO que o artigo 67 da Lei de Execuções Penais determina que o Ministério Público fiscalizará a execução da pena e inspecionará os estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO que as atribuições específicas do Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (NCFSP) estão definidas no artigo 9º da Portaria Normativa nº 344-PGJ, de 22 de outubro e 2014, e que seus incisos XVIII e XXXVI incluem em suas atribuições, respectivamente: "XVIII - instaurar inquéritos civis e procedimentos de investigação preliminar destinados à propositura de ações de responsabilidade por atos de improbidade praticados por agentes públicos no âmbito do sistema prisional"; "XXXVI - promover as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, institucionais ou pessoais, em caso de lesão ao erário ou ao patrimônio público, ou ofensa aos princípios da Administração Pública, quando afeto ao sistema prisional do Distrito Federal";

CONSIDERANDO as informações obtidas no bojo do PP 08190.057433/16-44, acerca de fatos que podem caracterizar ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO o decurso do prazo de 180 dias para encerramento das investigações, previsto no artigo 13 da Resolução 66/2005 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, resolve:

Converter o Procedimento Preparatório nº 08190.057433/16-44 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possível exercício de função pública de servidores do sistema prisional por contratado de sociedade empresarial com anuência e por determinação de diretor de unidade prisional.

1) Autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha (Procedimento Preparatório nº 08190.057433/16-44), promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) Comunique-se a instauração do presente procedimento à Câmara de Coordenação e Revisão Criminal e à imprensa oficial eletrônica (art. 2º, inciso VII, da Resolução 66/05 do CSMPDFT);

3) Proceda-se ao controle dos prazos previstos no artigo 28 (trimestral) e 13-A (anual), ambos da Resolução 66/05, informando sobre os respectivos vencimentos com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

MARCELO SANTOS TEIXEIRA

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 65, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

A Promotora de Justiça Titular da Quarta Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística - PROURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17.10.2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público - ICP;

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística estão definidas no artigo 22 da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, e que o Anexo I, Capítulo XIV, da citada resolução, inclui nas atribuições da 4ª PROURB os feitos relacionados à Região Administrativa do Plano Piloto;

CONSIDERANDO que se deve priorizar a fiscalização da atividade-fim dos órgãos incumbidos da implementação e fiscalização da política de uso e ocupação do solo do Distrito Federal, mediante a instauração de procedimentos mais abrangentes, para o acompanhamento da atuação dos órgãos e agentes públicos responsáveis pelo tratamento das questões apresentadas, sem prejuízo da instauração de procedimentos específicos quando a natureza e a relevância da investigação assim o exigir;

CONSIDERANDO o conteúdo do Procedimento Administrativo nº 08190.132598/15-31 instaurado nesta Promotoria de Justiça para acompanhar a concessão de licenças de funcionamento de ventos em área tombada do Plano Piloto, com base no Decreto Distrital nº 5.281/2013;

CONSIDERANDO o conteúdo do Procedimento Administrativo nº 08190.131755/15-81 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural com objetivo de acompanhar o evento denominado "Projeto Na Praia", entre os dias 04 a 08 de agosto de 2015, nas imediações da Concha Acústica de Brasília, com a segunda edição no ano corrente;

CONSIDERANDO que os eventos são de natureza e interesses eminentemente privados;

CONSIDERANDO que a atividade pública é regida pelos princípios da legalidade, da impessoalidade e do interesse público;

CONSIDERANDO que manifestações culturais devem compatibilizar os interesses dos participantes com outros direitos e garantias dos demais cidadãos, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, resolve:

instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhar e fiscalizar a emissão de licença para realização de eventos, por parte dos órgãos da Administração Pública, nas Regiões Administrativas do Plano Piloto e do Lago Sul, no que concerne às atribuições desta Especializada, determinando, de início, o seguinte:

1) autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanham, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) comunique-se a instauração do presente feito à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada;;

3) publique-se a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005;

4) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da referida resolução - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação do referido prazo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

5) anexem-se, por linha, os Procedimentos Administrativos nº 08190.132598/15-31 e 08190.131755/15-81;

6) junte-se aos autos a Nota Técnica de Inteligência nº 1006-DIAN/CI do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação - CI.

MARILDA DOS REIS FONTINELE

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 52, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.041557/16-16, que tem como interessado: VALQUÍRIA MARIA RODRIGUES para apurar a notícia de que VALQUÍRIA MARIA RODRIGUES efetuou movimentações financeiras atípicas junto ao BRB, possivelmente incompatíveis com as suas atividades remuneradas.

FÁBIO MACEDO NASCIMENTO

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 31, DE 30 DE AGOSTO DE 2016
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas e 6 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva. Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes; e, com causa justificada, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 30 referente à Sessão Ordinária realizada em 23 de agosto de 2016.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-001.009/2015-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-016.379/2016-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-001.772/2015-5, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-000.839/2015-9, TC-005.044/2015-4, TC-010.558/2016-0, TC-020.032/2015-3, TC-021.083/2013-4, TC-033.929/2014-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-007.477/2013-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Jaques Fernando Reolon - OAB/DF nº 22.885, não compareceu para apresentar sustentação oral em nome de Romoaldo Aloísio Boraczynski.

Na apreciação do processo nº TC-005.539/2013-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. César Vladimir de Bomfim Rocha - OAB/SE nº 2.682, não compareceu para apresentar sustentação oral em nome de Silvani Alves Pereira.

Na apreciação do processo nº TC-010.637/2013-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Elber Alencar Nery Biondi - OAB/PE nº 21.906, apresentou sustentação oral em nome de José Biondi Nery da Silva.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº 019.552/2014-9 (Ata nº 29/2016) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 9913/2016.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-009.883/2015-0 (Ata nº 9/2016) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 9914/2016.

I

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 9778 a 9910.

RELAÇÃO Nº 21/2016 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 9778/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da Uniãoquanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria de Rozimeide Florindo de Moraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.922/2014-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rozimeide Florindo de Moraes (822.457.978-68)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - S.j da Boa Vista/SP - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9779/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da Uniãoquanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.272/2014-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Tereza Mileo Camara Sirotheau (134.362.012-00); Jefferson da Silva Barros (028.974.822-49); Luis Rosal Elices Filho (047.371.562-72); Rosa Maria Conceição Alves (085.608.542-15); Simone Rocha Tupinambá (148.009.182-00); Terezinha Emy Ichihara Pires (260.579.302-82)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9780/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da Uniãoquanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria de Nice Marta Carvalho Timoteo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.484/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nice Marta Carvalho Timoteo (279.671.401-25)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9781/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissões em favor de Welton Antonio Ferreira Amorim (882.259.338-34) e Zilene de Oliveira Chaves (118.693.561-87), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal, por intermédio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), na forma dos arts. 2º, caput e inciso II, e 4º, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

Considerando que os atos em exame aconteceram nos anos de 1978 e 1979, anteriores, portanto, à vigência da CF de 1988;

Considerando o parecer do Ministério Público (peça 6);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fulcro no art. 1º, inciso V, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em não deliberar, no mérito, sobre as admissões levadas a efeito em anos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, quando este E. TCU passou a ter competência para analisar, para fins

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de registro, os atos de admissão no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

1. Processo TC-013.812/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Welton Antonio Ferreira Amorim (882.259.338-34); Zilene de Oliveira Chaves (118.693.561-87)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - MT.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar a Sefip promova a exclusão dos referidos atos da base de dados do Sisac, adotando as medidas pertinentes para o encerramento destes autos.

ACÓRDÃO Nº 9782/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissões em favor de Jose Nivaldo de Oliveira (066.413.341-04), Jose Osmar Aragão (144.473.631-00), Marco Antonio Martinell (153.565.581-04), Maria Alice Zaidman (057.171.241-04) e Maria Cecilia Santana Lacerda (059.774.101-82), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal, por intermédio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), na forma dos arts. 2º, caput e inciso II, e 4º, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

Considerando que os atos em exame são referentes a atos que aconteceram nos anos de 1976, 1977 e 1980, anteriores, portanto, à vigência da CF de 1988;

Considerando o parecer do Ministério Público (peça 9);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fulcro no art. 1º, inciso V, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em não deliberar, no mérito, sobre as admissões levadas a efeito em anos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, quando este E. TCU passou a ter competência para analisar, para fins de registro, os atos de admissão no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

1. Processo TC-013.825/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Nivaldo de Oliveira (066.413.341-04); Jose Osmar Aragão (144.473.631-00); Marco Antonio Martinell (153.565.581-04); Maria Alice Zaidman (057.171.241-04) e Maria Cecilia Santana Lacerda (059.774.101-82).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - MT.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. . Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar a Sefip promova a exclusão dos referidos atos da base de dados do Sisac, adotando as medidas pertinentes para o encerramento destes autos.

ACÓRDÃO Nº 9783/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissões em favor de Aguinaldo Mignot Grave (260.314.181-34) e Antonio Carlos da Silva (153.044.001-78), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal, por intermédio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), na forma dos arts. 2º, caput e inciso II, e 4º, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

Considerando que os atos em exame aconteceram nos anos de 1977 e 1985, anteriores, portanto, à vigência da CF de 1988;

Considerando o parecer do Ministério Público (peça 6);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fulcro no art. 1º, inciso V, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em não deliberar, no mérito, sobre as admissões levadas a efeito em anos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, quando este E. TCU passou a ter competência para analisar, para fins de registro, os atos de admissão no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

1. Processo TC-013.832/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aguinaldo Mignot Grave (260.314.181-34) e Antonio Carlos da Silva (153.044.001-78).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - MT.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. Determinar a Sefip promova a exclusão dos referidos atos da base de dados do Sisac, adotando as medidas pertinentes para o encerramento destes autos.

ACÓRDÃO Nº 9784/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.782/2014-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aline Silva da Nuciação (355.886.258-97); Allan Silvada Nuciação (355.886.238-43); Dulce Maria Azevedo de Oliveira (055.746.928-72); Massumi Kakiya (394.155.318-60); Moaci Jose de Melo (535.874.218-20); Vinicius Blesa dos Santos (364.127.098-78)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Norte

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9785/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 3148/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 1/7/2014, inserido na Ata nº 22/2014-Ordinária, relativamente ao seu item 8, onde se lê: "Advogado constituído nos autos: não há.", leia-se: "Advogados constituídos nos autos: Dr. Amando Carlos Nery Santos, OAB 23.347/BA, (peça 49) e Dr. Márcio José Queiroz Nunes, OAB 22.620/BA, (peça 20)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.949/2011-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jorge Rodrigues dos Santos (048.585.305-15); Wilson Alecrim Nunes (017.785.105-82).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: Rodrigo Otávio Galvão Nonato Alves (24734/OAB-BA) e outros, representando Jorge Rodrigues dos Santos; Márcio José Queiroz Nunes (22620/OAB-BA), representando Wilson Alecrim Nunes.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 32/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 9786/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207, 208 e 214, incisos I e II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e regulares com ressalva, dar quitação aos responsáveis e fazer as (determinações/recomendações) a seguir, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.267/2015-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Adilson de Jesus Linhares (738.936.507-25); Antonio Carlos Ferreira da Costa (048.353.447-15); Carlos Augusto Rodrigues Santos (771.295.047-49); Eduardo Fonseca de Moraes (013.493.037-12); Fátima Vieira Saraiva (363.807.257-68); Gabriela da Rocha Dias (111.227.447-22); Gilmar Inácia Brito de Mello (995.861.857-53); Jorge Feijo Filho (664.720.597-72); Jose Augusto Drummond de Oliveira (431.863.437-04); João Aparecido de Morais (021.255.418-23); Juracema de Jesus Nascimento Luconi (738.780.067-72); Maria Cristina Lima Façanha (299.836.577-91); Maria de Fátima de Freitas de Almeida (020.938.067-54); Nilson Gomes dos Reis (599.107.127-68); Rafaella Rodrigues Ramalho (114.813.397-61); Raul Luiz Rezende Pacheco (750.125.297-15); Tito Antonio dos Remedios Matos Filho (871.228.637-00); Zilá Lima da Silva (879.139.257-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - SPU/RJ.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Julgar regulares com ressalva em face das falhas adiante apontadas, sendo as recomendações estabelecidas pela CGU/RJ suficientes para seu equacionamento, as contas dos responsáveis a seguir, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;

1.7.1. Eduardo Fonseca de Moraes (CPF: 013.493.037-12), Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, com fundamento nos seguintes itens 1.1.3.1, 1.1.3.2, 1.1.3.3 e 1.1.6.1 do Relatório de Auditoria da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro 201503406 (peça 3, p. 7-75):

1.7.1.1. Fragilidades na identificação do sujeito passivo das obrigações referentes às Receitas Patrimoniais e ausência de aplicação, pela SPU/RJ, do princípio legal da Caducidade do Aforamento e do Cancelamento da Inscrição de Ocupação, nos casos de inadimplemento do pagamento de Foros e Taxas de Ocupação, nos imóveis dominiais da União, no Estado do Rio de Janeiro;

1.7.1.2. Código de Logradouro 6001080002 com valor de m² desatualizado e Código de Logradouro 6001.000669 com valor de m² zerado a partir de 2009, gerando redução da Receita Arrecadada pela SPU/RJ, em 2014;

1.7.1.3. Controle Interno incipiente na SPU/RJ;

1.7.1.4. Irregularidade na permissão de contratação de empresa para emissão de Laudo de Avaliação pelo interessado em Aforamento Oneroso.

1.7.2. José Augusto Drummond de Oliveira (CPF: 431.863.437-04), Coordenador da Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP, com fundamento nos seguintes itens 1.1.3.1, 1.1.3.2 e 1.1.6.1 do Relatório de Auditoria da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro 201503406 (peça 3, p. 7-75):

1.7.2.1. Fragilidades na identificação do sujeito passivo das obrigações referentes às Receitas Patrimoniais e ausência de aplicação, pela SPU/RJ, do princípio legal da Caducidade do Aforamento e do Cancelamento da Inscrição de Ocupação, nos casos de inadimplemento do pagamento de Foros e Taxas de Ocupação, nos imóveis dominiais da União, no Estado do Rio de Janeiro;

1.7.2.2. Código de Logradouro 6001080002 com valor de m² desatualizado e Código de Logradouro 6001.000669 com valor de m² zerado a partir de 2009, gerando redução da Receita Arrecadada pela SPU/RJ, em 2014;

1.7.2.3. Irregularidade na permissão de contratação de empresa para emissão de Laudo de Avaliação pelo interessado em Aforamento Oneroso.

1.7.3. Carlos Augusto Rodrigues Santos (CPF: 771.295.047-49), Coordenador da Coordenação de Destinação Patrimonial - CODES, com fundamento no seguinte item 1.1.3.1 do Relatório de Auditoria da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro 201503406 (peça 3, p. 7-75):

1.7.3.1. Fragilidades na identificação do sujeito passivo das obrigações referentes às Receitas Patrimoniais e ausência de aplicação, pela SPU/RJ, do princípio legal da Caducidade do Aforamento e do Cancelamento da Inscrição de Ocupação, nos casos de inadimplemento do pagamento de Foros e Taxas de Ocupação, nos imóveis dominiais da União, no Estado do Rio de Janeiro.

1.7.3.4. Nilson Gomes dos Reis (CPF: 599.107.127-68), Coordenador da Coordenação de Receita Patrimonial - COREP, com fundamento no seguinte item 1.1.3.1 do Relatório de Auditoria da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro 201503406 (peça 3, p. 7-75):

1.7.3.4.1. Fragilidades na identificação do sujeito passivo das obrigações referentes às Receitas Patrimoniais e ausência de aplicação, pela SPU/RJ, do princípio legal da Caducidade do Aforamento e do Cancelamento da Inscrição de Ocupação, nos casos de inadimplemento do pagamento de Foros e Taxas de Ocupação, nos imóveis dominiais da União, no Estado do Rio de Janeiro.

1.8. Julgar regulares as contas dos demais integrantes do Rol de Responsáveis (peça 7), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

1.9. dar ciência deste Acórdão, à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro.

ACÓRDÃO Nº 9787/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados este Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pelo Centro de Referencia de Estudos Afro-brasileiros do Sul Fluminense, contra Acórdão 7441/2016-2ª Câmara, que julgou irregulares as contas dos responsáveis, condenando-os em débito solidário e lhes aplicando a multa do art. 57 da LOTCU.

Considerando que, o Centro de Referências e de Estudos Afro do Sul Fluminense - CREASF ingressa com o expediente em exame, informando que "não tem condições financeira para arcar com esta dívida, mesmo em parcelamento", pois "não dispõe de recursos para tal".

Considerando que, a peça em referência não visa objetivamente à reforma da deliberação proferida no acórdão condenatório. Não se aponta os fundamentos de uma eventual impugnação da decisão, tampouco se nomina a peça como recurso. Verifica-se que o requerente apenas informa que não tem condições financeiras para arcar com o débito que lhe foi imposto pelo Tribunal.

Considerando que, neste aspecto, falta ao expediente em exame os requisitos fundamentais para sua admissão como recurso, quais sejam, a manifestação inequívoca da insatisfação com a decisão e os motivos ensejadores dessa insatisfação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

a) não receber a peça em exame como recurso, em razão da ausência de ânimo recursal, porquanto o requerente não manifestou expressamente a intenção de recorrer do julgado, e com fundamento ainda no princípio da consumação, uma vez que restaria impossibilitada a apresentação de um novo recurso, caso ainda cabível, em virtude da incidência da preclusão consumativa prevista no art. 278, § 3º do RI/TCU; e

b) enviar os autos à SECEX-RJ, unidade técnica instrutora do processo, para fins de apreciação da presente peça e adoção das medidas que entender pertinentes, sem prejuízo da oportuna manifestação desta Serur, nos termos da Resolução TCU 259/2014, no caso de futura interposição de recursos.

1. Processo TC-006.844/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

1.1. Requerente: Centro de Referencia de Estudos Afro-brasileiros do Sul Fluminense (02.482.089/0001-03)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9788/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 8058/2016 - 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 05/07/2016, Ata nº 23/2016, relativamente ao item 9.3: o período para atualização da multa, para que:

Onde se lê no item 9.3: "...atualizada monetariamente desde a data da ciência deste Acórdão...";

Leia-se: "...atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão...".

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-PB e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-013.437/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Walter Marinho Marsicano Júnior (977.971.894-04)
1.2. Órgão/Entidade: Município de São José de Caiana/PB
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9789/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados este Pedido de Reexame em Tomada de Contas Especial, interposto pelo Sr. Antônio Carlos Santos, contra o Acórdão 4468/2011 - 2ª Câmara - que julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o em débito solidário e lhe aplicando a multa do art. 57 da LOTCU.

Considerando que, a presente TCE foi apreciada por esta Corte de Contas por meio do Acórdão 4468/2011-2ª Câmara (peça 2, p. 73-74), que julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o em débito solidário e lhe aplicando a multa do art. 57 da LOTCU.

Considerando que, em face dessa decisão foi interposto recurso de reconsideração (peças 4 e 5), que restou conhecido e, no mérito, parcialmente provido, tornando sem efeito os itens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 4468/2011-2ª Câmara, mas julgando irregulares as contas do responsável e lhe aplicando a multa do art. 58 da LOTCU, conforme Acórdão 7577/2012-2ª Câmara.

Considerando que, por meio dessa última decisão, afastou-se o débito que fora originalmente atribuído ao responsável, promovendo-se a citação do Município de Divina Pastora/SE, o qual teve suas alegações de defesa rejeitadas, conforme Acórdão 2961/2014-2ª Câmara (peça 40), e, por fim, suas contas julgadas irregulares, com a imputação do débito, mediante o Acórdão 2400/2015-2ª Câmara.

Considerando que, o pedido de reexame constitui-se na espécie recursal cabível nos processos deste Tribunal que versam sobre fiscalização e atos sujeitos a registro, nos termos do artigo 48 da Lei 8.443/1992, c/c artigo 286 do Regimento Interno/TCU. Não é o caso dos presentes autos.

Considerando que, o recurso de reconsideração constitui-se na espécie recursal cabível nos processos deste Tribunal que versam sobre contas, nos termos dos artigos 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c artigo 285 do Regimento Interno/TCU, e que tal peça apelativa já foi ajuizada neste processo, o que resultou na preclusão consumativa estabelecida no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU.

Considerando que, não seria possível receber o expediente como recurso de revisão, pois este expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/92. Constitui-se na última oportunidade recursal existente neste processo. O recebimento da peça nessa modalidade seria prejudicial ao responsável, que teria encerrado, em definitivo, sua oportunidade de revisão da decisão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 35, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b" e 277, II, do RI/TCU; em:

a) receber a peça como mera petição e negar recebimento ao pleito, em razão da preclusão consumativa e do disposto no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e nos termos do art. 50, § 3º, da Resolução-TCU 259, de 7 de maio de 2014;

b) à unidade técnica de origem, para dar ciência ao peticionário e aos órgãos/entidades interessados do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-020.108/2010-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 004.155/2014-9 (Cobrança Executiva); 017.540/2015-1 (Cobrança Executiva); 004.156/2014-5 (Cobrança Executiva)
1.2. Requerente: Antônio Carlos Santos (189.986.405-97)
1.3. Órgão/Entidade: Município de Divina Pastora - SE
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).
1.8. Representação legal: Benito Matos Soares, (OAB/SE 4.054) e José Henrique de Santana Filho, (OAB/SE 4.132)

ACÓRDÃO Nº 9790/2016 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em desfavor de Antônio Carlos Oliveira Ribas de Andrade, ex-prefeito de Cajamar/SP, em face da inexecução parcial do Convênio nº 198/1997.

Considerando que o responsável foi condenado ao ressarcimento do débito por meio do Acórdão nº 528/2015-2ª Câmara (peça 37).

Considerando que o presente processo encontra-se em estágio de cobrança executiva.

Considerando que o responsável questiona a validade de sua citação, a qual foi procedida via editalícia.

Considerando que a citação do responsável se deu conforme previsto na Resolução TCU 170/2014, inexistindo qualquer nulidade em face do procedimento empregado.

Considerando o disposto na Constituição da República, em seu art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a", que assegura a todos "*o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder*".

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e o do Ministério Público junto ao TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

a) receber a petição formulada pelo Sr. Antonio Carlos Oliveira Ribas de Andrade como mera petição, negando-lhe seguimento;

b) dar ciência deste Acórdão ao interessado, encaminhando-lhe, ainda, cópia das peças 69 a 72 dos presentes autos.

1. Processo TC-031.595/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 013.768/2015-8 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Requerente: Antonio Carlos Oliveira Ribas de Andrade (575.697.708-20)
1.3. Órgão/Entidade: Município de Cajamar - SP
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.7. Representação legal: Alessandro Baumgartner (155791/OAB-SP) e outros, representando Antonio Carlos Oliveira Ribas de Andrade.

ACÓRDÃO Nº 9791/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda. (CNPJ 60.860.087/0001-07), para fins de suspensão de celebração de contrato administrativo decorrente da Licitação 592343 (Pregão Eletrônico, tipo menor preço mensal, Edital 2015/06315), promovida pela Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações/Centro de Apoio aos Negócios e Operações - Cenop Logística Belo Horizonte (Cenop-MG), do Banco do Brasil S.A. e que objetivou a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, compreendendo postos com cobertura ininterrupta, para dependências utilizadas pelo Banco do Brasil S.A. no estado do Mato Grosso, "lote 02", sem valor estimado divulgado (peça 1, p. 47-52, peças 2-3),

Considerando que a licitante aponta irregularidade relacionada ao descumprimento do critério de julgamento definido pelo edital do certame (peça 1, p. 3-10 e 24-47);

Considerando que por se tratar de Sociedade de Economia Mista Federal, o Banco do Brasil S.A., em suas aquisições de bens e serviços, submete-se à Lei 8.666/1993, conforme disciplina seu art. 1º, parágrafo único, e a Lei 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), cujo art. 9º prevê que as normas da Lei de Licitações e Contratos se aplicam, subsidiariamente, à modalidade pregão;

Considerando que em relação à desclassificação da proposta da então licitante Brink's, sem prévia diligência saneadora (subitem 9.2 do edital), o Banco do Brasil informou que, na análise inicial dos preços, foi constatado que alguns itens de remuneração da planilha estavam zerados e que após a realização de diligências (peça 8, p. 7-126; peça 8, p. 127-132) verificou-se que itens da planilha de custos não contemplavam a remuneração integral de verbas trabalhistas obrigatórias previstas na Convenção Coletiva de 2015 do Estado do Mato Grosso, o que tornou evidente o risco de o Banco vir a ser responsabilizado, subsidiariamente com a contratada, por eventuais verbas trabalhistas inadimplidas (peça 8, p. 3);

Considerando que em relação à inobservância ao princípio da isonomia e do julgamento objetivo não restou caracterizado nos autos qualquer indício de que foi conferido tratamento anti-isonômico a qualquer dos licitantes;

Considerando que a desclassificação da proposta da Brink's deu-se em conformidade com o art. 48, inc. I, da Lei 8.666/1993, em razão de a proposta da licitante apresentar cerca de quarenta omissões de quantidades físicas incompletas;

Considerando que em relação à ausência, no edital e seus anexos, dos critérios de aceitabilidade dos preços, conforme informações colhidas, restou claro que o Cenop/MG, de fato, não estabeleceu nenhuma margem de tolerância ou de variação de preços em comparação com o seu próprio orçamento previamente estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, o que demonstra a procedência da reclamação quanto a esse aspecto e torna necessária a expedição de recomendação para que a Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações/Centro de Apoio aos Negócios e Operações - Cenop Logística Belo Horizonte (MG), do Banco do Brasil S.A., deixe claro em seus editais de licitação o(s) critério(s) de aceitabilidade dos preços, para cabal cumprimento do disposto na Lei 8.666/1993, art. 40, inc. X, e art. 48, §1º, aplicáveis também a pregões, por força do disposto na Lei 10.520/2002, art. 9º;

Considerando que mesmo diante da procedência da reclamação constante do item anterior, esse não foi o motivo que ensejou a desclassificação da proposta da representante, visto que foi ela mesma quem declarou, de forma espontânea, que estava impossibilitada de ser contratada para realizar todo o objeto licitado apenas pelo valor que pediu em sua proposta, já tida por incompleta;

Considerando que a Brink's foi intempestiva em seus recursos e impugnações perante o BB S.A., caracterizando-se, pois a decadência do seu direito de impugnar os termos do edital, conforme art. 41, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/1993;

Considerando que há entendimento desta Corte de Contas no sentido de que a existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto e que cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada (Acórdão 2.546/2015-TCU-Plenário);

Considerando que as diversas diligências realizadas pelo Banco do Brasil com o intuito de sanar inconsistências apresentadas na proposta de preços da Brink's foram frustradas, tendo em vista a afirmação da própria empresa acerca da impossibilidade de atender a exigências do edital, o que causou a desclassificação questionada, razão pela qual não se mostra desarrazoada, ilegal, ilegítima, ou fora dos limites da atuação regular que se pode esperar de um gestor público, porque ela foi implicitamente amparada na Lei 8.666/1993, art. 48, incisos I e II;

Considerando que a análise dos elementos apresentados pelo representante em confronto com as justificativas apresentadas pelo Banco do Brasil leva ao entendimento de que não restam caracterizados os pressupostos do *fumus boni iuris* tampouco do *periculum in mora*, capazes de justificar a adoção de medida cautelar;

ACORDAM, com fundamento no art. 143, inciso III do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer a presente Representação, formulada por Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda., CNPJ 60.860.087/0001-07, por satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar, *inaudita altera pars*, formulado por Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda. (CNPJ 60.860.087/0001-07), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida e a absoluta falta de indícios quanto à inobservância ao princípio da isonomia e do julgamento objetivo mediante tratamento anti-isonômico na análise da composição de preços;

c) recomendar à Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações/Centro de Apoio aos Negócios e Operações - Cenop Logística Belo Horizonte (MG), do Banco do Brasil S.A., que deixe claro em seus editais de licitação o critério de aceitabilidade dos preços, para cabal cumprimento do disposto na Lei 8.666/1993, art. 40, inc. X, e art. 48, § 1º, aplicáveis também a pregões por força do disposto na Lei 10.520/2002, art. 9º (itens 61-62 desta instrução);

d) enviar cópia deste Acórdão e da instrução da Unidade Técnica:

d.1) ao Banco do Brasil S.A.;

d.2) à representante;

d.3) ao MM. Sr. Juiz Federal Dr. Juiz Marco Antônio Barros Guimarães, fazendo-se referência ao Mandado de Segurança (MS) perante a 15ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte - MG, Processo 0035539 - 49.2016.4.01.3800 (itens 63-65 desta instrução);

d.4) ao Serviço de Aperfeiçoamento de Procedimentos e Normas Processuais (Sepron) da Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), como possível subsídio ao seu trabalho (itens 66-69 da instrução da Unidade Técnica);

e) dar ciência à Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações/Centro de Apoio aos Negócios e Operações - Cenop Logística Belo Horizonte (MG) e à Consultoria Jurídica do Banco do Brasil que em curto espaço de tempo já foram proferidos dois Acórdãos (AC 614/2016-Plenário; AC 3363/2015-Plenário) que tratam de assuntos correlatos ao tratado na presente Representação, o que indica que precisa ser redobrada a atenção quando da realização de licitações e contratos administrativos conduzidos pelo CENOP/Logística Belo Horizonte, com estrita observância aos ditames legais que regem a matéria;

f) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-020.742/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ/DiLog).
1.5. Representação legal: Renata Alves de Oliveira, OAB/MG 152.322 (peça 6).

ACÓRDÃO Nº 9792/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de solicitação formulada pelo município de Juazeirinho/PB, representado pelo Sr. Jonilton Fernandes Cordeiro, Prefeito do Município, por intermédio de seu procurador, Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204), mediante o expediente, de 16/6/2015 (peça 1), no sentido de que esta Corte de Contas instaure Tomada de Contas Especial no Convênio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

703823/2010 (Siafi 665187), celebrado entre o Município de Juazeirinho/PB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Considerando os ditames preconizados no art. 4º da Resolução TCU 215/2008;

"4º Têm legitimidade para solicitar em nome do Congresso Nacional:

I - informação e realização de fiscalização, os presidentes:

a) do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

b) de comissões técnicas ou de inquérito, quando por elas aprovada a solicitação;

II - pronunciamento conclusivo sobre regularidade de despesa, o presidente da comissão mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, quando por ela aprovada a solicitação.

§ 1º Solicitação formulada por pessoa sem legitimidade não pode ser conhecida.

§ 2º A unidade técnica responsável, diante de indícios de irregularidade em elementos encaminhados por pessoa sem legitimidade para solicitar em nome do Congresso Nacional, pode propor a conversão do processo em representação, nos termos do estabelecido no Regimento Interno.

III - solicitação de providências em relação às conclusões de relatório de comissão parlamentar de inquérito, os presidentes do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, por meio da resolução que aprova e encaminha o relatório da comissão respectiva. (AC)(Resolução-TCU nº 248, de 25/04/2012, BTCU nº 16/2012, DOU de 07/05/2012)"

ACORDAM, com fundamento no art. 71, IV e VII, da Constituição Federal, do art. 38 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, I, 143, V, "a", 230 a 233, do RI/TCU em:

a) não conhecer da presente solicitação por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/92 c/c o art. 232 do Regimento Interno/TCU;

b) autorizar a Secex/PB a expedir ofício de resposta ao interessado, na forma da minuta à peça 4; e

c) determinar o encerramento dos presentes autos.

1. Processo TC-014.221/2015-2 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Jonilton Fernandes Cordeiro (498.712.854-34)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Juazeirinho - PB

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204)

ACÓRDÃO Nº 9793/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de solicitação formulada pelo município de Pedras de Fogo/PB, representado pelo Sr. Derivaldo Romão dos Santos, Prefeito Municipal, por intermédio de seu procurador adjunto, Maílson Lima Maciel (OAB/PB 10.732), mediante o expediente, de 23/10/2015 (peça 1), no sentido de que esta Corte de Contas instaure Tomada de Contas Especial no Convênio 24010157200800034 (Siafi 650974), celebrado com o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, visando garantir e atribuir as devidas responsabilidades a quem de direito, eximindo o atual gestor da imputação de qualquer responsabilidade.

Considerando que, não há previsão legal ou regimental que ampare o pleito, mormente porque ausente a legitimidade do requerente para solicitar fiscalização ao Tribunal.

Considerando que, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 38, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 232 do Regimento Interno/TCU, são competentes para solicitar a realização de auditorias ao Tribunal o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e os presidentes de comissões do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, quando por aquelas aprovadas.

Considerando os ditames preconizados no art. 4º da Resolução TCU 215/2008;

"4º Têm legitimidade para solicitar em nome do Congresso Nacional:

I - informação e realização de fiscalização, os presidentes:

a) do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

b) de comissões técnicas ou de inquérito, quando por elas aprovada a solicitação;

II - pronunciamento conclusivo sobre regularidade de despesa, o presidente da comissão mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, quando por ela aprovada a solicitação.

§ 1º Solicitação formulada por pessoa sem legitimidade não pode ser conhecida.

§ 2º A unidade técnica responsável, diante de indícios de irregularidade em elementos encaminhados por pessoa sem legitimidade para solicitar em nome do Congresso Nacional, pode propor a conversão do processo em representação, nos termos do estabelecido no Regimento Interno.

III - solicitação de providências em relação às conclusões de relatório de comissão parlamentar de inquérito, os presidentes do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, por meio da resolução que aprova e encaminha o relatório da comissão respectiva. (AC)(Resolução-TCU nº 248, de 25/04/2012, BTCU nº 16/2012, DOU de 07/05/2012)"

ACORDAM, com fundamento no art. 71, IV e VII, da Constituição Federal, do art. 38 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, I, 143, V, "a", 230 a 233, do RI/TCU em:

a) não conhecer da presente solicitação por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/92 c/c o art. 232 do Regimento Interno/TCU;

b) autorizar a Secex/PB a expedir ofício de resposta ao interessado, na forma da minuta de p. 3, informando-lhe acerca da existência do TC 003.661/2015-6 (encerrado), que tratou, entre outros, do Convênio 24010157200800034 (Siafi 650974), e lhe encaminhando cópia do Acórdão 2259/2015 - TCU - 2ª Câmara; e

c) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-032.065/2015-9 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Derivaldo Romão dos Santos (381.164.214-68)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Pedras de Fogo - PB

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: Hildemar Guedes Maciel (OAB/PB 3.135); Mailson Lima Maciel (OAB/PB 10.732); Bruna Regina de Andrade Cabral Gomes (OAB/PB 21.404)

ACÓRDÃO Nº 9794/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de solicitação da lavra do Prefeito do Município de Duas Estradas/PB, Sr. Edson Gomes Luna, devidamente representado por advogado contratado para esse desiderato (Peça 2) , oportunidade em que requereu providências dessa Corte de Contas no sentido de instaurar, de ofício, tomadas de contas especiais (TCE), cujos objetos seriam:

a) irregularidades observadas na execução do Convênio nº 807169/2005 (SIAFI nº 539984), firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo por objeto a realização de formação continuada de professores da rede pública de ensino daquele Município, pelos motivos que se seguem (Peça 1), fazendo juntada dos seguintes documentos, todos acostados à Peça 1: peça exordial (fls. 1/5); Procuração e documento pessoal do causídico representante do Município de Duas Estradas (fls. 6/8); diploma do atual Prefeito do Município de Duas Estradas (fl. 9); Ata de posse do Prefeito atual do Município de Duas Estradas, requerente da presente solicitação (fls. 10/13); e Parecer do FNDE, concluindo pela irregularidade do Convênio nº 807169/2005 (fls.14/25); e

b) irregularidades no Convênio nº EP 1480-06 (SIAFI nº 569198), firmado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tendo por objeto a construção de 33 (trinta e três) Módulos Sanitários Tipo 1 em diversas localidades rurais daquele Município, contemplado com de R$ 90.000,00 de recursos federais e R$ 2.700,00 de recursos próprios da Prefeitura de Duas Estradas (contrapartida) - Peça 3.

Considerando que, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) já vem adotando as providências que lhe competem ao exercer o controle e a fiscalização sobre aplicação e utilização dos recursos repassados ao Município de Duas Estradas, por força do Convênio nº 807169/2005 (SIAFI nº 539984), fato este que dispensa a pronta atuação fiscalizatória desta Corte sobre o convênio em questão, mormente quando não foram trazidos aos autos elementos suficientes e fatos relevantes, aptos para instauração de tomadas de contas especial, bem como por se tratar de valores de baixa materialidade, nos exatos termos do art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa- TCU 71/2012. A duas, as irregularidades afetas ao Convênio nº EP 1480-06 (SIAFI nº 569198) já estão sendo apuradas por esta Corte de Contas, por meio do TC 031.714/2015-3.

Considerando que, qualquer trabalho adicional a ser promovido por este Tribunal irá de encontro ao princípio da racionalização administrativa e da economia processual, por tratar-se de um esforço repetido em relação a outros órgãos da Administração Pública Federal.

Considerando que, a Resolução-TCU 259/2014, em seu art. 106, previu que, caso se façam presentes os requisitos de admissibilidade, as unidades técnicas realizarão exame sumário acerca do risco para a unidade jurisdicionada, da materialidade e relevância dos fatos noticiados na denúncia ou representação.

Considerando que, para os casos considerados de baixo risco, materialidade e relevância, a Resolução-TCU 259/2014 afirma que a UT deverá submeter ao relator propostas de conhecimento; de que as questões sejam levadas ao conhecimento das unidades jurisdicionadas para adoção das providências de sua alçada, com cópia para o órgão de controle interno; e de arquivamento do processo.

Considerando que, o sobredito normativo possui a finalidade de evitar a movimentação desnecessária da máquina pública, impedindo a tramitação e a apreciação desnecessárias de processos no âmbito deste Tribunal Considerando os ditames preconizados no art. 4º da Resolução TCU 215/2008;

"4º Têm legitimidade para solicitar em nome do Congresso Nacional:

I - informação e realização de fiscalização, os presidentes:

a) do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

b) de comissões técnicas ou de inquérito, quando por elas aprovada a solicitação;

II - pronunciamento conclusivo sobre regularidade de despesa, o presidente da comissão mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, quando por ela aprovada a solicitação.

§ 1º Solicitação formulada por pessoa sem legitimidade não pode ser conhecida.

§ 2º A unidade técnica responsável, diante de indícios de irregularidade em elementos encaminhados por pessoa sem legitimidade para solicitar em nome do Congresso Nacional, pode propor a conversão do processo em representação, nos termos do estabelecido no Regimento Interno.

III - solicitação de providências em relação às conclusões de relatório de comissão parlamentar de inquérito, os presidentes do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, por meio da resolução que aprova e encaminha o relatório da comissão respectiva. (AC)(Resolução-TCU nº 248, de 25/04/2012, BTCU nº 16/2012, DOU de 07/05/2012)"

ACORDAM, com fundamento no art. 71, IV e VII, da Constituição Federal, do art. 38 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, I, 143, V, "a", 230 a 233, do RI/TCU em:

a) não conhecer da presente solicitação por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/92 c/c o art. 232 do Regimento Interno/TCU;

b) autorizar a Secex/PB a expedir ofício de resposta ao interessado, na forma da minuta de peça 4; e

c) apensar os presentes autos ao TC 031.714/2015-3.

1. Processo TC-035.256/2015-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Edson Gomes de Luna (991.973.594-91)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Duas Estradas - PB

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204)

RELAÇÃO Nº 27/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 9795/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de aposentadoria, cadastrados pelo Departamento de Polícia Federal, submetidos, para fins de registro, à apreciação deste Tribunal de Contas da União.

Considerando que este Tribunal já apreciou pela legalidade, nos autos do TC 008.319/2013-8, ato de alteração de aposentadoria, (sequencial 2) de interesse do Sr. Herodoto Dorta do Amaral (767.427.767-49), com informações supervenientes ao ato autuado no presente processo, cadastrado em favor do mencionado servidor;

Considerando que os fundamentos legais constantes dos atos de interesse dos inativos Alexandre Tadeu Vieira Garcia (vigência em 30/6/2009) e Andréia Medeiros Bezerra Ledo (28/5/2004) sofreram alterações nos fundamentos legais ora em exame a partir da entrada em vigor da EC 70/2012, carecendo tais alterações de serem submetidas, via Sisac, para a análise desta Corte de Contas, conforme preconiza o art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

Considerando que o inativo Cláudio Bastos Heine foi aposentado por invalidez na data de 23/7/2002, sendo que no formulário Sisac submetido a registro foi consignado por equívoco, como fundamento legal, o previsto na redação original do art. 40, inciso I, da CF/88, norma que já não mais vigia à época;

Considerando, entretanto, que para o supramencionado exservidor, consta no sistema Siape o fundamento adequado à época, qual seja, o previsto no artigo 40, §1º, inciso I, com a redação dada pela EC 20/98, e que este fato possibilita a apreciação da referida concessão pela legalidade, com fundamento no art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a Heródoto Dorta do Amaral (10327002-04-2011-000133-7), por existência de ato superveniente já apreciado pela legalidade por esta Corte, a teor do art. 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU;

b) considerar legais, para fins de registro, os demais atos de concessão de aposentadoria constantes dos autos, nos termos do art. 260, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno/TCU;

c) fazer a determinações especificadas nos itens 1.7 e 1.8;

1. Processo TC-008.705/2013-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre Tadeu Vieira Garcia (289.978.401-34); Andreia Medeiros Bezerra Ledo (850.668.267-34); Antonio Carlos de Melo Correa- (357.127.169-68); Celso Renato Inhan (505.443.657-04); Claudio Bastos Heine (932.304.277-34); Francisca Helia Leite Carvalho Cassemiro (057.425.013-15); Herodoto Dorta do Amaral (767.427.767-49); Joseane Sousa Caldas (728.986.665-72); Joseane Sousa Caldas (728.986.665-72); João Evangelista de Miranda e Silva (098.458.101-44); Magvaldo de Sa Cardoso (138.684.463-20); Magvaldo de Sa Cardoso (138.684.463-20); Marco Antonio Nobre de Viveiros (052.032.793-49); Nemer Antonio de Vasconcelos Said (199.506.753-91); Nemer Antonio de Vasconcelos Said (199.506.753-91); Paulo Sergio Vieira Cavalcanti Mendes Baltazar (055.574.938-08); Sergio Loyola Martins (462.445.907-59); Vera Maria Lopes (364.270.209-00).

1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento de Polícia Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, submeta ao TCU, por meio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), atos de alteração referentes às concessões de aposentadoria dos interessados Alexandre Tadeu Vieira Garcia e Andréia Medeiros Bezerra Ledo, que contemplem a mudança de fundamento legal dada pelo art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, c/c Emendas Constitucionais 41/2003 e 70/2012;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.8. Determinar à Sefip que altere no sistema Sisac o fundamento legal constante do ato de interesse de Cláudio Bastos Heine (10327002-04-2010-000261-6), fazendo constar o de Código Sisac 1-1-0263-0, uma vez que este aponta para o correto fundamento da concessão em epígrafe, qual seja, o previsto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela EC 20/98.

ACÓRDÃO Nº 9796/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.099/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco de Jesus e Silva (002.158.645-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9797/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.137/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Vitorio Avila (136.296.209-06).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9798/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.139/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alberico Bezerra Sobreira (104.807.228-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9799/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.151/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Waldemar Americo Quintella (078.246.888-87).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9800/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.157/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Neves de Medeiros (024.685.491-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9801/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.161/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Spipe Calarge (142.500.391-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9802/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.187/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alberto Cordero Donha (805.403.258-72).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9803/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.191/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lúcio Salgado de Oliveira (492.418.427-68).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9804/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.208/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jonas Soares Valente Junior (064.402.402-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9805/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.217/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lígia Maria Valois Albuquerque de Abreu (381.653.504-63).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9806/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.223/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sônia Maria Fraga da Silva (408.824.460-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9807/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.227/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Baptista Filho (021.077.407-04); Antônio Baptista Filho (021.077.407-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9808/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.230/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Cristina Solange Rocha Xavier (960.273.207-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9809/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.234/2016-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sonia Maria da Silva Gomes (463.912.157-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9810/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.236/2016-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcio Luiz Zucco (548.053.179-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9811/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.239/2016-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Americo Carnevalle (043.890.428-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9812/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.240/2016-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edivaldo de Jesus Teixeira (780.543.628-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9813/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.243/2016-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Olivia Pedro Rodriguez (041.486.208-29).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9814/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.249/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rivan Duarte (143.321.911-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9815/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria cadastrado pela Gerência Executiva do INSS em Uruguaiana/RS, em favor da ex-servidora Rosemarie Coelho Goncalves.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade o pagamento da parcela judicial referente ao índice de 3,17% (URV), que se deu em razão de perda remuneratória decorrente de aplicação errônea dos critérios de reajuste previstos nos arts. 28 e 29 da Lei 8.880/1994, norma que criou a Unidade Real de Valor (URV);

Considerando que a rubrica judicial decorrente da URV, percebida atualmente pela aposentada em decorrência de decisão judicial, foi estendida a todos os servidores civis do Poder Executivo Federal, ativos e inativos, bem como pensionistas por meio do art. 8º da Medida Provisória 2.225/2001, independentemente de terem ingressado com pedido judicial;

Considerando que a referida norma estabeleceu no art. 10 da MP 2.225/2001 que o pagamento dessa parcela deveria se dar apenas até a data de reorganização da carreira a qual pertence o servidor, nos termos a seguir transcritos:

Art. 10. Na hipótese de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, concessão de adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza, o reajuste de que trata o art. 8º somente será devido até a data da vigência da reorganização ou reestruturação efetivada

Considerando que a vigência posterior de nova estrutura remuneratória criada para determinada carreira encerra, para os servidores nela enquadrados, o pagamento da parcela referente ao índice decorrente da URV;

Considerando que, in casu, determinação no sentido de suprimir o pagamento da parcela referente ao percentual de 3,17% não ofende a coisa julgada, visto que esta se limita pela situação jurídica sob cuja órbita se configurou, caracterizando tal exclusão mera equalização dos vencimentos em face de panorama jurídico posterior;

Considerando que a continuidade do pagamento destacado do índice de 3,17% mesmo após 1/1/2002, data da incorporação do reajuste, conforme o art. 9º da Medida Provisória 2.225/2001, implica, no caso dos autos, duplicidade de pagamento do referido índice tendo em vista que uma mesma circunstância foi valorada em mais de um momento, contrariando, assim, o princípio do non bis in idem;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores que integram o órgão de origem, que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe que seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Rosemarie Coelho Goncalves (340.414.510-00), em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, no percentual de 3,17% (URV), na base de cálculo dos proventos;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerencia Executiva do INSS em Uruguaiana/RS, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.499/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosemarie Coelho Goncalves (340.414.510-00).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Gerencia Executiva do INSS em Uruguaiana/RS que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

1.7.3. informe à interessada o teor deste acórdão, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada.

ACÓRDÃO Nº 9816/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, incisos II e III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§1º, 2º e 5º do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados Antonio José Barbaresco (CPF 196.458.726-34), Elenemar Flausino Borges (CPF 058.842.841-87), Elondino José de Assis (CPF 054.299.001-68), Elza Maria de Souza (CPF 196.457.836-15), Gisele Marilia Pianetti Sternick (CPF 355.094.906-59), José Barbosa de Barba (CPF 476.842.326-49), Mara Solange Leal Rodrigues Silva (CPF 361.039.186-34), Maria Gilca de Oliveira (CPF 002.730.996- 71), Maria Prado de Morais (CPF 302.002.026-34), Marlene Silva Moraes (CPF 067.725.102-59), Oracilda Maria da Silva (CPF 341.313.706-97) e Sueli Aparecida de Azevedo (CPF 434.019.966- 49);

b) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria à Wanda Afonso de Souza (CPF 548.630.316-53).

1. Processo TC-025.934/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Jose Barbaresco (196.458.726-34); Elenemar Flausino Borges (058.842.841-87); Elondino Jose de Assis (054.299.001-68); Elza Maria de Souza (196.457.836-15); Gisele Marilia Pianetti Sternick (355.094.906-59); Jose Barbosa de Barba (476.842.326-49); Mara Solange Leal Rodrigues Silva (361.039.186-34); Maria Gilca de Oliveira (002.730.996-71); Maria Prado de Morais (302.002.026-34); Marlene Silva Moraes (067.725.102-59); Oracilda Maria da Silva (341.313.706-97); Sueli Aparecida de Azevedo (434.019.966-49) e Wanda Afonso de Souza (548.630.316-53).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9817/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas, em favor da ex-servidora Ivonete Maria Garcez de Menezes.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou, por meio de diligência, como irregularidade o pagamento de parcela judicial referente a Planos Econômicos, nos percentuais de 26,05% e 23,08% (peça 2);

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria à Ivonete Maria Garcez de Menezes (112.256.885-15), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Planos Econômicos, na base de cálculo dos proventos;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-041.770/2012-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ivonete Maria Garcez de Menezes (112.256.885-15).

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial das parcelas referentes aos percentuais de 26,05% e 23,08%; comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações supramencionadas.

ACÓRDÃO Nº 9818/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.460/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Urbino Oliveira Silva (350.078.935-87).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9819/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.055/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Lilian Hitomi Mikami Araki (010.137.961-79).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9820/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.119/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Isabela Coutinho Vilar Borges (110.862.437-57).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9821/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.758/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ailton Antonio da Silva (547.412.971-87); Ailton Lima da Silva (525.619.925-00); Airton Guerrero (007.424.418-30); Alan Cesar da Costa (881.328.899-91); Alan Garcia Lima (011.660.765-39); Alan Sodré Pereira Limoeiro (792.750.015-53); Alana Hardy Alves (935.820.563-68); Alano Filgueira Maciel (045.152.864-63); Albanita Camurca Queiroz (212.952.043-04); Alberto Williams Correa Ferreira (710.327.972-15).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9822/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.763/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Aline Arcela Costa Freire Aguiar (797.799.722-34); Aline Brasil Felix Paiva (696.617.072-00); Aline Ferreira de Freitas (003.558.730-01); Aline Goncalves Tosin (301.536.128-78); Aline Hercos Lopes Cançado (045.791.426-24); Aline Lima Campelo (776.246.453-00); Aline Macedo Brito (955.215.850-87); Aline Maksem Menucelli (222.497.128-16); Aline Sanches Pereira da Silva (305.530.238-96); Aline de Souza Consoli (335.263.448-33).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9823/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.768/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Ana Lucia Pereira (703.665.001-04); Ana Luiza de Melo Lucena Costa (047.085.464-24); Ana Miriam Raquel Rocha Lunardi (011.179.851-56); Ana Nely Lopes Callou (616.686.133-87); Ana Patricia de Souza (081.358.596-19); Ana Paula Albuquerque Sette (011.719.786-69); Ana Paula Alvarez Peres (159.008.258-33); Ana Paula Alves Uema (268.246.488-25); Ana Paula Costa Aires (852.126.441-00); Ana Paula da Silva (839.320.201-97).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9824/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.770/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ancelmo Barreto de Souza Bastos (301.462.848-44); Anderson Carlos da Costa Cardoso (795.227.002-82); Anderson Cavalheiro da Luz (005.269.571-90); Anderson Correa (008.990.969-05); Anderson Farina Styrnik (008.488.310-39); Anderson Francisco de Lima (272.286.008-27); Anderson Giliard Lopes Macedo (055.109.366-81); Anderson Marcos Freitas do Nascimento (636.387.032-15); Anderson Ricardo Jorge da Silva (311.937.538-13); Anderson de Carvalho Ribeiro (034.499.306-05).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9825/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.776/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anilson Soares (932.929.539-87); Anita Tomie Takeda (002.102.520-73); Annamaria Pereira Jacintho de Siqueira (285.805.398-70); Anne Caroline dos Santos (003.417.150-93); Anselmo Lima de Oliveira (739.540.982-53); Anselmo Tito Becker (294.339.830-68); Anthony Henrique Ferreira Viana (011.042.801-32); Antonia Arlene de Sousa (735.056.923-87); Antonia Lucia da Silva (024.709.735-70); Antonia Thalita Muniz Martins (041.951.313-24).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9826/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.781/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aroldo Arley Severo Goncalves (013.603.346-61); Arthur Luiz Veloso Silva (020.571.454-41); Artur Ipiranga e Silva (938.378.792-91); Athos Alexandre Camara Attie (069.574.686-31); Atila Castro da Silveira (007.326.040-10); Augusto Marcelo Peixoto da Cunha (776.374.371-91); Augusto Yoshio Gabriel Adachi (045.730.113-90); Aurea Harue Umeda Uematsu (201.903.438-77); Barbara Caroline Groff (724.563.371-15); Barbara Jacqueline Alves Eduardo (033.344.405-16).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9827/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.788/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Camila Werneck Salarolli (110.414.007-13); Camylla Matias Figueiredo (026.895.643-00); Carin Seidel (911.469.330-53); Carine Konzen (032.198.390-45); Carine Oliveira de Sousa Monteiro (964.335.905-00); Carla Aparecida Cefaly Leite (302.219.078-66); Carla Celina Moskviak (055.002.519-70); Carla Rosane Goncalves Martins (645.427.850-68); Carla Yamada (261.775.968-78); Carlene Gomes Monteiro (657.914.011-91).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9828/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.790/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Keiji Ito (003.480.978-32); Carlos Luiz de Souza (856.701.207-44); Carlos Magno Palheta de Almeida (430.491.332-87); Carlos Regis Rocha dos Santos (015.621.883-64); Carlos Roberto Peixoto (058.006.368-26); Carlos Rodrigues Lima (023.333.001-16); Carmen Gisele Batista Nunes (714.263.612-20); Carmen Lucia Rocha Leite da Silva (055.702.758-60); Carolina Braga Ribeiro (082.425.377-98); Carolina Catunda Sampaio (013.559.943-14).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9829/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.798/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Clesio Silveira Ramos (661.408.469-00); Cleudimar Jussara Mendes (717.313.936-87); Cleverson dos Santos Lima (981.350.409-97); Cleverton Lopes Ventura (000.735.595-55); Cleverton Morais do Rego (011.745.394-37); Cleves William Roque (696.125.369-53); Clodson de Siqueira (002.019.395-50); Clodualdo de Oliveira Alves Filho (920.661.272-72); Clovis Madureira Ramos (384.254.590-87); Consuelo Pinto Barra (032.756.934-41).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9830/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.799/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cosmo Caetano da Silva (070.821.594-71); Crisnna Ester de Souza Araujo Silva (015.566.535-90); Cristiane Bauer (035.968.409-29); Cristiane Carla Ribeiro (030.568.346-27); Cristiane Coelho Olendzki (913.728.600-53); Cristiane Dahmer Kraiss (007.841.649-32); Cristiane Dematte (039.467.869-95); Cristiane Gonçalves de Oliveira (608.261.855-68); Cristiane Maria Gutierrez Garcia Serfert (257.856.908-88); Cristiane Oliveira da Silva (616.694.664-34).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9831/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.808/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Denise Mendes Falcao (926.502.521-20); Denise Oshiyama (294.010.048-97); Denise Pereira da Silveira (662.992.920-91); Denise Silva Freitas Ramos (631.103.186-87); Denise Tie Kawaoku (322.897.528-27); Denise de Bessa Sales (000.377.363-96); Denise de Castro Crisostomo (481.819.005-53); Denise de Oliveira (135.636.068-89); Denisson de Oliveira (035.057.715-38); Deyane Moura Oliveira (014.999.233-50).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9832/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.810/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Milhomem Barros (034.865.473-13); Diego Rafael Schmitt (010.354.560-36); Diego Reis Cardoso (031.308.611-73); Diego Roberto Soares de Araujo (015.150.465-24); Diego Vieira de Figueiredo (405.171.788-77); Diego Vinicius Menezes Santos (006.493.615-55); Dieicke Rodrigo da Silva (019.920.089-06); Dilson Max da Silva (024.464.419-55); Dilson Oelson de Souza Matutino Junior (002.040.605-32); Dimitri César de Campos (341.150.008-56).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9833/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.814/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eveline Cunha Moura Esposito (027.345.449-89); Fabio Tavares de Moura (026.103.464-25); Fatima Fransoloso (664.474.100-20); Fausto Antonio de Oliveira Amorim (016.925.131-41); Fauzi Taha da Cruz (982.770.140-15); Feliciano Batista Alves (579.563.596-00); Fábio Bastos de Gusmão (018.047.795-12); Fábio Lima Medeiros (808.711.865-00); Fátima Sueli Cabral Figueiredo (155.353.633-91); Érico Leonam de Oliveira Silva (012.678.955-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9834/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.821/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1.Interessados: Francisca Gondiane Andrade Matos (011.157.833-78); Francisca Janice Cisne da Silva (787.519.503-91); Francisca Kelly Fernandes Braga (287.805.138-67); Francisca Paiva Brandao (873.767.503-63); Francisca Yara Batista Xavier Ribeiro Araújo (538.325.071-91); Francisco Adriano Sobreira Lins (356.845.183-20); Francisco Deoclecio de Araujo (019.380.143-40); Francisco Edson Terto Costa (632.843.163-53); Francisco de Assis Souza (713.748.684-34); Francisco dos Santos da Silva Junior (947.573.722-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9835/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.826/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Giglienio Fagner Dantas Araujo (067.427.964-64); Gil Souza de Souza (596.980.800-82); Gilbevanio Araujo da Silva (051.071.854-01); Gilceli Leite Lima (114.562.188-08); Gilka de Nazaré Almeida (378.430.015-49); Gilmar Amaral Pita Filho (002.488.723-46); Gilmar Anselmo da Silva (671.053.004-34); Gilson Cleiton Martins Borges (018.262.611-33); Gilton Feitosa Ferraz (051.843.304-88); Gilvan Jose de Sousa (887.560.923-34).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9836/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.830/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Greicy Mandelli Moreira (029.613.989-08); Greyce Luana da Rocha Gomes Evangelista (786.158.952-87); Guilherme Araujo Sales Vieira (069.909.076-81); Guilherme Augusto Silva de Melo (696.765.931-68); Guilherme Oliveira de Bitencourt (012.276.280-05); Guilherme Perez Zeni (740.244.180-68); Guilherme Rodrigues (022.567.000-38); Guilherme Teixeira Gomes (008.794.330-19); Gustavo Farias Gomes (810.283.263-00); Gustavo de Miranda Chaves (366.733.258-01).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9837/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.835/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Idalecia de Oliveira Santos (955.837.005-30); Idinara Grings (965.947.720-15); Igor Cesar Ferreira Reis (644.404.352-20); Igor Oliveira Vieira (745.230.312-15); Igor de Sousa Matos (012.624.786-26); Ilse do Espirito Santo Silva (834.986.804-04); Inajara Bianchi de Mattos (009.446.941-52); Indianara Gabe Kovalski (935.707.400-72); Ineida Cristina Nunes Nishida (047.203.359-00); Ingrid Carla Avelar Antônio (043.853.806-43).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9838/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.842/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jeane Nunes da Silva (022.325.493-21); Jeane da Silva Santos (015.700.455-42); Jeane dos Santos Silva (966.731.505-30); Jeanine Freire de Almeida (070.367.544-35); Jeanne Augusta de Sousa Barbosa (706.448.703-97); Jefferson Blanco da Silva (048.805.519-96); Jefferson Danilo Pereira (344.029.468-40); Jefferson Rozeira (890.193.775-15); Jessica Gonçalves Benjamim de Souza (071.849.014-28); Jessica Joice Fernandes de Oliveira (026.670.361-58).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9839/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.847/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jonas Davila de Avila (003.676.400-07); Jonas Ribeiro Gonçalves Júnior (672.302.299-87); Jonas Vieira Barbosa (036.022.983-29); Jones Bartel (025.472.949-58); Jones Leandro Costa (720.242.910-15); Jordan Bermond Arrevabeni (090.578.517-76); Jorge Alex de Almeida Santos (040.704.765-47); Jorge Chiavenato Machado (005.743.530-89); Jorge José do Nascimento Lima (088.993.347-22); Jorge Luiz Ferreira Neves (068.534.576-92).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9840/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.850/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Ricardo Pastorini de Souza (004.898.170-25); Jose Rodrigues de Oliveira (003.416.573-87); Jose Romario Pires dos Santos (025.681.395-79); Jose Sergio Gustavo Pimentel Pires (022.506.974-18); Jose Tarcio Torres Martins (962.511.073-91); Jose Welter Mendes e Chagas (901.805.932-34); Jose Wilker Moreira Lima (029.504.573-63); Jose William Neres Cordeiro (004.915.411-71); José Ribamar Silva Junior (268.791.903-91); José Rivaldo Cristovão dos Santos (075.392.494-39).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9841/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.858/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Katianne Alves Barbosa (020.334.711-01); Kayna de Aguiar Veloso Castelo Branco (622.454.813-72); Keila Pereira Maia de Abreu (039.125.756-06); Kelly Brizola de Oliveira Rodrigues (294.296.448-07); Kelly Eliane Benzak (031.282.159-01); Kelly de Almeida Kenes (295.199.258-05); Kelma Suely Miranda da Silva (304.323.674-20); Kelson Cunha Chaves (007.105.313-11); Kelvinha de Araujo Lima Jeronimo (649.329.662-53); Kleber Franjotti de Lima (024.594.061-85).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9842/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.859/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Kleyber Oliveira Silva (455.157.511-91); Kyara de Castro Silva (106.033.546-88); Lais Silva Correia (814.630.145-20); Lalusha de Andrade Sabino (006.649.743-41); Lana Cristina Barbosa dos Santos (230.310.278-25); Lara Cybele Lima Bastos Andrade (631.392.275-15); Lara Onofre Feitosa Silva (023.145.603-45); Larison Moreira Almeida Brito (748.391.012-72); Larissa da Silva Nunes (014.443.475-00); Laís Queiroz de Magalhães Marinho (027.856.405-43).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9843/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.893/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marina Braga Lopes (021.993.765-67); Marinete de Castro Rocha (639.521.655-49); Mario Sergio Jorge dos Santos (975.572.001-44); Maysa Brito de Andrade (033.189.485-86); Meirilande Alves Rocha (826.086.605-68); Michel Teixeira Damaceno (933.079.773-34); Michelli Maria Mendes (053.055.029-69); Milena Schila (032.679.999-01); Millene Valéria Matos Cardoso (017.444.045-69) e Monica Melo Souza (060.695.286-11).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9844/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.895/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Odaiza Florença de Souza (164.431.952-72); Olivia de Moura Fe Carvalho (629.033.223-68); Omar de Sousa Lopes (320.290.396-91); Orlando Machado de Santana (205.505.455-49); Orleans Rodrigues Pinto (938.365.033-87); Osmar Domingos de Barros Filho (004.570.021-40); Osvaldo Ramos Junior (047.544.108-74); Osvaldo Tridico Junior (280.822.488-58); Otavio Belchior Junior (088.472.903-68); Otavio Mendes de Albuquerque (311.462.398-07).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9845/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.898/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patricia Vitoria de Souza Assimos (022.925.157-92); Patrick Barbosa da Silva (904.309.991-00); Paulo Cesar Sotocorno de França (329.743.978-59); Paulo Evilasio de Bastiani Conte (322.302.388-76); Paulo Fernando de Mendonça Coelho (025.887.648-43); Paulo Gustavo de Matos Nascimento (028.014.555-12); Paulo Henrique Costa Silva (037.796.623-10); Paulo Henrique Martins de Lima (025.000.823-85); Paulo Henrique Pinheiro Castro (044.711.433-60); Paulo Henrique Salatti Hein (991.320.100-44).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9846/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.901/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Priscila Reboucas do Nascimento (917.431.413-00); Priscila Ribeiro (311.575.008-03); Quesia de Santana França da Silva (022.688.985-80); Rafael Becher (038.302.909-00); Rafael Bruxel (010.207.610-32); Rafael Dias Nascimento (309.299.658-50); Rafael Fernandes Cavalaro de Toledo (025.920.239-84); Rafael Goulart (039.583.159-84); Rafael Guilherme Leite Schonfelder (020.892.259-80); Rafael de Oliveira Francisco (326.222.468-54).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9847/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.911/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo França da Silva (015.825.225-02); Rodrigo Freire de Souza (793.084.142-15); Rodrigo Guidelli do Nascimento (260.413.108-08); Rodrigo Luis Chitolina (940.727.600-72); Rodrigo Luiz Lobato (070.706.366-36); Rodrigo Mariano Borba (848.262.902-68); Rodrigo Pires Kuchani (010.307.079-60); Rodrigo Portes Ribeiro (000.711.090-13); Rodrigo Santos (220.327.878-14); Rodrigo Silva Borges de Santana (856.264.905-82).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9848/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.923/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Silvania Rodrigues Monteiro (545.162.691-04); Silvano Pereira de Oliveira (691.200.131-91); Silvia Bassoli (061.647.998-05); Silvia Mara Pontes de Oliveira (023.323.409-80); Silvia Melina Fernandes Goncalves (001.355.871-40); Silvio Marioni Sepulveda (034.931.708-90); Silvio Roberto Vizeu Lima (137.659.492-72); Silvio Santos Brazil (915.813.974-53); Silvânia Santos (935.727.436-72) e Simeire Regina Picolo Ignacio (171.746.718-02).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9849/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.129/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Pontes da Silva (962.446.582-72); Daniele Pantoja Pereira (852.348.852-91); Francisco de Assis Vasconcelos de Oliveira (834.840.864-91); Gabriel Stone Mattos (013.963.162-30); Genilson Jorge Martins Junior (045.314.145-51); Kaleb Santos Costa (002.959.722-62); Samuel Vasconcelos Beck (820.284.430-49); Vitor Cruz e Silva Vasquez (020.906.682-29).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9850/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-023.136/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrea Patrícia Cardoso Martins (668.388.191-04); Andréya Alves Souza (022.365.501-54); Anna Maria Tavares Baia (733.006.671-00); Felipe Augusto Gonzaga Tavares (008.312.741-07); Frederico Peixoto da Silva (023.164.411-65); Gabriel Godoy Guimarães Rotsen de Melo (017.416.061-52); Hamilton Natsuo Hayashida Júnior (965.031.901-82); Isabela Rabelo de Carvalho (028.336.501-32); Joaquim Barros Martins da Costa (060.626.396-98); João Gabriel Alves Camargo (017.156.441-31).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9851/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.139/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Moniz Silva de Oliveira (036.863.475-20); Tônia Cristina Pinheiro Elias Palmerston (530.476.991-00); Vanessa Lacerda de Moraes e Silva (087.714.597-07).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9852/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.143/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francine Marcelino (046.247.549-21); Humberto Koch Borges (038.199.939-40); João Guilherme Carraro Hortmann (057.985.219-90); Levi Bispo Botelho (001.425.521-94); Paulo Cezar Camargo de Oliveira (023.213.269-05); Rodrigo Casagrande de Jesus (019.666.045-99).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9853/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.146/2016-8 (Atos de Admissão)

1.1. Interessados: Adarlan Dedonatto Pedroso (006.924.650-57); Alexandra Zucolotto (633.736.610-72); Allison Escouto Silva (016.730.940-40); Braulio Bonadiu Junior (078.006.478-03); Carolina Simon (012.808.550-96); Caroline Fontana Ferronato (811.920.880-34); Diego Ferreira dos Santos (030.844.511-25); Everton Leandro Michel (901.590.470-72); Fabio Jose Baptista Juliani (913.126.470-00) e Fernanda Taborda Maier Silva (013.618.930-01).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9854/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.149/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dario Javier Sobreira Bujan (110.491.887-05); Elias Nazareno Storani Junior (051.870.837-32); Erika Marquet (078.958.317-80); Ethel Santos Roig Herszon (111.676.517-90); Fabio Ruiz Gomes (080.027.907-74); Fernanda Batista Gomes (126.755.077-50); Fernanda Cabral Bittencourt (064.045.926-90); Fernanda de Castro Teixeira dos Santos (131.626.567-61); Flavia Ramos Pinto (076.529.617-93); Jorge Luiz Contreiras Guenna Junior (026.955.325-80).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9855/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.155/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex de Macêdo Sousa (321.519.148-28); Ana Beatriz Martins de Araujo Magno (060.405.986-89); André Luiz Moreira Santos (371.442.088-61); Antônio Warley Rufino Gomes (360.677.438-92); Camila Pavan Barros (011.632.985-81); Camila de Andrade Mancini (309.918.788-76); Chaly Natália Kudo (351.041.548-58); Cláudia Patrícia da Rocha Cararreto (369.504.178-10); David Mudesto da Silva (402.805.428-10); Diogo de Carvalho Brandão (385.889.658-60).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9856/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.160/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Clarissa Matos Brommonschenkel (124.300.677-30); Daniela Costa Soares (018.692.095-40); Leonardo Felipe Di Donato (109.926.057-41); Lucas Matarangas Moreira da Fraga (124.718.637-79); Priscilla Louzada de Sena (055.165.847-95); Rafaela Capobiango Braga (052.011.546-54).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9857/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.233/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Fernando Sanchez Bispo de Oliveira (683.231.822-72); Antonio Carlos Hubel Penha (063.565.309-52); Sidivarnei Teixeira Frota (747.058.652-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9858/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) expedir quitação à Sra. Gleida Mariza Costa (CPF 184.022.161-53), diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 6.886/2012-TCU-2ª Câmara;

b) encaminhar cópia da presente deliberação à responsável.

1. Processo TC-016.124/2008-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2007)

1.1. Apensos: 033.942/2015-3 (Cobrança Executiva); 014.690/2008-8 (Representação); 044.255/2012-8 (Monitoramento) e 033.943/2015-0 (Cobrança Executiva).

1.2. Responsável: Gleida Mariza Costa (184.022.161-53).

1.3. Órgãos: Ministério da Saúde e Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex/MT).

1.7. Representação legal: Rosinazy Soares da Rocha (OAB/MT 10.184) Ademir Joel Cardoso (OAB/MT 3.473-A); Rosangela Piva Mourato (OAB/MT 12.504) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9859/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares as contas dos responsáveis Vanderlei Romer (CPF 096.713.319-04), Eládio Torret Rocha (CPF 179.134.119-53), José Volpato de Souza (CPF 057.071.459-15), Sérgio Roberto Baasch Luz (CPF 167.366.809-72), Antônio do Rêgo Monteiro Rocha (CPF 320.975.499-34), Sérgio Manoel Martins (CPF 833.939.439-87), Eduardo Cardoso (CPF 017.461.409-84), Renato de Ávila Pacheco (CPF 888.835.749-15), Clycie Damo Bertoli (CPF 533.784.239-00), Luciane Soldateli Hoffmann (CPF 888.178.579-04), Salésio Bauer (CPF 444.073.789-72), Valéria Luz Losso Fischer (CPF 000.044.259-36) e Rafael Alexandre Machado (CPF 001.244.909-13), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

b) fazer as recomendações constantes dos itens 1.7 e 1.8;

c) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;

d) arquivar presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-026.111/2015-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Antonio do Rego Monteiro Rocha (320.975.499-34); Clycie Damo Bertoli (533.784.239-00); Eduardo Cardoso (017.461.409-84); Eládio Torret Rocha (179.134.119-53); José Volpato de Souza (057.071.459-15); Luciane Soldateli Hoffmann (888.178.579-04); Rafael Alexandre Machado (001.244.909-13); Renato de Ávila Pacheco (888.835.749-15); Salésio Bauer (444.073.789-72); Sérgio Manoel Martins (833.939.439-87); Sérgio Roberto Baasch Luz (167.366.809-72); Valéria Luz Losso Fischer (000.044.259-36); Vanderlei Romer (096.713.319-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) que apresente nos próximos relatórios de gestão:

1.7.1. os resultados alcançados em cada indicador integrante do Planejamento Estratégico da Unidade;

1.7.2. informações detalhadas sobre os imóveis locados por esse Tribunal, inclusive quanto aos valores envolvidos, bem como sobre as contratações diretas realizadas, indicando as quantidades e os valores dos contratos, esclarecendo os motivos de eventuais representações significativas dessas contratações em relação aos valores das contratações realizadas por meio de licitações;

1.8. Recomendar à Coordenação de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina que apresente em seus futuros Relatórios de Auditoria de Gestão manifestação acerca da regularidade dos processos de locação de imóveis de terceiros pelo TRE/SC, em especial no que concerne à adequação dos preços contratuais dos aluguéis aos valores de mercado e à indenização de eventuais benfeitorias realizadas no respectivo exercício.

ACÓRDÃO Nº 9860/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Augusto Eduardo de Souza Rossini (CPF 063.997.338-80), Renato Campos Pinto de Vitto (CPF 164.221.648-82), Luiz Fabrício Vieira Neto (CPF 090.141.387-92) e Valdirene Daufemback (CPF 901.717.999-68), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

b) julgar regulares as contas dos responsáveis Antônio Borges Filho (CPF 157.472.476-20), Antônio Henrique Santos Resende (CPF 962.028.581-68), Cézar Augusto Maranhão dos Santos (CPF 578.748.751-68), Clarice Costa Calixto (CPF 064.353.386-98), Diana Calazans Mann (CPF 913.587.520-87), Dominique de Castro Oliveira (CPF 856.436.961-34), Giovanna Bonfante (CPF 026.528.636-06), Júlio César Barreto (CPF 662.129.285-68), Rafael de Lima Chaves (CPF 005.595.601-76), dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) dar ciência ao Departamento Penitenciário Nacional sobre a ocorrência de registros intempestivos de processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), decorrentes da ausência de instituição de controles internos administrativos eficientes, o que afronta o disposto na Portaria CGU 1.043/2007 e na Portaria MJ 876/2008, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de falhas semelhantes;

e) fazer a determinação e a recomendação constante do item 1.7 e 1.8;

f) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Departamento Penitenciário Nacional e à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Cidadania;

1. Processo TC-027.937/2015-1 (Prestação de Contas - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Antonio Henrique Santos Resende (962.028.581-68); Antônio Borges Filho (157.472.476-20); Augusto Eduardo de Souza Rossini (063.997.338-80); Cezar Augusto Maranhão dos Santos (578.748.751-68); Clarice Costa Calixto (064.353.386-98); Diana Calazans Mann (913.587.520-87); Dominique de Castro Oliveira (856.436.961-34); Giovanna Bonfante (026.528.636-06); Julio Cesar Barreto (662.129.285-68); Luiz Fabricio Vieira Neto (090.141.387-92); Rafael de Lima Chaves (005.595.601-76); Renato Campos Pinto de Vitto (164.221.648-82) e Valdirene Daufemback (901.717.999-68).

1.2. Órgão: Departamento Penitenciário Nacional.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que:

1.7.1. instaure, se ainda não o fez, de imediato, processo de tomada de contas especial, com vistas a apurar as irregularidades de que tratam os subitens 9.2 do Acórdão 3.019/2014- TCU-Plenário e 9.2 do Acórdão 1.669/2015-TCU-Plenário, referentes ao Contrato de Repasse 278.188-20/2008, com fundamento no art. 8º, §1º, da Lei 8.443/1992; e

1.7.2. informe ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre o atendimento da determinação contida no item 1.7.1, bem como sobre a conveniência e a oportunidade da recomendação constante do item 1.8, de forma a possibilitar a avaliação quanto à assunção do risco de não implementação da medida por parte do gestor.

1.8. Recomendar ao Departamento Penitenciário Nacional que avalie a conveniência e a oportunidade de estabelecer com os estados beneficiários de recursos federais o compromisso de encaminhamento periódico de informações sobre a evolução das obras, bem como de utilizar, para essa finalidade, sistema de monitoramento de obras à distância, com vistas a mitigar riscos em contratos de repasse, nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 9861/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Fundo Nacional de Saúde - FNS, em desfavor do Sr. Ednor Bampi, ex-Secretário Municipal de Saúde de Amambai/MS, em razão de pagamentos irregulares de recursos do FNS, ocorridos em procedimentos do SIA/SUS e AIH, à conta do Programa de Atenção Básica em Saúde (PAB Fixo) e do Programa Saúde da Família (PSF).

Considerando que os procedimentos realizados na fase interna apresentam falhas graves, especificamente quanto a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano;

Considerando que não constam dos autos os documentos comprobatórios dos supostos pagamentos irregulares indicados pelo tomador de contas em seu relatório, impossibilitando a ampla defesa e o contraditório dos responsáveis;

Considerando que os responsáveis que concorreram para o dano devem ser identificados e considerados solidários, à exceção de exclusões devidamente justificadas, nos termos do art. 5º, § 1º, inciso III, da Instrução Normativa/TCU 71/2012;

Considerando, in casu, que não há nos autos justificativas para a exclusão dos responsáveis que concorreram para o suposto dano ao erário, apesar de suas indicações no Relatório de Demandas Especiais/CGU;

Considerando que as ocorrências relacionadas à instauração da presente TCE evidenciaram falhas que comprometeram o prosseguimento do feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) restituir a presente tomada de contas especial ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, para que saneie as falhas apontadas, com fulcro no art. 13, § 1º, da Instrução Normativa TCU 71/2012;

b) fazer a determinação constante do item 1.7;

c) remeter cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde, a fim de subsidiar o cumprimento da determinação do item 1.7;

d) arquivar a presente tomada de contas especial.

1. Processo TC-004.352/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ednor Bampi (403.594.411-49).

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Amambaí - MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Fundo Nacional de Saúde que, nos termos do art. 13, §§ 1º e 2º, da IN TCU 71/2012, no prazo de trinta dias, saneie as falhas apontadas na instrução da unidade técnica, restituindo, posteriormente, os autos a este Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 9862/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Fundo Nacional de Saúde - FNS, em desfavor de Leslie de Albuquerque Aloan e Fabio Guimarães de Miranda, na condição de ex-diretores do Hospital Federal dos Servidores do Estado - HFSE, em razão da utilização indevida de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS repassados ao Hospital dos Servidores do Estado/RJ, órgão público do poder executivo federal, nos exercícios de 2006 a 2011.

Considerando que o Relatório do Tomador de Contas Especial 352/2014 não faz a correlação entre os débitos relacionados, as irregularidades identificadas e os respectivos responsáveis (peça 1, p. 21-29);

Considerando que o Relatório de Auditoria 836/2015 somente apresenta lista de irregularidades sem, contudo, identificar os responsáveis, os valores dos débitos e as datas de ocorrência correspondentes a cada irregularidade identificada (peça 1, p. 95-98);

Considerando que a unidade técnica, ao cotejar os autos, identificou inconsistências na responsabilização dos agentes envolvidos, especialmente quanto a questões de solidariedade dos gestores e empresas envolvidas, nexo de causalidade e avaliação da conduta dos demais agentes envolvidos nas várias fases relativas às contratações;

Considerando, portanto, que a presente tomada de contas especial não atende satisfatoriamente as exigências contidas no art. 10 da Instrução Normativa TCU 71/2012, inciso I, alíneas "c", "d" e "e", que exige a identificação dos responsáveis pelos débitos e a respectiva quantificação relativamente a cada um deles, bem como o relato das situações e dos fatos, com indicação dos atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos de cada envolvido que deu origem ao dano;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) restituir a presente tomada de contas especial ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), com fulcro no art. 13, § 1º, da Instrução Normativa TCU 71/2012, uma vez que não foram atendidas as condições essenciais previstas no art. 10 da referida Instrução Normativa;

b) fazer a determinação constante do item 1.7; e

c) remeter cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde; e

d) arquivar a presente tomada de contas especial.

1. Processo TC-025.207/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fabio Guimarães de Miranda (595.239.647-04); Leslie de Albuquerque Aloan (185.241.507-00).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Fundo Nacional de Saúde que promova, nos termos do art. 13, §§ 1º e 2º, da IN TCU 71/2012, no prazo de trinta dias, com base no conteúdo do Relatório 13050 do Denasus e do Relatório Completo do Tomador de Contas Especial 352/2014, constante do processo administrativo da TCE 25000.227831/2014-61, a correta identificação dos responsáveis pelos débitos, a quantificação detalhada do débito relativamente a cada um dos responsáveis (valor histórico e data da ocorrência), o relato das situações e dos fatos, com indicação dos atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos de cada um dos responsáveis que deram origem ao dano, a caracterização do nexo de causalidade entre a conduta do responsável e o dano ao erário, bem como a existência de eventuais parcelas ressarcidas e as respectivas datas de recolhimento.

ACÓRDÃO Nº 9863/2016 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto pela empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. (peça 31) contra o subitem 1.8.2 do Acórdão 1.886/2016-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas determinou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG que restrinja a utilização da ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico 53/2015 ao próprio órgão, permitindo adesões de terceiros única e exclusivamente em relação ao item 2.

Considerando que a empresa ora recorrente não era, por ocasião da prolação do Acórdão recorrido, interessada no presente processo, visto que não havia sido convocada para a realização das demais etapas do certame em análise;

Considerando que a empresa primeira colocada no certame (Distrivisa Locação, Comércio S/A - representante) foi desclassificada em razão de ter apresentado índices contábeis incompatíveis com os exigidos no edital e que, diante de tal fato, foi convocada a empresa que se encontrava na segunda posição (Mapel Máquinas e Artigos para Escritórios Ltda.);

Considerando que, quando os presentes autos já se encontravam tramitando e prestes a ser apreciado no mérito, ocorreu a desclassificação da empresa até então vencedora do certame (segunda colocada), em decorrência de não ter apresentado os equipamentos exigidos em edital na realização da prova conceito;

Considerando que, em 30/11/2015, houve o aceite da proposta da recorrente, culminando, em contrapartida, na sua habilitação no certame;

Considerando que, a despeito de tais fatos, o TCU julgou, no dia 26/2/2016, o mérito dos presentes autos, determinando que o IFMG restringisse a utilização de sua Ata de Registro de Preço, de forma a permitir a adesão de terceiros, única e exclusivamente, quanto ao item 2 do edital;

Considerando que a restrição de adesão da Ata de Registro de Preços se deu pelo fato de que a empresa até então vencedora (Mapel Máquinas e Artigos para Escritórios Ltda.) ter apresentado o menor preço apenas no item 2 do Pregão eletrônico 52/2015, desconsiderando-se a posterior desclassificação que levou a recorrente a ser declarada a vencedora do pregão;

Considerando que os preços ofertados pela recorrente (Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda) no certame em epígrafe, não foram considerados no âmbito do Acórdão 1.886/2016-TCU-Plenário;

Considerando, entretanto, que a empresa contratada não possui direito líquido e certo à adesão de outros órgãos à ata de registro de preços em que seja fornecedora, mas sim mera expectativa de direito, razão pela qual não há que se falar em interesse recursal e prejuízo a direito subjetivo.

Considerando que não é necessária a manifestação do contratado em face de determinação deste Tribunal a órgão jurisdicionado, nos termos do decidido no MS 26250-DF, na qual o STF corrobora este entendimento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 277, inciso II, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda., em face da ausência de interesse recursal;

b) encaminhar os autos para a relatora a quo para que adote as providências que entender cabíveis no que diz respeito a eventual necessidade de reparos quanto ao teor do subitem 1.8.2 do Acórdão 1.886/2016-TCU-2ª Câmara, tendo em vista os fatos supervenientes narrados pela recorrente;

c) dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

1. Processo TC-031.206/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda (07.432.517/0001-07).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

1.7. Representação legal: Carlos Alberto Pulici Junior e outros, representando Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 26/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 9864/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.402/2010-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aquilino Soares Bouzan Parreira (271.902.347-72); Bernadete Maria de Castro Frota (044.596.602-53); Ceres Muniz Caon (372.555.090-53); Gleisa Teresinha Monteiro Silva (182.823.690-04); Jorge de Oliveira Vasques (042.448.777-20); José Erodício Azevedo Martins (059.688.791-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9865/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas - SRTE/MTE e à Controladoria Regional do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle em Alagoas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.282/2013-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Heth Cesar Bismarck Athayde Barbosa de Olivei (185.325.274-34); Israel Wanderley Maux Lessa (903.488.934-34).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas - SRTE/MTE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9866/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, sem prejuízo de enviar cópia desta deliberação e da instrução produzida pela unidade técnica ao Serviço Florestal Brasileiro - SFB e à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente - Secex/MMA, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência da seguinte irregularidade e de fazer a seguinte recomendação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.064/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Humberto Navarro de Mesquita Junior (128.228.478-94); Joberto Veloso de Freitas (150.262.992-53); Jose Humberto Chaves (970.422.006-59); João Paulo Sotero de Vasconcelos (041.890.736-60); Marcus Vinicius da Silva Alves (308.107.281-68); Raimundo Deusdara Filho (152.129.713-49); Silane Rocha Martins (025.139.696-77); Thiago Longo Menezes (858.994.371-20).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Ciência/Recomendação:

1.7.1. dar ciência ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e ao Serviço Florestal Brasileiro acerca da diferença entre valores empenhados, liquidados e execução de restos a pagar do exercício anterior das ações 20WA, 20WB, 20WC e 20WD apontados no Relatório de Gestão, no Relatório de Auditoria de Gestão e constantes do Siafi, conforme verifica-se na tabela do item 19 da instrução da SecexAmb;

1.7.2. recomendar à Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente - Secex/MMA que priorize a análise do contrato de gestão do Serviço Florestal Brasileiro, de modo que a avaliação das metas de desempenho para a consecução de seus objetivos seja tempestiva e alcance sua finalidade de alinhar a gestão do Serviço com as diretrizes do órgão ministerial, permitindo que essa avaliação possa ser incluída no relatório de gestão anual da unidade.

ACÓRDÃO Nº 9867/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em determinar, desde logo, por economia processual, nos termos do art. 93 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e art. 213 do Regimento Interno/TCU, além dos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU n. 71/2012, o arquivamento do presente processo, sem o cancelamento da dívida, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao responsável e ao Ministério da Defesa/Departamento do Programa Calha Norte, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.858/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Simeão Garcia do Nascimento (384.797.372-04).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tonantins/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9868/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 6º, inciso II, da IN/TCU n. 71/2012, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à responsável e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.376/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ana Maria Lima de Freitas (027.924.602-10).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Estadual de Educação de Roraima.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Representação legal: Krishlene Braz Ávila (OAB/RR 305-B), Procuradora do Estado.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9869/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas da Sra. Rosana Zago Valente regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.420/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Gervásio Gonçalves da Silva (198.246.101-20); João Ferreira da Paz (620.443.701-15); Rosana Zago Valente (320.523.751-04).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Domingos /GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.6. Representação legal: Eurilena de Oliveira Franco, representando Rosana Zago Valente e Gervásio Gonçalves da Silva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9870/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao responsável e à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.131/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Landolfo Duarte da Fonseca (097.093.554-49).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Piauí/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9871/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao município de Caapiranga/AM e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, bem como da documentação acostada à Peça n. 1 dos presentes autos ao FNDE, para ciência e adoção das medidas cabíveis, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-016.290/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - MPF/MPU.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caapiranga/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, proceda à análise da documentação relacionada com as irregularidades noticiadas nestes autos que dizem respeito à aplicação dos recursos pelo município de Caapiranga/AM no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercícios de 2005, 2009 e 2012, PDDE - Educação Integral, exercício de 2012, Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, exercícios de 2005 e 2012, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate, exercícios de 2005, 2008 e 2010, e Programa de Educação de Jovens e Adultos - Peja, exercício de 2005, e informe ao TCU, ao fim do prazo mencionado, as conclusões sobre o assunto e as providências eventualmente adotadas.

ACÓRDÃO Nº 9872/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, ao município de Urucará/AM e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, bem como da documentação acostada à Peça n. 1 dos presentes autos ao FNDE, para ciência e adoção das medidas cabíveis, e em fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-016.291/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - MPF/MPU.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Urucará/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que:

1.7.1.1. no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, proceda à análise da documentação relacionada com as irregularidades noticiadas nestes autos que dizem respeito à aplicação dos recursos pelo município de Urucará/AM, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, exercícios de 2006, 2007, 2011 e 2012, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate, exercícios de 2004, 2011 e 2012 e Programa de Educação de Jovens e Adultos - Peja, exercício de 2006, e informe ao TCU, ao fim do referido prazo, as conclusões sobre o assunto e as providências eventualmente adotadas;

1.7.1.2. no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, adote providências com vistas a concluir o processo de tomada de contas especial referente aos recursos repassados ao município de Urucará/AM referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercício de 2003, e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, exercício de 2004, e remeta o processo ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, encaminhando ao TCU, ao término do referido prazo, o respectivo comprovante de envio ao controle interno e o relatório conclusivo da TCE.

ACÓRDÃO Nº 9873/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para adoção das providências necessárias, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da Secex/PI:

1. Processo TC-029.140/2015-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cristino Castro/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, proceda à análise da documentação relacionada com as irregularidades noticiadas nestes autos que dizem respeito à aplicação dos recursos pelo Município de Cristino Castro/PI no âmbito do PNATE/2011, PDDE/PDE - ESCOLA/2012, PDDE-EDUC, INTEGRAL/2012, PDDE/2012, PNAE/2011, PNAE/2012 e Caminho da Escola, e informe ao TCU, ao término do referido prazo, as conclusões sobre o assunto e as providências adotadas.

RELAÇÃO Nº 29/2016 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 9874/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.970/2012-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Fernando Vaz Cabeda (CPF 055.389.800-06).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT/SC).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9875/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-019.933/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angela Amaral Fontes (CPF 044.828.296-84); Daniel Costa Carneiro (CPF 003.563.081-70); Jacqueline Gonçalves Saunders (CPF 442.667.664-91); Mario Bastos Pereira Rego (CPF 334.618.307-63) e Thiago da Costa Peixoto (CPF 002.016.431-97).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9876/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.863/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudio Henrique da Silva Trindade (CPF 042.696.153-62); Claudio Roberto Ramos (CPF 026.613.323-16); Claudio Roberto dos Santos (CPF 043.035.996-97); Claudio Rodrigues dos Santos (CPF 062.667.376-39); Claudisbel dos Santos Junior (CPF 110.847.524-84); Clayton Amorim dos Santos (CPF 014.035.625-80); Cleber Avelino de Souza (CPF 028.761.817-03); Cleber Conceição Lira (CPF 053.714.741-10); Cleber Ferreira de Farias (CPF 121.827.924-90); Cleberson Donizete Cardoso dos Santos (CPF 002.365.972-64); Clebson Arruda de Andrade Santos (CPF 953.439.541-20); Clebson Mendes Tavares (CPF 049.496.223-23); Clecildo Pereira dos Santos (CPF 057.805.183-43); Clecio Lopes da Silva (CPF 101.966.934-97); Cledenil Jose de Campos (CPF 897.242.831-00); Cleide Silva Santos (CPF 099.673.687-56); Cleidiane Alves Garcia (CPF 031.375.092-03); Cleidivan Rocha da Silva (CPF 967.317.702-30); Cleildo Dias da Silva (CPF 093.086.429-86) e Cleilton Cordeiro da Fonseca (CPF 119.629.217-51).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9877/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.869/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Denezio Fonseca Ramos (CPF 095.616.866-35); Denilson Ferreira Nascimento (CPF 028.698.005-33); Denilson Souza dos Reis (CPF 916.525.452-04); Denilton Alves dos Santos (CPF 602.431.173-70); Denis Alan Brito Nascimento (CPF 013.701.532-10); Denis de Carvalho Barbosa (CPF 439.074.138-14); Denison Calixto da Silva (CPF 010.038.332-76); Denisson Gama de Sousa (CPF 420.808.353-00); Deoclessio Emidio dos Santos (CPF 829.392.419-53); Deodato Lima Bueno (CPF 654.916.881-34); Deomario Verne Pereira Dias (CPF 011.569.607-54); Dercio Antonio de Souza (CPF 422.105.852-87); Derica Fonseca Ramos (CPF 122.039.516-13); Derisson Santos Silva (CPF 063.645.335-90); Derivaldo Paixão da Silva (CPF 068.815.127-24); Derivaldo Ribeiro de Sousa (CPF 846.762.643-72); Dernivaldo de Sousa Alves (CPF 043.293.395-60); Derval Ribeiro da Trindade (CPF 020.055.293-70); Dervaldo de Souza (CPF 127.525.457-89) e Deulicon Solis Alves (CPF 752.697.162-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9878/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.872/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diogo Santos Oliveira (CPF 062.389.365-76); Diolindo Aparecida Ferreira (CPF 057.427.616-51); Diomar Martins da Silva (CPF 692.502.943-87); Dionatas de Oliveira (CPF 094.650.136-09); Dione Teixeira Barbosa (CPF 757.443.681-91); Dioneste Ribeiro de Abreu (CPF 012.908.711-40); Dionisio Borges Santana (CPF 449.365.241-15); Diovani Pillon (CPF 827.305.472-15); Dirceu Pereira dos Santos (CPF 553.683.879-20); Dirceu Rosa Ramos (CPF 800.142.756-00); Diumar da Costa (CPF 019.218.692-24); Divaldo Raimundo Alves (CPF 773.972.072-00); Divane de Azevedo Matias (CPF 089.453.797-03); Divino Fernandes da Silva (CPF 768.636.201-97); Domalson Manoel de Lima (CPF 085.255.094-42); Domiciano Neto Bomfim Santos (CPF 056.031.055-26); Domingos Aparecido Useda (CPF 576.429.319-72); Domingos Ferreira Barbosa (CPF 049.078.366-00); Domingos da Conceição (CPF 865.576.451-53) e Domingos de Paula da Cruz (CPF 037.700.501-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9879/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.880/2016-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Jesus Ferreira (CPF 734.052.645-53); Eduardo Matheus da Silva de Oliveira (CPF 048.744.691-75); Eduardo Santana da Silva (CPF 091.165.854-88); Eduardo Santos de Aguiar (CPF 039.538.619-56); Eduardo de Miranda Joanes (CPF 328.000.138-26); Eduardo de Sousa Silva (CPF 011.536.222-38); Eduardo dos Santos Alves (CPF 133.041.966-92); Edvaldo Cruz Pereira (CPF 476.573.081-68); Edvaldo Freire dos Santos (CPF 017.703.855-17); Edvaldo Miranda Alves (CPF 945.229.105-25); Edvaldo Pinto dos Santos (CPF 055.091.516-84); Edvan da Rocha Barros (CPF 049.176.333-62); Edvaninho Rodrigues de Aquino (CPF 060.935.326-82); Eginaldo da Silva Macedo (CPF 012.982.143-86); Eguimael Cardoso da Conceição (CPF 030.349.671-10); Elane Cristina Rodrigues do Nascimento (CPF 758.878.862-34); Elane Xavier Sampaio (CPF 017.443.455-38); Elanio Oliveira Alves (CPF 032.059.825-09); Elcio Scheffer Cristóvão (CPF 026.550.669-79) e Elder Raimundo Firmino de Aquino (CPF 003.131.972-61).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9880/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.883/2016-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elisandro Pereira Silvano (CPF 005.558.890-50); Elisangela Maria de Carvalho (CPF 083.789.806-42); Elisangela de Souza Furtado Vieira (CPF 119.894.937-69); Eliseu Vieira da Silva Junior (CPF 045.073.091-31); Elisio Roberto Batista (CPF 037.456.076-51); Elismar Nascimento de Rezende (CPF 006.230.583-24); Elissandro Frederico Merces (CPF 138.983.047-01); Eliseu Ribeiro Alves (CPF 025.509.952-52); Eliton Pantaleão da Silva (CPF 803.031.612-72); Elivaldo Amaral Resende (CPF 951.313.452-00); Elivaldo Borges da Silva (CPF 002.121.795-51); Elivan Martins de Oliveira (CPF 827.647.602-30); Elivan Mendes da Silva (CPF 041.723.731-60); Elivelton da Costa Roberto (CPF 057.956.491-63); Elizamar Neres de Farias (CPF 016.751.343-59); Elizeu Antonio da Silva (CPF 596.357.032-87); Elizeu da Silva Correa (CPF 043.819.401-21); Eloidio da Silva Gomes (CPF 066.106.493-08); Eloiso de Sousa (CPF 447.162.222-68) e Eloy Alves de Aguiar (CPF 044.484.731-63).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9881/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.887/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eucilene Lima Alquimim (CPF 043.068.891-14); Eula Paula Alves Virtuozo Franscoviaky (CPF 136.646.517-23); Eurico Ribeiro Barbosa (CPF 981.743.556-34); Euripedes Rodrigues (CPF 074.906.136-71); Eusivam Lopes da Silva (CPF 041.306.311-95); Eva Maria Martins da Silva (CPF 203.076.671-20); Evaldo Gomes de Oliveira (CPF 099.470.616-20); Evaldo Mauricio Pinto (CPF 097.462.156-04); Evaldo Pereira Maranhão (CPF 006.834.333-77); Evanderson Divino dos Santos (CPF 046.490.201-07); Evando Soares da Silva (CPF 746.108.992-72); Evandro Bernal Castilho (CPF 002.785.031-52); Evani Arruda Melo (CPF 034.851.811-02); Evanildo Santos de Oliveira (CPF 047.146.685-95); Evanilson Alves dos Santos (CPF 072.309.485-33); Everaldo Ferreira da Silva (CPF 918.202.432-49); Everaldo Jose da Silva Junior (CPF 049.561.711-37); Everli da Silva Soares (CPF 019.621.773-35); Everson Claudio da Silva (CPF 894.342.181-87) e Everson Meneses Santos (CPF 060.260.505-90).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9882/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.891/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Santos Rodrigues (CPF 051.376.295-70); Felipe Thomas de Ross (CPF 962.322.500-87); Ferdinando de Jesus Ferreira (CPF 131.282.586-35); Fernandes Sousa Pereira (CPF 021.082.903-62); Fernando Alcantara de Oliveira (CPF 011.560.013-23); Fernando Alves de Sousa (CPF 041.297.101-17); Fernando Ferreira Santos (CPF 107.730.277-00); Fernando Francisco dos Santos (CPF 118.001.654-80); Fernando Francisco dos Santos Silva (CPF 085.371.539-40); Fernando Herique Brito de Sousa (CPF 027.007.692-10); Fernando Jose Gabriel (CPF 001.323.011-56); Fernando Jose Matoso Sobreira (CPF 120.356.927-09); Fernando Lima Pereira (CPF 034.570.636-64); Fernando Moreira Fonseca (CPF 095.303.766-50); Fernando Pereira Borges (CPF 030.428.951-57); Fernando Pereira de Jesus (CPF 027.759.531-23); Fernando Rodrigues de Araujo (CPF 139.317.137-09); Fernando Santos Santana Araujo (CPF 603.351.301-00); Fernando Seno Mafaile (CPF 701.732.442-03) e Fernando de Souza Barbosa (CPF 599.263.092-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9883/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.899/2016-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gercilio de Araujo Silva (CPF 031.624.323-08); Gerdean Pereira de Jesus (CPF 013.204.333-59); Geremias Barbosa da Fonseca (CPF 049.146.736-22); Gerlan Lopes do Nascimento (CPF 000.531.082-21); Germana Maria da Silva (CPF 016.726.014-60); Geronilda Rossw de Souza (CPF 081.209.067-56); Geronimo Leite das Neves (CPF 035.960.202-98); Gerson Brakatxi

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Karaja (CPF 047.784.061-25); Gerson Luiz Gonçalves da Silva (CPF 315.310.670-34); Gerson Martins de Souza (CPF 707.452.852-87); Gerson Valverde de Castro (CPF 047.295.491-12); Gerson do Carmo Moreira (CPF 004.293.517-20); Gervasio Maria Vieira (CPF 770.726.006-63); Gesiel Alkimim Carvalho (CPF 125.366.486-21); Geverson Mario Barbosa (CPF 026.482.731-74); Geverson de Paula Freire (CPF 019.336.409-36); Gianderson Silva de Souza (CPF 008.488.372-31); Gidelson Soares da Silva (CPF 027.061.225-44); Gilberto Alves de Araujo (CPF 953.575.805-53) e Gilberto Braz dos Santos (CPF 036.119.335-11).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9884/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.904/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hatayenia Rodrigues de Carvalho (CPF 039.756.433-31); Heigon Andrade dos Santos (CPF 438.170.718-41); Helder Alessandro Marques Junior (CPF 086.125.776-67); Helder Brito Silva (CPF 072.316.695-14); Helio Augusto Correa Rocha (CPF 576.175.700-15); Helio Barbosa de Sousa (CPF 013.719.841-82); Heliton Perez de Andrade (CPF 625.129.352-72); Henrique Carlos Cavalcante (CPF 012.017.795-10); Henrique Lopes dos Santos (CPF 045.574.616-89); Henrique Pinheiro da Silva Neto (CPF 382.658.932-72); Henrique de Souza Andrade (CPF 744.114.202-44); Hericlei Severo dos Anjos (CPF 023.439.641-57); Herivelto Loura de Almeida (CPF 091.594.317-41); Hermson Santiago Flores (CPF 591.675.642-91); Hernandes Pereira de Magalhães (CPF 022.974.221-13); Hernane Castro Alencar (CPF 848.698.442-49); Higor Wenzke de Quadros (CPF 017.110.960-08); Higson da Silva de Araujo Filho (CPF 945.467.972-49); Hildemar Ferreira Paz (CPF 039.747.835-63) e Hilton Cesar da Silva Bezerra (CPF 651.119.583-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9885/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.909/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Izabel Camille Nominato (CPF 061.815.866-95); Izack Pereira dos Santos (CPF 353.886.838-77); Izael Fernandes dos Santos (CPF 008.942.102-70); Izael Santana da Silva (CPF 037.977.131-42); Izaias Lage do Espirito Santo (CPF 019.573.795-45); Izaque Lage do Espirito Santo (CPF 042.491.335-67); Izaque Pereira Jardim (CPF 111.605.886-35); Izaque de Carvalho Ipi (CPF 805.249.152-53); Izaquiel Rodrigues da Silva (CPF 104.604.014-67); Izidoro Barbosa de Oliveira (CPF 726.271.237-34); Jabson Pereira de Lima (CPF 091.567.407-60); Jacinto Alves de Araujo (CPF 276.026.561-72); Jacinto Jose Rodrigues (CPF 002.795.853-14); Jacinto Pereira de Sousa (CPF 778.638.446-49); Jacir Vanderlei Sonemberg (CPF 780.779.079-20); Jacivan Costa Ribeiro (CPF 008.303.392-05); Jackson Coelho dos Santos (CPF 022.129.372-88); Jackson Pereira de Lima (CPF 727.527.931-20); Jackson Weretuma Javae (CPF 044.083.991-24) e Jaco Albuquerque Cavalcanti (CPF 305.734.418-63).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9886/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.915/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: João Batista Costa (CPF 068.843.996-94); João Batista Evaristo Protazio (CPF 933.342.496-20); João Batista Lage do Espirito Santo (CPF 038.066.245-00); João Batista Pereira Alves (CPF 767.475.303-49); João Batista Rodrigues da Silva (CPF 731.243.621-87); João Batista Rodrigues de Oliveira (CPF 012.033.743-64); João Batista Santos de Sousa (CPF 008.685.241-82); João Batista Silva de Jesus (CPF 005.801.061-01); João Batista da Silva (CPF 058.148.766-46); João Batista de Carvalho (CPF 949.072.936-15); João Batista de Moura (CPF 331.294.398-11); João Batista dos Santos (CPF 883.151.776-72); João Bernardino da Silva Tossue (CPF 792.998.141-04); João Bosco Pinheiro dos Santos (CPF 422.393.382-53); João Bosco de Carvalho (CPF 745.843.406-68); João Carlos Bezerra Nunes (CPF 827.738.231-68); João Carlos Zeferino (CPF 314.456.898-80); João Carneiro da Silva Neto (CPF 381.922.412-20); João da Hora de Souza (CPF 036.429.895-27) e João da Silveira Selau (CPF 001.505.449-79).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9887/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.918/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joel Alves de Macedo (CPF 338.461.541-72); Joel Jesus Silva (CPF 042.012.911-11); Joel Marcos de Abreu (CPF 053.452.681-00); Joel Rodrigues Teixeira (CPF 039.123.356-48); Joel da Silva Pinto (CPF 534.106.882-34); Joeldo Guimarães Marques (CPF 058.316.745-41); Joeli Maria Correia da Silva (CPF 071.354.414-78); Joelia Neres Figueiredo (CPF 031.624.507-05); Joelson de Paula Fernandes (CPF 911.898.611-00); John Lenon de Assunção Alves (CPF 049.011.171-81); John Riller Cardoso Pinto de Abreu (CPF 042.945.965-38); Johnata Matos Queiroz (CPF 021.239.762-10); Joilson Damasceno dos Santos (CPF 897.167.792-91); Joilson Neres da Silva Farias (CPF 065.435.423-57); Joldemar Carlos Francisco (CPF 036.930.779-83); Jomar Ferreira de Jesus (CPF 625.968.371-53); Jonair Couto da Silva (CPF 020.911.901-28); Jonas Alves da Cunha (CPF 008.631.601-07); Jonas Barbosa dos Santos (CPF 024.702.446-50) e Jonas Elias Pereira (CPF 091.918.426-03).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9888/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.924/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Diogenes Vitorino de Lima (CPF 044.083.484-81); Jose Domingos da Silva Felix (CPF 440.906.686-20); Jose Edilson dos Santos (CPF 942.026.803-91); Jose Edinaldo da Cunha (CPF 053.385.504-74); Jose Edivan Costa (CPF 013.376.853-80); Jose Edivanio dos Santos Nogueira (CPF 403.980.738-30); Jose Edson Queiroz Teixeira (CPF 899.860.242-34); Jose Edson da Silva (CPF 107.442.654-10); Jose Edson da Silva Santos (CPF 119.686.324-50); Jose Eduardo Santos de Lima (CPF 093.471.264-62); Jose Erinaldo Pereira da Rocha (CPF 062.736.994-45); Jose Eugenio Dias (CPF 957.233.236-87); Jose Fernandes Monteiro (CPF 000.735.516-51); Jose Fernando Gomes Coelho (CPF 075.541.609-07); Jose Ferreira de Andrade Neto (CPF 663.640.512-00); Jose Ferreira de Souza (CPF 023.470.282-60); Jose Ferreira dos Santos (CPF 400.655.453-20); Jose do Carmo Barbosa dos Santos (CPF 027.638.527-69); Jose do Patrocinio Fernandes Lima (CPF 473.869.081-72) e Jose dos Santos Lima (CPF 085.245.174-17).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9889/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.930/2016-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Josinaldo Ferreira de Franca (CPF 035.173.104-09); Josinei Rodrigues dos Santos (CPF 012.767.383-07); Josivaldo de Souza da Silva (CPF 662.539.002-00); Josuel Lacerda da Silva (CPF 859.918.865-80); Josuel Miranda dos Santos (CPF 062.176.435-37); Josuelton de Macedo Lima (CPF 009.575.582-95); Jovenil Fortes Sousa (CPF 538.373.042-72); Jovilino Nunes de Carvalho (CPF 012.183.533-25); Juadilson de Santana (CPF 941.308.175-15); Juberlan Souza Trindade (CPF 019.661.592-50); Juceildo Sipriano do Nascimento (CPF 042.076.743-65); Jucelio Lima Teixeira dos Santos (CPF 047.796.415-00); Jucimara Feliciano da Silva (CPF 045.792.011-40); Jucirlei Maria Panta (CPF 060.454.856-70); Jucivaldo Pinto Assunção (CPF 034.127.182-97); Jucrelma Barbosa da Silva (CPF 053.210.943-06); Juldemar de Sousa (CPF 003.345.183-42); Julia Silveira Alves (CPF 031.959.945-00); Juliano Braz Ferreira (CPF 985.030.305-00) e Juliano Ferreira de Souza (CPF 952.377.711-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9890/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.936/2016-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo Freitas da Silva (CPF 145.280.997-64); Leonardo Gomes Ferreira (CPF 084.697.887-36); Leonardo Silva da Costa (CPF 029.961.350-08); Leonel Cazuza da Costa (CPF 903.772.141-91); Leonidas Mendes Paz (CPF 070.604.155-05); Leonidas da Silva Carneiro (CPF 171.153.217-79); Lesly Castilho Alves (CPF 006.325.511-19); Leumar Cruz da Silva (CPF 002.432.182-65); Leuzemir Campos da Silva (CPF 892.746.282-34); Lidiane Aparecida da Silva (CPF 042.788.039-40); Lidineia Felix Batista (CPF 015.711.641-70); Lidio Pereira Soares (CPF 841.090.506-00); Lilson Romualdo do Nascimento Junior (CPF 078.605.055-17); Lincoln Justiniano Cangussu (CPF 101.030.716-95); Lindinalva Oliveira dos Santos (CPF 014.946.065-18); Lindolfo Dias da Silva (CPF 046.891.063-80); Lindomar Araujo da Silva (CPF 270.862.911-53); Lindomar Bispo dos Santos (CPF 289.548.585-20); Lindomar Dias Lopes (CPF 337.347.983-53) e Lindomar da Silva Ferreira (CPF 106.394.876-29).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9891/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-021.938/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Dailly do Nascimento (CPF 032.903.865-62); Lucas Duarte (CPF 101.843.239-67); Lucas Lorran Siqueira (CPF 036.381.791-33); Lucas Miguel de Souza Neres (CPF 039.511.760-75); Lucas Patrick da Costa Soares (CPF 004.731.855-47); Lucas Pereira de Souza (CPF 054.323.061-90); Lucas Vieira de Souza (CPF 122.417.516-69); Lucas de Oliveira (CPF 141.959.206-80); Lucemir Rodrigues de Lima (CPF 349.779.558-54); Luci Dias Novais Vitoria (CPF 012.449.795-03); Luci Ribas dos Santos (CPF 281.564.658-73); Luciana Maria Silva dos Santos (CPF 073.055.024-99); Luciana de Assis Angelo (CPF 093.993.397-77); Luciano Bonde Saraiva (CPF 010.651.540-38); Luciano Cruz da Silva (CPF 052.199.115-38); Luciano Fidelis (CPF 021.250.153-40); Luciano Francisco de Aquino (CPF 470.947.102-91); Luciano Inacio Joaquim (CPF 053.163.129-02); Luciano Jose dos Santos (CPF 019.360.377-26); Luciano Jose dos Santos (CPF 061.529.524-09) e Luciano dos Santos (CPF 143.643.498-01).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9892/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.943/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mairon de Souza Andrade (CPF 415.892.488-05); Makahe Tukumahu Karaja (CPF 047.784.341-70); Manoel Adilson Ferreira de Souza (CPF 014.977.171-16); Manoel Agnaldo dos Reis (CPF 888.453.972-20); Manoel Agostinho Lopes dos Santos (CPF 552.458.203-82); Manoel Antonio Andrelino (CPF 055.493.953-39); Manoel Barbosa dos Santos (CPF 038.397.646-45); Manoel Belchior Rodrigues (CPF 921.625.926-49); Manoel Carlos Martins Alves (CPF 806.538.552-49); Manoel Domingos Lopes da Cruz (CPF 846.713.191-87); Manoel Expedito dos Santos (CPF 107.887.844-71); Manoel Izaque Ferreira da Cruz (CPF 005.237.031-39); Manoel Julio de Assis (CPF 843.643.006-91); Manoel Messias Nunes da Conceição (CPF 040.188.241-14); Manoel Messias da Silva (CPF 109.728.264-32); Manoel da Costa Rodrigues Neto (CPF 898.222.263-49); Manoel da Silva Bezerra (CPF 063.574.994-71); Manoel das Chagas Morais (CPF 589.410.292-87); Manoel de Souza Chaves (CPF 590.791.261-87) e Manoel do Livramento Rodrigues (CPF 017.043.301-30).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9893/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.948/2016-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Antonio Alves da Cruz Bom Despacho (CPF 029.310.181-71); Marcos Antonio Miranda (CPF 735.164.812-34); Marcos Antonio Monteiro (CPF 038.350.395-71); Marcos Antonio Rolim Teixeira (CPF 093.094.729-01); Marcos Aurelio Ribeiro Leite (CPF 011.304.242-60); Marcos Chaves dos Santos (CPF 019.052.075-22); Marcos Elias da Silva (CPF 076.344.346-80); Marcos Enrique Azevedo Camargo (CPF 021.574.791-71); Marcos Farias de Oliveira (CPF 030.388.205-04); Marcos Filipe Oliveira Souza (CPF 111.059.866-16); Marcos Junior Lima (CPF 057.370.545-35); Marcos Lemk de Oliveira (CPF 036.007.621-17); Marcos Mezzavilla (CPF 012.553.447-76); Marcos Moreira Tertuliano (CPF 021.915.972-62); Marcos Nascimento Tigres (CPF 941.046.972-49); Marcos da Silva Cruz (CPF 446.705.242-91); Marcos da Silva Dias (CPF 705.981.651-85); Marcos de Lima Silva (CPF 043.319.051-52); Marcos de Souza Cigiotto (CPF 050.388.179-12) e Marcos dos Santos Domingues (CPF 018.722.482-09).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9894/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.956/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nelinho Morais Santos (CPF 004.468.266-26); Nelson Alves de Abreu Lima (CPF 024.346.981-07); Nelson Cantuaria da Silva (CPF 522.491.823-53); Nelson Fernando Pereira Feitosa (CPF 452.406.688-84); Nelson da Rocha Almeida (CPF 529.843.202-63); Nemezio Gomes do Nascimento (CPF 699.870.173-04); Nemias Moreth Gomes (CPF 004.589.917-75); Neris Bomfim de Lima (CPF 024.808.785-11); Neudson Rocha dos Santos (CPF 015.915.422-78); Neulmir Moreira Franca (CPF 089.052.148-43); Neury Francisco de Araujo (CPF 068.978.856-81); Neuton de Oliveira Barbosa (CPF 773.105.352-00); Nicolas de Sena Mendes (CPF 029.454.110-16); Nilo Batista da Silva (CPF 009.720.056-50); Nilson Ferreira de Jesus (CPF 039.135.126-59); Nilson Jose Pereira Pessoa (CPF 718.478.635-15); Nilson Jose da Silva (CPF 108.300.567-77); Nilson Silva de Oliveira (CPF 080.627.206-67); Nilton Cesar Espindola Teixeira (CPF 365.040.413-34) e Nilton Cesar de Oliveira (CPF 304.591.843-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9895/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.962/2016-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Laurindo de Sousa (CPF 017.854.553-89); Paulo Moacir Rodrigues da Silva (CPF 056.499.249-61); Paulo Moises da Silva (CPF 087.663.696-22); Paulo Pereira da Silva Filho (CPF 538.888.392-20); Paulo Renato de Avila (CPF 692.026.990-20); Paulo Ribeiro Batista (CPF 014.110.271-32); Paulo Ricardo Duarte Costa (CPF 087.882.599-19); Paulo Roberto Diniz (CPF 130.662.107-07); Paulo Roberto Falavigna (CPF 028.349.619-30); Paulo Roberto Fonseca dos Santos (CPF 844.290.705-04); Paulo Roberto Santos da Conceição (CPF 059.494.285-36); Paulo Roberto Silva de Oliveira Junior (CPF 094.067.907-85); Paulo Roberto da Cruz (CPF 531.489.161-15); Paulo Roberto de Almeida Cruz (CPF 036.697.393-27); Paulo Rodrigo de Souza (CPF 649.583.102-15); Paulo Rodrigues Chagas (CPF 052.018.721-07); Paulo Rodrigues dos Santos (CPF 013.305.813-18); Paulo Sergio Barros Rodrigues Junior (CPF 032.812.861-94); Paulo Sergio da Costa Pereira (CPF 055.018.593-35) e Paulo Sergio da Silva Ferreira (CPF 984.506.462-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9896/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.966/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raimundo Nonato Gomes da Costa (CPF 668.824.003-34); Raimundo Nonato Lima da Silva (CPF 748.276.852-15); Raimundo Nonato Ribeiro Privado (CPF 664.856.652-34); Raimundo Nonato Silva Oliveira (CPF 028.260.903-21); Raimundo Paulino da Silva (CPF 921.644.122-49); Raimundo Pereira Saraiva (CPF 973.642.072-87); Raimundo Pereira do Nascimento Neto (CPF 309.620.848-40); Raimundo Rodrigues Dias (CPF 027.079.651-70); Raimundo Rodrigues dos Santos (CPF 135.982.136-89); Raimundo Souza da Conceição (CPF 509.386.902-30); Raimundo Vitor Coelho (CPF 038.726.306-36); Ramon Alves Ribeiro da Silva (CPF 145.408.037-00); Ramon Augusto de Mendonça Araujo (CPF 058.328.467-10); Ramon Correa Gonçalves (CPF 137.207.737-52); Ramon Silveira de Almeida (CPF 054.014.245-07); Ramon de Macedo Helinski (CPF 031.731.660-51); Randerson Barreto da Silva (CPF 009.524.922-29); Rane Oliveira de Souza (CPF 050.343.181-80); Rangel de Castro Faria (CPF 035.588.116-07) e Ranieris da Silva Baltar (CPF 878.152.652-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9897/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.401/2016-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisco Gustavo Silveira Correia (CPF 023.130.753-54); Heloisa Alves da Silva (283.131.908-09); Joaquim Francisco de Lira Neto (CPF 293.008.878-82); Kátia Regina de Souza (CPF 807.031.007-34) e Leonardo Augusto Zão (CPF 098.331.687-28).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9898/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão especial de ex-combatente em favor de Cícero da Costa Vaz (nº de controle 10714944-06-2013-001118-5), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado; e considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente em favor de Benjamina Cardoso Vaz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.615/2016-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Benjamina Cardoso Vaz (CPF 190.522.938-05) e Cícero da Costa Vaz (CPF 034.262.708-20)

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9899/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.703/2016-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Ina Therezinha Ornelles de Oliveira (CPF 073.242.057-12).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9900/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8.364/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 12/7/2016 (Ata nº 24/2016), relativamente ao seu item 9.1, para que onde se lê: "9.1. julgar regulares as contas do Sr. Antônio Fernandes Silva Rodrigues, dando-lhe quitação plena..."; leia-se: 9.1. julgar regulares as contas do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sr. Antônio Fernando Silva Rodrigues, dando-lhe quitação plena...", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à SecexDesenvolvimento, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.100/2009-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Responsáveis: Antônio Fernando Silva Rodrigues (CPF 183.367.797-87); Joe Carlo Viana Valle (CPF 308.642.911-91) e Natália Gedanken (CPF 134.580.604-30).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis/MCT).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9901/2016 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4.199/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 29/3/2016 (Ata nº 9/2016), relativamente aos itens abaixo indicados, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/CE, para que dê prosseguimento às providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Colombo de Almeida Cialdini Neto e da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir indicadas, com a fixação de prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

9.1.1. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto e Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará:

Valor	Data
R$ 175.200,00	12/2/2010

9.1.2. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto e empresa Exibidoor Propaganda Ltda.:

Valor	Data
R$ 6.600,00	3/3/2010

9.1.3. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto e Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará:

Valor	Data
R$ 51.466,00	9/4/2010
R$ 44.800,00	21/5/2010

9.1.4. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto, Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará e Editora Pouchain Ramos Ltda.:

Valor	Data
R$ 12.600,00	21/5/2010

9.1.5. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto e Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará:

Valor	Data
R$ 4.500,00	7/4/2010
R$ 13.500,00	15/4/2010
R$ 91.058,00	21/5/2010
R$ 34.000,00	7/6/2010

Leia-se:

"9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Colombo de Almeida Cialdini Neto e da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente com as empresas Exibidoor Propaganda Ltda. e Editora Pouchain Ramos Ltda., ao pagamento das quantias a seguir indicadas, com a fixação de prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

9.1.1. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto e Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará (referente ao Convênio 702822/2008):

Valor	Data
R$ 175.200,00	12/2/2010

9.1.2. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto e empresa Exibidoor Propaganda Ltda. (referente ao Convênio 702822/2008):

Valor	Data
R$ 6.600,00	3/3/2010

9.1.3. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto e Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará (referente aos Convênios 729519/2009 e 732039/2010):

Valor	Data
R$ 51.466,00	9/4/2010
R$ 44.800,00	21/5/2010

9.1.4. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto, Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará e Editora Pouchain Ramos Ltda. (referente ao Convênio 732039/2010):

Valor	Data
R$ 12.600,00	21/5/2010

9.1.5. responsáveis solidários: José Colombo de Almeida Cialdini Neto e Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará (referente aos Convênios 729519/2009):

Valor	Data
R$ 4.500,00	7/4/2010
R$ 13.500,00	15/4/2010
R$ 91.058,00	21/5/2010
R$ 34.000,00	7/6/2010

1. Processo TC-017.054/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Brasileira de Agências de Viagens do Ceará (CNPJ 07.210.669/0001-57); Exibidoor Propaganda Ltda. - Maria Antônia Cavalcanti Sá - EPP (CNPJ 06.571.178/0001-79); Gráfica e Editora Pouchain Ramos Ltda. (CNPJ 07.012.214/0001-27) e José Colombo de Almeida Cialdini Neto (CPF 232.839.393-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Wellington Rocha Leitão Filho (6622/OAB-CE) e outros, representando Associação Brasileira de Agências de Viagens Ceará e José Colombo de Almeida Cialdini Neto; Paulo Maria Teixeira Lima (6989/OAB-CE) e outros, representando Exibidoor Propaganda Ltda. - Maria Antonia Cavalcanti Sá - EPP.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9902/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em desfavor de Vera Lúcia Canfran Mas, por força das determinações contidas no Acórdão 6.994/2010-TCU-2ª Câmara (Relação nº 31/2010), prolatado no âmbito do TC 012.067/2005-3, que determinou, em seu item 1.6.1.2, que a Secretaria-Executiva do MCTIC adotasse providências com vistas à reposição dos valores pagos a título de auxílio moradia aos seus servidores;

Considerando que a responsável exerceu o cargo em comissão (DAS-4) de Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro do MCTI, de 18/2/2004 a 5/7/2007 (Peça nº 1, p. 86 e 238), percebendo auxílio-moradia de março de 2004 a outubro de 2007, em valor mensal de R$ 1.800,00, totalizando R$ 72.900,00;

Considerando que o TCU, por meio do Acórdão 7.446/2016-2ª Câmara, acolheu parcialmente as alegações de defesa da Sra. Vera Lúcia Canfran e fixou novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, para que ela comprovasse o recolhimento de R$ 148.179,46, correspondente ao que lhe foi deferido a título de auxílio-moradia, compreendendo o principal e a correção monetária, excluídos os juros;

Considerando que a Sra. Vera Lúcia Canfran, regularmente notificada do Acórdão 7.446/2016-TCU-2ª Câmara, apresentou à Peça nº 52, por meio de seu procurador, Sr. Airton Rocha Nóbrega (OAB/DF 5.369), o seu pedido de parcelamento do débito em 90 vezes "*a exemplo do que se tem concedido a bolsistas do CNPq e a outros devedores com dificuldade de assunção de encargo de maior monta*", alegando, em síntese, que:

a) embora deseje quitar a dívida, não detém condições econômicas para fazê-lo de uma única vez ou com o parcelamento ordinariamente deferido de 36 vezes;

b) detém atualmente cargo comissionado em que recebe, mensalmente, a remuneração bruta em torno de R$ 9.000,00, valor que atende, sem qualquer outro auxílio ou cooperação, às suas próprias necessidades e às de seu filho de 9 anos;

c) possui mensalmente as seguintes despesas que são ordinariamente necessárias e quitadas com a remuneração recebida, sem qualquer outra fonte de renda: *"(i) Escola Paroquial Santo Antônio - R$ 1.243,00; (ii) plano de saúde: R$ 1.447,04; (iii) salário de empregada doméstica e babá - R$ 1.950,00; (iv) despesa com odontólogo - manutenção mensal de aparelho - R$ 300,00; (v) água, luz e telefone - R$ 230,00; (vi) alimentação, lazer, vestuário e outras despesas cotidianas - R$ 2.000,00; (vii) combustível e manutenção de veículo - R$ 1.000,00*.";

d) despende, apenas considerando tais despesas, o valor de R$ 8.170,00 e gerencia cotidianamente um déficit em seu orçamento doméstico que, como se pode concluir, cria dificuldades para a assunção de um encargo mensal com o parcelamento no limite de 36 vezes, fixado pelo art. 237 do RITCU;

Considerando que sobressai dos autos o elevado valor da dívida em face da renda da responsável;

Considerando que a responsável demonstra intenção de quitar a dívida a ela imputada;

Considerando que o TCU, em caráter excepcional, tem acolhido pleitos semelhantes em outros julgados, em atendimento aos princípios da razoabilidade e do interesse público (*v.g.*: Acórdãos 193/2011, 606/2016 e 190/2016, do Plenário, Acórdão 7.332/2010, da 1ª Câmara, e Acórdão 1.167/2011, da 2ª Câmara);

Considerando, por fim, que constam dos autos os pareceres uniformes da SecexDesenvolvimento e do Ministério Público junto ao TCU pelo deferimento da presente solicitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada à Peça nº 52 pelo Sr. Airton Rocha Nóbrega (OAB/DF 5.369), como procurador da Sra. Vera Lúcia Canfran, de modo a autorizar, em caráter excepcional, o parcelamento do débito imposto à Sra. Vera Lucia Confran Mas por intermédio do item 9.2 do Acórdão 7.446/2016-TCU-2ª Câmara, em 90 (noventa) parcelas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o vencimento das demais a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.226/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Vera Lucia Confran Mas (CPF 343.471.001-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.6. Representação legal: Airton Rocha Nobrega (5369/OAB-DF) e outros, representando Vera Lucia Confran Mas.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9903/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. Hipérion de Oliveira Silva, prefeito de Pacaraima/RR nas gestões de 1997-2000 e de 2001-2004, diante da não execução do Contrato de Repasse nº 097.211-19/1999/MA/Caixa celebrado entre o aludido município e a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objeto consistia na implantação de infraestrutura e serviços de apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário (rede de eletrificação rural) na referida municipalidade;

Considerando que o último relatório de acompanhamento elaborado pela Caixa indica a execução de 50,03% do objeto pactuado, ao passo que o valor repassado ao município corresponde a apenas 25,55% do que havia sido ajustado no referido contrato de repasse;

Considerando, além disso, que nenhum dos relatórios de vistoria apontou que a obra vinha sendo executada em proporção e ritmo inferiores aos dos recursos recebidos, não havendo em tais documentos, registro de desvio de recursos ou de execução irregular dos serviços, que se comprova pelo fato de as obras terem avançado em percentual superior ao percentual de recursos transferidos por força do citado ajuste;

Considerando que, de acordo com a análise empreendida pela unidade técnica, o cancelamento dos repasses constituiu situação imprevisível que acabou, no presente caso, por impedir o prosseguimento das obras, sendo evidente que o gestor municipal executou a obra em proporções bem superiores aos valores repassados pela União, de sorte que não se vislumbra a ocorrência de dano ao erário;

Considerando que também não se deve cogitar da falta de aplicação da contrapartida municipal, vez que o Relatório de Acompanhamento de 11/1/2002 registra que o percentual executado da obra corresponde a despesas na ordem de R$ 150.000,00, sendo esse valor muito superior ao que foi transferido pela União;

Considerando, pelo exposto, que os elementos contidos nos autos não demonstram a ocorrência de prejuízo ao erário;

Considerando, dessa forma, que os presentes autos devem ser arquivados em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do RITCU e dos arts. 6º, inciso II, e 19, caput, da IN TCU nº 71/2012;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando, por fim, que, nesse sentido, constam dos autos os pareceres uniformes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a", e 212, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 6º, inciso II c/c o art. 19, caput, da IN TCU nº 71/2012, em arquivar a presente tomada de contas especial em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo e fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-029.242/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Hipérion de Oliveira Silva (CPF 144.462.432-68).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Pacaraima/RR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à autoridade administrativa, haja vista a não ocorrência do dano imputado aos responsáveis, que proceda a baixa de responsabilidade pelo débito, nos termos do inciso VI do art. 16, c/c com o inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa TCU nº 71/2012; e

1.7.2. à Secex/RR que envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Caixa Econômica Federal e ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 9904/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de tomada de contas especial convertida a partir da representação autuada sob o TC 013.334.2015-8, para apurar a comunicação encaminhada pela Controladoria Geral do Estado do Tocantins (CGE/TO) sobre a ocorrência de irregularidades no processo de dispensa de licitação formalizado por meio da Portaria nº 108/2014 da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, apontando, ainda, a possível ocorrência de dano ao erário relacionado com a aquisição de medicamentos por meio do Contrato nº 27/2014 firmado com a empresa Tríade Farmacêutica Ltda.;

Considerando que o Acórdão 10.024/2015-TCU-2ª Câmara determinou que a Secex/TO promovesse a citação dos Srs. Luiz Antônio da Silva Ferreira e João Aparecido da Cruz, solidariamente com a empresa Tríade Farmacêutica Ltda., diante da aquisição de medicamentos, no âmbito do Contrato nº 27/2014, com preços superiores aos preços fixados na tabela de preços oficiais publicada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

Considerando, ainda, que o Acórdão 10.024/2015-TCU-2ª Câmara determinou a realização de audiência dos responsáveis para que apresentassem as suas razões de justificavas sobre os indícios de irregularidades levantadas pela CGE/TO, nos seguintes termos:

"*Responsáveis:*

- Vanda Maria Gonçalves Paiva (CPF 544.042.239-00) - ex-secretária de Estado da Saúde do Tocantins (gestão 9/10/2012 a 25/5/2014);

- Luiz Antonio da Silva Ferreira (CPF 062.826.648-02) - ex-secretário de Estado da Saúde do Tocantins (gestão 25/5/2014 a 25/11/2014);

- José Gastão Almada Nader (CPF 919.991.978-87) - ex-secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Tocantins;

- João Aparecido da Cruz (CPF 018.569.648-17) - ex-subsecretário de Gestão da Secretaria de Saúde do Tocantins;

- Luiz Renato Pedra Sá (CPF 233.743.817-15) - ex-diretor de Gestão Hospitalar da Secretaria de Saúde do Tocantins.

Irregularidades:

a) aquisição de medicamentos, objetos do Contrato 27/2014, com valores superiores aos preços fixados em tabela de preços oficiais, publicada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

b) recebimento de medicamentos com validade inferior a 18 (dezoito) meses, contrariando o disposto no Contrato 27/2014, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins e a empresa Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP;

c) utilização de recursos financeiros do Bloco de Financiamento de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar para custear a aquisição de medicamentos, objeto do Contrato 27/2014, quando tais aquisições deveriam ser custeadas com recursos financeiros relacionados ao Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica, contrariando o disposto na Portaria MS/GM 204/2007; e

d) contratação da empresa Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP, para fornecimento de medicamentos, com dispensa de licitação sem que estivem presentes os elementos da imprevisibilidade dos acontecimentos futuros, contrariando o disposto na jurisprudência deste Tribunal, entre elas o Acórdão 1030/2008-TCU-Plenário";

Considerando que, diante da comprovada utilização de recursos oriundos das transferências realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao Fundo Estadual de Saúde (FES/TO), a unidade técnica propôs, com o apoio do MPTCU, o julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis indicados no Acórdão 10.024/2015-TCU-2ª Câmara, com a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, além da expedição de determinação à Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (Sesau/TO) para que, ao realizar o pagamento das notas fiscais relativas aos medicamentos entregues no âmbito do Contrato nº 27/2014, desconte as quantias referentes ao superfaturamento na medicação adquirida, na forma indicada na alínea "d" do item 100 da instrução à Peça 69;

Considerando, porém, que, ao reexaminar os autos, verifica-se que é consistente a conclusão apresentada pela CGE/TO a respeito da possibilidade de ocorrência de prejuízo ao erário em razão do recebimento de medicamentos com prazo de validade inferior ao estabelecido contratualmente (18 meses), haja vista que, ao examinar os relatórios de entradas e saídas do estoque, a CGE/TO constatou que parte considerável dos medicamentos recebidos nessas condições não foram utilizados até o final do Contrato nº 27/2014 e que a Secretaria de Saúde de Tocantins não solicitou à contratada a substituição dos referidos medicamentos, na forma prevista no inciso XII da cláusula quinta da avença e no respectivo termo de referência;

Considerando, mais ainda, que não foram chamados aos autos, para se manifestarem a respeito da referida irregularidade, os servidores indicados pela CGE/TO na tabela 9.1 acostada às fls. 68/70 da Peça nº 3 do TC 013.334/2015-8 (apenso), como responsáveis pelo atesto do recebimento definitivo dos medicamentos com prazo de validade inferior a 18 meses;

Considerando que compete aos gestores demonstrarem que os medicamentos recebidos com prazo de validade inferior ao estabelecido contratualmente (18 meses) foram efetivamente utilizados dentro do respectivo prazo de validade;

Considerando que a CGE/TO promoveu a quantificação do débito na forma da tabela 10.1 acostada à fl. 71 da Peça nº 3 do TC 013.334/2015-8 (apenso), apurando o dano potencial total no valor de R$ 590.551,72 na execução do Contrato nº 27/2014;

Considerando, ainda, que a CGE/TO identificou, no âmbito do Contrato nº 27/2014, a existência de notas fiscais emitidas pela empresa Tríade Farmacêutica Ltda. pendentes de pagamento, no valor total de R$ 554.431,18, salientando que essa informação foi confirmada pela Secex/TO;

Considerando que a unidade técnica já se manifestou pela ocorrência de prejuízo ao erário em razão de superfaturamento nos medicamentos adquiridos e que a CGE/TO demonstrou a possibilidade de configuração de prejuízo ainda maior em decorrência da irregularidade consistente no recebimento de medicamentos com prazo de validade inferior ao estabelecido contratualmente;

Considerando que o TCU pode determinar a retenção cautelar de valores a fim de impedir pagamentos com suspeitas de serem indevidos, mormente quando ausente o periculum in mora reverso, em função de ainda haver parcela de saldo contratual a executar;

Considerando, por fim, que constam dos autos as notícias contidas no TC 013.334/2015-8 (apenso) e as veiculadas pela mídia neste ano de 2016, dando conta de que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal teriam constatado um grande esquema de fraudes em licitações na área da saúde pública no Estado do Tocantins, envolvendo, em particular, os responsáveis arrolados nestes autos, o que demanda a adoção de providências com vistas a obter elementos adicionais a respeito da celebração e da execução do Contrato nº 27/2014;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 276, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.840/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-013.334/2015-8 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Responsáveis: João Aparecido da Cruz (CPF 018.569.648-17); José Gastão Almada Neder (CPF 919.991.978-87); Luiz Antônio da Silva Ferreira (CPF 062.826.648-02); Luiz Renato Pedra Sá (CPF 233.743.817-15); Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP (CNPJ 10.914.140/0001-29) e Vanda Maria Gonçalves Paiva (CPF 544.042.239-00).

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria de Saúde do Estado de Tocantins (Sesau/TO) e Fundo Estadual de Saúde (FES/TO).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.7. Representação legal: Sayro Mark Martins Caetano (32721/OAB-PR), representando Tríade Farmacêutica Ltda. - EPP; Maria Lenice Freire de Abreu Costa (2307/OAB-TO), representando José Gastão Almada Neder e Luiz Renato Pedra Sá; Pamella Cristina Barbosa Dutra Barros (6840/OAB-TO), representando Vanda Maria Gonçalves Paiva; Adwardys Barros Vinhal (2541/OAB-TO), representando Luiz Antônio da Silva Ferreira.

1.8. Determinar:

1.8.1. à Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (Sesau/TO) que atente para a necessidade de promover a retenção da quantia de R$ 554.431,18 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais e dezoito centavos) no âmbito do Contrato nº 27/2014, celebrado com a empresa Tríade Farmacêutica Ltda.;

1.8.2. à Secex/TO que:

1.8.2.1. promova a citação solidária, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e do art. 202, incisos II, do Regimento Interno do TCU, dos responsáveis relacionados no item 1.8.2.1.1 que se segue, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação, apresentem as suas alegações de defesa e/ou recolham aos cofres do Fundo Estadual de Saúde do Tocantins (FES/TO) as quantias indicadas na tabela 10.1 que consta à fl. 71 da Peça nº 3 do TC 013.334/2015-8 e que foram pagas com recursos federais (totalizando R$ 297,337,03), devendo tais quantias ser atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

1.8.2.1.1. responsáveis a serem citados, no limite das respectivas responsabilidades em relação aos valores apurados como débito e à irregularidade indicada no item 1.8.2.1.2:

- Tríade Farmacêutica Ltda. (CNPJ 10.914.140/0001-29);
- Vanda Maria Gonçalves Paiva (CPF 544.042.239-00);
- Luiz Antônio da Silva Ferreira (CPF 062.826.648-02);
- José Gastão Almada Nader (CPF 919.991.978-87);
- João Aparecido da Cruz (CPF 018.569.648-17);
- Luiz Renato Pedra Sá (CPF 233.743.817-15);
- Erislene Floriano Nunes (CPF 630.380.642-20);
- Monalício Alves de Almeida (CPF 016.156.171-32);
- Marco Aurélio Vieira Dias (CPF 597.233.191-87);
- Edinaldo Alves de Lima (CPF 731.824.001-34);
- Sérgio Bonfim Araújo Souza (CPF 360.856.691-00);

1.8.2.1.2. irregularidade: fornecimento/recebimento de medicamentos com validade inferior a 18 (dezoito) meses, contrariando o disposto no inciso XII da cláusula quinta do Contrato nº 27/2014, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins e a empresa Tríade Farmacêutica Ltda., e as condições de fornecimento indicadas no respectivo termo de referência;

1.8.2.2. adote as providências necessárias para obter junto ao Ministério Público do Estado do Tocantins ou mesmo junto ao Departamento de Polícia Federal elementos adicionais a respeito da eventual atuação irregular dos gestores da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins e da empresa Tríade Farmacêutica Ltda. na celebração e na execução do Contrato nº 27/2014;

1.8.2.3. promova o monitoramento da determinação contida no item 1.8.1 deste Acórdão, submetendo ao Relator, se necessário, a proposta de cautelar suspensiva para assegurar a efetividade da medida indicada no item 1.8.1 deste Acórdão, no caso de não cumprimento da determinação pela Sesau/TO.

ACÓRDÃO Nº 9905/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de auditoria destinada a analisar a conformidade de convênios celebrados com a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental (Fundesf), notadamente dos Convênios Siafi nºs 709227/2009 e 752195/2010, que descentralizaram o valor total de R$ 8.315.016,00, com R$ 6.930.516,00 para o Convênio nº 709227/2009 e R$ 1.384.500,00 para o Convênio nº 752195/2010;

Considerando que a equipe de auditoria identificou os seguintes achados:

a) descontos irregulares de tarifas bancárias por emissão de DOC e TED e cobrança indevida de imposto de renda sobre a aplicação financeira dos recursos do convênio em caderneta de poupança (Convênio nº 709227/2009);

b) pagamento de despesa não prevista no plano de trabalho e incompatível com a finalidade e o objeto do Convênio nº 709227/2009;

c) pagamento de consultoria e elaboração de projeto executivo a título de despesa administrativa, em burla à vedação do art. 6º, inciso VII "in fine" da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 127/2008, vigente à época (Convênio nº 709227/2009);

d) divergências entre os serviços contratados e os executados na edificação destinada à hospedagem e ao apoio logístico de turistas (casa sede da antiga fazenda: P.A. Baixão Brasiléia) e na edificação destinada a núcleo de produção e comercialização de artesanato (P.A. Salubrinho), descumprindo o Contrato nº 015/2010, assinado entre o Incra e a empresa Jukai Construções Ltda., e os arts. 66 e 76 da Lei nº 8.666/1993 (Convênio nº 752195/2010);

e) celebração de 2º termo aditivo ao convênio para a prorrogação de prazo, com a redução da força de trabalho de articuladores, apesar da execução apenas parcial das metas do convênio (Convênio nº 709227/2009);

f) uso de unidade de medida (verba) não aceitável na administração pública (Convênios nºs 709227/2009 e 752195/2010);

g) irregular computação do salário do coordenador técnico do convênio como contrapartida (Convênio nº 709227/2009);

Considerando que, da análise das audiências realizadas junto aos responsáveis, restou evidenciado o cometimento de várias irregularidades e ilegalidades na celebração e execução dos Convênios nºs 709227/2009 e 752195/2010, ambos pactuados pelo Incra/5ª SR-BA com a Fundesf;

Considerando que tais irregularidades e ilegalidades são ensejadoras de prejuízo aos cofres do Incra, cujo montante total alcança a cifra de R$ 2.377.370,62, a qual representa 29% do total repassado para a aplicação em ambos os convênios, ou seja, R$ 8.315.016,00, e que, das descrições dos fatos e atos cometidos, elas operaram em conjunto para a viabilização do prejuízo encontrado, haja vista que as circunstâncias são indicativas de falhas no controle e fiscalização dos ajustes firmados entre os partícipes por inobservância e descaso para com as normas sobre a condução dos objetos ajustados, as quais existem justamente para possibilitar e garantir a promoção do controle e da fiscalização;

Considerando que a análise da unidade técnica concluiu pela conversão dos presentes autos em tomada de contas especial, nos termos do art. 47 da Lei nº 8.443/1992, com a imediata citação dos responsáveis pelo prejuízo apurado nos autos, deixando para o momento processual da declaração do mérito as proposições concernentes às desconformidades legais propriamente ditas, visto que elas têm vinculação direta com o débito aqui apurado;

Considerando que em relação aos achados de auditoria reportados no relatório de auditoria sem a vinculação direta com o débito apurado na correspondente instrução, serão feitas as proposições pertinentes;

Considerando que integram a presente deliberação os pareceres emitidos pela unidade técnica, incumbida da análise do feito (Peças nºs 4, 5 e 6), e pelo MPTCU (Peça nº 7);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 143, inciso

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V, alínea "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) rejeitar as razões de justificativa, apresentadas pelo Sr. Marcos Antonio Silva Nery para a audiência promovida pelo Ofício 0228/2013-TCU/SECEX-BA, de 12/3/2013 (Peça nº 35), no sentido de que os itens de despesa questionados seriam acolhidos como despesas administrativas, abrigadas dentro do teto de 15% do valor total conveniado previsto na Portaria Interministerial nº 127/2008, vigente à época, vez que tal limite foi superado em muito com a incidência de diversas outras despesas administrativas, que já estariam naturalmente inseridas como itens de despesa cobertos pela quantia destinada ao pagamento do serviço de articulação propriamente dito, o que caracteriza duplicidade de cobrança de despesa, sendo superado, ainda, com a apropriação de despesas em mão de obra de apoio ao serviço de articulação e de serviços de escritório, o que não é admitido no Manual de Ates;

b) acolher as razões de justificativa, apresentadas pelo Sr. Marcos Antonio Silva Nery para a audiência promovida pelo Ofício 0228/2013-TCU/SECEX-BA, de 12/3/2013 (Peça nº 35), em relação ao questionamento para as divergências entre os serviços contratados e os executados na edificação destinada a hospedagem e apoio logístico de turistas (casa sede da antiga fazenda) - P.A. Baixão Brasiléia - e na edificação destinada a núcleo de produção e comercialização de artesanato - P.A. Salubrinho -, descumprindo o Contrato nº 015/2010, assinado entre o Incra e a empresa Jukai Construções Ltda. e os arts. 66 e 76 da Lei nº 8.666/1993 (Convênio nº 752195/2010), vez que o objeto do Contrato nº 015/2010 não estava contido no objeto do Convênio nº 752195/2010 (Peça nº 38, p. 8), o qual previa, relativamente a serviços relacionados com engenharia e arquitetura, tão-somente a prestação de consultorias técnicas, através da contratação de terceiros, em projetos executivos de construções rurais agrícolas e não agrícolas;

c) considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Aurílio dos Santos Souza, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992; e

d) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-032.962/2012-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Aurílio dos Santos Souza (CPF 014.358.175-91) e Marcos Antonio Silva Nery (CPF 365.978.995-04).

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental (Fundesf).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à Secex/BA que:

1.8.1. promova, por meio de autos apartados, a conversão do presente processo de fiscalização em tomada de contas especial (TCE), com base no art. 47 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 43 da Resolução TCU nº 259/2014, para a apuração das irregularidades na gestão dos recursos do Convênio nº 709227/2009:

1.8.1.1. no aludido processo de TCE, nos termos do art. 8º, caput da Lei nº 8.443/1992, e com fulcro ainda na jurisprudência do TCU uniformizada pelo Acórdão 2.763/2011-Plenário, promova a citação do Sr. Luiz Gugé Santos Fernandes, Superintendente do Incra/5ª SR-BA, solidariamente com a Fundesf, na pessoa do seu Diretor Presidente, e com o Sr. Aurílio dos Santos Souza, Diretor Presidente da Fundesf na vigência do referido convênio, para que apresentem as suas alegações de defesa para a cobrança em duplicidade de despesas administrativas, cujo valor importa em R$ 856.083,67, contrariando as normas financeiras fixadas no Anexo IV do Manual de Ates, e para o superfaturamento devido à redução do tempo acumulado de prestação do serviço de articulação no montante de R$ 269.364,62, em desrespeito ao equilíbrio econômico-financeiro da avença, preconizado no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993, destacando que essas duas importâncias perfazem, em valores originais, o prejuízo para os cofres do Incra no montante de R$ 1.125.448,29;

1.8.1.2. consoante o previsto no art. 5º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e com fulcro ainda na jurisprudência do TCU uniformizada pelo Acórdão 2.763/2011-Plenário, promova a citação da Fundesf, na pessoa do seu Diretor Presidente, solidariamente com o Sr. Aurílio dos Santos Souza, Diretor Presidente da Fundesf na vigência do referido convênio, para que apresentem alegações de defesa para a não devolução aos cofres do Incra do rendimento da aplicação financeira em caderneta de poupança ao final da vigência do Convênio nº 709227/2009, no valor de R$ 268.604,76 (Peça nº 60, p.12); e para a não comprovação da aplicação de parte da contrapartida pactuada, equivalente a R$ 569.522,80 antes do aditamento do convênio, ou para que restituam aos cofres do Incra o valor proporcional dessa contrapartida não aplicada e igual a R$ 675.430,33;

1.8.2. promova, por meio de autos apartados, a conversão do presente processo de fiscalização em tomada de contas especial (TCE), com base no art. 47 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 43 da Resolução TCU nº 259/2014, para a apuração das irregularidades na gestão dos recursos do Convênio nº 752195/2010:

1.8.2.1. nos termos do art. 8º, caput, c/c o art. 47, ambos da Lei nº 8.443/1992, e com fulcro ainda na jurisprudência do TCU uniformizada pelo Acórdão 2.763/2011-Plenário, promova a citação do Sr. Luiz Gugé Santos Fernandes, Superintendente do Incra/5ª SR-BA, subscritor do Termo do Convênio nº 752195/2010, solidariamente com o Sr. Marcos Antonio Silva Nery, ex-Superintendente do Incra/5ª SR-BA, subscritor do 3º Termo Aditivo ao Convênio nº 752195/2010, com a Fundesf, na pessoa do seu Diretor Presidente, e com o Sr. Aurílio dos Santos Souza, Diretor Presidente da Fundesf na vigência do referido convênio, para que apresentem alegações de defesa para o pagamento de despesas não previstas ou vedadas pelos arts. 7º e 8º da NE nº 76/2008, no valor de R$ 212.589,87;

1.8.2.2. consoante o previsto no art. 5º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e com fulcro ainda na jurisprudência do TCU uniformizada pelo Acórdão 2.763/2011-Plenário, promova a citação da Fundesf, na pessoa do seu Diretor Presidente, solidariamente com o Sr. Aurílio dos Santos Souza, Diretor Presidente da Fundesf na vigência do referido convênio, para que apresentem alegações de defesa para a não comprovação da aplicação da contrapartida pactuada no Convênio nº 752195/2010, equivalente a R$ 29.500,00, ou para que restituam aos cofres do Incra esse valor; para a não devolução aos cofres do Incra do rendimento da aplicação financeira em caderneta de poupança ao final da vigência do Convênio nº 752195/2010, no valor de R$ 50.301,91 (Peça nº 75, p. 26); e para a não restituição do saldo dos recursos repassados que não foram aplicados no objeto do convênio, no valor de R$ 15.495,46;

1.8.3. determinar que o Incra/5ª SR-BA atente para não reincidir nas seguintes impropriedades:

1.8.3.1. a legislação, especialmente o art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal de 1988 e o art. 42, § 5º, da Portaria Interministerial nº 127/2008, vigente à época, que regulamenta a movimentação dos recursos federais repassados para os convênios não permite que valores sejam debitados a título de tarifas bancárias ou taxas de mesma natureza, a exemplo do que ocorreu na gestão do Convênio nº 709227/2009 (agência 3460-6; conta corrente 292524) e do Convênio nº 752195/2010 (agência 3460-6; conta corrente 326461), ambos celebrados pelo Incra com a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental (Fundesf);

1.8.3.2. o art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666/1993 e o Acórdão 1.091/2007-TCU-Plenário, item 3, e o Acórdão 718/2011-TCU-Plenário, item 9.2.2.1, vedam a utilização, nos ajustes firmados com entidades convenentes, contratadas ou de outro tipo de parceria, a utilização de unidade de medida "verba" em contratos firmados, conforme ocorreu na gestão dos Convênios nºs 709227/2009 e 752195/2010, ambos celebrados pelo Incra com a Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental (Fundesf);

1.8.4. comunique ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a adoção da medida proposta nos itens 1.8.1 e 1.8.2 deste Acórdão, nos termos do art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU; e

1.8.5. apense os presentes autos ao processo de tomada de contas especial, relativo ao Convênio nº 709227/2009 que vier a ser autuado, apensando também cópias das peças pertinentes à TCE atinente ao Convênio nº 752195/2010, na forma prevista no art. 43 da Resolução TCU nº 191/2006.

ACÓRDÃO Nº 9906/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do recebimento do Ofício Adm. nº 308/2015/PJM/RJ - 6° Ofício, de 11/11/2015, por meio do qual o Exmo. Sr. Antônio Antero dos Santos, como Procurador da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro (MPM-RJ), encaminhou ao TCU cópia do Procedimento Investigatório nº 032- 04.2014.1106, instaurado para apurar denúncia que informou a existência de sociedades "fantasmas", compostas por empresas e por oficiais militares com vistas à prática de crimes contra o erário, mediante fraude em processos licitatórios efetuados por diversas organizações militares;

Considerando que, no intuito de elucidar os termos da referida denúncia, a Procuradoria da Justiça Militar solicitou ao Centro de Apoio à Investigação do Ministério Público Militar (CPADSI) uma pesquisa sobre as irregularidades denunciadas ao MPM;

Considerando que, em seguida, a Procuradoria da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro, de posse das análises realizadas pelo CPADSI, constatou indícios de ocorrência de várias irregularidades em diversos processos licitatórios conduzidos pelo Comando Militar do Leste, pela Escola Superior de Guerra e pelo Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro, tais como: constituição de sociedades "fantasmas"; sobrepreços nos procedimentos de adesão; vínculos familiares entre sócios das pessoas jurídicas fornecedoras; irregularidades na pesquisa de preços e na publicação do certame; prática de despesa desnecessária pela administração pública, superdimensionamento das quantidades licitadas; procedimento irregular em pregão eletrônico; e modificação dos quantitativos contratados;

Considerando que as ocorrências narradas referem-se a irregularidades em procedimentos licitatórios e em contratos realizados por unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, não sendo possível comprová-las apenas por análise da documentação carreada aos autos;

Considerando que, no presente caso, tendo em vista que os controle internos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica possuem maior acesso à execução dos atos administrativos questionados, não pode o TCU prescindir da contribuição valiosa do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), do Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMar) e do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAr), cujo apoio à missão de controle externo do TCU reveste-se de extrato constitucional, nos termos do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal de 1988;

Considerando, diante disso, que, com o fito de elucidar as questões trazidas aos autos, mostra-se cabível o envio de cópia da inicial ao CCIEx, ao CCIMar e ao CENCIAr, determinando-lhes que apurem as irregularidades porventura perpetradas por suas unidades, conforme os indícios contidos nos presentes autos, e informem o TCU sobre o resultado conclusivo de suas apurações;

Considerando que o art. 47, § 2º, da Resolução TCU nº 259/2014 estabelece, entre outras medidas, que o sobrestamento não prejudicará a adoção de providências com vistas ao saneamento do processo;

Considerando, pelo exposto, que, no atual momento processual, o presente processo deve ser sobrestado até a remessa da manifestação conclusiva do CCIEx, do CCIMar e do CENCIAr sobre o presente feito, sem prejuízo de que sejam autorizadas, desde já, a realização das medidas saneadoras que visem à obtenção de informações necessárias ao prosseguimento do processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em:

a) autorizar, desde já, a realização das medidas saneadoras que visem à obtenção de informações necessárias ao prosseguimento deste processo; e

b) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-017.395/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Antônio Antero dos Santos, Procurador da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro (MPM-RJ).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada ao Ministério da Defesa/MD; Comando do Comando Militar do Leste (CCML), subordinado ao Comando do Exército/MD; Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo), subordinado ao Comando da Marinha/MD; e Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ), subordinado ao Comando da Aeronáutica/MD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMar) que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apure a regularidade do Pregão Eletrônico (SRP) nº 23/200, para o Grupamento de Navios Hidroceanográficos, informando este Tribunal sobre os resultados das apurações e as providências adotadas, devendo ser, minimamente, verificado o que se segue:

1.7.1.1. adoção de justificativa sucinta para a aquisição, sem fundamento em documentação que demonstrasse a real necessidade dos equipamentos a serem adquiridos;

1.7.1.2. falta de motivação para escolha dos tipos de equipamentos e do quantitativo a ser licitado, havendo indícios de forte vínculo entre os fornecedores, o que prejudica a representatividade do preço de mercado da pesquisa que embasou a definição do valor estimado da licitação;

1.7.1.3. cotejamento de preços unitários pesquisados com os adjudicados a dois fornecedores que detêm vínculos familiares, constatando-se indícios de ocorrência de preços excessivos durante a pesquisa de mercado realizada pela administração militar;

1.7.1.4. não atendimento de recomendações exaradas na Nota Jurídica dirigida ao Grupamento de Navios Hidroceanográficos, cujo atendimento era condição para o prosseguimento do processo, com improcedência das justificativas então utilizadas para tanto;

1.7.1.5. ausência de comprovação da publicação em jornal de grande circulação regional ou nacional, de forma a atender ao disposto no Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica;

1.7.1.6. existência de indícios de vinculação entre as pessoas jurídicas Lled Soluções Tecnológicas e Ack Comércio e Prestação de Serviço Ltda., as quais possuem o mesmo endereço social;

1.7.2. ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apure a regularidade dos seguintes procedimentos licitatórios, informando este Tribunal sobre os resultados das apurações e as providências adotadas, devendo ser, minimamente, verificadas as irregularidades descritas abaixo:

1.7.2.1. Adesão ao Pregão (SRP) nº 008/2010, para o Comando Militar do Leste:

1.7.2.1.1. falta do adequado embasamento da necessidade, da quantidade e da especificação para a aquisição dos suprimentos;

1.7.2.1.2. falta de registro de pesquisa de mercado, em afronta ao disposto na Lei nº 8.666/1993;

1.7.2.1.3. indício de pagamentos em valores acima dos praticados no mercado, considerando-se como referencial preços registrados em atas de Registro de Preços do Portal de Compras do Governo Federal;

1.7.2.2. Pregão nº 00235/08/10, para o Depósito Central de Munição:

1.7.2.2.1. ausência, no processo, de evidências de que o ordenador de despesas, na fase preparatória do pregão, tenha justificado a necessidade da contratação, contrariando o previsto no art. 90, inciso III do Decreto nº 5.450/2005;

1.7.2.2.2. ausência de encaminhamento do processo para a análise conclusiva pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico do Rio de Janeiro, após o atendimento de suas recomendações;

1.7.2.3. Pregão Eletrônico nº 07/2012, para a Odontoclínica Central do Exército:

1.7.2.3.1. modificação dos quantitativos contratados em dois itens nas notas de empenho dos anos de 2013 e 2014, um deles tendo ultrapassado a porcentagem de 25% autorizada pelo art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, caracterizando improbidade administrativa ao descumprir a Portaria Normativa nº 1.243/2006;

1.7.3. ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAr) que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apure a regularidade da Adesão ao Pregão (SRP) nº 059/GAP RJ/2010, para o Grupamento de Apoio/RJ, informando este Tribunal sobre os resultados das apurações e as providências adotadas, devendo ser, minimamente, verificado o que se segue:

1.7.3.1. não demonstração da necessidade de aquisição da quantidade e da especificação do material;

1.7.3.2. falta de registro de pesquisa de mercado, em afronta ao disposto na Lei nº 8.666/1993, o que acarretou a aquisição de bens com valores superiores aos praticados no mercado, em comparação com outras atas em vigor à época;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.4. à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset/MD), que, no prazo de 30 (trinta) dias, instaure procedimento para apurar a regularidade da Adesão ao Pregão (SRP) nº 06/2011, para a Escola Superior de Guerra, informando a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os resultados das apurações e as providências adotadas, devendo ser, minimamente, verificado o que se segue:

1.7.4.1. Adesão ao Pregão (SRP) nº 06/2011, para a Escola Superior de Guerra:

1.7.4.1.1. não demonstração da necessidade de aquisição, da quantidade e da especificação do material;

1.7.4.1.2. falta de registro de pesquisa de mercado, em afronta ao disposto na Lei nº 8.666/1993, o que acarretou a aquisição de bens com valores superiores aos praticados no mercado, em comparação com outras atas em vigor à época;

1.7.5 à Secex/RJ que:

1.7.5.1. promova o sobrestamento dos presentes autos, pelo prazo de 130 (cento e trinta) dias, com fundamento no art. 157 do RITCU, até a remessa das manifestações conclusivas indicadas nos itens 1.7.1, 1.7.2, e 1.7.3 deste Acórdão, e ao final desse prazo, caso não tenha sido elidido o motivo do sobrestamento, retorne os autos ao Gabinete do Relator, para o devido pronunciamento;

1.7.5.2. promova o monitoramento das determinações contidas nos itens 1.7.1, 1.7.2 e 1.7.3 deste Acórdão, e

1.7.5.3. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia da peça inicial desta representação e do parecer preliminar da unidade técnica, ao CCIEx, ao CCIMar e ao CENCIAr, para auxiliar na adoção das providências indicadas no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 9907/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Antônio Antero dos Santos, Procurador da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro, por meio da qual encaminha cópia do Procedimento Investigatório nº 0000032-04.2014.1106, que identificou possíveis irregularidades na condução dos Processos de Contratação por Adesão nºs 362/IIIComar/2010 e 361/IIIComar/2011, realizados pelo III Comando Aéreo Regional, bem como na condução do Processo de Contratação por Adesão nº 716/Unifa/2011;

Considerando que, em relação ao Processo de Contratação por Adesão nº 362/IIIComar/2010, que teve como objeto a aquisição de material de informática para os V Jogos Mundiais Militares, o MPM informou que foi identificado um pagamento efetuado no ano de 2010 (Ordem Bancária 2010OB803497) pelo valor de R$ 7.560,00, em desacordo com o valor homologado, de R$ 3.780,00 (Peça nº 1, p. 4 e 8), não tendo sido possível analisar falhas no processo licitatório, vez que se tratava de processo de adesão cujo certame foi executado por organização gerenciadora não envolvida no escopo da análise;

Considerando que, como o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (Cenciar) encaminhou ofício ao Comandante do III Comar, recomendando a instauração de procedimento para a obtenção de ressarcimento aos cofres públicos, e o MPM solicitou o comprovante de restituição do valor de R$ 3.780,00 pago indevidamente, devendo-se atentar para a baixa materialidade do valor do débito, apesar de restar comprovada a procedência da irregularidade referente ao Processo nº 362/IIIComar/2010, ela não demanda, no presente momento, outra atuação do TCU que não seja determinar ao Comar que se abstenha de incorrer em tais irregularidades nas próximas licitações e que informe o TCU sobre o resultado do procedimento de restituição do débito apurado nos autos;

Considerando que, em relação ao Processo de Contratação por Adesão nº 361/IIIComar/2011, destinado à aquisição de toner por meio de adesão à ata do Pregão nº 6/ESG/2011, o MPM informou que não foram localizados determinados documentos no processo de aquisição, a exemplo da Requisição de Empenho nº 36/SERENS-3/20122 e dos respectivos termo de referência, pesquisa de preços e nota de empenho, além de uma nota fiscal no valor de R$ 994,23, de duas notas de empenho (2011NE800995 e 2011NE800994) e de um termo de recebimento, embora, nesse caso, haja o ateste efetuado por dois militares, não tendo sido apontados indícios de dano ao erário, mas tão somente indícios de falhas de natureza formal, em processo de aquisição, decorrente de adesão à ata do Pregão nº 6/ESG/2011 realizado por outra unidade no ano de 2011;

Considerando que, como as falhas do Processo nº 361/III-Comar/2011, identificadas no relatório do Cenciar e referendadas pela unidade técnica, carecem de gravidade suficiente para demandar, no presente momento, outra atuação deste TCU que não seja a de exarar determinação ao Comar para que se abstenha de incorrer em tais irregularidades nas próximas licitações, adotando as medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes;

Considerando que, no que se refere ao Processo de Contratação por Adesão nº 716/Unifa/2011, destinado à manutenção e conservação de bens imóveis da Universidade da Força Aérea (Unifa), por meio de adesão à ata de registro de preço do Pregão Eletrônico nº 7/BAGL/2011, o MPM informou que, apesar de se tratar de processo de adesão, não foram localizados, no processo de aquisição, a análise e a aprovação de minuta de edital pela assessoria jurídica, a publicação de aviso do edital e as justificativas para a contratação, a documentação comprobatória da realização de pesquisa de preços, o termo de referência e a autorização da unidade de gestão gerenciadora;

Considerando que, como as falhas constatadas pelo MPM e endossadas pela unidade técnica são de natureza formal em processo de aquisição de 2011, decorrente de adesão à ata do pregão realizado por outra unidade, mostra-se suficiente dar ciência à unidade jurisdicionada que as falhas apontadas nos autos afrontam o disposto nos arts. 9º e 30 do Decreto nº 5.450/2005, determinando-lhe para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes;

Considerando, pelo exposto, que se mostram procedentes as irregularidades noticiadas na peça exordial do presente feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso I e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la procedente, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.398/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Antônio Antero dos Santos, Procurador da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro (MPM-RJ).

1.2. Órgão/Entidade: III Comando Aéreo Regional (III Comar) e Universidade da Força Aérea (Unifa).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao III Comando Regional (III Comar) que:

1.7.1.1. se abstenha de incorrer nas falhas identificadas no Processo nº 361/IIIComar/2011, adotando medidas pertinentes com vistas a evitar a sua reincidência e informando o TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sobre o resultado do procedimento de restituição do débito apurado nos autos, atentando para a prevenção das seguintes falhas:

1.7.1.1.1. pagamento efetuado no ano de 2010 (Ordem Bancária 2010OB803497) de R$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais), em desacordo com o valor homologado, de R$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais), em afronta ao disposto nos arts. 61 e 63 da Lei nº 4.320/1964 e no art. 9º do Decreto nº 5.450/2005, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes;

1.7.1.2. se abstenha de incorrer nas falhas identificadas no Processo nº 361/IIIComar/2011, adotando medidas pertinentes com vistas a evitar a sua reincidência, atentando para a prevenção das seguintes falhas:

1.7.1.2.1. não localização no referido Processo de Contratação da Requisição de Empenho nº 36/SERENS-3/20122 e dos respectivos termo de referência, pesquisa de preços e nota de empenho; de uma nota fiscal no valor de R$ 994,23 (novecentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos); de duas notas de empenhos (2011NE800995 e 2011NE800994); e de um termo de recebimento;

1.7.2. à Universidade da Força Aérea (Unifa) que se abstenha de incorrer nas falhas identificadas no Processo nº 716/Unifa/2011, adotando as medidas pertinentes com vistas a evitar a sua reincidência, atentando para a prevenção das seguintes falhas:

1.7.2.1. não localização no referido processo de contratação da análise e aprovação de minuta de edital pela assessoria jurídica; da publicação de aviso do edital; das justificativas para a contratação; da pesquisa de preços; do termo de referência; e da autorização da unidade de gestão gerenciadora, afrontando o disposto nos arts. 9º e 30 do Decreto nº 5.450/2005;

1.7.3. à Secex/RJ que:

1.7.3.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante; e

1.7.3.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação contida no item 1.7.1.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 9908/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelos Exmos. Srs. Heitor Pinto Corrêa e Nelson Aulus Lemos de Souza, vereadores do município de Couto Magalhães/TO, noticiando a ocorrência de possíveis irregularidades na execução dos Contratos de Repasses nºs 771038/2012 e 778996/2012, celebrados entre o aludido município e a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, respectivamente, tendo por objeto a pavimentação em bloquete de diversas ruas do município e o apoio ao escoamento da produção agrícola local, por meio da recuperação de estradas vicinais;

Considerando que, conquanto a peça inicial esteja redigida em linguagem clara e objetiva, contenha os nomes legíveis, a qualificação e endereço dos representantes, seja assinada por legitimados a representar a este Tribunal e seja matéria de competência deste TCU, a representação não pode ser conhecida pelo TCU, haja vista não trazer em seu bojo os indícios que suportam as irregularidades informadas;

Considerando, de toda sorte, que, como os Contratos de Repasses nºs 771038/2012 e 778996/2012 ainda estão vigentes, mostra-se indicado o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério das Cidades e ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, respectivamente, bem como à Caixa, para promoverem a análise primária das irregularidades relacionadas com os citados ajustes;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em não conhecer da presente Representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.796/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representantes: Exmos. Srs. Heitor Pinto Corrêa e Nelson Aulus Lemos de Souza, Vereadores do Município de Couto de Magalhães/TO.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Couto de Magalhães/TO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/TO que:

1.7.1. envie cópia dos autos e do presente Acórdão ao Ministério das Cidades, ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Caixa Econômica Federal, para promoverem a análise primária das irregularidades apontadas nestes autos, devendo informar o TCU sobre o resultado das medidas adotadas no prezo de 90 (noventa) dias;

1.7.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, aos ilustres representantes; e

1.7.3. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 9909/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Juber Vaz dos Santos, Delegado de Polícia Federal em Santa Maria/RS, por meio da qual encaminha os Laudos Periciais nºs 1109 e 1110/2015 - SETEC/SR/DPF/RS, que versam, respectivamente, sobre os Pregões Eletrônicos nºs 009/2012 - CMSM e 011/2012 - CMSM, promovidos pelo Colégio Militar de Santa Maria, nos quais há indícios de que diversos itens foram contratados com preços superiores àqueles registrados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi);

Considerando, primeiramente, que, a respeito do Sinapi, é necessário frisar que o art. 125 da Lei nº 12.465 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de 12/8/2011, não se aplica às compras, mesmo que elas sejam de materiais de construção, mas tão somente às obras e serviços de engenharia, já que o aludido art. 125 aduz que:

"*O custo global de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de composições de custos unitários, previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.*";

Considerando, assim, que tal dispositivo não se aplica às compras, mesmo que elas sejam de materiais de construção, mas tão somente às obras e serviços de engenharia;

Considerando, além disso, que os preços apresentados pelo Sinapi são compostos pela mediana dos valores cotados nas capitais dos estados, neste caso a cidade de Porto Alegre, e que, assim, o sistema não reflete o preço mais baixo, nem o maior deles, centralizando-os geograficamente, de modo que existem variações normais em função da localidade da entrega dos produtos e do patamar de preços máximos e mínimos que podem influenciar os valores das licitações;

Considerando que, tendo por base os dados do Laudo Pericial nº 1109/2015, que trata do Pregão nº 009/2012, a unidade técnica, em sua instrução, elaborou a tabela acostada à Peça nº 9 e, nela, promoveu a comparação do valor global da contratação com os preços obtidos na licitação e com os apurados pela Polícia Federal, restando constatado que, caso fossem aplicados os preços do Sinapi, o valor orçado da contratação seria de R$ 15.153.964,90, correspondendo a 8,9% acima do valor efetivamente obtido na licitação;

Considerando que, ainda no Laudo Pericial nº 1109/2015, foi informado que os itens 8, 35 e 36, do Pregão nº 009/2012, não contêm informações suficientes para a sua orçamentação, motivo pelo qual não foram analisados pelo perito, e, apesar de ter sido questionado, na perícia, como os licitantes foram capazes de orçar e de ofertar lances para estes três itens, tendo em vista a insuficiência de dados, constata-se no mesmo laudo pericial que a disputa por esses serviços foi possivelmente acirrada, contando com a participação de 8, 9 e 9 concorrentes, respectivamente, conforme indicado na ata do pregão eletrônico;

Considerando que, sobre tal questionamento, não foram encontrados, nos documentos disponíveis, indagações dos licitantes a respeito da execução dos itens 8, 35 e 36, do Pregão nº 009/2012, inferindo-se, assim, que o objeto era de pleno conhecimento dos participantes e que, caso existissem dúvidas acerca dos serviços, elas poderiam ser enviadas ao pregoeiro em até três dias úteis anteriores à data da apresentação das propostas (item 17.5 do Edital);

Considerando que, em relação aos dados do Laudo Pericial nº 1110/2015, foi elaborada, pela unidade técnica, a tabela acostada à Peça nº 10, em que ficou demonstrado que, se fossem aplicados os preços do Sinapi para os itens relevantes, o valor do orçamento seria de R$ 2.225.907,06, resultando em um percentual 38,8% acima do valor obtido na licitação, restando comprovado que, mesmo com alguns itens contratados por preços unitários superiores aos informados pelo Sinapi, os valores globais das contratações, como reflexo da competitividade dos certames, teriam sido vantajosos para a administração pública;

Considerando, por fim, que, conforme pode ser verificado nos resultados das aludidas licitações (Peças nºs 5 e 7), uma grande quantidade de fornecedores acorreu aos certames abertos a milhares de empresas de todo país, podendo-se deduzir, com certa margem de confiança, que foi garantida a livre concorrência entre os participantes, tendo sido obtido o melhor preço de mercado para os itens licitados;

Considerando, pelo exposto, que, como, a partir dos elementos até aqui contidos nestes autos, não foram vislumbrados indícios de irregularidade nos fatos apresentados pelo representante, a presente representação deve a ser tida por improcedente;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la improcedente, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.494/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Sr. Juber Vaz dos Santos, Delegado de Polícia Federal em Santa Maria/RS.

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Militar de Santa Maria (CMSM).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/RS que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao representante e ao Colégio Militar de Santa Maria (CMSM); e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 9910/2016 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela empresa Slimp Distribuidora Ltda. - ME, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8666/1993, por meio da qual informa a ocorrência de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 13/2016 promovido pelo Parque Regional de Manutenção/5 (Comando Militar do Sul - 5ª Região Militar), cujo objeto consiste no registro de preços para a aquisição de insumos para manutenção de material: produtos químicos, tintas, abrasivos, aviamentos, EPI, baterias e acessórios de armas;

Considerando que a representante se insurge contra a sua inabilitação no aludido certame, a qual reputa injusta e desproporcional, haja vista que a fundamentação existente no Sistema Comprasnet (*Empresa constando impedimento de licitar no sítio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, constando até 10/03/2017.*) deveria se restringir apenas aos certames realizados pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), conforme a publicação dada pelo Diário Oficial da União (DOU de 11/3/2015, p. 98 da Seção 3, anexada à Peça nº 3), nos seguintes termos:

"*Aplicar à empresa SLIMP DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº. 13.128.503/0001-99, a penalidade prevista no art. 87, inciso III da Lei 8.666 /93, conforme consta no Processo nº. 23064. 003994/2014-81, e Portaria nº 379, de 02.03.2015, declarando-a impedida de licitar e contratar com a UTFPR, pelo prazo de 2 (dois) anos sendo tal procedimento informado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. O processo está encerrado em sede administrativa.*";

Considerando que a representante informou que, tempestivamente, inseriu no aludido sistema a manifestação de intenção de recorrer, nos seguintes termos (Peça nº 1, p. 2):

"*Inabilitação INDEVIDA. Slimp não possui nenhum impedimento de licitar/contratar com o Ministério da Defesa. Penalidade existente no CEIS é RESTRITA à Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Descabe ao Pregoeiro ampliar penalidade. Deve ter passado despercebido ao Pregoeiro que a penalidade NÃO atinge o presente Processo.*";

Considerando que, mesmo assim, o pregoeiro negou à Slimp a possibilidade de recorrer, tendo se manifestado no Sistema Comprasnet, ao negar o direito da representante (Peça nº 1, p. 2), nos seguintes termos:

"*Intenção de recurso desconsiderada tendo em vista que é cobrado pelos órgãos de auditoria militares que fornecedores com quaisquer tipos de sanções (SICAF, CEIS) não sejam habilitados u (sic) mesmo que seja emitido em favor dos mesmos. No caso, resguarda-se a administração de contratar fornecedor que esteja na situação descrita. Cabe ressaltar, que não existiria necessidade da consulta ao CEIS, se não dispusesse a administração do meio de resguardar o certame da maneira procedida.*";

Considerando que a sanção de suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a administração encontra previsão no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, que aduz:

"*Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*

(...)

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;";

Considerando que a referida questão já encontra jurisprudência sedimentada no TCU, no sentido de que o termo "Administração" do mencionado inciso refere-se somente ao órgão ou entidade sancionadores (v. Acórdãos 2.962/2015-Plenário e 504/2015-Plenário);

Considerando que, em relação à inabilitação da representante, constata-se o procedimento irregular do pregoeiro ao estender, indevidamente, a sanção que deveria se limitar à esfera de abrangência do órgão sancionador;

Considerando que, no que concerne à segunda irregularidade, consubstanciada na negativa sumária, por parte do condutor do Pregão Eletrônico nº 13/2016, deixando de recepcionar o recurso apresentado pela empresa Slimp, assiste razão à representante, vez que o pregoeiro, ao analisar a intenção de recorrer da Slimp, adentrou no mérito do recurso e recusou-o, sem a abertura do prazo de 3 dias previstos na legislação para recebê-lo de forma completa;

Considerando que, a esse respeito, o TCU possui ampla jurisprudência por ser indevida a conduta do pregoeiro que denega o direito de recorrer ao licitante, estando presentes os pressupostos de admissibilidade na intenção de recorrer do interessado, a exemplo dos Acórdãos 339/2010, 1.929/2013, 694/2014 e 1.168/2016, do Plenário do TCU;

Considerando que sobressai dos autos a baixa materialidade envolvida no presente caso, já que os valores totais dos itens 47, 48, 49, 51 (10 kg de pregos cada item) e 58 (30 kg de selador) nos quais a empresa Slim foi inabilitada perfazem o valor total de R$ 2.076,70, não havendo interesse público em se determinar à unidade jurisdicionada que proceda à pronta desconstituição de etapas do certame, no concernente aos itens mencionados;

Considerando, porém, que, no intuito de se evitar futuras ocorrências semelhantes, impende-se determinar ao Parque Regional de Manutenção/5 (Comando Militar do Sul - 5ª Região Militar) que se abstenha de incorrer em falhas semelhantes, cientificando-o da jurisprudência consolidada do TCU sobre os aludidos assuntos;

Considerando, pelo exposto, que se deve considerar a procedência da presente representação;

Considerando, de toda sorte, que, como tramita neste Tribunal o TC 023.585/2016-1, que trata de representação da empresa Slimp Distribuidora Ltda. - ME sobre supostas irregularidades em outros itens do mesmo Pregão Eletrônico nº 13/2016, e que se encontra em fase de oitivas prévias, mostra-se indicado o apensamento deste TC 024.052-2016-7 ao TC 023.585/2016-1, diante da relação de conexão entre os dois feitos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la procedente, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.052/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Slimp Distribuidora Ltda. - ME (CNPJ 13.128.503/0001-99).

1.2. Órgão/Entidade: Parque Regional de Manutenção/5 - Comando Militar do Sul - 5ª Região Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

1.6. Representação legal: William Douglas Knak Júnior.

1.7. Determinar ao Parque Regional de Manutenção/5 (Comando Militar do Sul - 5ª Região Militar) que:

1.7.1. nos próximos certames, se abstenha de incorrer nas seguintes irregularidades:

1.7.1.1. extensão indevida da penalidade de suspensão temporária e de impedimento de contratar previstas no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, as quais incidem somente em relação ao órgão ou à entidade contratante, a exemplo do entendimento consignado nos Acórdãos 2.962/2015, 504/2015, 3997/2014, 2737/2014, 342/2014, 1.064/2013, 1006/2013, 902/2013, 739/2013, 3465/2012, 3.439/2012 e 3.243/2012, do Plenário do TCU; e

1.7.1.2. conduta indevida do pregoeiro que denegou o direito de recorrer à licitante, estando presentes os pressupostos de admissibilidade na intenção de recorrer da interessada, a exemplo do entendimento consignado nos Acórdãos 339/2010, 1.929/2013, 694/2014 e 1.168/2016, do Plenário do TCU;

1.7.2. abstenha-se de admitir a adesão de não participantes à aludida ata de registro de preços, adotando as providências cabíveis para a promoção de novo certame escoimado das irregularidades observadas nestes autos, de sorte a admitir a contratação resultante do correspondente registro de preços apenas até o dia 31 de março de 2017, devendo informar o TCU sobre o resultado das medidas adotadas, no prazo de 360 dias;

1.7.2. à Secex/SC que:

1.7.2.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica acostado à Peça nº 10, à representante e ao Parque Regional de Manutenção/5 (Comando Militar do Sul - 5ª Região Militar); e

1.7.2.2. apense os presentes autos ao TC 023.585/2016-1, diante da relação de conexão entre os dois feitos.

II

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 9911 a 9960, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 9911/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.539/2013-7.

1.1. Apenso: 021.124/2010-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Deisi Noeli Weber Kusztra (478.116.849-34); Ivonne Tagliari Opitz (325.978.940-53); José Lima Santana (067.452.885-91); Silvani Alves Pereira (233.820.821-87); União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, Infância e Família e Entidades Sociais (00.481.752/0001-11).

4. Entidade: Governo do Estado de Sergipe.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: José Gomes de Britto Neto (2664/OAB-SE), representando Silvani Alves Pereira e José Lima Santana; Mário César Vasconcelos Freire de Carvalho (2725/OAB-SE), representando Deisi Noeli Weber Kusztra, Ivonne Tagliari Opitz e União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, Infância e Família e Entidades Sociais.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao Acórdão 371/2013-TCU-2ª Câmara, prolatado no âmbito da representação 021.124/2010-8;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Deisi Noeli Weber Kusztra (CPF 478.116.849-34), da Sra. Ivonne Tagliari Opitz (CPF 325.978.940-53) e da União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, Infância, Família e Entidades Sociais (CNPJ 00.481.752/0001-11), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar as responsáveis identificadas no subitem anterior, em solidariedade com a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, Infância, Família e Entidades Sociais (CNPJ 00.481.752/0001-11), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
R$ 522,24	28/10/2005
R$ 4.580,91	15/12/2005
R$ 4.580,91	19/12/2005
R$ 499.736,08	19/12/2005
R$ 104.111,68	19/12/2005
R$ 4.997,36	19/12/2005
R$ 62.467,01	20/12/2005
R$ 261,29	20/12/2005
R$ 774,43	20/12/2005
R$ 774,43	20/12/2005
R$ 261,29	20/12/2005
R$ 774,43	20/12/2005
R$ 774,43	20/12/2005
R$ 3.620,30	20/12/2005
R$ 16.241,42	23/12/2005
R$ 924,53	10/1/2006
R$ 966,59	25/1/2006
R$ 106.402,14	6/2/2006
R$ 30.881,19	8/2/2006
R$ 1.256,87	8/2/2006
R$ 36.564,02	21/2/2006
R$ 1.033,65	22/2/2006
R$ 375,06	23/2/2006
R$ 375,06	23/2/2006
R$ 141,77	26/2/2006
R$ 141,77	26/2/2006
R$ 733,80	24/3/2006
R$ 49.973,61	27/3/2006
R$ 39.562,44	12/04/2006
R$ 11.493,93	18/04/2006
R$ 47.474,93	04/05/2006
R$ 59.010,50	04/05/2006
R$ 7.579,33	05/06/2006
R$ 22.488,12	06/06/2006
R$ 53.138,60	06/06/2006
R$ 14.055,08	26/06/2006
R$ 27.180,65	26/06/2006
R$ 63.341,55	25/07/2006
R$ 10.685,08	02/08/2006
R$ 60.913,66	23/08/2006
R$ 370,27	13/09/2006
R$ 776.266,46	07/11/2006
R$ 555,44	15/12/2006
R$ 16.241,42	11/04/2007
R$ 349,82	11/04/2007

9.3. aplicar à Sra. Deisi Noeli Weber Kusztra (CPF 478.116.849-34), à Sra. Ivonne Tagliari Opitz (CPF 325.978.940-53) e à União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, Infância, Família e Entidades Sociais (CNPJ 00.481.752/0001-11), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Srs. José Lima Santana (CPF 067.452.885-91) e Silvani Alves Pereira (CPF 233.820.821-87), Secretários de Estado da Saúde de Sergipe à época, individualmente, a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443/1992 c/c os art. 268, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU, nos valores de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R$ 15.000,00 (quinze mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5. aplicar à Sra. Deisi Noeli Weber Kusztra (CPF 478.116.849-34) e à Sra. Ivonne Tagliari Opitz (CPF 325.978.940-53), individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.8. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, para:

9.8.1. o Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

9.8.2. o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e o Fundo Estadual de Saúde de Sergipe (FES/SE); e

9.1. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do RI/TCU.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9911-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9912/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-010.637/2013-3.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fundação para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro Fundesa (05.888.454/0001-64), José Biondi Nery da Silva (014.364.224-34) e Emerson Jocaster Negri Scherer (701.379.000-15).

4. Entidades: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, Superintendência Regional do Médio São Francisco - SR29 e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representantes legais: João Luiz Nogueira Barreto, OAB/PE 24.403; Elber Alencar Nery Biondy, OAB/PE 21.906.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pela Superintendência Regional do Médio São Francisco do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária contra a Fundação para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro - Fundesa e os Srs. José Biondi Nery da Silva e Emerson Jocaster Negri Scherer, em face da não execução do objeto do Termo de Parceria 6.000/2007, celebrado entre Incra e a Fundesa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Fundação para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro - Fundesa e dos Srs. José Biondi Nery da Silva e Emerson Jocaster Negri Scherer, condenando-os solidariamente ao pagamento dos valores abaixo especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
784.670,00	1º/2/2008
417.724,00	3/7/2008
417.724,00	16/9/2008
417.724,00	16/9/2008

9.2. aplicar individualmente à Fundesa e aos Srs. José Biondi Nery da Silva e Emerson Jocaster Negri Scherer, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, ao Incra-Sede e à Superintendência Regional do Médio São Francisco (SR29).

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9912-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9913/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.552/2014-9.

1.1. Apenso: 042.011/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ademir Galvão Andrade (049.051.805-20); Jorge Luiz Mesquita (085.754.442-04); Nelson Pontes Simas (055.383.432-00); e Telenorte - Telecomunicações Comércio e Informática Ltda. - EPP (04.206.975/0001-21).

4. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Representação legal: Cristina Pinho Martins (OAB/PA 9.328); Elísio Augusto Velloso Bastos (OAB/PA 6.803) e Felipe Cezar Amadeu Esteves (OAB/PA 13.423).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em atendimento ao Acórdão 1.760/2014 (Relação 19/2014-Plenário, Rel. Ministro Aroldo Cedraz), prolatado no âmbito do TC 042.011/2012-4 - acompanhamento decorrente de inspeção realizada na Companhia Docas do Pará (CDP) para apuração de ilícitos atrelados à operação galileia da Polícia Federal, denotados no Acórdão 2.649/2012-TCU-Plenário, TC 008.157/2012-0,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Ademir Galvão Andrade, Jorge Luiz Mesquita, Nelson Pontes Simas e Telenorte - Telecomunicações Comércio e Informática Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias indicadas a seguir, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Companhia Docas do Pará, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas respectivas (quadro abaixo), na forma prevista na legislação em vigor;

Data da ocorrência	Valor original (R$)
12/7/2004	46.706,10
16/9/2004	129.128,40

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, aplicar aos responsáveis indicados no subitem anterior, multa individual no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4. em atenção ao art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a integram, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9913-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9914/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC 009.883/2015-0.

2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Frank Luiz da Cunha Garcia (CPF 235.150.072-53) e Carlos Alexandre Ferreira Silva (CPF 407.326.492-34).

4. Entidade: Município de Parintins/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representantes do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé e Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/AM.

8. Representação legal: Ana Lúcia Salazar de Souza (OAB/AM 7.173), Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177), Ana Paula de Freitas Lopes (OAB/AM 7.495), Marcia Gilvana Pacheco Peres (OAB/AM 8.646), Adrimar Freitas de Siqueira (OAB/AM 8.243), Diogo de Mendonça Melim (OAB/DF 35.188 e OAB/AM 7.306), Maiara Cristina Moral da Silva (OAB/AM 7.738).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal - Caixa, em desfavor dos Srs. Frank Luiz da Cunha Garcia e Carlos Alexandre Ferreira Silva, respectivamente ex-Prefeito e Prefeito de Parintins/AM, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse CR 238.132-11/2007 (Siafi 612394), celebrado pelo Ministério das Cidades com o Município de Parintins, com interveniência da Caixa

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c da Lei n. 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e 210, do Regimento Interno/TCU, irregulares as contas dos Srs. Frank Luiz da Cunha Garcia e Carlos Alexandre Ferreira Silva;

9.2 condenar, solidariamente, os Srs. Frank Luiz da Cunha Garcia e Carlos Alexandre Ferreira Silva ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR - R$
16/12/2009	799.996,06
13/04/2010	89.963,94
06/05/2010	759.146,01
25/06/2010	778.565,40
29/12/2010	111.384,47
19/01/2011	603.161,90
22/02/2011	445.210,98
15/03/2011	302.644,43
02/05/2011	456.482,56
16/08/2011	446.786,23
27/12/2011	7.686,00
17/05/2012	39.353,90

9.3 aplicar aos responsáveis a seguir indicados as multas previstas nos seguintes dispositivos legais, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3.1 ao Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia, a multa objeto do art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais);

9.3.2 ao Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva:

9.3.2.1 a multa do art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no importe de R$ 100.000,00 (cem mil reais);

9.3.2.2 a multa do art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

9.4 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5 autorizar a cobrança judicial das dívidas dos responsáveis, caso não atendidas as notificações, nos termos da Lei n. 8.443/1992, art. 28, inciso II;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.6 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9914-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9915/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.810/2004-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Leda da Silveira Braga (012.992.122-04).
3.2. Responsável: Jonas Pereira de Souza Filho (058.733.712-53).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Cláudia Maria da Fontoura Messias Sabino (3191/OAB-AC) e outros, representando Jonas Pereira de Souza Filho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria em favor de Leda da Silveira Braga;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. determinar à Fundação Universidade Federal do Acre que:
9.1.1. comprove perante este Tribunal se houve desconto na remuneração do Sr. Jonas Pereira de Souza Filho para pagamento da multa imposta pelo Acórdão 303/2010 - 1ª Câmara;
9.1.2. promova a absorção da vantagem da URP, no percentual de 26,05%, constante dos proventos de Leda da Silveira Braga, nos termos dos Acórdão 2161/2005 e 269/2012, ambos do Plenário, considerando-se a reestruturação da carreira pela Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012;
9.2. determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Judicial nº 0039316-20.2012.4.01.3400 (1ª Vara Federal/DF).

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9915-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9916/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.626/2015-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74)
3.2. Responsáveis: Clássica Comércio de Eletrônicos e Produções Ltda. (CNPJ 01.031.550/0001-30); Francisco Olizete Agra (CPF 013.153.311-87); e Prime Produções Culturais Ltda. (CNPJ 04.142.495/0001-44).
4. Órgão/Entidade: Município de Itapaci - GO.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. Francisco Olizete Agra, ex-prefeito do município de Itapaci/GO, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 723875/2009, cujo objeto foi o apoio à implementação do Projeto intitulado "Réveillon em Itapaci 2009", realizado entre os dias 31/12/2009 e 2/1/2010, no âmbito do qual foram repassados recursos públicos federais no montante de R$ 110.000,00,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:
9.1. considerar revel o Sr. Francisco Olizete Agra (CPF 013.153.311-87), bem como as empresas Clássica Comércio de Eletrônicos e Produções Ltda. e Prime Produções Culturais Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Olizete Agra (CPF 013.153.311-87), na condição de prefeito, à época das irregularidades, e das empresas Clássica Comércio de Eletrônicos e Produções Ltda. (CNPJ 01.031.550/0001-30) e Prime Produções Culturais Ltda. (CNPJ 04.142.495/0001-44), na condição de terceiros que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo concorreram para o cometimento do dano apurado, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.443/92, em decorrência da falta de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos que lhes foram repassados no âmbito do Convênio 723875/2009, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Município de Itapaci/GO, que tinha como objeto implementação do Projeto intitulado "Réveillon em Itapaci 2009", tendo deixado de apresentar a documentação complementar exigida para apreciação da prestação de contas do convênio e as justificativas cabíveis, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data original do débito até a sua efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU;
9.2.1. da empresa Clássica Comércio de Eletrônicos e Produções Ltda., solidariamente com o Sr. Francisco Olizete Agra:

	VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
Débito	67.875,05	15/3/2010
Crédito	127,98	5/10/2010

9.2.1. da empresa Prime Produções Culturais Ltda., solidariamente com o Sr. Francisco Olizete Agra:

	VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
Débito	42.124,95	15/3/2010
Crédito	79,42	5/10/2010

9.3. aplicar ao Sr. Francisco Olizete Agra (CPF 013.153.311-87) e às empresas Clássica Comércio de Eletrônicos e Produções Ltda. (CNPJ 01.031.550/0001-30) e Prime Produções Culturais Ltda. (CNPJ 04.142.495/0001-44), nos valores individuais de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), R$ 12.000,00 (doze mil reais) e R$ 8.000,00 (oito mil reais), respectivamente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 267 do Regimento Interno do TCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9916-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9917/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.211/2015-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCM/GO (02.600.963/0001-51), Ministério dos Esportes (ME) e Ministério do Turismo (MTur).
3.2. Responsáveis: Antelino Francisco Rocha Júnior (015.199.961-95); Ediene Fernandes Neto Caetano (477.083.951-00); Flaviane Gonçalves Carvalho (009.014.771-50); FM Construtora Ltda. (07.946.267/0001-15); Josedete de Souza Neves Almeida (001.249.141-10); Luga Engenharia Ltda. (15.633.309/0001-96); Projeção Construtora Ltda. (14.858.593/0001-36); Wellington José de Almeida (494.229.441-04).
4. Unidade: Município de Estrela do Norte/GO.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).
8. Representação legal:
8.1. Marcos Denver Vieira Calaça Nunes (35.854/OAB-GO), representando Ediene Fernandes Neto Caetano, Flaviane Gonçalves Carvalho e Josedete de Souza Neves Almeida.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO) sobre irregularidades na condução dos Convites 6/13, 7/13 e 8/13, objeto dos contratos 81/2013, 82/2013 e 83/2013, firmados entre o Município de Estrela do Norte/GO e a Projeção Construtora Ltda. - ME, objetivando reformar o ginásio Elismar Maciel Rocha, construir uma praça no setor Benedito Vicente Filho, e reformar e ampliar o ginásio Rosalvo de Almeida Sobrinho, respectivamente, mediante o repasse de recursos federais por força de contratos de repasse operacionalizados pela Caixa Econômica Federal (Caixa) com Ministério dos Esportes (ME) e o Ministério do Turismo (MTur).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU (RITCU), conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92, considerar revéis os Srs. Antelino Francisco Rocha Júnior (015.199.961-95) e Wellington José de Almeida (494.229.441-04);
9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Ediene Fernandes Neto Caetano (477.083.951-00), Flaviane Gonçalves Carvalho (009.014.771-50), e Josedete de Souza Neves Almeida (001.249.141-10);
9.4. em consequência ao disposto nos subitens 9.2 e 9.3, e com fulcro no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 268, II, do Regimento Interno do TCU (RITCU), aplicar multas aos responsáveis ali mencionados, como se segue:

Nome	Valor (R$)
Antelino Francisco Rocha Júnior (015.199.961-95)	10.000,00
Ediene Fernandes Neto Caetano (477.083.951-00)	15.000,00
Flaviane Gonçalves Carvalho (009.014.771-50)	15.000,00
Josedete de Souza Neves Almeida (001.249.141-10)	15.000,00
Wellington José de Almeida (494.229.441-04)	15.000,00

9.5. com fulcro no art. 215, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que os responsáveis comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros moratórios, desde a data de publicação deste Acórdão, até a data do efetivo pagamento, caso não sejam atendidas as notificações;
9.6. com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, autorizar a cobrança judicial das multas de que trata o item 9.4, caso não atendidas as notificações;
9.7. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO), ao Ministério dos Esportes (ME) e ao Ministério do Turismo (MTur);
9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9917-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9918/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.786/2014-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Túlio Antônio Paiva Fagundes (CPF 582.335.204-20), Francisco das Chagas Cruz (CPF 365.844.524-68) e Município de Rio do Fogo/RN (CNPJ 01.612.393/0001-57).
4. Unidade: Município de Rio do Fogo/RN.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), em desfavor do Sr. Túlio Antônio Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no período 2001/2004, em razão de irregularidades na gestão do Contrato de Repasse 126.641-04/2002 (Siafi 458370), celebrado para a construção de um galpão de alvenaria com 324,31 m², no Distrito de Punaú, com valores estimados em R$ 84.871,53, sendo R$ 80.000,00 de responsabilidade da União e R$ 4.871,53 de contrapartida municipal,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Túlio Antônio Paiva Fagundes, Francisco das Chagas Cruz e o Município de Rio do Fogo/RN, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Túlio Antônio Paiva Fagundes e do Sr. Francisco das Chagas Cruz, condenando-os, solidariamente, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir da data discriminada até o dia do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
24.663,66 (D)	19/12/2002
55.336,34 (D)	30/12/2002
2.894,92 (C)	23/4/2004

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendidas as notificações; e

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9918-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9919/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.735/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Fundação Cultural Santa Edwiges (05.428.863/0001-88) e Tarik Faraj Vieira (696.934.551-34).
4. Órgãos/Entidades: Governo do Distrito Federal - GDF; Ministério do Turismo (vinculador).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
8. Representação legal: Valério Alvarenga Monteiro de Castro (13.398/OAB-DF) e outros, representando Tarik Faraj Vieira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada contra a Fundação Cultural Santa Edwiges e o Sr. Tarik Faraj Vieira, ex-Presidente da Fundação, em razão da impugnação das despesas do Convênio 764/2008 (Siafi 629347), firmado entre o Ministério do Turismo e a referida fundação, com o objetivo de apoiar a implementação do Projeto intitulado "Festa-Canção Nova no Coração do Brasil", no período de 22 a 23 de Julho de 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Tarik Faraj Vieira, ex-Presidente da Fundação Cultural Santa Edwiges, e a Fundação Cultural Santa Edwiges, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Tarik Faraj Vieira e da Fundação Cultural Santa Edwiges, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; e 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da importância abaixo especificada, fixando-lhes e prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectivas data até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Composição da dívida
267.410,00	31/7/2008	Débito
3.400,00	29/9/2008	Crédito

9.3. aplicar ao Sr. Tarik Faraj Vieira e à Fundação Cultural Santa Edwiges, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9919-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9920/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.112/2010-3.
1.1. Apenso: 010.442/2016-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Gandor Calil Hage Neto (296.651.832-49) e Município de Prainha/PA (04.860.854/0001-07).
4. Entidade: Município de Prainha/PA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Município de Prainha/PA e de seu ex-prefeito, Sr. Gandor Calil Hage Neto, em virtude da execução parcial dos objetos pactuados no Contrato de Repasse 127.796-92/2001, referente a ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Município de Prainha/PA, CNPJ 04.860.854/0001-07, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2 condenar o município identificado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 4.526,50	26/06/2003
R$ 75.026,50	31/10/2003

9.3 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4 autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.5 encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9920-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9921/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.439/2016-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Helena Mutton Silveira Gonçalves (356.877.978-15).
4. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Jundiaí/SP.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a atos de concessão de aposentadoria, inicial e alteração, emitidos pela Gerência Executiva do INSS em Jundiaí/SP em favor de Helena Mutton Silveira Gonçalves;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 259, inciso II, e 260, § 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU;

9.1. considerar legal e conceder o registro do ato inicial de concessão de aposentadoria à Helena Mutton Silveira Gonçalves (356.877.978-15), cadastrado no Sisac sob o número de controle 10263179-04- 2004-000039-0;

9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato de alteração referente à concessão de aposentadoria emitido em favor de Helena Mutton Silveira Gonçalves (356.877.978-15), cadastrado no Sisac sob o número de controle 10263179-04- 2011-000027-0;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerência Executiva do INSS em Jundiaí/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Gerência Executiva do INSS em Jundiaí/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.4.1. corrija, no Siape, a proporção dos proventos da interessada, fazendo constar a fração 28/30 avos, conforme ato inicial submetido a registro, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste acórdão, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique à interessada, o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata nº 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9921-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9922/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.141/2011-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão).
3. Interessada: Roseli de Hunca Cabrera (264.521.620-04).
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 7.288/2011-TCU-2ª Câmara por meio do qual esta Corte de Contas apreciou pela ilegalidade o ato de concessão de aposentadoria cadastrado pela Universidade Federal de Santa Catarina em favor de Roseli de Hunca Cabrera, em razão da inclusão, nos proventos, da vantagem decorrente do percentual de 3,17% (URV), e da parcela judicial de hora extra incorporada sob o regime celetista;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1. rejeitar, nos termos do § 2º, do art. 250 do RI/TCU, as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Rita de Cássia Knabben (CPF 298.612.689-87), Diretora do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo descumprimento dos Acórdãos 7.288/2011 e 6.029/2015, ambos da 2ª Câmara;

9.2. aplicar à responsável a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.3. com fundamento no art. 28, incisos I e II, da Lei 8.443/1992:

9.3.1. determinar o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração da Sra. Rita de Cássia Knabben, observados os limites impostos pela legislação pertinente e, em especial, o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.3.2. autorizar, desde já, a cobrança judicial da dívida, na hipótese de não atendimento das notificações, cumulada com a ineficácia dos descontos determinados no subitem anterior;

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no artigo 250, inciso II do Regimento Interno do TCU que:

9.4.1. exclua, no prazo de 15 (quinze) dias, dos proventos da inativa Roseli de Hunca Cabrera (264.521.620-04), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o montante pago a título de parcela referente à URV de 3,17%, tendo em vista que a vantagem já foi integrada aos proventos da interessada por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso do respectivo provimento judicial;

9.4.2. promova a imediata absorção da rubrica referente à hora extra, constante dos proventos de Roseli de Hunca Cabrera (264.521.620-04), por inexistir decisão judicial que resguarde seu pagamento atual da referida parcela, a exemplo da Ação Ordinária 2006.72.00.009358-8, adotando a sistemática prevista no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, com detalhamento trazido pelo Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, considerando-se, para tanto, a reestruturação da carreira promovida pela Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, bem como as reestruturações supervenientes que vierem a ser implementadas;

9.5. cadastre no Sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da deliberação, nos termos IN/TCU 55/2007, novo ato de aposentadoria de interesse de Roseli de Hunca Cabrera (264.521.620-04), escoimado da irregularidade apurada no Acórdão 7.288/2011-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9922-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9923/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.469/2015-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Maria Edinólia Câmara de Melo (915.580.184-68).
4. Entidade: Município de Ceará-Mirim/RN.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor da Sra. Maria Edinólia Câmara de Melo, prefeita do Município de Ceará-Mirim/RN, no período 2001-2004 e 2005-2008, em razão de impugnação parcial de despesas dos recursos repassados à municipalidade, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja), nos exercícios de 2004 e 2005, do Programa Nacional de Alimentação Escolar-Creche (Pnae), no exercício de 2005, e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no exercício de 2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.2. arquivar os presentes autos, com fundamento nos arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, sem cancelamento dos débitos nos valores de R$ 2.403,00 (exercício de 2005) e R$ 650,00 (exercício de 2008), relativos à aplicação de recursos transferidos no âmbito dos programas PNAE e PDDE, respectivamente, conforme exposto no voto que integra a presente deliberação; e

9.3. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à responsável e ao Ministério da Educação, com fundamento no art. 16, parágrafo único, c/c o art. 15, inciso III, da Instrução Normativa - TCU 71, de 28/11/2012.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9923-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9924/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.739/2011-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão).
3. Interessada: Iracema Busana (379.462.009-78).
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 2.353/2012-TCU-2ª Câmara por meio do qual esta Corte de Contas apreciou pela ilegalidade o ato de concessão de aposentadoria cadastrado pela Universidade Federal de Santa Catarina em favor de Iracema Busana, em razão da inclusão irregular, nos proventos, da vantagem da hora extra incorporada sob o regime celetista;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. rejeitar, nos termos do § 2º, do art. 250 do RI/TCU, as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Rita de Cássia Knabben (CPF 298.612.689-87), Diretora do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo descumprimento dos Acórdãos 2.353/2012 e 7.761/2015, ambos da 2ª Câmara;

9.2. aplicar à responsável a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.3. com fundamento no art. 28, incisos I e II, da Lei 8.443/1992:

9.3.1. determinar o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração da Sra. Rita de Cássia Knabben, observados os limites impostos pela legislação pertinente e, em especial, o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.3.2. autorizar, desde já, a cobrança judicial da dívida, na hipótese de não atendimento das notificações, cumulada com a ineficácia dos descontos determinados no subitem anterior

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no artigo 250, inciso II do Regimento Interno do TCU que:

9.4.1. exclua, no prazo de 15 (quinze) dias, dos proventos da inativa Iracema Busana (CPF 379.462.009-78), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o montante pago a título de parcela referente à URV de 3,17%, tendo em vista que a vantagem já foi integrada aos proventos da interessada por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso do respectivo provimento judicial;

9.4.2. promova a imediata absorção da rubrica referente à hora extra, constante dos proventos de Iracema Busana (CPF 379.462.009-78), por inexistir decisão judicial que resguarde seu pagamento atual da referida parcela, a exemplo da Ação Ordinária 2006.72.00.009358-8, adotando a sistemática prevista no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, com detalhamento trazido pelo Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, considerando-se, para tanto, a reestruturação da carreira promovida pela Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, bem como as reestruturações supervenientes que vierem a ser implementadas;

9.5. cadastre no Sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da deliberação, nos termos IN/TCU 55/2007, novo ato de aposentadoria de interesse de Iracema Busana (CPF 379.462.009-78), escoimado da irregularidade apurada no Acórdão 2.353/2012-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9924-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9925/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.106/2016-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Geraldo José de Lima (018.464.266-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de alteração referente à concessão de aposentadoria, emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor do ex-servidor Geraldo José de Lima;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e art. 6º, § 1º da Resolução TCU 206/2007 em:

9.1. considerar legal, o ato de alteração referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Geraldo José de Lima (018.464.266-34), determinando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências cabíveis para a regularização do pagamento atualmente percebido pelo Sr. Geraldo José de Lima, uma vez que o valor referente à rubrica "provento", encontra-se superior ao valor efetivamente devido;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9925-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9926/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.107/2016-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Jorge Silva (068.468.746-15).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de alteração referente à concessão de aposentadoria, emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor do ex-servidor Jorge Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e art. 6º, § 1º da Resolução TCU 206/2007 em:

9.1. considerar legal, o ato de alteração referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Jorge Silva (068.468.746-15), determinando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências cabíveis para a regularização do pagamento atualmente percebido pelo Sr. Jorge Silva, uma vez que o valor referente à rubrica "provento", encontra-se superior ao valor efetivamente devido;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9926-31/16-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9927/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.111/2016-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Sylvio José de Andrade (007.322.066-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de alteração referente à concessão de aposentadoria, emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor do ex-servidor Sylvio José de Andrade;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e art. 6º, § 1º da Resolução TCU 206/2007 em:

9.1. considerar legal, o ato de alteração referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Sylvio José de Andrade (007.322.066-34), determinando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências cabíveis para a regularização do pagamento atualmente percebido pelo Sr. Sylvio José de Andrade, uma vez que o valor referente à rubrica "provento", encontra-se superior ao valor efetivamente devido;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9927-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9928/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.112/2016-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Sylvio Netto Junior (003.681.056-87).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de alteração referente à concessão de aposentadoria, emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor do exservidor Sylvio Netto Junior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e art. 6º, § 1º da Resolução TCU 206/2007 em:

9.1. considerar legal, o ato de alteração referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Sylvio Netto Junior (003.681.056-87), determinando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências cabíveis para a regularização do pagamento atualmente percebido pelo Sr. Sylvio Netto Junior, uma vez que o valor referente à rubrica "provento", encontra-se superior ao valor efetivamente devido;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9928-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9929/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.113/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Walter Pimenta de Morais (012.539.486-15).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de alteração referente à concessão de aposentadoria, emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor do exservidor Walter Pimenta de Morais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e art. 6º, § 1º da Resolução TCU 206/2007 em:

9.1. considerar legal, o ato de alteração referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Walter Pimenta de Morais (012.539.486-15), determinando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências cabíveis para a regularização do pagamento atualmente percebido pelo Sr. Walter Pimenta de Morais, uma vez que o valor referente à rubrica "provento", encontra-se superior ao valor efetivamente devido;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9929-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9930/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.257/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Elsa Alves Maciel (259.555.510-34).

4. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Santa Maria/RS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Gerência Executiva do INSS em Santa Maria/RS em favor da ex-servidora Elsa Alves Maciel;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e art. 6º, § 1º da Resolução TCU 206/2007 em:

9.1. considerar legal, o ato referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Elsa Alves Maciel (259.555.510-34), determinando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Gerência Executiva do INSS em Santa Maria/RS, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em Santa Maria/RS que, no prazo de 30 (trinta) dias:

9.3.1. adote as providências cabíveis para excluir dos proventos da ex-servidora Elsa Alves Maciel, a rubrica denominada "FGR-FUN. GRAT. L.8216/91-APO", no valor de R$ 138,77 (cento e trinta e oito reais e setenta e sete centavos), ante a impossibilidade de percepção cumulativa dos quintos de FG com o vencimento da própria função por tratar-se de servidora ex-celetista;

9.3.2. recalcule a vantagem referente ao índice de 3,17% fazendo-a incidir apenas sobre a VPNI decorrente da incorporação de quintos;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento deste acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9930-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9931/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.292/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Aníbal Lopes de Freitas (664.535.344-87).

4. Entidade: Município de São Francisco do Oeste/RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Anibal Lopes de Freitas, ex-prefeito de São Francisco do Oeste/RN, em virtude da omissão no dever de prestar contas da execução do objeto do Convênio 1.307/2006, que objetivou a construção de melhorias sanitárias domiciliares (MSD);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Sr. Anibal Lopes de Freitas, CPF 664.535.344-87, ex-prefeito de São Francisco do Oeste/RN, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e com o arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2 condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculado a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já recolhidos:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
28.000,00	9/11/2009
42.000,00	2/8/2010

9.3 aplicar ao Sr. Anibal Lopes de Freitas, CPF 664.535.344-87, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6 encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9931-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9932/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.333/2006-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração).

3. Recorrente: Rubens Portugal Bacellar (CPF 186.710.639-68).

4. Órgão: Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: José de Ribamar de Souza Nogueira (OAB/DF 7.579) e Márcio Eduardo Caixeta Borges (OAB/DF 28.665).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Embargos de Declaração opostos por Rubens Portugal Bacellar em face do Acórdão 7.466/2015-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com base nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, por inexistir obscuridade, omissão ou contradição na deliberação embargada; e

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9932-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 9933/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-020.675/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: João Damaceno Filgueiras (070.604.322-72) e Resecom Construtora Ltda. (04.401.250/0001-94).

4. Entidade: Município de Alenquer/PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex/PA.

8. Representação legal: Antônio Eder John de Sousa Coelho (OAB/PA 4.572); Sônia Cristina Miranda (625.504.032-15),

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa - DEPCN, em desfavor do Sr. João Damaceno Filgueiras, prefeito do Município de Alenquer/PA, no mandato 2009-2012, em razão de execução parcial do objeto e ausência de serventia dos serviços executados para o objetivo do Convênio 34/PCN/2010, celebrado em 28/6/2010 entre o referido município e a União, por intermédio do Ministério da Defesa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. João Damaceno Filgueiras (070.604.322-72), ex-prefeito, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno;

9.2. condenar o responsável identificado no subitem anterior, solidariamente com a empresa Resecom Construtora Ltda. (04.401.250/0001-94), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
3/7/2012	90.621,62
20/7/2012	134.918,48

9.3. aplicar ao Sr. João Damaceno Filgueiras (070.604.322-72) e à empresa Resecom Construtora Ltda. (04.401.250/0001-94), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9933-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9934/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº 020.693/2014-1.

2. Grupo I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Arônio Lucena Salviano (117.332.503-44).

4. Entidade: Município de Brejo Santo/CE.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Edson Saraiva Tavares (OAB/CE 13.998).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração em processo de tomada de contas especial, interposto por Arônio Lucena Salviano, ex-prefeito do Município de Brejo Santo - CE, contra o Acórdão 5.685/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou irregulares as contas do recorrente, condenando-o em débito e aplicando-lhe, ainda, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Arônio Lucena Salviano (117.332.503-44), ex-prefeito do Município de Brejo Santo/CE, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9934-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9935/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.439/2012-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessada: Procuradoria da República em Minas Gerais (00.394.494/0049-80).

4. Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal:

8.1. Rodrigo Esteves Santos Pires (76575/OAB-MG) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Procuradoria da República no Município de Juiz de Fora/MG, a respeito de possíveis irregularidades relacionadas à execução dos Convênios 3.219/2001 e 116/2003, o primeiro celebrado entre a União e a Fundação de Apoio ao Hospital Universitário, destinado à construção do hospital universitário de Juiz de Fora, e o segundo, firmado entre a União e a Universidade Federal de Juiz de Fora/MG - UFJF, objetivando a ampliação do mesmo hospital.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa de Jorge Baldi, exceto no tocante à contratação direta da empresa Bross Consultoria e Arquitetura S/C Ltda., cujo mérito da defesa do responsável deverá ser analisado em momento oportuno;

9.3. acolher as razões de justificativa de Maria Margarida Martins Salomão;

9.4. dar ciência à Fundação de Apoio ao Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora-FHU/UFJF quanto às seguintes impropriedades identificadas no âmbito da presente fiscalização, as quais, uma vez observadas em futuras ações de controle do Tribunal, podem dar ensejo a apenação dos responsáveis pelos atos que porventura venham a ser praticados:

a) subcontratação de empresas em desconformidade ao previsto no edital e no contrato;

b) ausência de arquivamento da documentação fiscal referente à execução das obras do CAS, em descumprimento ao art. 54, §2º, do Decreto 93.872/86;

9.5. fixar, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, o prazo de 120 (cento e vinte) dias para que a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde conclua e encaminhe a este Tribunal o resultado das apurações referentes aos indícios de irregularidades nos Convênios 3.219/2001 (Siafi 433748) e 116/2003 (Siafi 486431), respectivamente celebrados com a Fundação de Apoio ao Hospital Universitário da UFJF (CNPJ 01.327.887/0001-90) e a Universidade Federal de Juiz de Fora, observadas as considerações apresentadas no voto que fundamenta o presente acórdão, em especial o seguinte:

9.5.1. as apurações a serem realizadas com vistas a identificar o suposto superfaturamento do contrato firmado com a construtora RDR devem se pautar nas técnicas de auditoria de obras voltadas ao exame de preços e quantitativos do contrato;

9.5.2. diferente do que fez o Denasus, o FNS deve comparar o preço final da obra, já considerados os aditivos eventualmente firmados, com o preço paradigma, sendo esse formado pela aplicação de um percentual de benefícios e despesas indiretas (BDI) sobre o custo direto, obtido pela multiplicação dos quantitativos pelos custos unitários referenciais (Sinapi, Sicro ou outros), devendo, ainda, verificar se os quantitativos informados nos boletins de medição apresentados pelas empresas contratadas estão coerentes com aqueles fornecidos no projeto executivo da obra.

9.5.3. o exame do superfaturamento na obra não se limita a um exame contábil, devendo ser examinados essencialmente os elementos de engenharia para que se possa caracterizar ou não a existência de dano ao erário a ser apurado em competente tomada de contas especial.

9.6. advertir a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde que o descumprimento do prazo mencionado no item anterior, sem motivo justificado, poderá ensejar aplicação de multa aos responsáveis, independente de audiência prévia, nos termos do art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII e § 3º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. determinar à Secex/MG que monitore o cumprimento da medida alvitrada no item 9.5 deste acórdão e, quando receber a documentação produzida pelo FNS, elabore instrução de mérito acerca das conclusões do Fundo, bem como sobre a irregularidade mencionada no item 9.2 desta deliberação;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9935-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9936/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.065/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antonio Gilberto Martins da Costa (450.494.674-20).

4. Entidade: Município de Governador Dix -Sept Rosado/RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Antônio Gilberto Martins da Costa, ex-prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/RN, em virtude da impugnação parcial de despesas executadas no âmbito do Convênio 1.021/2000, para a construção de galerias de águas pluviais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Gilberto Martins da Costa, CPF 450.494.674-20, ex-prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/RN, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2 condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento de R$ 30.593,00 (trinta mil, quinhentos e noventa e três reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculado a partir de 31/5/2001, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já recolhidos;

9.3 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.5 encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9936-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9937/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.485/2011-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Fernando Jose de Araujo (054.463.334-20).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco em favor do ex-servidor Fernando Jose de Araujo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal, nos termos do art. 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 260, § 1º do RI/TCU, o ato de concessão de aposentadoria a Fernando Jose de Araujo (054.463.334-20), recusando seu registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência do presente acórdão pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, com fundamento no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. esclarecer ao interessado que:

9.3.1. poderá optar por permanecer na inatividade, desde que seja providenciada alteração na a fundamentação legal da sua concessão, de forma a contemplar a regra prevista no art. 40, §1ª, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal e calculando-se os proventos nos termos dos arts. 40, §§ 3ª e 17, da Constituição Federal e 1ª da Lei 10.887/2004, na proporção 28/35; ou,

9.3.2. retornar à atividade para ampliar a proporção de seus proventos até a idade limite de 75 anos, definida para a aposentadoria compulsória pela Lei Complementar 153, de 3 de dezembro de 2015. Nesse caso a nova aposentadoria se dará pelas regras vigentes no momento da inativação;

9.3.3. no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco;

9.4. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 45 da Lei 8.443/1992, 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.4.2. comunique imediatamente ao interessado o teor do presente acórdão, notadamente no que diz respeito aos esclarecimentos emitidos, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelo interessado, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004;

9.4.3. no caso de haver opção pela aposentadoria com proventos proporcionais, emita novo ato, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhando do Voto e do Relatório que o fundamentam ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9937-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9938/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-009.794/2015-8.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Wilame Barreto Alencar (249.061.073-20), ex-prefeito.

4. Entidade: Município de Mombaça/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE contra o Sr. José Wilame Barreto Alencar, ex-prefeito do município de Mombaça/CE (Gestões: 2005-2008 e 2009-2012), em vista da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos repassados à municipalidade no exercício de 2009, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Wilame Barreto Alencar, condenando-o ao pagamento dos valores abaixo especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
20/1/2009	736,70
30/1/2009	198,70
3/2/2009	140,02
11/2/2009	10.889,00
16/3/2009	69,88
20/3/2009	210,53
9/4/2009	210,53
16/4/2009	32,20
22/4/2009	94,56
4/5/2009	34,94
8/5/2009	32,20
13/5/2009	245,47
4/6/2009	31,18
12/6/2009	561,41
17/6/2009	32,20
22/6/2009	34,94
25/6/2009	2.500,00
6/7/2009	22,47
14/7/2009	98,32
11/8/2009	287,22
17/8/2009	60.000,00
9/9/2009	32,20
10/9/2009	262,33
29/9/2009	227,39
2/10/2009	12,88
14/10/2009	262,33
29/10/2009	1.000,00
11/11/2009	61.844,10
12/11/2009	13.562,44
13/11/2009	1.850,61
18/11/2009	34,94
24/11/2009	54,13
7/12/2009	227,39
11/12/2009	770,00

9.2. aplicar ao Sr. José Wilame Barreto Alencar a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, informando ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, e ao FNDE.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9938-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9939/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC 020.909/2014-4.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Entidade: Associação de Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Bela Vista e Alto Alegre.

4. Responsáveis: Lucides Fernandes Pereira (597.090.571-20); Associação de Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Bela Vista e Alto Alegre (04.648.720/0001-19).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/TO.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário contra o Sr. Lucides Fernandes Pereira, ex-Presidente da Associação de Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Bela Vista e Alto Alegre, e a própria Associação, ante o não encaminhamento de documentação exigida para a prestação de contas do Convênio n. 700.409/2008, tendo por objeto "Promover a organização produtiva das mulheres rurais da região de Dianópolis e o desenvolvimento sustentável do sudeste tocantinense, através do processamento de frutos do cerrado", conforme o Plano de Trabalho (peça 1, p. 47-57).

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, e 210, do RI/TCU, irregulares as contas do Sr. Lucides Fernandes Pereira e da Associação de Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Bela Vista e Alto Alegre, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia original de R$ 66.389,00 (sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, a partir de 10/07/2009 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.2 aplicar aos responsáveis, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4 autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.5 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, com base no § 3º do art. 16 da Lei n. 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9939-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9940/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 038.288/2012-5.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alberto Causs Filho (343.404.599-68); Diretório Regional do PDT/SC (79.400.123/0001-70); Manoel Dias (007.829.719-20).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRE/SC.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Representação legal: Ricardo de Souza Waick (OAB/SC 19.527), Gustavo Souza Santos (OAB/SC 21.595), Alex Sandro de Jesus (OAB/SC 23.637), Maurício Martinhago Oliveira (OAB/SC 39324).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRE/SC, em desfavor do Partido Democrático Trabalhista de Santa Catarina - PDT/SC, tendo como responsáveis os Srs. Manoel Dias, ex-Presidente do PDT, e Alberto Causs Filho, ex-Tesoureiro do referido Partido, em decorrência da não comprovação da regular aplicação de recursos do Fundo Partidário recebido por aquele Diretório no exercício de 2005.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 excluir o Partido Democrático Trabalhista de Santa Catarina - PDT/SC da presente relação processual;

9.2 julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, da Lei n. 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e 210, do RI/TCU, irregulares as contas dos Srs. Manoel Dias e Alberto Causs Filho;

9.3 condenar os aludidos responsáveis, de forma solidária, ao pagamento dos valores originários abaixo discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, nos termos da legislação vigente, a partir das datas a seguir especificadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o ressarcimento da dívida ao Fundo Partidário, abatendo-se, na execução, as quantias já recolhidas, conforme autorizado pelo Acórdão n. 1.246/2014 - 2ª Câmara (Relação n. 03/2014 do Gabinete do Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), a teor da Súmula/TCU 128:

9.3.1 Parcelas já recolhidas ao Fundo Partidário:

Data	Valor R$
08/05/2014	1.055,00
06/06/2014	1.054,52
11/07/2014	1.062,05
25/08/2014	1.090,01

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25/08/2014	1.090,01
17/09/2014	1.070,29
30/10/2014	1.073,05
17/11/2014	1.079,37
27/02/2015	1.111,71
13/04/2015	1.182,39
29/05/2015	1.138,89
30/06/2015	1.138,89

9.3.2. Débito atribuído aos responsáveis retromencionados:

Data da ocorrência	Valor R$
1º/01/2005	260,00
14/01/2005	2.570,25
04/03/2005	1.760,00
14/03/2005	300,00
18/03/2005	1.716,64
14/04/2005	12,00
26/04/2005	606,20
28/04/2005	54,00
06/05/2005	1.960,00
23/05/2005	55,00
24/05/2005	113,01
07/06/2005	12,00
10/06/2005	1.000,00
16/06/2005	246,05
20/06/2005	2.500,00
24/06/2005	90,00
28/06/2005	50,99
04/07/2005	30,00
07/07/2005	420,78
08/07/2005	74,62
27/07/2005	20,62
10/08/2005	10,05
11/08/2005	376,30
17/08/2005	60,00
19/08/2005	120,74
26/08/2005	103,91
12/09/2005	2.500,24
13/09/2005	15,00
23/09/2005	25,00
30/09/2005	511,06
13/10/2005	307,50
18/10/2005	200,00
21/10/2005	319,87
31/10/2005	279,57
11/11/2005	3.800,00
18/11/2005	16,00
23/11/2005	800,00
06/12/2005	109,32
07/12/2005	68,27
12/12/2005	430,13
13/12/2005	85,00
19/12/2005	30,00

9.3 aplicar aos Srs. Manoel Dias e Alberto Causs Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.5 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, com base no § 3º do art. 16 da Lei n. 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9940-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9941/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.968/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ernane Soares Borba (CPF 004.556.364-00).

4. Entidade: Município de Cortês/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e outros, representando Ernane Soares Borba.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Ernane Soares Borba, ex-prefeito de Cortês/PE (gestão: 2005/2008), diante da impugnação total das despesas do Convênio nº 69/2008 destinado à implementação do "Festival da Juventude de Cortês/PE";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Ernane Soares Borba, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 22/7/2008 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. aplicar ao Sr. Ernane Soares Borba a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9941-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9942/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 005.028/2011-6.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Recorrentes: Enilson Simões de Moura (CPF 133.447.906-25); Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas - SDS (CNPJ 02.077.209/0001-89).

4. Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (Ministério do Trabalho e Emprego).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e Guilherme Antônio Brito Gonçalves Barbosa (OAB/DF 45.197).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos em face do Acórdão 4.370/2016-TCU-2ª Câmara, que rejeitou o recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.267/2015-2ª Câmara, proferido no julgamento da tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, diante de irregularidades na aplicação dos recursos atinentes ao Convênio nº 3/2001;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com base nos arts. 32, II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. tornar sem efeito (de ofício) o item 9.2 do Acórdão nº 1.267/2015-TCU-2ª Câmara; e

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamenta, aos interessados.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9942-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9943/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.230/2014-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Vera Maria Ferreira da Silva (CPF: 161.377.362-53).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: Maiara Carvalho da Motta (3994/OAB-AM) e outros, representando Vera Maria Ferreira da Silva.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo CNPq em desfavor da Sra. Vera Maria Ferreira da Silva, como coordenadora do projeto de criação do Centro de Educação Ambiental do Projeto Peixe-Boi da Amazônia, diante da não apresentação da prestação de contas e do relatório técnico final das atividades desenvolvidas com os recursos federais destinados ao aludido projeto no valor original de R$ 113.123,83;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas as contas da Sra. Vera Maria Ferreira da Silva, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação; e

9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9943-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9944/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.424/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Maria Aparecida Argolo de Souza (CPF 590.864.677-68); Maria Cecilia Cândida da Silva (CPF 975.978.058-53); Maria José da Silva Ramalho (CPF 902.372.347-34); Maria José Moreira Maciel (CPF 890.569.227-34); Maria Máxima Rodrigues (CPF 150.943.751-72); Milton Leite Pereira (CPF 165.265.201-97); Nara Maria de Souza Prietsch (CPF 555.296.400-44); Nelci Maria de Oliveira (CPF 521.006.776-91); Norberto da Silva Vieira (CPF 135.711.840-68); Orquidéa Rodrigues (CPF 424.605.497-68).

4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadorias deferidas pela Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria em favor de Maria Aparecida Argolo de Souza, Maria José da Silva Ramalho, Maria José Moreira Maciel, Maria Máxima Rodrigues, Milton Leite Pereira, Nara Maria de Souza Prietsch, Nelci Maria de Oliveira e Orquidéa Rodrigues, negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação:

9.3.1. faça cessar os pagamentos relativos aos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU, no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. promova a avaliação dos atos ora impugnados no sentido de observar se os interessados, caso manifestem interesse, podem se manter aposentados com base em outro fundamento legal ou devem retornar à atividade para implementar o tempo faltante com o intuito de manter a aposentadoria com base no art. 3º da EC nº 47/2005; e

9.3.4. encaminhe ao TCU, se for o caso, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, os novos atos de concessão livres da irregularidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo Tribunal, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. promova o destaque do ato de aposentadoria em favor de Maria Cecilia Cândida da Silva, para que, em processo apartado, seja realizada a oitiva dessa interessada, nos termos do item 9.3 do Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, de sorte que, no prazo de 15 (quinze) dias, se quiser, ela apresente as alegações que entender cabíveis,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

diante da irregularidade apontada neste processo, enviando à aludida beneficiária a cópia desta deliberação e das Peças nºs 13 e 22, a título de subsídio;

9.4.2. promova o destaque do ato de aposentadoria em favor de Norberto da Silva Vieira, para que, em processo apartado, seja realizada a oitiva desse interessado, de sorte que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ele apresente as alegações e a documentação cabíveis para comprovar o tempo de atividade insalubre considerado em seu ato de aposentadoria, enviando ao aludido beneficiário a cópia desta deliberação e das Peças nºs 20 e 22, a título de subsídio; e

9.4.3. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação contida no item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9944-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9945/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.114/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil.

3. Interessada: Maria Luiza Telles Marcilio Golin (CPF 091.280.697-49).

4. Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de alteração de pensão civil instituída por Lídio Golin, na qualidade de servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno em:

9.1. considerar ilegal a alteração da pensão civil instituída por Lídio Golin (CPF 020.490.317-34) em favor de Maria Luiza Telles Marcilio Golin (CPF 091.280.697-49), negando o registro ao ato nº 10604502-05-2010-000509-0 (Peça 6);

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. suspenda os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, com fundamento no art. 71, IX, da Constituição de 1988 e no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. retifique, no sistema Siape, o pagamento da parcela de quintos percebida pela pensionista Maria Luiza Telles Marcilio Golin, para que corresponda a 4/5 de DAS-2 e 1/5 de DAS-4, em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 8.911, de 1994, vez que não ficou evidenciado o exercício de função equiparada ao DAS-4 por período suficiente para justificar a atribuição de 5/5 de DAS-4 na referida concessão;

9.3.3. encaminhe novo ato de alteração da aludida pensão, com a correção da falha apontada nestes autos, para nova apreciação pela Corte de Contas, por intermédio do sistema Sisac;

9.3.4. dê conhecimento da presente deliberação à pensionista Maria Luiza Telles Marcilio Golin, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução das importâncias indevidamente recebidas após a notificação, no caso de não provimento do recurso, encaminhando a comprovação dessa notificação da interessada ao TCU em, no máximo, 30 (trinta) dias;

9.4. não conhecer da solicitação formulada pela Sra. Maria Luiza Telles Marcilio Golin às fls. 1/6 da Peça 1, por força do art. 263 do Regimento Interno do TCU, dando-se ciência à interessada; e

9.5. determinar à Sefip que promova o monitoramento das determinações contidas no item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9945-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9946/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.215/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Dilmar Santos Ávila (CPF 066.137.561-72).

4. Entidade: Município de Maraã/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177) e outros, representando Dilmar Santos Ávila.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Defesa em desfavor do Sr. Dilmar Santos Ávila, ex-prefeito de Maraã/AM (gestão: 2009-2012), diante da omissão no dever de prestar contas do Convênio nº 204/PCN/2010 destinado à construção de um centro de convivência do idoso;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Dilmar Santos Ávila, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e no art. 19, caput, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 8/11/2011 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.2. aplicar ao Sr. Dilmar Santos Ávila a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9946-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9947/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.249/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.

3. Interessado: José Hermano Alves de Lima (CPF 686.684.574-20).

4. Entidade: Município de Triunfo/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

8. Representação legal: Napoleão Manoel Filho (OAB/PE 20238), representando José Hermano Alves de Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. José Hermano Alves de Lima, ex-prefeito de Triunfo/PE (gestão: 2005-2008), em face do Acórdão 8.052/2016-2ª Câmara que julgou irregulares as contas do responsável, diante de irregularidades na execução do Convênio nº 655/2008 celebrado entre o Ministério do Turismo e a aludida municipalidade, para a realização do evento cultural denominado "Festa de São João de Triunfo";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8.052 prolatado na Sessão Ordinária de 5/7/2016 (Ata nº 23/2016) pela 2ª Câmara do TCU, promovendo a seguinte correção:

Onde se lê: "*9.3. aplicar ao Sr. José Hermano Alves de Lima a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;*"

Leia-se: "*9.3. aplicar ao Sr. José Hermano Alves de Lima a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data do presente acórdão, até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;*"; e

9.3. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao interessado.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9947-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9948/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.072/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Adimar da Silva Ramos (CPF:122.374.505-87).

4. Entidade: Município de Rio da Conceição/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. Adimar da Silva Ramos, ex-prefeito de Rio da Conceição/TO, diante da impugnação total das despesas do Convênio 862/2008 (Peça 1, p. 33-51) celebrado com o Ministério do Turismo (MTur) para a implementação do projeto "*Temporada de Praia de Rio da Conceição*";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Adimar da Silva Ramos, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e § 2º; 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, para condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma da legislação em vigor;

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
100.000,00	29/10/2008

9.2. aplicar ao Sr. Adimar da Silva Ramos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais),com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento dessa quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 e do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9948-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9949/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.846/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria de Lourdes Bispo Santos de Souza (CPF 567.454.197-34).

4. Órgão: 1ª Região Militar.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração de pensão militar deferida pela 1ª Região Militar junto ao Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, em:

9.1. considerar legal o ato de alteração de pensão deferida em favor de Maria de Lourdes Bispo Santos de Souza (sob o nº de controle 10003401-08-2015-003236-2), concedendo-lhe o correspondente registro;

9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que adote providências no sentido de que seja promovida, no sistema Sisac, a adequação dos fundamentos no formulário de pensão de Maria de Lourdes Bispo Santos de Souza, a fim de que fique corretamente embasado o cálculo da pensão duas graduações acima da que ocupava o primeiro-tenente Carlos Alberto de Souza à data do seu falecimento; e

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9949-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9950/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.671/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco da Mata Santana (CPF 065.725.373-15).

4. Entidade: Município de Vera Mendes/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Francisco da Mata Santana, ex-prefeito de Vera Mendes/PI (gestão: 1997-2000), diante da não consecução do Convênio 91.326/1998 (Siafi 356737) celebrado entre o FNDE e referida municipalidade em 3/7/1998, tendo por objeto a aquisição de veículo automotor destinado ao transporte dos estudantes residentes na zona rural do município e matriculados no ensino público fundamental das redes municipal e/ou estadual;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Francisco da Mata Santana, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco da Mata Santana, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19 da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia identificada na tabela a seguir, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde a data indicada até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR (R$)
19/8/1998	47.850,00

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, caso não atendida a notificação; e

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9950-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9951/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.982/2015-7.

1.1. Apenso: 030.872/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Maria de Castro (CPF: 532.401.621-72); HW Construtora Ltda. - ME (CNPJ: 09.351.512/0001-77).

4. Entidade: Município de Lavandeira/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. Antônio Maria de Castro (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), ex-prefeito de Lavandeira/TO, e da empresa HW Construtora Ltda. - ME, diante da inexecução parcial do Convênio 582/2008 celebrado com o Fundo Nacional de Saúde - Funasa para a execução de melhorias sanitárias domiciliares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Antônio Maria de Castro e a empresa HW Construtora Ltda. - ME, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n. 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Maria de Castro, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, para condená-lo, solidariamente com a HW Construtora Ltda. - ME, ao pagamento das quantias relacionadas abaixo, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa/MS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, descontados os valores ressarcidos aos cofres públicos federais:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
138.106,87	26/11/2009
196.844,35	16/4/2010

9.3. aplicar ao Sr. Antônio Maria de Castro e à HW Construtora Ltda. - ME, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 e do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9951-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9952/2016 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC 028.600/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Antonio Nunes (CPF 008.119.179-08), Arvanil José Medeiros Sobrinho (CPF 315.043.537-49), Gonçalo Dias do Nascimento (CPF 102.648.921-00), Iolanda Vieira Tavares (CPF 118.828.082-15), José Paulo da Silva (CPF 374.548.627-72), Leonora Vasconcelos Miranda (CPF 356.991.241-87), Maria Amélia Pinto dos Santos (CPF 872.080.677-91), Maria do Rosário Feitosa Noronha Xavier (CPF 209.659.583-53) e Álvaro Augusto de Brito (CPF 399.106.447-20).

4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas junto ao Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela Diretoria de Inativos e Pensionistas junto ao Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria em favor de Álvaro Augusto de Brito, Antonio Nunes, Gonçalo Dias do Nascimento, Iolanda Vieira Tavares, José Paulo da Silva, Maria Amélia Pinto dos Santos e Maria do Rosário Feitosa Noronha Xavier, concedendo-lhes o correspondente registro;

9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria em favor de Arvanil José Medeiros Sobrinho e Leonora Vasconcelos Miranda, negando-lhes o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.4. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação:

9.4.1. faça cessar os pagamentos relativos aos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. emita o ato de alteração de aposentadoria atinente a Maria Amélia Pinto dos Santos, com a devida justificativa para o percentual de GATS pago nos seus proventos atuais;

9.4.4. promova a avaliação da concessão de aposentadoria em favor de Leonora Vasconcelos Miranda no sentido de que, caso manifeste interesse, a interessada possa se manter aposentada com os proventos proporcionais calculados pela média das contribuições, com amparo no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição de 1988, com a redação dada pela EC nº 20, de 1988, ou retornar à atividade para implementar o tempo faltante;

9.4.5. encaminhe a este Tribunal, se for o caso, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, os novos atos de concessão, livres das irregularidades indicadas nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento da determinação contida no item 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9952-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9953/2016 - TCU -2ª CÂMARA

1. Processo nº TC 030.666/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Agnaldo Soares Botelho (CPF 292.598.942-04) e C.O.S Construtora Ltda. - ME
(CNPJ 02.856.677/0001-51).

4. Entidade: Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Agnaldo Soares Botelho, ex-prefeito municipal de Santa Maria do Tocantins/TO (gestão: 2005/2008), diante da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio nº 1.822/2006 celebrado entre a Funasa e a referida municipalidade, com vistas à implantação de instalações hidrossanitárias em escolas rurais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a C.O.S Construtora Ltda. - ME, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Agnaldo Soares Botelho;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Agnaldo Soares Botelho, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a C.O.S Construtora Ltda. - ME, ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que com-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

provem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
56.800,00	20/3/2007
56.800,00	4/5/2007

9.4. aplicar ao Sr. Agnaldo Soares Botelho e à C.O.S Construtora Ltda. - ME, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9953-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9954/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.863/2014-0

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Joana Falcão Salles (CPF 023.575.197-97)

4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CNPq), em desfavor de Joana Falcão Salles, em razão do descumprimento dos Termos de Compromissos assinados por ocasião da solicitação/renovação de bolsa de estudos do CNPq.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" da Lei 8.443/1992 em conjunto com os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210, § 1º, e 214, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1 julgar irregulares as contas da Sra. Joana Falcão Salles (CPF 023.575.197-97) e condená-la ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$) - conversão em 20/1/2007
20/1/2007	316.151,39

Valor atualizado até 2/6/2016: R$ 904.837,66

9.2. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento da dívidas mencionada no subitem 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, cumulado com o art. 217 do Regimento Interno, fixando à responsável o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. alertar a responsável que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9954-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9955/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.477/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Município de Alta Floresta - MT (15.023.906/0001-07).

3.2. Responsáveis: Manoel João Marques Rodrigues (204.597.859-15); Município de Alta Floresta - MT (15.023.906/0001-07); Romoaldo Aloísio Borazynski Júnior (325.242.189-53).

4. Órgão/Entidade: Município de Alta Floresta - MT.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal:

8.1. Cyntia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298) e outros, representando Romoaldo Aloísio Borazynski Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde - FNS em razão de irregularidades detectadas na aplicação dos recursos financeiros do SUS junto ao Município de Alta Floresta - MT, no valor histórico de R$ 198.528,90, relacionadas à utilização indevida de recursos do Piso de Atenção Básica - PAB/Fixo e à não observância das Portarias/GM/MS 1882/97 e 3925/98, bem como das Leis 4.320/1964 e 10.180/2001,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Manoel João Marques Rodrigues e Romoaldo Aloísio Borazynski Júnior, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao feito;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do município de Alta Floresta - MT, condenando-o, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas ao lado dos respectivos valores, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DO LANÇAMENTO	TIPO	VALOR HISTÓRICO
15/03/2001	Débito	R$ 1.500,00
02/09/2002	Débito	R$ 3.500,00
02/09/2002	Débito	R$ 2.000,00
02/09/2002	Débito	R$ 2.000,00
02/09/2002	Débito	R$ 2.000,00
02/09/2002	Débito	R$ 2.000,00
09/09/2002	Débito	R$ 500,00
25/11/2002	Débito	R$ 700,00
25/11/2002	Débito	R$ 500,00
25/11/2002	Débito	R$ 500,00
25/11/2002	Débito	R$ 500,00
25/11/2002	Débito	R$ 1.000,00
16/02/2003	Débito	R$ 122,50
06/05/2003	Débito	R$ 1.000,00
06/05/2003	Débito	R$ 3.027,77
11/11/2003	Débito	R$ 3.000,00
08/12/2003	Débito	R$ 800,00
15/12/2003	Débito	R$ 1.004,00
15/12/2003	Débito	R$ 55,00
22/12/2003	Débito	R$ 125,70
05/01/2004	Débito	R$ 200,00
05/01/2004	Débito	R$ 200,00
05/01/2004	Débito	R$ 1.959,00
08/01/2004	Débito	R$ 5.218,90
08/01/2004	Débito	R$ 300,00
12/01/2004	Débito	R$ 325,01
15/01/2004	Débito	R$ 653,28
15/01/2004	Débito	R$ 1.992,10
21/01/2004	Débito	R$ 120,00
21/01/2004	Débito	R$ 786,50
02/02/2004	Débito	R$ 2.000,00
02/02/2004	Débito	R$ 400,00
04/02/2004	Débito	R$ 250,00
05/02/2004	Débito	R$ 2.600,00
10/02/2004	Débito	R$ 7.836,63
13/02/2004	Débito	R$ 125,70
16/02/2004	Débito	R$ 433,00
18/02/2004	Débito	R$ 120,99
19/02/2004	Débito	R$ 1.414,10
19/02/2004	Débito	R$ 1.000,00
20/02/2004	Débito	R$ 391,08
01/03/2004	Débito	R$ 1.433,70
01/03/2004	Débito	R$ 534,00
02/03/2004	Débito	R$ 745,00
02/03/2004	Débito	R$ 800,00
02/03/2004	Débito	R$ 1.000,00
04/03/2004	Débito	R$ 1.560,00
04/03/2004	Débito	R$ 1.551,80
05/03/2004	Débito	R$ 1.340,00
05/03/2004	Débito	R$ 1.727,00
08/03/2004	Débito	R$ 1.000,00
09/03/2004	Débito	R$ 1.000,00
10/03/2004	Débito	R$ 1.800,00
15/03/2004	Débito	R$ 294,40
15/03/2004	Débito	R$ 2.500,00
16/03/2004	Débito	R$ 188,50
17/03/2004	Débito	R$ 3.500,00
17/03/2004	Débito	R$ 3.000,00
17/03/2004	Débito	R$ 3.000,00
23/03/2004	Débito	R$ 1.280,00
23/03/2004	Débito	R$ 650,00
23/03/2004	Débito	R$ 75,00
23/03/2004	Débito	R$ 2.940,00
24/03/2004	Débito	R$ 433,00
26/03/2004	Débito	R$ 1.000,00
01/04/2004	Débito	R$ 2.532,69
02/04/2004	Débito	R$ 2.570,00
05/04/2004	Débito	R$ 840,00
06/04/2004	Débito	R$ 800,00
06/04/2004	Débito	R$ 27,00
14/04/2004	Débito	R$ 45,00
15/04/2004	Débito	R$ 106,00
20/04/2004	Débito	R$ 1.079,10
28/04/2004	Débito	R$ 7.000,00
03/05/2004	Débito	R$ 1.100,00
03/05/2004	Débito	R$ 1.256,00
03/05/2004	Débito	R$ 1.500,00
04/05/2004	Débito	R$ 2.550,00
04/05/2004	Débito	R$ 2.914,00
04/05/2004	Débito	R$ 481,00
06/05/2004	Débito	R$ 73,20
06/05/2004	Débito	R$ 248,00
13/05/2004	Débito	R$ 200,00
13/05/2004	Débito	R$ 200,00
27/05/2004	Débito	R$ 1.096,70
01/06/2004	Débito	R$ 396,00
01/06/2004	Débito	R$ 528,00
01/06/2004	Débito	R$ 396,00
06/06/2004	Débito	R$ 6.510,00
07/06/2004	Débito	R$ 60,00
07/06/2004	Débito	R$ 70,00
07/06/2004	Débito	R$ 60,00
07/06/2004	Débito	R$ 1.100,43
07/06/2004	Débito	R$ 1.450,21
16/06/2004	Débito	R$ 3.000,00
21/06/2004	Débito	R$ 800,00
29/06/2004	Débito	R$ 288,88
01/07/2004	Débito	R$ 1.915,40
01/07/2004	Débito	R$ 2.300,00
02/07/2004	Débito	R$ 2.200,00
07/07/2004	Débito	R$ 2.700,00
07/07/2004	Débito	R$ 1.060,00
13/07/2004	Débito	R$ 514,82
15/07/2004	Débito	R$ 147,70
15/07/2004	Débito	R$ 1.000,00
16/07/2004	Débito	R$ 1.858,70
16/07/2004	Débito	R$ 4.000,00
16/07/2004	Débito	R$ 500,00
21/07/2004	Débito	R$ 2.992,44
26/07/2004	Débito	R$ 1.000,00
30/07/2004	Débito	R$ 1.000,00
02/08/2004	Débito	R$ 798,00
03/08/2004	Débito	R$ 185,95
03/08/2004	Débito	R$ 2.451,50
03/08/2004	Débito	R$ 5.000,00
05/08/2004	Débito	R$ 2.378,00
05/08/2004	Débito	R$ 273,00
05/08/2004	Débito	R$ 1.261,68
06/08/2004	Débito	R$ 443,10
09/08/2004	Débito	R$ 155,00
09/08/2004	Débito	R$ 100,00
09/08/2004	Débito	R$ 147,70
09/08/2004	Débito	R$ 70,00
10/08/2004	Débito	R$ 475,36
10/08/2004	Débito	R$ 501,20
12/08/2004	Débito	R$ 2.997,36
12/08/2004	Débito	R$ 600,00
13/08/2004	Débito	R$ 5.000,00
17/08/2004	Débito	R$ 10.000,00
18/08/2004	Débito	R$ 498,00
18/08/2004	Débito	R$ 325,01
18/08/2004	Débito	R$ 300,00
18/08/2004	Débito	R$ 50,00
18/08/2004	Débito	R$ 180,00
19/08/2004	Débito	R$ 400,00
25/08/2004	Débito	R$ 1.000,00
02/09/2004	Débito	R$ 120,00
02/09/2004	Débito	R$ 120,00
02/09/2004	Débito	R$ 652,00
03/09/2004	Débito	R$ 130,00
03/09/2004	Débito	R$ 65,00
13/09/2004	Débito	R$ 147,70
16/09/2004	Débito	R$ 66,37
17/09/2004	Débito	R$ 796,00
17/09/2004	Débito	R$ 1.300,00
17/09/2004	Débito	R$ 7.000,00
20/09/2004	Débito	R$ 52,00
23/09/2004	Débito	R$ 108,00
30/12/2004	Débito	R$ 400,00

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, 58, I, da mesma Lei, julgar irregulares as contas de Manoel

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

João Marques Rodrigues e Romoaldo Aloísio Borazynski Júnior, aplicando-se-lhes multa individual no valor de R$ 10,000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.2 e 9.3 em até 36 (tinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar as responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. autorizar, desde logo, caso não sejam atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial dos valores acima, na forma da legislação em vigor;

9.7. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9955-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9956/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.714/2012-8

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura (MinC)

3.2. Responsáveis: Associação de Promotores Culturais Independentes - Rede Brasil (CNPJ 02.220.964/0001-70), Ruy Cezar Costa Silva (CPF 084.319.305-00), Maria Helena de Souza Alvarez (CPF 282.507.969-34), Walter Roberto Malta (CPF 391.837.188-34) e Victor Alberto Cohen Aronis (CPF 389.241.530-72)

4. Entidade: Associação de Promotores Culturais Independentes - Rede Brasil (CNPJ 02.220.964/0001-70)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/SP

8. Advogados constituídos nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Ministério da Cultura, em desfavor dos Srs. Ruy Cézar Costa Silva, Maria Helena de Souza Alvarez, Walter Roberto Malta e Victor Alberto Cohen Aronis, na condição de responsáveis pela entidade beneficiária, em virtude da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos captados pela Associação de Promotores Culturais Independentes - Rede Brasil, destinados à execução do Projeto denominado "Mostra Nacional de Cultura Popular", cadastrado no Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura (MinC) sob o nº Pronac 05-10301, celebrado com o MinC, que teve por objeto promover o mencionado projeto por meio de grandes seminários sobre a cultura, com a realização de palestras e debates sobre o tema, tendo como uma das bases o projeto cultura viva (peça 1, p. 66).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir dos presentes autos a responsabilidade do Sr. Ruy Cezar Costa Silva;

9.2.considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Victor Alberto Cohen Aronis, dando-se seguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", c/c os arts. 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992 e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e 210 do Regimento Interno, as contas do Sr. Victor Alberto Cohen Aronis e da Associação de Produtores Culturais Independentes - Rede Brasil e do Sr. Walter Roberto Malta e da Srª Maria Helena de Souza Alvarez, condenando solidariamente os dois primeiros responsáveis e os espólios dos dois últimos responsáveis ou os seus herdeiros legais, caso já tenha havido as partilhas de bens, até o limite do valor dos patrimônios transferidos, ao pagamento dos débitos originais de R$ 600.000,00 e de R$ 4.599,20, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, calculados na forma prevista na legislação em vigor, respectivamente, a partir de 20/3/2006 e 29/12/2005, até a data do recolhimento, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura; e

9.4. aplicar ao Sr. Victor Alberto Cohen Aronis e à Associação de Produtores Culturais Independentes - Rede Brasil, individualmente, com fundamento no art. 19, *caput*, combinado com o art. 57 da Lei nº 8.443/92, multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 25 da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" de seu Regimento Interno, o recolhimento do mencionado valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento, caso a quitação ocorra após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento do débito, caso venha a ser requerido, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, incidindo sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.7. encaminhar, com fundamento no artigo 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, cópia do inteiro teor deste Acórdão à Procuradoria Regional da República no Estado de São Paulo, informando-a de que a presente deliberação está sujeita aos recursos previstos na referida lei e no Regimento Interno do TCU;

9.8. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério da Cultura e aos responsáveis.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9956-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9957/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.008/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Edson Braz da Silva (625.339.327-87).

4. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Ministério Público do Trabalho em favor de Edson Braz da Silva, no cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992:

9.1 considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Edson Braz da Silva (peça 6);

9.2 dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos, de boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal;

9.3 determinar ao Ministério Público do Trabalho que:

9.3.1 nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência, os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2 encaminhe cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado referido no item 9.1, remetendo a este Tribunal, no prazo de trinta dias a contar da ciência, cópia do comprovante da data da respectiva notificação;

9.4 esclarecer que o interessado poderá optar por um dos seguintes procedimentos para obter nova aposentadoria:

9.4.1 retornar à atividade para completar o tempo faltante à obtenção de nova aposentadoria, com fundamento nas normas vigentes à data da nova concessão;

9.4.2 comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias do período de 2 (dois) anos, 1 (um) mês e 29 (vinte e nove) dias, referente ao tempo de serviço no exercício da advocacia, podendo, então, permanecer aposentado, mas alterando-se o fundamento da concessão para o art. 2º da EC 41/2003, cujos proventos deverão ser calculados pela média das contribuições, nos termos da Lei 10.887/2004, com a aplicação do redutor previsto no art. 2º, § 1º, inciso II, da EC 41/2003;

9.4.3 promover o recolhimento das contribuições previdenciárias aludidas no subitem 9.4.2 e retornar à atividade para completar o tempo faltante para a aquisição do direito à aposentadoria nos termos originalmente concedidos, postos no art. 3º da EC 47/2005, caso a referida norma constitucional esteja vigente à época da nova concessão;

9.4.4 na hipótese de o interessado optar pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, esclarecer-lhe que, atualmente, a matéria é regulada pela Instrução Normativa INSS/PRES 77, de 21/01/2015, fazendo-se necessário agendamento prévio junto a uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, pelo telefone 135, bem assim a apresentação do CPF e da Certidão do Tempo de Serviço - CTC;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore a implementação das medidas ora determinadas, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.6 informar ao Ministério Público do Trabalho que, nos termos do Acórdão 3.332/2015-TCU-Plenário, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento no sentido de ser irregular a acumulação de quintos/décimos com o subsídio pago a membros do Ministério Público da União, esclarecendo, porém, que o trânsito em julgado da referida deliberação depende da apreciação de mérito dos pedidos de reexame interpostos pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Ministério Público da União, admitidos com efeito suspensivo, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992;

9.7 encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério Público do Trabalho.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9957-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9958/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.587/2014-7

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Alberto Octavio Espejo Ortega (CPF 865.820.707-20)

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/RJ

8. Advogado constituído nos autos: Nuno Álvares Pereira (OAB/RJ nº 16.186)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor da ex-bolsista Alberto Octavio Espejo Ortega, em razão do descumprimento do Termo de Concessão e Aceitação de Bolsa no Exterior, para realização do curso de "*Doutorado em Economia: Hiperinflação em economias Estagnadas*", na *University of California Berkeley* - EUA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e em débito o responsável, Sr. Alberto Octavio Espejo Ortega, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU e na forma da legislação em vigor:

Valor Histórico	Data da Ocorrência
R$ 147.102,68	04/08/1999

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.3. autorizar o parcelamento do débito, caso venha a ser requerido, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 217 do mencionado Regimento;

9.4.alertar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o contido no art. 4º da IN TCU nº 71/2012, ou seja, esgotadas as medidas administrativas previstas no art. 3º dessa mesma IN sem a elisão do dano, a autoridade competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico, observadas as demais disposições do citado normativo;

9.5. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao responsável, por intermédio de seu advogado, nos termos do art. 179, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9958-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

EXEMPLAR DO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 9959/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.688/2010-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: André de Castro Pereira Nunes (025.991.217-44); Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251-34); Edson Albuquerque dos Santos (664.428.347-00); Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade (04.673.103/0001-73); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Marco Augusto Salles Teles (339.700.767-49); Maria Luiza de Magalhaes Uchoa (332.486.217-53); Patricia Florio Retz (907.186.077-91); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43)

3.2. Recorrentes: Edson Albuquerque dos Santos (664.428.347-00); Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade (04.673.103/0001-73).

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT), representando Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda.

8.2. Carlos Alberto Spindola do Prado (124111/OAB-RJ) e outros, representando Edson Albuquerque dos Santos e Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recursos de reconsideração interpostos por Edson Albuquerque dos Santos (peça 124) e pelo Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade (Intedeq) (peça 126) em face do Acórdão nº 6.783/2014 - TCU - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Edson Albuquerque dos Santos e pelo Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade (Intedeq) em face do Acórdão nº 6.783/2014 - TCU - 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos recorrentes;

9.3. com fundamento na Súmula TCU 145, proceder à correção de erro material no item 9.2 do Acórdão nº 6.783/2014 - 2ª Câmara, com vistas a substituir o cofre credor do débito de "*Tesouro Nacional*" por "*Financiadora de Estudos e Projetos - Finep*";

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9959-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9960/2016 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.144/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto VI: Representação.

3. Responsáveis/Interessado:

3.1 Responsáveis: João de Paula Gomes Neto (CPF n.º 068.340.354-00), ex-Prefeito de Capela (AL) e Maria Cândida Bastos da Silva (CPF n.º 383.732.384-68), ex-Secretária de Educação do Município de Capela (AL)

3.2 Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

4. Entidade: Município de Capela (AL).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).

8. Advogado constituído nos autos: Marcelo Henrique Brabo Magalhães (OAB/AL n.º 4.577); Ábdon Almeida Moreira (OAB/AL n.º 5903).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Procuradoria da República em Alagoas encaminhando cópia da inicial da Ação Civil de Improbidade Administrativa cumulada com ressarcimento ao erário ajuizada em face do ex-Prefeito de Capela (AL), Sr. João de Paula Gomes Neto, e da ex-Secretária de Educação do município, Sra. Maria Cândida Bastos da Silva, acerca de possíveis irregularidades na gestão dos recursos do Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate) entre 2005 e 2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do documento de peça 1, p. 4/5, como representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 e no art. 237, inciso I, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2 aplicar ao Sr. João de Paula Gomes Neto, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste acórdão até a data do efetivo pagamento, caso não seja pago no prazo ora fixado;

9.3 autorizar, desde já, se requerido, o pagamento da dívida mencionada no item 9.1 em até 36 (tinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, atualizadas monetariamente, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4 alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5 autorizar, desde logo, caso não seja atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial dos valores acima, na forma da legislação em vigor;

9.6 remeter cópia do presente Acórdão, e do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado;

9.7 acatar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Maria Cândida Bastos da Silva acerca de sua responsabilização pelas irregularidades verificadas;

9.8 dar ciência deste Acórdão ao responsável;

9.9 enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Capela (AL), à Procuradoria da República em Alagoas e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

10. Ata n° 31/2016 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 30/8/2016 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9960-31/16-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Vital do Rêgo, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 18 minutos, o Ministro Vital do Rêgo, na Presidência, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 6 de setembro de 2016

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA-GERAL ADJUNTA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 164, DE 29 DE JUNHO DE 2016

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 17.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 131/2015, considerando o disposto no inciso VI, art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.001802/2016-56, aplica à empresa AUTDRIVE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MONTAGEM DE PAINÉIS ELÉTRICOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.157.298/0001-76, com endereço na Rua Cussy de Almeida Junior, nº 2969, Araçatuba - SP, CEP 16.025-333, penalidade de MULTA, no valor de R$ 94.900,00 (noventa e quatro mil e novecentos reais), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar por 30 (trinta) dias no âmbito da UNIÃO, por não atender à convocação do Pregoeiro no curso da sessão do Pregão Eletrônico nº 131/2015, o que redundou na não manutenção da proposta, em descumprimento ao item 5.3 do Edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PAUTA DE JULGAMENTO

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento do dia 14 de setembro de 2016, quarta-feira, às 08:30 horas, podendo, entretanto, nesta Sessão ou nas Sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes, a ser realizado na sede da Turma Nacional de Uniformização, Conselho da Justiça Federal, SCES - Lote 09 Trecho 3 - Polo 08 - 3º andar, na cidade de Brasília-DF, podendo, entretanto, nesta Sessão ou nas Sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes.

PROCESSOS REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA:
PROCESSO:5009416-32.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALCIDES ZONTA
PROC./ADV.: ELIZABETE A. SIEGEL BARBOSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001628-31.2013.4.04.7211
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADEMAR BECKER COELHO
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:5017129-12.2014.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIEGO PIZZATTO PACHECO
PROC./ADV.: ROGÉRIO PAGEL
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Diárias e Outras Indenizações - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0512449-07.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA CONITA ROSA DA SILVA
PROC./ADV.: SAMUEL FERREIRA ROLIM
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0001076-51.2011.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEONICE RAMOS DA SILVA
PROC./ADV.: TATIANE CRISTINA LEME BERNARDO
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501512-65.2015.4.05.8307
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDILSON PAULO FERREIRA
PROC./ADV.: CARLOS DIONÍZIO J. DE OLIVEIRA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99 - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0513572-79.2015.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA MOTA
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE F. COSTA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

DEMAIS PROCESSOS DA PAUTA:
PROCESSO:0502803-89.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: ADVOGADO DA ECT
REQUERIDO(A): JACLÉCIA SANTOS MAIA
PROC./ADV.: DAYSE EVANISIA PAULINO
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASSUNTO: Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5003551-98.2013.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARLON DENIZ WUERGES
PROC./ADV.: WANDERLEI DERETTI
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5048622-42.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RAY MARY MULLER BRUSAMOLIN
PROC./ADV.: CARLOS ANDRE AMORIM LEMOS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0506110-97.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIO MARQUES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÁGRAFOS
PROC./ADV.: ADVOGADO DA ECT
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2011.51.51.020405-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CLEBER BAPTISTA PINTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0034725-95.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDILEUZA MARIA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: FERNANDA SANTIAGO IEZZI
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Liberação de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0511405-50.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PEDRO PEREIRA FILHO
PROC./ADV.: GILVANA MARIA MOREIRA DE SOUZA DANTAS
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Liberação de Conta - PIS/PASEP - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0501763-20.2014.4.05.8307
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSIVALDO CUSTODIO DE LIMA
PROC./ADV.: HORÁCIO MANOEL TRINDADE DE MELO
PROC./ADV.: ALINE PATRÍCIA FONSECA MACÊDO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Seguro-desemprego - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0051024-29.2010.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIO JOSÉ LOPES
PROC./ADV.: WESLEY NEIVA TEIXEIRA
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Seguro-desemprego - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0513488-70.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ROSA PEREIRA DE BRITO
PROC./ADV.: JOSÉ STÊNIO DE ARAÚJO LUCENA,
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Seguro-desemprego - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5009675-78.2014.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADELIR TERRES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Seguro-desemprego - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5014030-80.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ELISABETE BROERING DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Seguro-desemprego - Entidades Administrativas/Administração Pública - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502521-93.2014.4.05.8308
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ARTHUR NAPOLEÃO TEIXEIRA FILHO
PROC./ADV.: ARTHUR NAPOLEÃO TEIXEIRA FILHO
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Magistratura - Agentes Políticos - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2010.51.51.039388-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NILSON DE CARVALHO
PROC./ADV.: CAROLINA PACHECO RAMOS FERNANDEZ
REQUERIDO(A): COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR -CNEN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GERSON LUIZ ROCHA
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0503667-84.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): JULLEMBERG MENDES PINHEIRO
PROC./ADV.: KARINNA COELI DANTAS DE OLIVEIRA MARTINS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0504965-08.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANNA KATIA GOMES PINHEIRO
PROC./ADV.: ANDRESS AMADEUS P. SANTOS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0505716-72.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GLICIA DA ROCHA BEZERRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0506260-80.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DESIREE FONTES PUIG
PROC./ADV.: ANDRESS AMADEUS P. SANTOS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0511323-66.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALDA DAVID DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5058636-08.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NARA REGINA DE SOUZA PINTO
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0038833-53.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MAICO SIMÃO BONFANTE
PROC./ADV.: THIAGO GUIMARAES PEREIRA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0506210-15.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BEN-HUR DIAS AMÂNCIO DE LIMA
PROC./ADV.: ANDREY LEVI DIOGENES MAGALHÃES
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002793-21.2014.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLA AMORIM NEVES GONCALVES
PROC./ADV.: HALLEY LINO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002804-50.2014.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GEANI FARIAS MACHADO
PROC./ADV.: HALLEY LINO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5003620-40.2012.4.04.7121
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JUSSARA MARLI HAAG
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5005204-74.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GLORIA YEN YORDI
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
PROC./ADV.: LARISSA F. M. LONGO
PROC./ADV.: LISIANE S. DA S. FERRÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5006012-13.2013.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): VERA BEATRIZ BARBOSA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5006036-41.2013.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ISABETE SOARES GONCALVES
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5006627-66.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SILVIA SILVA DA COSTA BOTELHO
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5007672-39.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE SANTA MARIA

REPRODUÇÃO PROIBIDA A IMPRENSA NACIONAL EXCETO MEDIANTE DA ASSINATURA

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CELSO TREVISAN NETO E OUTROS
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5019136-23.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JUÍZO DA VARA DO JEF CÍVEL DE JOINVILLE/SC
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : JOSE MARCELLINO MARIA
PROC./ADV.: RENATA NUNES SOUZA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507209-13.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BRAULIO DE FREITAS CAVALCANTI JÚNIOR
PROC./ADV.: LEANDRO RICARDO FERREIRA GOMES DE LIMA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5027910-22.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ NELSON MASSOCHIM
PROC./ADV.: JULIANA M. C. DUTRA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502441-72.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ROSA SILVEIRA MENEZES
PROC./ADV.: RAFAEL COSTA FORTES
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5039971-41.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAURITA REGINA MORO
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
PROC./ADV.: CHAIENNE POGANSKI
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0500483-36.2013.4.05.8311
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): KATIA MARIA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000853-40.2013.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BASSEL TEREZINHA RASMUSSEN
PROC./ADV.: GILSON ANTÔNIO GIUMBELLI JR
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5009720-31.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NARVA LÚCIA ROSA
PROC./ADV.: TATIANA COELHO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0520739-96.2014.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO URBANO RIBEIRO
PROC./ADV.: FRANCISCO AUGUSTO MELO DE FREITAS
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000027-33.2013.4.04.7132
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JULIO CESAR MENDES SOARES
PROC./ADV.: ADIR LUIZ DE MORAES
PROC./ADV.: RODRIGO OLIARI DE MORAES
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000069-38.2014.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDRESSA DA SILVEIRA
PROC./ADV.: DÉBORA DE SOUZA BENDER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000076-74.2013.4.04.7132
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FABIANA CRISTINA MISSAU
PROC./ADV.: ADIR LUIZ DE MORAES
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000078-44.2013.4.04.7132
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JEFERSON DAMASIO
PROC./ADV.: ADIR LUIZ DE MORAES
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000088-88.2013.4.04.7132
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CRISTIANO RICARDO JESSE
PROC./ADV.: ADIR LUIZ DE MORAES
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000089-73.2013.4.04.7132
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDGAR SALIS BRASIL NETO
PROC./ADV.: ADIR LUIZ DE MORAES
PROC./ADV.: RODRIGO OLIARI DE MORAES
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000092-28.2013.4.04.7132
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GIOVANA CUTHY SOARES MORATO
PROC./ADV.: ADIR LUIZ DE MORAES
PROC./ADV.: RODRIGO OLIARI DE MORAES
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000265-33.2013.4.04.7106
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANELISE AFONSO MARTINS
PROC./ADV.: CAMILA FRANTZ DE FARIA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5001118-64.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): SAMUEL ANTÔNIO NEUGEBAUER
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5001209-10.2014.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSEFINE BUSANELLO
PROC./ADV.: JOAQUIM LUIS AZEVEDO DO AMARAL JR.
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5001579-89.2014.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCELO DE FREITAS INKLMAN
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5001581-59.2014.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARION SILVA DA SILVA
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5001897-12.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANESSA BONGALHARDO MORTOLA
PROC./ADV.: HALLEY LINO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5001917-44.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HIRAM LARANJEIRA DE ALMEIDA JÚNIOR
PROC./ADV.: MARCELO ALMEIDA GARNEIRO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002099-80.2013.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCIANA ZAGO ETHUR
PROC./ADV.: ADIR LUIZ DE MORAES
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002191-40.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MOZER CARDOSO BOTELHO
PROC./ADV.: JAIR MAYER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: DENICE CAMPOS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002227-19.2012.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CINTIA BOLDT DA SILVA
PROC./ADV.: JAIR MAYER
PROC./ADV.: DENICE CAMPOS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002230-71.2012.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CRISTIANE DEGEN CHAGAS
PROC./ADV.: JAIR MAYER
PROC./ADV.: DENICE CAMPOS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002500-58.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ FERNANDO BARBOSA BARROS
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002583-07.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIZ PAULO BARCELOS SCARAVAGLIONE
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
PROC./ADV.: LARISSA F. MACIEL LONGO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002815-26.2012.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCIA IRALA LEITÃO
PROC./ADV.: JAIR MAYER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5003310-92.2011.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: SANDRA LUÍZA FELTRIN
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5003364-67.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIANE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JAIR MAYER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004275-95.2014.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDERSON VESZ CATTELAN
PROC./ADV.: JOAQUIM LUIS AZEVEDO DO AMARAL JR.
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004669-42.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SILVIO ATILIO MICHELIN BERTAGNOLLI
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004684-11.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELENE MOCHETTI TATSCH
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004688-48.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ MARTINS
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004788-13.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TATIANA TRINDADE HAFELE
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5006344-40.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALVARO ALGUSTO RODRIGUES NUNES
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5007163-11.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DANIELA DEGRANDI HINKELMANN
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5007187-78.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JAMILA VASQUEZ ROCKEMBACH
PROC./ADV.: HALLEY LINO SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5007459-09.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDIA MEDEIROS CENTENO GALLO
PROC./ADV.: JAIR MAYER
PROC./ADV.: DENICE CAMPOS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5007632-33.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE PELOTAS- UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NALBA APARECIDA SILVEIRA PEREIRA MIRENDA
PROC./ADV.: JAIR MAYER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5009577-55.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): SANDRO MOTA MACHADO DA SILVA
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5009849-15.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE PELOTAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDINEI SOARES CARDOSO E OUTROS
PROC./ADV.: JAIR MAYER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5010072-89.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CENIRA PAUMANN
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5017352-20.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MÁRIO DIRANI
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0500460-39.2012.4.05.8307
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ ANTONIO DE MELO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502129-56.2014.4.05.8308
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: CONÇUÊLO CAVALCANTI COUTINHO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502216-32.2011.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ REGINALDO DOS ANJOS
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502218-02.2011.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LUCIVALDO LOPES MAGALHÃES
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:0502997-59.2013.4.05.8311
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: IVALDO RAFAEL DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0051080-62.2010.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: AYR NASSER JUNIOR
PROC./ADV.: ALEXANDRE IUNES MACHADO
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - UFG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5000123-48.2013.4.04.7132
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VIRNEI SILVA MOREIRA
PROC./ADV.: CRISTIAN BAZANELLA LONGHINOTI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Fronteira - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002960-48.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIOGO ALVES ELWANGER
PROC./ADV.: ARTHUR AUGUSTO ROTTA
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Fronteira - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0501390-64.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AGRIPINO FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0000713-66.2013.4.01.4102
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCO FERREIRA DE ALMEIDA NETO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0521162-74.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MORGANA MARIA UCHOA BRITO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Diárias e Outras Indenizações - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0036449-25.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PEDRO CARNEIRO MENDES
PROC./ADV.: EDUARDO SODRÉ
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Diárias e Outras Indenizações - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0514545-71.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WELLINGTON MARTINS DA SILVA
PROC./ADV.: LUCIA MARGARETH FAGUNDES DE SOUZA PINHEIRO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Plano de Classificação de Cargos - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502424-68.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO MOURA PEGADO
PROC./ADV.: IVANA LUDMILLA VILLAR MAIA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional de Tempo de Serviço - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0015925-83.2014.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ULISSES DA SILVA WANDERLEY
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE - DNIT
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Auxílio-alimentação - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0001409-05.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JULIANA OLIVEIRA BELO NUNES FERRO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Auxílio-alimentação - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2012.50.50.002990-6
ORIGEM: Seção Judiciária do Espírito Santo
REQUERENTE: CLAUDIA CARIOCA DUARTE
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Auxílio-alimentação - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0503462-73.2014.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IRÂNDIR JAIR SOARES
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA
PROC./ADV.: JOATAN BONFIM LACERDA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0060137-55.2006.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ELCIO JOSÉ CHAVES
PROC./ADV.: JOSILMA SARAIVA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502619-05.2014.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA FRANCISCA JUVENAL
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0508849-68.2011.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ROSETE CARLOS DE MESQUITA
PROC./ADV.: LUCIANE GÓES NOBRE
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2012.51.58.000445-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARCIO BORGES MAXIMO
PROC./ADV.: MARIA AMÉLIA CORDEIRO LIMA MAUAD
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5051731-21.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): IRMGARD KLEINUBING
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0502379-61.2015.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JACINTO SOUSA NETO
PROC./ADV.: FELIPE ARAUJO HARDMAN
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0503710-15.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SHIRLEY DE OLIVEIRA LÚCIO
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0506045-07.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIZ ANTÔNIO MENDES OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507177-02.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS DE ALENCAR SOUSA
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507178-84.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CÉSAR MENDONÇA CRISTINO
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507180-54.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIS HENRIQUE DE ALMEIDA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507419-58.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANA CLAUDIA DA SILVA CHAGAS
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507487-08.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DENIS CHRISTIAN MORAES DONALD
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0507494-97.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FREDERICO PRATA RIBEIRO
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507527-87.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ CAMELIER
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507533-94.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RONALDO VIEIRA BENTO
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507534-79.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SUELLEN DE LIZ TERRA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507536-49.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MYTSA CARLA CARDOSO SILVA
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507665-54.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALEXIS FABIAN ALMEIDA LISA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0507846-55.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ISAIAS SANTOS VILELA
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0508543-76.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIS ROBERTO FREITAS SILVA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0508550-68.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDVALDO AMORIM ARAUJO
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0508551-53.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOÃO QUINTINO ALVES
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
PROC./ADV.: FERNANDO CASTRO TEODORO DE SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0510308-82.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTÔNIO MAUADIE NETO
PROC./ADV.: MARIE DOMINIQUE DIELLE VIANA SOUZA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988) - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5008318-63.2014.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GIOVANI BUSS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0034922-33.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIAO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JULIANA MARA GOMES DE ASSIS NOGUEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0029389-93.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JESIVONE ABREU ALVES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0016824-97.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CRISTIANE BORGES DE MENESES ROCHA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0030138-13.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): OLGA ALMEIDA DA SILVA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0044354-61.2008.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AMANDA ALMEIDA SACRAMENTO DE CARVALHO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5008320-33.2014.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CRISTIANO VIEIRA
PROC./ADV.: ALESSANDRO VIEIRA
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0030139-95.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RENATA CASCÃO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2012.51.51.027008-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADRIANE CARDOSO PEÇANHA
PROC./ADV.: ROSANA ALVES RAMOS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2014.51.64.000498-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALEXANDRE TEIXEIRA RIBEIRO
PROC./ADV.: SILVIO DA ROCHA RUELA
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0051908-96.2012.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARCELO VIEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: LEILA GONÇALVES PEREIRA DE ÁVILA
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0521006-86.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARCOS HELENO MOURA FILHO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Assistência Pré-Escolar - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5004578-50.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZABETE DOS SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: Jêni Mendes Mattos
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Auxílio-Reclusão - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0010751-92.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VITALINA VIEIRA SANTOS ROCHA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:2007.50.50.010228-6
ORIGEM: Seção Judiciária do Espírito Santo
REQUERENTE: ARISTOTELES MARQUES MIRANDA FILHO
PROC./ADV.: JOÃO FELIPE DE MELO CALMON HOLLIDAY
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0000042-18.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: AIDE SILVA TAVARES E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0049210-30.2006.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ÂNGELA MARIA CLERICUZI
PROC./ADV.: PAULO PANTOJA JR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5006582-31.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GUILHERMINA HILDA BECKER AMARAL
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0511352-14.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS GOMES PEREIRA e OUTROS
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0000040-14.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ANA UMBELINA BARBOSA E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Índice da URP fev/1989 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

PROCESSO:0046913-11.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: DINALVA MARIA CANDIDO
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0047609-47.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: ZILMA FLORES FILARDI
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 - Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5002714-11.2011.4.04.7210
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OILSON JOSÉ LOLATTO
PROC./ADV.: FRANCIELE CADORE
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:0044415-93.2011.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: SILVIO MACHADO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Promoção - Regime - Servidor Público Militar - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público
PROCESSO:5048810-26.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIS CARLOS DA SILVA SOUZA
PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO
REQUERIDO(A): INST. BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Prescrição e decadência - Fatos jurídicos - Direito Civil
PROCESSO:5066772-28.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EUNICE LIMA DE MELLO
PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Prescrição e decadência - Fatos jurídicos - Direito Civil
PROCESSO:0503821-17.2014.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: RENILDA NUNES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DAVY OLIVEIRA
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO:0000328-40.2007.4.02.5157
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CAIXA SEGURADORA S/A
PROC./ADV.: ARTHUR NABETH CARDOSO
REQUERIDO(A): PAULO CESAR MARINS
PROC./ADV.: SADINOEL OLIVEIRA GOMES SOUZA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Direito Civil
PROCESSO:5001109-84.2012.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARLINDO AIRES PEREIRA
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:5064008-69.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MAGDA ROSANE COSTA
PROC./ADV.: CARLOS PAIVA GOLGO
PROC./ADV.: FELIPE LUCCA
REQUERENTE: FERNANDA PORTO ANTONIO
PROC./ADV.: FELIPE LUCCA
PROC./ADV.: CARLOS PAIVA GOLGO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:0063059-25.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROSEVANYA FORTUNATO DE ALBURQUEQUE
PROC./ADV.: MARCELO ANDRADE CHAVES
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:0009487-37.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO CARLOS ULIAN
PROC./ADV.: CAETANO MIGUEL BARILLARI PROFETA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Incidência sobre Férias Compensadas - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:5002385-23.2011.4.04.7008
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROBERTO PAULO CORREA
PROC./ADV.: CARLOS AUGUSTO ST. N. MARTINS
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Incidência sobre 1/3 de férias (art. 7º, XVII da CF) - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:5002662-68.2013.4.04.7008
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JEOVA ALVES RODRIGUES
PROC./ADV.: CARLOS AUGUSTO ST. N. MARTINS
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Incidência sobre 1/3 de férias (art. 7º, XVII da CF) - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:5060181-88.2014.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANTONIO CARLOS DA SILVA
PROC./ADV.: SIDNEI MACHADO
PROC./ADV.: ROBERTO MEZZOMO
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Incidência sobre 1/3 de férias (art. 7º, XVII da CF) - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:0004150-18.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROBINSON CARLOS MENZOTE
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Incidência sobre 1/3 de férias (art. 7º, XVII da CF) - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:5050875-95.2014.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: II/ Imposto sobre Importação - Impostos - Direito Tributário
PROCESSO:0019971-88.2014.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PATRÍCIA REGINA LEAL ALMEIDA ROSA
PROC./ADV.: MARIA LAURA BAUER DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): MARCOS SILVA ROSA
PROC./ADV.: MARIA LAURA BAUER DE OLIVEIRA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Reembolso auxílio-creche - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO:0012049-05.2014.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADRIANE CHEDID PEREIRA BARRETO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:5006204-59.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO DE PAULA MARTINS
PROC./ADV.: RODRIGO DE BEM
PROC./ADV.: ULYSSES COLOMBO PRUDÊNCIO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Repetição de Indébito - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:0501850-91.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ NILTON GOMES
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: 03.11.20 - Anulação de Débito Fiscal - Crédito Tributário - Tributário - Crédito Tributário - Direito Tributário
PROCESSO:5013374-75.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MAURO MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005346-77.2009.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SILVIA APARECIDA GORGA
PROC./ADV.: JOSÉ ALEXANDRE FERREIRA
PROC./ADV.: RENATA MINETTO FERREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0045322-55.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: WILSON BELINELO GAREY
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0048406-59.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALDENICE PEREIRA DE JESUS
PROC./ADV.: VALTAIR JOSÉ VIEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5004434-85.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: KEROLEN KUHNENN
PROC./ADV.: MARCOS TONON DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5005080-63.2014.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: REGINALDO LUIZ DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO GUILHERME DE ALMEIDA XAVIER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502408-74.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIZO PAZ DE HOLANDA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001562-52.2011.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VILMAR FERNANDES PARIZ
PROC./ADV.: FERNANDO SALVATTI GODOI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000300-21.2006.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA ROSA DE LIMA
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000370-09.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FERNANDO ALVES
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003404-29.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLARICE DO NASCIMENTO THEODORO ALVES
PROC./ADV.: ROBERTA LUCIANA MELO DE SOUZA
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004196-43.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ILZA VIEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0006943-97.2012.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA BATISTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLÁUDIO TADEU MUNIZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0007300-51.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO DAMASCENO CAMARA
PROC./ADV.: HELEN AGDA ROCHA DE MORAIS.
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0057670-76.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IVANILDA RODRIGUES DIAS
PROC./ADV.: CARLA ROSENDO DE SENA BLANCO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0063160-45.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALDEMAR PEREIRA LOPES
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5003541-87.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RUTH NARA VELLEDA
PROC./ADV.: CLAUDETE R. T. GRAVINIS
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001308-48.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VALTER NAMEM
PROC./ADV.: CÉSAR MAXIMILIANO TARGINO DE AZEVEDO SIMÕES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5008651-89.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LEOMAR LANG
PROC./ADV.: JANDREI ALDEBRAND
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Aposentadoria por Invalidez (Art.42/7) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501085-26.2014.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MAURINO PEDROSA FELICIO
PROC./ADV.: KENNEDY ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0001755-88.2010.4.03.6305
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSEFA RAIMUNDA DA SILVA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO CARLOS FERREIRA DUARTE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005759-41.2010.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DIVA ROZ DIAS
PROC./ADV.: RICARDO AUGUSTO ULIANA SILVÉRIO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0043552-27.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LUIZA MENDES ORTEGA
PROC./ADV.: MAURICIO SEGANTIN
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003772-32.2012.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: BENEDITA APARECIDA PEREIRA ANZOLIN
PROC./ADV.: FLÁVIA ROBERTA RODRIGUES GUERRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5004430-93.2013.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA EFFTING
PROC./ADV.: CLEITON MACHADO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0012065-65.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARINALVA DIAS SANTOS
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: REGISA MENDES DOS SANTOS LUCERA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004159-06.2010.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIO BATISTA LUCCHESI
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502708-59.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINA RIBEIRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5012986-69.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: HELENA BARBOSA RUFINO
PROC./ADV.: ANTONIO RAMALHO XAVIER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5044473-66.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA JULIA GOMES VIEIRA
PROC./ADV.: CÁSSIO FERREIRA DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5007403-81.2014.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JURACEMA CARDOSO
PROC./ADV.: SERGIO LUIS ZAMPIERI RIGO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501518-39.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EVERALDO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: SAYONARA TAVARES SANTOS SOUSA
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502047-28.2014.4.05.8307
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DJALMA LUIZ DA SILVA
PROC./ADV.: CAMILA CARLA DE MORAES BARROS RODRIGUES
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502611-94.2015.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADMAR MONTE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0513906-71.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.: VERA LÚCIA DE LIMA SOUZA
PROC./ADV.: MARCUS VINICIUS DE LIMA SOUZA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5041012-52.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSE BILL MARTINS
PROC./ADV.: AFONSO BUENO DE SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0016127-90.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADEMIR APARECIDO SCHIVINATO
PROC./ADV.: KLEBER ALLAN FERNANDEZ DE SOUZA ROSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501942-05.2015.4.05.8311
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ANTONIO ALVES DE SANTANA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502937-10.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ARLINDO DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS CHAVES JÚNIOR
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500477-75.2012.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO CAVALCANTE MAIA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0011607-87.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HELENA BATISTA DE MELLO
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501375-68.2015.4.05.8312
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS DE SANTANA
PROC./ADV.: ANNY BRITO ALVES DA SILVA
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502831-15.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERARDO NOGUEIRA MARCOS
PROC./ADV.: ANA MARIA MARINHO MOURA
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501233-64.2015.4.05.8312
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ANTÔNIO ARISTIDES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501246-63.2015.4.05.8312
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO BERNARDINO DE SENA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2009.38.00.701306-8
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: JOSÉ MONTEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE REIJNEN
PROC./ADV.: DANILO FERNANDES ROCHA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2009.38.00.720338-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ JULIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE REIJNEN
PROC./ADV.: DANILO FERNANDES ROCHA
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501476-57.2014.4.05.8307
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IZALTO FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502217-97.2014.4.05.8307
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ GRIMAURO DE LIMA
PROC./ADV.: DJALMA CORREIA CARNEIRO
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001539-23.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANDRA MARTA MADRUGA
PROC./ADV.: EMERSON RODRIGUES DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0006470-58.2010.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE FAUSTINO ALVES
PROC./ADV.: FÁBIO GOMES PONTES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5017963-36.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA ANTONIETA OURIQUES VIEIRA
PROC./ADV.: SOLANGE C. IÓRIO GUINTEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0037663-94.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JEANE RODRIGUES SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5018248-05.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDEMAR WALDRAFF
PROC./ADV.: IRMA SORAIA LIMA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005027-84.2010.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MILTON MOURATO DA SILVA
PROC./ADV.: ODENEY KLEFENS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500950-50.2015.4.05.8309
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA DOS SANTOS
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2012.50.51.003801-1
ORIGEM: Seção Judiciária do Espírito Santo
REQUERENTE: ALONSO RIBEIRO
PROC./ADV.: SAMUEL ANHOLETE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2014.51.51.013621-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: MARIA JOSE DE ANDRADE GILA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5006127-63.2014.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EDILTON PINHEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0033528-32.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO PEIXOTO
PROC./ADV.: ANA MARIA HERNANDES FELIX
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0006267-49.2008.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CÉLIA CAETANO DOS SANTOS
PROC./ADV.: AIRTON GUIDOLIN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0008408-72.2011.4.01.3801
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: JOSÉ ASSIS DE ALMEIDA
PROC./ADV.: PAULO SÉRGIO MARTINS TEIXEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0036803-25.2011.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: CRISPINA NUNES BARBOSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0055364-95.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: OLÍVIA ALVES
PROC./ADV.: SÉRGIO GEROMES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0062428-91.2007.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: EDIVANDO ANTONIO DE JESUS GINO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500725-60.2015.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: COSME VIEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: EDMILSON TAVARES RIBEIRO FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501440-11.2015.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: GEILZO MANOEL DA SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0508373-34.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ GOMES SIQUEIRA
PROC./ADV.: FRANCISCO MIGUEL DA SILVA FILHO
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004690-45.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JESUINO APARECIDO ARAUJO DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0013193-55.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HOSANA GOMES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0049064-49.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FELIX EDUARDO RUIZ
PROC./ADV.: SONIA BOSSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0001244-44.2011.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CLAUDIO EVARISTO FERREIRA
PROC./ADV.: ISAC ALBONETI DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500225-76.2015.4.05.8304
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA LÚCIA NOQUEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500357-39.2015.4.05.8303
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GABRIELA SIQUEIRA DOS SANTOS GOES
PROC./ADV.: ARISTÓTELES MARQUES
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0504396-28.2014.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA RAFAELA MARTINS SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0514174-28.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERENILDA RODRIGUES PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001556-25.2014.4.04.7012
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IVONETE DA COSTA
PROC./ADV.: VANESSA MAZORANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500778-41.2015.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA ELIANA ROCHA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCELA DE SOUSA MARCOLINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0510192-06.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA NEILA LESSA LIMA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500325-43.2015.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EVA BEZERRA BARBOSA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503476-34.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SILVANI DA SILVA
PROC./ADV.: LUIZ AFONSO DINIZ JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5018477-62.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILNEI TATSCHI FILHO
PROC./ADV.: LUCIO CAZZUNI MATTES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0508547-46.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA VIEIRA DE LIRA
PROC./ADV.: FRANCISCO DA NÓBREGA
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0117324-64.2005.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA NEUSA SILVA BRITO
PROC./ADV.: JOSE CAETANO DE MENEZES NETO
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000897-74.2012.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IBRATINA DE SOUZA OLIVEIRA
PROC./ADV.: ISAC ALBONETI DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005064-92.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RONALDO OTAVIO DE GOUVEIA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0006532-88.2011.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MIKAELY RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0007071-57.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANNA FAVARIN PASCOAL PEREIRA
PROC./ADV.: MARLEI MAZOTI RUFINE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0007111-12.2011.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA FRANCISTA MILITÃO DOS SANTOS
PROC./ADV.: SANDRA DE NICOLA ALMEIDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0032176-68.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALDENI ALVES PIZARRO
PROC./ADV.: RICARDO A. M. SALGADO JR.
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502524-57.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ ELIAS GUEDES BATISTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0506733-05.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE ALMEIDA PEREIRA
PROC./ADV.: JOSÉ RIBAMAR ALVES LINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0522063-24.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ MOACIR DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003236-48.2008.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EVA BENEDITA CRUZ
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0003238-80.2011.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JONATHAN HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA e outros
PROC./ADV.: LUIS FLONTINO DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005060-79.2012.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DANIEL PENHALVER BOSCO
PROC./ADV.: MARIA FERNANDA ALBIEIRO FERREIRA RIGATTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0007625-26.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA HELENA VIEIRA
PROC./ADV.: LARISSA SOARES SAKR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0020811-22.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GERALDO DO CARMO MARANHÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROC./ADV.: MÁRCIO ANTONIO DA PAZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0026193-64.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALINE MICHELE PEREIRA
PROC./ADV.: EDELI DOS SANTOS SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0176818-18.2005.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DERCE MACHADO FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0012761-38.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIANA CAMILO
PROC./ADV.: PATRICIA BALLERA VENDRAMINI
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502006-36.2015.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO CEZARIO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502191-60.2013.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RENATO MEDEIROS DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2012.51.51.023370-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GUSTAVO DE OLIVEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002019-26.2012.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PEDRO TEIXEIRA
PROC./ADV.: ALBINA MARIA DOS ANJOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5005712-51.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALEXANDRINA BELONI NUNES
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000015-98.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: ONALDO CLAYTON DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
RECLAMADO(A): JUÍZO DA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004002-29.2012.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: TITO DIAS CARDOSO
PROC./ADV.: JANAY GARCIA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0013787-06.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SONIA DELIANE DOS REIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502886-38.2014.4.05.8312
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSIETE DELZA DE LIRA ALVES REP. LEGAL CÉLIA DELZA DE LIRA ALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5003896-25.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADÃO RODRIGUES DE LIMA
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
PROC./ADV.: LEANDRO MANICA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0008983-02.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MOACIR CLAUDINO
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS
PROC./ADV.: EZEQUIEL GONÇALVES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501409-04.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: GEORGE GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: JOSENILTOM GAMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2006.34.00.700599-3
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MARIA CRISTINA SANTOS PAIVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0038525-87.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PEDRO HENRIQUE DA COSTA OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS DA SILVA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ANGELA MARIA DA COSTA
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS DA SILVA
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0077215-35.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOILSON GOMES LIMA SANTOS
PROC./ADV.: ELIANE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0517178-55.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5036896-37.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DEVAIR XAVIER DA SILVA
PROC./ADV.: VIRGINIA CLÁUDIA DA CRUZ FERNANDES SCHULTZ SZWESM
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2014.51.55.146730-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SEBASTIÃO PEREIRA PEDRO
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE MARINS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de serviço (art. 52/4) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000672-90.2008.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INOCENTE PAULO AZZINI
PROC./ADV.: CÁSSIO HELLMEISTER CAPELARI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002750-22.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO FRANCISCO ZENI
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5003204-65.2013.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADEMIRO WACHOLZ
PROC./ADV.: LUZIA IZABEL ROSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0029782-98.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA LUCIA DA SILVA PINTO
PROC./ADV.: MARCIO ANTONIO DA PAZ
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5022007-45.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SEBASTIÃO VIEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500241-89.2013.4.05.8307
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVETE MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501215-92.2014.4.05.8307
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVANILDO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: SILVAN ANTONIO DO NASCIMENTO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501746-69.2014.4.05.8311
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO VIRGÍNIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502239-43.2014.4.05.8312
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS JOSÉ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0512538-86.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO RAMOS DA SILVA
PROC./ADV.: CILENE MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA BARBOSA TAVARES DE FRANÇA
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0515216-40.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EGILDO MIGUEL FERREIRA
PROC./ADV.: LARISSA XENOFONTE RIBEIRO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501888-54.2015.4.05.8306
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Aposentadoria por tempo de contribuição (art. 55/6) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0001142-33.2013.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FLAVIO AUGUSTO LOPES VIRE
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN...
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:5016294-70.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MÁRISA ROSA BADALOTTI BRANDÃO
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005284-95.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GONÇALO DIAS
PROC./ADV.: ROSELY APARECIDA OYRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0012130-72.2006.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JAIME DE ÁVILA
PROC./ADV.: RICARDO FABIANI DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0040326-50.2008.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: WALTER FERNANDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0042337-86.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: GILBERTO CHAVES DE MOURA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0045817-72.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: RENATO RAFAEL DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0046624-92.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: SEBASTIÃO ESTEVÃO DA COSTA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0053371-58.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOÃO FIRMIANO DE SOUZA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0053825-38.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ARMANDO VIEIRA LOPES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0060824-41.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ANTONIO DOS REIS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0061188-13.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: DOMINGOS CONCEIÇÃO SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0062372-04.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ROMANIR MAIA JORGE
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0062923-81.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: WALTER DE ARAUJO SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0063237-27.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSE NUNES ALVES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

PROCESSO:0063310-96.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: EDIVALDO PACHECO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0064297-35.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INÁCIO CORREIA DE ARAUJO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0064354-53.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065098-48.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FRANCA MARGARIDA DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065613-83.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: PLÁCIDO DA SILVA MACEDO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065652-80.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: GENEBALDO FERREIRA MACEDO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065823-37.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOÃO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005868-17.2012.4.01.3801
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE SANTOS DE AGUIAR
PROC./ADV.: MARCOS ALBERTO CORREIA DE ALMEIDA
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0040102-15.2008.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FELISCISSIMO CAMPOS BRANDÃO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0042355-10.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: TEOTONIO DE JESUS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0044794-91.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: GERALDO SILVA CORDEIRO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0045789-07.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: LOURIVAL DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0046109-57.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: IVANILDE NOBRE DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0047077-87.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ROSALINDO LOPES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0060810-57.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSE MAXIMIANO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0061207-19.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOÃO DIAS CARDOSO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS - VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0062768-78.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSE CARLOS CRUZ RAMOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0062890-91.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: RAYMUNDO SANTOS GERMANO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0063275-39.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: AVANY DE JESUS BASTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0063283-16.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: SUSRIASE LELIS DOS REIS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0064284-36.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: DUCEVALDO DA ROCHA NOGUEIRA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0064377-96.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO DOS REIS OLIVEIRA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065000-63.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ROSALVO GONÇALVES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065630-22.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: NEYDE DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065646-73.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JORGE ALENCAR DURAN
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065843-28.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: VALDEMAR DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0000947-07.2006.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AMARILDO DE FRANÇA CRUZ
PROC./ADV.: KÁTIA HELENA FERNANDES SIMÃOES AMARO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0042280-68.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ARIVALDO OLIVEIRA MARQUES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0044807-90.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: LUIZ GONZAGA DE MOURA PIRES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0045795-14.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ADILSON JOSE RIOS FERNANDES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0046112-12.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSÉ ALVES CAMPOS NETO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0047193-93.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: HENRIQUE HELIODORIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0053822-83.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FLORISVALDO MORAIS CARNEIRO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0060827-93.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: RAIMUNDO SUSANO FIUSA BITENCOURT
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0061724-24.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: PERICLES BARBOSA RAMOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0062479-48.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: PAULO RUY FROES
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0062939-35.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FLORISVALDO PEDRO CELESTINO
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0062943-72.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: VALDEMIRA RIBEIRO OLIVEIRA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0063389-75.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: NILSON VIEIRA CALAZANS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0064250-61.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA DOS SANJOS CABRAL SANTOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0064350-16.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FRANCISCO ALVES PENA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0064868-06.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ARNALDO TISSO DE ROMA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065583-48.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: GERSON RAMOS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065686-55.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ELVIRA BULCAO SANTANA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0043802-26.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE CIRILO DA SILVA
PROC./ADV.: MILTON DE ANDRADE RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0017872-69.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CARLOS ALBERTO LEMOS NOVAES
PROC./ADV.: SARA TAVARES QUENTAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: IRSM de Fevereiro de 1994(39,67%) - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502714-96.2014.4.05.8312
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: REGINALDO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: ANTONIO ALMIR DO VALE REIS JR.
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Alteração do coeficiente de cálculo do benefício - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501515-20.2015.4.05.8307
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DENICE MARIA E SILVA
PROC./ADV.: CARLOS DIONÍZIO J. DE OLIVEIRA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99 - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0504051-25.2015.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUÇARA VALERIA MEIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: FRANCISCO PIRES BRAGA FILHO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99 - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:0511502-22.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE VALDIR LIMA FERREIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99 - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0502936-66.2015.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: CARMEM MARIA NEVES DE SIQUEIRA
PROC./ADV.: JORGE TASSO DE SOUZA FILHO
PROC./ADV.: RICARDO JOSE VARJAL CARNEIRO LEAO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99 - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0507340-63.2015.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99 - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0505416-17.2015.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ELIANE WANDERLEY DE ALBUQUERQUE CHAVES
PROC./ADV.: RICARDO JOSE VARJAL CARNEIRO LEAO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA
ASSUNTO: Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99 - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0006022-80.2008.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALEXANDRINA CAGALE POZO
PROC./ADV.: CLAUDIO TADEU MUNIZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Cálculo do fator previdenciário - Lei 9.876/99 - Renda Mensal Inicial - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0038615-37.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MATHILDE MARTINS
PROC./ADV.: MILTON DE ANDRADE RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Reajuste pela Súmula 260 do TFR - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0065852-87.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ALFREDO BENTO DE CERQUEIRA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Reajuste pela Súmula 260 do TFR - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004495-06.2012.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GENILVA MEIRE DINIZ DE FRANÇA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Descontos dos benefícios - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:0513072-14.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JÉSSICA DA SILVA COSTA
PROC./ADV.: CAMILA SÁ DE CARVALHO MOTTA
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Descontos dos benefícios - Reajustes e Revisões Específicas - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - Direito Previdenciário
PROCESSO:5009039-06.2014.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIOGO CANEZ CARDOSO
PROC./ADV.: JANETE BLANK
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:2012.51.52.105351-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIZETE SERAFINA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FLÁVIO BRITO BRÁS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500199-71.2012.4.05.8308
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GENIVAL CLEMENTINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: PLÍNIO MELO MONTEIRO
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0505438-75.2015.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: IZAIAS ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA..
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0508840-85.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALDACI FERREIRA PIRES
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500220-48.2015.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RICARDO AUGUSTO SANTOS MOTA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500468-50.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ JAIME DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500473-72.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500474-57.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALOISIO HOLANDA BASTOS
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500480-64.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CRISANTO HOLANDA DUTRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500598-40.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GERARDO SACRAMENTO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500666-73.2014.4.05.8310
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): CÂNDIDA FARIAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500884-79.2015.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO ALVES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA,
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501602-76.2015.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOAO GRACILIANO FILHO
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA..
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503200-04.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PEDRO TEILSON DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503214-85.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AIRTON FERNANDES DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503223-47.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CICERO ANTONIO DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0504315-60.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ABRÃO MARQUES DE ANDRADE
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0504851-53.2015.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE ROBERTO LUCAS DA SILVA
PROC./ADV.: DENNIS NUNES
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0504944-34.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GILBERTO FURTADO DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0506556-38.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0508404-29.2015.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO SOARES DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0519031-29.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL NELSON DE MORAIS
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0519160-34.2014.4.05.8100

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VILDA REBOUÇAS DE CARVALHO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0520484-59.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DO CARMOS QUEIROZ
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0522666-18.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SEBASTIÃO FERNANDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0523252-55.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE FREITAS SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0523254-25.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AURINEDES DE PAULA CHAVES
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0523263-84.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELISABETE CORREIA FARIAS
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0523264-69.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0523268-09.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ GALDINO LEITE
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0524549-97.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: OSMILDO CLEMENTE DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0524553-37.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO BASILIO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0524557-74.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ FREITAS DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0524853-96.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ENEAS ALVES SOBRINHO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:5016432-37.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DELMAR ANTONIO ZANELLA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): RUI COSTA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0022329-87.2014.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: EUNITA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FABRÍCIO SARDINHA E SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501760-31.2015.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO
REQUERENTE: LUCILA SAMARA DANTAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FERNANDO MOREIRA GONÇALVES
ASSUNTO: Decadência/Prescrição - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005278-83.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA SOCORRO DA SILVA
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Concessão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002927-70.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLEDI MARIA FILIPIN SCHREIBER
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Restabelecimento - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004633-42.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIO VAGLERINI
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0004872-17.2011.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELIO DIAS ARAGON
PROC./ADV.: BERNARDO RÜCKER
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0007797-57.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDSON HILARIO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0069563-30.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CARLOS GUSMAN BENITES
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501952-73.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA TEIXEIRA FERNANDES
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503038-89.2014.4.05.8311
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACYANNA KARLA BEZERRA DAS NEVES
PROC./ADV.: LUCIMAR VILA NOVA CABRAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503535-05.2015.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GEILDA FREIRE CAVALCANTI
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:2013.51.08.129236-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NISIA RIBEIRO LOPES
PROC./ADV.: GENILSON GARCIA LOPES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5000355-63.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALCINEI NANDI GUAREZI
PROC./ADV.: FÁBIO DE PIERI NANDI
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001476-25.2014.4.04.7121
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALCIDES CORREA DOS SANTOS
PROC./ADV.: EDUARDO KOETZ
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5004066-33.2013.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JACI FLORES BITENCOURT
PROC./ADV.: LUCIMARA MOY NITSHKE
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5004346-43.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NORA DA SILVA MULLER
PROC./ADV.: CRISTINA WERNER DÁVILA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5005972-31.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELSA ANA DE LIMA E OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5009048-45.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DILMA DA ROSA JOAQUIM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE RODRIGUES
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5009659-25.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LIDUINA MARIA MARTINS
PROC./ADV.: SONIA APARECIDA YADOMI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5013796-66.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VILSON BENKENDORF
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
PROC./ADV.: GEOVANI COELHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0047719-14.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JORGE SHIGUEYOSHI IIZUKA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0060402-83.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CEILA APARECIDA FINOTI
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JUNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500631-03.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA EDILZA DE SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCIALDO CÁSSIO DA ROCHA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0501363-18.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDVANE ALVES DE OLIVEIRA MEDEIROS
PROC./ADV.: RAÍSSA DE MAGALHÃES VIEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0504441-17.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCINA FELIX RODRIGUES
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0513859-09.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ FERNANDO DE ALMEIDA SILVA
PROC./ADV.: SABRINNA RICARDO BARROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0001151-88.2010.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE CARLOS SPERETA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5007788-74.2014.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IARA TEREZINHA RODRIGUES SCHMITT
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0012741-18.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANIVALDO ANTÔNIO
PROC./ADV.: MARLEI MAZOTI RUFINE
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0040022-51.2008.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOÃO RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:0022907-05.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: YOLANDA DA CONCEIÇÃO SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Revisão - Pedidos Genéricos relativos aos Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO:5000041-50.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ JANDIR RODRIGUES
PROC./ADV.: BEATRIZ BÜHLER
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5001625-09.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVO KUSINSKI
PROC./ADV.: FABIANE DALMÔNICO
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5002812-84.2011.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELIO BACHMANN
PROC./ADV.: DOLORES TERESINHA TORINELLI MEDEIROS
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5003348-73.2012.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ARNOLDO MOLLER
PROC./ADV.: ELIZABETE A. SIEGEL BARBOSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5004393-18.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO PRADO
PROC./ADV.: MICHAEL LUCAS DA SILVA
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5009576-76.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROBERTO DE SOUZA BEDUSCHI
PROC./ADV.: NEIMAR TOMASELLI
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0532377-68.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: CLOVIS MANOEL DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5007637-95.2011.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GILBERTO NAU
PROC./ADV.: OLÍMPIO DOGNINI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0500074-59.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILVAN JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV.: WELLINGTON CARLOS DE LIMA
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:2006.38.00.721230-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BALTAZAR DOS REIS MALAQUIAS
PROC./ADV.: FERNANDO GONÇALVES DIAS
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5003169-39.2012.4.04.7210
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CELSO LAZAROTTO
PROC./ADV.: ANILSE SLONGO SEIBEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0517252-89.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ VIRGINIO DA SILVA
PROC./ADV.: LUCIANO ALENCAR MACEDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0005125-81.2010.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO CARLOS MARQUES
PROC./ADV.: VALDIR PEDRO CAMPOS
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0008001-72.2011.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE FRANCA CHISTO
PROC./ADV.: VALDIR PEDRO CAMPOS
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0503129-79.2014.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ CÍCERO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5003383-30.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GERALDO ZALAMENA
PROC./ADV.: ANA ISABEL DAL PAI TOMASETTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço de segurado especial (regime de economia familiar) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5000205-67.2012.4.04.7212
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEUDI FRANCISCO PETRY
PROC./ADV.: LEONARDO DE FRANCESCHI DE OLIVEIRA
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:5005739-64.2013.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ELFI STREHLOW STOLLE
PROC./ADV.: JULIAN PETERS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO:5009159-07.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NADIR BEATRIZ BOONE
PROC./ADV.: MARISA DE ALMEIDA RAUBER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador) - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO:0106276-02.2005.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO VALDOMIR PEREIRA LIMA
PROC./ADV.: NPJ/UDF
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Inclusão indevida em cadastro de inadimplentes - Indenização por dano moral - Responsabilidade do Fornecedor - Direito do Consumidor
PROCESSO:0044574-79.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MÁRCOS AURÉLIO SOUZA BRITO
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA -
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:0051389-92.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: IVANA PINTO DANTAS SANTANA
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA -
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:5002190-55.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO INIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROC./ADV.: SILVIA CASTAGNA WORTMANN
REQUERIDO(A): RUI ROSA DE MORAIS JÚNIOR
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Adicional - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:5002252-79.2014.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FÁVERO REISDORFER PAULA
PROC./ADV.: JOAQUIM LUIS AZEVEDO DO AMARAL JÚNIOR
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Insalubridade - Adicional - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:5002853-85.2014.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO ADOLFO MATTOS DE CASTRO
PROC./ADV.: JOAQUIM LUIS AZEVEDO DO AMARAL JÚNIOR
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Insalubridade - Adicional - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:5004682-41.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERENETI MEYER
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Insalubridade - Adicional - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:5004687-63.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDEREAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEONARDO NABINGER MENNA BARRETO
PROC./ADV.: PRISCILA DALLA PORTA NIEDERAUER CANTARELLI
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Insalubridade - Adicional - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:5066450-08.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ELOI BORGES RUCK
PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Periculosidade - Adicional - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:0504802-37.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CINTIA AZEVEDO
PROC./ADV.: MARTSUNG F.C.R. ALENCAR
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Salário/Diferença Salarial - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:0506000-30.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INÁCIA GUEDES DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE A. JÚNIOR
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Salário/Diferença Salarial - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:0517371-70.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MAXWELL DE OLIVEIRA PIMENTEL
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Salário/Diferença Salarial - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:0051664-41.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MÁRIA DE LOURDES DIAS AMBROSIO
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA -
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Salário/Diferença Salarial - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:0516593-03.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JACQUELINE DE ALMEIDA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Salário por equiparação/Isonomia - Salário/Diferença Salarial - Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios - Direito do Trabalho
PROCESSO:0003718-37.2006.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RAVAHIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FÁBIO F.F. TERTULIANO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
ASSUNTO: Direito Processual Civil e do Trabalho
PROCESSO:0008581-08.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LAURA ANACOMI MARUQES
PROC./ADV.: MARCELA DE PAULA E S. SIMÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(a): ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Antecipação de Tutela/Tutela Específica - Processo e Procedimento - Direito Processual Civil e do Trabalho
(EMBARGOS DE DECLARAÇÃO) PROCESSO: 5007665-10.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGANTE: MARGARIDA MATOS DE MENDONÇA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
EMBARGADO: OS MESMOS
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário
(EMBARGOS DE DECLARAÇÃO) PROCESSO: 5001310-94.2012.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO: APARECIDO DONIZETE SALA
PROC./ADV.: RICARDO OSSOVSKI RICHTER
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário

Brasília, 6 de setembro de 2016.
Min. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da Turma

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 481, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413/2012, em que ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos na sessão da 269ª Reunião Plenária Ordinária, em aprovar, por unanimidade, a utilização da técnica "Dry Needling" (Agulhamento Seco ou Agulhamento a Seco) pelo profissional fisioterapeuta.

A técnica "Dry Needling" foi internacionalmente estabelecida como Estimulação Intramuscular, e, mais recentemente, de acordo com a Federation of State Boards of Physical Therapy/US, como Terapia Manual Intramuscular, sendo considerada, na realidade, um segmento das áreas de Fisioterapia Manual, Musculoesquelética e Manipulativa, interessando a fisioterapeutas de diversas especialidades. Assim o Agulhamento Seco é uma técnica caracterizada pela inserção de uma agulha filamentar sólida, sem medicação, através da pele para tratar várias disfunções, incluindo, mas não se limitando, a dor miofacial, o recrutamento muscular, o controle da dor musculoesquelética em geral, regeneração e recuperação de tecidos lesados e até mesmo quadros álgicos articulares.

Um ponto-gatilho é descrito como uma banda de tensão no músculo esquelético, localizado dentro de um grupo muscular maior. Os pontos-gatilhos podem ser sensíveis ao toque e podem ser os responsáveis pela produção de dor em partes distantes do corpo. Ainda conforme o Federation of State Boards of Physical Therapy/US, os objetivos e benefícios do tratamento da Terapia Manual Intramuscular, Agulhamento Seco, variam desde o alívio da dor, cicatrização de tecidos, flexibilidade, propriocepção, até a ativação neuromuscular.

Fisioterapeutas utilizam o Agulhamento Seco com o objetivo de liberar/inativar os pontos-gatilhos e diminuir a dor musculoesquelética, neuropática e articular. A pesquisa preliminar apoia que o Agulhamento Seco auxilia no controle da dor, reduz a tensão muscular, normaliza a disfunção bioquímica e elétrica de placas motoras, facilitando um retorno acelerado da função.

O Agulhamento Seco pode ser aplicado em músculos superficiais e profundos ("Dry Needling" superficial, "Dry Needling" profundo), além de aplicação no modelo neuropático, no modelo Trigger Point e também atua em terapia combinada a recursos eletrofototerapêuticos.

Em relação à prática do Agulhamento Seco, essa não pode ser confundida com a prática da Acupuntura. A prática da Acupuntura por fisioterapeutas acupunturistas e o Agulhamento Seco diferenciam-se em termos históricos, contexto filosófico, indicativo e prático. O Agulhamento Seco utilizado por fisioterapeutas é baseado na neurofisiologia, neuroanatomia e estudo científico moderno do sistema nervoso e musculoesquelético. Os fisioterapeutas que utilizam Agulhamento Seco não podem fazer uso das teorias da Acupuntura tradicional ou de suas terminologias. A semelhança existente é em termos de penetração cutânea, com um filamento sólido de agulha (a ferramenta) em diferentes profundidades no interior do corpo, para fins terapêuticos e indicações. O fato de utilizar agulhas filiformes na prática do Agulhamento Seco não significa que o fisioterapeuta possa se intitular acupunturista. Existem, portanto, diferenças na filosofia, racionalização e no tratamento por Agulhamento Seco, realizado por fisioterapeutas em relação aos fisioterapeutas acupunturistas.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Fisioterapeutas Acupunturistas - SOBRAFISA, Associação Nacional de Fisioterapia em Quiropraxia - ANAFIQ, e a Associação Brasileira de Práticas Integrativas e Complementares - ABPIC, os currículos de cursos de Formação/Especialização em Acupuntura são baseados em preservar as antigas teorias, princípios, e práticas da Medicina Tradicional Chinesa. Os objetivos e filosofia por trás do uso de Agulhamento Seco, utilizado por fisioterapeutas, não se baseiam em teorias ou doutrinas da referida Medicina Tradicional Chinesa.

A graduação em Fisioterapia inclui anatomia, histologia, fisiologia, biomecânica, cinesiologia, neurociência, farmacologia, patologia, entre outras disciplina básicas. Grande parte da base anatômica, fisiológica e biomecânica que a técnica de Agulhamento Seco utiliza é ensinada como parte da graduação do fisioterapeuta. As habilidades específicas para a realização do Agulhamento Seco são complementares aos conhecimentos obtidos na graduação.

Uma das finalidades dessa regulamentação é a proteção da sociedade. Portanto, recomenda-se que o profissional realize uma formação mínima de 30 (trinta) horas, cabendo mínimo de 50% de prática supervisionada da carga horária total.

O profissional no uso deste recurso deverá respeitar normas de biossegurança e segurança do trabalho. Deverá estabelecer protocolo de boas práticas clínicas, esclarecer previamente o paciente sobre as indicações, os riscos, contraindicações, bem como as demais características da técnica a ser aplicada.

O profissional, na utilização do Agulhamento Seco, deverá observar/cumprir o Código de Ética e demais Resoluções do COFFITO.

O presente Acórdão será preponderante no aspecto ético-deontológico e sua não observância poderá ser, a juízo dos Conselhos Regionais e Federal, considerado como circunstância agravante de eventual pena imposta em processo ético, que avalia a utilização do Agulhamento Seco como recurso terapêutico.

Dessa maneira, na forma do que fora delineado acima, acordam os Conselheiros Federais, por unanimidade, em reconhecer o Agulhamento Seco como recurso fisioterapêutico.

Quórum: Dr. Roberto Mattar Cepeda - Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva - Diretor-Secretário; Dr. Wilen Heil e Silva - Diretor-Tesoureiro; Dra. Daniela Lobato Nazaré Muniz - Conselheira Efetiva; Dra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão -Conselheira Efetiva; Dr. Marcelo Renato Massahud Junior - Conselheiro Efetivo; e Dra. Patrícia Rossafa Branco - Conselheira Efetiva.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016090800138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Imprensa Nacional
Informações oficiais desde 1808
Carta de Serviços
Disponível no portal
www.in.gov.br
e na versão impressa
IMPRENSA NACIONAL
1808

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.

